



UNIVERSIDADE
DE LISBOA

ISCTE



IUL



PROGRAMA INTERUNIVERSITÁRIO DE DOUTORAMENTO EM HISTÓRIA

Universidade de Lisboa, ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa, Universidade
Católica Portuguesa e Universidade de Évora

Os Comunistas Portugueses no Exílio

(1960-1974)

Adelino Filipe Saraiva da Cunha

Orientador: Prof. Doutor António Jorge Pais da Costa Pinto

Tese especialmente elaborada para obtenção do grau de Doutor em História,
especialidade em Dinâmicas do Mundo Contemporâneo

2015



UNIVERSIDADE
DE LISBOA



PROGRAMA INTERUNIVERSITÁRIO DE DOUTORAMENTO EM HISTÓRIA

Universidade de Lisboa, ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa, Universidade
Católica Portuguesa e Universidade de Évora

Os Comunistas Portugueses no Exílio (1960-1974)

Adelino Filipe Saraiva da Cunha

Orientador: Prof. Doutor António Jorge Pais da Costa Pinto

Tese especialmente elaborada para obtenção do grau de Doutor em História,
especialidade em Dinâmicas do Mundo Contemporâneo

Júri:

Presidente:

— Doutora Ana Margarida de Seabra Nunes de Almeida, Investigadora Coordenadora
e Presidente do Conselho Científico do Instituto de Ciências Sociais da
Universidade de Lisboa.

Vogais:

- Doutora Maria Paula Nascimento Araújo, Professora Associada, Instituto de
História da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil;
- Doutor Rui Manuel Bebiano do Nascimento, Professor Auxiliar, Faculdade de
Letras da Universidade de Coimbra;
- Doutor Paulo Fernando de Oliveira Fontes, Professor Auxiliar Convidado,
Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Católica Portuguesa;
- Doutor Luís Nuno Valdez Faria Rodrigues, Professor Associado com Agregação,
Escola de Sociologia e Políticas Públicas do ISCTE – Instituto Universitário de
Lisboa;
- Doutor António Jorge Pais da Costa Pinto, Investigador Coordenador, Instituto de
Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

2015

PALAVRAS-CHAVE

PCP, *Exílio Político Funcional*, Clandestinidade, Estado Novo, Internatzionalny Dom, Movimento Comunista Internacional, Détente

KEYWORDS

PCP, *Exílio Político Funcional*, Clandestineness, Estado Novo, Internatzionalny Dom, International Communist Movement, Détente

RESUMO

O exílio de Álvaro Cunhal, na sequência da fuga da prisão em 1960, marcou uma nova etapa na história do PCP: pela primeira vez, o Secretariado do Comité Central instalou-se no *exterior*. O que favoreceu a constituição progressiva de vários colectivos de exilados de comunistas portugueses em Argel, Moscovo, Bucareste, Praga e Paris, incluindo um grupo de crianças em Ivanovo. Este exílio de carácter transitório dependia da confluência de várias circunstâncias pessoais e do cumprimento de funções concretas no *exterior* que contribuíssem para a luta no *interior*. Trata-se de um *Exílio Político Funcional*. A sua aplicação marcou grande parte da década de 60 e acabou por resultar na exposição do PCP às intensas dinâmicas contemporâneas da época.

ABSTRACT

Álvaro Cunhal's exile, following his prison break in 1960, marked a new stage in the history of the Portuguese Communist Party (PCP): for the first time, the Secretariat of the Central Committee was settled abroad, which favoured the gradual achievement of a number of collective Portuguese Communist exiles in Algiers, Moscow, Bucharest, Prague and Paris, including a group of children in Ivanovo. This transitory exile depended on the confluence of various personal circumstances and the fulfilment of specific functions abroad to contribute to the fight *in* Portugal. It is a *Functional Political Exile* and its application marked much of the 60s and allowed PCP to have great exposure to the intense contemporary dynamics of those times.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO

1. O exílio político dos comunistas portugueses

1.1 Organização da tese e estratégia metodológica da investigação.....13

1.2 Definição do objecto de estudo.....15

2. Problematização do objecto de estudo

2.1 O mundo depois da guerra.....20

2.2 O PCP e as dificuldades da coexistência pacífica.....23

2.3 Dinâmicas do mundo contemporâneo.....25

3. A produção historiográfica e as fontes

3.1 As raízes dos estudos sobre o comunismo.....29

3.2 As memórias dos protagonistas.....31

3.3 Os estudos académicos.....33

3.4 Os arquivos comunistas.....36

4. A memória histórica

4.1 Fixação da memória.....38

4.2 A identidade dos colectivos de exilados.....40

5. A História Oral como metodologia

5.1 Os testemunhos dos protagonistas.....42

5.2 Narrador e narratário.....43

5.3 Entrevistas semi-directivas.....44

6. Estudos sobre o exílio

6.1 O <i>estar</i> no exílio.....	46
6.1.1 Refugiados: uma nova casa, uma nova vida.....	48
6.1.2 Emigrados: a motivação económica.....	51
6.1.3 Expatriados: a questão do envolvimento político.....	52
6.1.4 Exilados políticos: o significado de <i>estar</i> no exílio.....	53
6.2 Sair para regressar.....	57
6.3 Luta pelo regresso e recusa da assimilação.....	59
6.4 O exílio político.....	61

OS COMUNISTAS

PORTUGUESES NO EXÍLIO

Capítulo 1 - O exílio político na experiência ibérica

1. Convergências e divergências.....	65
2. As circunstâncias dos comunistas espanhóis	
2.1 Institucionalização e dispersão.....	66
2.2 A guerrilha como motor revolucionário.....	68
2.3 Do seguidismo ao isolamento.....	69
3. As circunstâncias dos comunistas portugueses	
3.1 Orientação estratégica: infiltrações e controlo das massas.....	70
3.2 As limitações operacionais e as debilidades organizativas.....	74
3.2.1 Dificuldades na formação de quadros.....	76
3.3 Características da repressão.....	85

Capítulo 2 – O PCP e o exílio

1. O conceito de <i>Exílio Político Funcional</i>	91
2. O exílio na história do PCP	
2.1 O pedido de exílio legal de Álvaro Cunhal.....	92
2.1.1 As razões de Estado e o termo exílio.....	93
2.1.2 Pedido de ajuda para exílio no México.....	95
2.2 As justificações do exílio.....	97

2.3 O exílio como recuo tático.....	100
2.3.1 Recuar para defender.....	103
2.4 As consequências da distância.....	105
2.5 O exílio e a distância vistos pelos exilados.....	107

Capítulo 3 - As consequências da fuga de Peniche

1. O PCP no exílio.....	113
2. A decisão de Álvaro Cunhal.....	116
3. O Secretariado do Comité Central no <i>exterior</i>	118
4. O PCP no <i>interior</i>	121

Capítulo 4 - Argélia

1. O proto-exílio	
1.1 A Frente Patriótica de Libertação Nacional.....	123
1.2 Os contactos com os movimentos nacionalistas.....	134

Capítulo 5 - União Soviética

1. Álvaro Cunhal na <i>pátria do socialismo</i>	139
2. O núcleo familiar de Moscovo.....	142
3. O Internatzionalny Dom (Interdom)	
3.1 O exílio dos filhos dos comunistas.....	149
3.2 As primeiras crianças exiladas.....	150
3.3 As viagens para o exílio.....	154
3.4 O ensino das crianças portuguesas.....	156

3.5 A segunda vaga de crianças.....	158
3.6 As vagas finais.....	163
3.7 As experiências do exílio em Ivanovo.....	165
3.8 Filhos da clandestinidade.....	170
 Capítulo 6 - Checoslováquia	
1. O contexto da Primavera de Praga	
1.1 A porta que se fechou antes de abrir.....	173
1.2 Um mundo em mudança.....	178
2. Os comunistas portugueses na Checoslováquia	
2.1 As funções de ligação internacional.....	182
2.2 Exilados inseridos na sociedade.....	185
2.3 A importância da base de Praga	
2.3.1 As conferências internacionais dos partidos comunistas.....	187
2.3.2 A consolidação da mudança estratégica.....	191
2.3.3 As reuniões do Comité Central.....	192
3. Os comunistas portugueses e a invasão da Checoslováquia	
3.1 A queda de Praga.....	193
3.2 O apoio do PCP a Moscovo.....	198
3.3 A ruptura dos exilados comunistas.....	201
4. As construções narrativas pós-invasão	
4.1 Os argumentos dos invasores.....	204

4.2 O recuo dos opositores silenciosos.....	206
5. O papel de Álvaro Cunhal	
5.1 As boas relações com Moscovo.....	209
5.2 As diferenças com os comunistas espanhóis.....	211
6. O controlo do PCP	
6.1 Tensão no Comité Central.....	214
7. A reconfiguração do colectivo de exilados	
7.1 Os comunistas portugueses na resistência.....	216
7.2 Os mecanismos de controlo político.....	221
8. A importância da Primavera de Praga na dinâmica internacional	
8.1 O embrião do eurocomunismo.....	223
8.2 A nova via revolucionária.....	226
8.3 Os Estados Unidos e a importância da Détente.....	227
8.4 A emergência da Ostpolitik.....	229
Capítulo 7 - Roménia	
1. A Roménia depois da Primavera de Praga	
1.1 Os riscos de contaminação.....	231
1.2 As relações diplomáticas com Portugal	
1.2.1 O período antes da Primavera de Praga.....	234
1.2.2 O período pós-Primavera de Praga.....	236

3. As funções de propaganda no exílio	
3.1 A fundação da <i>Rádio Portugal Livre</i> na Roménia.....	238
3.2. O contributo para a luta no <i>interior</i>	240
3.3 Os exilados em Bucareste.....	243
3.4 Exílio impõe secretismo.....	249
4. Os exilados desligados do PCP	
4.1 Os contactos com os líderes africanos.....	251
4.1.1 A passagem de Rabat para Praga.....	253
4.2 O cúmplice esquecido de Peniche.....	254
5. A reconfiguração do colectivo.....	256
Capítulo 8 - França	
1. A mudança de Álvaro Cunhal para Paris.....	259
2. A adaptação da PIDE ao exílio dos comunistas.....	263
3. A acção da PIDE em França	
3.1 A rede diplomática.....	267
3.2. As relações políticas e militares	
3.2.1 As pressões portuguesas.....	273
3.2.2 As pressões francesas.....	275
3.3 A partilha da mundividência.....	276
3.4. Os entraves legais.....	277

4. Os contactos com os emigrantes económicos	
4.1 A propaganda escrita.....	280
5. Consequências da Détente: a pressão dos extremos.....	283
5.1 O recurso à força como estratégia e identidade.....	288
5.2 O surto esquerdista.....	293
5.3 Para lá da extrema-esquerda.....	301
6. O exílio dos jovens comunistas	
6.1 Travar as deserções para infiltrar as Forças Armadas.....	304
6.2 O poder de atracção dos movimentos maoístas.....	309
6.3 O braço armado do PCP.....	311
Conclusões.....	315
Anexos.....	321
Fontes e Bibliografia.....	333

INTRODUÇÃO

1. O exílio político dos comunistas portugueses

1.1 Organização da tese e estratégia metodológica da investigação

O objecto da estudo e respectiva problematização nas várias dinâmicas suscitadas pelo recorte cronológico delimitado encontram-se definidos no início da presente tese, apresentando-se depois a produção historiográfica e as fontes existentes sobre a temática em causa, tendo em especial consideração a importância da memória dos protagonistas e os mecanismos de activação como fontes históricas. A investigação assentou na aquisição prévia de conhecimentos noutras áreas científicas, no sentido de identificar as estratégias mais adequadas para a resolução de problemas concretos.

Em primeiro lugar, os processos de construção das memórias, o seu significado individual e colectivo, bem como as formas de inscrição no espaço público, exigiam uma abordagem específica. Nesse sentido, a investigação beneficiou da *imersão* no plano de estudos do programa de doutoramento em Antropologia do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, orientado pelos investigadores Elsa Peralta e Paulo Granjo, que disponibilizou as ferramentas teóricas necessárias para a interpretação das memórias narradas dos exilados como potenciais fontes de conhecimento histórico.

A abertura de caminho para a transformação dos testemunhos de protagonistas directos em fontes históricas exigiu depois a utilização de uma metodologia específica: a História Oral, cujos fundamentos teóricos e práticos foram adquiridos através do plano de estudos do programa de doutoramento em História Moderna e Contemporânea do ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa, orientado pela investigadora Luísa Tiago de Oliveira.

Por último, a investigação exigia a criação de um conceito operativo que viabilizasse a concretização dos objectivos definidos. O que implicou um estudo prévio para a identificação das potenciais categorias aplicáveis ao exílio político e posterior diferenciação entre emigrados, refugiados, expatriados e exilados, tendo essencialmente como base as investigações desenvolvidas na área da ciência política. É assim

apresentado um *estado da arte* também sobre esta categorização, mas, acima de tudo, o processo de construção do necessário conceito operativo da tese.

O conceito de *Exílio Político Funcional*¹ viabilizou assim a investigação e conferiu o necessário sentido à narrativa histórica sobre o exílio dos comunistas portugueses entre 1960 e 1974. A sua definição surge na sequência de uma abordagem transnacional e comparada ao exílio através da perspectivação das experiências dos comunistas espanhóis e portugueses². O que permitiu sintetizar as características da actividade de ambos os partidos e as circunstâncias em que lutaram na clandestinidade, no sentido de encontrar pontos divergentes e convergentes para proceder à pretendida diferenciação.

A operacionalização do conceito de *Exílio Político Funcional* efectua-se através da sua aplicação no estudo concreto dos colectivos de exilados comunistas portugueses. Esta estratégia metodológica, baseada na flexibilidade e no pluralismo de recursos, permitiu a utilização de vários métodos de investigação e a valorização determinante dos testemunhos dos exilados como fontes históricas³. A procura de significados, através de uma análise empírico-analítica à constituição, formação e dissolução dos colectivos de exilados em Moscovo, Ivanovo, Praga, Bucareste e Paris, enquanto interligação da investigação com as realidades fragmentadas⁴, permitiu a construção de um modelo analítico fundamentado no *conceito de Exílio Político Funcional* e que se aplicou na análise das dinâmicas do movimento comunista internacional.

Baseada na metodologia qualitativa⁵, a estratégia de investigação revelou-se adequada ao imprescindível rigor científico e, simultaneamente, às fontes e variáveis do objecto de estudo. Também por isso, o recurso pontual à abordagem quantitativa afigurou-se adequada para a recolha de amostras referentes aos processos de constituição dos exilados, tendo em consideração os motivos individuais de saída para o *exterior* e condições de permanência. Em termos conceptuais, procurou-se analisar factos e

¹ Consultar nos anexos **QUADRO 1 – EXÍLIO POLÍTICO FUNCIONAL**, 323.

² Heinz-Gerhard Haupt and Jürgen Kocka, *Comparative and transnational History* (New York: Berghahn Books, 2009).

³ Abraham Kaplan, *The conduct of inquiry: methodology of behavioral science* (New Brunswick and London: Transaction Publishers, 2009).

⁴ John W. Creswell, *Research design – Qualitative, quantitative, and mixed methods approaches* (London: Sage Publications, 2014).

⁵ Norman K. Denzin and Yvonna S. Lincoln, edit, *The Sage handbook of qualitative research* (London: Sage Publications, 2005).

fenómenos susceptíveis de medição e comparação entre si⁶. A sistematização destes dados individuais contribuiu para viabilizar a fundamentação teórica do conceito operativo de *Exílio Político Funcional* enquanto modelo explicativo⁷, que parte da projecção de uma matriz de unidades estudadas individualmente, isto é, causa do exílio/funções desempenhadas.

Esta estratégia de geometria variável da investigação permitiu cumprir os objectivos estabelecidos na definição do objecto de estudo e na sua consequente problematização.

1.2 Definição do objecto de estudo

As dinâmicas produzidas pelo comunismo têm sido abordadas pela historiografia contemporânea numa lógica de longo confronto entre vencedores e vencidos e frequentemente associadas aos debates protagonizados pelos intervenientes directos, que reivindicam para si próprios uma certa exclusividade interpretativa.

Esta investigação ambiciona ir além desta disputa pela hegemonia representativa.

Nem o comunismo triunfou enquanto narrativa revolucionária de carácter universal em busca de uma profunda transformação das sociedades, nem a queda do Muro do Berlim e a implosão da União Soviética representaram o *fim da História*⁸ e a vitória final do capitalismo.

Marc Ferro insurge-se com oportunidade contra a «mesquinhez que há em decretar o *fim da História*» e Tony Judt acrescenta as dinâmicas da permanente mudança: «Recostámo-nos e felicitámo-nos por termos ganho a Guerra Fria: uma maneira certa de perder a paz. Os anos de 1989 a 2009 foram comidos pelos gafanhotos»⁹¹⁰, sintetiza, referindo-se às crises financeiras e políticas que na viragem do milénio colocaram em causa os modelos político-económicos que *sáiram vencedores* da Guerra Fria.

As «pulsões pós-colonialistas»¹¹ manifestadas pela Rússia no Cáucaso e na Ásia Central no presente século, bem como as erupções violentas que ocorrem desde finais do século passado com considerável frequência no espaço anteriormente dominado pela União

⁶ Clara Pereira Coutinho, *Metodologia de investigação em ciência sociais* (Coimbra: Almedina, 2014).

⁷ Wilfred Carr e Stephen Kemmis, *Teoría crítica de la enseñanza* (Barcelona: Martínez, 1998).

⁸ Francis Fukuyama, *O Fim da História e o Último Homem* (Lisboa: Gradiva, 1992).

⁹ Marc Ferro, *O Regresso da História* (Lisboa: Bertrand Editores, 2012), 13.

¹⁰ Tony Judt, *Um tratado sobre os nossos actuais descontentamentos* (Lisboa: edições 70, 2012), 135-146.

¹¹ Ferro, *O regresso...*, 13.

Soviética, podem indicar que as últimas décadas não correspondem a tempos de transição e que os resquícios da Guerra Fria continuam a adiar a consolidação de uma etapa pós-comunista¹².

O que significa que o papel desempenhado pelo PCP neste contexto e posterior desenvolvimento na dinâmica da Détente adquire um interesse renovado, tendo em consideração as especificidades que pela primeira vez se verificam na sua história: o exílio do seu secretário-geral, a constituição de colectivos de exilados políticos comunistas em vários países do leste europeu entre 1960 e 1974 e a sua consequente exposição às aos fluxos e refluxos do movimento comunista internacional.

Este objecto de estudo pressupõe a identificação das especificidades do PCP na conjuntura de oposição às ditaduras ibéricas; uma análise à disputa com os movimentos maoístas portugueses no âmbito da ruptura sino-soviética, e a reacção às tentativas de construção de modelos socialistas fora da órbita de Moscovo¹³; e, por fim, a avaliação do seu eventual papel nas ligações entre o PCUS e os movimentos africanos¹⁴.

Importa desde logo ter em consideração que a experiência do exílio começou por retirar o PCP das margens do movimento comunista internacional, mas a integração nas suas dinâmicas acabou também por resultar numa exposição dos dirigentes e funcionários à realidade sem quaisquer *filtros*. O que resultou para muitos deles numa experiência refundadora, no sentido em que, na sequência dos eventos em que se envolveram, entraram em ruptura com o PCP e assumiram-me como acérrimos adversários.

O recorte temporal inicia-se com fuga de Álvaro Cunhal do Forte de Peniche no dia 3 de Janeiro de 1960 e consequente instalação na União Soviética no ano seguinte para evitar a recaptura. É a primeira experiência de exílio do PCP ao seu mais alto nível e que acabará por abrir caminho à *saída* de outros membros do Secretariado e à constituição de colectivos de exilados políticos que se encontrassem em situação de risco¹⁵.

¹² A narrativa histórica deste período pode ser conferida através dos volumes *The Cambridge History of the Cold War*, edit. Melvyn P. Leffler e Odd Arne Westad; cfr. ainda a síntese de Federico Romero, «Cold War historiography at the crossroads», *Cold War History*, n.14:4 (2014): 685-703.

¹³ A fundação de movimentos maoístas por ex-comunistas portugueses e o apoio do PCP à invasão de Praga provocaram rupturas profundas no partido.

¹⁴ Trata-se de uma temática complexa, cujo estudo justifica na plenitude investigações autónomas.

¹⁵ A conceptualização destas circunstâncias constitui o conceito de *Exílio Político Funcional* enquanto base explicativa da problemática identificada na tese.

O regresso à liberdade do secretário-geral do PCP ficou marcado pelo risco iminente de ser preso¹⁶ e uma quarta captura por «actividades políticas subversivas»¹⁷ poderia levar à «prisão perpétua»¹⁸. Álvaro Cunhal justificou indirectamente o seu exílio descrevendo a situação no *interior*: «Todo o aparelho do Estado está voltado para a repressão do movimento operário democrático»¹⁹, explicando que «meios de transporte, ruas dos centros urbanos, estradas e atalhos, eram intensamente vigiados». Neste ambiente de «rusga permanente», restava apenas a fuga para o *exterior*.

O exílio começou assim por se constituir conceptualmente como um recuo estratégico de carácter transitório, mas a *saída* do líder comunista acabou, de facto, por criar condições objectivas para muitos outros comunistas se instalarem no *exterior*. Primeiro, na União Soviética; depois, em Bucareste²⁰, Praga²¹ e em Paris²². O que forçou a sucessiva adaptação às circunstâncias que resultaram da exposição aos efeitos das várias tensões registadas no movimento comunista internacional neste período.

Neste sentido, a necessidade de proteger Álvaro Cunhal após a fuga de Peniche, através da sua colocação no exílio, representou não apenas uma nova etapa do combate dos comunistas contra o Estado Novo, mas acima de tudo uma ruptura na longa experiência de clandestinidade do PCP, cujo modelo de direcção assentava num sistema vertical.

Álvaro Cunhal já assumira em 1956 a necessidade do seu exílio para se proteger de uma quase certa *prisão perpétua*. Nessa altura, fê-lo perante o governo de António de Oliveira Salazar. Tinha 43 anos. Estava preso desde Março de 1949, cumprira 15 meses em regime de incomunicabilidade e 7 anos de internamento, sendo que 5 desses anos foram em isolamento²³. Em 24 de Janeiro de 1956, a execução da pena terminou por efeitos de perdões e indultos, mas a renovação sucessiva das medidas de segurança ao

¹⁶ Cfr. Adelino Cunha, *Álvaro Cunhal – Retrato Pessoal e Íntimo* (Lisboa: Esfera dos Livros, 2010), 368.

¹⁷ Álvaro Cunhal esteve detido três vezes: entre Junho de 1937 e Julho de 1938, entre Maio e Novembro de 1940 e entre Março de 1949 e Janeiro de 1960.

¹⁸ A PIDE conseguiu manter Álvaro Cunhal preso muito além da pena inicialmente decidida pelo tribunal, alegando motivos de segurança, cfr. «Documentos da Cadeia do Forte de Peniche», in Álvaro Cunhal, *Obras Escolhidas, vol. II, 1947-1964* (Lisboa: Edições Avante!, 2008), 261-283.

¹⁹ Cfr. «Relatório da Actividade do Comité Central ao VI Congresso», in *Álvaro Cunhal – Obras Escolhidas, vol. III, 1964-1966* (Lisboa: Edições Avante!, 2010), 323.

²⁰ No âmbito da fundação da *Rádio Portugal Livre* com apoios do Partido Comunista da Roménia, enquanto instrumento de propaganda política massiva, característico dos *novos tempos*.

²¹ Plataforma giratória para contactos entre dirigentes do movimento comunista internacional e *porta de entrada* para a União Soviética.

²² Base do PCP para o controlo da luta no *interior* até ao 25 de Abril de 1974.

²³ Em 6 de Dezembro de 1950, foi condenado a 2 anos de prisão maior celular e 8 anos de degredo.

longo dos anos seguintes perspectivava uma detenção extremamente prolongada. Restavam duas saídas a esta percepção da *prisão perpétua*: fugir ou pedir exílio legal.

Num requerimento dirigido ao Ministro da Justiça, Álvaro Cunhal solicitou que fosse considerada a sua libertação ao abrigo de um diploma de 1926, que estabelecia a possibilidade de exílio para o estrangeiro²⁴. Esse pedido foi recusado pelo Estado Novo, mas Álvaro Cunhal acabou mesmo por se exilar para evitar ser novamente preso. A repressão no *interior* deixara como única alternativa o exílio.

Em Março de 1961, o Comité Central do PCP começou por formalizar a sua ascensão a secretário-geral, ocupando assim um cargo que estava propositadamente vago desde a morte de Militão Ribeiro, em 1942. Pouco meses depois de assumir, Álvaro Cunhal exilou-se na União Soviética com uma parte do Secretariado. O que forçou uma significativa reconfiguração da organização directiva e consequente moldagem à estratégia para tomar o poder²⁵, ou seja, a necessidade de preservar no *interior* a essência da luta para o derrubamento do Estado Novo.

Essas novas circunstâncias exigiram uma reorganização orgânica da estrutura dirigente do PCP e de todo o aparelho clandestino. Primeiro, constituiu-se uma comissão executiva para conduzir a actividade política quotidiana no *interior* em coordenação com o Secretariado do Comité Central²⁶. Depois desta recomposição da Direcção, reorganizou-se o aparelho de fronteira, na medida em que se tornou necessário criar ligações permanentes entre os membros da comissão executiva e os dirigentes no exílio. Em terceiro, o aparelho técnico teve igualmente de se adaptar às novas circunstâncias, na medida em que o volume de falsificações de documentos pessoais aumentou de forma significativa na circulação com o *exterior*. Por último, também o aparelho de propaganda, principal meio de contacto com o *exército na clandestinidade*, sofreu alterações através da instalação de três centros tipográficos totalmente autónomos e com os seus próprios aparelhos de distribuição para garantir a sua defesa.

²⁴ Art. 397, 1º, do decreto-lei n. 26643 de 28 de Maio de 1936.

²⁵ Jaime Serra fala mesmo numa «viragem no trabalho da direcção», em *Eles têm o direito de saber o que custou a liberdade* (Lisboa: Edições Avante!, 2004), 185.

²⁶ Essa nova estrutura clandestina foi colocada no Norte, o que representou, segundo Jaime Serra, uma «importante inovação» no esquema de funcionamento de direcção do PCP. Passou a ser coordenada por Alexandre Castanheira e Blanqui Teixeira. A PIDE estava essencialmente focada na região de Lisboa e a transferência dos dirigentes para o Norte provocou dificuldades imediatas no modelo do trabalho repressivo centrado nas rotinas da capital. No plano orgânico, a Comissão Executiva controlava as actividades das Comissões de Organização de Lisboa, Sector Intelectual e Zona Sul, liderada por Domingos Abrantes, Ângelo Veloso e António Gervásio.

A permanência de Álvaro Cunhal e dos membros do Secretariado no *exterior* acabou por favorecer a constituição de colectivos de exilados comunistas, mas o exílio estava sujeito a regras não inscritas. Primeiro: quem se podia exilar? Quem se encontrasse em risco de ser preso ou estivesse *exposto* na PIDE, funcionários com aptidões para o desempenho de tarefas específicas, viúvas e companheiras. Segundo: em que condições se podiam exilar? Mediante o exercício de funções concretas de apoio à luta no *interior* e na perspectiva de um regresso. Sempre de um regresso.

Estas regras fundamentam o conceito de *Exílio Político Funcional*, base analítica e explicativa desta tese.

Falamos de um exílio provisório e dependente do exercício de funções de apoio ao *interior*. Uma exigência que decorria da identidade do PCP e da sua concepção estratégica de tomada do poder desde 1946: a revolução teria de ser feita *de dentro para fora*, isto é, os exilados tinham de trabalhar para o sucesso da revolução *no interior*, na medida em que a libertação do povo tinha de ser obra do próprio povo. Tratava-se de um exílio de compromisso e transitório, na medida em que o *interior* foi sempre o lugar da legitimação revolucionária enquanto prática política e de vida para os comunistas.

A aprovação pelo Comité Central do «Rumo à Vitória - As tarefas do Partido na Revolução Democrática e Nacional»²⁷ consagra em definitivo a tomada de poder baseada na insurreição popular armada, reflectindo assim a identidade revolucionária do PCP: trabalhar diariamente a luta das massas populares para que estas respondessem ao apelo da vanguarda quando as condições políticas estivessem *maduras*²⁸.

A insurreição popular armada apresenta-se assim como o auge de um largo movimento popular organizado na realidade concreta do *interior* e em que as greves parciais e manifestações nacionais se sucederiam até ao choque violento e final contra a máquina repressiva. Era às massas que cabia enquanto motor do processo revolucionário derrubar o regime e aos comunistas assumirem-se como vanguarda. O que reconduz assim ao conceito central de *Exílio Político Funcional*. Os exilados comunistas exerceram funções de propaganda na *Rádio Portugal Livre*, em Bucareste; ligações ao movimento

²⁷ No âmbito dos trabalhos preparatórios do VI Congresso, realizado em Setembro de 1965.

²⁸ Na terminologia marxista-leninista significa existir em simultâneo uma situação revolucionária (condições objectivas) e estarem ao mesmo tempo as classes revolucionárias preparadas para conduzir a acção decisiva e derrubar o poder existente (condições subjectivas).

comunista internacional em Praga até 1968; e, por fim, funções de direcção política e de apoio, através da instalação de Álvaro Cunhal em Moscovo e em Paris a partir de 1965.

A presente tese incide assim sobre um objecto de estudo inovador, tendo em conta as abordagens existentes no âmbito dos estudos sobre o comunismo. Desde logo, a construção de um conceito operativo que viabilizou a investigação empírica dos principais colectivos de exilados comunistas. Essa categorização permitiu interpretar essas realidades atomizadas nas dinâmicas no movimento comunista internacional e nas várias fases da Guerra Fria.

2. Problematização do objecto de estudo

2.1 O mundo depois da guerra

Álvaro Cunhal foi capturado em 1949 pela terceira vez, escapou após mais de uma década na prisão e iniciou em 1961 o exílio na União Soviética. Não só o mundo mudara profundamente neste período de tempo como a própria mecânica do pós-guerra continuava em mutação. O seu regresso à liberdade representou por isso um desafio que se desmultiplicou em várias dinâmicas, isto é, os esforços de adaptação orgânica e estratégica do PCP no combate ao Estado Novo foram fortemente condicionados pelos concomitantes fluxos e refluxos do movimento comunista internacional.

O ambiente da Guerra Fria²⁹ começou por se manifestar quando os países vencedores se reposicionaram ideológica e geopoliticamente e forçaram a bipolarização do mundo através de formação de dois blocos com sistemas sociais, políticos, económicos e militares de vocação universal, incompatíveis e concorrenciais entre si, e com um potencial destrutivo nunca antes registado.

A tensão evoluiu para uma disputa de riscos catastróficos representada por um conflito nuclear que manteve o mundo em suspense: «É difícil dizer exactamente quando começou a Guerra Fria. Não houve ataques de surpresa, nem declarações de guerra, nem mesmo corte de relações diplomáticas», adverte John Lewis Gaddis, acrescentando que existia, contudo, «uma crescente sensação de insegurança ao mais alto nível em

²⁹ A origem do termo encontra-se explicada na obra de Ronald Steel, *Walter Lippmann and the American Century* (Boston: Little, Brown & Company, 1980).

Washington, Londres e Moscovo provocada pelos esforços que os aliados estavam a fazer durante a guerra para garantir a sua própria segurança depois da guerra»³⁰.

A Guerra Fria passou a alimentar-se do medo da guerra e das crises de carácter regional que foi gerando, tendo a União Soviética tomado a iniciativa de criar uma fronteira externa. Por um lado, o comunismo necessitava de um inimigo externo para justificar os seus próprios mecanismos hegemónicos internos. Por outro lado, Estaline procurava anular a percepção colectiva da insegurança, que resultava não apenas da guerra mas também da memória russa de anteriores invasões.

A criação do fosso de segurança no leste permitiu-lhe barricar-se dentro de um regime que se tornou ainda mais fechado, mas cuja defesa exigia ao mesmo tempo uma presença significativa nos países *satelizados* através da exportação do modelo comunista e posterior defesa militar. As *fronteiras* soviéticas deslocaram-se assim para estes *gardening states*³¹.

Igualmente razões de segurança levaram os Estados Unidos a abandonar o seu isolacionismo tradicional, ou seja, a avançar até à Europa para conter a expansão comunista. Primeiro, foram tomadas iniciativas para defender os Estados de Direito (ou melhor: para defender *a Europa*) através da ajuda financeira directa e da universalização de uma espécie de *seguro* para as democracias, isto é, a consagração do primado da lei através de uma organização de segurança colectiva que evitasse novos conflitos³².

A União Soviética respondeu com a recriação de uma organização transnacional focada no controlo e financiamento do movimento comunista internacional e lançou o Cominform para *amarrar* os vários partidos comunistas europeus³³. Eric Hobsbawm explica que «a União Soviética, consciente da precariedade e insegurança da sua

³⁰ John Lewis Gaddis, *A Guerra Fria*, (Lisboa: edições 70, 2005), 38.

³¹ Metáfora utilizada por Zygmunt Bauman em termos sociológicos para se referir ao *cultivo* de sociedades politicamente controladas em ambientes fechados, cfr. *Modernity and Ambivalence* (Cambridge: Polity Press, 1991).

³² O surgimento da Sociedade das Nações apresentava-se como um potencial instrumento de dissuasão por via da lei, mas faltavam ainda mecanismos de outro tipo para evitar que futuras crises económicas se transformassem novamente nas causas da queda das democracias. A resposta surgiu através do Plano Marshall: a ajuda financeira norte-americana permitiu então aos governos europeus proporcionar condições materiais aos cidadãos e evitar os riscos inerentes à pobreza e ao desespero massificado. A ajuda norte-americana ao crescimento económico da Europa estabilizou as democracias e reduziu os potenciais factores de atracção representados pela ideologia comunista.

³³ *A Internacional Comunista – Problemas Político do Movimento Comunista e Operário Internacional*, vol. III (Lisboa: Edições Avante!, 1977).

posição, via-se diante do poder mundial dos Estados Unidos, consciente da precariedade e insegurança da Europa Central e Ocidental e do futuro incerto de grande parte da Ásia», e reforça a sua ideia de que os soviéticos reagiram defensivamente: «Enquanto os Estados Unidos se preocupavam com o perigo de uma possível supremacia mundial soviética num dado momento futuro, Moscovo preocupava-se com a hegemonia de facto dos Estados Unidos no presente, exercida sobre todas as partes do mundo não poupadas pelo Exército Vermelho»³⁴.

A percepção da insegurança colectiva agravou-se com a invasão da Coreia do Sul pelas tropas comunistas do norte. A intervenção dos exércitos maoístas chineses ao lado dos coreanos invasores suscitou uma reacção militar dos Estados Unidos ao abrigo precisamente dos princípios consagrados pela Sociedade das Nações. Não foram utilizadas bombas de destruição massiva muito provavelmente porque um ataque nuclear à China forçaria uma resposta da União Soviética e arrastaria os países europeus aliados dos norte-americanos, mas o conflito perpetuou-se até à morte de Estaline³⁵.

A consciencialização do significado de um confronto entre a NATO e as forças do Pacto de Varsóvia forçou uma nova fase nas relações internacionais. A ideia da absoluta vulnerabilidade tornou-se significativamente mais aguda quando se percebeu o grau de destruição resultante do aprofundamento das novas investigações científicas³⁶. A guerra nuclear total impossibilitava vitórias militares devido à paridade na aniquilação mútua.

A Guerra Fria foi assim evoluindo psicologicamente para a chamada coexistência pacífica, ou seja, a base de um novo relacionamento entre a União Soviética e os Estados Unidos, tendo como motor essa ideia de vulnerabilidade mútua³⁷.

³⁴ Eric Hobsbawm, *A Era dos Extremos* (Lisboa: Editorial Presença, 2011), 232.

³⁵ Ao longo dos anos seguintes, os Estados Unidos passaram a invadir sistematicamente o espaço aéreo soviético com aviões de espionagem para aferir as reais capacidades nucleares dos soviéticos, colocaram mísseis na Europa com capacidade para atingir a União Soviética e invadiram Cuba para impedir a criação de uma *ilha socialista* às portas de Miami. A União Soviética adquiriu capacidade para derrubar os aviões *U2*, e chegou a fazê-lo, começou a apoiar incondicionalmente a revolta cubana e instalou mísseis com capacidade para atingir os Estados Unidos. *O mundo não acabou* apesar da aparente iminência de um conflito global, mas o fosso entre os dois blocos agravou-se substancialmente. A construção do Muro de Berlim em 1961 tornou efectiva a divisão da Europa.

³⁶ Caso das bombas de hidrogénio. Os arsenais garantiam capacidade para se aniquilarem mutuamente e o seu grau de destruição era de tal forma catastrófica que foi necessário estabelecer formas de dissuasão, transformando as armas mais destruidoras da história da humanidade em *instrumentos de política*.

³⁷ Estabeleceram-se os primeiros acordos sobre os ensaios nucleares na atmosfera em 1963 e tentou-se em 1968 travar a proliferação de mais bombas através da redução da sua produção e do impedimento de transferência dessa tecnologia para outros países.

Este reposicionamento das superpotências perante *o medo da guerra* alterou os termos da confrontação. Por um lado, a União Soviética consolidara-se como *pátria do socialismo* e existia na generalidade dos países europeus ocidentais partidos comunistas bastante influentes, cuja força residia substancialmente no carácter da vitória na guerra, ou seja, na *sua* luta de resistência vitoriosa contra os regimes derrotados. Por outro lado, a defesa do modelo de organização económica e social representado pelos Estados Unidos exigia o seu empenho à escala global³⁸. O modelo ocidental tornou-se sinónimo retórico de *liberdade, riqueza e paz social*. Nas palavras de Eric Hobsbawm³⁹, o mundo habituou-se a pensar em termos de «opostos binários», isto é, o capitalismo e o socialismo tornaram-se «alternativas mutuamente excludentes, uma identificada com economias organizadas com base no modelo da URSS, a outra com todo o restante». Trata-se de uma construção arbitrária, mas cuja artificialidade só mais tarde se tornou inteligível. Durante o seu desenrolar, a guerra era ideológica e entre sistemas globais.

As guerras de libertação permitiram que os blocos se fossem testando mutuamente⁴⁰, mas mantinha-se a necessidade de encontrar um patamar mínimo de estabilidade geopolítica perante os inúmeros conflitos que se sucediam em várias regiões do mundo. Os esforços para encontrar pontos de entendimento entre as superpotências *além da força* implicavam uma certa tolerância mútua: «Quando se tornou claro que toda a gente estava no mesmo salva-vidas, ninguém quis balouçá-lo»⁴¹.

2.2 O PCP e as dificuldades da coexistência pacífica

O compromisso tácito da coexistência pacífica constituiu essa garantia até à *crise dos mísseis* no início da década de 60, cujas sequelas forçaram a reinvenção de uma nova plataforma de entendimento entre os blocos. A assinatura de um acordo para limitar os testes nucleares permitiu recuperar um certo espírito da coexistência pacífica⁴². O que

³⁸ A defesa e a promoção expansionista do capitalismo e da democracia implicavam criar instrumentos financeiros transnacionais: o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial surgiram como mecanismos de regulação para reduzir os riscos de colapso das economias, na perspectiva ideológica de que as correcções dos excessos do capitalismo permitiam defender a democracia por via da criação de riqueza. Estava bem presente a memória as guerras iniciadas por regimes totalitários que singraram à custa das incapacidades das democracias para resolverem as crises económicas com que se depararam.

³⁹ Hobsbawm, *A Era...*, 16.

⁴⁰ A perspetivação das dimensões internacionais das questões coloniais portuguesas pode ser efectuada através de Miguel Bandeira Jerónimo e António Costa Pinto, org., *Portugal e o fim do colonialismo* (Lisboa: edições 70, 2014).

⁴¹ Gaddis, *A Guerra Fria...*, 186.

⁴² A perspectiva dos Estados Unidos está narrada de forma clara por Arthur M. Schlesinger em *A Thousand Days – John F. Kennedy in the White House* (New York: Mariner Book, 2002).

surgiu em contraciclo para o PCP, na medida em que Álvaro Cunhal, recém-chegado ao exílio, impunha ao mesmo tempo uma nova estratégia para a tomada do poder em Portugal baseada na violência revolucionária, cujos fundamentos colidiam com a reconfiguração da disputa entre o movimento comunista e os Estados Unidos.

A Détente⁴³ renovou esse compromisso para equilibrar antagonismos e estabilizar a Guerra Fria através de um novo espírito de cooperação⁴⁴. O sistema bipolar tornou-se *previsível*: «Tal como a Guerra Fria “congelara” os resultados da Segunda Guerra Mundial, a Détente pretendia “congelar” a Guerra Fria»⁴⁵. Não se tratava de encerrar o conflito, dada a profundidade das divergências, mas de estabelecer *regras de gestão*.

O Muro de Berlim acabou por se tornar aceitável, as doutrinas militares de destruição massiva foram incorporadas na normalidade através da assinatura de acordos para travar a corrida a novo armamento, e a orientação dos regimes políticos locais passou a ser respeitada em função das esferas de influência tacitamente pré-determinadas. O que correspondia a aceitar o mundo *tal como ele era*, isto é, aceitar os regimes totalitários e as economias planificadas. O seu fim passou a depender simplesmente do passar do tempo. É neste contexto histórico que se situa o objecto da tese e que importa colocar em perspectiva para viabilizar o estudo dos exilados comunistas portugueses.

Esta dinâmica internacional provocou dificuldades ao PCP durante toda a década de 60. Por um lado, a aceitação dos princípios da coexistência pacífica parecia corresponder ao reconhecimento da coexistência de classes opostas exactamente num período em que o PCP recuperava a ideia do levantamento nacional como «choque armado violento» entre classes. Por outro lado, a ruptura sino-soviética produzira uma forte contestação interna em defesa da luta armada contra o Estado Novo, cuja radicalização não encontrava resposta nessa nova estratégia para a tomada do poder.

⁴³ Os investigadores divergem nas datas de referência, mas existem dois arcos temporais maioritários: 1962-1979, correspondente ao período entre o fim da crise dos mísseis e a assinatura entre Jimmy Carter e Leonid Brejnev do segundo acordo limitativo de armas estratégicas ofensivas (SALT II); 1964-1968, referente ao recorte temporal entre a substituição efectiva de Nikita Krutchev por Leonid Brejnev e a Primavera de Praga. O fim do primeiro arco também coincide com a invasão soviética do Afeganistão, enquanto o segundo inclui a guerra do Vietname (1964-1975) como conflito estruturante. A eleição de Ronald Reagan em 1981, a consolidação da supremacia norte-americana resultante da SDI (*Strategic Defence Initiative*) e o posterior reconhecimento dessa desvantagem por Mikhail Gorbatchov, surgem no período pós-Détente, considerado por alguns autores como o recomeço de uma nova fase da Guerra Fria.

⁴⁴ Cfr. Wilfried Loth e Georges-Henri Soutou, edit., *The Making of Détente – Eastern and Western Europe in the Cold War, 1965-75* (New York: Routledge, 2014).

⁴⁵ Gaddis, *A Guerra Fria...*, 202.

Álvaro Cunhal enfrentou estas dificuldades argumentando que a coexistência pacífica expressava por si própria a visão marxista da luta de classes⁴⁶, ou seja, rejeitava a admissibilidade da coexistência entre classes antagónicas: «A política de coexistência pacífica não representa nem conciliação de classes, nem abrandamento da luta libertadora dos povos submetidos ao jugo imperialista, nem exclusão de revoluções armadas ou de guerras justas de libertação»⁴⁷.

Uma ideia que explicitaria mais tarde, no âmbito do *Rumo à Vitória*: «A existência de interesses comuns das classes não monopolistas na luta contra a ditadura não significa por si que a unidade entre elas seja forçosamente estabelecida através de agrupamentos políticos que as representam», acrescentando: «Não, não adoptaremos uma linha sectária que, a coberto da pretensão de alcançar a verdadeira “revolução”, conduziria ao isolamento do Partido, à entrega efectiva de toda a direcção do movimento democrático à burguesia, à criação de condições não para a realização de uma revolução democrática e nacional, mas para a instauração de uma nova forma de ditadura burguesa»⁴⁸.

Revelando esse esforço para conciliar a coexistência pacífica assumida pela União Soviética com a defesa da insurreição armada em Portugal, Álvaro Cunhal explicava que a passagem para as sociedades socialistas dependia das condições concretas de cada país, ou seja, «do grau de desenvolvimento do capitalismo, do tipo de estado da burguesia, da intensidade da sua resistência ao ascenso do movimento revolucionário, da correlação de forças das várias classes sociais, do sistema de alianças, da maturidade política e da organização da classe operária e da sua vanguarda». Contudo, os emergentes movimentos maoístas alimentavam-se precisamente da crítica à ideia da coexistência pacífica como uma capitulação ao imperialismo, na medida em que a União Soviética *sufocara os movimentos revolucionários* para partilhar esferas de influências com os Estados Unidos. O que a tornara *imperialista* e o PCP *revisionista*.

2.3 Dinâmicas do mundo contemporâneo

O exílio político dos comunistas portugueses como objecto de estudo pode ser definido no arco temporal concreto entre a instalação de Álvaro Cunhal na União Soviética e o

⁴⁶ Cfr. Raymond Aron, *Karl Marx* (Lisboa: Publicações D. Quixote, 2015), 21-40.

⁴⁷ «A situação no movimento comunista internacional», informe apresentado na reunião do Comité Central de Agosto de 1963, em Cunhal, *Obras Escolhidas, vol. II...*, 380-415.

⁴⁸ Cunhal, *Obras Escolhidas, vol. III...*, 114-116.

seu regresso a Portugal, mas as dinâmicas internacionais no qual se insere prolongam-se para lá da queda do Muro de Berlim. É essa realidade que se reflecte nos debates historiográficos internacionais produzidos desde então.

O mundo *não acabou*, mas o temor colectivo de uma guerra nuclear durou cerca de 40 anos, ou seja, até ao inesperado processo de derrocada do bloco soviético em 1989 e posterior desintegração em 1991. O epicentro histórico deste evento de carácter *cataclísmico* encontra-se para lá do recorte temporal da tese, mas foram as dinâmicas da própria Guerra Fria que permitiram a ascensão de Mikhail Gorbatchov em 1985 e consequente liderança do processo que conduziu ao colapso da União Soviética.

Os comunistas portugueses foram testemunhas directas ou mesmo protagonistas relevantes no surgimento de algumas das fissuras que se foram abrindo no bloco comunista a partir das décadas de 60 e 70 e cujas políticas de enfrentamento mudaram radicalmente com a ascensão de Mikhail Gorbatchov. Na política externa, por exemplo, a invasão da Checoslováquia contou com o apoio incondicional do PCP e as imposições internas de Álvaro Cunhal provocaram uma cisão entre os comunistas portugueses exilados em Praga que se insurgiram contra Moscovo. Quando as fissuras reabriram anos mais tarde, Mikhail Gorbatchov deixou simplesmente que a Checoslováquia trilhasse o seu próprio caminho sem qualquer envolvimento militar soviético.

O jovem líder soviético recusou mimetizar a política militarista da gerontocracia do Kremlin quando assumiu o poder e adoptou perante a comunidade internacional o princípio do direito à autodeterminação dos *gardenig states*. O Ocidente recompensou-o com a atribuição do prémio Nobel da Paz, mas essa *passividade libertadora* acabou por permitir não apenas a queda do Muro de Berlim, como também o desmoronar da fronteira externa da União Soviética e pouco depois da própria União Soviética.

A sua ascensão começou por ter um propósito lógico para as elites militares e políticas soviéticas: reformar o sistema económico para recuperar capacidade financeira e assim responder ao avanço nuclear e científico conquistado pelos Estados Unidos com o fim da Détente e a consagração da SDI (*Strategic Defence Initiative*) na lógica da nova fase da Guerra Fria. O tempo tornara-se num factor vital para a sobrevivência do bloco comunista, na medida em que a SDI representava o derradeiro trunfo dos Estados Unidos para garantir num curto espaço de tempo a sua hegemonia nuclear. Era por isso

essencial para a União Soviética que a sua economia voltasse a crescer, mas havia que retardar a SDI enquanto as reformas não produzissem resultados para financiar o desenvolvimento militar e tecnológico. Como? Construindo pontes consistentes com os aliados europeus dos Estados Unidos e tomando a iniciativa de desarmamento como prova de boa-fé para abrandar o entusiasmo de Ronald Reagan. Tratava-se *teoricamente* de aplicar *de facto* a coexistência pacífica entre os dois blocos através da adopção de medidas concretas que permitissem a sobrevivência simultânea de ambos os sistemas.

O perfil tecnocrático e a idade de Mikhail Gorbatchov representavam uma boa oportunidade para esta *derradeira cartada*. Tudo parecia resumir-se a ganhar tempo através da reconversão de todo o sistema soviético. Tendo por base esse *novo pensamento político*, a União Soviética começou por tomar várias medidas unilaterais de desarmamento e tentou depois envolver os Estados Unidos nesse *esforço conjunto*⁴⁹. Não se tratava de impedir o projecto norte-americano, mas sim de desdramatizar a sua perigosidade através da obtenção de garantias quanto à plena operacionalidade.

As razões do fracasso desta estratégia vieram de dentro do próprio regime soviético. A *perestroika* falhou enquanto processo reformista e a transparência representada pela *glasnot* libertou as energias cívicas e sociais há muito adormecidas, mas sem produzir os resultados desejados. O sistema económico revelou-se insusceptível de qualquer mudança que permitisse ganhar a tão desejada competitividade, ao mesmo tempo que os efeitos da abertura política degradaram a base de apoio partidário e o avanço militar dos Estados Unidos se tornou cada vez mais evidente.

Mikhail Gorbatchov acabou traído pelos seus anteriores apoiantes políticos e militares. A necessidade de credibilizar as garantias de paz tinham-no levado a abandonar o uso da força militar nos países do Leste em nome da *soberania limitada* proclamada por Brejnev. Essa promessa do respeito pela autodeterminação dos povos teve custos. O extinguir do motor revolucionário internacional era a única forma de evitar a consagração da SDI em todas as suas dimensões. Em termos simples, significou para a União Soviética abandonar a sua política de *subversão internacional* herdada de Lenine e consolidada nas décadas seguintes.

⁴⁹ Freitas do Amaral, *Glória e tragédia de Gorbatchov* (Lisboa: edições Almedina, 2012), 16-20.

Os *gardening states* libertaram-se de Moscovo e iniciaram de imediato processos de abertura política interna, fazendo Mikhail Gorbatchov perder rapidamente o apoio dos sectores militares quando as repúblicas bálticas abriram os processos de independência. O mundo comunista começou a cair numa sucessão de peças de dominó e Moscovo ignorou todos os apelos de auxílio dos regimes outrora *irmãos*⁵⁰.

Os seis anos de poder de Mikhail Gorbatchov acabaram por reconfigurar profundamente as relações internacionais com o desaparecimento do bloco comunista, mas terá a queda do Muro de Berlim marcado efectivamente o encerramento da Guerra Fria?

Tony Judt⁵¹ perspectiva todo este período como transitório, ou seja, «um parêntesis do pós-guerra, uma componente inacabada de um conflito que terminara em 1945, mas cujo epílogo durou mais de meio século». Eric Hobsbawm fala num período histórico coerente já encerrado: «Não se pode duvidar seriamente de que em fins dos anos 80 e início dos anos 90 se encerrou uma era da história mundial e começou outra nova»⁵².

Mas o que ficou *realmente* encerrado em 1989/91?

As dificuldades das antigas Repúblicas Soviéticas para estabilizarem as suas independências, a desagregação violenta da antiga Jugoslávia e o eclodir de sucessivas crises nacionalistas na esfera de influência directa da Rússia apontavam para uma dinâmica permanente. A própria Europa aprofundou a sua reconfiguração. A criação da Comunidade Económica Europeia (CEE) em 1957 permitiu vincular a Alemanha ocidental ao compromisso de construção de um projecto europeu comum e acalmar os receios dos restantes países. «A União Europeia nasceu da agonia da guerra e em resposta ao horror do Holocausto», recorda o sociólogo alemão Ulrich Beck, acrescentando que «a Europa é uma aliança de antigas culturas mundiais e superpotências que procuram uma saída da sua histórica bélica»⁵³.

⁵⁰ Mikhail Gorbatchov conseguiu inicialmente preservar a integridade da União Soviética e uma dose generosa de boa-fé quanto ao processo de *democratização* interna dentro dos limites do *socialismo humano e democrático*, mas o chamado *vírus nacionalista* acabou por atingir o coração da União Soviética: a emergência da Rússia nacionalista levou consigo a Ucrânia e a Bielorrússia para uma nova realidade política que extinguiu a União Soviética. A marca mais forte da desagregação encontra-se no seu carácter imprevisível apesar das grandes meta-narrativas posteriores que ainda procuram explicações.

⁵¹ Tony Judt, *Pós-Guerra – História da Europa desde 1945* (Lisboa: edições 70, 2011).

⁵² Hobsbawm, *A Era...*, 17.

⁵³ Beck Ulrich, *A Europa Alemã* (Lisboa: edições 70, 2013), 36-37.

Mas a verdade é que a reunificação da Alemanha e consequente reposicionamento no centro e no leste iniciou um processo de consequências ainda por avaliar, nomeadamente os efeitos da fragilização política do eixo Berlim-Paris e os riscos de desagregação da moeda única como expressão de uma certa ideia de Europa unida e próspera. «O que está em causa é impedir o colapso dos valores europeus de abertura ao mundo, paz e tolerância», continua Beck Ulrich, concluindo depois que «a perspectiva económica ignora que não estamos apenas perante uma crise da economia (e do pensamento económico). Estamos sobretudo perante uma crise da sociedade e do “político” – assim como da compreensão predominante da sociedade e da política».

Se a Guerra Fria terminou *de facto* com a reunificação da Alemanha e a posterior desagregação da União Soviética, não deixa de ser verdade que o processo continua ainda em aberto e aparentemente longe de se estabilizar como *fim de ciclo*.

O potencial dos estudos sobre o comunismo e os comunistas portugueses adquire por isso uma renovada importância nesta dinâmica. Eric Hobsbawm é claro: «Os jornalistas e ensaístas filosóficos que detectaram o “fim da história” na queda do império soviético estavam errados»⁵⁴. As consequências do fim da Guerra Fria continuam a manifestar-se, na medida em que «o colapso dos regimes comunistas entre Áustria e Vladivostoque não só produziu uma enorme zona de incerteza política, instabilidade, caos e guerra civil, como também destruiu o sistema internacional que dera estabilidade às relações internacionais durante cerca de quarenta anos», sintetiza o mesmo historiador.

3. A produção historiográfica e as fontes

3.1 As raízes dos estudos sobre o comunismo

Os debates historiográficos internacionais pós-1989 começaram por se concentrar no fracasso do comunismo como *ideologia de combate* e nas consequências da hegemonia do capitalismo, mas ao longo dos últimos anos verificou-se uma transferência do objecto de estudo para a compreensão dos processos revolucionários nacionais e a sua interligação com o contexto internacional do pós-guerra. O tema do comunismo não só tem preservado todo o seu interesse como em variadas circunstâncias surge em destaque, seja por via da abertura de novos arquivos, seja pela ocorrência de sucessivas

⁵⁴ Hobsbawm, *A Era...*, 20.

implosões político-militares nos países do antigo *bloco de leste*. É nesse sentido que alguns historiadores falam numa «historiografia em plena renovação»⁵⁵.

Em Portugal, os estudos passíveis de serem incluídos na temática do comunismo começaram naturalmente depois do 25 de Abril, mas fortemente limitados pelo contexto historiográfico da época: «Só a partir de meados da década de 80 começaram a aparecer as obras que efectivamente renovaram a nossa História e lhe garantiram um lugar decente nos meios académicos internacionais», adverte José Mattoso⁵⁶.

Os primeiros trabalhos tiveram como foco o movimento operário e depois o período da fundação do PCP. Importa destacar nesta fase os estudos de Manuel Villaverde Cabral⁵⁷, César Oliveira⁵⁸, João Quintela⁵⁹ e o início das investigações de José Pacheco Pereira⁶⁰, que acabaram mais tarde por se constituir como o principal ponto de referência para o estudo do PCP e do comunismo em Portugal. Na sua fase inicial, a história do movimento operário em Portugal era ainda encarada como a própria história que o PCP projectava de si próprio, por exemplo, através da reedição de textos de Bento Gonçalves publicados clandestinamente⁶¹. Importa ainda destacar o esforço de José Alexandre Magro⁶² para produzir (com pseudónimo) uma síntese da história do PCP, embora dentro da mesma dinâmica do movimento operário. Já as abordagens ao comunismo ensaiadas por Francisco Martins Rodrigues, e os seus próprios testemunhos, estão inseridas numa dinâmica de dissidência que acabou por se consumir na década de 60⁶³.

⁵⁵ Romain Ducoulombier, *História do Comunismo no século XX* (Lisboa: edições texto&grafia, 2014), 14.

⁵⁶ *Ler*, n.137 (2015): 36.

⁵⁷ Manuel Villaverde Cabral, *O operariado nas vésperas da república 1909-1910* (Lisboa: Presença, 1977); *Portugal na alvorada do século XX* (Lisboa: A Regra do Jogo, 1979).

⁵⁸ César Oliveira, *O primeiro congresso do PCP* (Lisboa: Seara Nova, 1975); *O Movimento Sindical Português. A primeira cisão* (Mem Martins: Publicações Europa-América, s.d.).

⁵⁹ João G.P. Quintela, *Para a História do Movimento Comunista em Portugal: 1. A Construção do Partido (1º Período 1919-1929)*, (Porto: Afrontamento, 1976).

⁶⁰ José Pacheco Pereira, *Questões do movimento operário e a revolução russa de 1917* (Porto: ed. Autor, 1971); José Pacheco Pereira, *As lutas operárias contra a carestia de vida em Portugal – A greve geral de Novembro de 1918* (Lisboa: Portucalense Editora, 1971); «Contribuição para a história do PCP na I República (1921-26)», *Análise Social*, n.67-68-69 (1981): 696-713; «Problemas da história do PCP», *O fascismo em Portugal* (Lisboa: A Regra do Jogo, 1982).

⁶¹ Bento Gonçalves - *Os Comunistas* (Porto: A Opinião, 1976); *Palavras Necessárias – A vida proletária em Portugal de 1872 a 1927* (Porto: Inova, 1974); e o texto «Duas Palavras». Cfr também Bento Gonçalves, *Inéditos e Testemunhos*, coord. Alberto Vilaça (Lisboa: Edições Avante!, 2003).

⁶² Ramiro da Costa, *Elementos para a história do movimento operário em Portugal*, 2 vols, (Lisboa: Assírio & Alvim, 1978).

⁶³ Francisco Martins Rodrigues, *Elementos para a História do Movimento Operário Português* (s.l: s.e., s.d.); *Socialismo em Liberdade* (Porto: Brasília, 1975); *Os anos do silêncio* (Lisboa: edições Dinossauro/Abrente Editora, 2008), esta obra foi publicada postumamente e reúne textos escritos sobre os tempos da clandestinidade e da prisão.

3.2 As memórias dos protagonistas

A literatura de carácter memorialista começou também a dar os seus primeiros passos nos primeiros anos da democracia e prolongou-se até à actualidade⁶⁴. Por um lado, através dos mecanismos oficiais com a publicação de testemunhos que visavam exaltar aspectos particulares da vida do PCP, por exemplo, as suas bases fundacionais e algumas marcas da vida clandestina e da luta contra o Estado Novo⁶⁵. Por outro lado, por intermédio das experiências de carácter autobiográfico de dissidentes, alguns dos quais exerceram elevadas funções no PCP, casos de Cândida Ventura⁶⁶, Zita Seabra⁶⁷, Rui Perdigão⁶⁸, Silva Marques⁶⁹, Carlos Gaspar⁷⁰, Mário Dionísio⁷¹, Francisco Ferreira⁷², Flausino Torres⁷³ e Carlos Brito⁷⁴.

Trata-se, porém, de um número reduzido de testemunhos, tendo em consideração os casos existentes. O que se poderá entender através do carácter traumático da experiência do exílio, na medida em que os exilados sofreram um conjunto de mudanças radicais nas suas vidas: desde a saída do país de origem à própria viagem para o destino, passando pela confrontação com uma nova sociedade, a ruptura com o seu passado, a desestruturação da vida quotidiana e o *anonimato* junto das comunidades de acolhimento, ou seja, a diluição da biografia individual na dinâmica colectiva.

Francisco Ferreira viveu durante 26 anos na União Soviética e adjectivou o final da experiência como uma situação penosa de «isolamento severo» e «solidão» susceptível

⁶⁴ A introdução à temática memória/esquecimento na actividade política pode ser acompanhada em Michael Pollak, «Memória, esquecimento, silêncio», *Estudos Históricos*, vol. 2, n. 3 (1989): 3-15; «Memória e identidade social», *Estudos Históricos*, vol. 5, n. 10 (1992): 200-212.

⁶⁵ Por exemplo: Francisco Miguel, *Uma vida na revolução* (Porto: A Opinião, 1977); Miguel Fernando Bernardes, *Escrito na Cella* (Lisboa: Edições Avante!, 1982); José Dias Coelho, *A Resistência em Portugal* (Porto: Editorial Inova, 1974); Maria Luísa Costa Dias, *Crianças Emergem da Sombra – Contos da Clandestinidade* (Lisboa: Edições Avante!, 1982); Gina Freitas, *A Força Ignorada das Companheiras* (Lisboa: Plátano, 1975); Joaquim Pires Jorge, *Com Uma Imensa Alegria* (Lisboa: Edições Avante!, 1984).

⁶⁶ Cândida Ventura, *O Socialismo que Eu Vivi* (Lisboa: edições O Jornal, 1984).

⁶⁷ Zita Seabra, *O Nome das Coisas* (Mem Martins: Europa América, 1988); *Foi assim* (Lisboa: Alêtheia, 2007)

⁶⁸ Rui Perdigão, *O PCP visto por dentro e por fora* (Lisboa: Fragmentos, 1988).

⁶⁹ J. A. Silva Marques, *Relatos da clandestinidade: o PCP visto por dentro - Testemunho e análise crítica da acção do PCP nos anos da ilegalidade*, (Lisboa: edições Jornal Expresso, 1976).

⁷⁰ Carlos Gaspar, *Rumo à Memória* (Lisboa: Quetzal, 1992).

⁷¹ Mário Dionísio, *Autobiografia* (Lisboa: O Jornal, 1987).

⁷² Francisco Ferreira, *Álvaro Cunhal – Herói Soviético*, (s.l.: edição de autor, 1976); Francisco Ferreira, *26 Anos na União Soviética* (s.l.: Afrodite, s.d.).

⁷³ Flausino Torres, *Diário da batalha de Praga* (Porto: Edições Afrontamento, 2008).

⁷⁴ Carlos Brito, *Tempos de subversão – Páginas vividas da resistência* (Lisboa: edições Nelson de Matos, 2011).

de se agravar quando o exilado se transformava em «dissidente». A ruptura correspondia à *desvalorização* para exilado económico. O que levou Francisco Ferreira a concluir que «o exílio na União Soviética tornou-se «uma aventura arriscada»⁷⁵.

A invasão de Praga e a prisão dos dirigentes checoslovacos provocaram a ruptura de Cândida Ventura com o comunismo: «Vivi o pior momento da minha vida, momento de angústia (que reaparece sempre que rememoro esses trágicos acontecimentos)». As memórias traumáticas produzidas pela experiência do exílio reproduzem sensações extremas como «decomposição física» e incapacidade para ouvir, falar ou estar de pé. «Não sei às quantas do romper do dia levaram-me, a esvaír-me em sangue, para o hospital». O trauma tornou-se violência silenciosa: «No ano de 1968 tinha rompido interiormente com o Partido Comunista e cada dia que passava me dava a importância da responsabilidade do silêncio»⁷⁶.

A investigadora Elsa Peralta adverte que as memórias individuais «são construídas de forma dinâmica, conflitual, selectiva e dialógica, não se limitando à modelação importada por um grupo exclusivo»⁷⁷. De facto, três anos após ter quebrado a sua *narrativa de silêncio*, Cândida Ventura escreveu as memórias do exílio para *esquecer* o carácter violento da experiência na Checoslováquia e assumiu a ruptura com o PCP, ou seja, estabilizou o seu sistema de representação do passado com uma significação do presente⁷⁸. Elsa Peralta acrescenta que «a memória é um esquema interpretativo transmitido ao longo do tempo», o que justifica a evocação de uma aceção de memória como *verdade* ou como *conhecimento tácito*. A inscrição no espaço público das memórias de Cândida Ventura permitiu-lhe transmitir a *sua verdade* do passado para interpretar o mundo presente, isto é, adequou *o que realmente aconteceu* às necessidades do tempo corrente. É o passado representado em cada presente.

No seu estudo de caso sobre a transmissão do trauma, Carol A. Kidron⁷⁹ cita os refugiados do Camboja vítimas dos Khmers Vermelhos que optaram por omitir as suas memórias traumáticas por motivos culturais. Rememorar as experiências traumáticas

⁷⁵ Ferreira, *26 Anos na...*, 188.

⁷⁶ Ventura, *O Socialismo...*, 143.

⁷⁷ Elsa Peralta, «Abordagens teóricas ao estudo da memória social: uma resenha crítica», *Antropologia, Escala e Memória*, n.2 (2007): 16.

⁷⁸ Cfr. Stuart Hall, *Representation: Cultural Representations and Signifying Practices* (London: Sage Publications, 1997).

⁷⁹ Carol A. Kidron, «Silent legacies of trauma: a comparative study of cambodian Canadian and Israeli holocaust trauma descendent memory work», em *Remembering violence*, edit. Nicolas Argenti and Katharina Schramm (New York: Berghahn Books, 2012), 193-224.

seria um sinal de fraqueza. Neste sentido, o silêncio como prática social resulta numa demonstração de força. Na sua tentativa de elencar vários tipos de esquecimento, também Paul Connerton cita o silêncio que resulta de situações repressivas, isto é, o desejo de esquecer constitui por si próprio uma forma de sobrevivência.

Os exilados que entraram em divergência com o PCP e com o comunismo escreveram autobiografias específicas para narrar experiências consideradas negativas e assim integrarem as suas memórias traumáticas. Já os exilados que se mantiveram no PCP transmitem uma imagem positiva e as suas narrativas tendem para a estabilização do passado e para a transformação do exílio num sentimento positivo de identidade.

No caso de Margarida Tengarrinha, por exemplo, a experiência é apresentada através de memórias festivas que reproduzem viagens pela União Soviética e comemorações épicas de feitos revolucionários rememorados em Leninegrado: «Somos penetrados pela história desta resistência heróica»⁸⁰. Trata-se aqui de um certa *sacralização do passado heróico*, no sentido de transformar uma *memória de tom épico* num apelo à participação activa no movimento comunista internacional e na luta pela queda do Estado Novo.

Esta tendência para projectar a *história oficiosa do PCP* através de testemunhos fragmentados conheceu algum desenvolvimento através das edições partidárias⁸¹, tendo também surgido no final do século novas obras de alguns dissidentes embora em número claramente inferior⁸².

3.3 Os estudos académicos

As primeiras abordagens de carácter global de âmbito académico à história do PCP e ao comunismo começaram por estar incluídas nas investigações de cariz mais amplo sobre

⁸⁰ Margarida Tengarrinha, *Quadros da Memória* (Lisboa: Edições Avante!, 2004) 141.

⁸¹ Miguel Fernando Bernardes, *Uma Fortaleza da Resistência* (Lisboa: Edições Avante!, 1991); Joaquim Campino, *Histórias Clandestinas* (Lisboa: Edições Avante!, 1990); Joaquim Gomes, *Estórias e Emoções de uma Vida da Luta* (Lisboa: Edições Avante!, 2001); José Magro, *Cartas da Clandestinidade* (Lisboa: Edições Avante!, 2007); Jaime Serra, *As Explosões que Abalaram o Fascismo*, (Lisboa: Edições Avante!, 1999); *12 fugas das prisões de Salazar* (Lisboa: Edições Avante!, 2012); *Eles têm o direito de saber o que a liberdade*, (Lisboa: Edições Avante!, 2004); *O Abalo do Poder* (Lisboa: Edições Avante!, 2001); Margarida Tengarrinha, *Quadros da Memória* (Lisboa: Edições Avante!, 2004); Carlos Pires, *Memórias de um tipógrafo clandestino* (Lisboa: Edições Avante!, 2011); Pedro Soares, *Escritos Políticos* (Lisboa: Edições Avante!, 2015); Gabriel Pedro, *Acontecimentos vividos* (Lisboa: Edições Avante!, 2015); *Lutas e movimentos de mulheres em Portugal sob o regime fascista 1926-1941* (Lisboa: Edições Avante!, 1994).

⁸² Carlos Brito, *Álvaro Cunhal – Sete Fôlegos do Combatente* (Lisboa: edições Nelson Matos, 2010); Raimundo Narciso, *Álvaro Cunhal e a Dissidência da Terceira Via* (Porto: Âmbar, 2007), A.R.A. – *História Secreta do Braço Armado Português* (Lisboa: Publicações Dom Quixote, 2000).

as oposições em Portugal⁸³ e em dicionários⁸⁴. O Estado Novo absorvia os esforços dos académicos de referência⁸⁵ apesar das primeiras tentativas para alargar o campo ao comunismo⁸⁶. Apenas a partir da década de 90 surgiram os primeiros estudos sobre a clandestinidade comunista⁸⁷, verificando-se nessa altura um ponto de viragem com o início da publicação das obras de José Pacheco Pereira⁸⁸ e a primeira abordagem global à história do PCP. É o primeiro trabalho de síntese sobre o PCP apesar do seu enganoso carácter biográfico, apontado pelo sociólogo António Barreto⁸⁹. Nos anos seguintes assistiu-se a um crescente interesse por esta temática focada na figura de Álvaro Cunhal⁹⁰, mas a produção da historiografia continua limitada em termos de quantidade.

Em termos de investigações de doutoramento, José Neves⁹¹ apresentou em 2007 uma tese sobre o comunismo e nacionalismo em Portugal. Dois anos mais tarde, Cristina Alexandra Marques Nogueira⁹² apresentou com um estudo sobre a clandestinidade comunista⁹³, tendo sido posteriormente publicado pela editora do PCP⁹⁴. Em 2011, João

⁸³ D.L. Raby (1988), *Fascism & Resistance in Portugal – Communists, liberal and military dissidents in the opposition to Salazar 1941-74* (Manchester: Manchester University Press, 1988); AA.VV., *O Estado Novo - Das Origens ao Fim da Autarcia 1926 – 1959* (Lisboa: Editorial Fragmentos, 1987).

⁸⁴ José Mattoso, *História de Portugal* (Lisboa: Circulo de Leitores, 1994); Carlos Brandão e Fernando Rosas, *Dicionário de História do Estado Novo*, 2 vols (Lisboa: Círculo de Leitores, 1996).

⁸⁵ Teses de doutoramento: César Oliveira, 1987; Fernando Rosas, 1990; José Medeiros Ferreira, 1991; António Costa Pinto, 1992.

⁸⁶ Em meados da década de 80, a revista *Estudos sobre o Comunismo* agregou vários investigadores com passado na militância política radical, numa tentativa efémera de reproduzir o modelo francês da revista *Communisme*. O número zero foi editado em Julho de 1983 e contava no seu conselho de redacção com José Pacheco Pereira, ex-PC-ML, com trabalhos de investigação já publicados sobre o movimento operário; Fernando Rosas, ex-MRPP, a iniciar o seu percurso académico; José Alexandre Magro (Ramiro da Costa), ex-UDP, com investigação já publicada sobre o movimento operário; entre outros.

⁸⁷ José Pacheco Pereira, *A Sombra. Estudo sobre a Clandestinidade Comunista* (Lisboa: Gradiva, 1993); João Madeira, *Os Engenheiros de Almas* (Lisboa: Editorial Estampa, 1996).

⁸⁸ José Pacheco Pereira, *Álvaro Cunhal - «Daniel», o Jovem revolucionário* (Lisboa: Círculo de Leitores, 1999); José Pacheco Pereira, *Álvaro Cunhal - «Duarte», o Dirigente Clandestino* (Lisboa: Círculo de Leitores, 2001); José Pacheco Pereira, *Álvaro Cunhal – O Prisioneiro* (Lisboa: Círculo de Leitores, 2005).

⁸⁹ António Barreto, «A formação do secretário-geral», *Pública*, 29 de Agosto de 1999, 16-30.

⁹⁰ Cfr, por exemplo, Adelino Cunha, *Álvaro Cunhal – Retrato Pessoal e Íntimo* (Lisboa: Esfera dos Livros, 2010); Joaquim Vieira, *Álvaro Cunhal – O Homem e o Mito* (Lisboa: Objectiva, 2013); José Milhazes, *Cunhal, Brejnev e o 25 de Abril* (Lisboa: Publicações D. Quixote, 2013).

⁹¹ José Neves, «Comunismo e Nacionalismo em Portugal: Política, Cultura e História no século XX» (tese de doutoramento em História Moderna e Contemporânea, Lisboa, História das Culturas e das Mentalidades no Período Contemporâneo, ISCTE, 2007). A investigação foi posteriormente publicada em livro: José Neves, *Comunismo e Nacionalismo em Portugal: Política, Cultura e História no Século XX* (Lisboa: Tinta da China, 2008).

⁹² Cristina Alexandra Marques Nogueira, «De militantes a clandestinos: práticas e processos de formação na clandestinidade comunista (1940-1974)» (tese de doutoramento, Porto, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, 2009).

⁹³ Este tema teve durante bastante tempo como principal referência a obra de José Pacheco Pereira, *A Sombra. Estudo sobre a Clandestinidade Comunista* (Lisboa: Gradiva, 1993). O quadro descrito passou a necessitar de ser actualizado e aprofundado. Por um lado, devido à divulgação de novas fontes,

Madeira⁹⁵ apresentou a sua tese sobre *O Partido Comunista Português e a Guerra Fria*, que coloca em perspectiva o posicionamento ideológico do PCP entre 1949 e 1965. Já o estudo concreto da questão colonial foi abordado por Judith Manyá⁹⁶ na sua tese de doutoramento. Por fim, em 2013, Susana Martins⁹⁷ apresentou uma investigação sobre os exilados portugueses em Argel, onde cita o envolvimento dos comunistas neste projecto unitário fracassado. O tema do exílio político encontra-se também referenciado na tese de doutoramento de Ana Cristina Clímaco Pereira⁹⁸ e ultimamente tem sido desenvolvido de forma abundante por Vítor Pereira⁹⁹ para a realidade em França¹⁰⁰.

Quanto aos artigos científicos, destacam-se as reflexões de João Arsénio Nunes¹⁰¹ sobre os movimentos oposicionistas ao Estado Novo e as relações do PCP com a Internacional Comunista, nomeadamente na primeira década do Estado Novo.

nomeadamente os documentos publicados pelo PCP; por outro, pela secundarização dos protagonistas, cujos testemunhos foram publicados em obras de carácter biográfico ou em colectâneas temáticas

⁹⁴ Cristina Nogueira, *Vidas na Clandestinidade* (Lisboa: Edições Avante!, 2011).

⁹⁵ João Manuel Martins Madeira, «O Partido Comunista Português e a Guerra Fria: “sectarismo”, “desvio de direita”, Rumo à Vitória» (tese de doutoramento, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, 2011).

⁹⁶ Judith Manyá, «Le Parti Communiste Portugais et la question coloniale, 1921-1974» (tese de doutoramento em ciência política, Bordéus, Université Montesquieu 2004).

⁹⁷ Susana Martins, «Exilados portugueses em Argel. A FPLN das origens à ruptura com Humberto Delgado (1960-1965)» (tese de doutoramento, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, 2013).

⁹⁸ Ana Cristina Clímaco Pereira, «L'Éxil portugais en France e Espagne. 1927-1940» (tese de doutoramento, Paris, Université de Paris 7, 1988).

⁹⁹ Pereira, Vítor, «Les Exilés Politiques Portugais en France de 1958 à 1974», tese de mestrado, Rouen, Université de Rouen, 2000; Vítor Pereira, *La dictature de Salazar face à l'émigration - L'État portugais et ses migrants en France 1957-1974* (Paris: Presses de la Fondation nationale des sciences politiques, 2012); «Les pratiques clandestines en exil - Le parti communiste portugais, 1958-1974», *Bulletin de l'Institut Pierre Renouvin*, n. 38 (2013): 93-93; «L'Engagement des exilés politiques portugais en France de 1958 à 1974», *Latitudes*, n.11, Maio (2001): 11-17; «Emigrés surveillés – La Pide et les Portugais en France», *Latitudes*, n.21, Setembro (2004): 3-12; «Émigration et politique de main d'œuvre au Portugal de 1957 à 1974», *Immigration et marche du travail*, n.1263, Septembre-octobre (2006): 58-69; «Émigration, résistance et démocratisation – L'émigration portugaise au crépuscule de l'Estado Novo», *Mélanges de la Casa de Velázquez*, n. 37 (2007): 219-240; «L'émigration clandestine portugaise vers la France et les paradoxes de l'intégration européenne», *Sociétés Politiques Comparées – Revue Européenne d'Analyse des Sociétés Politiques*, n.19, Novembro (2009): 2-29; «Ni Héros ni Escrocs: Les Passeurs Portugais (1957-1974)», *Plein droit*, n.84 (2010): 12-16; «L'engagement des exilés politiques portugais en France de 1958 à 1974», *Latitudes* (2001): 11-17; «Álvaro Cunhal em Paris. Internacionalismo, exílio e emigração», em José Neves, coord., *Álvaro Cunhal – Política, História e Estética* (Lisboa: Tinta da China, 2013).

¹⁰⁰ Começam também a surgir alguns testemunhos, por exemplo, Vasco de Castro, *Montparnasse até ao esgotamento das horas* (Porto: Campo das Letras, 2008).

¹⁰¹ João Arsénio Nunes, «Sobre alguns aspectos da evolução política do Partido Comunista Português após a reorganização de 1929 (1931-33)», *Análise Social*, vol. XVII, n. 67/69 (1981): 715-731; «O Camarada René e a Juventude Comunista nos princípios dos anos 30», em António Dias Farinha, José Nunes Carreira e Vítor Serão, coord., *Uma Vida em História. Estudos em Homenagem a António Borges Coelho* (Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa/Editorial Caminho, 2001); «Da política “Classe contra Classe” às origens da estratégia antifascista: aspectos da Internacional Comunista entre o VI e o VII Congressos (1928-1935)», comunicação ao Colóquio sobre o Fascismo em Portugal,

A investigação sistemática de Carlos Cunha¹⁰² tem incidido na reconstrução das estratégias do PCP na tomada de poder. Trata-se de um longo trabalho de investigação que se apresenta como «resultado da junção, ao longo de décadas, de várias peças minúsculas de um *puzzle*», ou seja, um percurso que muitas vezes contorna «a voz do partido» enquanto instrumento de «mera propaganda» para se focar «não só no que era dito mas também no que não era»¹⁰³.

António Pedro Pita¹⁰⁴ investigou com detalhe os princípios constituintes do PCP, tendo em consideração os três grandes momentos da sua história inicial: a fundação em 1921, a *refundação* de Bento Gonçalves em 1929 e a reorganização de 1940-41. Nesta área, merece ainda referência a obra de Alfredo Margarido, que coloca em perspectiva a introdução do marxismo em Portugal¹⁰⁵. A investigação académica de João Madeira¹⁰⁶ progrediu significativamente até à publicação de uma *História do PCP*, que representa o culminar de duas décadas de estudos.

3.4 Os arquivos comunistas

A inacessibilidade dos arquivos do PCP confere um carácter necessariamente provisório à generalidade das conclusões que vão sendo produzidas, em razão da limitação das

Faculdade de Letras de Lisboa, Março de 1980, em AA.VV., *O Fascismo em Portugal* (Lisboa: A Regra do Jogo, 1982), 31-76; «La formation de la Stratégie Antifasciste du Parti Communiste Portugais», comunicação à conferência internacional *The History of the Comintern in The Light of New Documents*, no Rossiiskii Tzentr Khraneniia i Izutchenia Dokumentov Noveishei Istorii, Moscovo, Outubro de 1994, em Mikhail Narinsky e Jürgen Rojahn, coord., *Centre and Periphery. The History of the Comintern in The Light of New Documents* (Amsterdam: International Institute of Social History, 1996), 218-236; «The Portuguese Communist Party and the formation of antifascist culture and politics in Portugal», *Issues and Problems in International Relations* (Athens: Atiner, 2010).

¹⁰² Carlos Cunha, «Quanto mais as coisas mudam... Os 75 anos do PCP», *Análise Social*, vol. 138 (1996): 1021-1032; «Cat and Mouse: Conducting Research in a Russian Archive», *Portuguese Studies Review*, V (2), Inverno – Primavera (1996): 37-51; «Sobre alguns aspectos da evolução política do PCP após a reorganização de 1929 (1931-1933)», *Análise Social*, n.67-68 (1981): 715-731. Cfr também o capítulo «Nationalist or Internationalist? The Portuguese Communist Party's and the Communist International», em Tim Rees and Andrew Thorpe (edit.), *International Communism and the Communist International 1919-1943* (Manchester/New York: Manchester Press, 1998), 168-186; e a obra *The Portuguese Communist Party's. Strategy for power 1921-1986* (New York/London: Garland Publishing, 1992).

¹⁰³ Carlos Cunha, «O PCP e a Revolução de Abril – “um pé dentro outro fora”», *Relações Internacionais*, n.34, (2012): 129-131.

¹⁰⁴ António Pedro Pita, «O Marxismo na constituição ideológica e política do PCP», *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.40, Outubro (1994): 89-107; «A recepção do marxismo pelos intelectuais portugueses (1930-1941)», *Oficina do Centro de Estudo Sociais*, n.12, Julho (1989).

¹⁰⁵ Alfredo Margarido, *A introdução do marxismo em Portugal (1950-1930)* (Lisboa: Guimarães Editores, 1975).

¹⁰⁶ João Madeira, «Bolchevização, funcionários clandestinos e identidade no PCP», *História das Ideias*, vol. 25 (2004); «O PCP e a validade universal da experiência soviética», *História*, nova série, n.2, (1998): 16-27. As teses de mestrado e de doutoramento deram origem a livros.

fontes existentes¹⁰⁷. Esta situação alterou-se significativamente com a publicação controlada pelo PCP de colectâneas de documentos oficiais em seis volumes¹⁰⁸, mas é expectável que o acesso directo dos investigadores às fontes possa abrir múltiplos campos de investigação. Exigirá também revisão e actualização do trabalho científico produzido em Portugal sobre o comunismo, tendo em linha de conta o que sucedeu noutros países quando os historiadores acederam aos arquivos dos partidos comunistas.

A abertura dos até então secretos arquivos do Comité Central do Partido Comunista Checoslovaco, por exemplo, permitiu reconstruir a importância histórica da Checoslováquia na dinâmica do movimento comunista, nomeadamente como base de apoio aos comunistas franceses e italianos, e projectar novas dimensões sobre a própria Guerra Fria. Karel Bartosek destaca essa importância para a investigação histórica, mas sem esconder a emoção pessoal que esse passo representou: «Penetrar nestes famosos arquivos, aceder a quilómetros dessas pastas, documentos da actividade do partido que deteve durante 41 anos o monopólio do poder, apenas essa ideia já faz o coração bater; os arquivos representam uma mina de ouro para os investigadores»¹⁰⁹.

Vedado o acesso à *mina de ouro* do PCP, as fontes arquivísticas encontram-se dispersas entre arquivos pessoais, documentação pontualmente apreendida pela PIDE, alguma correspondência enviada para a presidência do Conselho de Ministros e relatos produzidos pela *máquina* do Estado Novo, nomeadamente os inquéritos policiais e as notas enviadas pelas legações no estrangeiro. Estes acervos possuem informações relevantes, mas que só por si não viabilizam o objecto de estudo da presente tese.

Os testemunhos dos exilados constituem também por isso um recurso historiográfico de significativa importância. Dado que as experiências estão fragmentadas em livros de carácter biográfico editados em contexto de apoio/dissidência, foi fundamental recorrer às entrevistas pessoais e à metodologia da História Oral para proceder à criação de fontes históricas. O que levantou questões prévias que serão agora expostas.

¹⁰⁷ As circunstâncias decorrentes da clandestinidade eram por si próprias dissuasoras da acumulação de documentos escritos.

¹⁰⁸ Álvaro Cunhal – *Obras Escolhidas I (1935-1947)* (Lisboa: Edições Avante!, 2007); Álvaro Cunhal – *Obras Escolhidas II (1947-1964)* (Lisboa: Edições Avante!, 2008); Álvaro Cunhal – *Obras Escolhidas III (1964-1966)* (Lisboa: Edições Avante!, 2010); Álvaro Cunhal – *Obras Escolhidas IV (1967-1974)* (Lisboa: Edições Avante!, 2013); Álvaro Cunhal – *Obras Escolhidas IV (1974-1975)* (Lisboa: Edições Avante!, 2015).

¹⁰⁹ Karel Bartosek, *Les Aveux des Archives, Prague-Paris-Prague, 1948-1968* (Paris: Éditions du Seuil, 1996), 21.

4. A memória histórica

4.1 Fixação da memória

Os testemunhos dos exilados enquanto memórias narradas levantam uma questão epistemológica relevante no diálogo entre a História e as outras ciências sociais¹¹⁰: como é que a historiografia pode utilizar o conhecimento proporcionado pela memória social e proceder à sua transformação em conhecimento histórico?¹¹¹ De facto, a transformação de testemunhos resultantes de experiências individuais em fontes orais encerra limitações, na medida em que esse passado evocado no presente «não é o mesmo que aquele constituído pelos eventos decorridos num tempo pretérito», adverte desde logo Elsa Peralta, acrescentando que «é, antes, uma interpretação criativa e plástica que permite preencher a distância que medeia a experiência e a recordação, convertendo o passado em memória»¹¹².

Nesse sentido, as memórias são um «sistema de representação»¹¹³ do passado que pode ser ao mesmo tempo «permanente e mutável»¹¹⁴, no sentido em que, apesar de estar encerrado naquilo que *de facto* aconteceu, é susceptível de *sofrer* as alterações que decorrem da sua adequação ao presente, isto é, da interpretação de quem recorda: «La memoria individual o colectiva és una visión del pasado siempre matizada por el presente», sintetiza Enzo Traverso¹¹⁵.

A transmissão da memória é assim um processo dinâmico de recriação que fornece um quadro de significação e assegura a estabilidade e identidade¹¹⁶, mas que também por isso dificulta a activação da memória como fonte histórica. O que representa naturais obstáculos à construção do conhecimento histórico neste âmbito disciplinar, tendo em

¹¹⁰ Os estudos sobre a memória têm evoluído de forma considerável como metodologia de investigação, por exemplo, na Antropologia. Nesse sentido, esta tese beneficiou da *imersão* no plano de estudos «Memória, Risco e Incerteza» orientado pelos investigadores Elsa Peralta e Paulo Granjo, no âmbito do doutoramento em Antropologia do Instituto de Ciências Sociais.

¹¹¹ O debate pode ser seguido em Maurice Halbwachs, *Le Mémoire Collective* (Paris: Presses Universitaires de France, 1950); Paul Ricoeur, *Memory, history, forgetting* (Chicago: The University of Chicago Press, 2006); Pierre Nora, *Entre histoire et mémoire. La problématique des lieux* (Paris: Editions de Syrtes, 2000).

¹¹² Peralta, *Abordagens teóricas...*, 16.

¹¹³ Stuart Hall, *Representation – Cultural representations and signifying practices* (Londres: Sage Publications, 2003), 1-14.

¹¹⁴ Peralta, *Abordagens teóricas...*, 17.

¹¹⁵ Enzo Traverso, *El pasado, instrucciones de uso – Historia, memoria, política* (Madrid/Barcelona: Marcial Pontos, 2007), 22.

¹¹⁶ Cfr. Geoffrey Cubitt, *History and memory* (Manchester: Manchester Press, 2007); *Memory: Histories Theories, Debates*, edit. Susannah Radstone and Bill Schwarz (New York: Fordham University Press, 2010).

consideração o papel do indivíduo enquanto agente interpretativo autónomo num determinado universo cultural.

As memórias dos exilados comunistas constituem um «quadro de referência partilhado de recordações individuais»¹¹⁷, no sentido em que traduzem uma memória social que agrega diferentes passados¹¹⁸ individuais num passado comum, e que encontra o seu significado precisamente no colectivo. O facto de partilharem uma visão do passado através das experiências colectivas viabiliza «o processo de activação e interpretação discursiva das memórias associadas»¹¹⁹ e a sua posterior fixação como conhecimento. Mas também levanta problemas decorrentes dos testemunhos serem necessariamente subjectivos¹²⁰ na forma como representam o passado, ainda que veiculem uma versão da identidade colectiva que permite a generalização e um certo *consenso moral* como base estrutural de análise¹²¹.

Segundo Elsa Peralta, sendo uma construção particular, o *sujeito*, como centro perceptivo, emocional e intelectual a partir do qual as particularidades do carácter individual são expressas, «pode ser considerado centro válido para a produção de significado e de conhecimento historicamente determinado». O que resulta da interacção entre as representações íntimas e a consciência histórica (entre memória e História). Mais do que uma construção pessoal, trata-se de uma construção de carácter histórico e, nesse sentido, «a memória, mesmo que autobiográfica, converte-se numa forma outorgada de conhecimento sobre o mundo»¹²².

Os limites anteriormente considerados para a activação das memórias dos exilados necessitam de uma instrumentalização específica, na medida em que os estudos da memória interpretam o passado com uma «rede de malha mais larga do que a utilizada pela História». O que resulta numa «dose maior de subjectividade» daquilo que foi

¹¹⁷ Peralta, *Abordagens teóricas...*, 18.

¹¹⁸ Passado articulado para se constituir como memória.

¹¹⁹ Elsa Peralta, *A memória do mar: património, tradição e (re)imaginação identitária na contemporaneidade* (Lisboa: ISCSP, 2008), obra que resulta da tese de doutoramento da autora.

¹²⁰ As memórias significam necessariamente coisas diferentes para pessoas diferentes. Recordar é um acto individual. Porém, diversos autores de outras ciências sociais que não a História têm conceptualizado a memória enquanto fenómeno eminentemente colectivo.

¹²¹ Emile Durkheim, *The division of labour in society* (New York: Free Press, 2014).

¹²² É também necessário considerar que a construção da memória implica precariedade e conflito. Alexandra Barahona de Brito refere que o «processo de criação da memória é parte integrante de um processo de construção de diversas identidades sociais, políticas ou culturais, que determina a forma como distintos grupos sociais vêem a política nacional e os objectivos que pretendem alcançar no futuro».

vivenciado¹²³, mas sem que isso trave o seu potencial na produção do conhecimento historicamente determinado.

É neste sentido que a sua transformação em fontes históricas depende da História Oral.

Esta metodologia permite activar o passado através dos testemunhos directos dos protagonistas, interpretar essas representações no contexto concreto dos colectivos de exilados assim constituídos e introduzir um sentido histórico na articulação e verificação com todas as outras fontes. «Apesar desta independência relativamente à memória social, a prática da reconstituição histórica pode receber, de formas importantes, um impulso orientador da memória dos grupos sociais e, por sua vez, dar-lhe um contorno significativo», aponta Paul Connerton¹²⁴.

Nesse sentido, a historiografia possui os instrumentos que permitem superar eventuais contradições decorrentes desta forma de activação do passado e utilizar a memória social através da verificação empírica e documental. Ou seja: se a memória poder eternizar o passado no presente, não deixa de ser igualmente verdade que a historiografia pode proceder à sua fixação como conhecimento histórico em recortes temporais concretos e organizado de forma objectiva e verificável.

4.2 A identidade dos colectivos de exilados

É precisamente a memória social que permite categorizar a identidade dos comunistas exilados, na medida em que a sua afirmação assenta nas representações que resultam dos processos de rememoração e conseqüente inscrição no presente através da narração do sucedido¹²⁵. A construção da identidade dos colectivos estudados no âmbito desta tese pode assim ser efectuada através do «conjunto estruturado de elementos identitários» que permitiram aos seus membros identificarem-se como «um *nós*»¹²⁶.

Os comunistas portugueses no exílio constituíram-se desde logo como um grupo autónomo na base da sua identificação como *comunistas revolucionários* associados a uma certa ideia de *universalidade*, ou seja, a luta permanente para transformar a

¹²³ Traverso, *El pasado...*, 22.

¹²⁴ Paul Connerton, *Como as sociedades recordam* (Oeiras: Celta Editora, 1999), 14.

¹²⁵ Michel Wieviorka, *A diferença* (Lisboa: Fenda edições, 2002).

¹²⁶ Xénia Venusta de Carvalho, *Identidade e memória na comunidade israelita de Lisboa* (Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2014).

sociedade segundo o modelo comunista internacionalista. É isso que os torna diferentes dos outros exilados e permite fixar parte da sua identidade colectiva.

Trata-se de uma componente diferenciadora também por estar associada a ideais de *sacrifício* e de *martírio*, que acabam assim por se traduzir também numa certa *sobrevalorização identitária*, na medida em que, explica Nanci Adler, o comunismo era para muitos «o único sistema de crenças que tinham conhecido durante grande parte das suas vidas e, como tal, tinham chegado a ocupar o lugar que noutras sociedades é das religiões como a procura do sentido da vida»¹²⁷.

Mas a categoria-base *comunistas revolucionários* não representa por si mesma um factor absoluto de caracterização, na medida em que também no *interior* existiam comunistas revolucionários. É o exílio que os distingue. Esta terceira característica diferenciadora dos *comunistas revolucionários* decorre da circunstância que Denys Cuche classifica como um «tipo extremo de estratégia» de identificação «para escapar à discriminação, ao exílio ou até ao massacre»¹²⁸.

Quanto à sua agregação como colectivos, no estudo que elaborou para distinguir entre «acção individual» e «acção colectiva», Luc Boltanski fala do colectivo como um «universo sujeito à lógica das relações pessoais em que os indivíduos estão ligados por um passado comum e muitas vezes fechado numa rede de dívidas recíprocas»¹²⁹. Acrescenta que «o uso de retórica política (especialmente quando é emprestada da tradição do movimento operário) é a maneira perfeita de se relacionar com um grupo e gerar discurso geral». O sociólogo destaca ainda que «a proximidade de um colectivo pode ser realizada através da identificação com uma pessoa», no sentido em que a ligação ao grupo e a aquisição da identidade são executadas ao mesmo tempo. Álvaro Cunhal funcionou como elemento identitário agregador e o PCP como transmissor da verdade do grupo, ou seja, a verdade que existia fora do sujeito individual¹³⁰.

¹²⁷ Nanci Adler, «Em busca de uma identidade: o derrube da União Soviética e a refundação da Rússia», em *Política da memória – Verdade e justiça na transição para a democracia*, coord. Alexandra Barahona de Brito *et al.* (Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2004), 313-338.

¹²⁸ Denys Cuche, *A noção de cultura nas ciências sociais* (São Paulo: Editora da Universidade do Sagrado Coração, 1999), 197.

¹²⁹ Luc Boltanski, *L'amour et la justice comme compétences* (Paris: Métailié, 1990), 255-356.

¹³⁰ Cfr. António José Saraiva e Óscar Lopes, *Correspondência* (Lisboa: Gradiva, 2005), 75. O autor enquadrava a sua dissidência como uma recusa do comunismo como *ideologia totalizante* que vinculava uma moral e comportamentos determinados a um grupo, ou seja, uma recusa da *alienação da responsabilidade individual*.

Estas características identitárias desenvolveram-se enquanto categoria como produto da experiência no *exterior*, já que o seu processo de construção decorre precisamente dessa relação antagónica¹³¹. Por isso, a investigação inclui as circunstâncias da saída para o *exterior* e as dinâmicas locais, ou seja, a construção dos vínculos afectivos e a lealdade a Moscovo, os processos de dissidência, o relacionamento com rivais ideológicos e outros exilados. A inserção nos países de acolhimento, ou seja, o posicionamento dos exilados como *produto histórico*, permitiu ainda uma abordagem articulada com os fluxos e refluxos do próprio movimento comunista.

5. A História Oral como metodologia¹³²

5.1 Os testemunhos dos protagonistas

A presente investigação recorre de forma substancial aos testemunhos de protagonistas directos dos acontecimentos segundo a metodologia da História Oral¹³³. Trata-se de uma abordagem que tem conhecido importantes desenvolvimentos desde a segunda metade dos anos 90 entre os investigadores portugueses, conforme demonstra plenamente Luísa Tiago Oliveira num artigo-síntese¹³⁴. A investigadora destaca o carácter «pioneiro» da dissertação de mestrado de António Costa Pinto¹³⁵ sobre esta metodologia e posterior confirmação na tese de doutoramento para validar a sua relevância¹³⁶: «Continua a justificar-se a luta pela utilização assumida dos testemunhos orais no trabalho historiográfico, o combate pela história oral enquanto metodologia fértil, embora ressalvando-se obviamente que não representa uma panaceia universal».

As especificidades das fontes orais resultam essencialmente de três características: o seu carácter provocado, ou assistido, pelo investigador; o facto de serem contemporâneas do investigador, e não dos acontecimentos; e a existência de um conhecimento *à posteriori* por parte do investigador e do entrevistado. O que exige uma rigorosa preparação das entrevistas e posterior crítica das fontes geradas, através da aplicação da metodologia

¹³¹ Cfr. Fredrik Barth, *Ethnic Groups and Boundaries* (Long Grove: Waveland Press, 1998).

¹³² Consultar nos anexos as fontes orais.

¹³³ Esta investigação beneficiou dos conhecimentos teóricos e práticos adquiridos através do plano de estudos do programa de doutoramento em História Moderna e Contemporânea do ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa, orientado pela investigadora Luísa Tiago de Oliveira.

¹³⁴ Luísa Tiago de Oliveira, «A História oral em Portugal», *Sociologia, Problemas e Práticas*, n.63 (2010): 139-156.

¹³⁵ António Costa Pinto, «A emergência da história oral» (tese de mestrado, Lisboa, ISCTE, 1986).

¹³⁶ António Costa Pinto, *O Salazarismo e o Fascismo Europeu*. Problemas de interpretação nas ciências sociais (Lisboa: Editorial Estampa, 1992).

desenvolvida pelos investigadores de referência na História Oral¹³⁷. Importa considerar sempre que a fonte oral não diz respeito à *pessoa* que presta testemunho, mas sim ao documento que resulta do processo de activação das memórias¹³⁸.

Luísa Tiago Oliveira explica que o «o desafio fundamental consiste sobretudo em conseguir desencadear testemunhos orais ricos e efectuar uma crítica rigorosa e pertinente das fontes orais», acrescentando ainda que «aquilo que alguns consideram os limites dos testemunhos orais devem, sim, ser perspectivados como especificidades a merecer uma utilização adequada, como as de qualquer outro tipo de fontes. Aliás algumas destas características são partilhadas com muita da documentação de natureza pessoal, cujo uso é sobejamente defendido na investigação em ciências sociais».

O pensamento produzido por António José Saraiva durante o seu exílio aponta num caminho que se adequa aos pressupostos considerados na presente tese: «A verdade refere-se ao objectivo, mas tem de ser experimentada subjectivamente»¹³⁹.

5.2 Narrador e narratário

O papel do investigador/entrevistador e o contacto com o entrevistado¹⁴⁰ exige desde logo um conceito operativo que traduza essa relação em todas as suas dimensões, isto é, deve o historiador *desaparecer* da entrevista ou importa destacar a essência dessa relação autor/co-autor?

Os autores considerados aconselham bom senso no posicionamento do investigador, mas são claros na adopção dos termos *narrador* e *narratário*, na medida em que o interrogador se torna *parceiro* de parte inteira num processo de criatividade comum: «A “recepção” da narrativa não é meramente passiva; o entrevistador encontra-se inteiramente comprometido nesta empresa de criação *comum*». Fica claro para Jean

¹³⁷ Os autores de referência citam três tipos de abordagens enquadráveis na História oral: os estudos científicos, os livros de entrevistas e as histórias de vida, por exemplo, respectivamente, Paula Godinho, *Memórias da resistência rural no Sul. Couço 1958-1962* (Oeiras: Celta, 2001), resultante da tese de doutoramento em Antropologia defendida pela autora na FCSH-UNL, em 1998; Maria Manuel Cruzeiro, *Costa Gomes – O Último Marechal*, Lisboa (Editorial Notícias: 1998); Aurora Rodrigues, *Gente Comum – Uma História na PIDE* (Castro Verde: 100 Luz, 2011).

¹³⁸ Por exemplo: Florence Descamps, *L’Historien, l’archiviste et le magnétophone. De la constitution de la source orale à son exploitation* (Paris: Ministère de l’Économie, des Finances et de l’industrie, 2005); Donald A Richtie, *Doing Oral History. A Practical Guide* (New York: Oxford University Press, 2003); Jean Poirier et al., *Histórias de Vida - Teoria e Prática* (Lisboa: Celta Editora, 1995).

¹³⁹ Saraiva, *Correspondência...*, 93.

¹⁴⁰ O tema concreto da confidencialidade encontra-se desenvolvido na obra de Robert G. Burgess, *A Pesquisa de terreno. Uma introdução* (Oeiras, Celta Editora, 1997).

Poirier que, apesar da importância do papel do narratário ser variável em cada caso, em circunstância alguma pode limitar-se ao papel de «simples “escriva”», na medida em que o investigador «colabora directamente na produção da narrativa»¹⁴¹.

Nesta perspectiva, «o narrador tem em si todas as respostas (mesmo se o não sabe) e o narratário as perguntas. O problema consiste, pois, em extrair o conteúdo do seu continente, como se extrai um mineral da sua jazida – a diferença residindo, aqui, em que a “mina” é uma memória de homem».

5.3 Entrevistas semi-directivas

O processo de activação das memórias para criação de fontes orais exigiu identificar mecanismos eficazes de entrevistas entre as várias possibilidades existentes¹⁴²:

- i. Entrevista não directiva (ou livre): o entrevistador propõe um tema e apenas intervém para insistir ou encorajar;
- ii. A entrevista semi-directiva (por vezes chamada clínica ou estruturada): o entrevistador conhece todos os temas sobre os quais tem de obter reacções por parte do inquirido, mas a ordem e a forma como os irá introduzir são deixadas ao seu critério, sendo apenas fixada uma orientação para o início da entrevista;
- iii. O questionário aberto: a formulação e a ordem as questões são fixas, mas a pessoa pode dar uma resposta tão longa quanto desejar e poder ser incitada por insistência do entrevistador;
- iv. O questionário fechado: a formulação das questões, a sua ordem e a gama de respostas possíveis são previamente fixadas.

Os autores da obra *O Inquérito* começam por explicar que a entrevista não-directiva ou livre caracteriza-se pela proposta de um tema para que o entrevistador¹⁴³ o possa desenvolver à sua vontade, sendo o papel do entrevistado limitado a «insistências ou encorajamentos», mas sem acrescentar informação ou orientação. Por seu lado, o questionário fechado agrupa-se em questões sucessivas, previamente ordenadas, e às quais o inquirido responde através da escolha de respostas pré-existentes numa lista.

¹⁴¹ Poirier, *Histórias de Vida...*, 23-24.

¹⁴² Rodolphe Ghiglione e Benjamin Matalon, *O Inquérito, Teoria e Prática* (Lisboa: Celta Editora, 1992), 114-121.

¹⁴³ Respeitou-se a terminologia utilizada por Rodolphe Ghiglione e Benjamin Matalon nesta citação específica da sua obra (entrevistador/entrevistado) apesar da preferência anteriormente explicada pelos termos narrador/narratário propostos por Jean Poirier, Simone Clapier-Valladon e Paul Raybaut.

A entrevista semi-directiva situa-se entre estes extremos. Permite uma adaptação às particularidades do inquirido, na medida em que o quadro de referência que resulta da existência de uma grelha de perguntas pode ser adaptado ao entrevistado. As perguntas não seguem necessariamente uma ordem pré-estabelecida, ou seja, permite uma certa «ambiguidade»¹⁴⁴, mas cabe ao entrevistador interagir com o entrevistado¹⁴⁵, no sentido de possibilitar que todos os temas sejam abordados independentemente da sua ordem.

O que significa que na entrevista livre «o investigador não tem nenhum quadro de referência anterior, ou esquece-o voluntariamente» e na entrevista semi-directiva «o investigador tem um quadro de referência anterior, mas só o utiliza se o indivíduo esquecer uma parte do mesmo». O inquiridor deve manter uma certa não directividade, mas ao mesmo tempo garantir que o inquirido responde dentro do campo de pesquisa, e solicitar informações que não sejam fornecidas espontaneamente.

Concluiu-se assim pelas vantagens das entrevistas semi-directivas com guião para recolher o saber específico de que o narrador é portador, na medida em que permitem verificar, aprofundar e adaptar de forma dinâmica a investigação durante o processo de produção das fontes orais e obter o necessário controlo (quando necessário) através de perguntas directivas. As entrevistas com os exilados comunistas tiveram como base uma grelha de questões, ou seja, um conjunto de perguntas sobre matéria de facto ordenadas cronologicamente, e um outro conjunto com perguntas sobre representações. As primeiras questões debruçaram-se sobre factos que só podem ser conhecidos através das fontes orais, e as segundas sobre opiniões, atitudes, preferências, etc.

Alguns autores acrescentam a esta classificação sobre os conteúdos, duas características quanto à forma¹⁴⁶:

- i. as questões abertas, às quais a pessoa responde como quer, utilizando o seu próprio vocabulário, fornecendo os pormenores e fazendo os comentários que considera certos, sendo aquilo que diz integralmente anotado pelo entrevistado;
- ii. as questões fechadas, onde se apresenta à pessoa, depois de se lhe ter colocada a questão, uma lista pré-estabelecida de respostas possíveis de entre as quais lhe pedimos para indicar a que melhor corresponde à resposta que deseja dar.

¹⁴⁴ O tema permite ao entrevistado/narratário interpretá-lo a partir do seu próprio quadro de referência.

¹⁴⁵ Esta parceria reforça claramente os termos narrador/narratário.

¹⁴⁶ Ghiglione, *O Inquérito...*, 114-121.

As entrevistas realizadas forneceram também informação que permitiu organizar e sistematizar as fontes orais de todo o *corpus* da investigação. O que se revelou de grande utilidade para comparar de forma rápida e intuitiva os perfis dos narratários, a localização dos temas e o seu reagrupamento de forma ordenada.

6. Estudos sobre o exílio¹⁴⁷

6.1 O *estar no exílio*

A experiência do *primeiro exílio*¹⁴⁸ consta de um papiro encontrado em meados do século XIX e reporta-se a um oficial do exército de um faraó que reinou no Antigo Egipto cerca de 2.000 anos a.C.. A decisão de Sinuhe¹⁴⁹ de abandonar o país contra a sua vontade baseou-se no receio de vir a sofrer represálias num contexto de mudança violenta de poder. As ameaças impessoais e não materializadas forçaram a decisão do *primeiro exílio*. Toda a *odisseia* de Sinuhe no *exterior*, que inclui o nascimento do filho e a descrição do seu próprio envelhecimento longe de casa, está focada no *regresso à Pátria*. O *primeiro exilado* só voltou a casa com a garantia de que nada lhe sucederia.

Esta ideia pré-clássica de ruptura com as origens por motivos de iminente violência de carácter político está presente ao longo dos milénios seguintes em todas as abordagens ao exílio e de acordo com as especificidades de cada quadro histórico¹⁵⁰, mas preservando um traço comum: o exílio é um fenómeno típico dos ambientes repressivos e reflecte a incapacidade desses regimes para desenvolverem espaços plurais de divergência. Apenas os regimes democráticos conseguem criar espaços públicos de divergência política com níveis de tolerância para albergar todas as opiniões críticas e evitar assim a eliminação das oposições. Uma realidade ausente dos regimes totalitários que criam mecanismos institucionais de repressão e de exclusão política¹⁵¹.

¹⁴⁷ Consultar nos anexos **QUADRO 2 – EMIGRADOS, REFUGIADOS, EXPATRIADOS E EXILADOS**, 325-327.

¹⁴⁸ Entre as múltiplas definições encontram-se as expressões *desterro*, *ostracismo*, *deportação*, etc.

¹⁴⁹ «The Tale of Sinuhe», em Paul Tabori, *The Anatomy of Exile – A Semantic and Historical Study* (London: Harrap, 1972).

¹⁵⁰ As próprias variações semânticas da palavra *exílio* oscilam na perspectiva particular de cada disciplina, seja histórica, política, jurídica, psicológica ou sociológica.

¹⁵¹ O estudo destes autores foca-se nas experiências sul-americanas após os processos de independência. O exílio político é considerado uma prática frequente ao ponto de se constituir como elemento caracterizador dos regimes, ou seja, a sua relevância resulta da sua dupla natureza enquanto consequência de determinados processos políticos e também enquanto factor constitutivo do próprio sistema político.

Ao longo das últimas décadas tem-se verificado uma permanente redefinição de conceitos e de novas abordagens a esta vasta e complexa problemática para tentar explicar as dinâmicas contemporâneas¹⁵². Uma discussão que pode facilmente passar do meio acadêmico para contextos históricos e políticos bastante definidos e não raras vezes reportando-se a processos recentes ou mesmo em curso.

Toda esta complexidade significa que o conceito de exílio político, além da experiência em si, permanece como um problema para a investigação histórica. Como definir exílio? O que distingue exilados, expatriados, refugiados e emigrados? Existirão características diferenciadoras suficientemente coerentes que permitam a conceptualização do exílio? Dito de forma mais simples: quem *está* no *exílio*¹⁵³? O esforço de resposta a estas perguntas perante realidades multidimensionais exige uma exploração teórica por várias áreas do conhecimento como início de caminho¹⁵⁴.

É certo que o estudo de cada um dos autores traduziu a perspectiva da sua especialização académica, mas a construção do conjunto disponibilizou uma visão global (*bird's-eye-view*)¹⁵⁵ com as principais categorias identificadas e as respectivas características diferenciadoras. Tratou-se de operacionalizar uma matriz necessariamente dinâmica, que sistematizou convergências e divergências entre exilados, refugiados, expatriados e emigrados, e permitiu proceder à análise articulada das suas características enquanto categorias políticas e sociais. O que viabilizou a construção de um modelo-síntese¹⁵⁶ que estabeleceu uma tipologia sobre as várias

¹⁵² Eva Hoffman, «The New Nomads», em *Letters of Transit*, org. André Aciman (New York: The New York Public Library, 1999), 39-63. Esta escritora polaca afirma que quando a sua família partiu para o Canadá foram considerados imigrantes: «Um termo com conotações de classe social, mais baixo do que emigrados e provavelmente mais elevado do que refugiados, e um grau de escolha maior do que era dado aos refugiados, menos do que os expatriados».

¹⁵³ Edward Said ensaia uma breve clarificação de conjunto entre os vários estatutos, na medida em que se trata de situações complexas de difícil catalogação, seja enquanto categorias políticas e sociais, ou mesmo como representações da realidade, em *Reflections on Exile and other essays* (Harvard: Harvard University Press, 2002). Também Yossi Shain desenvolve o mesmo exercício na obra *The Frontier of Loyalty* (New England: The University Press of New England, 1989). Os outros autores tendem a elaborar análises específicas.

¹⁵⁴ Alguns autores advertem mesmo que «a história do exílio e imigração ainda não foi escrita, mas as evidências indicam que existe bastante material para analisar», cfr. Martin A. Miller, *The Russian Revolutionary Emigres 1925-1870* (Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1986), 10.

¹⁵⁵ Egon F. Kunz, «The Refugee in Flight: Kinetic Models And Forms of Displacement», *International Migration Review*, vol 7. n. 2 (1973): 125-146.

¹⁵⁶ Vários autores identificam a necessidade de construção de um modelo, por exemplo, Yossi Shain, e antecipam as dificuldades para formular um quadro teórico com toda a problemática de conceptualização, por exemplo, J.J. Mangalam e Harry Schwarzweller, «Some Theoretical Guidelines Toward a Sociology of Migration», *International Migration Review*, vol.4, n. 2 (1975): 173-187.

formas de desterritorialização e a definição das linhas de força do conceito de exílio aplicável às experiências concretas.

Foi assim possível categorizar a passagem para o *exterior* dos comunistas portugueses como uma forma de exílio político, de acordo com as suas características diferenciadoras¹⁵⁷. O que viabilizou o conceito de *Exílio Político Funcional* para estudar o seu surgimento nas condições nacionais e internacionais verificadas na década de 60¹⁵⁸. O conceito de *Exílio Político Funcional* traduz uma conceptualização coerente e lógica do tipo de exílio regulado resultante dessas experiências.

6.1.1 Refugiados: uma nova casa, uma nova vida

O termo *refugiado*¹⁵⁹ começou por surgir no século XIX¹⁶⁰ com a construção dos Estados-nação na Europa e referia-se genericamente às pessoas que estavam obrigadas a viver no estrangeiro devido ao agravamento das condições nos seus países. Dzovinar Kévonian¹⁶¹ e Bruno Groppo¹⁶² (entre outros) identificam a adopção semântica deste conceito num contexto religioso específico para designar a deslocação massiva dos huguenotes franceses após a revogação do Édito de Nantes. No momento seguinte, a

¹⁵⁷ A oposição portuguesa no exílio durante o Estado Novo começa a ser citada por alguns autores estrangeiros contemporâneos como um dos exemplos recentes mais importantes e que carece de estudos mais profundos, cfr. Yossi Shain. O estudo deste politólogo foca o exílio em várias épocas e contextos e coloca em perspectiva a ideia da lealdade no desenvolvimento concreto de algumas dessas experiências. Por exemplo, a colaboração transnacional entre exilados revolucionários. Shain explica que o aprofundamento das consequências sociais, políticas e económicas geradas pela industrialização a partir de 1948-50 fizeram com que as lutas transcendessem as fronteiras nacionais, tendo como nova base de sustentação a lealdade de classe entre os proletários, e cita Karl Marx como «o novo profeta» dos exilados na Europa. «A tentativa de tornar o objecto da lealdade política internacional e não nacional encontra no último quartel do século XIX a sua mais forte expressão na luta dos exilados russos socialistas contra o regime czarista». A ideia de *lealdade internacionalista* pode ser aplicada aos exilados comunistas portugueses, na medida em que o PCP escolheu como países de acolhimento regimes dominados por outros partidos comunistas. Também os filhos de alguns comunistas que ficaram em Portugal foram enviados para uma escola internacionalista que acolhia filhos de comunistas do mundo inteiro.

¹⁵⁸ Ao contrário do que sucedeu, por exemplo, com o Partido Comunista Espanhol (PCE) na sua luta de resistência contra Franco, o Partido Comunista Português nunca institucionalizou uma política de exílio para os seus militantes. Paul Tabori identifica mesmo duas vagas de exilados políticos espanhóis: após a queda de Bilbao, em Junho de 1937, e a invasão da Catalunha, em Março de 1938.

¹⁵⁹ O estatuto internacional do refugiado tem sido actualizado pelas organizações transnacionais. A Convenção de Genebra considera refugiado qualquer pessoa que seja perseguida em função da sua raça, da sua religião, da sua nacionalidade ou da sua pertença a um determinado grupo social ou opiniões políticas se encontra fora do seu país e em virtude desse temor não possa ou não queira regressar.

¹⁶⁰ Segundo Michael Robert Marrus, a ausência do termo até ao século XIX explica-se por até essa altura a «consciência europeia» não integrar os refugiados como uma categoria. No seu consistente estudo sobre o exílio, Paul Tabori detalha-se na análise dos vários tipos de exílio no século XIX.

¹⁶¹ Dzovinar Kévonian, «Deux siècles de réfugiés: circulations, qualifications, internationalisation», *Pouvoirs*, n. 144 (2013): 17-32. Este artigo apresenta uma boa síntese sobre a evolução histórica das várias categorias por acção das mutações sócio-políticas.

¹⁶² Bruno Groppo, «Exilés et réfugiés: l'évolution de la notion de réfugié au XXe siècle», *Historia Actual On Line*, n. 2 (2003): 69-79.

generalidade dos autores cita o enorme fluxo gerado no contexto da Revolução Francesa para se referir ao abandono de milhares de contra-revolucionários do seu país.

O desenvolvimento conceptual ao longo das décadas seguintes alcança os fluxos gerados pelas duas guerras. As deslocações massivas de populações justificam a síntese de Arieh Tarjkower¹⁶³, no sentido em que o século XX se transformou na «era dos refugiados»¹⁶⁴, assim classificada por Edward Said. Também Hanna Arendt se refere aos refugiados como o «grupo mais sintomático da política europeia»¹⁶⁵ neste mesmo contexto histórico, e Tony Judt expõe com eficácia o *legado da segunda guerra* através dos milhões de europeus que se transformaram em refugiados¹⁶⁶.

A categoria *refugiado* traduz genericamente a existência de pessoas necessitadas de ajuda internacional imediata¹⁶⁷. É um primeiro ponto genericamente coincidente entre inúmeros autores. Na sua obra de referência sobre a *anatomia do exílio*, Paul Tabori cita a fuga a desastres naturais e também «ameaças impessoais» como a guerra e a fome. Egon F. Kunz começa por considerar que são estas causas que levam os refugiados a movimentar-se para os países de acolhimento, e acrescenta ainda motivos resultantes de questões raciais, religiosas ou políticas¹⁶⁸. No seu complexo modelo de tipificação, começa por dividir a origem destes movimentos em função de factores *push* e *pull*, ou seja, a necessidade de sair motivado pelas condições existentes no país de origem e o impulso resultante das condições de atracção do país de destino.

Esta base de trabalho levou-o mais tarde a apresentar uma construção de carácter semântico *push-pressure-pull* para aprofundar as condições de saída (preparação/impreparação) e assim enquadrar e caracterizar a inserção dos *refugiados* nas sociedades de acolhimento (assimilação/não assimilação). Nesse sentido, fala em movimentos de refugiados de carácter *antecipatório* e *agudo*¹⁶⁹, isto é, refugiados que abandonam os seus países antes de se verificar *de facto* a deterioração das condições

¹⁶³ Arieh Tartakower, *The Jewish Refugee* (New York: Institute of Jewish Affairs of the American Jewish Congress and World Jewish Congress, 1994).

¹⁶⁴ Edward Said, *Reflections on Exile and other essays* (Harvard: Harvard University Press, 2002).

¹⁶⁵ Hannah Arendt, *The Origins of Totalitarianism* (New York: Meridian Books, 1962).

¹⁶⁶ Judt, *Pós-Guerra*....

¹⁶⁷ Michael R. Marrus afirma que «a palavra *refugiado* designa genericamente alguém que se viu obrigado a viver no estrangeiro.

¹⁶⁸ Cfr. Kunz, *The Refugee in Flight*..., 125-146.

¹⁶⁹ Esta categoria pode ainda ser subdividida em três componentes: deslocamento por fuga motivada pelo medo (massiva ou pequenos grupos); deslocamento forçado por forças organizadas (militares ou civis); deslocamento por auto-afastamento até que ocorram determinadas mudanças (protagonizado por diplomatas, membros de organizações, etc).

que impelem à saída (tornando-se facilmente confundíveis com os *emigrados* à procura de novas oportunidades económicas); e *refugiados* que tentam escapar rapidamente a situações de risco e procuram condições imediatas de segurança. Este percurso teórico termina com a construção de um quadro de distribuição das características demográficas dos refugiados, observada essa forma inicial de deslocamento.

É um quadro complexo e com fronteiras ténues, mas William Petersen¹⁷⁰ ainda ensaia uma reclassificação do sentido de urgência das pessoas que saem dos seus países (*forced/impelled*). Nesse sentido, tratando-se de motivos relacionados com guerras, revoluções ou guerras civis, os autores separam *refugiados impelidos/refugiados antecipatórios*: estão limitados na sua capacidade de decisão quanto a abandonar ou não o seu país, ou seja, fogem temendo que a deterioração da situação política ou social possa mais tarde impedir a sua saída livre. Segundo Barry Stein¹⁷¹, *pressentem* o perigo antes de as situações de crise ocorrerem. Já os chamados *refugiados forçados/agudos* enfrentam a urgência de uma escolha imediata entre a emigração e uma ameaça à sua vida. O que leva Stein a falar na existência de um «impulso irresistível» (*overwhelming push*). O desejo de assimilação pelas sociedades de acolhimento constitui-se como um segundo elemento caracterizador do movimento dos *refugiados*. É nesse sentido que Lewis A. Coser¹⁷² distingue entre *refugiados* que pretendem instalar-se permanentemente nos países de acolhimento e os *exilados* que encaram as suas presenças como temporárias. De qualquer forma, a assimilação não é inteiramente uma questão de livre escolha, na medida em que depende da receptividade da sociedade e das políticas do país de acolhimento. Hans Speier¹⁷³, por exemplo, caracteriza as habilitações profissionais/técnicas como factores de diferenciação nessa dinâmica.

A proposta de Lewis J. Edinger¹⁷⁴ para diferenciar *refugiados* e *exilados* assenta nos objectivos do deslocamento, ou seja, o *exilado* não procura uma *nova vida* nem uma *nova casa* e encara a sua permanência no país de acolhimento como estritamente

¹⁷⁰ William Petersen, «A General Typology of Migration», *American Sociological Review*, vol. 23, n. 3 (1958): 256-266.

¹⁷¹ Barry N. Stein, «The Refugee Experience: Defining the Parameters of a Field of Study», *International Migration Review*, n.15 (1981): 320-330.

¹⁷² Lewis A. Coser, *Refugee Scholars in America: Their Impact and Their Experiences* (New Haven: Yale University Press, 1984).

¹⁷³ Hans Speier, *Social Order and the Risks of War: Papers in Political Sociology* (New York: G.W. Stewart, 1952).

¹⁷⁴ Lewis J. Edinger, *German Exile Politics: The Social Democratic Executive Committee in the Nazi Era* (Berkeley: University of California Press, 1956).

temporária. O *exilado* recusa ser socialmente assimilado. Na oportuna síntese de Egon F. Kunz, o *exilado* é um *refugiado* para quem as portas se fecharam atrás de si.

Martin A. Miller acrescenta que «o termo refugiado implica uma categoria legal de pessoas que foram forçadas a abandonar a sua terra natal contra a sua vontade devido a um conjunto variado de razões»¹⁷⁵. São pessoas indefesas que necessitam de ajuda internacional. O carácter legal do *refugiado* é relevante por permitir o regresso. Trata-se de mais um elemento caracterizador. O que significa que, quando os esforços feitos pelos países de acolhimento para a sua reinstalação são bem-sucedidos, «o refugiado torna-se um imigrante» e assume o objectivo de ser absorvido pela sociedade de destino, ou seja, procura *uma nova casa* e não desenvolve actividade política contra o regime do seu país. A motivação económica sobrepõe-se às restantes características.

6.1.2 Emigrados: a motivação económica

Tal como o termo *refugiado*, também o termo *emigrado* tem uma utilização historiográfica recente, mas coloca obstáculos de maior complexidade. Edward Said¹⁷⁶ identifica desde logo o «estatuto ambíguo do termo *emigrado*, na medida em que «tecnicamente, um emigrado é alguém que emigra para um novo país¹⁷⁷». Na realidade, o *emigrado* pode até ter um certo *sentido de exílio*, adverte o mesmo autor.

Este quadro de enorme abrangência complexifica-se quando Egon F. Kunz adverte que os *refugiados* tendem a ser integrados nas estatísticas como «migrantes voluntários» pelos países de acolhimento. O que torna a diferenciação progressivamente mais difícil, na medida em que a *causa* (*empurrados* para abandonar o seu país) acaba por se transformar em *objectivo* (imigrar).

¹⁷⁵ Martin A. Miller, *The Russian Revolutionary Emigres 1925-1870* (Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1986).

¹⁷⁶ A perspectiva dos estudos de Edward Said decorre da sua própria experiência pessoal. Nasceu em Jerusalém e viu-se forçado a partir com a família, primeiro, para o Egipto, e depois para os Estados Unidos. Num dos seus ensaios, refere-se à *fatalidade* que representa para os palestinianos sentirem que se tornaram exilados devido à acção de *um povo de exilados* (*exiled by exiles*).

¹⁷⁷ A evolução na abordagem fica clara quando se constata a interpretação baseada em níveis de cultura (nível de cultura baixo e nível de cultura elevado) apresentada por Henry Pratt Fairchild em 1925, classificando a *migração* como uma «invasão», e dando como exemplo paradigmático o saque de Roma pelos visigodos. Trata-se de um conflito entre culturas de níveis diferentes, ou seja, o povo culturalmente inferior domina o povo culturalmente superior. Dentro da mesma lógica, o movimento contrário traduz-se em movimentos de *colonização* e/ou *conquista*. O mesmo autor utiliza o termo *imigração* para caracterizar movimentos pacíficos entre países com idênticos níveis de desenvolvimento cultural, em *Immigration: A World Movement and Its Significance* (New York: The Macmillan Company, 1914).

Este desejo de integração, o carácter livre da decisão inicial e a possibilidade de regresso reforçam a ambiguidade. Myriam Hachimi Alaoui foca-se então nas causas da saída do país de origem para marcar diferenças: «A partida é o resultado de uma escolha imposta pela miséria económica». O *emigrado* surge assim «como aquele que deixou seu país na esperança do progresso social¹⁷⁸».

No sentido de distinguir entre *causas pessoais* e *causas externas*, William Petersen coloca em perspectiva o *sentido de urgência* que caracteriza a natureza da decisão (*pushed/pulled*). O termo *pushed* refere-se aos que são impelidos a procurar outros países na sequência de alterações radicais das suas vidas. Art Hansen e Anthony Oliver-Smith¹⁷⁹ acrescentam que essas causas tanto podem resultar de catástrofes naturais como de motivos sócio-políticos. O termo *pulled* reporta-se aos que abandonam voluntariamente o seu país, ou seja, trata-se de um desejo positivo. Neste caso concreto, Egon F. Kunz acrescenta que o país de acolhimento proporciona as condições que motivam esse desejo, sendo que as motivações são de carácter marcadamente económico.

Bruno Gropp adverte que «os caminhos do exílio são frequentemente confundidos com os da chamada emigração económica» e reforça a necessidade de separar as «migrações motivadas essencialmente por razões económicas (em particular o desejo de melhoria das condições de vida) das que, pelo contrário, têm causas essencialmente políticas». É a dimensão política nas circunstâncias da partida que permite uma aproximação inicial entre *expatriados* e *exilados*.

6.1.3 Expatriados: a questão do envolvimento político

A ideia de *expatriamento*¹⁸⁰ está presente na sua dimensão cívica desde a civilização romana em associação aos termos *patria* e *domus*. Nancy Green¹⁸¹ liga *expatriação* à «perda da cidadania» resultante da «mudança física de domicílio». Acrescenta que *expatriação* e *emigração* legal estão muitas vezes ligadas e defende que «é possível que

¹⁷⁸ Myriam Hachimi Alaoui, «Exilés ou immigrés? Regards croisés sur les Algériens en France et au Québec», *Confluences Méditerranée*, n. 39, (2001): 07-117. Trata da imigração argelina ao nível dos estereótipos em torno das expressões «exilados» e «imigrantes» como concepções políticas e sociais.

¹⁷⁹ Art Hansen e Anthony Oliver-Smith, *Involuntary Migration and Resettlement: The Problems and Responses of Dislocated People* (Boulder: Westview Press, 1982).

¹⁸⁰ O significado de *expatriação* pode variar consoante a iniciativa, ou seja, tratando-se de um acto do Estado ou da pessoa.

¹⁸¹ Nancy L. Green, «Expatriation, Expatriates, and Expats: The American Transformation of a Concept», *The American Historical Review*, n.114 (2009): 307-328.

uma pessoa se desloque para outro país sem perder a cidadania de origem, da mesma forma que foi possível perder a cidadania *sem sair de casa*». A condição de *expatriado* implica uma decisão voluntária de abandono, tendo como possíveis explicações «motivos pessoais ou sociais». Payan Ségolène¹⁸² acrescenta que os *expatriados* «mantêm a possibilidade de retorno e preservam as ligações às suas origens», ou seja, não existe um sentimento intemporal de *não pertença*: «O exílio externo¹⁸³ é acompanhado por um sofrimento interior relacionado com a separação. Este sentimento de alienação reflecte a sensação de exílio». A possibilidade de escolha é vital. Paul Tabori enfatiza o «carácter voluntário» do expatriamento e afirma que se trata de «alguém que se afasta do seu país, renunciando aos direitos de cidadania, e torna-se cidadão de outro país»¹⁸⁴. O que leva Martin A. Miller a considerar que «o expatriado está no exterior inteiramente por escolha própria, e, geralmente, não pertence a um grande colectivo. Tende a ser um isolado, intelectual apolítico».

A fronteira entre *expatriado* e *exilado* pode ser clarificada através da existência ou não de actividade política¹⁸⁵. É um factor vital: o engajamento político na pátria e no *exterior* distinguem o *expatriado* do *exilado*. O que leva Yossi Shain a considerar que os *expatriados* podem ser *exilados* se lutarem pela criação de condições favoráveis ao regresso. A aproximação inicial entre *expatriados* e *exilados* desaparece assim quando se coloca em perspectiva a existência ou não de actividade política no *exterior*.

6.1.4 Exilados políticos: o significado de *estar no exílio*

O problema da pergunta inicialmente formulada *quem está no exílio?* começa desde logo pela definição de *exílio* e *exilado*¹⁸⁶, dada a própria dinâmica do conceito em cada

¹⁸² Payn Ségolène, «Du Déplacement au sentiment d'exil», *Recherches en Psychanalyse*, n. 9 (2010): 171-182.

¹⁸³ Na sua abordagem à motivação que leva as pessoas «a partir», Payan Ségolène adverte que «se a motivação é essencial, não é suficiente para ter sucesso o seu movimento». O seu estudo encaminha-se no sentido das ligações entre *exílio geográfico* e *exílio interior*. Também Ana Vasquez Bronfman adverte que mesmo quando os exilados estão «fisicamente aqui», ou seja, fora do seu país, psicologicamente «estão sempre no país de onde foram expulsos». Também Stéphane Dufoix coloca em debate uma outra ideia de exílio: o conceito de *exopolitie* pretende traduzir o espaço político da disputa entre grupos oponentes de exilados pela liderança no *exterior* da luta do respectivo povo, ou seja, a competição entre a necessidade desses grupos de exilados legitimarem a luta à distância e o facto de o seu país de origem continuar a existir sem eles.

¹⁸⁴ Paul Tabori, *The Anatomy of Exile – A Semantic and Historical Study* (London: Harrap, 1972), 23.

¹⁸⁵ Martin A. Miller considera James Joyce como exemplo paradigmático do expatriado: abandonou a pátria voluntariamente para poder continuar a exercer a sua actividades como escritor, mas sem actividade política no *exterior*, e com possibilidade legal de regressar ao seu país.

¹⁸⁶ Alguns autores falam da *selva impenetrável* que se ergue diante dos esforços para definir *exílio*.

contexto histórico. Encontram-se nas civilizações pré-clássicas e clássicas¹⁸⁷ os primeiros exemplos de *refugiados*, *exilados*, *expatriados* e *emigrados*¹⁸⁸, na medida em que o *banimento* e o *ostracismo*¹⁸⁹ apresentavam-se como prática frequente para neutralizar adversários políticos, forçando-os a abandonar a sua terra natal. O que significa que o *exilado* transporta *desde sempre* o estigma de estar condenado a tornar-se *um estranho* por via da separação forçada da sua pátria.

O *exílio* apresenta-se como o castigo mais cruel e surge ligado à ideia de pátria enquanto *terra dos pais*¹⁹⁰, ou seja, o local geográfico concreto onde estavam os restos mortais dos antepassados, e por essa via santificado por ser *habitado* pelos homens e pelos deuses¹⁹¹. «Na pátria encontrava o homem a sua segurança, o seu direito, a sua fé, o seu deus e tudo quanto lhe pertencia. Perdendo-a, tudo estava perdido para o homem», explica Fustel de Coulanges na sua reflexão clássica sobre a *cidade antiga*¹⁹².

A prática do *ostracismo* na Grécia Antiga¹⁹³ era uma forma de punir potenciais tiranos ou pessoas genericamente consideradas uma ameaça para os cidadãos. A decisão era

¹⁸⁷ As grandes enciclopédias apresentam várias definições de *exílio*. O significado enquanto processo político (do latim, *exilium*) pode ser expresso através de uma considerável variedade de termos. A obra *The Oxford English Dictionary* define como «remoção forçada de sua terra natal de acordo com um decreto ou sentença, expatriação penal ou banimento; o estado ou condição de ser banido; residência forçada em alguma terra estrangeira». O *Grande Dizionario Della Lingua Italiana* descreve o exílio numa perspectiva histórica. Trata-se de uma sanção que data dos tempos da antiguidade e que substituiu a pena de morte, ou seja, implicava um carácter de extrema gravidade: «Em sentido geral, o exílio é uma medida obrigatória, que envia um indivíduo para longe de sua terra natal (Pátria), legal ou arbitrariamente, por decisão das autoridades no poder, principalmente por causa de razões políticas». Estas interpretações admitem o exílio como uma consequência de decisões e procedimentos de carácter legal, mas em ambos os casos como actos coercivos. Na tradição francesa expressa através da obra *Le Grand Robert de la Langue Française*, o exílio surge como «expulsão de alguém de sua terra natal com a proibição de retorno; situação da pessoa expulsa» e como «banimento deportação, expatriação expulsão, proscricção, relação, transporte e ostracismo». O termo aparece no contexto espanhol no legado do Império Romano e em estreita ligação com a ideia de desterro ou seja, uma separação provocada por motivos políticos, podendo ser temporária ou definitiva, reforçando-se ainda a dimensão territorial do fenómeno do exílio.

¹⁸⁸ Apesar de Paul Autori falar profusamente na *herança de Sinuhe* como um marco fundacional na história do exílio, prosseguindo o seu estudo a partir de aí até meados do século XX, a expulsão de Adão e Eva do Paraíso encontra-se bastante citada como *o primeiro caso de exílio*, tendo como pano de fundo uma punição de desterro para penalizar uma falta (pecado): «A humanidade começa no exílio com uma violenta proibição: todos os países excepto o Jardim do Paraíso, Cfr. Jean Pierre Winter, «Le Pays de L'Autre», *Pardès*, n. 46 (2009): 203-210; Ian Buruma, «Exil», *Le Débat*, n. 115 (2001): 157-164. A Bíblia possui muitos outros exemplos igualmente metafóricos de *exílio*.

¹⁸⁹ Cfr. utilização do termo por Maria de Lourdes Lima dos Santos no ensaio «Ostracismo e errância – o caso de William Beckford», em *Ensaaios sobre três casos – Ostracismo, mudança, paixão* (Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2014), 15-46.

¹⁹⁰ Platão afirmava que é a pátria que nos dá a luz, nos alimenta e nos educa, e Sófocles acrescentava que é a pátria que nos mantém. Tratava-se de um vínculo sagrado.

¹⁹¹ Os deuses de cada homem habitavam a sua casa: *não estavam em toda a parte*.

¹⁹² Fustel de Coulanges, *A Cidade Antiga* (Lisboa: Clássica Editora, 2014).

¹⁹³ A mitologia grega descreve inúmeros casos e dramas de exílio começando desde logo pelo primeiro deus (Úrano) que decidiu banir alguns dos seus filhos devido à ameaça que representava o seu excesso de

tomada por uma maioria que decretava o *exílio honrável* por períodos de 10 anos. Neste sentido, o *exílio* era uma forma de garantir a estabilidade interna e evitar o conflito entre oponentes fortes, isto é, tratava-se de um mecanismo utilizado para evitar a guerra e garantir a paz¹⁹⁴. Os gregos e os romanos tinham bem presente a ideia de *dar a vida pela pátria*.

Esta dimensão da pátria, além do *simples* local de residência, implicava que o exílio correspondia à perda dos direitos civis, políticos, religiosos e até familiares. «O exílio não compreendia só a interdição de residência na urbe e o afastamento do solo da pátria; representava, ao mesmo tempo, a interdição do culto; continha aquilo que no mundo moderno é conhecido por excomunhão», na medida em que «exilar algum homem era, na fórmula usada pelos romanos, interdité-lo do fogo e água». O que correspondia à exclusão da religião¹⁹⁵ e nesse sentido à exclusão dos direitos civis e políticos dela emanados: «O exilado, perdendo a religião da pátria, perdia ao mesmo tempo tudo isso. Não tinha, para futuro, o direito de propriedade: a sua terra e todos os seus bens eram-lhe confiscados em proveito dos deuses ou do Estado. E, não tendo culto, perdia a família; deixava de ser esposo e pai. Os seus filhos deixavam de estar sob o seu poder, como sua mulher deixava de ser sua esposa, podendo, quanto quisesse, tomar outro marido», descreve Fustel de Coulanges.

O *exilado* não podia ser enterrado no solo da sua cidade, nem no túmulo dos seus antepassados por via da sua transformação em *estrangeiro*. Como experiência universal, o *exílio* «refere-se a uma condição social e política específica», adverte Eva Hoffman¹⁹⁶, acrescentando que, ainda assim, não se trata de uma categoria unitária.

poder. A impossibilidade de Ulisses regressar a casa após a vitória dos Gregos sobre os Troianos surge caso igualmente citado nas abordagens literárias ao exílio, na medida que se viu impedido de regressar durante longos anos para junto da mulher e do filho, que não vira crescer. O herói grego foi várias vezes castigado neste exílio prolongado por desafiar a ordem estabelecida. A mitologia grega inclui também o *auto-exílio* de Deméter por ser vítima de violência: a sua única filha, Perséfone, foi raptada por Hades e mantida em cativeiro. A deusa da Primavera decidiu abandonar o Olimpo e exilar-se na Terra até conseguir recuperá-la. Cfr. Edith Hamilton, *A Mitologia* (Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1991).

¹⁹⁴ O princípio do ostracismo foi sugerido por Sólon para evitar uma iminente guerra em Atenas, tendo sido formalmente introduzido em 508 a.C.. Foi posteriormente adoptado por outras cidades gregas, como Argos, Mégara e Mileto.

¹⁹⁵ Trata-se do fogo dos sacrifícios e da água lustral.

¹⁹⁶ Eva Hoffman, «The New Nomads», em *Letters of Transit* (New York: The New York Public Library), 39-63.

Em meados do século XX, Jiri Kolaja¹⁹⁷ abordou em específico a saída de Checoslovacos na sequência do golpe comunista de 1948. Começa por identificar as características da situação: por um lado, o abandono forçado do país por motivos políticos; por outro, a intenção clara de regressar após uma mudança da situação política original. O que implica o envolvimento directo em acções de carácter político que contribuam para essa mudança. O autor assume neste contexto a ideia de «missão como factor diferenciador em relação aos imigrantes normais» e aponta para a existência de um «portador dos valores do grupo» como «guardião da coesão do grupo».

Acreditando firmemente no retorno, consideram a sua realidade transitória e racionalizam o presente em termos de «sacrifício pela causa certa». Jiri Kolaja acrescenta ainda o «forte senso de obrigação de fazer alguma coisa sobre a situação no país de origem» como distinção de todos os outros migrantes. É esse activismo político que determina a sua condição: «O forte sentido de obrigação de fazer alguma coisa sobre a situação no país de origem é uma atitude que o distingue de outros imigrantes». Perdê-la, significaria «deixar de ser um refugiado político, por definição».

Na sua análise concreta aos checoslovacos que abandonaram o país devido às consequências da ascensão ao poder dos comunistas, Jiri Kolaja usa o termo *refugiados políticos*, mas toda a sua caracterização enquadra-se na categoria de *exilado político*¹⁹⁸: foram forçados a abandonar a Checoslováquia contra à sua vontade devido à iminência de serem vítimas de repressão política exercida pelo novo regime («escaparam»); quando se instalaram nos Estados Unidos, não procuraram uma nova vida ou uma nova casa e não quiseram ser assimilados pela sociedade de acolhimento («orientação diferente dos outros grupos»); por fim, estavam impedidos de regressar ao seu país até que o regime comunista fosse derrubado («seguem uma ideologia de resistência»). Aliás, trata-se da missão política que assumem no *exterior*: lutar contra o regime político que forçou a sua saída da Checoslováquia.

¹⁹⁷ Cfr. Jiri Kolaja, «A Sociological note on the Czechoslovak anti-communist refugee», *American Journal of Sociology*, vol.58, n. 3 (1952): 289-291. A abordagem do autor foca-se nos checoslovacos que abandonaram o seu país na sequência do golpe comunista de 1948, entre os quais o próprio autor, tendo-se organizado para lutar pela mudança do regime a partir do *exterior*. O que os coloca mais próximos da categoria de exilados políticos do que de refugiados.

¹⁹⁸ A alteração e evolução de sentido das categorias ao longo das épocas históricas e as diferentes interpretações mesmo entre especialistas encontra-se abordada no artigo Janine Ponty, «Refugiés, exilés, des catégories problématiques», *Matériaux pour l'histoire de notre temps*, n. 44 (1996): 9-13.

A generalidade dos autores concorda que as experiências do exílio são profundamente marcadas pela sensação de perda irreversível de algo deixado para trás. O trauma e a violência são expressivos e contrastam com uma certa ideia de *exílio romântico* que marcou o século XIX e teve reflexos na literatura, nomeadamente nos romances no período pré-primeira guerra¹⁹⁹.

Na sua análise, Bruno Groppo²⁰⁰ começa por identificar as características comuns a várias definições, desde logo a ideia do *exilado* «ser forçado» a viver contra a sua vontade longe de terra natal, mantendo como objectivo regressar ao seu país: «O exílio é uma forma de emigração motivada por razões políticas (em sentido lato), que tem características particulares e, portanto, difere de outras formas de migração». Por exemplo, as formas de sociabilidade e o tipo de relacionamento com o país anfitrião.

A clarificação dessas diferenças passa desde logo pelo *direito de escolha*, ou seja, os *exilados* são forçados a abandonar o seu país para escapar aos mecanismos institucionais de repressão da pluralidade política (prisão e tortura). O posterior regresso implica «incorrer em sérios riscos», mas o *exilado* transforma a sua presença no *exterior* em contributos directos para a luta no *interior*. Nas palavras de Robert C. Williams²⁰¹ trata-se de «continuar a guerra por outros meios». É esse factor diferenciador que importa agora explorar.

6.2 Sair para regressar

Claudio Bolzman define *exílio* como «a situação resultante da obrigação de deixar o país num contexto de violência política e procurar refúgio noutra Estado por um período que não é possível prever a duração²⁰²». Trata-se, em muitas circunstâncias, da única

¹⁹⁹ Cfr. Georg Lukács, *Theory of Novel – A historical-philosophical essay on the form of greta epic literature* (Cambridge: The MIT Press, 1971). Alguns autores chegam mesmo a falar numa «estética do exílio» traduzida nessas obras literárias de intelectuais como Hannah Arendt, Bertolt Brecht, Vladimir Nabokov, Milan Kundera, entre muitos outros, por exemplo, Dante, Maquiavel, Erasmus, Voltaire ou Rousseau. A conceptualização do exílio encontra-se desenvolvida noutras artes, por exemplo, na música. Cfr. Nicolas Puig, «Exils décalés. Les registres de na nostalgie dans les musiques palestiniennes au Liban», *Revue européenne des migrations internationales*, vol.25, n. 2 (2009): 83-100.

²⁰⁰ Bruno Groppo, «Exilés et réfugiés: l'évolution de la notion de réfugié au XXe siècle», *Historia Actual On Line*, n. 2 (2003): 69-79.

²⁰¹ Robert C. Williams, «European Political Emigrations: A Lost Subject», *Comparative Studies in Society and History*, n.12 (1970): 140-148.

²⁰² Claudio Bolzman, «De l'exil à la diaspora: l'exemple de la migration chilienne», *Autrepart*, n. 22 (2002): 91-101. O autor aborda a transformação de uma situação inicial de exílio político do tipo ideológico numa situação progressiva de diáspora, e classifica a decisão do exílio dos comunistas chilenos como um «imperativo» após o golpe militar de 1973.

escolha possível face à perigosidade da situação no *interior*. Segundo o mesmo autor, «em muitos casos o exílio é o ponto de partida que leva à formação de uma diáspora²⁰³».

Bolzman acrescenta depois uma nova causa de exílio às definições clássicas²⁰⁴: «As perseguições ideológicas após uma situação de guerra civil, de revolução ou de contra-revolução». Num artigo onde trata especificamente do *exílio* como uma forma de resiliência, afirma que uma das piores formas de violência directa praticada pelos regimes ditatoriais é a tortura, ou seja, as formas de tortura física e psicológica infligidas a alguém a fim de destruir a sua resistência²⁰⁵. Acrescenta ainda que a tortura é também um objectivo de violência indirecta para intimidar os outros a submeterem-se à vontade dos grupos dominantes e desencorajar qualquer forma de oposição activa.

No mesmo sentido, Myriam Hachimi Alaoui afirma que o *exilado* é forçado a deixar seu país por razões de perseguição e Mario Sznajder e Louis Roniger acrescentam que o exílio pressupõe a existência de mecanismos institucionais de exclusão das pessoas envolvidas na política. Os visados são forçados a abandonar o seu país de origem e/ou local de residência e ficam impossibilitados de regressar até que exista uma alteração das circunstâncias políticas. Num dos seus ensaios, Edward Said clarifica mesmo que o *pathos* do exílio encontra-se precisamente na impossibilidade de *regressar a casa*.

Um caminho trilhado também por Martin A. Miller: «O exilado não pode regressar a casa apesar de dedicar a sua vida inteira a esse fim. Foi forçado a sair da sua terra natal

²⁰³ O aprofundamento da noção de diáspora, a construção das identidades e a transformação do deslocamento forçado numa *consciência de minoria* encontra-se desenvolvida na área da sociologia das migrações em Sylvie Chédemail, *Migrants internationaux et diasporas* (Paris: Armand Colin, 1998); Martine Hovonssian, «La notion de diáspora. Usages et champ sémantique», *Journal des Anthropologues*, (1998): 72-73; Chantal Benayoun-Bordes, «Les diasporas, dispersion spatiale, expérience sociale», *Autrapart*, n. 22 (2002): 23-36, entre outros. O termo *diáspora* é usado para designar as pessoas que, na sua dispersão, conservam uma certa coesão, pelo menos cultural, geralmente devido a seu compromisso com uma religião. O termo *diáspora* é pouco usado como referência aos exilados políticos, na medida em que, no sentido tradicional, refere-se a grupos nacionais ou étnicos que fizeram parte de um Estado, caso dos judeus, por exemplo, ou cuja maioria reside no *exterior*. A ciência política explora a existência de algumas semelhanças, caso da dispersão espacial do grupo em vários Estados, preservação de laços materiais e simbólicos com o país de origem, contactos regulares entre os membros do grupo residente em diferentes países, grupo organizado para influenciar a dinâmica dos países de origem, cfr. William Safran, «Diasporas in Modern Societies: Myths of Homeland and Return», *Diaspora: A Journal of Transnational Studies*, vol.1, n. 1 (1991): 83-99; Gabriel Sheffer, *Modern Diasporas in International Politics* (Palgrave Macmillan: 1986); Khachig Tololyn, «Rethinking Diaspora(s): Stateless Power in the Transnational Moment», *Diaspora: A Journal of Transnational Studies*, vol.5, n.1 (1996): 3-36.

²⁰⁴ Claudio Bolzman começou por identificar como principais causas geradoras de exílios a desagregação dos impérios com a emergência dos Estados-nação e as subsequentes tensões de carácter regional.

²⁰⁵ Claudio Bolzman, «Violence politique, exil et formes de résilience», *Editions Médecine et Hygiène & HUG* (2006): 162-173.

por motivos políticos e ideológicos e recusa reinstalar-se de forma permanente noutra país». No seu estudo²⁰⁶, deixa bem claras as características dos exilados²⁰⁷ que abandonaram a Rússia czarista e iniciaram o processo de difusão do socialismo²⁰⁸: o carácter forçado da sua saída do país de origem e a recusa de assimilação nos países de acolhimento da Europa ocidental.

Uma ideia previamente exposta por George Haupt²⁰⁹ sobre os teóricos da revolução socialista: «A *intelligentsia*²¹⁰ como um grupo é caracterizada pelas suas atitudes mentais específicas e pelo sentido de compromisso; tem uma missão histórica». É seu cumprimento que confere a necessária unidade ideológica aos exilados russos e que adiciona uma nova característica ao conceito de exílio: o envolvimento no *exterior* de movimentos organizados com o objectivo de derrubar o regime do país de origem.

Martin A. Miller sintetiza algumas das características diferenciadoras: «O refugiado que se transforma em imigrante respeita a sociedade de acolhimento e adota de bom grado a língua e os valores. O expatriado tolera a cultura de acolhimento mas não necessita dela para a sua sustentação. O exilado evita a sociedade de acolhimento tanto quanto seja possível. A sua missão é trabalhar para criar condições no seu país de origem para que possa regressar sem comprometer as suas convicções».

6.3 Luta pelo regresso e recusa da assimilação

Paul Tabori classifica o *exilado* como uma pessoa forçada a abandonar o seu país «por recear» ser perseguido por razões de raça, religião nacionalidade ou opinião política, acrescentando que o exilado considera a sua permanência no *exterior* temporária e pretende regressar ao seu país quando as circunstâncias o permitirem. O seu estudo sobre a *anatomia do exílio* apresenta uma síntese consistente. A respectiva caracterização estabelece que «um exilado é uma pessoa forçada a abandonar a sua terra

²⁰⁶ Martin A. Miller, *The Russian Revolutionary Emigres 1925-1870* (Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1986).

²⁰⁷ Miller utiliza o termo *émigrée* como subcategoria específica no contexto de *exílio interno* e aplica-o exclusivamente no contexto da União Soviética para se referir às pessoas que discordavam fortemente do regime político, mas optaram por ficar no país, em alguns casos, por falta de opções. Têm as suas acções fortemente limitadas e vivem em isolamento. O termo carece ainda de conceptualização.

²⁰⁸ Estes exilados desenvolveram um relevante trabalho político que visava a transformação profunda da Rússia e tiveram de fazê-lo fora das fronteiras do império, na medida em que a luta no seu país teria como consequência o provável desterro para a Sibéria. Foi o exílio que viabilizou a luta revolucionária.

²⁰⁹ George Haupt, «Rôle de l'exil dans la diffusion de l'image de l'intelligentsia révolutionnaire», *Cahiers do monde russe et soviétique*, vol. 19, n.3 (1978): 235-249.

²¹⁰ Enquanto grupo oposicionista ao regime russo com forte sentido ideológico.

natal, sendo que essas forças possam ser políticas, económicas ou puramente psicológicas: não constitui uma diferença essencial saber se o exilado é fisicamente forçado ao abandono do seu país ou se decide abandoná-lo sem que tal pressão seja imediata»²¹¹.

Esta abordagem tem significado no estudo dos exilados comunistas portugueses, na medida em que foram forçados a abandonar Portugal por razões de perseguição política, mas sem que as instituições repressivas do Estado Novo tenham directamente decretado esse exílio. Tratavam-se de ameaças de carácter impessoal, na medida em que eram dirigidas contra os comunistas enquanto adversários do regime instituído.

O *exílio* implica também algum tipo de compromisso político, isto é, vontade de desempenhar um papel activo (político, no sentido amplo) para alterar a situação que causou saída para o *exterior*. A ideia do envolvimento/engajamento assume grande relevância para distinguir os *exilados* dos *refugiados*²¹², e também dos *expatriados*.

O *exílio* representa sempre uma experiência no *país do outro*²¹³, no sentido em que os *exilados* não têm em perspectiva uma eventual assimilação pelas sociedades de acolhimento, mesmo tratando-se de países com regimes de referência comunista. A impossibilidade de regresso a casa até que se alterem as circunstâncias apresenta-se como um factor determinante para a definição do *exilado*.

²¹¹ Tabori, *The Anatomy...*, 37.

²¹² O abandono, a partir de 1933, dos judeus da Alemanha tem uma natureza política: as medidas de discriminação e de perseguição adoptadas pelo regime nazi. Mas a maioria dos judeus não se envolveu em actividades políticas organizadas nos países de acolhimento. Por outro lado, não manifestaram o desejo de *regresso a casa*, ao contrário do que caracteriza claramente o exílio político. O termo *político* por si mesmo suscita também questionamento.

²¹³ A expressão utilizada por Serge Leclair (tal como *no man's land*) ambiciona traduzir uma certa ideia de «terra de ninguém no sentido psicológico, e que nessa dimensão pode adequar-se ao sentimento dominante dos exilados nos países de acolhimento: o sentimento de precariedade e de inadaptação (mesmo quando se tratam de países «estranhamente familiares, isto é, politicamente amigáveis»). A mesma ideia pode estar presente no regresso devido às consequências operadas na ausência: «Mas o país de origem não é mais o *seu país*. Ocorreram tantas mudanças após a sua partida e é por medo de esquecer-lo que enterra na sua memória um país idealizado», cfr. Cristina Hurtado-Beca, «Le Deuxième Exil: Le Retour au Pays», *Hermès*, n. 10 (1992): 251-261. O que significa que o exilado se torna duplamente estrangeiro. Este artigo resulta do estudo do caso concreto dos exilados chilenos, cujo regresso ao país de origem traduziu-se num «segundo exílio. Outros autores falam precisamente da sua experiência de exílio como o *seu país*, cfr. Karim Berger, «Exil, mon pays d'origine», *Études*, tomo 412 (2010): 233-240. Todas estas dimensões e variáveis, além do próprio exílio em si, por exemplo, os riscos físicos e os riscos psicológicos, como a tentação de ser feliz e o esquecimento da terra natal, encontram no *mito de Ulisses* uma síntese adequada, cfr. Vladimir Jankélévitch *L' Irréversible et la nostalgie* (Paris: Flammarion, 2011). O tema da nostalgia provocada pelo exílio é igualmente abordado por vários autores, por exemplo, os vários momentos dessa experiência, cfr. Edmundo Gómez Mango, «Les temps de l'exil», *L'information psychiatrique*, vol.83 (2007): 745-750.

No caso concreto dos refugiados chilenos, Bolzman nota que a situação do *exílio* caracteriza-se por um forte espírito de reversibilidade, no sentido em que os exilados aguardam por uma transformação da situação política no país de origem que permita o regresso. O *exílio* surge como uma experiência assumidamente provisória mesmo quando na ausência de uma perspectiva de regresso breve.

Os *exilados* são submetidos ao peso da expulsão e impedimento de voltar a casa. O que leva Edward Said a situá-los mesmo num estado de *ser descontínuo*, na medida em que transportam um certo *toque* de solidão e espiritualidade²¹⁴: «São cortados a partir das suas raízes, da sua terra, do seu passado²¹⁵. Geralmente não têm exércitos ou Estados, embora muitas vezes estejam à sua procura». Na mesma perspectiva, Peter Rose fala na partilha de perspectiva de destino inaceitável, e Said recorre a um verso de Wallace Stevens para traduzir algumas das suas ideias psicossomáticas: o *exílio* é como uma *mente de Inverno*, isto é, estando a Primavera próxima, não deixa de ser inalcançável.

6.4 O exílio político

O exílio político pode ser caracterizado desde logo pela existência de mecanismos institucionais de exclusão/repressão dos opositores ao regime, ou seja, características que formatam por natureza os regimes totalitários. Por um lado, esses mecanismos pressupõem que o abandono do país de origem resulta de uma decisão que tem por base razões políticas. Por outro lado, demonstram o carácter forçado de decisão, que tanto pode decorrer de mecanismos concretos de tortura física e/ou psicológica como de ameaças impessoais. O que significa que não constitui uma diferença essencial saber se o exilado é fisicamente forçado ao abandono do seu país ou se decide abandoná-lo sem que tal pressão seja imediata. Existe, de facto, um contexto de violência política.

O exilado político não pode regressar ao seu país até que se verifique uma alteração das circunstâncias políticas e essa impossibilidade de *regressar a casa* contribui directamente para o seu posicionamento no *exterior*: luta consistentemente contra o regime de origem. O cumprimento deste objectivo central enquanto *missão histórica*

²¹⁴ Foi o poeta cubano Octavio Armand quem escreveu que *to be is not to be*, isto é, para um exilado político *ser é não estar*.

²¹⁵ António José Saraiva fala da sua experiência no exílio em França, depois da ruptura com o PCP, como uma situação de ostracização decorrente do seu isolamento partidário. O prolongamento da situação leva-o a falar em suicídio, na sequência da solidão aguda: «Sinto-me só, sem raízes, desesperadamente só e sem raízes», Saraiva, *Correspondência...*, 106-107.

exige total comprometimento político e uma actividade permanente dentro de estruturas colectivas, ou seja, organizações políticas com capacidade e dimensão para conduzir a luta contra os regimes de origem a partir do *exterior*. O exilado cumpre uma missão de carácter *heróico* orientada por valores colectivos e disponibiliza-se para cumprir sacrifícios pela *causa certa*.

Este conjunto de características do exilado político resulta numa evidência: a luta permanente para regressar ao país de origem traduz-se também na recusa de assimilação nas sociedades de acolhimento, incluindo os casos em que se trata de regimes políticos amigáveis. O exilado político *sai* para depois regressar e cumprir o seu objectivo central de lutar pela mudança do regime.

Concluindo, este estudo interdisciplinar e comparativo do exílio, e das outras várias formas de desterritorialização, cria assim condições para a diferenciação e sustentação do conceito de *Exílio Político Funcional* aplicável aos comunistas portugueses no âmbito desta tese.

OS COMUNISTAS PORTUGUESES NO EXÍLIO

| CAPÍTULO 1 |

| O EXÍLIO POLÍTICO NA EXPERIÊNCIA IBÉRICA |

1. Convergências e divergências

Tendo em consideração que o estudo do comunismo é por definição transnacional e comparado²¹⁶, a relevância das particularidades do exílio na História do PCP e as circunstâncias concretas do período em que ocorreram podem beneficiar de uma abordagem comparativa com o Partido Comunista Espanhol (PCE)²¹⁷, mas sem perder de vista que essas características nem sempre se manifestaram concomitantemente no quadro histórico-político em análise.

Por um lado, importa ter desde logo em consideração a plena integração do PCE na Internacional Comunista e a possibilidade de desenvolvimento da sua actividade política na legalidade durante a II República espanhola. Esta inserção no campo democrático e no movimento comunista internacional proporcionou uma experiência concreta que o PCP só conheceu a partir de 1974, ou seja, a história do PCP é em larga medida uma história na ilegalidade em Portugal e com um significativo *desligamento* do movimento comunista internacional²¹⁸.

Por outro lado, a passagem à ilegalidade do PCE no contexto da guerra civil espanhola conduziu a um exílio de massas dos seus militantes e dos seus dirigentes²¹⁹, tendo o período imediato da segunda guerra gerado uma situação de quase clandestinidade dos

²¹⁶ Ducoulombier, *História do Comunismo...*, 13.

²¹⁷ A alternância de perspectiva favorece a construção de uma narrativa coerente sobre o tema do exílio. Tal como refere Jürgen Kocka, «a comparação ajuda a identificar questões e a clarificar as particulares dos casos individuais», ou seja, permite contactar novas fontes, absorver novas ideias, colocar novas interrogações e, conseqüentemente, testar novas conclusões dentro do «circuito internacional do conhecimento histórico», cfr. «Comparison and Beyond», *History and Theory*, Vol. 42, No. 1, Feb, 2003: 39-44. A escolha do Partido Comunista Espanhol pode ser orientada pelo critérios definidos por Heinz-Gerhard Haupt para viabilizar a aplicação de métodos comparativos. Em primeiro lugar, identificou-se uma realidade susceptível de ser comparada; depois, essa realidade permite a utilização de conceitos adequados aos temas comparados e a *interrogação* das fontes com pontos de partida idênticos (matriz coerente); por fim, as fontes são susceptíveis de utilização na língua original, cfr Heinz Gerhard Haupt, Jürgen Kock, *Comparative and Transnational History* (New York: Berghahn Books, 2010).

²¹⁸ A Internacional Comunista excluiu o PCP devido às infiltrações da PIDE e sucessivas quebras conspirativas, tendo iniciado a progressiva reintegração a partir de 1948 devido ao papel directo de Álvaro Cunhal. A sua prisão em 1949 abrandou esta dinâmica apesar dos contactos intermitentes entre o PCP e o PCUS.

²¹⁹ Na sequência da queda de Madrid, em Março de 1939, terão sido forçadas ao exílio mais de 450 mil pessoas, cfr. Ducoulombier, *História do Comunismo...*, 59.

comunistas espanhóis dentro da própria Europa e de forte dispersão por outros continentes.

Estas divergências não comprometem a viabilidade do estudo comparado entre os partidos ibéricos, na medida em que se identificam pontos coincidentes para o recorte cronológico considerado. Por um lado, a proximidade geográfica e as semelhanças entre as realidades políticas, sociais e económicas, isto é, as condições concretas da luta política em que actuaram os comunistas ibéricos e os respectivos objectivos políticos em Portugal e em Espanha. Por outro lado, o derrubamento de regimes ibéricos como objectivo central do PCP e do PCE no âmbito da dinâmica internacional da Détente, tendo os comunistas portugueses desenvolvido a sua actividade em lealdade política com Moscovo enquanto os comunistas espanhóis divergiram mais tarde na sequência da Primavera de Praga²²⁰.

2. As circunstâncias dos comunistas espanhóis

2.1 Institucionalização e dispersão

As convergências e as divergências decorrentes deste quadro histórico-político produziram necessariamente diferentes tipos de exílio político. As trajectórias dos comunistas espanhóis ficaram desde logo marcadas pelo exercício do poder e posterior (in)adaptação das estruturas partidárias à guerra civil e consequente regresso à ilegalidade. A derrota militar levou à institucionalização de uma *política de exílio* através da criação de um Serviço de Emigração para os Refugiados controlado pelos comunistas²²¹. Foi precisamente no âmbito desta dinâmica que os seus dirigentes foram gradualmente dispersos por países de vários continentes.

A fragmentação geográfica das elites dirigentes²²², a inexistência de um aparelho clandestino²²³, o desligamento das massas, a resistência à ideia de infiltração dos sindicatos nacionais e o recurso à guerrilha constituem diferenças essenciais em relação ao PCP e à construção do quadro mental dos exilados de cada um dos partidos.

²²⁰ A ruptura do PCE com Moscovo ocorreu na segunda metade do recorte cronológico utilizado no estudo do exílio no PCP.

²²¹ O contingente que embarcou em Agosto de 1939 para Bordéus reunia cerca de 2.200 refugiados, sendo perto de 400 comunistas.

²²² Esta dispersão geográfica dificultou os contactos com o interior e a própria solidez da orientação estratégica, conforme descreve Victor Alba (Pere Pagés i Elies) em *El Partido Comunista en España- Ensayo de interpretación histórica* (Barcelona: Editorial Planeta, 1979).

²²³ O facto de o PCE não ter preparado um aparelho clandestino antes da derrota de 1939 constitui um «erro» mais tarde assumido pela *Pasionaria*.

As tentativas de reconstrução do PCE no pós-guerra civil foram condicionadas pelo exílio dos seus principais dirigentes na França e América Latina, tendo apenas uma pequena minoria sido seleccionada para se exilar na União Soviética²²⁴. Na fase inicial, o número total foi inferior a 2 mil exilados espanhóis: «A União Soviética não estava disposta a receber uma imigração massiva, a imensa maioria dos comunistas espanhóis exilados continuaram nos campos de concentração do sul da França»²²⁵, explica Joan Estruch Tobella. Uma hostilidade que provocou um choque nas expectativas dos comunistas espanhóis derrotados na guerra civil²²⁶.

Os seus esforços de adaptação à clandestinidade foram lentos. O PCE interpretava a guerra civil como um conflito entre a *República democrática* e os *generais sublevados*, entre a *nação espanhola* e os *invasores*. O que se traduziu numa concentração dos esforços na defesa das estruturas republicanas e nas formas de luta não convencionais, nomeadamente a guerrilha. O aparelho no *interior* ficou reduzido a contactos mal estruturados, actividade política pulverizada e falta de uma estratégia sólida que emprestasse coerência à luta clandestina. Os informes políticos produzidos no *exterior* revelavam um profundo desconhecimento da situação em Espanha, sendo a fracassada invasão militar do Valle de Arán a sua máxima expressão²²⁷.

Os comunistas ibéricos partilhavam²²⁸ a ideia de derrubarem as respectivas ditaduras²²⁹ através de uma insurreição, mas os comunistas espanhóis baseavam a sua estratégia nas acções dos guerrilheiros que tinham combatido os nazis integrados na dinâmica da resistência francesa²³⁰. Já o PCP só activou um braço-armado conjunturalmente e

²²⁴ Os destinos eram escolhidos em função de uma «ordem de preferência» liderada pelos chefes militares e comissários de guerra.

²²⁵ Joan Estruch Tobella, *El PCE en la clandestinidad 1939-1956* (Madrid: Siglo XXI de España Editores, 1982), 12.

²²⁶ Quando o governo francês solicitou às autoridades soviéticas que acolhessem comunistas espanhóis para aliviar a pressão no sul do país, Moscovo disponibilizou-se apenas para conceder uma modesta ajuda financeira. A verba cobria apenas as despesas equivalentes a um dia. Esta resistência derivava da incapacidade do regime em assimilar franjas populacionais estranhas ao seu rígido sistema político-social.

²²⁷ Herbierto Quiñones chegou a proibir os contactos dos militantes no *interior* com os exilados, na sequência da captura de vários dirigentes em Lisboa recém chegados do México. O próprio Quiñones seria depois fuzilado.

²²⁸ As linhas gerais dos programas têm vários pontos comuns, casos da reforma agrária, fim dos monopólios e nacionalizações.

²²⁹ A categorização do Estado Novo encontra-se consistentemente demonstrada nas investigações contínuas de António Costa Pinto, por exemplo, *Salazar's dictatorship and european fascism: problem of interpretation* (New York: Columbia University Press, 1996) / *O salazarismo e o fascismo europeu. Problemas de interpretação nas ciências sociais* (Lisboa: Editorial Estampa, 1992); «O salazarismo na recente investigação sobre o fascismo europeu – velhos problemas, velhas respostas?», *Análise Social*, vol. XXV (1990): 695-713.

²³⁰ Cfr. Charles Tillon, *A Guerrilha em França* (Porto: Editorial Inova Limitada, 1969).

apenas para debilitar a *máquina da guerra colonial*, ou seja, a opção central incidia mais na infiltração das estruturas militares e menos nas acções directas *contra* as Forças Armadas.

A própria repressão em Espanha resultante da guerra civil revelou-se necessariamente mais violenta e os fuzilamentos tornaram a actividade no *interior* extremamente perigosa. Os comunistas respondiam aos fuzilamentos com o reforço da guerrilha e os informadores da polícia franquista começaram a ter o destino anteriormente dado aos colaboracionistas nazis: execuções sumárias²³¹.

As dificuldades do PCE para organizar movimentos no *interior* foram sistemáticas e o desejado *estímulo* da guerrilha para converter a luta popular numa *insurreição geral* falhou essencialmente devido ao *desligamento* das massas. A falta de apoio popular e a opção pela guerrilha²³² foram o principal motivo do insucesso. O PCE agia como uma fortaleza sitiada, com reduzida influência social e sindical e desligado dos movimentos de massas. O que se explica com o facto de o seu papel na República ter sido concentrado na conquista do aparelho estatal e menos na organização das massas trabalhadoras.

2.2 A guerrilha como motor revolucionário

Os primeiros exilados espanhóis em França ficaram rapidamente isolados na sequência da assinatura do pacto germano-soviético²³³. Santiago Carrillo tentava dirigir esses colectivos através de Buenos Aires²³⁴ e estabelecer contactos com o *interior* através de mensagens transportadas pelos tripulantes dos barcos comerciais que faziam as ligações com Espanha. Ocasionalmente passavam também propaganda e alguns militantes clandestinos, mas, na sua essência, eram ligações intermitentes²³⁵. O que levou à tentativa (fracassada) de instalar um posto avançado em Portugal em 1941²³⁶. Os quatro comunistas espanhóis infiltrados para criar essa rede clandestina foram

²³¹ O primeiro número da revista *Nuestra Bandera* (Janeiro de 1945) determina a «liquidação física» dos provocadores: «Cada delator deve pagar con la vida su traición. Y en esta tarea los guerrilleros deben jugar el papel principal».

²³² Cfr. Tobella, *El PCE...*, 137-138.

²³³ A adesão tardia à *resistência* foi depois compensada com o envolvimento determinado sequência da invasão nazi da União Soviética (Junho de 1941).

²³⁴ Os primeiros exilados partiram para Paris, dispersando-se após o início da segunda guerra mundial.

²³⁵ Santiago Carrillo, *Memorias, edición revisada y aumentada* (Barcelona: Editorial Planeta, 2006); Santiago Carrillo, *Amanhã a Espanha* (Lisboa: Publicações Europa-América, 1975).

²³⁶ Cfr. Tobella, *El PCE...*, 22-23.

apanhados pela PIDE em Janeiro de 1942, entregues às autoridades franquistas e posteriormente fuzilados pela ditadura espanhola.

A recomposição das alianças entre as democracias ocidentais e Moscovo no pós-guerra abriu depois espaço para o PCE recuperar as narrativas *fascismo/anti-fascismo* e aliviou a pressão sobre os espanhóis exilados. A suspensão conjuntural do isolamento em França através deste esquema interpretativo da realidade favoreceu o seu envolvimento nas acções de guerrilha através do Agrupación de Guerrilleros Españoles (AGE). Esta força chegou a ter 9 mil homens nas suas fileiras, sendo os comunistas o principal grupo operativo²³⁷.

Animados com o desembarque aliado na Normandia, a Unión Nacional Española (UNE) lançou os seus guerrilheiros na invasão do Valle de Arán, em 1944. A missão tinha como objectivo conquistar uma parte de Espanha, instalar um governo provisório e fomentar uma insurreição nacional. O modelo reproduzia o que se passara em França: um exército invasor (Aliados), uma guerrilha de retaguarda (guerrilheiros espanhóis) e um movimento de massas (resistência)²³⁸. A *aventura* fracassou e a reorganização de 1944-45 não superou os problemas estruturais no *interior*. A luta continuou baseada na guerrilha *forjada* na resistência anti-nazi²³⁹ e sem condições reais para uma insurreição. O povo espanhol *preferia* esperar por uma intervenção estrangeira.

2.3 Do seguidismo ao isolamento

O alinhamento com Moscovo na Guerra Fria levou o PCE a secundarizar a luta contra a ditadura, já que aceitou integrar o derrubamento de Franco numa frente de luta global anti-imperialista²⁴⁰. O governo francês acabou por ilegalizar o PCE em 1950 e expulsou cerca de 150 militantes, acusando-os de serem «agentes» pró-soviéticos. Os exilados dispersaram-se entre Argel, Córsega e Praga, mas uma parte significativa manteve-se em França na semi-clandestinidade beneficiando do apoio do PCF. O refluxo e o isolamento das restantes forças oposicionistas fragilizaram o PCE no *interior*.

²³⁷ O PCE fez da Unión Nacional Española (UCE) a principal força agregadora dos exilados em França disputando o espaço da Junta Española de Liberación (JEL) dominada por republicanos e socialistas.

²³⁸ O modelo fracassou desde logo por assumir como *ejército regular* um conjunto de guerrilheiros, agravado com a inexistência de apoios militares e populares no *interior*.

²³⁹ Em 1946 anunciou a criação de um Conselho Nacional da Resistência para conduzir a guerrilha.

²⁴⁰ A propaganda comunista tornou a luta contra Franco na luta do povo espanhol contra os «imperialistas americanos» e a Coca-Cola em *sinistro* instrumento financeiro dos «imperialistas» contra os espanhóis.

As orientações chegavam de Moscovo através da *Pasionaria*, eram comunicadas ao núcleo de Praga e, por sua vez, transmitidas para França. Eram estes dirigentes controlados pelos franceses que por fim *ligavam* o aparelho em Espanha²⁴¹. O isolamento justificou o sistemático recurso à luta armada. O que só mudou com as novas políticas internacionalistas resultantes da coexistência pacífica²⁴² e a imposição por Moscovo das infiltrações nas organizações franquistas. O PCE transformou os grupos guerrilheiros em organizações político-militares responsáveis pela coordenação das infiltrações e organização das massas de camponeses²⁴³, mas a adaptação revelou-se muito difícil²⁴⁴.

Esta perspectivização da história do PCE no contexto da sua luta em Espanha permitirá agora identificar convergências e divergências com a realidade do PCP, designadamente a sua caracterização específica e acolhimento do tipo de exílio político daí resultante.

3. As circunstâncias dos comunistas portugueses

3.1 Orientação estratégica: infiltrações e controlo das massas

As estruturas clandestinas do PCP foram consolidadas no início da década de 40, assentes na ideia de que a tomada de poder se faria através do derrubamento da ditadura *forjada na luta diária*. Em 1943, no III Congresso (I Congresso Ilegal)²⁴⁵, o PCP definiu como objectivo organizar um «levantamento nacional para o derrubamento do fascismo» através da criação de uma «crise nacional geral». O IV Congresso (II Congresso Ilegal), realizado em 1946 na sequência da vitória dos Aliados, confirmou esta linha política²⁴⁶. O informe apresentado por Álvaro Cunhal consolida «o caminho

²⁴¹ Alguns autores calculam que nas décadas de 50 e de 60 o PCE tivesse cerca de 10 mil militantes divididos entre os vários exílios, sendo o maior núcleo aquele que actuava em França.

²⁴² A morte de Estaline em 1953 permitiu que o PCE realizasse no ano seguinte o seu V Congresso, em Praga. Desde 1932 que os comunistas espanhóis não se reuniam a este nível e dos 65 membros do Comité Central (efectivos e suplentes) eleitos em 1937 restavam apenas 19: outros 19 tinham sido mortos e 27 expulsos do partido. Em 1956, o congresso do PCUS abriu caminho para que cada partido comunista procurasse o caminho mais adequado no seu país para chegar ao socialismo. A posterior opção pelo eurocomunismo como «via alternativa» provocou uma ruptura entre comunistas espanhóis (bem como franceses e italianos) e Moscovo.

²⁴³ Cfr. Tobella, *El PCE...*, 152-153.

²⁴⁴ Recuaram para França e sofreram novo revés devido à resposta do governo francês às ameaças do PCE em recorrer às armas para unir os operários franceses em defesa do Exército Vermelho seguindo o exemplo da Roménia e da Polónia.

²⁴⁵ A reunião realizou-se entre os dias 10 e 13 de Novembro de 1943. Os dois anteriores congressos ocorreram durante a I República, respectivamente em 1923 e 1926.

²⁴⁶ A importância deste encontro decorre, por um lado, do contexto histórico da derrota dos regimes totalitários na Alemanha e em Itália e da preservação dos regimes ibéricos; e, por outro, do facto de ter ocorrido num momento de força e influência do PCP demonstrado com a organização de greves.

para o derrubamento do fascismo»²⁴⁷: «Levantar, dia a dia e hora a hora, todas as camadas da população», tendo como base a «unidade da classe operária»²⁴⁸. A prioridade das oposições terá de ser a conquista do poder através do «levantamento nacional» enquanto «acto de violência» que «custará sacrifícios e vidas»²⁴⁹.

Quanto ao caminho, começa por afastar a hipótese de um golpe das Forças Armadas (*putsch*) por estarem dominadas pelas chefias fiéis ao regime e por insistirem no erro do passado: ignorar a importância das «massas» na tomada do poder. «As ideias e actividades *putschistas* caracterizam-se pela incerteza e pela irregularidade»²⁵⁰. Mais tarde, no contexto das mutações da década de 60, Álvaro Cunhal denunciaria o «caminho ilusório» das *acções directas* por estarem «desligadas das massas» e trata os seus impulsionadores como «heróis» que julgam estar a «iluminar» o caminho com o seu «sacrifício» quando se limitam a «actos de terrorismo individual».

Após clarificar que «não será por um golpe militar ou pronunciamento de comandos, por uma ‘revolução de palácio’, que o povo português poderá derrubar o governo fascista», Álvaro Cunhal apresenta o caminho: o «levantamento em massa», ou «insurreição nacional», cujo sucesso exigia uma prolongada preparação no *interior* para criar as necessárias condições políticas, económicas e sociais *superiormente* definidas por Lenine²⁵¹. O secretário-geral do PCP assume essa herança leninista para advertir que «uma insurreição não se decreta»: é necessário preparar as massas e acelerar o processo de decomposição do regime até que surja uma «crise nacional geral», ou seja, é preciso «educá-las no combate e no espírito de sacrifício e desvendar-lhes o seu verdadeiro inimigo». A execução desta tarefa exigia um intenso e permanente combate na clandestinidade. O que seria impraticável num contexto de *exílio de massa* ou dispersão dos dirigentes.

²⁴⁷ *O caminho para o derrubamento do fascismo*, Informe Político do Comité Central ao IV Congresso do PCP, apresentado por Duarte, cfr. Cunhal, *Obras Escolhidas*, vol. III..., 368-621.

²⁴⁸ O que significava que «esperar dos acontecimentos internacionais a solução dos nossos próprios problemas conduz a esperar de braços cruzados que qualquer milagre se produz» e «na vida das nações, tal como na natureza, não se produzem milagres».

²⁴⁹ Só falará de «armar o povo» para tomar o poder no contexto da década de 60.

²⁵⁰ Esta tentação pelo «golpismo» será duramente criticada por ser uma concepção ineficaz e tão antiga quanto o próprio Estado Novo. Apresenta a mesma crítica aos defensores de um «pronunciamento de comandos ou de esferas políticas dirigentes», na medida em que o seu sucesso dependeria dos elementos até então afectos ao governo e, acima de tudo, agindo fora do controlo do PCP.

²⁵¹ *Esquerdismo, doença infantil do comunismo* (São Paulo, Editora Escriba, s.d.).

Esta estratégia de mobilização das massas em Portugal seguia uma lógica de combate contínuo assente nas lutas parciais²⁵². Estas acções «enfraqueciam» progressivamente a ditadura e ajudavam o povo a ganhar «hábitos de combate e de sacrifício» sob orientação dos «revolucionários profissionais»²⁵³. A aprovação do *Rumo à Vitória*²⁵⁴ na década de 60 consolida a «insurreição» como «insurreição popular armada», isto é, «o choque decisivo e final contra a ditadura será desencadeado, não como resultado de uma «conspiração» feita à margem da luta popular, antes numa situação de luta política intensa e generalizada das massas populares», define inequivocamente Álvaro Cunhal.

Uma direcção política concentrada no exílio e desligada da vida quotidiana não tinha condições para cumprir estes objectivos estratégicos, tal como se verificou em Espanha. O sucesso da «luta armada do povo e dos militares revolucionários» dependia da capacidade das células clandestinas para organizar as lutas e mobilizar as massas populares como *motor* de uma revolução²⁵⁵ liderada pelo PCP, mas com a ajuda decisiva de sectores militares descontentes com a persistência da guerra.

O cumprimento desta estratégia²⁵⁶ justificou uma polémica decisão do Comité Central em Julho de 1967, no sentido de travar a deserção de jovens comunistas das unidades mobilizadas para a guerra colonial²⁵⁷. A resolução determina que «os militares comunistas devem trabalhar para estimularem e organizarem deserções. Mas eles próprios não devem desertar, senão quando tenham de acompanhar uma deserção colectiva ou corram iminente perigo de ser presos em resultado da sua acção revolucionária»²⁵⁸. Ou seja: «Os militares comunistas devem continuar corajosamente o

²⁵² Lutas económicas (melhoramento dos salários), lutas políticas (celebrações e manifestações) e outras iniciativas genéricas (movimentos culturais, movimentos de mulheres e de jovens, etc). As greves eram a expressão máxima das «lutas parciais» pelo significado político e valor educativo das massas.

²⁵³ A partir da reorganização de 1940-1942, o PCP adoptou regras de acção clandestina que correspondem a um modelo de *revolucionário profissional*. Foi o único partido organizado que atravessou a ditadura.

²⁵⁴ No âmbito dos trabalhos preparatórios do VI Congresso que se viria a realizar em Setembro de 1965. O modelo para a tomada do poder através do levantamento nacional armado vigorou até ao 25 de Abril.

²⁵⁵ Trata-se de uma etapa centrada no objectivo imediato de destruir o Estado Novo, liquidar os monopólios, executar as expropriações agrárias, reconhecer os direitos dos povos africanos à independência e instaurar um novo regime político.

²⁵⁶ O VII Congresso do PCP, um dos mais importantes na clandestinidade, realizou-se em Setembro de 1965 em Kiev.

²⁵⁷ Silva Marques relata nas suas memórias que um militante perguntava ao seu *controlheiro* «como proceder em caso de se ver envolvido num confronto militar com os nacionalistas africanos, se devia matar, ou deixar-se matar, respondia-se-lhe que evitasse o confronto, que em caso de inevitabilidade, procurasse não matar, e que em último recurso, pois claro, era legítimo, era humano, era uma questão de sobrevivência, *podia* matar (“podia”, não “tinha”!), Marques, *Relatos...*, 89.

²⁵⁸ Resolução do Comité Central do PCP transcrita em Cunhal, *Obras Escolhidas, vol. I...*, 280 e *Avante!*, VI série, n.382, Setembro de 1967.

seu trabalho revolucionário nas Forças Armadas, tanto em Portugal como nas colónias esclarecendo os seus companheiros, organizando os militares mais decididos e combativos, estimulando e organizando deserções e outras formas de protesto contra a guerra colonial, desde a resistência passiva à sabotagem»²⁵⁹.

Esta restrição dirigia-se directamente aos jovens. Por um lado, por fugirem à guerra²⁶⁰ quando o PCP queria aproveitar o desgaste²⁶¹ para infiltrar as Forças Armadas e garantir um instrumento vital para fazer a revolução de *dentro para fora*. Por outro lado, a reconfiguração da esquerda provocada pela ruptura sino-soviética gerou novos movimentos que recrutavam nos sectores estudantis e intelectuais. O *Maio de 68* projectava a juventude como agente histórico da década e mostrava que a *revolução era possível*, mas a inspiração era a *revolução chinesa* e não a *revolução soviética*. Manter os jovens comunistas longe de França ajudava o PCP a preservá-los dessa *atracção*²⁶².

O trabalho político nos centros urbanos significava organizar células de empresa e desenvolver actividades conspirativas nos sindicatos nacionais, tendo em vista a instrumentalização do movimento sindical à escala nacional. As greves, as concentrações e as manifestações constituíam mecanismos fundamentais para a mobilização das massas, tendo como expressão máxima a greve nacional como *forma de luta superior*. Nas zonas rurais, importava controlar as organizações de camponeses para dinamizar exercícios rotineiros de politização como ler e comentar em colectivo a imprensa diária. O *Rumo à Vitória* concretiza os objectivos desta frente a prazo: expropriar os grandes proprietários e entregar as suas terras aos «camponeses pobres». Um objectivo conceptualizado como «reforma agrária»²⁶³.

O aparelho ilegal tentava ainda controlar casas do povo, organizações de pescadores e movimentos de juventude e mulheres. Esta estratégia de infiltração sistemática traduziu-se numa organização clandestina fortemente enraizada, na medida em que a organização

²⁵⁹ O tema foi também abordado no ensaio *Acção Revolucionária, Capitulação e Aventura* (1967). Álvaro Cunhal reafirma a «urgência em levar a cada unidade militar a organização do Partido, em criar organizações militares unitárias, em desencadear as mais variadas lutas nas forças armadas».

²⁶⁰ O PCP admitia apenas as deserções colectivas e concretizadas na frente de batalha.

²⁶¹ A criação da Acção Revolucionária Armada (ARA) em 1966 insere-se nesta estratégia. O PCP activou um braço-armado para atacar directamente a *máquina de sustentação* da guerra colonial.

²⁶² O *cisma* sino-soviético teve um forte impacto no PCP e abriu fissuras que se mantiveram depois da queda do Estado Novo. O surgimento de dissidentes comunistas criou condições para a formação de novas forças políticas à esquerda, nomeadamente nos meios intelectuais e estudantis, e forçou uma reconfiguração da oposição no exílio, tornando difícil o convívio entre grupos rivais. Inúmeros jovens exilados em França abandonaram o PCP para ingressar nos novos partidos de extrema-esquerda.

²⁶³ Traduz a interpretação marxista da «revolução de certas classes contra outras classes sociais».

era uma «tarefa central». O que implicava uma proximidade que o exílio anulava. «Insistir sempre e sempre no trabalho de massas», exigia Álvaro Cunhal, reafirmando que a «luta popular de massas» era o «motor da revolução» e a tarefa das organizações comunistas «estarem atentas em cada caso ao desenrolar do movimento, auscultar os sentimentos das massas, e saberem escolher o momento para lançar a palavra». Uma metáfora para o «assalto final» liderado pelo PCP como «organizador e dirigente das lutas populares».

3.2 As limitações operacionais e as debilidades organizativas

O clima de perseguição permanente no *interior* nunca permitiu ao PCP a consolidação de um número de funcionários estável e suficiente para manter estruturas numerosas no *exterior*. Na primeira metade da década de 40²⁶⁴, um dos períodos de maior força do PCP antes da segunda guerra, demonstrado com a organização de sucessivas greves e a eficácia das novas regras conspirativas²⁶⁵, continuavam a existir cidades importantes sem nenhuma organização partidária, incluindo três capitais de distrito. Numa determinada vila da Estremadura considerada importante mas não identificada pelo PCP, e onde existia uma fábrica com mais de 1000 operários, os 17 militantes não tinham conseguido estabelecer quaisquer ligações. Em Setúbal, na influente indústria conserveira, estavam infiltrados apenas 3 comunistas²⁶⁶. As fragilidades organizativas atingiam ainda as casas do povo, sendo praticamente inexistente a actividade partidária, apesar de constituírem um objectivo do trabalho de infiltração.

A situação degradou-se ao longo dos anos seguintes e, no início da década de 60, o PCP começou a falar na necessidade de formar quadros jovens para substituírem os dirigentes que enfrentavam cada vez mais dificuldades para fugir das prisões e trabalhar na clandestinidade, dado o grau de conhecimento da PIDE das suas características pessoais. A formação e selecção de quadros constituía uma dimensão fundamental da luta dos comunistas, tendo sido consubstanciada através de metodologias próprias para atestar o perfil pessoal e político, por exemplo, a *autobiografia* verificada por comissões próprias e os procedimentos de reintegração como a *auto-crítica*.

²⁶⁴ «Um dos períodos de mais força e influência do PCP na luta contra a ditadura», cfr. Cunhal, *Obras Escolhidas*, vol. II..., 369.

²⁶⁵ Antes da reorganização de 1940/42, entre as Laranjeiras e o Campo Pequeno, por exemplo, viviam dois dirigentes nacionais do PCP, e estavam concentradas duas tipografias e vários pontos de apoio.

²⁶⁶ Cfr. Cunhal, *Obras Escolhidas*, vol. II..., 550-551.

Os soviéticos disponibilizaram-se para auxiliar o PCP na formação de quadros, mas associavam a *questão portuguesa* à *questão espanhola*²⁶⁷, ou seja, faziam depender a queda de Salazar da queda de Franco e canalizavam os fluxos mais significativos para o PCE. Álvaro Cunhal insistiu sempre nas «condições concretas» e nas «especificidades de cada país»²⁶⁸ e recusava a «aplicação mecânica» da experiência de Espanha para Portugal, lutando por uma clara «diferenciação»²⁶⁹.

A reorganização de 1940-41 permitiu que o PCP iniciasse a criação de um «forte corpo de revolucionários profissionais», que se manteve até meados da década de 60 «apesar da intensificação da repressão»²⁷⁰, mas cuja consolidação foi sendo sucessivamente impedida devido às investidas pendulares da PIDE. O próprio Comité Central reconheceu em 1963 a debilidade ou ausência total de estruturas clandestinas em sectores com dezenas de importantes fábricas, nas quais o PCP «só tem dois ou três camaradas numa delas», em vastas regiões com milhares de assalariados rurais e camponeses o PCP «não conta um só entre os seus membros», centros urbanos onde a organização partidária se limitava a «alguns camaradas», comunidades piscatórias ignoradas e regimentos e bases militares completamente desligadas.

Tornara-se clara a necessidade de criar «núcleos de quadros» que garantissem as ligações «entre o Partido e as massas», ou seja, Álvaro Cunha reconhecia a inexistência de estruturas para cumprir a estratégia da tomada do poder através da liderança das lutas parciais: «O Partido não está em condições de dirigir de facto e de conduzir a um nível superior as lutas de massas à escala nacional»²⁷¹.

Entre 1957 e 1963, a PIDE prendeu 100 funcionários clandestinos do PCP. Só nos primeiros 6 meses desse ano, capturou 19 funcionários, incluindo um membro do Comité Central e 9 quadros com tarefas de organização, desmontou 10 casas clandestinas e apreendeu enormes quantidades de material de propaganda e de recursos da imprensa clandestina. Nas bases, o PCP perdeu inúmeras ligações nas empresas

²⁶⁷ Os comunistas espanhóis recebiam também formação na RDA, cfr. AHD, PEA II, maço 453, processo 330, PEA 533.

²⁶⁸ Informe político apresentado no VII Congresso da Internacional Comunista, realizado em Praga, em Agosto de 1965. Citado em Cunhal, *Obras Escolhidas*, vol. III..., 260-277.

²⁶⁹ Cfr. Cunhal, *Obras Escolhidas*, vol. I, 91.

²⁷⁰ Cfr. Cunhal, *Obras Escolhidas*, vol. III..., 226.

²⁷¹ Cfr. Cunhal, *Obras Escolhidas*, vol. III..., 233.

através da prisão de «centenas» de membros dessas organizações locais²⁷². O Comité Central reconhecia que estas prisões «afectam assim todo o trabalho do Partido e dificultam que este cumpra a sua tarefa central: ter um papel determinante no desenvolvimento da luta nacional».

A presença do Secretariado no exílio contribuía para esta situação, cujas deficiências iam sendo (mal) colmatadas através das acções de propaganda garantidas pelo *Avante!*, que «não corresponde, nem de longe, àquilo que se deve exigir do órgão central do Partido», e pelo *O Militante*, que «desapareceu também praticamente»²⁷³. Devido às crescentes dificuldades no funcionamento das tipografias, esse papel propagandístico começou a ser partilhado com as rádios no *exterior*: «Faz[em] chegar a voz do Partido a amplas massas populares com as quais não temos outras ligações»²⁷⁴.

Os informes políticos que Álvaro Cunhal escreveu ao longo da década de 60 justificam assim a progressiva concepção do exílio no PCP como uma função concreta: contribuir no *exterior* para o sucesso da luta no *interior*. É exactamente esta dinâmica marcada pela repressão que também define as condições dos exilados, isto é, o risco iminente da prisão: «Centenas de camaradas e simpatizantes estão referenciados pela PIDE»²⁷⁵.

Na apresentação do *Rumo à Vitória*, no Comité Central de Abril de 1964, Álvaro Cunhal reconheceu a perda continuada de inúmeros dirigentes e funcionários, vendo-se na contingência de activar as «reservas de quadros» para manter a actividade no *interior*. O que resultou no reforço da «disciplina de ferro» para assegurar a «defesa contra a repressão» e a implementação daquilo que Álvaro Cunhal classificou como «um novo estilo de trabalho». Ao longo da sua história, cada vez que o PCP ia além de *certos limites* sofria uma forte investida policial e via-se forçado a recuar para se reorganizar novamente.

3.2.1 Dificuldades na formação de quadros

O PCP viu-se assim na contingência de implementar uma política de formação de quadros para responder às crescentes dificuldades dos dirigentes mais experientes em fugir da prisão, usufruindo das condições materiais disponibilizadas pelo PCUS após a

²⁷² *Avante!*, n.334, Outubro de 1963.

²⁷³ Cfr. Cunhal, *Obras Escolhidas*, vol. III..., 239.

²⁷⁴ Cfr. Cunhal, *Obras Escolhidas*, vol. III..., 233.

²⁷⁵ Cfr. Cunhal, *Obras Escolhidas*, vol. III..., 387.

instalação de Álvaro Cunhal em Moscovo. O movimento comunista internacional ambicionava conceber uma nova geração de revolucionários profissionais com formação em história, política, filosofia e economia, sendo que para muitos destes *novos comunistas* o processo incluía também treino paramilitar ministrado por especialistas soviéticos em Moscovo ou por guerrilheiros cubanos disponíveis em Havana.

Além dos jovens que conseguiam ir regularmente do *interior* para Moscovo frequentar os cursos políticos, o PCP permitiu que alguns dos filhos dos funcionários clandestinos, que tinham sido enviados para a União Soviética quando eram crianças, frequentassem a Komsomol quando atingiam a adolescência. Porém, o carácter da experiência de *exílio involuntário* no Internatsionalny Dom (Interdom) acabou por se revelar dissuasor, na medida em que uma parte significativa dessas crianças recusou depois aprofundar o seu engajamento político na União Soviética²⁷⁶.

Manuel da Silva recusou aprofundar a sua formação política por manifesta falta de motivação política: «Não era aquilo que me interessava»²⁷⁷, sentencia. Também Luís Carlos Lagarto e Joaquim Carvalho Paula recusaram a integração na Komsomol. «A política não nos dizia nada»²⁷⁸, adverte Luís Carlos Lagarto, acrescentando: «Queriam domesticar-nos quando já tínhamos 15 ou 16 anos». Joaquim Paula também evitou a entrada na juventude comunista, mas acabou depois por ser *penalizado*. O PCP terá tentado impedir o seu imediato regresso após o 25 de Abril para continuar os estudos na União Soviética e só alguns anos mais tarde conseguiu autorização para fazer um curso superior em São Petersburgo.

Já Odete Graça Rito terminou o ensino secundário no Interdom, transitou provisoriamente para o ensino superior, mas ao fim do primeiro ano efectuou um curso na Escola Central da Liga da Juventude Comunista Leninista, tendo como objectivo regressar a Portugal e mergulhar na luta clandestina. Cecília Costa também realizou este

²⁷⁶ Entre os 7 e os 9 anos de idade, as crianças soviéticas começavam por ser *Octobristas* e usavam uma estrela com a esfinge de Lenine. Na fase seguinte, a União Soviética transformava-os em *Pioneiros*, uma concepção próxima do escutismo e que ajudava também a descobrir vocações profissionais. As crianças podiam aderir aos clubes dirigidos por jovens monitores e que incluíam vários interesses, desde línguas e história, a cosmonáutica e *ballet*, passando pelas artes plásticas, televisão e fotografia. Por volta dos 14 anos, ficavam à beira de um passo decisivo: a entrada para a Komsomol. O que significava que quando chegavam ao ensino superior já tinham aprendido a *verdade soviética* construída ao longo das várias estruturas da propaganda.

²⁷⁷ Entrevista Manuel da Silva, 22 de Fevereiro de 2011, Porto.

²⁷⁸ Entrevista Luís Carlos Lagarto, 22 de Fevereiro de 2011, Viana do Castelo.

curso, mas recusou regressar clandestina, optando por prosseguir os estudos superiores e radicar-se mais tarde na Bélgica.

Odete Graça Rito esteve no Interdom até 1971, entrou na juventude comunista soviética aos 15 anos e foi depois seleccionada para entrar na Escola Central da Liga da Juventude Comunista Leninista para frequentar um curso de formação de política e paramilitar. Os soviéticos prepararam-na para assumir a defesa de uma casa clandestina quando regressasse a Portugal, em finais de Julho de 1973, com o companheiro que entretanto conhecera na Escola Central de Komsomol, Augusto Fernando Cadilhe Figueiredo. «Ele não sabia nem o meu nome verdadeiro, nem quem era a minha família, quando nos conhecemos na escola. Tínhamos de respeitar as regras de segurança e ocultar as nossas identidades»²⁷⁹, justifica Odete Graça Rito: «Só lhe comecei a contar a verdade na fase final do curso»²⁸⁰.

A Escola Central da Komsomol funcionava nos arredores de Moscovo. O complexo central era composto por vários edifícios para alojamento de alunos, professores, monitores e pessoal de segurança, salas de aulas, atendimento médico, biblioteca, auditórios para projecção de filmes e uma área exterior para manutenção física, exercícios de tiro e manobras de guerrilha. Os cursos abertos aos estudantes estrangeiros dividiam-se entre uma componente político-ideológica e módulos de treino prático.

Os jovens comunistas começavam por ter aulas teóricas de economia política para assimilarem as razões do *triumfo* da economia planificada e concordarem na inevitável derrota do capitalismo. A história do movimento operário e comunista internacional servia como fundamento de todo o pensamento. A filosofia ajudava a familiarizarem-se com o materialismo dialéctico e o russo como *língua universal*.

O treino prático assentava em aulas de condução de risco, defesa pessoal, técnicas básicas de espionagem e contra-espionagem e treinos paramilitares de guerrilha em meio urbano e rural. Aprendiam a organizar equipas de operacionais, métodos de marcha em ambientes hostis, cercos e tomadas de posições estratégicas. Os exercícios de tiro com vários tipos de armas eram recorrentes e os cursos mais avançados envolviam também a utilização de lança-foguetes em colaboração com os militares do

²⁷⁹ Odete Graça Rito trocou o nome falso de *Helena Frutuoso* para *Isabel Amado* quando frequentou o curso.

²⁸⁰ Entrevista Odete da Graça Sobral Rito, 4 de Fevereiro de 2011, Montijo.

Exército Vermelho. Esta componente do curso envolvia simulações de ataques aéreos a cidades para treinar a posterior tomada de posições nos meios urbanos bombardeados.

Os alunos da Escola Central da Komsomol usavam nomes falsos e só podiam sair das instalações aos fins-de-semana. Eram obrigados ao segredo sobre as actividades ministradas devido ao ambiente internacional e também por causa da presença dos filhos de inúmeros dirigentes comunistas que necessitavam de ser protegidos dos serviços de informações ocidentais.

Odete Graça Rito também recebeu instrução paramilitar na sua passagem por esta escola antes de ser integrada no aparelho do PCP em Portugal com o companheiro. No mesmo âmbito, Raimundo Narciso e a companheira Maria Machado Castelhana Pulquério, que tinha sido enviada com a irmã para Moscovo, foram destacados para a Acção Revolucionária Armada (ARA) no *interior* depois de serem formados.

A política de formação de quadros acabou por se revelar deficiente devido aos «erros clamorosos» resultantes da rápida ascensão de jovens dirigentes com pouca experiência. O que incluiu a promoção de quadros analfabetos que tiveram rapidamente de abandonar as funções para as quais tinham sido nomeados: «A selecção e preparação de quadro numa tal base é autêntica lotaria», reconheceu Álvaro Cunhal.

Esta situação decorria de duas fortes condicionantes. Por um lado, a forte repressão: «Nunca, como nos últimos anos, o governo desenvolveu uma tão intensa, constante e geral ofensiva contra o Partido Comunista, tentando desesperadamente aniquilá-lo», escreveu Álvaro Cunhal no relatório apresentado ao Comité Central, em 1965, acrescentando as «sérias baixas sofridas», a perda de «muitos dos seus mais qualificados dirigentes», as «debilidades, os erros e os reveses» e as «muitas e graves baixas»²⁸¹. Por outro lado, as próprias deficiências de trabalho conspirativo, cujo incumprimento das regras levou à perda de «20 por cento camaradas», ou seja, «cerca de quatro quintos das baixas sofridas devem-se directamente a deficiências do trabalho partidário: deficiências de organização, deficiências na disciplina, deficiências na política de quadros». O que também resultava da concentração do Secretariado no

²⁸¹ Cfr. Cunhal, *Obras Escolhidas*, vol. III..., 230.

exterior, na medida em que o próprio informe apresentado por Álvaro Cunhal admitia as «dificuldades existentes no trabalho da direcção central»²⁸².

O secretário-geral do PCP reafirma o clima de «caça aos comunistas» no *interior* e cita «rusgas, buscas, identificações, *stops*, patrulhamentos, exibição de forças de repressão, mantêm certos centros urbanos e certas regiões em permanente estado de sítio»²⁸³. Álvaro Cunhal irá reconhecer mais tarde que a neste período o PCP foi «encostado à parede pela repressão»²⁸⁴ e aceitará uma mudança política na formação de quadros iniciada por Carlos Antunes, em Paris²⁸⁵.

Durante o ano de 1964, a PIDE desmontou duas tipografias clandestinas após 15 anos sem detectar nenhuma das estruturas centrais, os tribunais plenários renovaram as medidas de segurança em cerca de 200 condenações de militantes comunistas, tendo provocado um refluxo na dinâmica das estruturas clandestinas: «Os métodos do nosso trabalho são na sua generalidade conhecidos pelo inimigo. Os quadros provados são em número insuficiente para atender a todos os sectores de responsabilidade»²⁸⁶. O relatório apresentado por Álvaro Cunhal reconhecia ainda que o PCP atravessava uma «situação difícil e perigosa» no *interior* e justificava que «nunca foi tão difícil assegurar o funcionamento do aparelho clandestino, defender as instalações ilegais, os funcionários e as organizações, manter as ligações e controlo dos sectores, garantir a distribuição regular da imprensa».

Os motivos estavam identificados: deficiências no recrutamento de militantes e, acima de tudo, na selecção, educação e promoção dos quadros, isto é, um problema que afectava todo o sistema central do aparelho clandestino. O que levou Álvaro Cunhal a assumir quatro «pontos fracos». Primeiro: a «insuficiência» do aparelho clandestino central, do quadro de funcionários e das suas ligações, e ainda a «tendência» para a absorção do trabalho directivo e executivo pelos funcionários do partido. Segundo: a «insuficiente» estruturação da organização partidária e a «carência» de organismos intermédios, na medida em que funcionavam como «simples células ou núcleos».

²⁸² Cfr. Cunhal, *Obras Escolhidas*, vol. III..., 232.

²⁸³ Cfr. Cunhal, *Obras Escolhidas*, vol. III..., 323.

²⁸⁴ Cfr. Cunhal, *Obras Escolhidas*, vol. III..., 738.

²⁸⁵ As acções de vigilância da PIDE incluíam os portos onde atracavam navios de países socialistas, por exemplo, da Jugoslávia, em busca de «elementos comunistas portugueses que desejem eventualmente entrar em contacto com aqueles marinheiros», cfr. AHD, PEA maço 451, processo 330.

²⁸⁶ Cfr. Cunhal, *Obras Escolhidas*, vol. III..., 387.

Terceiro: a «debilidade» das organizações de base que se reduziam a «simples ligações». Quarto: a «existência» de muitas organizações «desligadas» e a «inexistência» de organização partidária em importantes centros industriais e populacionais²⁸⁷.

O relatório de Álvaro Cunhal concluiu que o PCP necessitava nesta fase de criar no *interior* uma organização «extraordinariamente mais forte do que aquela que existe presentemente» e define como tarefas «consolidar» o aparelho clandestino central com mais funcionários e mais quadros e «impulsionar» a criação de organismos de base, por exemplo, células, comités locais e regionais.

Na intervenção no Comité Central de 1969, Álvaro Cunhal reafirmou as linhas gerais da tomada de poder através das três frentes que alimentavam o fluxo popular (luta operária, luta dos estudantes e movimento democrático) e ao fazê-lo deixou novamente clara a impossibilidade do aparelho clandestino do PCP deslocar-se do *interior* devido às exigências concretas para a realização destas tarefas.

Na organização operária, mantinha-se a orientação para o aprofundamento da criação de comissões de unidade de base nas empresas, mas os sindicatos nacionais tornaram-se também um objectivo estratégico, cuja infiltração se assumia como «de enorme importância» para a organização das lutas de massas. A orientação é clara: «Utilizar os sindicatos para fazer nas suas sedes grandes concentrações, onde se debatam os problemas da classe, se formulem as suas reivindicações e se exija a sua satisfação»²⁸⁸.

O que passava também por apresentar listas para as direcções dos sindicatos nacionais, isto é, implicava organizar múltiplas diligências, abaixo-assinados, concentrações, visando a luta pelo reconhecimento de eleições sem exigência de homologação. Álvaro Cunhal admitia mesmo que este objectivo dependia da criação de um «grande movimento sindical» na base dos sindicatos controlados pelo Estado Novo: «Trata-se a nosso ver duma das mais importantes tarefas na situação actual».

Neste mesmo relatório, Álvaro Cunhal insiste numa debilidade já identificada: a falta de trabalho político do PCP junto do proletariado rural do Alentejo e Ribatejo apesar das «tradições revolucionárias» deste sector: «Andamos *há anos* não apenas para

²⁸⁷ Cfr. Cunhal, *Obras Escolhidas*, vol. III..., 394.

²⁸⁸ Cfr. Cunhal, *Obras Escolhidas*, vol. III..., 321.

restabelecer ou estabelecer ligações, mas para termos uma informação directa do que por lá se passa». A debilidade revela-se ao ponto do secretário-geral apresentar como proposta concreta para evitar a «perda deste bastião» o simples envio de um militante na legalidade «não para tomar quaisquer contactos do Partido, mas para correr durante umas semanas algumas terras e procurar informações directas dos trabalhadores»²⁸⁹.

Quanto à organização da luta estudantil, Álvaro Cunhal começa por recordar as orientações dadas pelo Comité Central de Setembro de 1968 para que fossem criadas estruturas num sector «gravemente subestimado». O que implicava construir núcleos locais e regionais de jovens a partir de uma organização central do movimento. O relatório coloca então em evidência as dificuldades decorrentes do novo modelo organizativo: o Secretariado no *exterior* solicitou a apresentação de um balanço aos dirigentes no *interior*, mas «a Comissão Executiva nada soube informar»²⁹⁰. A crítica surgiu de imediato: «A subestimação deste problema, a nossa incapacidade para levar à prática a Resolução do CC de Setembro de 1968, revestem uma gravidade excepcional».

As orientações para organizar finalmente um movimento estudantil em torno dos focos de contestação que surgiam nas universidades à margem do PCP assumem o tempo entretanto perdido, mas ancoradas numa ideia de médio prazo: «A criação do *movimento independente organizado*, com objectivos que coubessem no quadro político «eleitoral», mas que, pela sua natureza, justifiquem a existência dum movimento organizado da juventude para além das «eleições»²⁹¹.

Álvaro Cunhal sugere que o PCP organize esse movimento de juventude na legalidade para acelerar a sua estruturação em núcleos locais, organismos regionais e nacionais e mobilizar os jovens já em actividade sem enquadramento partidário. O que poderia ser feito através de «grandes reuniões, grandes assembleias, encontros, convívios, saraus progressistas», promovendo a publicação de imprensa legal «mesmo que de existência efémera» e acima de tudo dispensando o «verbalismo pseudo-revolucionário»²⁹².

Por fim, o envolvimento no movimento democrático enquanto «terceira frente» da estratégia comunista. Álvaro Cunhal começa por identificar as insuficiências: «Agir

²⁸⁹ Cfr. Cunhal, *Obras Escolhidas*, vol. III..., 323.

²⁹⁰ Cfr. Cunhal, *Obras Escolhidas*, vol. III..., 336.

²⁹¹ Cfr. Cunhal, *Obras Escolhidas*, vol. III..., 342.

²⁹² Cfr. Cunhal, *Obras Escolhidas*, vol. III..., 342.

como se considerasse a concorrência às “eleições” para a Assembleia Nacional um fim em si» e «não ter sabido encontrar, como motivos fundamentais da iniciativa, alvos concretos a atingir», ou seja, reivindicações concretas para mobilizar as massas. A estratégia passava por definir objectivos que fossem *além das* eleições, ou seja, as eleições permitiriam acima de tudo *ganhar posições* e manter esta frente de luta mobilizada para «criar novas oportunidades».

Tratava-se de cumprir a estratégia final do PCP, isto é, utilizar o movimento para organizar e mobilizar as massas e, a título de exemplo, Álvaro Cunhal aponta a luta pela libertação dos presos políticos, uma amnistia, a abolição das medidas de segurança e a dissolução da PIDE: «Reclamações populares nas localidades ou das classes profissionais de cada um dos presos políticos, exposições de juristas, depoimentos corajosos, assim como um abaixo-assinado a ser subscrito por dezenas de milhar de pessoas, a ser entregue antes das “eleições” com um texto curto exigindo a libertação dos presos políticos e a amnistia, contam-se entre as iniciativas a considerar»²⁹³. O que implicava formar comissões e organizar assembleias para garantir o contacto permanente do movimento com as massas.

Álvaro Cunhal define uma concentração dos «melhores esforços» do PCP no prosseguimento da acção legal e semilegal, no desencadeamento de um poderoso movimento político de massas, na criação de amplas estruturas correspondentes, na radicação numa semilegalidade das actividades na Oposição»²⁹⁴, mas volta a colocar em causa a capacidade de resposta do aparelho clandestino no *interior*.

Em termos de «debilidade na organização partidária», cita em concreto a «não existência» de ligações «com importantes centros industriais e com importantes empresas», por exemplo, em Lisboa; a falta de ligações no Algarve, Marinha Grande, zona têxtil da Serra da Estrela e em «diversas classes profissionais das mais importantes do proletariado industrial. Aponta ainda a «prática inexistência» de organização no proletariado rural alentejano e ribatejano «que, durante tantos anos, constituiu um dos mais fortes bastiões do nosso Partido». Por fim, lamenta o «completo desaparecimento da organização militar centralizada no Partido»²⁹⁵.

²⁹³ Cfr. Cunhal, *Obras Escolhidas*, vol. III..., 354-356.

²⁹⁴ Cfr. Cunhal, *Obras Escolhidas*, vol. III..., 381.

²⁹⁵ Cfr. Cunhal, *Obras Escolhidas*, vol. III..., 387.

Perante estes «grandes espaços em branco» restava pouca margem de manobra para permitir a saída de quadros para o *exterior*. As sucessivas medidas organizativas e conspirativas permitiram reforçar a capacidade de resistência do aparelho clandestino, tendo sido registados «acentuados progressos» entre 1968 e 1970²⁹⁶. Seguiu-se novamente um refluxo em importantes sectores intermédios devido a um *pico* de prisões em 1971, mas que deixou incólume o aparelho clandestino central e a própria ARA. Tratou-se de uma vaga de prisões decorrente das denúncias efectuada por Augusto Lindolfo, um dirigente comunista que colaborou com a PIDE após a sua prisão em Maio de 1971 e entregou o sector que controlava em Lisboa.

Numa carta dirigida aos membros do Comité Central preparatória da reunião de Maio de 1972, Álvaro Cunhal começa por dar conta dos efeitos da «ofensiva repressiva» do ano anterior, que forçou o adiamento por duas vezes da reunião, mas elogia a capacidade de resistência revelada pelo aparelho no *interior*. Cita como exemplos as «paralisações» e «pequenas greves» em várias empresas, as «vitórias» nas eleições em alguns sindicatos nacionais, as «reuniões e assembleias» de algumas estruturas do movimento democrático e a «agitação, as manifestações de descontentamento e o caos de insubordinação» nas Forças Armadas. Nesta frente, Álvaro Cunhal cita brevemente um atentado realizado nesse ano pela ARA «contra o aparelho militar colonialista»²⁹⁷.

A percepção da decomposição do regime tornara-se evidente e a questão do exílio tendia a dissipar-se após a *vaga* inicial do início da década de 60. O secretário-geral do PCP há muito que se mudara para Paris para acompanhar a situação em Portugal e crescia a sua convicção de uma inevitável ruptura. O que reforçara as exigências dos comunistas no *interior*: «Há indícios de que, se soubermos trabalhar, o movimento popular poderá conhecer um importante ascenso nos tempos mais próximos».

Seguindo a mesma metodologia para a reunião de 1973, Álvaro Cunhal dirigiu-se aos membros do Comité Central, mas com um tom que já revelava um relativo entusiasmo: «Existem nos próximos meses condições muito favoráveis para um reforço considerável da organização do movimento e para o desenvolvimento duma grande campanha política de massas». Usou expressões como «salto em frente do movimento político» quando se referiu aos protestos nas Forças Armadas contra guerra em África e «grande

²⁹⁶ Cfr. Cunhal, *Obras Escolhidas*, vol. III..., 667.

²⁹⁷ Cfr. Cunhal, *Obras Escolhidas*, vol. III..., 644-645.

progresso» para clarificar o alargamento do PCP a outros sectores sociais. Só amenizou o entusiasmo quando elogiou a «reconquista» de posições no movimento sindical e o «desenvolvimento» das lutas operárias nas empresas. No global, o secretário-geral do PCP garantiu a existência de um «novo ascenso da luta popular»²⁹⁸.

Esta fase ficou marcada pelas orientações do PCP para a diversificação das frentes de combate, por exemplo, as lutas operárias e a luta contra a guerra em África, mas sempre tendo por base o alcance de objectivos concretos imediatos e *na certeza* de que o PCP estava «reforçado»: «Estamos felizmente numa situação completamente diferente daquela que, com toda a gravidade, o CC caracterizava em Agosto de 1966» e desde o início de 1972 que a situação era «favorável»²⁹⁹. O que permite que Álvaro Cunhal, sem esconder as dificuldades, fale em «perdas relativamente moderadas» dados os meios utilizados pelo Estado Novo contra o PCP. Após reafirmar os alertas para o cumprimento da disciplina conspirativa, utilizando um inusitado tom informal quando refere «há sectores a “meterem água”», fica um tom claramente animador.

3.3 Características da repressão

Importa ponderar um terceiro factor que definiu as trajectórias no exílio: as características da própria repressão. Não se trata de «quantificar» as vítimas directas da ditadura para classificar o grau de violência resultante da acção da polícia política e dos tribunais especiais, mas os casos de assassinatos foram reduzidos³⁰⁰, tendo em conta o longo período de confrontação (quase meio século).

Segundo informações da PIDE, entre os dias 1 Janeiro de 1960 e 31 de Dezembro 1964 foram julgados 636 pessoas «por crimes contra a segurança do Estado», tendo sido condenados em pena de prisão 466, 187 dos quais foram também sujeitos cumulativamente a medidas de segurança de internamento. Nestes mesmos 5 anos, foram proferidas 78 absolvições, tendo 92 dos condenados de prisão beneficiado da suspensão da pena. A média das penas aplicadas correspondia a 2 anos e 2 meses de

²⁹⁸ Cfr. Cunhal, *Obras Escolhidas*, vol. III..., 724-725.

²⁹⁹ Cfr. Cunhal, *Obras Escolhidas*, vol. III..., 738.

³⁰⁰ No informe de 1964, Álvaro Cunhal cita as mortes de Cândido Capilé, António Adângio e Estêvão Giro, cfr. Cunhal, *Obras Escolhidas*, vol. III..., 194.

prisão, «figurando entre os indivíduos condenados a prisão, com ou sem medida de segurança, alguns reincidentes»³⁰¹.

Para o ano de 1971, por exemplo, a PIDE detalhou uma lista confidencial com todos os presos à data pela «prática de crimes contra a segurança do Estado»: 48 aguardando julgamento, 52 em cumprimento de pena e 11 adstritos ao cumprimento da medida de segurança de internamento³⁰², ou seja, pouco mais de uma centena de presos políticos de todos os quadrantes.

Durante o período considerado na presente tese, o PCP³⁰³ identifica como resultantes de acções directas da repressão as mortes de Alfredo Lima em 1950, José Adelino dos Santos em 1958, Cândido Martins («Capilé») e José Dias Coelho em 1961, António Adângio e Estêvão Giro em 1962. Fora do período em análise³⁰⁴, Ferreira Soares foi assassinado em 1942, Catarina Eufémia foi baleada em 1945, Germano Vidigal morreu nesse ano devido a espancamentos e José Moreira em 1950. O caso mais dramático diz respeito a Alfredo Dinis (*Alex*), morto a tiro numa emboscada em 1945.

A morte de José Gregório em 1961 e de Manuel Rodrigues em 1968 são imputadas aos graves danos de saúde provocados pela «máquina repressiva». A falta de assistência médica constituiu, de facto, um instrumento repressivo que provocou a morte de vários comunistas em períodos anteriores. Casos de Alfredo Caldeira (1938), Bento Gonçalves (1942), Soeiro Pereira Gomes (1949) e Militão Ribeiro em 1950³⁰⁵.

Fernando Rosas refere a existência de uma dupla face no sistema repressivo: a *repressão preventiva* e a *repressão punitiva*³⁰⁶. No primeiro caso, tratava-se de todo o aparelho de censura e de propagação ideológica; no segundo, os tribunais políticos especiais e a PIDE através das suas «cadeias privadas» e largos poderes de

³⁰¹ PEA III, maço 544, processo 331,1.

³⁰² AHD, PEA IV, maço 20, Processos Confidenciais, processo 316.

³⁰³ *60 Anos de luta ao serviço do povo e da pátria (1921-1981)* (Lisboa: Edições Avante!, 1981).

³⁰⁴ «Entre 1932 e 1945, 31 pessoas morreram, de várias causas, desde maus-tratos a doença, debaixo da custódia da PVDE no continente, e 34 na Colónia Penal do Tarrafal, na ilha de Santiago, em Cabo Verde – neste caso, por falta de medicamentos contra as formas mais graves de paludismo», em Rui Ramos, coord., *História de Portugal* (Lisboa: Esfera dos Livros, 2009), 651.

³⁰⁵ No livro *Momentos de vida e luta do PCP (1921-2006)* surgem também os nomes de Fernando Alcobia, António Ferreira Soares, Francisco Ferreira Marquês e Agostinho Fineza como vítimas directas da repressão; Alberto Araújo, Guilherme da Costa Carvalho, Agostinho Saboga, Luísa Paula, Albina Fernandes e Maria Helena Magro devido à falta de cuidados médicos.

³⁰⁶ *Tribunais Militares Especiais e Tribunais Plenários durante a Ditadura e o Estado Novo* (Lisboa: Temas e Debates, 2009), 15.

intervenção³⁰⁷. O seu amplo grau de acção tornava a polícia política como «última instância repressiva» utilizada pela ditadura «depois de esgotados outros meios, para, ao punir o ‘prevaricador’, desencorajar novos desvios à ‘ordem’, instalando o medo e convidando à resignação»³⁰⁸. Os assassinatos representavam as situações mais «extremas» do «arbítrio» e «violência» da polícia, explica.

Por seu lado, Rui Ramos adverte que a repressão sobre elites politizadas «tem de ser colocado no contexto do uso da violência na manutenção da “ordem pública”, que sob o Estado Novo talvez não tenha atingido um grau muito mais elevado do que sob a monarquia constitucional entre 1834 e 1910 ou a I República entre 1910 e 1926»³⁰⁹. Entre 1910 e 1926 terão ocorrido cerca de 98 mortes ocasionais por repressão de motins e greves; entre 1933 e 1974, ou seja, no Estado Novo, 41 mortes. Nesse sentido, continua, «regimes democráticos contemporâneos na Europa apresentaram contabilidades repressivas análogas ou piores». Rui Ramos classifica o Estado Novo como «moderado» quando comparado com «a ditadura comunista da Rússia ou a ditadura nazi na Alemanha», na medida em que «não recorreu à pena de morte» e os «assassínios foram muito raros e os presos políticos foram sempre poucos». Concluindo: não houve um «terror de massas», mas sim uma «coacção contínua e difusa».

A comissão do livro negro sobre o regime fascista publicou um conjunto de volumes sobre presos políticos no Estado Novo, tendo o volume referente a 1952-1960 identificado 3.740 prisões «por motivos respeitantes a actividades antifascistas de vária ordem: da simples inscrição em organizações rotuladas de subversivas, às actividades de contestação política, de reivindicação social, ou a preparativos de conspiratórios»³¹⁰.

Esta tese não pretende «relativizar» nem «dramatizar» a repressão através da contagem de mortes e da sua comparação adjectivada com outros países. Na perspectiva *do PCP*, os principais riscos que incidiam sobre os seus funcionários estavam centrados nas torturas e nos prolongados isolamentos prisionais. O que gerava outro tipo de sequelas físicas e psicológicas que podiam resultar na morte. Tal como a falta de assistência

³⁰⁷ Poderes de prender e de instrução processual legalmente partilhados com os tribunais políticos.

³⁰⁸ Maria Conceição Ribeiro, em J.M. Brandão de Brito e Fernando Rosas, *Dicionário de História do Estado Novo*, vol. II (Venda Nova: Bertrand, 1996), 747-749.

³⁰⁹ Ramos, *História de...*, 651-652.

³¹⁰ *Presos políticos no regime fascistas, 1952-1960*, vol. VI (Mira-Sintra, Mem Martins: Presidência do Conselho de Ministros, Comissão do Livro Negro Sobre o Regime Fascista, 1988), 5.

médica. O *assassinato a sangue-frio* não constituía um risco assim definido pelo PCP. Perante a intensificação da repressão na década de 60, o PCP começou a falar em tentativa de «aniquilação»³¹¹ e da «caça aos comunistas» devido às «muitas e graves baixas»³¹². Uma referência ao elevado número de detenções que se reflectia na redução de quadros de funcionários, insuficiência de ligações com as debilitadas organizações de base e carência de organismos intermédios. «Temos de criar uma organização extraordinariamente mais forte do que aquela que existe»³¹³, refere Álvaro Cunhal.

O PCP sempre destacou a morte dos seus militantes como «assassinatos» resultantes da repressão. Fê-lo para responsabilizar a ditadura e prestar homenagem às vítimas, mas também para *alimentar* um certo *culto dos mártires*: «Caem os comunistas porque vão à frente das massas», explica Álvaro Cunhal sobre as mortes provocadas pela repressão de manifestações ocorridas no início da década de 60. «Os comunistas pensam que vale sempre a pena, quando se luta para defender os interesses do povo e do País, quando com o sacrifício de hoje se torna possível a vitória de amanhã»³¹⁴.

O folheto *Se fores preso, camarada*³¹⁵ constituiu-se historicamente como a *bíblia* dos revolucionários³¹⁶. Não apenas antecipava o que os esperava quando fossem presos pela PIDE, como tratava esse momento como decisivo na prestação das *credenciais revolucionárias*³¹⁷. As duas dezenas de tópicos analisados dividem-se em dois grupos³¹⁸: como resistir e significado da resistência³¹⁹.

A sua leitura transformava a ameaça difusa da prisão e tortura num caso particular de cada comunista que podia ser explicado numa lógica específica e, desse modo, torná-lo numa coisa única e não num signo de segurança permanente. Neste sentido, a prisão

³¹¹ Cunhal, *Obras Escolhidas*, vol. III..., 230.

³¹² Segundo os cálculos do PCP, no início da década de 60 a repressão teria permitido a captura de 20% dos quadros comunistas devido a «deficiências» do trabalho conspirativo.

³¹³ Cunhal, *Obras Escolhidas*, vol. III..., 396.

³¹⁴ Cunhal, *Obras Escolhidas*, vol. III..., 194.

³¹⁵ Publicado pela primeira vez em 1947.

³¹⁶ As regras de trabalho clandestino foram institucionalizadas através de um conjunto de documentos: *A Superioridade Moral dos Comunistas* (s.l: s.e., s.d.); *Sobre a codificação e a vida do partido*, Lisboa, Vento de Leste, 1976; *Secretariado do CC, A Todos os Militantes do PCP: Disciplina Partidária. Resolução do Secretariado*, Setembro 1946.

³¹⁷ O documento interpreta a prisão e a tortura como uma «iniciação revolucionária»: «Se nunca foste preso faltar-te-á porém a experiência dessa nossa frente de luta que é a prisão». Prestar provas do estoicismo revolucionário sujeitando-se aos sacrifícios corresponde à consagração como exemplo.

³¹⁸ Segundo a 4ª edição de 1963 citada em Cunhal (2008).

³¹⁹ Começam por antecipar o momento da prisão e o primeiro interrogatório, as formas de tortura e métodos de incitamento utilizados para conduzir à delação. Ultrapassada esta fase da «sacrifício», segue-se o julgamento e a consagração do «revolucionário comunista» como exemplo para todos os outros .

surgia como um *rito de passagem* capaz de *domesticar a incerteza*, ou seja, transformava um perigo abstracto numa realidade concreta. Conforme nota Paulo Granjo³²⁰, o encerramento de um acidente grave num contexto de consciência da permanente perigosidade da actividade em causa pode ser efectuado dando-lhe «sentido», ou seja, através da sua transformação «de uma ameaça geral, permanente e difusa num caso particular cujas lógicas e dinâmicas se esgotam em si próprias, e demonstram que ele não foi ignorado nem inconsequente». Prestar provas da *têmpera revolucionária* corresponde a um esforço de «atribuir um sentido e causalidade à incerteza e ao aleatório». É isso que os torna «cognoscíveis, regulados, ou mesmo dominados». A ideia de responsabilização individual pela segurança colectiva pode ser enquadrável no conceito de «ideologia defensiva profissional» interpretado por Paulo Granjo como um espaço de criação e difusão de «saberes práticos de prudência». O roteiro dos *perigos-limite* que representava ser preso centrava-se nas torturas. Não antecipava o risco da execução sumária como sucedia com os espanhóis.

O *carácter violento* da repressão policial não representava só por si um factor favorável ao exílio, isto é, os presos políticos podiam voltar à clandestinidade após serem libertados ou fugirem das prisões. O problema estava no risco praticamente diário da prisão e no progressivo aumento dos períodos das detenções. As vagas pendulares de detenções condicionavam cada vez mais a actividade política quotidiana do PCP e impediam a estabilização dos quadros de dirigentes e de militantes funcionalizados, tendo em consideração o prolongamento das penas dos reincidentes.

João Madeira explica que «o período entre a prisão e a libertação, mesmo que na grande maioria das situações igual ou inferior a dois anos, era, evidentemente mais que suficiente para interromper de modo prolongado a actividade partidária»³²¹. O risco incidia acima de tudo sobre os comunistas com historial prisional ou que se encontravam identificados pela polícia. Nestes casos, Álvaro Cunhal permitia a sua instalação temporária no *exterior*, mas numa perspectiva de regresso, na medida em que a política de formação de quadros revelou-se claramente insuficiente para colmatar a ausência dos dirigentes mais experimentados.

³²⁰ Paulo Granjo, «Reintegrando o acidente, de Sines a Maputo», em H. V. Neto, J. Areosa, P. Arezes (edits.), *Impacto social dos acidentes de trabalho*, 346-375 (Vila do Conde: Civeri publishing, 2012).

³²¹ Madeira, *O Partido Comunista Português...*, 766.

| CAPÍTULO 2 |

| O PCP E O EXÍLIO |

1. O conceito de *Exílio Político Funcional*

Toda a concepção estratégica focada na tomada de poder *no interior*, ou seja, as infiltrações e o controlo de proximidade dos sectores mais revelantes, condicionou a concepção do exílio existente no PCP³²². A hipótese central assenta nesta base explicativa e orienta-se para a caracterização das trajectórias no exílio entre 1960 e 1974³²³ como um *Exílio Político Funcional*, ou seja, os comunistas que se viam na contingência de abandonar Portugal eram preferencialmente colocados em países europeus dominados por partidos comunistas para exercer funções concretas de apoio à luta *no interior*.

Os exilados trabalhavam para o sucesso da revolução *no interior*, conforme será detalhado na II Parte da tese através da operacionalização deste conceito. Por exemplo: Margarida Tengarrinha assistiu Álvaro Cunhal em Moscovo na preparação do *Rumo à Vitória*³²⁴, Aurélio Santos controlou na Roménia a *Rádio Portugal Livre*³²⁵, Cândida Ventura ficou em Praga para assegurar ligações ao movimento comunista, Pedro Soares garantiu os primeiros contactos com os exilados portugueses em Argel e Maria Armada Serra foi enviada para a escola internacionalista de Ivanovo (Internatzionalny Dom) como professora de um grupo de estudantes portugueses³²⁶. Foi através deste *Exílio Político Funcional* que o PCP conciliou a passagem do secretário-geral para o *exterior* com esta estratégia de tomada de poder *no interior*.

³²² O tema do exílio tem sido genericamente abordado para todas as forças políticas em entradas de dicionário e nas obras de A.H. Oliveira Marques *A Unidade da Oposição à Ditadura (1928-1931)* e D.L. Raby, *Fascism and Resistance in Portugal – Communists, liberal and military dissidents in the opposition to Salazar 1941-74* (Manchester: Manchester University Press, 1988), ambas publicadas na década de 70.

³²³ A abordagem às trajectórias no exílio assentará na definição de uma cronologia de referência, quantificação e caracterização dos colectivos e dos seus elementos, países de acolhimento e classificação dos seus regimes políticos, dinâmica local dos colectivos e interacção com o movimento comunista.

³²⁴ A partir de 1965, Álvaro Cunhal concentrou a sua presença em França.

³²⁵ Na organização das comemorações do 1º de Maio de 1962, a *Rádio Portugal Livre*, onde trabalhava um colectivo de exilados, emitiu durante mais de um mês informações sobre a preparação. Foram editados 23.500 manifestos, 20.000 petições de trabalhadores, 6.000 manifestos aos jovens, 30.000 tarjetas impressas, 68.000 tarjetas copiografadas, 90.000 selos, 10.000 cartazes e postais.

³²⁶ A Guerra Civil de Espanha gerou a primeira vaga de crianças expatriadas. Nas décadas seguintes, verificou-se um fluxo semelhante quando se tratou, por exemplo, da luta dos movimentos nacionalistas em África ou da instauração da ditadura chilena. Os dirigentes comunistas destes países mandaram os seus filhos para a União Soviética gerando fluxos que reflectem esta dinâmica global.

2. O exílio na história do PCP

2.1 O pedido de exílio legal de Álvaro Cunhal

Álvaro Cunhal assumiu pela primeira vez a necessidade do seu próprio exílio no dia 12 de Novembro de 1956. Tinha 43 anos. Estava preso desde Março de 1949, cumprira 15 meses em regime de incomunicabilidade e 7 anos de internamento, sendo que 5 desses anos foram em isolamento na Penitenciária de Lisboa. No acórdão do Supremo Tribunal de Justiça de 6 de Dezembro de 1950, fora condenado a 2 anos de prisão maior celular e 8 anos de degredo. Em 24 de Janeiro de 1956, a execução da pena terminou por efeitos de perdões e indultos, mas a renovação sucessiva das medidas de segurança ao longo dos anos seguintes perspectivava uma detenção extremamente prolongada no Forte de Peniche para onde fora transferido em finais de Julho³²⁷. Restavam apenas duas saídas a esta percepção da *prisão perpétua*: fugir ou pedir exílio legal.

Num requerimento dirigido ao Ministro da Justiça, Álvaro Cunhal solicita «que seja considerada a sua libertação nos termos do art. 397, 1º, do decreto-lei n. 26643 de 28 de Maio de 1936, que estabelece a possibilidade de exílio forçado para o estrangeiro»³²⁸. É a primeira vez que Álvaro Cunhal utiliza a palavra «exílio» e admite expressamente sair para o *exterior*. O que irá acontecer mais tarde não por via de autorização do governo decorrente deste pedido legal, mas na sequência da fuga colectiva de 1960.

O artigo citado por Álvaro Cunhal determina que «aos criminosos políticos poderá ser imposta a obrigação de residência fora do País». No seu pedido ao Ministro da Justiça, acrescenta que «se tal solução fosse adoptada, necessário seria naturalmente que ao signatário fosse dela dado conhecimento com a antecedência necessária para que não só pudesse resolver óbvias questões de carácter pessoal (familiares, financeiras,

³²⁷ Álvaro Cunhal começa a citar nos seus requerimentos o risco de loucura e de despersonalização e cita casos concretos de presos que faleceram em semelhantes condições prisionais (Militão Ribeiro) ou ficaram loucos (José da Silva Martins). Invoca os prolongados regimes de isolamento e de incomunicabilidade, a ausência de quaisquer actividades intelectuais, como a leitura, a escrita e o desenho, os problemas de saúde que se foram agravando e as humilhações sucessivas, como a recusa de papel higiénico para um preso com problemas intestinais crónicos. Chega também a citar como exemplo da sua debilidade física as torturas sofridas na prisão de 1937. Os sucessivos espancamentos ao longo de vários dias deixaram-no inconsciente e com sequelas.

³²⁸ Cunhal, *Obras Escolhidas*, vol. II..., 264.

documentos), como pudesse diligenciar a fim de obter que algum país lhe desse direito de asilo³²⁹ ou o acolhesse como emigrante».

Em 6 de Abril de 1956, Álvaro Cunhal foi confrontado pela PIDE sobre as suas intenções em caso de sair em liberdade, tendo respondido «que é seu propósito proceder dentro do estabelecido na Constituição e não exercer actividades subversivas», reafirmando a «possibilidade de emigrar para o estrangeiro»³³⁰. O pedido foi rejeitado, tendo o tribunal aceite os argumentos da polícia política para prorrogar as medidas de segurança por mais 6 meses.

Em Outubro de 1956, a PIDE interrogou novamente Álvaro Cunhal para avaliar a sua *perigosidade* e decidir sobre o prolongamento da prisão. No Auto de Declarações, «sendo-lhe perguntado, ao declarante, sobre o rumo que pretende dar à sua vida, quando lhe for concedida a liberdade, declarou: Que, em pormenor, é-lhe difícil responder. Entre outras coisas pensa doutorar-se e constituir família». No mês seguinte, a polícia política reafirmou a *perigosidade* e solicitou uma vez mais a prorrogação das medidas de segurança.

2.1.1 As razões de Estado e o termo exílio

Álvaro Cunhal respondeu com a apresentação de uma «exposição pessoal» ao juiz titular do processo, de cujo conteúdo existem várias versões. Uma exposição manuscrita datada de 11 de Fevereiro de 1957 e enviada para o juiz corregedor do 3º Juízo Criminal da Comarca de Lisboa; e uma cópia de Álvaro Cunhal datada de 28 de Janeiro de 1957 com frases que foram posteriormente eliminadas do texto enviado ao juiz³³¹. As diferenças são substanciais no que respeita à justificação do pedido de exílio legal e identificação do respectivo país de acolhimento.

As versões coincidem no pedido de suspensão das medidas de segurança solicitadas pela PIDE. Álvaro Cunhal antecipa novamente a ideia de *prisão perpétua* caso o juiz tivesse em consideração os argumentos invocados pela polícia política: «Parece não

³²⁹ Esta utilização da palavra «asilo» significava para Álvaro Cunhal «exílio», na medida em que se trata de um pedido previamente contextualizado num diploma legal referente ao exílio. A distinção relativa à condição de «emigrante», cujo estatuto poderia ser invocado como alternativa ao primeiro, consolida a ideia de que se trata de uma saída forçada para o *exterior* por motivos políticos.

³³⁰ Álvaro Cunhal, *Cadernos da Prisão – Documentos de Peniche*. (Lisboa: Edições Avante!, 2010).

³³¹ As notas introduzidas na obra Álvaro Cunhal, *Obras Escolhidas, vol. II...*, 617, referem ainda a existência de uma versão de 20 de Novembro de 1956.

existir qualquer outro processo de se concluir da cessação da «perigosidade» senão a conduta do recluso durante o cumprimento da pena. Na verdade, se o bom comportamento e a ausência de qualquer acto revelador de ‘perigosidade’ durante o cumprimento da pena não são motivos bastantes para se pôr termo às medidas de segurança, nenhuns motivos possíveis existem e está-se perante a eventualidade da prisão perpétua ao arbítrio da polícia política»³³².

As alterações entre o documento redigido e a cópia enviada ao tribunal registam-se na argumentação final e na sua essência dizem respeito a três questões concretas. Primeiro, a citação das «razões de Estado» como potencial invocação para a sua continuidade na prisão; depois, a enumeração dos sacrifícios pessoais decorrentes do exílio; e, por fim, a clara identificação do destino desse exílio. Estas questões foram eliminadas da versão manuscrita original para a versão enviada para o processo.

Na sua versão de 28 de Janeiro, Álvaro Cunhal escreve: «Não ignora o signatário certas repercussões e incidências do seu caso pessoal – que, segundo parece, alguns documentos juntos aos autos ilustram -, repercussões e incidências susceptíveis de avolumar «razões de Estado» para prorrogar o seu internamento, onde escasseiam fundamentos legítimos, jurídicos e humanos, para tal prorrogação. Não ignora tão pouco as dificuldades de toda a ordem que à sua vida serão criadas e os complexos obstáculos que o esperam (como a proposta deixa adivinhar) caso seja incondicionalmente libertado»³³³. Na versão que consta do seu processo³³⁴, Álvaro Cunhal escreve: «Não ignora o signatário as dificuldades de toda a ordem que à sua vida serão criadas e os complexos obstáculos que o esperam quando for libertado. A proposta deixa-o adivinhar», ou seja, *deixa cair* a expressão «razões de Estado».

No que respeita ao tema concreto do exílio legal, nessa mesma versão integrada no processo, Álvaro Cunhal recorda o requerimento enviado para o Ministro da Justiça e coloca entre parênteses a frase «liberdade condicional com exílio para o estrangeiro». Porém, na sua versão inicial de 28 de Janeiro, Álvaro Cunhal tinha escrito mais e com maior detalhe sobre «a possibilidade de exílio forçado para o estrangeiro». Começa por afirmar que «não o fez [pedido de exílio] sem longa reflexão e sacrifício. O exílio significaria, além do mais, o afastamento da Pátria amada e insubstituível, e dos entes

³³² Álvaro Cunhal, *Cadernos da Prisão – Documentos de Peniche* (Lisboa: Edições Avante!, 2010).

³³³ Cunhal, *Obras Escolhidas, vol. II...*, 280.

³³⁴ ANTT, PIDE-DGS, processo 14.499, folhas 126-132.

queridos, que estaria necessariamente longos anos sem ver. Só porque estar na prisão é também estar longe da Pátria e dos entes queridos, encarou o signatário tal possibilidade e se decidiu a fazer o referido requerimento»³³⁵. O termo *exílio* surge duas vezes no manuscrito inicial e sem quaisquer parênteses, tendo Álvaro Cunhal reduzido depois a sua referência ao estritamente necessário no documento enviado para o processo, ou seja, apenas para contextualizar o anterior pedido dirigido ao Ministro da Justiça.

O *exílio* não se trata somente de uma *palavra* ou de uma prerrogativa legal susceptível de ser invocada de forma plena: a sua utilização por Álvaro Cunhal tinha um significado político concreto. Defendeu sempre, e de forma intransigente, que a *revolução* teria de ser feita *de dentro para fora* e caberia ao PCP liderar no *interior* as massas populares nessa tomada violenta de poder³³⁶. O *exílio* poderia assim colocar em causa a *pureza* estratégica e até a estrutura clandestina do PCP, desde os órgãos de direcção ao aparelho técnico e aparelho de propaganda, passando pelo aparelho de fronteira, etc.

O que veio mais tarde a acontecer com a consumação do exílio de Álvaro Cunhal e o início da uma forte dinâmica de constituição de colectivos de exilados comunistas em vários países³³⁷. O PCP teve então de criar novas estruturas de direcção e de reformular todo o aparelho clandestino, implicando este processo de adaptação ao *exílio* também consequências na *mentalidade* dos comunistas, isto é, abrindo espaço para a existência de *comunistas no interior* e *comunistas no exterior*.

No limite, a aceitação clara e inequívoca do exílio por Álvaro Cunhal significava assumir a formação de *dois* PCP's, ou seja, o *PCP no interior* e o *PCP no exílio*³³⁸.

2.1.2 Pedido de ajuda para exílio no México

A terceira diferença entre as duas versões diz respeito ao país de destino de exílio legal invocado por Álvaro Cunhal. Na versão que consta do processo, explica as vantagens da proposta de se exilar no estrangeiro: «A sugestão tem ao menos o mérito de indicar a existência duma possibilidade de solução legal, que não oferece nem os afirmados

³³⁵ Cunhal, *Obras Escolhidas*, vol. II..., 280.

³³⁶ «O mundo caminha irresistivelmente para o socialismo e o comunismo. Mas «a revolução não se exporta». É ao proletariado de cada país que cabe a tarefa de realizar a sua própria revolução», em *O Militante*, n.106, Setembro de 1960.

³³⁷ Cfr *O PCP no exílio*, p. 111.

³³⁸ Cfr. *O exílio e a distância vistos pelos exilado*, p.107.

(embora não exactos) perigos da sua libertação incondicional nem a flagrante injustiça que constituiria a prorrogação do seu internamento numa cadeia».

Ora, na anterior versão de 28 de Janeiro, Álvaro Cunhal revelara-se bastante mais concreto: «Não fez nem podia fazer até hoje o signatário qualquer diligência no sentido de obter que algum país lhe desse direito de asilo ou o acolhesse como emigrante. Fiado porém na norma de hospitalidade da República do México ousa esperar que esse país lhe não negasse acolhimento e assim precisa melhor o sentido da sugestão feita. Sabe o signatário que a iniciativa da liberdade condicional, e muito menos dos seus termos, de forma alguma lhe cabe. Mas a sua sugestão tem ao menos o mérito de indicar a existência de uma possibilidade de solução (da sua competência e ao alcance do tribunal que julga este processo), que não oferece nem os afirmados (embora não fundamentados) perigos da sua libertação incondicional nem a flagrante injustiça que constituiria a prorrogação do seu internamento numa cadeia»³³⁹.

A eliminação da referência concreta ao exílio no México entre a redacção de 28 de Janeiro e o documento de 11 de Fevereiro que consta do processo pode ser explicada com o facto de Álvaro Cunhal ter enviado entretanto um dirigente do PCP a Moscovo para solicitar a colaboração internacional no PCUS na sua concretização. O que revela também uma certa expectativa de Álvaro Cunhal quanto a um desfecho positivo.

Os termos do pedido de exílio foram apresentados pessoalmente em Moscovo por Pires Jorge. Chegado à União Soviética no dia 2 de Março de 1957, o dirigente português tinha como missão inicial informar o Comité Central do PCUS sobre o V Congresso do PCP e apresentar antecipadamente os documentos políticos que seriam debatidos.

Após reunir com Pires Jorge, Sergei Vinogradov³⁴⁰, vice-director do departamento do Comité Central do PCUS para as relações com partidos comunistas estrangeiros, informou: «O Comité Central do PCP pede aos partidos comunistas fraternos que contribuam para a libertação do 1º Secretário do CC do PCP Álvaro Cunhal, que desde 1949 está preso em Lisboa. Actualmente, há esperança que o Governo português consinta em libertá-lo sob condição de ele deixar o país. Para tal, os camaradas

³³⁹ Cunhal, *Obras Escolhidas*, vol. II..., 281.

³⁴⁰ Sergei Vinogradov, especialista em relações internacionais, embaixador soviético em França com passagens prévias pela Grã-Bretanha, Turquia (1941-1948) e Egipto (1949-1953). Foi membro do Comité Central do PCUS e da Comissão de Controlo. Cfr. Thomas Gomart, *Double Détente: les relations franco-soviétiques de 1958 à 1964* (Paris: Publications de la Sorbonne, 2003).

portugueses precisam receber o consentimento do Governo de um país, de preferência capitalista, de conceder um visto ao camarada Cunhal. É bem provável que o governo do México possa dar tal garantia»³⁴¹.

A resposta a Pires Jorge chegou de imediato: «Dever-se-ia aconselhar o camarada *Gomes* a solicitar a ajuda do México através do Comité Central do Partido Comunista espanhol, o qual tem contactos com os círculos governamentais do México e já os utilizou para libertar camaradas comunistas das cadeias espanholas. Ao mesmo tempo, os camaradas portugueses poderiam pedir ajuda ao Partido Comunista da Checoslováquia, país que tem relações comerciais com Portugal».

Pires Jorge aproveitou ainda esta deslocação a Moscovo para reiterar as solicitações anteriores do Secretariado do Comité Central do PCP: «O camarada *Gomes* propõe de novo organizar visitas de delegações portuguesas à União Soviética, compostas por eminentes homens públicos democratas e intelectuais que, ao regressarem a Portugal, poderão contar a verdade sobre a União Soviética ao público português de modo semi-legal. Essas visitas, além da sua importância ideológica, contribuiriam para o reforço dos contactos do PCP com os intelectuais e os círculos empresariais portugueses».

O pedido de exílio legal de Álvaro Cunhal acabou por ser inconsequente perante a renovação sucessiva das medidas de segurança propostas pela PIDE junto do tribunal. Restava tentar uma fuga audaciosa do Forte de Peniche e regressar à ilegalidade, mas necessariamente no *exterior*, tendo em consideração as previsíveis consequências de uma quarta captura, mas sem perder de vista o essencial: a estratégia para a tomada do poder no *interior*.

2.2 As justificações do exílio

Foi precisamente a percepção das consequências no PCP do seu exílio que levou Álvaro Cunhal a reafirmar sucessivamente a importância fundamental das actividades clandestinas dos comunistas no *interior* para o derrubamento do Estado Novo. Os apelos foram realizados já na qualidade de secretário-geral e recorrendo ao primeiro

³⁴¹ Arquivo Estatal da História Moderna da Rússia, Moscovo, Documentos e Informações do Comité Central do PCUS, Relações com Partidos Comunistas Estrangeiros, fundo n.5, «Vinogradov I», 7 de Março de 1957, tradução de Juliana Prytkova, Universidade de Moscovo.

meio moderno de comunicação de massas do PCP: a *Rádio Portugal Livre* (RPL), instalada por sua ordem pelo primeiro núcleo de exilados comunistas em Bucareste³⁴².

Em sucessivas entrevistas à *RPL* ao longo do primeiro semestre de 1963, Álvaro Cunhal reafirmou que o derrubamento do Estado Novo dependia da «acção das forças democráticas» e das «lutas populares desenvolvendo-se no interior do nosso país»: «A luta popular é uma grande escola»³⁴³.

A contingência do seu exílio foi indirectamente abordada através de referências à presença no *exterior* de oposicionistas filiados em outros sectores políticos. Em Junho de 1963, Álvaro Cunhal reconheceu a importância de se encontrarem fora de Portugal diversas «personalidades destacadas da oposição» e citou como exemplos concretos Humberto Delgado e Ruy Luís Gomes. Advertiu de imediato que, apesar dessas presenças no *exterior*, «a acção dos democratas portugueses que se encontram no estrangeiro pode e deve ter entretanto outro objectivo: ajudar de forma directa e eficiente o desenvolvimento da luta nacional contra a ditadura fascista no interior do nosso país»³⁴⁴.

Uma orientação que Álvaro Cunhal impunha no PCP e que se encontra claramente expressa quando se dirige a Humberto Delgado e aos seus apoiantes: «A direcção superior da luta nacional contra a ditadura fascista continua a estar no interior do país. É certo que muitas personalidades destacadas e prestigiadas que se encontram no interior estão de tal forma referenciadas e vigiadas pela polícia que pouco ou nada podem fazer, e que se sujeitam mesmo a ser presas quando os outros o fazem (...). A residência no estrangeiro de destacados dirigentes democráticos e a situação difícil de vários outros no interior não significa pois que desses factos decorra a necessidade da transferência para o estrangeiro da direcção superior do movimento»³⁴⁵.

No *Rumo à Vitória*, tentou acautelar a percepção decorrente do aumento do número de comunistas portugueses no *exterior*, afirmando de forma genérica que o PCP *mantinha* «o seu núcleo dirigente no interior do país»³⁴⁶, mas insistindo nas referências ao aumento da repressão no *interior* e admitindo sem equívocos as dificuldades

³⁴² Cfr. *A Roménia depois da Primavera de Praga*, 232.

³⁴³ *Cunhal, Obras Escolhidas, vol. II...*, 371.

³⁴⁴ *Cunhal, Obras Escolhidas, vol. II...*, 377.

³⁴⁵ *Cunhal, Obras Escolhidas, vol. II...*, 378.

³⁴⁶ *Cunhal, Obras Escolhidas, vol. III...*, 230.

decorrentes da prisão de «muitos dos melhores dirigentes e activistas». Álvaro Cunhal fala mesmo em «prisões em massa», «assassinatos», «estado de sítio», «clima de intimidação provocado por permanente exibição de força e brutalidade» e «vigilância ostensiva», mas insiste que «o terror é também uma arma de dois gumes», ou seja, por um lado, «aniquila combatentes», mas, por outro, «levanta cada vez mais o ódio, indignação e revolta das massas populares». É exactamente *aí* que o PCP deve estar: «É o Partido da classe mais revolucionária – o proletariado»³⁴⁷.

Em entrevista ao jornal *L'Humanité*, na sequência da II Conferência da Frente Patriótica de Libertação Nacional (FPLN), realizada na Checoslováquia, em finais de 1963, Álvaro Cunhal reafirma a importância fundamental do *interior* na queda do regime: «Estamos condenados ao insucesso e à derrota se quebrarmos as nossas ligações com as massas, se, a cada passo, não soubermos chamar à luta, dirigir e organizar as massas populares»³⁴⁸.

A teorização desenvolvida por Álvaro Cunhal sobre a estratégia para a tomada do poder iniciou-se no *interior* com a aprovação dos documentos *A Tendência Anarco-Liberal na Organização do Trabalho de Direcção* (Dezembro, 1960) e *O Desvio de Direita nos anos 1956-1959* (Março, 1961). Trata-se de uma violenta recusa da teoria da *desagregação irreversível do regime* adoptada por Júlio Fogaça durante a sua liderança em detrimento do *levantamento nacional*, assumindo como *histórico* a *política de transição* do pós-guerra. Uma percepção gerada pela expectativa da queda do regime e que conduziu a uma certa «armadilha da iminência», ou seja, a esperança resultante da queda do fascismo internacional e das campanhas eleitorais de 1949 e 1958, mas que acabou por «inibir a política do grande arrastamento»³⁴⁹.

Álvaro Cunhal combateu fortemente estas ideias baseadas na expectativa da *desagregação irreversível* do Estado Novo (*saídas doces*)³⁵⁰ em defesa do papel enérgico do aparelho clandestino do PCP na organização das «grandes lutas» das «massas populares» para o *assalto final ao poder*.

³⁴⁷ Cunhal, *Obras Escolhidas*, vol. II..., 379.

³⁴⁸ Cunhal, *Obras Escolhidas*, vol. II..., 459.

³⁴⁹ Hermínio Martins, *Classes, Status e Poder* (Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2006), 61.

³⁵⁰ Álvaro Cunhal considerava a «libertação vinda de fora» uma «ilusão» por desconsiderar o «povo» e ter «falta de confiança» nas «massas populares» e ao mesmo tempo induzia a «passividade» e o «atentismo». A libertação teria de ser «obra do próprio povo», em *Ação Revolucionária, Capitulação e Aventura* (Editorial Avante: Lisboa: 1994), 90.

Em finais de 1961, Álvaro Cunhal impôs um rumo estratégico baseado na queda violenta do regime, tendo como culminar a aprovação do *Rumo à Vitória* durante o seu exílio na União Soviética. O documento *O Desvio de Direita nos anos 1956-1959* começa por reafirmar o papel das massas populares no *interior* e atribui uma nova dimensão às formas de luta: «Em vez de insistir na possibilidade e proximidade da solução pacífica por ‘desagregação irreversível’ do regime, o Partido deve apresentar ao povo português e às forças democráticas, como caminho para o derrubamento do fascismo, o levantamento nacional»³⁵¹.

O sucesso desse *levantamento nacional* (abandonado por Júlio Fogaça) dependeria da organização de «manifestações de massas» e teria de contar com «uma parte das Forças Armadas», ou, pelo menos, com a «neutralidade» de sectores importantes, na medida em que, antecipava Álvaro Cunhal, a queda poderia depender da «acção armada»: devem preparar-se as massas para duras batalhas, na medida em que «a acção armada pode vir a impor-se». O que implicava um trabalho sistemático de organização e agitação. «Não é um golpe militar que se tem em vista, mas assegurar a vitória ao movimento popular, criar condições para um levantamento nacional vitorioso».

Após iniciar o seu exílio, Álvaro Cunhal fez evoluir a ideia do *levantamento nacional* para a teoria da insurreição popular armada, cujo sucesso continuava a depender das acções desenvolvidas no *interior*. O que resultou exactamente numa concepção de *Exílio Político Funcional*, isto é, a saída de comunistas para o *exterior* dependia do exercício de tarefas que contribuíssem para o sucesso da insurreição popular armada no *interior*.

2.3 O exílio como recuo táctico

Na literatura política de Álvaro Cunhal, as referências à presença dos dirigentes no *exterior* são indirectas e reflectem um esforço de desvalorização dessa circunstância: «O Partido mantém firmemente o seu aparelho clandestino central. Mantém o seu núcleo dirigente no interior do país»³⁵². Trata-se de uma das raras vezes em que o secretário-geral do PCP utiliza a expressão «interior»: fá-lo para justificar a existência de dirigentes no *exterior* como resultante de um recuo táctico para «defender o Partido».

³⁵¹ Cunhal, *Obras Escolhidas*, vol. II..., 571.

³⁵² Cunhal, *Obras Escolhidas*, vol. III..., 230.

Esta teorização circunstancial começou por ser feita através da análise da realidade concreta no *interior*. Na reunião do Comité Central de Abril de 1964³⁵³, Álvaro Cunhal *dramatizou* a crescente pressão resultante do aparelho repressivo (PIDE, informadores, Legião Portuguesa, GNR, PSP, Polícia de Trânsito, Guarda Fiscal e Polícia Militar), cuja acção concertada resultava na criação de um ambiente de tal forma repressivo que colocava permanentemente em causa a direcção do PCP: «Nunca, como nos últimos anos, o governo desenvolveu uma tão intensa, constante e geral ofensiva contra o Partido Comunista, tentando desesperadamente aniquilá-lo», justificou.

Álvaro Cunhal colocava em perspectiva as condições altamente adversas para a presença de todos os dirigentes no *interior*, mas insistindo que «o PCP mantém firmemente o seu aparelho clandestino central (...) mantém um corpo de funcionários (...) mantém a publicação regular da sua imprensa ilegal e o seu aparelho de imprensa (...) mantém a sua organização à escala nacional (...) mantém as suas ligações com a classe operária e as massas populares». A repetida utilização justificativa fica ainda mais clara quando refere que o PCP «não só mantém estes aspectos essenciais do seu trabalho: mantém-nos e reforça muitos deles».

Álvaro Cunhal regressou a esta argumentação no próprio congresso de Setembro de 1965. Insistiu que a situação no *interior* se mantinha demasiado perigosa para a direcção, explicando que «os métodos de defesa não acompanharam o desenvolvimento dos métodos e recursos utilizados na ofensiva da repressão». Entre vários exemplos, cita as «centenas de camaradas e simpatizantes referenciados pela PIDE», refere que os trabalhos ilegais «são na sua generalidade conhecidos pelo inimigo» e acrescenta que «os quadros provados são na sua generalidade em número insuficiente para atender a todos os sectores de responsabilidade». Por tudo isto, justifica Álvaro Cunhal: «Restringiram-se as bases legais seguras para o trabalho do aparelho clandestino central», isto é, «atravessamos uma situação difícil e perigosa». Acrescenta ainda: «Nunca foi tão difícil assegurar o funcionamento do aparelho clandestino, defender as instalações ilegais, os funcionários e as organizações, manter as ligações e o controlo dos sectores, garantir a distribuição regular da imprensa».

³⁵³ O PCP aprovou nesta reunião uma resolução determinando que o texto da intervenção de Álvaro Cunhal fosse transformado na base do programa que seria aprovado no VI Congresso, em 1965.

Esta constatação das circunstâncias concretas da luta no *interior* permitiu assim que Álvaro Cunhal teorizasse depois sobre o exílio como uma *táctica defensiva* que preservava os grandes objectivos estratégicos. É nestas circunstâncias que utiliza as expressões «recuo» e «recuar».

Depois de chamar a atenção dos dirigentes no *interior* para os riscos da defesa de posições focadas no «sucesso imediato», Álvaro Cunhal defende a ideia do «recuo» como uma garantia de preservação do «conjunto do trabalho» num determinado período de tempo. «Devemos procurar ganhar uma posição ofensiva para o conjunto do trabalho do Partido, embora em vários sectores tomemos uma posição defensiva ou mesmo um recuo», escreve no *Relatório da Actividade do Comité Central* apresentado no VI Congresso (1965)³⁵⁴.

Álvaro Cunhal assume o «recuo» como «uma questão central para a definição correcta das tarefas imediatas do Partido no seu conjunto e em cada sector, para a justa orientação da actividade prática quotidiana». Explica depois, em linguagem de carácter militar, que os comunistas têm de aprender «a preparar e a defender forças de reserva, a consolidar as posições conquistadas, a defender posições em perigo, a recuar enfim, quando as condições o impõem, a fim de organizarmos as forças, de repararmos os meios de acção e retomarmos adiante a ofensiva».

Nesta concepção teórica de Álvaro Cunhal, *recuar* significa suspender uma determinada actividade partidária; *recuar* por um período de tempo limitado perante a ofensiva do adversário; *recuar* pontualmente num sector para assim defender o colectivo; *recuar* para preservar a estratégia global. Esta ideia do recuo táctico é ilustrada com exemplos concretos. Se uma gráfica *caísse* colocando em causa todo aparelho de propaganda, *recuar* significava suspender a actividade até «colmatar as brechas»; se numa qualquer localidade fossem presos vários comunistas, *recuar* significava suspender as actividades até garantir que os restantes não estavam «referenciados» pela PIDE.

Álvaro Cunhal antecipa no seu relatório que «estas palavras não agradem a camaradas impacientes e inclinados à aventura», mas nas condições de clandestinidade «a defesa do Partido é a tarefa número um, aquela de que depende o sucesso e a realização das restantes».

³⁵⁴ Cunhal, *Obras Escolhidas*, vol. III..., 388.

Esta teorização significa que a iminência da prisão justificava que os comunistas suspendessem (*recuassem*) as suas actividades partidárias por um determinado período de tempo, ou seja, o recuo tático é uma manobra de defesa do colectivo para «retomar adiante a ofensiva». Álvaro Cunhal nunca se refere aos comunistas no *exterior* como exilados, mas já se refere ao grupo de Argel como «emigrados»³⁵⁵, ou directamente como «dirigentes que se encontram no exílio»³⁵⁶.

2.3.1 Recuar para defender

Evitar ser preso correspondia assim a uma tarefa de defesa do colectivo e encontrava na ideia do recuo tático o mecanismo adequado, cuja aplicação se justificava na plenitude tratando-se de membros dos órgãos nacionais de direcção, nomeadamente nos períodos de maior repressão policial. Numa intervenção perante o Comité Central em Agosto de 1969, Álvaro Cunhal repete que «a caça aos comunistas continua, apesar das declarações de «tolerância» dos fascistas «liberalizantes» e do momentâneo abrandamento da repressão contra os outros sectores políticos da Oposição»³⁵⁷. O que se reflecte por isso na necessidade de manter parte da direcção no *exterior* com consequências que se repetem na actividade no *interior*: «O trabalho executivo continua sendo extremamente lento, enfermando, tanto de dificuldades impostas pelas necessidades de defesa, como por defeitos, por métodos e por vícios de trabalho, que muitas vezes nos últimos anos o Comité Central tem abordado»³⁵⁸.

Álvaro Cunhal assume novamente a «falta de capacidade operativa do trabalho de direcção» e a «morosidade da execução», resultando em «desorientação, erros e falta de perspectivas em diversos sectores». Por exemplo, a deficiente informação sobre os quadros no *interior* que circulava para o *exterior* fica clara quando afirma que as informações «constantemente pedidas» pelo Secretariado resumiam-se a «indicações gerais e incompletas»³⁵⁹.

O modelo formal de funcionamento da direcção do PCP seria reequacionado somente em 1972.

³⁵⁵ Cunhal, *Obras Escolhidas*, vol. III..., 146.

³⁵⁶ Cunhal, *Obras Escolhidas*, vol. III..., 124.

³⁵⁷ Cunhal, *Obras Escolhidas*, vol. IV..., 289.

³⁵⁸ Cunhal, *Obras Escolhidas*, vol. IV..., 386.

³⁵⁹ Estas observações de carácter crítico serão repetidas ao longo dos anos seguintes.

Numa carta dirigida aos membros do Comité Central, Álvaro Cunhal colocou em discussão toda a organização dirigente do partido, cujo modelo tinha sido aprovado na sequência do seu exílio, mas com um alerta: «As dificuldades de reuniões e deslocações e os problemas de segurança».

O secretário-geral do PCP parece começar por admitir a extinção de um dos dois organismos executivos do Comité Central (Secretariado³⁶⁰ e comissão executiva³⁶¹), mas deixa de imediato claro que isso significaria colocar toda a direcção no *interior*: «Nesse caso, deve evidentemente estar em Portugal (e na nossa opinião) com a totalidade dos seus membros»³⁶². Álvaro Cunhal procura com a discussão não tanto um desenho diferente, mas uma reconfirmação dos poderes do Secretariado e a concentração geográfica dos seus membros.

Primeiro, afirma: «A manterem-se os dois organismos executivos actualmente existentes, e é nesse sentido que nos pronunciamos, há que examinar novamente as suas atribuições, localização e composição». Sugere de imediato que entre as atribuições do Secretariado do Comité Central sejam também consagrados poderes para «não só dirigir ao Partido documentos internos, como publicar documentos (resoluções, notas, esclarecimentos, etc.) sobre assuntos da sua competência»³⁶³.

Depois, refere que «para que possa realmente funcionar como organismo e intervir realmente na direcção da vida partidária, é necessário, ao contrário do que actualmente sucede, que os seus membros estejam localizados de forma a poderem reunir com frequência, a fazerem um trabalho colectivo e a tomarem decisões».

Em relação à Comissão Executiva do Comité Central, avança com uma proposta de descentralização de competências, nomeadamente nas tarefas de carácter técnico, mas preservando o número restrito de membros.

³⁶⁰ O Secretariado tinha como poderes 1) controlo de execução, a começar pela Comissão Executiva, das directrizes do Comité Central; 2) direcção superior do trabalho conspirativo; 3) funções de Comissão Central de Quadros; 4) Tesouraria Central; 5) Relações com os partidos comunistas irmãos.

³⁶¹ A Comissão Executiva centrava-se na concretização diária do trabalho político do PCP.

³⁶² Cunhal, *Obras Escolhidas*, vol. IV..., 617.

³⁶³ Cabia à Comissão Política assegurar com a aprovação simultânea do Secretariado e da Comissão Executiva a publicação de documentos da direcção central nos intervalos das reuniões do Comité Central. Álvaro Cunhal defendia a sua continuidade como «junção» desde dois órgãos, contra a sua autonomização.

Durante o seu prolongado exílio, Álvaro Cunhal foi criando condições para que os comunistas pudessem abandonar conjuntamente o *interior*, mas teve sempre o cuidado de minimizar as consequências desses *recuos tácticos*. Primeiro: que não comprometiam a estratégia da tomada do poder, ou seja, a eficácia da estrutura clandestina no *interior*. Segundo: que não criavam a perigosa percepção de existirem dois partidos, ou seja, um *PCP no interior* e outro *PCP no exterior*.

O que exigiu de Álvaro Cunhal não apenas uma justificação para a saída de comunistas do País com as *necessidades de defesa*³⁶⁴ do partido, mas também a integração do exílio na actividade do PCP. Desde logo através do reconhecimento das dificuldades decorrentes dessa nova situação, nomeadamente para dirigir a tomada de poder à *distância*. O que levou à mudança da sua base de Moscovo para Paris e à reconfiguração substantiva das estruturas de direcção do *interior* e do *exterior* para responder à nova realidade. O exílio dos comunistas portugueses foi assim adquirindo fronteiras claramente definidas ao longo dos anos.

2.4 As consequências da distância

As jornadas políticas iniciadas em finais de 1961 contaram com uma forte mobilização popular, tendo como centro nevrálgico as eleições para a Assembleia Nacional. Álvaro Cunhal já estava na União Soviética nesta fase. Identificou este período como o «mais intenso» na luta contra o Estado Novo, elogiou o papel do PCP no *interior* na organização das «amplas lutas populares», mas criticou de imediato as «deficiências importantes».

Segundo o secretário-geral do PCP, «o Partido não esteve em condições de canalizar numa justa direcção a profunda indignação e vontade combativa das massas populares» devido a «deficiências políticas e de organização». Lamenta que o PCP não tenha estado «à altura de dirigir dia a dia as lutas de massas e encaminhá-las, na prática, para uma perspectiva revolucionária», ou seja, o PCP no *interior* «desencadeou as forças mas não pôde dominá-las». Utiliza a expressão «aprendiz de feiticeiro» para ilustrar «a grande lição» das «debilidades» manifestadas no *interior*, isto é, faltou ao PCP assumir-se

³⁶⁴ No artigo «Algumas experiências de 50 anos de luta do PCP», publicado na *Revista Internacional Problemas da Paz e do Socialismo*, n.6, Junho de 1971, Álvaro Cunhal identifica as seis principais razões do sucesso da prolongada e contínua actividade clandestina e refere como terceira razão «a defesa e a continuidade do trabalho de direcção», em Cunhal, *Obras Escolhidas*, vol. IV..., 595.

como vanguarda e transformar esses objectivos concretos das lutas parciais no objectivo final do movimento das massas³⁶⁵.

Na sequência de uma das primeiras reuniões do Comité Central no exílio, em Setembro de 1963, Álvaro Cunhal fez aprovar uma resolução contendo algumas orientações para assegurar a defesa do aparelho clandestino. O documento omite a presença dos dirigentes no exílio e garante que «a direcção continua no seu posto no interior do País»³⁶⁶. O conteúdo da resolução publicado pelo *Avante!* apela ao estabelecimento de uma «disciplina de ferro no trabalho de organização» e «na luta contra a provocação e a traição». Reafirma ainda a necessidade de «melhorar os métodos de defesa e de actuação»; uma «rigorosa compartimentação das tarefas»; e «porte na prisão».

No ano seguinte, no âmbito da discussão do *Rumo à Vitória*, Álvaro Cunhal viu-se na necessidade de reconhecer que parte destas resoluções de 1963 tinham ficado pura e simplesmente «no papel» e as restantes que foram reconhecidas como necessárias acabaram também por ser «esquecidas ou subestimadas»³⁶⁷. O que resulta em grande medida das «dificuldades hoje existentes no trabalho de direcção central» para garantir o controlo da execução das suas decisões, reconhece Álvaro Cunhal.

A situação de exílio provocava problemas concretos de condução da luta política quotidiana no *interior*, mas também de carácter ideológico, na medida em que as dificuldades de ligação ao aparelho de propaganda reduziam a capacidade de esclarecimento das bases, isto é, do *corpo de revolucionários* que criavam no *interior* as condições para a queda do regime. «Há muitos camaradas que se sentem desorientados e inquietos», afirma Álvaro Cunhal, referindo a urgência do PCP consolidar o ataque ao *sectarismo esquerdista* por tentar «separar o Partido da classe das massas» e «lançar a vanguarda em acções precipitadas e aventureiras».

Quando cita em concreto as deficientes ligações entre a direcção e os organismos de base, Álvaro Cunhal fala em «tremendas dificuldades» para garantir o trabalho ideológico através da imprensa clandestina do PCP. Por um lado, afirma que o «glorioso *Avante!* não corresponde, nem de longe, àquilo que se deve exigir do órgão central do

³⁶⁵ Cunhal, *Obras Escolhidas*, vol. III..., 381.

³⁶⁶ *Avante!*, n.334, Outubro de 1963.

³⁶⁷ Cunhal, *Obras Escolhidas*, vol. III..., 232.

Partido»; por outro, lamenta que *O Militante*, enquanto boletim de organização do Comité Central, tenha também «praticamente desaparecido»³⁶⁸.

A importância destes dois órgãos de propaganda era fundamental para garantir a «unidade de pensamento e acção», isto é, «explicar, convencer e dirigir». O deficiente funcionamento do aparelho de propaganda significava que o controlo do *interior* não podia ser eficazmente desempenhado no exílio, dadas as deficiências destes instrumentos de «orientação da luta da classe operária e das massas populares».

Dois anos mais tarde, num texto escrito para o VII Congresso Internacional Comunista, realizado em Praga, em Agosto de 1965, Álvaro Cunhal reafirma as «debilidades orgânicas» resultantes da «repressão» e reconhece os permanentes «fluxos e refluxos»³⁶⁹. Um assunto que detalha num relatório apresentado no VI Congresso do PCP, realizado em 1965.

Nessa reunião alargada, Álvaro Cunhal insiste já na justificação indirecta do exílio falando em «estado de sítio» derivado do ambiente de «rusga permanente» que se vivia no *interior* e cita a concentração dos meios repressivos no ataque ao PCP: «Concentram os seus esforços para atingir o Partido e, em especial, o aparelho clandestino central do Partido». Trata-se de uma referência ao *núcleo duro* dirigente, cuja presença no *interior* se tornara perigosa, na medida em que «por toda a parte, até em pequenas aldeias, se sente o aparelho de repressão política».

2.5 O exílio e a distância vistos pelos exilados

A experiência do exercício de funções partidárias no *exterior* produziu percepções distintas entre os comunistas.

Carlos Antunes começa por identificar uma diferença com os exilados políticos das outras tendências políticas: «A nossa condição psicológica como comunistas era diferente», acrescentando de seguida que «a decisão de sair do País era tomada pelo PCP, esta condição era provisória e exigia-se que estivessemos sempre à disposição do

³⁶⁸ Cunhal, *Obras Escolhidas*, vol. III..., 239.

³⁶⁹ A constatação enquadra-se numa tentativa de *abrir* o PCP às actividades legais de luta política através da infiltração dos sindicatos legais e das associações de estudantes: «Da associação correcta das formas legais e ilegais de organização e de luta depende em larga medida o desenvolvimento da luta popular de massas», cfr. Cunhal, *Obras Escolhidas*, vol. III..., 268.

partido para voltar»³⁷⁰. O que nem sempre acontecia: «Houve vários casos de comunistas que recusaram voltar ao interior», garante. Tendo em consideração as suas experiências na Roménia e em França, conclui: «Eu senti-me um exilado comunista».

Também Margarida Tengarrinha assume a sua longa experiência na União Soviética e na Roménia como «os 20 anos do meu exílio»³⁷¹, após ter ido destacada para exercer funções de apoio ao Secretariado em Moscovo e, posteriormente, de redactora da *Rádio Portugal Livre*, em Bucareste. No mesmo sentido, Silva Marques cita o caso de Veiga de Oliveira que regressou ao *interior* «após um longo período de exílio»³⁷².

Zita Seabra interpreta o exílio como «um tempo de *corte*», no sentido estritamente conspirativo do termo, ou seja, o *corte* enquanto manobra de distração entre duas acções ilegais. «O regresso a Portugal dependia das condições de segurança existentes e o risco maior incidia sobre as comunistas que tinham estado presos»³⁷³. Recorrendo à sua experiência concreta, explica que a duração do seu *corte* em França «foi comparativamente inferior ao das pessoas que saíram para evitarem uma nova prisão». Em todas as circunstâncias, «o PCP decidia quem saía e determinava sempre o exercício de uma tarefa concreta», afirma. «Quem quisesse simplesmente ir para fora para fugir da guerra colonial, por exemplo, sujeitava-se a perder a condição de militante», adverte.

Cândida Ventura assume a condição de «exilada forçada», na medida em que a sua permanência no *interior*, depois de já ter sido presa como dirigente comunista ou um regresso após o seu tratamento na Checoslováquia, «significaria inevitavelmente ser novamente presa»³⁷⁴. Cita igualmente Flausino Torres como um comunista forçado a «exilar-se»³⁷⁵ após ter sido preso em 1962, na sequência do seu envolvimento na Frente Patriótica de Libertação Nacional e posterior *mergulho* na clandestinidade, que antecedeu a saída para Argel e depois para a Checoslováquia.

O próprio Flausino Torres assume a sua posição de «exilado político» num dos documentos que assinou contra a invasão da Checoslováquia: «Nós, Portugueses,

³⁷⁰ Entrevista Carlos Antunes, 15 de Fevereiro 2015, Lisboa.

³⁷¹ Margarida Tengarrinha, *Quadros da Memória* (Lisboa: Edições Avante!, 2004), 11.

³⁷² Marques, *Relatos da clandestinidade...*, 140.

³⁷³ Entrevista Zita Seabra, 7 de Maio de 2014, Lisboa.

³⁷⁴ Entrevista Cândida Ventura, 1 de Outubro de 2010, Portimão.

³⁷⁵ Cândida, *O Socialismo...*, 159.

exilados políticos, residentes na República Socialista da Checoslováquia»³⁷⁶. Refere depois os exilados de certos países: «Embora por vezes vizinhos e com problemas idênticos, são forçados pelos seus dirigentes a viver isoladamente uns dos outros, mal podendo passar-lhes à porta e não podendo sequer indicar-lhes a sua morada, quanto mais convidá-los para uma simples pequena festa caseira. Conheço vários tipos de exilados (nas mais variadas condições); e isto pode ser confirmado por eles; isto é absolutamente verdadeiro»³⁷⁷. Fala claramente na dicotomia entre «militantes do interior» e «militantes do exílio». Na sequência das divisões no movimento socialista por causa da invasão da Checoslováquia, Flausino Torres descreve a ruptura entre os comunistas gregos e cita em concreto o conflito entre «os elementos da direcção que se encontram no exílio» e «os elementos do interior»³⁷⁸.

O exílio provocou tensões entre os comunistas no *interior* e no *exterior*. Flausino Torres refere por diversas vezes «militantes do interior» e «militantes do exílio» e Carlos Brito cita várias conversas entre dirigentes que usavam as expressões como «lá fora» e «os lá de fora». O próprio usa frequentemente a expressão *camaradas no interior*³⁷⁹ e *camaradas no exterior*³⁸⁰ e refere-se em concreto aos exilados como «intelectualidade da emigração»³⁸¹. Também Silva Marques refere que «os funcionários do PC em serviço no estrangeiro levavam uma existência largamente confortável (...) diga-se que nenhum deles deixava de se esforçar por ocultar essa realidade aos olhos dos militantes vindos do interior do país»³⁸². Silva Marques participou no congresso de Kiev já em processo de divergência com PCP quanto ao *grau de violência* necessário à tomada do poder, tendo sido afastado quando, já depois de regressar ao *interior*, se posicionou definitivamente a favor das acções armadas e dos comunistas chineses como líderes do movimento comunista internacional. A expulsão do PCP justificou «a escolha do exílio»³⁸³ desenquadrado do PCP: «O exílio geográfico viria, pois, a acelerar uma pronunciada evolução das minhas ideias políticas, com um regresso ao ponto de partida, ou às suas raízes, pondo termo como que a um longo exílio cultural»³⁸⁴.

³⁷⁶ Cândida, *O Socialismo...*, 231.

³⁷⁷ Torres, *Diário da Batalha...*, 68-69.

³⁷⁸ Torres, *Diário da Batalha...*, 87.

³⁷⁹ Brito, *Sete Fôlegos...*, 39.

³⁸⁰ Brito, *Sete Fôlegos...*, 43.

³⁸¹ Brito, *Sete Fôlegos...*, 44.

³⁸² Marques, *Relatos da clandestinidade...*, 147.

³⁸³ Marques, *Relatos da clandestinidade...*, 278.

³⁸⁴ Marques, *Relatos da clandestinidade...*, 281.

O historiador João Madeira converge na conceptualização do exílio dizendo que apesar de muitos comunistas não se considerarem exilados, «na realidade, o universo e o ambiente em que se movimentavam fosse de facto o do exílio»³⁸⁵.

A realidade é que Comité Central passou a reunir regularmente no estrangeiro para garantir a condução política quotidiana e a adopção de medidas de carácter estratégico de médio e longo prazo. Trata-se do «organismo que dirige a actividade do Partido no intervalo dos Congressos, assumindo a responsabilidade de traçar, de acordo com a orientação e resoluções dos Congressos, a orientação superior do trabalho político, ideológico e de organização do Partido»³⁸⁶. Era o órgão político onde tudo se decidia e através do qual Álvaro Cunhal impunha a sua visão estratégica³⁸⁷, mas a gestão política quotidiana sofria fortemente com a ausência da direcção política no *exterior*.

Álvaro Cunhal produzia frequentemente *notas da comissão política* sem que existisse de facto uma *comissão política* para garantir uma plataforma interventiva, mas a distância geográfica constituía um obstáculo: «Esta vibração [com que Álvaro Cunhal] seguia o que se passava em Portugal não conseguiu superar as desvantagens da distância»³⁸⁸, adverte Carlos Brito.

Este responsável pelos contactos com os sectores militares no *interior* dá conta da sua crescente *exasperação* perante as fortes reservas dos exilados quanto à evolução dos acontecimentos, já nas vésperas do 25 de Abril, devido a «velhos preconceitos» e «receios do *putchismo*»: «Não se reconhecia, no núcleo central da direcção do PCP fixado no estrangeiro, que tinha chegado finalmente a ansiada situação revolucionaria ou pré-revolucionária»³⁸⁹.

Carlos Brito acrescenta: «O impacto desta crescente e corajosa desobediência não chegava, porém, a Paris, por mais insistentes que fossem as nossas narrativas. De lá não se conseguia ver o país fora da sua habitual rotina». Conclui que Álvaro Cunhal foi «surpreendido pelo 25 de Abril, em Paris, ao contrário do que aconteceu comigo e com outros dirigentes».

³⁸⁵ Madeira, *O Partido Comunista...*, 718.

³⁸⁶ Cfr. Estatutos do PCP, Art. 31º

³⁸⁷ Brito, *Sete Fôlegos...*, 36.

³⁸⁸ Brito, *Sete Fôlegos...*, 67.

³⁸⁹ Brito, *Sete Fôlegos...*, 75.

As reuniões do Comité Central contavam com a presença dos dirigentes no exílio, sendo que a ligação com o *interior* era garantida através de representantes da Comissão Executiva e das direcções regionais. As decisões de orientação política seguiam para todas as estruturas partidárias através de resoluções posteriormente publicadas no *Avante!* e no *Militante* e divulgadas através dos emissores *Rádio Portugal Livre*.

Esta metodologia nunca conseguiu evitar os problemas da distância geográfica. Em 1966, o Comité Central assumiu claramente esse problema e reconheceu a existência de dificuldades provocadas pela «distância entre o Comité Central e a base do Partido e entre a base do Partido e a classe operária e as massas trabalhadoras»³⁹⁰. Uma realidade agravada pelos reflexos provocados pelas investidas pendulares da PIDE e consequente enfraquecimento das frentes de luta interna.

O exílio da Direcção provocou conflitos pontuais entre as duas realidades: «Aquilo lá fora é muito mais fácil de fazer», cita Carlos Brito, acrescentando que Álvaro Cunhal «não ignorava esta murmuração hostil»³⁹¹. Um clima que se estendeu até finais de 1968. Na reunião de Setembro desse ano, o Comité Central projectou um certo optimismo resultante da substituição de Salazar por Caetano, tendo como pano de fundo as fortes dinâmicas geradas no sector estudantil e apelou entusiasticamente à luta política: «Existem novas e amplas perspectivas para o desenvolvimento e a vitória das lutas para pôr fim ao fascismo e conquistar a liberdade»³⁹².

³⁹⁰ *O Avante!*, n.370, Setembro de 1966.

³⁹¹ Brito, *Sete Fôlegos...*, 39.

³⁹² *O Avante!*, n.376, Out-Nov. de 1968.

| CAPÍTULO 3 |

| AS CONSEQUÊNCIAS DA FUGA DE PENICHE |

1. O PCP no exílio

A fuga colectiva do Forte de Peniche, em Janeiro de 1960, permitiu que o PCP recuperasse uma parte significativa dos seus dirigentes, mas a estruturação da resposta aos riscos de serem novamente presos provocou uma ruptura com 40 anos de História: a colocação no *exterior* do núcleo principal da direcção, incluindo o secretário-geral. Esta dinâmica iniciou-se em 1961 e abriu portas para a constituição de colectivos de exilados comunistas em vários países. O que forçou a reconfiguração das estruturas internas através da criação de novos organismos e a mudança de todo o aparelho clandestino.

Álvaro Cunhal, Francisco Miguel, Guilherme da Costa Carvalho, Jaime Serra, Joaquim Gomes e Pedro Soares foram de imediato reintegrados no Comité Central de Fevereiro, que procedeu ainda à cooptação de Carlos Costa e Francisco Martins Rodrigues. Rogério Carvalho viria a ser integrado em 1964 e apenas José Carlos ficou fora da estrutura dirigente envolvida na fuga de Peniche³⁹³.

O Comité Central começou por eleger Álvaro Cunhal secretário-geral em Abril de 1961, «mas há muito que o era de facto»³⁹⁴, adverte Carlos Costa, presente nessa reunião, referindo-se ao «notável trabalho teórico e prático» que começou a desenvolver desde a reorganização de 1940-41 e cujas «qualidades intelectuais» foram comprovadas quando estiveram presos em Peniche. A eleição de Álvaro Cunhal significou ocupar um cargo propositadamente vago desde a morte de Bento Gonçalves, em 1942.

A atitude foi explicada com a necessidade de «fortalecer a autoridade do Secretariado do Comité Central e do Comité Central no seu conjunto»³⁹⁵, numa altura em que a fuga de Peniche provocou um período de intensas vagas policiais que se abateram compassadamente sobre o PCP. O que se traduziu em sucessivos abalos nas suas estruturas clandestinas, cujos principais resultados políticos decorriam do facto de estar baseada numa rede limitada de organismos autónomos fortemente implantados,

³⁹³ Madeira, *O Partido Comunista Português...*, 601.

³⁹⁴ Entrevista Carlos Costa, 24 de Maio 2009, Forte de Peniche.

³⁹⁵ *O Militante*, n.109, Abril de 1961.

funcionando de forma estanque para evitar as infiltrações. A prisão de elementos com acesso à informação vertical desses organismos podia implicar a *queda* dessas células apesar da comprovada capacidade de resistência dos comunistas à tortura física e psicológica.

Francisco Miguel foi preso em Julho de 1960 e em finais de 1961 a PIDE capturou vários importantes dirigentes comunistas, casos de Pires Jorge, Blanqui Teixeira, Octávio Pato, Dias Lourenço, Carlos Costa, Américo de Sousa e numerosos funcionários. José Dias Coelho, destacado membro do aparelho técnico, foi mortalmente baleado pela polícia política. Um ambiente geral fortemente repressivo que levou Álvaro Cunhal a reconhecer que existiam nessa altura «perigos que se não podem ignorar»³⁹⁶. Já no seu exílio, explicava que o PCP deve «ver a situação de frente e com objectividade», na medida em que a «intensificação da repressão» obrigava os comunistas a fazerem «um tremendo esforço para manter a continuidade do trabalho de direcção». Álvaro Cunhal justifica então o exílio com a necessidade de defender os dirigentes: «A evolução da situação política (...) exige que se reforce radicalmente o trabalho do núcleo dirigente central e assegure a sua defesa».

No dia 4 de Dezembro 1961, uma segunda fuga colectiva do forte de Caxias permitiu ao PCP recuperar Francisco Miguel, José Magro e Guilherme da Costa Carvalho, membros do Comité Central, e ainda António Gervásio, António Tereso, Domingos Abrantes e Ilídio Esteves. José Magro desempenhou de imediato um papel de grande relevância na preparação dos protestos do 1º de Maio de 1962 e António Gervásio destacou-se na organização das lutas no Alentejo nesse mesmo ano³⁹⁷.

Os comunistas conseguiram significativas mobilizações na Carris, nos Telefones, na Parry & Son e na CUF, mas foi no Alentejo Litoral e no Ribatejo que os protestos dos assalariados rurais surtiram mais efeitos. Na sequência dessas lutas parciais contra o regime no primeiro semestre 1962, a PIDE desencadeou nova ofensiva no PCP, tendo provocado fortes baixas nas estruturas do Alentejo Litoral.

³⁹⁶ Cunhal, *Obras Escolhidas*, vol. III..., 227.

³⁹⁷ A PIDE capturou-o no Verão de 1971, tendo sido condenado em tribunal plenário a 11 anos e 8 meses prisão, «mas engloba aqueles em que tinha sido anteriormente condenado pela autoridade de vários crimes públicos de diferentes natureza e, daí, parecer mais longa que as impostas a outros presos», esclarece uma nota enviada pela polícia para o Ministério dos Negócios Estrangeiro, a fim de preparar resposta a um pedido de esclarecimento de Amnistia Internacional, cfr. AHD, PEA IV, maço, 708, processo 316, 1972.

No ano seguinte, as delações de Rolando Verdial permitiram nova vaga repressiva junto de várias estruturas. A sua colaboração com a PIDE conduziu a inúmeras prisões, nomeadamente nas estruturas onde exercera funções antes de se tornar informador.

É este quadro que leva Álvaro Cunhal a constatar que «centenas de camaradas e simpatizantes estão referenciados e vigiados pela PIDE», tendo a polícia conseguido «restringir as bases legais seguras para o trabalho do aparelho clandestino central». O que resulta numa «situação perigosa».

A PIDE referenciou a saída de Álvaro Cunhal no dia 27 de Dezembro de 1961, ou seja, já depois do *Avante!* ter procedido à sua divulgação, mas a interpretou esse facto como uma «visita» no âmbito do movimento comunista internacional, ou seja, como se Álvaro Cunhal tivesse ido a Moscovo receber instruções para depois regressar a Portugal.

Numa nota classificada como *secreta* sobre «O significado da ida de Álvaro Cunhal, secretário-geral do “Partido Comunista Português a Moscovo”», a polícia identifica duas conclusões: «A primeira, foi a necessidade do “partido” em mandar a Moscovo Álvaro Cunhal para dar uma satisfação ao “Comité Central” do “partido comunista russo” sobre a desagregação e os abandonos que se deram nos últimos tempos nas fileiras do “partido”, nos últimos tempos e apresentar os problemas que ainda existem no seio do “partido” que não serão fáceis de resolver e pedir ao “Comité Central” do “partido comunista russo” a sua opinião e ajuda»³⁹⁸.

A ruptura com Júlio Fogaça e a *correção do desvio de direita* consolidam esta conclusão da PIDE: «Os resultados desta visita irão reforçar largamente a posição de Álvaro Cunhal dentro do “partido”, acrescentando que “não quiz (sic) começar a fazer fogo directo em relação à situação interna do “partido” sem primeiro consultar os chefes russos sobre as medidas que pensa tomar e uma vez elas aprovadas pelos russos regressará a Portugal, com poder para pôr em prática as suas ideias sobre a reorganização».

A PIDE apresenta como segunda conclusão «as dificuldades que o comunismo tem tido até agora para liquidar a Europa Ocidental através da França e da Itália. Foi por isso que deram a possibilidade ao Álvaro Cunhal de falar no “congresso” do “partido comunista

³⁹⁸ ANTT/AOS, IN-14, cx.335, pt. 3, Informação n.1.789/61-G.U.

russo”, possibilidade essa que não é dada a todas as representações que assistem aos “congressos” russos». Nesta interpretação, a PIDE considera que se trata de uma iniciativa «para dar prestígio aos comunistas ibéricos contra os seus regimes e assim “minar as bases da defesa ocidental e do Pacto do Atlântico, aproveitando a actual situação internacional que continua em pleno desenvolvimento contra o governo português tendo como base a luta contra o colonialismo».

A nota da PIDE termina com uma conclusão consequente com a qualidade da interpretação: «As forças comunistas têm em vista um golpe contra a Europa, que se iniciará pela Península Ibérica, levando-a à guerra civil».

2. A decisão de Álvaro Cunhal

Poucos meses após ascender ao cargo partidário máximo, Álvaro Cunhal viu-se na contingência de sair para o *exterior*, dando assim origem ao primeiro exílio da direcção do PCP e consequente formação de colectivos de exilados em vários países. O facto histórico foi comunicado pelo próprio *Avante!*: «Álvaro Cunhal, secretário-geral do nosso Partido, encontra-se na União Soviética, na pátria do socialismo, no país que marcha triunfalmente para o Comunismo»³⁹⁹. O principal órgão de propaganda comunista consolida a decisão na «fortíssima» ofensiva policial após a fuga de Peniche: fala em «feroz perseguição de toda a matilha policial fascista» e cita «milhares de fotografias suas distribuídas por todas as forças repressivas salazaristas».

Coube a Sérgio Vilarigues, responsável pelo aparelho técnico, conduzir Álvaro Cunhal disfarçado para a oficina clandestina de Linda-a-Velha, em Lisboa, tendo sido recebidos com surpresa por José Dias Coelho e Margarida Tengarrinha. «Quando o Álvaro Cunhal nos apareceu para tirar as fotografias vinha louro!, louro!, louro!, e com uns óculos com armações muito grossas, mas conseguimos reconhecê-lo porque tínhamo-lo visto no julgamento e identificámos também semelhanças com o pai», recorda Margarida Tengarrinha, que pouco tempo depois iria acompanhar Álvaro Cunhal no seu exílio soviético⁴⁰⁰.

O casal tinha no ano anterior procedido à falsificação dos documentos de Francisco Miguel. A operação realizada 6 meses após a fuga de Peniche representa a primeira

³⁹⁹ *Avante!*, n.306, Quinzena de Setembro de 1961.

⁴⁰⁰ Entrevista Margarida Tengarrinha, 24 de Maio 2009, Lisboa.

tentativa do PCP colocar um dirigente no *exterior*: «Encontrei-me com o camarada Álvaro Cunhal algures em sua casa aqui em Portugal (...) para tratar com eles problemas relacionados com a tarefa no exterior que me fora atribuída»⁴⁰¹, recorda Francisco Miguel. A operação ocorreu no mês seguinte, mas fracassou devido à sua prisão quando tentava passar para Espanha. A GNR estava a fazer buscas na região de Elvas por causa de um assassinato, tendo encontrado o dirigente comunista escondido num palheiro com o passador contratado para efectuar o *salto* da fronteira.

Nesta primeira fase, José Dias Coelho e Margarida Tengarrinha apenas produziram um bilhete de identidade falso para Álvaro Cunhal. Após a realização do Comité Central de Março de 1961, foi tomada a decisão do exílio do secretário-geral do PCP, tendo a tarefa de falsificação do passaporte sido novamente entregue a José Dias Coelho e Margarida Tengarrinha. «Reencontrámo-nos para falsificar o passaporte que permitiu ao Álvaro Cunhal sair do país»⁴⁰². Sentia tanta responsabilidade que as minhas mãos tremiam todas enquanto colocava os carimbos», continua Margarida Tengarrinha.

Sérgio Vilarigues acompanhou depois Álvaro Cunhal na passagem para o *exterior* no Verão de 1961, seguidos por Manuel Rodrigues da Silva em 1964. O que significou o primeiro exílio do Secretariado do PCP. A decisão rompeu com uma tradição que remontava à fundação do partido, isto é, manter os seus dirigentes na clandestinidade como prova da sua *têmpera revolucionária*. Por isso mesmo, o *Avante!* acrescenta que «Álvaro Cunhal não suspendeu a sua luta».

O trabalho do aparelho técnico aumentou bastante a partir do exílio de Álvaro Cunhal e de outros dirigentes. Margarida Tengarrinha relata um aumento da «clientela» após a fuga colectiva «para tirar fotografias e fazer bilhetes de identidade»⁴⁰³. Casos de Álvaro Cunhal, Francisco Miguel, Carlos Costa, Jaime Serra, Joaquim Gomes e Pedro Soares.

O exílio do Secretariado e a sua instalação definitiva no *exterior* desenvolveu-se em três momentos. O Comité Central de Março de 1961 começou por aprovar a saída para Moscovo, em Dezembro do ano seguinte confirmou essa instalação e aprovou uma adaptação a essa realidade e, por fim, em Agosto de 1963 este órgão de direcção reuniu pela primeira vez na história do PCP no estrangeiro. As reuniões do Comité Central

⁴⁰¹ Francisco Miguel, *Uma vida na revolução* (A Opinião: Porto, 1977).

⁴⁰² A partir de um passaporte legal.

⁴⁰³ Tengarrinha, *Quadros...*, 44.

passaram então a realizar-se anualmente e sempre no *exterior*, por exemplo, Moscovo, Agosto de 1963; Praga, Abril de 1964; e Paris, Janeiro de 1965.

3. O Secretariado do Comité Central no *exterior*

Depois de ter aprovado o exílio de Álvaro Cunhal em Março de 1961, o Comité Central só voltou a reunir em Dezembro do ano seguinte. Trata-se da última reunião no *interior*. O Comité Central reuniu menos de metade dos seus membros⁴⁰⁴, tendo como principal tema a *defesa* do PCP após as sucessivas vagas de prisões: «Causaram grandes prejuízos ao partido e a sua continuação em tal ritmo poderia ter consequências desastrosas»⁴⁰⁵. O que mereceu uma «censura» individual a Octávio Pato «pelo liberalismo excepcional da sua movimentação e pela falta de vigilância ante várias ocorrências muito estranhas»; a Carlos Costa «porque cometeu um grave erro de indisciplina que é responsável directo pela sua prisão»; a Américo Sousa por ter em seu poder «indevidamente documentos que localizaram um carro em que se deslocara»; e, por fim, a Júlio Martins e Natália David por não terem criado condições para a destruição de documentos que acabaram por ser apreendidos. «Estes casos evidenciam grandes faltas de cuidado que acarretaram notáveis prejuízos para o Partido».

Dado o agravamento dessa situação, a resolução sobre *a organização e defesa do trabalho de direcção* começa por confirmar o exílio da direcção: «O Comité Central decide manter fora do País o Secretariado do Comité Central ou, pelo menos, a maioria dos seus membros». O PCP assume assim pela primeira vez na sua história a criação de um aparelho no *exterior*. O que se traduziu numa existência orgânica baseada na presença permanente de funcionários, com tarefas atribuídas e respectivos mecanismos de controlo de execução⁴⁰⁶.

Joaquim Gomes participou nessas reuniões e explica: «Após a fuga, o Secretariado do Comité Central decidiu que Álvaro Cunhal e Sérgio Vilarigues deviam ir para fora precisamente evitar uma prisão que nos levasse a todos novamente»⁴⁰⁷.

⁴⁰⁴ Segundo João Madeira, participaram apenas cinco dos 16 membros que se mantinham em liberdade, ainda que desses pelo menos outros 5 estivessem no *exterior*, em Madeira, *O Partido Comunista...*, 619.

⁴⁰⁵ *O Militante*, n.121, Dezembro de 1962.

⁴⁰⁶ João Madeira admite que «ao longo dos anos 50, não se pode falar propriamente de um aparelho do PCP (...) mas antes de uma estrutura muito embrionária e muito débil», Madeira, *O Partido Comunista...*, 714.

⁴⁰⁷ Entrevista Joaquim Gomes, 24 de Maio 2009, Forte de Peniche.

A saída deste núcleo-dirigente abriu portas para a constituição de colectivos de exilados comunistas na União Soviética, Checoslováquia e Roménia e forçou a criação de uma «comissão executiva do Comité Central para dirigir o trabalho do Partido no País em coordenação com o Secretariado do Comité Central situado fora do país», explica Jaime Serra⁴⁰⁸. A decisão foi tomada na reunião de 1962: «Criar um organismo do Comité Central, que assegure dentro do país a direcção diária da actividade do Partido, organismo que se denominará Comissão Executiva do Comité Central»⁴⁰⁹.

Esta alteração corresponde ao reforço dos poderes do Secretariado e ao esvaziamento da Comissão Política. A circunstância dos seus membros estarem no *exterior* levou à criação da Comissão Executiva para controlo da actividade no *interior*, cuja liderança passava a ser efectuada em acumulação por um membro do Secretariado. Álvaro Cunhal resolvia assim aquilo que considerou uma fase de sucessivas desautorizações do Secretariado pelos membros do Comité Central⁴¹⁰.

Essa nova estrutura clandestina foi colocada no Norte, o que representou, segundo Jaime Serra, uma «importante inovação» no esquema de funcionamento de direcção do PCP. Esse novo organismo passou a ser constituído por Alexandre Castanheira⁴¹¹, Blanqui Teixeira (simultaneamente membro do Secretariado) e Francisco Martins Rodrigues⁴¹². A PIDE estava essencialmente focada na região de Lisboa e a transferência dos dirigentes para o Norte provocou dificuldades imediatas no modelo do trabalho repressivo centrado nas rotinas da capital. No plano orgânico, a Comissão Executiva controlava as actividades das Comissões de Organização de Lisboa, Sector Intelectual e Zona Sul, liderada por Domingos Abrantes, Ângelo Veloso e António Gervásio⁴¹³.

⁴⁰⁸ Jaime Serra, *Eles têm o direito de sabe o que custou a liberdade*. (Lisboa: Edições Avante!, 2004), 185.

⁴⁰⁹ *O Militante*, n.121, Dezembro de 1962.

⁴¹⁰ No âmbito da *correção do desvio de direita*, o Comité Central decidiu em reunião extraordinária, realizada em Fevereiro de 1960, remeter para a Comissão Política a «orientação geral» da actividade política no intervalo das reuniões do Comité Central e delegou no Secretariado todos os «poderes executivos» para aplicação dessa orientação, bem como o controlo da organização e da actividade dos quadros, cfr. «A Tendência Anarco-Liberal na Organização do Trabalho da Direcção», em Cunhal, *Obras Escolhidas*, vol. II..., 495.

⁴¹¹ O percurso de Alexandre Castanheira pode ser percebido através da sua biografia ficcionada *Outrar-se ou a longa intervenção de mim* (Porto: Campo das Letras, 2003).

⁴¹² José Pacheco Pereira, *O um dividiu-se em dois* (Alêtheia: Lisboa, 2008).

⁴¹³ Serra, *Eles têm...*, 186.

A prisão de Blanqui Teixeira em Janeiro de 1963 e a ruptura de Francisco Martins Rodrigues forçaram uma recomposição da Comissão Executiva. Joaquim Gomes ocupou o lugar do primeiro também enquanto membro do Secretariado, Jaime Serra substituiu o segundo e Alexandre Castanheira permaneceu em funções. Esta estrutura manteve-se até ao VI Congresso⁴¹⁴. O novo Comité Central contava com nove membros no exílio⁴¹⁵, oito nas estruturas do *interior*⁴¹⁶ e ainda outros nove presos⁴¹⁷.

Os quadros da metade do Comité Central fixada no *interior* usufruíam de uma larga experiência na luta clandestina e nas passagens pelas prisões, mas da direcção eleita em 1965 «mais de 2/3 dos seus elementos [não tinham] qualquer actividade no interior do país, que era, como se fazia questão de vincar, onde deveria estar o centro da luta política e, portanto, o núcleo essencial dos seus dirigentes», nota João Madeira⁴¹⁸.

Álvaro Cunhal instalou-se inicialmente em Moscovo, tendo sido mais tarde acompanhado por Manuel Rodrigues da Silva e Francisco Miguel. Sérgio Vilarigues trabalhava directamente com o secretário-geral e deslocava-se entre a capital soviética e Paris⁴¹⁹. Georgette Ferreira começou por exercer funções em Praga e foi depois substituída por Cândida Ventura. Aurélio Santos passou por Moscovo antes de se fixar em Bucareste. Pedro Soares e Pedro Ramos de Almeida exerceram funções relevantes em Argel, mas com considerável mobilidade para se deslocarem à Europa. O aparelho do Estado Novo identificou com relativa celeridade que o «Secretariado» do PCP estava «instalado num capital da “cortina de ferro”», tendo produzido uma nota informativa logo em Agosto de 1963, alertando para um aumento do fluxo de militantes para o *exterior*, no sentido de «frequentarem uma das escolas de subversão das muitas existentes nos países comunistas». Uma informação que resultara da prisão de dois desses quadros, cujos interrogatórios tinham permitido a captura de mais seis comunistas⁴²⁰.

⁴¹⁴ Madeira, *O Partido Comunista...*, 620.

⁴¹⁵ Álvaro Cunhal, Sérgio Vilarigues, Manuel Rodrigues da Silva, Pedro Ramos de Almeida, Francisco Miguel, Georgette Ferreira, Pedro Soares, Cândida Ventura e Aurélio Santos.

⁴¹⁶ Joaquim Gomes, Alexandre Castanheira, Sofia Ferreira, Américo Leal, Jaime Serra, António Gervásio, Rogério de Carvalho e Ilídio Esteves.

⁴¹⁷ Joaquim Pires Jorge, Octávio Pato, Blanqui Teixeira, Carlos Costa, Domingos Abrantes, Dias Lourenço, José Magro, Alda Nogueira e Carlos Aboim Inglêss.

⁴¹⁸ Madeira, *O Partido Comunista...*, 604.

⁴¹⁹ Álvaro Cunhal, Sérgio Vilarigues, Pires Jorge e Dias Lourenço já pertenciam ao Comité Central desde o I Congresso ilegal do PCP, realizado em 1943.

⁴²⁰ ANTT/AOS, IN-14, cx.335, pt12.

4. O PCP no *interior*

A nova organização exigiu também reorganizar o aparelho de fronteira, na medida em que se tornou necessário criar ligações permanentes para o *exterior* entre os membros da Comissão Executiva e os membros do Secretariado no exílio. Joaquim Gomes começou por exercer funções na criação e defesa de pontos de apoio na legalidade, tendo sido colocado após a fuga de Peniche nas ligações entre os dirigentes do Secretariado no *interior* e no exílio: «Atravessei vezes sem fim a fronteira desde o Minho até ao Alentejo. Só não passei pelo Algarve. A tarefa tinha de ser cumprida mais ou menos mensalmente para dar informações sobre a situação no País aos camaradas que estavam no estrangeiro. Eram contactos obrigatórios para dar conta de tudo do que se passava nas diversas direcções regionais, após reunirmos com cada um deles», explica Joaquim Gomes, acrescentando: «Era um trabalho muito difícil e ainda hoje guardo essa mala com que levava os papéis para Paris»⁴²¹.

O aparelho clandestino já existia há várias décadas, mas tratava-se agora de adaptar as exigências da circulação regular de dirigentes entre o interior e o exterior. Na primeira fase, as tarefas passaram por Rui Perdigão que, pouco tempo depois de *passar* Álvaro Cunhal, se viu forçado a exilar-se perante a iminência de ser preso. Manuel da Silva assumiu as mesmas funções: «Era uma tarefa de alguma preocupação, um “aparelho de fronteira” para fazer sair e entrar camaradas no País»⁴²².

As passagens de fronteira envolviam os riscos decorrentes da deslocação de importantes dirigentes no perímetro natural da acção da máquina repressiva, mas também a natureza do apoio logístico, ou seja, as movimentações dependiam dos *passadores*, cujo envolvimento dependia exclusivamente de contrapartidas financeiras⁴²³.

Dentro desta mesma nova dinâmica orgânica, também o aparelho técnico teve de se adaptar às novas circunstâncias, na medida em que o volume de trabalho aumentou significativamente. «Passámos a ter cada vez mais trabalho»⁴²⁴, confirma Margarida

⁴²¹ Entrevista Joaquim Gomes, 24 de Maio 2009, Forte de Peniche.

⁴²² Silva, *30 anos de vida...*, 61.

⁴²³ O facto de os *passadores* desconhecerem a filiação política dos comunistas levava-os a tratarem-nos de forma igual aos emigrantes económicos, ou seja, tinham de entregar os seus passaportes até à concretização da passagem. O que chegou a gerar problemas. Cfr. Silva, *30 anos...*, 61. No mesmo sentido, as habituais barbas e bigodes que os comunistas usavam para despistar a polícia política tinham de ser cortados, na medida em que ninguém os usava nas regiões de fronteira.

⁴²⁴ Entrevista Margarida Tengarrinha, 24 de Maio 2009, Lisboa.

Tengarrinha, enquanto Jaime Serra elogia as tarefas: «Este aparelho desempenhou um papel fundamental no trabalho de direcção do Partido»⁴²⁵.

Por último, também o aparelho de propaganda sofreu alterações ao seu funcionamento clandestino, através da instalação de três centros tipográficos no Norte, Lisboa e Sul, mas funcionando de forma totalmente autónoma e com os seus próprios meios de distribuição. «A partir de então fazia-se chegar aos três centros tipográficos a mesma maqueta do *Avante!*, de *O Militante*, ou de qualquer outro material de difusão à escala nacional»⁴²⁶, explica Jaime Serra. A mudança orgânica fez-se acompanhar de várias inovações técnicas ao nível da impressão, nomeadamente através de melhorias dos tabuleiros de impressão, que passaram a ser construídos numa base leve de alumínio em substituição do ferro fundido.

⁴²⁵ Serra, *Eles têm...*, 187.

⁴²⁶ Serra, *Eles têm...*, 187.

| CAPÍTULO 4 |

| ARGÉLIA |

1. O proto-exílio

1.1 A Frente Patriótica de Libertação Nacional

A relevância histórica do exílio dos comunistas portugueses na Argélia decorre essencialmente do facto de ter gerado as primeiras experiências individuais enquadráveis no âmbito da presente investigação, embora com diferenças significativas em relação às outras realidades.

Álvaro Cunhal nunca esteve instalado em permanência em Argel para acompanhar directamente as actividades aí desenvolvidas; não existiu um colectivo autónomo como nos países europeus, mas apenas representantes e militantes de passagem para o leste europeu⁴²⁷; e, por fim, as funções concretas que os comunistas portugueses desempenharam tiveram um impacto reduzido no quadro geral do exílio. As dinâmicas políticas desenvolvidas em Argel raras vezes influenciaram a acção concreta dos colectivos que começaram a funcionar em simultâneo na Europa, controlados directamente pelo secretário-geral do PCP e focados em objectivos concretos susceptíveis de contribuir para a luta no *interior*.

Mesmo os potenciais contactos politicamente privilegiados dos comunistas com as elites africanas emergentes acabaram por ser revelar genericamente fluídos, isto é, resultaram mais de circunstâncias pontuais e menos de uma abordagem estruturada que aproveitasse a proximidade geográfica e a afinidade ideológica.

A experiência de exílio dos comunistas portugueses na Argélia tornou-se por isso periférica na dinâmica global em estudo. Configura-se na essência como uma tentativa do PCP para integrar os sectores oposicionistas na sua estratégia de derrube do Estado Novo, no sentido em que, após desencadear a insurreição popular armada, seria necessário constituir um governo provisório alargado que liderasse o processo revolucionário até à formação de uma Assembleia Constituinte.

⁴²⁷ Por exemplo, Flausino Torres para Praga e Cláudio Torres para Bucareste.

O carácter frentista da experiência de Argel, retomando o espírito dos anos 30, permitia aos comunistas explorar ligações aos restantes núcleos oposicionistas, mas as dinâmicas das contradições acabaram por se transformar em rupturas devido ao cruzamento de várias realidades.

Desde logo, a localização geográfica do país de acolhimento e as suas características particulares⁴²⁸; depois, os mecanismos de controlo e de direcção política conjunta entre os exilados; e, acima de tudo, a sua natureza heterógena, a débil confiança recíproca no processo de tomada do poder em Portugal e as divergências quanto a um programa mínimo de governo⁴²⁹. Um contexto que se tornou mais instável dada a personalidade de Humberto Delgado, que surgiu na fase inicial como elemento agregador⁴³⁰, e as profundas reservas de Álvaro Cunhal em relação às suas *inclinações golpistas*⁴³¹ e à desconfiança que nutria em relação a inúmeros exilados que viviam em Argel⁴³².

O carácter politicamente diversificado dos exilados resultou das expectativas iniciais quanto ao futuro da Argélia recém-independente da França. O alastrar progressivo das frentes de guerra em África e os contactos com dirigentes nacionalistas contribuíram para a construção utópica dessa «Cuba árabe no Mediterrâneo»⁴³³. O que favoreceu a formação de um *melting pot* que envolvia activistas das mais diversas origens políticas e

⁴²⁸ Ben Bella liderava um país acabado de se tornar independente da França e revelava pouca simpatia pelos comunistas argelinos. O ambiente genericamente descrito como *conspirativo* por vários protagonistas reforçava a ideia de uma forte permeabilidade a eventuais infiltrações policiais. As polícias políticas portuguesa e espanhola actuavam com relativa facilidade no território.

⁴²⁹ Em relação às independências africanas, por exemplo, desde 1957 que o PCP apoiava estes processos, enquanto Humberto Delgado foi superando ao longo dos anos «as suas tergiversações iniciais», refere Manuel Sertório, em *Humberto Delgado – 70 cartas inéditas* (Lisboa: Praça do Livro, 1978), 27.

⁴³⁰ Manuel Sertório reconstituiu os posteriores problemas que Humberto Delgado provocou entre os exilados portugueses no Brasil, que «recusavam ser súbditos», em Sertório, *Humberto Delgado...*, 35. Uma das inúmeras directivas detalhava o *grito de massas* com que devia ser saudado.

⁴³¹ O crescente radicalismo verbal dos comunicados da Junta entre as suas várias Conferências não terá passado de uma *cedência aparente* do PCP aos ímpetus de Humberto Delgado para precipitar a acção armada no *interior*. A aceitação de um *comando operacional* como órgão militar da Junta constitui um exemplo, na medida em que nunca existiu além das proclamações verbais de Humberto Delgado.

⁴³² A cisão em curso dentro do PCP com o surgimento da tendência pró-chinesa do Comité Marxista-Leninista, por iniciativa de Francisco Martins Rodrigues, ameaçava tornar-se num processo tendencialmente mais profundo entre os comunistas exilados, nomeadamente entre os que experimentavam as realidades dos países não-comunistas, casos de França e, a partir desta altura, também da Argélia. Os compromissos resultantes da coexistência pacífica entre Estados Unidos e União Soviética tinham necessariamente repercussões no relacionamento dos partidos comunistas com os movimentos nacionalistas africanos.

⁴³³ Patrícia McGowan Pinheiro, *Misérias do Exílio – Os Últimos meses de Humberto Delgado* (Alpiarça: Contra-Regra, 1998), 29. A autora descreve com detalhe bastante crítico a experiência dos núcleos de exilados portugueses, cuja instalação em Argel encontrou condições favoráveis decorrentes da expatriação de milhares de quadros técnicos franceses após a independência argelina. A carência de técnicos nas mais diversas áreas e as vantagens da aproximação aos movimentos nacionalistas africanos contribuíram para que Ben Bella acolhesse os exilados portugueses.

com táticas divergentes não apenas quanto às formas de tomada de poder em Portugal como de programa de um eventual governo.

Essa diversidade agudizou-se com a chegada de inúmeros desertores dos conflitos em África e de jovens estudantes que fugiam à repressão policial ou à mobilização para a guerra, na sequência das lutas académicas no *interior*. «Nos cafés encontravam-se revolucionários, exilados políticos, ideólogos e aventureiros de todos os quadrantes», recorda Patrícia McGowan Pinheiro, acrescentando: «Havia figuras pitorescas e algumas sinistras. Havia personagens claramente loucas, outras mais convincentes»⁴³⁴.

A primeira tentativa de agregação politicamente estruturada deste *melting pot* surgiu através da Frente Patriótica de Libertação Nacional (FPLN), cuja I Conferência decorreu em finais de 1962⁴³⁵: «É a resposta a uma necessidade amplamente sentida», explica Susana Martins, referindo-se ao crescente número de «emigrados políticos» resultante da campanha presidencial de 1958 e do início da guerra em África⁴³⁶. O encontro decorreu em Roma, tendo Humberto Delgado enviado Manuel Sertório como seu representante para confirmar a adesão do Movimento Nacional Independente (MNI) à nova frente oposicionista projectada em torno da sua figura pública⁴³⁷: «Abriu-se um capítulo distinto na história da oposição», afirma Manuel Sertório, acrescentando que se tratou da última tentativa no *exterior* «de dar estrutura orgânica a um movimento unitário»⁴³⁸.

Esta iniciativa ficou desde logo marcada pelas divergências quanto ao local da instalação, tendo Álvaro Cunhal manifestado interesse por países europeus que permitissem uma considerável mobilidade, por exemplo, Paris ou Roma⁴³⁹. A localização extracontinental em Argel e a volatilidade política do regime emergente constituíam factores pouco atractivos para os comunistas em comparação com uma

⁴³⁴ Pinheiro, *Misérias...*, 41.

⁴³⁵ Participaram Álvaro Cunhal, Fernando Piteira Santos, Manuel Sertório, Manuel Tito de Morais, Mário Ruivo, António Lopes Cardoso e Francisco Ramos da Costa.

⁴³⁶ Susana Martins, «A instalação da Frente Patriótica de Libertação Nacional em Argel», em Heloísa Paulo, coord., *Memória das Oposições (1927-1969)* (Coimbra: edições MinervaHistória, 2010) 171-176.

⁴³⁷ O MNI correspondeu a uma tentativa efémera de Humberto Delgado para preservar o seu espaço de intervenção política dentro da legalidade. Em Abril de 1959, o general iniciou o seu exílio no Brasil.

⁴³⁸ Sertório, *Humberto Delgado...*, 45.

⁴³⁹ Manuel Sertório chegou a sugerir a Humberto Delgado que cedesse neste ponto, ou seja, aceitasse a mudança da instalação da Frente da Argélia para Roma, garantindo em troca a sua nomeação imediata como líder do novo organismo, «fosse qual fosse o nome», em Sertório, *Humberto Delgado...*, 195.

potencial instalação em França ou em Itália. Segundo Manuel Sertório, «este dilema foi artificialmente prolongado pelo Partido, durante muitos meses»⁴⁴⁰.

Susana Martins defende que o PCP terá também invocado a «impossibilidade do partido dispor de um quadro dedicado em exclusivo ao trabalho da Comissão da Frente»⁴⁴¹, mas as divergências de fundo de Álvaro Cunhal situavam-se essencialmente na exigência do reconhecimento da importância da luta de massas no *interior* e na definição e composição dos vários órgãos dirigentes. O secretário-geral do PCP já se encontrava nesta altura no *exterior* com vários dirigentes e funcionários dispersos entre a União Soviética, Checoslováquia e Roménia, e procurava mecanismos que permitissem enquadrar a FPLN na estratégia global do PCP.

Uns meses mais tarde, em entrevista à *Rádio Portugal Livre* (RPL), recém-fundada pelo PCP em Bucareste, Álvaro Cunhal classificou as conclusões da I Conferência como «muito úteis», mas reconheceu as dificuldades para a sua instalação, referindo que «a Conferência não podia decidir tudo, nem pôr ponto final decisivo a todas as questões». Começou por referir a necessidade da criação de mecanismos que permitissem uma «permanente troca de impressões e consultas entre partidos, agrupamentos e individualidades da Oposição» para depois clarificar: «Todos devemos fazer um esforço para aproximar mais os pontos de vista e estabelecer com maior rigor uma orientação unitária nos problemas políticos, táticos, de direcção, de organização e outros»⁴⁴². O mote para a impossibilidade de fazer convergir interesses divergentes estava dado e desenvolveu-se ao longo dos meses seguintes até resultar numa ruptura irreversível.

Alguns membros da Comissão Delegada Provisória⁴⁴³ ficaram em Paris para procurar apoios concretos para o início das actividades da Frente, mas os contactos políticos continuaram em Argel, tendo conduzido a uma situação caricata de inexistência de uma localização concreta de um organismo que pretendia *unificar as oposições no exílio*. O trabalho desenvolvido por Manuel Tito de Morais como emissário da FPLN em Argel permitiu finalmente a instalação dos exilados no início de 1963, tendo Fernando Piteira

⁴⁴⁰ Sertório, *Humberto Delgado...*, 48.

⁴⁴¹ Martins, *A instalação...*, 171.

⁴⁴² Entrevista Álvaro Cunhal, *Rádio Portugal Livre*, Junho de 1963, em Cunhal, *Obras Escolhidas, vol. II...*, 368-380.

⁴⁴³ Integrava Fernando Piteira Santos, Rui Cabeçadas e António Lopes Cardoso.

Santos e Ruy Luís Gomes trocado então Paris pela capital argelina, mas sem que as questões de fundo tivessem ficado resolvidas.

O PCP confirmou as reservas que cedo manifestara e Joaquim Gomes, representante comunista, escreveu uma carta em tom «impertinente e ameaçador» dirigida aos «Senhores da Comissão Delegada Provisória». Rui Cabeçadas e Fernando Piteira Santos responderam com a denúncia de «manobras» dos comunistas para conquistarem posições de controlo político⁴⁴⁴, conferindo desde logo as linhas gerais da anatomia desta experiência frentista caracterizada pelas divisões sistemáticas⁴⁴⁵.

Álvaro Cunhal pretendia inserir a aproximação à FPLN na sua estratégia de alianças com a *burguesia liberal* decorrente do *espírito* da revolução democrática e nacional⁴⁴⁶, mas sem perder de vista que a tomada do poder teria como base inalienável o envolvimento das massas populares. O que implicava a rejeição das acções directas e dos golpes isolados e a concentração dos esforços frentistas em actividades que contribuíssem «de forma directa e eficiente» para a luta «no interior do nosso país»⁴⁴⁷.

Em entrevista à *RPL* na sequência do seu primeiro encontro com Humberto Delgado, após o regresso deste do exílio no Brasil, em 1963⁴⁴⁸, Álvaro Cunhal refere-se ao «Encontro de Praga» como a tradução de um «impulso» para criar o necessário espírito de unidade entre as oposições «apesar das diferenças de opinião entre os diversos agrupamentos e individualidades». A insurreição popular armada surge dissimulada nesta *narrativa* como um «plano de acção em larga escala», cujo sucesso dependia da capacidade de unidade das várias forças oposicionistas, tendo em vista o exercício comum do poder na fase inicial da tomada do poder: «Nenhuns planos de acção em larga escala poderão ser realizados se nos fiarmos na espontaneidade, se não se

⁴⁴⁴ Martins, *A instalação...*, 172.

⁴⁴⁵ Susana Martins, «Exilados portugueses em Argel. A FPLN das origens à ruptura com Humberto Delgado (1960-1965)» (tese de doutoramento, Lisboa, Universidade Nova, 2015).

⁴⁴⁶ «Democrática porque acabará com a tirania fascista, instaurará a liberdade política, porá termos ao domínio da oligarquia financeira, realizará uma série de reformas que beneficiarão a esmagadora maioria da população portuguesa, a começar pela classe operária e pelo campesinato (...) nacional porque, acabando com o domínio imperialista sobre Portugal e o domínio colonialista de Portugal sobre outros povos, assegurará a soberania, a integridade territorial e a verdadeira independência do país», em Cunhal, *Obras Escolhidas*, vol. III..., 325.

⁴⁴⁷ Entrevista Álvaro Cunhal, *Rádio Portugal Livre*, Junho de 1963, em Cunhal, *Obras Escolhidas*, vol. II..., 368-380.

⁴⁴⁸ A experiência do exílio de Humberto Delgado pode ser conferida em algumas das cartas enviadas para a filha, cfr. Iva Delgado, *O General* (Lisboa: Círculo de Leitores, 1985); e Humberto Delgado, *Memórias de Humberto Delgado* (Lisboa: Dom Quixote, 1991).

desenvolverem as organizações de cada partido e agrupamento da Oposição e as organizações de unidade, se não se criar nas forças armadas uma organização incomparavelmente mais forte do que a existente na actualidade», advertia Álvaro Cunhal. Uma ideia alicerçada na sua *intransigência intelectual* quanto à centralidade do *interior* nesse sucesso: «Consideramos que a direcção superior da luta nacional contra a ditadura fascista continua a estar no interior do país»⁴⁴⁹.

Ao mesmo tempo que pretendia controlar a estratégia e os processos decisórios da Frente, Álvaro Cunhal *protegia* os colectivos do PCP desta dinâmica e recusava a sua integração orgânica: «Quanto às actividades das várias organizações e núcleos de democratas portugueses existentes em numerosos países, pensamos não ser de encarar uma centralização da direcção».

Admitindo que o processo de articulação entre o PCP à FPLN necessitava de um «esforço decisivo», Álvaro Cunhal decidiu deslocar Pedro Soares do colectivo de Bucareste, onde iniciara o importante projecto da *RPL*, para a Comissão Delegada da FPLN⁴⁵⁰.

Por um lado, tratava-se de tentar controlar a estratégia frentista de tomada do poder, no sentido de rejeitar as *pulsões golpistas* de alguns dos seus dirigentes e impor o reconhecimento do papel decisivo da luta no *interior*, ou seja, a importância do PCP enquanto única força política verdadeiramente actuante.

Por outro lado, importava garantir que esse controlo tinha tradução nas decisões colectivas, isto é, só podiam ser consideradas resoluções da Frente aquelas que fossem tomadas por acordo dos seus participantes: «Continuamos a considerar que a unidade é uma política de acordo e exclui por isso dentro da Frente Patriótica a política do facto consumado»⁴⁵¹, explicava Álvaro Cunhal.

A decisão de enviar Pedro Soares para Argel parecia reflectir esse esforço após o encontro de Praga com Humberto Delgado, na medida em que se tratava de um membro

⁴⁴⁹ Entrevista Álvaro Cunhal, *Rádio Portugal Livre*, Junho de 1963, em *Cunhal, Obras Escolhidas, vol. II...*, 368-380.

⁴⁵⁰ Integravam este órgão executivo Manuel Tito de Morais, Fernando Piteira Santos, Rui Cabeçadas, Manuel Sertório e Ruy Luís Gomes.

⁴⁵¹ A II Conferência já envolveu directamente as Juntas de Acção Patriótica, o que Álvaro Cunhal considerou «de grande significado» por serem os organismos de base que teoricamente dirigiam as lutas «em tal cidade ou em tal região», Álvaro Cunhal em entrevista a *L' Humanité*, reproduzida em *O Militante*, n. 126, Março de 1964.

do Comité Central com um relevante percurso na clandestinidade e que acompanhara Álvaro Cunhal na fuga de Peniche⁴⁵².

Humberto Delgado revelou-se optimista com o resultado da primeira reunião com o secretário-geral do PCP, tendo escrito ao seu adjunto Manuel Sertório, em Maio de 1963, utilizando a expressão «*exceptional sight*»⁴⁵³. A tradução desta «*perspectiva excepcional*» é questionada por Linda Kunderátová que, após consultar o documento original e entrevistar Iva Delgado, sugere que se trata da expressão «*everything right*», no sentido de traduzir um optimismo mais moderado⁴⁵⁴.

Após sete meses de impasses, a II Conferência realizou-se por iniciativa do PCP em finais de 1963, em Praga, tendo Humberto Delgado decidido intempestivamente assumir a liderança da Junta Revolucionária Portuguesa. Álvaro Cunhal aceitou o avanço e começou por apresentar publicamente a FPLN como «*resultado directo*» das «*lutas populares*» desenvolvidas no *interior* e inseriu-a subtilmente na dinâmica estratégica do PCP ao citar os «*motins, deserções colectivas, recusas de embarque*» registados nas Forças Armadas⁴⁵⁵. Reconheceu as dificuldades para a elaboração de um programa comum, mas antecipou algumas *conquistas* do PCP: desmantelamento dos monopólios, reforma agrária e reconhecimento das independências em África.

Quanto ao modelo de funcionamento, identificou a Conferência enquanto organismo de direcção geral da Frente, mas tendo devidamente representadas as Juntas de Acção Patrióticas (JAP) controladas pelo PCP. A criação da Junta Revolucionária Portuguesa como órgão executivo no exílio da Frente e a aceitação de Humberto Delgado para a liderança foram justificadas com o «*poderoso movimento popular*» que o general desencadeara nas eleições presidenciais e o seu «*prestígio incontestável*».

⁴⁵² Após *mergulhar* na clandestinidade com 16 anos, Pedro Soares foi preso várias vezes pela PIDE, tendo cumprido 12 anos de detenções, incluindo 6 anos no campo do Tarrafal. Tornou-se num modelo de *revolucionário profissional* que Álvaro Cunhal tanto apreciava. A sua capacidade de resistência às torturas, as mais de duas décadas de clandestinidade no *interior* e o exercício prolongado de funções dirigentes do PCP, reflectiam a importância política de Pedro Soares também como *cunhalista*. Pedro Soares morreu em 1975 na sequência de um desastre de automóvel. O acidente vitimou também a sua companheira Maria Luísa Costa Dias, funcionária clandestina do PCP e autora do livro *Crianças Emergem da Sombra*.

⁴⁵³ Sertório, *Humberto Delgado...*, 198.

⁴⁵⁴ Linda Kunderátová, «Os contactos da oposição portuguesa antisalazarista com a Checoslováquia entre 1933-1974. Contribuição para o estudo das relações luso-checas» (Praga: Faculdade de Letras da Universidade Carolina de Praga, 2003).

⁴⁵⁵ Entrevista a *L' Humanité*, reproduzida em *O Militante*, n. 126, Março de 1964.

A presença de Mário Soares em Praga nesta altura permitiu-lhe encontrar-se com Humberto Delgado, mas sem que tivesse conseguido envolver com a profundidade que pretendia os socialistas na emergente frente oposicionista através da Resistência Republicana Socialista⁴⁵⁶.

Humberto Delgado manteve-se entretanto na capital da Checoslováquia por motivos de saúde⁴⁵⁷ e, numa nova carta escrita em 1 de Março de 1964, voltou ao assunto junto de Manuel Sertório para registar o carácter histórico do encontro com Álvaro Cunhal⁴⁵⁸ e a sintonia entre ambos para «transformer la commission déléguée déjà citée [da Frente Patriótica Nacional] dans un organisme plus vivant, impulsionneur»⁴⁵⁹. Acrescenta que se tratou de uma «décision secrète».

Na apresentação do *Rumo à Vitória* no Comité Central de Abril de 1964, Álvaro Cunhal manteve o reconhecimento das dificuldades para articular a FNLP, adiantou que essas diferenças podiam ser superadas «no decurso da própria acção», mas deixando claro que «a orientação de uma Frente não é a orientação de cada um dos participantes, mas a orientação do movimento comum». Faltava ainda definir o controlo na luta em Portugal: «Nem a Conferência nem a Junta podem substituir um organismo de direcção no interior do País», advertia Álvaro Cunhal, dirigindo-se aos «amigos de outras correntes democráticas». Ficava claro que para o PCP «toda a acção no estrangeiro deve ser considerada em função da luta no interior»⁴⁶⁰. O que teria como resultado a criação de um Executivo da Junta Central⁴⁶¹.

O PCP reafirmava a sua inserção na Frente, mas recusando liminarmente a integração num «superpartido»; disponibilizava-se para assumir acordos relativos a programas de governo, mas exigia que se fosse além da eleição de uma Assembleia Constituinte, isto

⁴⁵⁶ Mário Soares guardou má memória do encontro prévio com Álvaro Cunhal, no qual o secretário-geral do PCP se limitara a perguntar «o que se passava em Portugal». Mário Soares recorda a «distância» no tratamento: «Fiquei surpreendido. O que de imediato me tocou foi ele ter-me feito compreender que achava que eu era «outra coisa (...) era agora um social-democrata», em Maria João Avillez, *Soares – Ditadura e revolução* (Lisboa: Circulo de Leitores, 1996), 181-182.

⁴⁵⁷ Trata-se já do período em que foi submetido a duas operações cirúrgicas em Janeiro e Fevereiro de 1964, tendo nesta altura recebido várias personalidades, entre as quais, o presidente argelino Ben Bella e Mário Soares, por sugestão do PCP.

⁴⁵⁸ «(...) reencontre historique entre les deux personnalités. Pour la première fois dans les 38 ans de l'historique de l'opposition cet évènement a eu lieu».

⁴⁵⁹ Carta de Humberto Delgado a Charles Ronsac, 1 de Março de 1964, em Fundo Piteira Santos, FPLN, Correspondência, 192, Universidade de Coimbra, Centro de Documentação 25 de Abril.

⁴⁶⁰ Cunhal, *Obras Escolhidas, vol. III...*, 116-127.

⁴⁶¹ Cunhal, *Obras Escolhidas, vol. IV...*, 811.

é, que houvesse acordo quanto ao desmantelamento do Estado Novo, fim dos monopólios e independências africanas; aceitava o convívio com todas as forças de oposição, mas exigia a rejeição de golpes militares e acções directas desligadas dos movimentos de massas populares⁴⁶²; apoiava a liderança de Humberto Delgado⁴⁶³, mas impunha as Juntas de Acção Patriótica na essência dinâmica da Frente como «ossatura do movimento democrático nacional» e até de base de um desejável «organismo de direcção superior instalado no interior».

O que atraía então Álvaro Cunhal? O potencial da Frente para integrar várias correntes políticas em linha com o seu conceito da revolução democrática e nacional e a existência de uma base com meios próprios de propaganda, ou seja, a *Rádio Voz da Liberdade* que iniciara entretanto as suas emissões para o *interior* e cujo controlo político era extremamente relevante para o PCP.

Humberto Delgado chegou à Argélia apenas em Junho de 1964, isto é, dezoito meses após a instalação da Frente. Chegou à *base das oposições* convicto de que os portugueses o tinham *eleito* Presidente da República e motivado com o estatuto internacional de *chefe da oposição portuguesa*⁴⁶⁴, mas acabou por encontrar uma situação politicamente ingovernável, tendo em consideração a desmultiplicação das tendências aglomeradas. «Reina[va] a suspeita», regista Susana Martins, citando «alianças encobertas» e «potenciais traições» e problemas de «métodos de trabalho, feitos e idades».

A desagregação em curso decorria do ambiente de conspirações e contra-conspirações genericamente partilhado por várias perspectivas⁴⁶⁵ e que conferiu ao processo de

⁴⁶² Álvaro Cunhal considerou que a revolta de Beja fracassara por ter sido desencadeada «fora de uma situação revolucionária», cfr. Cunhal, *Obras Escolhidas, vol. III...*, 147.

⁴⁶³ Humberto Delgado deixou o Brasil convicto de que iria presidir a um «governo no exílio» como resposta aos «apelos de Portugal no sentido de fazer-se algo no exterior que apresse a radical mudança», cfr. ANTT/AOS, IN-14, cx.335, pt.2.

⁴⁶⁴ As próprias autoridades argelinas receberam, instalaram e colaboraram com Humberto Delgado com a deferência resultante do seu evidente prestígio internacional.

⁴⁶⁵ Além das descrições directas de Patrícia McGowan Pinheiro e da troca de correspondência com Humberto Delgado reproduzida por Manuel Sertório, algumas das cartas de Fernando Piteira Santos para a família são igualmente ilustrativas deste ambiente: «O [Le] *Monde* publicou, *sábado*, uma notícia sensacional: a prisão de Mme. Ramos de Almeida e do filho do Pedro. Deve ter saído aí, nos bastidores, um “sucesso”. E o Engenheiro Tito de Morais deve ter achado muita graça», carta de Fernando Piteira Santos, Paris, 6 de Fevereiro de 1966, em *Devo a mim próprio a memória da minha vida* (Lisboa: Campo da Comunicação, 2013), 104; «O grande problema é o *P.C.* ter *paralíticos* físicos e mentais em postos directivos centrais e locais», carta de Fernando Piteira Santos, Paris, 21 de Dezembro de 1967, Em Santos, *Devo a mim...*, 110-11.

instalação da FPLN os contornos que marcaram a sua existência: fragilidades em relação a questões essenciais como a organização interna, a estratégia de derrube do Estado Novo e os próprios objectivos de um futuro governo, isto é, a impossibilidade de chegar a um programa comum. «Ou Delgado se rendia ao *aguardismo* do PCP [quando ao início da insurreição] ou este abatia a bandeira perante o *militarismo* daquele», sintetiza Manuel Sertório⁴⁶⁶. Ao que se somava a crescente pressão dos sectores radicais agrupados no Movimento de Acção Revolucionária (MAR) e na Frente de Acção Popular (FAP).

Na primeira reunião da Junta, realizada em Julho, Humberto Delgado entrou em colisão com os restantes membros e no mês seguinte escreveu uma carta a Pedro Ramos de Almeida num tom particularmente crítico, acusando o então representante do PCP de «crime de abuso de confiança» por ter utilizado a identidade do seu legítimo representante em Argel. O general trata Ramos de Almeida como «o grisalho» e depois de falar em «miséria moral» *hesita* entre «classificar o caso entre ódio de tipo ultra-selvagem; ou a simples estupidez mesclada de ferocidade tão corrente entre oposicionistas; ou de traição à revolução do povo, ou puro crime de antipatriotismo». Humberto Delgado suspendeu as suas relações com Ramos de Almeida, proibiu-o de voltar a cumprimentá-lo e *aconselhou-o* até a sair da Argélia tão rapidamente quanto possível devido ao acto de «canalhice política»⁴⁶⁷.

O ambiente continuou a degradar-se até à realização da fatídica III Conferência, em Outubro de 1964, cujas negociações prévias entre Álvaro Cunhal e Humberto Delgado antecipavam a irreversibilidade da ruptura devido ao seu arrastar durante os meses de Agosto e Setembro.

O PCP confirmou o afastamento de Humberto Delgado da liderança da Junta Revolucionária, que recusou participar nos trabalhos e iniciou o processo de criação de um novo organismo frentista, a Frente Portuguesa de Libertação Nacional (FPLN), anunciada por comunicado em Outubro de 1964⁴⁶⁸. Álvaro Cunhal focou-se no facto de as decisões terem sido tomadas por unanimidade⁴⁶⁹, acrescentou mais tarde que esse

⁴⁶⁶ Sertório, *Humberto Delgado...*, 52.

⁴⁶⁷ Carta de Humberto Delgado a Pedro Ramos de Almeida, n. P/119, Argel, 18 de Agosto de 1964, citada em Pinheiro, *Misérias...*, 194.

⁴⁶⁸ «Comunicado», em Pinheiro, *Misérias...*, 197-198.

⁴⁶⁹ Entrevista ao *Pravda*, 23 de Novembro de 1964, parcialmente transcrita no *Avante!* n. 349, de Dezembro de 1964.

afastamento se tratara de um facto «positivo»⁴⁷⁰ e só após a morte de Humberto Delgado acusou-o directamente de ter tentado «dar um “golpe de Estado” na FPLN, apossar-se dos seus recursos e meios de acção, comandar autoritariamente o movimento unitário e arrastá-lo para perigosas e quase loucas aventuras»⁴⁷¹.

As «loucas aventuras» citadas por Álvaro Cunhal referiam-se aos planos de Humberto Delgado para *invadir* Portugal. Quando esteve em Marrocos em 1961, por exemplo, nas vésperas do golpe de Beja, entrou em contacto com um grupo de jovens comunistas que fugira de Portugal e que se encontrava em trânsito para a Roménia: «O general pediu-nos o barco com que tínhamos fugido, para fazer um desembarque a Portugal, pensando que aquilo tinha uma enorme dimensão, mas não passava de uns cinco metros», refere Cláudio Torres. «Foi o que explicámos numa reunião na nossa casa, sentados em cima de uns caixotes de fruta, mas demos ao general Humberto Delgado o caixote mais alto, no qual ele se sentou imponentemente»⁴⁷².

Cláudio Torres chegou a aproveitar a presença de Humberto Delgado em Rabat para forçar um contacto com Amílcar Cabral. «Organizámos, uma conferência internacional, que serviu de pretexto para se encontrarem pessoalmente», recorda. «Quando percebeu que se tratava de uma aproximação de Amílcar Cabral hesitou, mas o encontro aconteceu e pela primeira vez Humberto Delgado encontrou-se com um líder independentista». O contacto não estava inserido em nenhuma estratégia do PCP e não teve quaisquer resultados concretos.

Após a ruptura com Humberto Delgado, o PCP assumiu o controlo da rádio *Voz da Liberdade* e da logística da Frente, marginalizando o general com acusações de se ter deixado *seduzir* por apoiantes que prometiam «forças imaginárias inexistentes no interior do país»⁴⁷³. A ruptura acelerou o processo de definhamento da FPLN, acentuando o conflito dos comunistas com o MAR, a FAP e os delgadistas entretanto reagrupados na Junta de Acção Patriótica dos Portugueses da Argélia (JAPPA)⁴⁷⁴.

⁴⁷⁰ Entrevista ao *Neues Deutschland*, 5 de Fevereiro de 1965, em Cunhal, *Obras Escolhidas*, vol. III..., 257.

⁴⁷¹ «Relatório da actividade do Comité Central ao VI Congresso do PCP», Kiev, 1965, em Cunhal, *Obras III...*, 361.

⁴⁷² Entrevista Cláudio Torres, 7 Janeiro 2015, Mértola.

⁴⁷³ Cunhal, *Obras Escolhidas*, vol. IV..., 175.

⁴⁷⁴ Fundada antes da chegada de Humberto Delgado com o apoio de vários membros da FAP. Acabou por se transformar no *núcleo de resistência* dos delgadistas.

A Conferência de 1964 marca o fim da experiência dos comunistas em Argel, na medida em que a situação deteriorou-se de forma aguda, conforme ficou em evidência na adjectivação das acusações trocadas pelos oponentes⁴⁷⁵. A queda de Ben Bella no ano seguinte reforçou a percepção desse fim de ciclo para os exilados portugueses apesar de terem continuado em Argel por mais alguns anos. A Frente Patriótica de Libertação Nacional esgotara-se enquanto plataforma de *marcação* entre oponentes, ilusoriamente agregados em torno de objectivos que raras vezes foram comuns.

1.2 Os contactos com os movimentos nacionalistas

A *vaga independentista* que se levantou em África e as consequências do alastrar das guerrilhas nos territórios portugueses constituíram uma dinâmica com fortes implicações no enfraquecimento do Estado Novo. Justificaram por isso uma adaptação estratégica do PCP quanto ao potencial político decorrente da desagregação das Forças Armadas, mas sem que a proximidade ideológica com os movimentos nacionalistas se tivesse assumido como um pilar que fosse além da retórica discursiva.

Os dirigentes africanos criaram bases de apoio em Marrocos, organizaram *Conferências das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas*, movimentavam-se com frequência entre Rabat, Argel e Das es Salaam e abriram progressivamente canais de acesso directo aos países do movimento comunista internacional. Mas a participação dos comunistas portugueses nessas realidades resultou mais do envolvimento conjuntural condicionado à própria realidade do PCP em cada momento e menos de uma estratégia que assumisse um eventual papel imprescindível na intermediação. Apesar das ligações estabelecidas ainda em Portugal com os comunistas, o próprio Agostinho Neto afirmava: «A libertação em África, sejamos realistas, não dispõe de bases muito sólidas na arena internacional e não são as afinidades políticas ou ideológicas que contam»⁴⁷⁶.

O ataque do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) a alguns postos de polícia desencadeou o início da guerra em Fevereiro de 1961⁴⁷⁷: «A operação não teve, de facto, sucesso, porque os prisioneiros não foram libertados», reconheceu mais tarde

⁴⁷⁵ Álvaro Cunhal, *Acção Revolucionária, Capitulação e Aventura* (Editorial Avante: Lisboa, 1994).

⁴⁷⁶ Agostinho Neto, *Quem é o inimigo - Qual é o nosso objectivo?* (s.l.: edições Maria da Fonte, 1974).

⁴⁷⁷ Os primeiros combates organizados deflagraram no norte de Angola por influência directa da situação no Congo, tendo alastrado ao sul somente em 1966.

Agostinho Neto, mas advertindo que «a partir desse momento o Povo tomou consciência do imperativo da luta e os portugueses tiveram de enfrentar uma situação inesperada, prelúdio das dificuldades em que se encontrariam para manter a sua dominação»⁴⁷⁸.

As crescentes deserções dos militares portugueses começaram a ser utilizadas nas acções de propaganda dos movimentos africanos. Amílcar Cabral registou a presença de desertores das Forças Armadas Portuguesas na capital argelina, explicando que «é um facto que a melhor propaganda do nosso Partido foi e continua a ser feita pelos soldados portugueses». O líder do PAIGC, cuja acção armada se iniciou no interior da Guiné em 1963, apelava ao povo guineense para que acolhesse «sempre bem, de braços abertos, qualquer soldado português que se decida a abandonar a guerra (...) devemos explicar ao povo que deve proceder igualmente (...) é uma posição que contribui para activar a deserção, para desmoralizar as forças do inimigo»⁴⁷⁹.

João Madeira afiança que o PCP desempenhou uma «importante função» de ligar Moscovo a estes movimentos de libertação, «no sentido de que a sua independência poderia representar o reforço da influência soviética» em África⁴⁸⁰. Existe claramente um vasto campo de investigação susceptível de aprofundar o estudo destas relações entre o PCP e os movimentos africanos, bem como a sua perspectivação no quadro das posteriores independências e na influência de Moscovo, mas as fontes estudadas nesta tese não revelam um papel regular e consistente dos comunistas portugueses.

Por um lado, quando se verificou o *pico* da actividade do PCP em Argel, ou seja, no período negocial com os outros exilados que viabilizou um acordo para a realização da II Conferência da FPLN, em finais de 1963, o MPLA sofreu um considerável refluxo com pesadas consequências na sua capacidade de acção, na sequência da expulsão dos seus dirigentes do Congo. «[Ficámos] sem bases de apoio no exterior (...) conhecemos um período de grandes dificuldades», reconhece Agostinho Neto, acrescentando ainda a ruptura verificada dentro do próprio MPLA⁴⁸¹.

⁴⁷⁸ Agostinho Neto, «Angola: um povo em revolução», 1969, 31-49, em *Textos e Documentos do MPLA sobre a revolução angolana* (s.l.: edições Maria da Fonte, 1974).

⁴⁷⁹ Amílcar Cabral, «Qual a posição do nosso partido em relação aos soldados portugueses que combatem contra nós?», 43-45, em *Manual Político do PAIGC* (s.l.: edições Maria da Fonte, 1974).

⁴⁸⁰ Madeira, *O Partido Comunista Português...*, 814.

⁴⁸¹ Neto, *Angola...*, 37.

Por outro lado, a União Soviética já tinha aberto os seus canais de acesso directo aos dirigentes africanos⁴⁸²: «Na segunda metade de 1961, a Moscovo chegaram Mário Andrade, presidente interino e Viriato da Cruz [do Movimento Popular de Libertação de Angola]. A sua visita e conversações deram início à nossa cooperação», confirma o historiador russo Vladimir Chubin, acrescentando que «foi tomada uma decisão importante sobre a prestação de ajuda multilateral à organização»⁴⁸³. Os contactos regulares levaram também o líder da Frente de Libertação de Moçambique (Frelimo) por uma viagem que se estendeu da União Soviética, à Bulgária, passando pela Roménia e República Democrática da Alemanha: «Os países socialistas são nossos naturais aliados; formamos uma aliança baseada no facto de que os nossos princípios são os mesmos», afirmava Samora Machel⁴⁸⁴.

A progressiva institucionalização das ajudas soviéticas não impediram que Agostinho Neto criticasse genericamente a assertividade dos apoios externos: «Devemos concentrar a nossa atenção e contar com as nossas próprias forças mais do que com o auxílio exterior, que é sempre uma ajuda precária, uma ajuda que frequentemente não chega a tempo nem em quantidade suficiente»⁴⁸⁵.

O PAIGC também reconheceu a importância da formação dos seus «quadros militares» na União Soviética, tendo Amílcar Cabral reivindicado o reforço desses apoios, nomeadamente bolsas de estudo: «Serão sempre bem-vindas»⁴⁸⁶.

Já Eduardo Mondelane, primeiro líder da Frelimo, fundada em 1962, identifica a forte influência das tradições britânicas nos movimentos que a constituíram (Udenamo, Unami e Manu) e as suas consequências na actividade imediata do novo movimento: «Dado eles viverem no exterior, estes partidos eram fortemente influenciados pelo modelo de organização concebido segundo uma tradição colonial britânica»⁴⁸⁷, por

⁴⁸² A tradução destes apoios tornou-se ainda mais clara depois do 25 de Abril. Apesar da existência de várias fontes, este processo pode ser acompanhado numa perspectiva interessante através do testemunho do primeiro embaixador de Portugal em Moscovo, Mário Neves, *Missão em Moscovo – Experiência da primeira embaixada portuguesa no país dos soviets* (Lisboa: Editorial Inquérito, 1986).

⁴⁸³ O historiador Vladimir Chubin revelou parcialmente as memórias de um alto funcionário do Kremlin neste período, Piotr Eviukok, responsável pelas ligações aos movimentos de libertação, citado em José Milhazes, *Angola – O princípio do fim da União Soviética* (Lisboa: Nova Vega, 2014), 32-33.

⁴⁸⁴ «Quem são os nossos inimigos», Julho-Setembro de 1971, em Mondelane, Machel, *Dados...*, 87-89.

⁴⁸⁵ Neto, *Angola...*, 48.

⁴⁸⁶ Amílcar Cabral, «Qual a política de formação de quadros do partido?», 43-45, em *Manual Político do PAIGC* (s.l.: edições Maria da Fonte, 1974), 47-49.

⁴⁸⁷ Mondelane, Machel, «Dados sobre a História da Frelimo», *Cadernos*, n.1, 25 de Junho, em *A Frelimo e a Revolução em Moçambique* (s.l.: edições Maria da Fonte, 1974), 9-20.

exemplo, os partidos existentes na Rodésia e no Malawi onde tinham surgido respectivamente a Undenamo e a Unami – o Manu operava essencialmente na Tanzânia.

A formação de quadros políticos e de guerrilheiros na União Soviética permitiu inverter esta influência, mas a diversidade de experiências e de origens étnicas e linguísticas dificultaram o arranque da acção militar contínua. Os primeiros guerrilheiros moçambicanos foram formados na Argélia, mas em campos de treino distantes da capital, onde estavam os exilados portugueses. O início das operações militares em finais 1964 surgiu em plena desagregação da Frente.

A opinião de Álvaro Cunhal foi circunstancialmente considerada por Moscovo, por exemplo, num processo que impediu a desvalorização política do MPLA em detrimento da UPA junto do PCUS⁴⁸⁸, mas os contactos com os dirigentes dos movimentos nacionalistas africanos dificilmente poderiam ter configurado uma linha contínua das funções dos exilados comunistas, tendo em consideração os canais directos entre Moscovo e os movimentos de libertação⁴⁸⁹.

A criação do Sector de África da Secção Internacional permitiu ao Comité Central do PCUS relacionar-se directa e regularmente com os dirigentes africanos, tendo começado a enviar dirigentes para contactos directos nos países periféricos aos conflitos e utilizado com frequência os serviços de informações nas abordagens no terreno⁴⁹⁰.

A intervenção do PCP tornou-se menos relevante à medida que Moscovo institucionalizou essas relações com os dirigentes africanos. Por um lado, através das deslocações destes à União Soviética, onde apresentavam os seus pedidos de auxílio material e financeiro, e da formação dada aos guerrilheiros nos campos de treino militar na Crimeia, criado em 1965. Por outro, através da influência directa exercida pelos quadros soviéticos que se deslocavam a África com crescente regularidade, dos conselheiros militares que chegavam a acompanhar operações no terreno e também através dos próprios embaixadores soviéticos que exerciam a sua influência a partir dos países periféricos às zonas de combate⁴⁹¹.

⁴⁸⁸ Milhazes, *Angola...*, 33-35.

⁴⁸⁹ A primeira visita de Amílcar Cabral a Moscovo resultou do pedido directo que apresentou na embaixada soviética de Conacri. José Eduardo dos Santos, por exemplo, estudou na União Soviética.

⁴⁹⁰ Cfr. Vadim Kirpichenko, *Espionagem: rostos e personalidades* (Moscovo: Ed. Geia, 1998); Serguei Kolominin, «Tropas especiais de países estrangeiros», *Braticka*, n. 11 (2006).

⁴⁹¹ Milhazes *Angola...*, 45-46.

| CAPÍTULO 5 |

| UNIÃO SOVIÉTICA |

1. Álvaro Cunhal na *pátria do socialismo*⁴⁹²

A fase inicial do exílio de Álvaro Cunhal ficou marcada pela sua ascensão no movimento comunista internacional através da projecção patrocinada pelo PCUS da sua imagem como *revolucionário forjado na luta popular*: o líder de um pequeno partido comunista que enfrentava uma ditadura há décadas na clandestinidade e que acabara de fugir para a *pátria do socialismo* após uma longa prisão. A inabalável concepção marxista-leninista do PCP como partido revolucionário e a lealdade permanente ao PCUS contribuíam fortemente para esta construção carismática do *filho do proletariado*.

Porém, a característica identitária mais forte que resulta desta fase foi a definição de uma nova estratégia para a tomada do poder no *interior* e a realização do primeiro congresso no *exterior*. A aprovação do *Rumo à Vitória* em Agosto de 1965, em Kiev, perdurou no quadro mental dos comunistas depois do 25 de Abril como a consagração de um modelo revolucionário ideal baseado numa insurreição popular armada. A sua importância na história do exílio do PCP será analisada sob várias perspectivas nesta tese, no sentido de proceder à sua valorização nos contextos concretos em estudo⁴⁹³.

A passagem de Álvaro Cunhal para o *exterior* acabou também por abrir uma *dinâmica silenciosa*: o exílio de mais de uma dezena de filhos de dirigentes clandestinos do PCP para uma escola internacionalista na União Soviética. O que implicou a saída das suas famílias quando ainda eram crianças, tendo ficado isolados até ao 25 de Abril. Esta

⁴⁹² A construção desta percepção contou com testemunhos de alguns escritores que foram convidados para efectuar visitas guiadas à União Soviética e posteriormente publicar os respectivos relatos, por exemplo, Alexandre Babo, *Na pátria dos socialismo* (Lisboa: Prelo, 1973); Urbano Tavares Rodrigues, *Viagem à União Soviética e outras páginas* (Lisboa: Seara Nova, 1973).

⁴⁹³ O congresso realizou-se com a presença de mais de 30 dirigentes comunistas e durou cerca de uma semana. Cerca de um terço estava no exílio. Manuel Rodrigues da Silva abriu os trabalhos, Sérgio Vilarigues apresentou um relatório sobre o novo programa do PCP, Francisco Miguel sobre os estatutos e Joaquim Gomes sobre as tarefas de organização. Álvaro Cunhal apresentou o informe «Rumo à Vitória - As tarefas do Partido na Revolução Democrática e Nacional». A cisão entre a China e a União Soviética e a emergência das simpatias pró-chineses dentro do PCP ficaram fora das discussões para reforçar a centralidade da nova fase estratégica em que se entrava.

realidade tem sido progressivamente estudada em Espanha, sendo que a presente tese será a primeira abordagem para a realidade das crianças portuguesas.

A instalação de Álvaro Cunhal em Moscovo teve ainda outra consequência, cujas ondas de choque se foram manifestando ao longo da década de 60: a exposição do PCP às intensas dinâmicas internacionais. Por um lado, na constituição de colectivos de exilados na Roménia, Checoslováquia e Paris. Por outro, na sua desagregação por força da exposição às rupturas no movimento comunista.

Álvaro Cunhal apoiou Moscovo em todos esses embates, desde os ataques aos comunistas albaneses e chineses até à invasão militar da Checoslováquia⁴⁹⁴, e assumiu as consequências internas, ou seja, a ruptura das suas bases de apoio no exílio e as sucessivas dissidências internas. Os apoios concedidos pelo PCUS a partir da instalação em Moscovo criaram no PCP uma inevitável dependência política, logística e financeira⁴⁹⁵, atendendo às fragilidades com que os comunistas portugueses se debatiam até então e que resultavam das circunstâncias fortemente adversas de uma longa luta clandestina num país periférico.

O posicionamento no movimento comunista ficou desde logo condicionado pela adaptação de Álvaro Cunhal à liberdade após décadas de clandestinidade e um período de 10 anos de prisão, sendo que teve de fazê-lo com a companheira e a filha no país que representava a expressão máxima do triunfo da revolução comunista. O secretário-geral do PCP chegou à União Soviética em Setembro de 1961 e no início do mês seguinte discursou simbolicamente aos operários soviéticos numa fábrica moscovita. O relato publicado pelo *Avante!*, que pode ter sido escrito pelo próprio ou segundo as suas informações directas, garante que terão estado presentes «mais de 800 pessoas» para prestar «homenagem» ao secretário-geral do PCP⁴⁹⁶.

A construção de modelo de *revolucionário forjado na luta popular* continuou com a concessão de uma oportunidade para discursar na «tribuna» do XXII Congresso do

⁴⁹⁴ As ligações directas do PCUS e o relacionamento próximo de Álvaro Cunhal com os principais dirigentes do movimento comunista internacional contribuíram para esta situação, na medida em que o PCP passou a beneficiar da ajuda directa de Moscovo e de auxílios de outros partidos, por exemplo, as condições proporcionadas pelos comunistas checoslovacos na instalação e integração de exilados portugueses e os apoios na organização dos encontros partidários.

⁴⁹⁵ Fernando Rosas, «Os Três Caminhos de Álvaro Cunhal – Notas Breves sobre a História do PCP», 43-54, em *Álvaro Cunhal – Política, História e Estética*, coord. José Neves (Lisboa: Tinta da China, 2013).

⁴⁹⁶ *Avante!*, n.307, 1ª quinzena de Outubro de 1961.

PCUS, tendo Álvaro Cunhal respondido ao convite com uma crítica directa aos comunistas albaneses por colocarem em «perigo» as conquistas socialistas no seu país e pelos «graves danos» infligidos à unidade do movimento comunista⁴⁹⁷: «A posição do Partido do Trabalho Albanês não serve os interesses do movimento comunista internacional e aqui manifestamos o nosso profundo desejo de que esse partido rectifique a errada e perigosa orientação dos seus dirigentes»⁴⁹⁸.

A *iniciação na pátria do socialismo* terminou com uma entrevista na televisão soviética, tendo Álvaro Cunhal aproveitado para elogiar o povo soviético «educado pelo glorioso partido de Lenine»⁴⁹⁹.

A instalação de Álvaro Cunhal em Moscovo com a família e um pequeno núcleo de colaboradores tornou esta experiência fundacional relativamente compartimentada. O que terá de certa forma contribuído para a falta de confiança que sentia em relação ao funcionário que o PCP colocara na secção portuguesa da Rádio Moscovo. Francisco Ferreira tinha uma longa história na clandestinidade. Militante do PCP desde 1931, passara pela guerra civil de Espanha integrado nas brigadas internacionais e encontrava-se em Moscovo há mais de duas décadas. Começou por ser integrado nos colectivos de exilados espanhóis da guerra civil, trabalhou depois numa fábrica de tractores até ser colocado na rádio como locutor.

Francisco Ferreira integrava a secção portuguesa da rádio, responsável pelas emissões clandestinas para Portugal, Brasil e África, tendo conquistado uma posição de um certo destaque entre os poucos portugueses que trabalhavam na rádio. Álvaro Cunhal confrontou-o com alegadas quebras da disciplina partidária e acabou por afastá-lo e projectar Aurélio Santos em idênticas funções. Trata-se de um militante que aderira ao PCP em 1955 após ter cumprido ano e meio de prisão, na sequência da sua militância no MUD Juvenil e do envolvimento na revista dos estudantes da Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa. «Na verdade, os primeiros comunistas que conheci foi na prisão»⁵⁰⁰, afirma, recordando os primeiros contactos em Caxias com Carlos Costa e Francisco Miguel. A adesão ao PCP acabou por forçar o *mergulho* na clandestinidade

⁴⁹⁷ *Avante!*, n.308, 2ª quinzena de Outubro de 1961.

⁴⁹⁸ Cunhal, *Obras Escolhidas*, vol. II..., 306.

⁴⁹⁹ Cunhal, *Obras Escolhidas*, vol. II..., 309.

⁵⁰⁰ Aurélio Santos, entrevista, 29 de Maio 2009, Lisboa.

com a mulher e uma filha de 6 meses, na medida em que «havia indícios de que a PIDE estaria na iminência de me prender novamente», garante.

Após a formação na Rádio Moscovo, Álvaro Cunhal destacou Aurélio Santos para a Roménia, no sentido de assumir em 1963 a direcção da importante *Rádio Portugal Livre* sob orientação directa do secretário-geral do PCP. O afastamento de Francisco Ferreira após 26 anos na União Soviética provocou uma ruptura com repercussões que foram mais mediáticas do que políticas, dado o carácter incipiente da base do PCP em Moscovo até à chegada de Álvaro Cunhal.

Francisco Ferreira assumiu-se como exilado na sequência da sua passagem para o *exterior* em finais da década de 30: «O exilado, devido a um desajustamento nacional, para evitar a repressão que até lhe pode custar a vida, vê-se forçado a sair do país». Uma situação provocada pelos motivos que na década de 60 seriam invocados pelo PCP para o exílio de Álvaro Cunhal: a iminência de uma nova detenção. «Eu sentia que o cerco à minha volta se estreitava. Em Lisboa tornava-se difícil e até perigosa a minha permanência. No Barreiro, a casa dos meus pais era alvo de investidas policiais. Os camaradas do PCP do Barreiro exigiam a minha saída do país... o Comité Central do PCP acedeu e tomou a decisão de me enviar a Moscovo»⁵⁰¹.

Em pleno conflito com Álvaro Cunhal, Francisco Ferreira viajou para Cuba com autorização para se encontrar com a família e depois regressar à União Soviética, mas em Novembro de 1965 escreveu uma carta ao PCP a anunciar que não regressaria «em sinal de protesto contra as arbitrariedades de que fora alvo em Moscovo»⁵⁰².

2. O núcleo familiar de Moscovo

Este início da experiência de exílio foi fortemente marcada pelo carácter familiar do colectivo de exilados, isto é, além da companheira, da filha e da cunhada, Álvaro Cunhal chamou para Moscovo um dos dirigentes do PCP com mais tempo passado nas prisões e a viúva e filha de José Dias Coelho. Foi com Francisco Miguel e Margarida Tengarrinha que estabilizou o núcleo familiar que tinha acabado de constituir com Isaura Moreira e Ana Cunhal.

⁵⁰¹ Ferreira, *26 anos...*, 52-53.

⁵⁰² Ferreira, *26 anos...*, 325.

O PCUS instalou o secretário-geral do PCP e a sua família num bloco de apartamentos na periferia do centro de Moscovo. «O nosso primeiro encontro tinha sido depois da fuga, na casa do Penedo, ainda eu não tinha 20 anos», recorda Isaura Moreira, acrescentando: «Os meus pais eram funcionários do partido e tinham participado na operação. Eu tornei-me numa *espécie* de secretária do Álvaro: ajudava a escrever à máquina alguns dos seus textos políticos»⁵⁰³.

Em Março de 1960, o secretário-geral do PCP começou por ser instalado em Sintra com Isaura Moreira, a sua irmã Dorília Moreira e os pais, tendo depois sido transferido para Mafra e para outros pontos de apoio à medida que o cerco policial avançava. «Entretanto fiquei grávida», relata a mãe da única filha de Álvaro Cunhal, tendo ambas acompanhado a passagem para o exílio quando a prisão se tornou iminente: «A última casa já estava vigiada quando tivemos de abandonar tudo à pressa. O Álvaro recolheu os documentos e levou-me com a minha irmã».

António João da Silva ficou na casa de apoio a queimar os restantes documentos enquanto Álvaro Cunhal levava as filhas Isaura e Dorília para uma ligação na Praia das Maçãs, «onde fomos recolhidas pelo Octávio Pato já no princípio da noite». Isaura Moreira começou por ser colocada numa casa em Lisboa, tendo sido depois transferida para o Porto, «onde o Álvaro esteve durante uns 15 dias antes de voltar a desaparecer», e regressado novamente para Lisboa, onde nasceu Ana Cunhal, em Dezembro de 1960.

Nos meses seguintes, a companheira e a filha de Álvaro Cunhal foram sendo transferidas por várias casas de apoio até serem colocadas na União Soviética, em Outubro de 1961, «por decisão do PCP»⁵⁰⁴. Após um primeiro encontro com o secretário-geral do PCP em Paris, rumaram para Praga e depois para Moscovo onde viveram em família até finais de 1963.

Dorília Moreira começou por regressar para casa dos pais após a fuga de Mafra, mas a prisão do pai levou o PCP a colocá-la no exílio junto com a irmã e Álvaro Cunhal. António João da Silva tinha entrado para o PCP em 1946, nas Ermidas do Sado e, após um período em que esteve desligado das actividades partidárias, mudou-se para Belas, passando a ser controlado por Blanqui Teixeira.

⁵⁰³ Entrevista Isaura Moreira, 5 de Outubro 2009, Lisboa.

⁵⁰⁴ Entrevista Isaura Moreira, 5 de Outubro 2009, Lisboa.

No início da década de 50, o seu filho, Adelino Pereira da Silva, *mergulhou* na clandestinidade para montar um ponto de apoio em Caneças e foi preso em 1962. Em Março do ano seguinte, a PIDE deteve o próprio António João da Silva por ser «membro e funcionário do PCP, tendo como principal tarefa a de ponto de apoio aos funcionários, nomeadamente os da direcção»⁵⁰⁵.

Nesse mesmo ano, Dorília Moreira teve de passar para o exílio na União Soviética e refugiar-se junto da sua irmã. Nas declarações prestadas na PIDE, António João Silva lamentou que os três filhos tivessem *mergulhado* sucessivamente na clandestinidade e «declarou ser seu firme propósito abandonar de uma vez para sempre tais actividades que somente lhe desorganizaram a vida, vendo a família toda dispersa e envolvida em iguais actividades»⁵⁰⁶. Após o cumprimento da pena e das medidas de segurança, saiu em liberdade condicional em finais de 1967.

Em Moscovo, Dorília Moreira começou por ficar na casa de Margarida Tengarrinha e, após a separação da sua irmã, acompanhou Álvaro Cunhal na sua passagem em Paris: «A minha irmã depois foi trabalhar com ele para França», concretiza Isaura Moreira, «e acompanhou-o já depois do 25 de Abril». Durante os dois anos em que esteve com Álvaro Cunhal, além das tarefas da organização da casa e da vida familiar, Isaura Moreira ajudava o secretário-geral do PCP a dactilografar documentos e algum do seu trabalho literário.

Este ambiente familiar favoreceu a integração de Margarida Tengarrinha e de Francisco Miguel no ano seguinte à chegada de Álvaro Cunhal: «Partilhámos o trabalho político, mas também a vida cultural e até algumas tarefas ditas domésticas. Álvaro Cunhal dizia que ajudar a companheira o ajudava no trabalho intelectual», recorda Margarida Tengarrinha⁵⁰⁷. Na sequência do assassinato de José Dias Coelho pela PIDE em finais de 1961, foi colocada no exílio com a sua filha: «Os camaradas acharam que eu poderia trabalhar no apoio directo ao Álvaro Cunhal»⁵⁰⁸, explica. Após a chegada a Moscovo com a filha mais nova, nascida já na clandestinidade, foram integradas no núcleo familiar de Álvaro Cunhal.

⁵⁰⁵ ANTT, PIDE/DGS, processo 601, NT 1420.

⁵⁰⁶ ANTT, PIDE/DGS, processo 601, NT 1420.

⁵⁰⁷ Entrevista Margarida Tengarrinha, 24 de Maio 2009, Lisboa.

⁵⁰⁸ Entrevista Margarida Tengarrinha, 24 de Maio 2009, Lisboa.

Entre as tarefas iniciais atribuídas pelo PCP contavam-se as participações em encontros internacionais de mulheres comunistas, cujos companheiros tinham sido vítimas da repressão. Uma missão que Margarida Tengarrinha executava com algum desagrado: «Aceitei compreendendo a sua utilidade política, mas com certa relutância e algum sacrifício»⁵⁰⁹.

Em Março de 1964, o PCP solicitou a sua intervenção numa iniciativa comemorativa do dia mundial da mulher, realizada em Praga, no âmbito da *Revista Internacional Paz e Socialismo*, tendo como tema *Vidas oferecidas à luta – Heróis Comunistas*. Participaram nessa iniciativa de carácter *heróico/propagandístico* as viúvas de *mártires* comunistas portugueses, espanhóis, iraquianos, iranianos, gregos, checoslovacos. Excepto um, tinham todos morrido antes de chegarem aos 40 anos de idade. Margarida Tengarrinha participou no encontro «como companheira de José Dias Coelho, assassinado a tiro pela PIDE ao serviço da ditadura fascista de Salazar»⁵¹⁰.

Durante o período em que residiu na União Soviética antes de ser colocada na Roménia, Margarida Tengarrinha colaborou com o secretário-geral na recolha da informação inicial para o documento estratégico que haveria de provocar uma refundação estratégica do PCP, o *Rumo à Vitória*: «Particpei activamente nos estudos que levaram à classificação da ditadura como terrorista, ao serviço do grande capital monopolista e aliada do imperialismo estrangeiro. Foi a partir daqui que o PCP definiu a sua nova estratégia de tomada do poder e eu tive também oportunidade de discutir com Álvaro Cunhal as suas ideias que deram origem à defesa da revolução nacional e democrática. Ficou claro para todos os comunistas o que havia a fazer e saber qual era o caminho tornava tudo menos difícil»⁵¹¹.

Francisco Miguel foi enviado para o exílio devido aos riscos de ser novamente preso. Trata-se de um *revolucionário* considerado *modelo* pelo próprio Álvaro Cunhal e que contava com 21 anos de prisões. Ficou instalado num apartamento junto do secretário-geral do PCP e da companheira e filha, na antiga casa que Margarida Tengarrinha e a filha entretanto trocaram por uma maior. Este núcleo concentrou-se no mesmo bloco de apartamentos.

⁵⁰⁹ Tengarrinha, *Quadros...*, 127.

⁵¹⁰ Tengarrinha, *Quadros...*, 128.

⁵¹¹ Entrevista Margarida Tengarrinha, 24 de Maio 2009, Lisboa.

Francisco Miguel integrou-se nas rotinas políticas e quotidianas de Moscovo: «Acabou por ser uma espécie de tio para as duas meninas», recorda Margarida Tengarrinha⁵¹². A percepção resultante deste período não corresponde integralmente, de facto, ao percurso de Francisco Miguel, na medida em que se trata de um funcionário com longas décadas de clandestinidade, sucessivos períodos de prisão e consequentes fugas.

O PCP decidiu colocar Francisco Miguel em Moscovo depois de ter fugido em finais de 1961 de Caxias, para onde tinha sido levado na sequência da fuga de Peniche no ano anterior. Nas suas memórias, refere que em Maio de 1962 «se decidiu que eu ia para fora do país (...) realizar uma tarefa do partido (...) ninguém queria admitir que eu, que já tinha passado 21 anos em prisões fascistas, viesse a ser preso uma vez mais»⁵¹³.

Tornou-se num colaborador próximo do secretário-geral, participou no VI Congresso com a apresentação de um informe sobre os estatutos e acompanhou a transferência para Paris. Francisco Miguel regressou ao *interior* no âmbito da ARA apesar da subtileza das suas memórias: «Da ARA, nada sei, mas posso dizer que estava de acordo com a sua orientação e com as suas acções (...) bem orientadas e bem executadas»⁵¹⁴.

Sofia Ferreira e o companheiro António Santo foram colocados em Moscovo durante um curto período. Aderiu ao PCP em 1945 juntamente com as suas irmãs Mercedes e Georgette. No ano seguinte, mergulhou na clandestinidade para apoiar uma tipografia clandestina em Lavos, Figueira da Foz, onde se imprimia *O Militante* e outro material de propaganda diverso. «Foi uma tarefa muito importante pelo trabalho prático e pelas leituras que me proporcionou para me formar politicamente»⁵¹⁵, recorda Sofia Ferreira.

Após esses dois anos, «fiz uma pausa durante alguns meses até que fosse instalada a casa clandestina do Casal de Santo António, no Luso». Trata-se da casa onde Álvaro Cunhal foi instalado e trabalhou secretamente até ser preso pela terceira e última vez. Sofia Ferreira iniciou as suas novas funções partidárias como *amiga* da casa do secretário-geral do PCP em Novembro de 1948, tendo prolongado o seu trabalho até à tomada da casa pela PIDE, em Março de 1949. A detenção de Álvaro Cunhal prolongou-se até à fuga em 1960 e posterior exílio no ano seguinte.

⁵¹² Entrevista Margarida Tengarrinha, 21 de Outubro 2009, Portimão.

⁵¹³ Francisco Miguel, *Uma vida na revolução* (Porto: A Opinião, 1977), 155.

⁵¹⁴ Miguel, *Uma vida...*, 162.

⁵¹⁵ Entrevista Sofia Ferreira, 4 de Março 2009, Lisboa.

Na sequência das torturas a que foi sujeita nos interrogatórios da PIDE, Sofia Ferreira perdeu a audição durante vários dias, tendo sido julgada em Maio de 1950. Após 3 anos de prisão, na sequência de um amplo movimento de solidariedade, obteve a liberdade condicional vigiada por 5 anos. Em Julho de 1953, Sofia Ferreira foi internada no Hospital dos Capuchos e, após dois meses de convalescença, voltou à clandestinidade para integrar a rede clandestina de casas de apoio: «Procurei disfarçar-me, mudei o risco do cabelo, usava óculos e até pintei o cabelo»⁵¹⁶. O PCP integrou-a na organização do Comité Central do Porto para estabelecer ligações com as empresas do sector têxtil.

Em 1955, foi eleita para o Comité Central, regressou a Lisboa dois anos depois e em Maio de 1959 voltou a ser presa: «Por ter sido surpreendida em Lisboa, no momento em que fazia um “encontro” que o “partido” conseguiu levar a efeito, clandestinamente»⁵¹⁷. Sofia Ferreira concretiza que nesse encontro secreto ia ter com o seu futuro marido António Santo, «quando fui surpreendida pela PIDE»⁵¹⁸. Julgada em tribunal plenário em Maio do ano seguinte, foi condenada a 5 anos e 6 meses de prisão maior e medidas de segurança. «Saímos para a liberdade apenas em 1968. Foi um período de enorme violência física e psicológica contra as mulheres comunistas», recorda: «Muitas de nós foram hospitalizadas devido aos maus tratos e às torturas e houve casos de mulheres presas com os filhos pequenos e até de gravidezes».

A Amnistia Internacional iniciou uma campanha de solidariedade com impacto além fronteiras, acompanhada pela *Rádio Portugal Livre*, *Rádio Voz da Liberdade* e *Rádio Moscovo*, *Rádio Praga*. A intervenção de Álvaro Cunhal junto do Movimento Comunista levou ao envolvimento da Federação dos Trabalhadores da Indústria de Consumo, sediada em Praga. No dia 20 de Junho de 1967, o Comité Central deste organismo enviou uma carta para a Cruz Vermelha Portuguesa disponibilizando-se para «arranjar na Checoslováquia um tratamento especial para as suas doenças numa das nossas estações balneares, Marianske Lazné, conhecida em todo o mundo»⁵¹⁹.

A Cruz Vermelha Portuguesa solicitou instruções à PIDE, tendo a polícia política respondido que Sofia Ferreira «está cumprindo na cadeia de Caxias uma pena complementar de 3 anos de internamento prisional (...) o seu estado de saúde tem-se

⁵¹⁶ João Céu Silva, *Álvaro Cunhal e as mulheres que tomaram partido* (Porto: Asa Editores, 2006), 135.

⁵¹⁷ ANTT, PIDE/DGS, processo 1/46, NT 2496, folha 225.

⁵¹⁸ Entrevista Sofia Ferreira, 4 de Março 2009, Lisboa.

⁵¹⁹ ANTT, PIDE/DGS, processo 551/59, NT 5284, folhas 339 a 346.

revelado francamente bom (...) se porventura vier a carecer de cuidados ou tratamentos especiais, não deixarão de lhe ser facultados gratuitamente no nosso País»⁵²⁰.

Sofia Ferreira foi colocada em liberdade condicional em Agosto de 1968. O aparelho do PCP decidiu de imediato colocá-la no *exterior*, na medida em que uma nova prisão corresponderia a uma longa privação da liberdade. A saúde debilitada contribuiu igualmente para a decisão do exílio: «Em Janeiro de 1969, o Partido pôs-nos na União Soviética durante ano e meio», relata Sofia Ferreira, explicando ter sido inserida com António Santo num curso de formação de quadros em Moscovo⁵²¹. Em Junho de 1969, Sofia Ferreira já participou no VI Congresso Mundial das Mulheres, em Helsínquia, onde foi homenageada, e no mês seguinte deslocou-se para Bucareste e concedeu uma entrevista à *RPL*⁵²².

O PCP referiu-se à sua libertação como «uma importante vitória do nosso povo e da solidariedade internacional. É mais uma prova de que há acções persistentes das massas que forcem o Governo a ceder», aproveitando também para apelar a uma amnistia total dos presos e exilados políticos, «tal como o povo muito justamente reclama»⁵²³.

Sofia Ferreira regressou ao *interior* em 1970 para integrar o organismo de mulheres do Barreiro, tendo mantido o seu cargo no Comité Central até 1988.

Após a conclusão do VI Congresso e a aprovação do *Rumo à Vitória*, o colectivo de Moscovo desagregou-se. Álvaro Cunhal mudou-se para Paris com Francisco Miguel e a cunhada, Isaura Moreira e Margarida Tengarrinha fixaram-se em Bucareste com as filhas⁵²⁴. O que levou à nomeação de Manuel Rodrigues da Silva como referente do PCP em Moscovo «logo após o congresso»⁵²⁵, recorda Margarida Tengarrinha.

Após mais de duas décadas de prisões, Manuel Rodrigues da Silva, militante do PCP desde os 19 anos, tinha sido colocado em liberdade em 1964 e seguido para Moscovo para receber tratamentos médicos⁵²⁶: «Tinha somente 55 anos, mas embora muito lúcido estava fisicamente terrivelmente desgastado, parecia muito mais velho», recorda

⁵²⁰ ANTT, PIDE/DGS, processo 551/59, NT 5284, folhas 339 a 346.

⁵²¹ Silva, *Álvaro Cunhal...*, 136.

⁵²² ANTT, PIDE/DGS, processo 1/46, NT 2496, folha 225.

⁵²³ ANTT, PIDE/DGS, processo 511/59, NT 5284, folha 10.

⁵²⁴ Margarida Tengarrinha tinha ido previamente, mas Álvaro Cunhal integrou-a no Congresso como delegada da *RPL* e depois como membro da Comissão de Redacção do Congresso.

⁵²⁵ Tengarrinha, *Quadros...*, 122.

⁵²⁶ AHD, PEA III, maço 544, processo 331,1.

Margarida Tengarrinha. Manuel Rodrigues da Silva morreu em Julho de 1968 e foi enterrado em Moscovo.

3. O Internatzionalny Dom (Interdom)

3.1 O exílio dos filhos dos comunistas

A dinâmica do exílio gerada pela fuga de Álvaro Cunhal conheceu uma outra dimensão: o exílio dos filhos de dirigentes comunistas para que não comprometessem o trabalho político dos pais no *interior*⁵²⁷. Esta forma de exílio involuntário encontra-se problematizada enquanto sub-grupo do objecto de estudo, tendo em consideração as várias características comuns destas experiências, ou seja, os vínculos pessoais, os ideais políticos, o discurso tendencialmente uniformizador sobre a experiência concreta e a identificação construída sobre essas representações do passado.

Primeiro, apesar da decisão do exílio ter sido tomada pelos pais, as crianças foram integradas numa dinâmica iminente política e passaram a reconhecer-se entre si como membros de um colectivo. A identificação através do Internatzionalny Dom (Interdom) como espaço organizado resulta nesse sentimento de pertença, que decorria da condição de serem filhos de comunistas clandestinos exilados por razões políticas.

Segundo, a natureza da escola de acolhimento e a sua integração no movimento comunista internacional, ou seja, o Interdom acolhia os filhos de revolucionários perseguidos em vários países. O que justifica os fluxos de crianças de determinada nacionalidade em função de situações concretas e que, no seu conjunto, reflectem a dinâmica internacional do movimento comunista.

Terceiro, o aproveitamento escolar e a absorção de valores essenciais correspondia a uma *realização socialista*, ou seja, a formação de jovens adultos comunistas remete para uma construção identitária forte: «El *comunismo* no es nunca una ideologia política sin más (a veces, ni siquiera es eso), sino que forma parte de la identidad y del carácter

⁵²⁷ As crianças que acompanharam os seus pais estão excluídas deste sub-grupo, na medida em que se tratam de reagrupamentos familiares. Os próprios, aliás, excluem-se desta caracterização identitária.

moral del sujeto»⁵²⁸. Aliás, algumas crianças integraram-se nas estruturas soviéticas e outras foram infiltradas nos seus países.

Esta identidade consolida-se também no facto do Interdom ser um elemento agregador de afectos e ainda hoje os estudantes se identificam como *irmãos*. «A escola projectava uma forte identidade entre nós», garante José Serra, destacando o carácter internacionalista e o posicionamento político da instituição⁵²⁹. O que confere continuidade e homogeneidade dentro do mesmo recorte geográfico e temporal.

A identidade e a problemática próprias justificam assim o estudo destas crianças como sub-grupo do exílio dos comunistas portugueses⁵³⁰ não apenas como protagonistas, mas também como fontes dos factos históricos. Esta categorização não consubstancia apenas um marcador, mas também um discurso histórico e uma representação do passado, conforme demonstra a vasta experiência biográfica e autobiográfica em Espanha⁵³¹. Também os estudos desenvolvidos em Espanha sobre os filhos dos comunistas espanhóis adoptam este critério⁵³², incluindo as investigações académicas que começaram a surgir sobre esta nova temática investigativa⁵³³.

3.2 As primeiras crianças exiladas

O Internatzionalny Dom surgiu na cidade de Ivanovo em 1933, por iniciativa do Socorro Vermelho Internacional, para receber os filhos dos revolucionários da Guerra Civil de Espanha, mas ao longo das décadas seguintes tornou-se na *pátria* para milhares

⁵²⁸ Marie Jose Devillard *et al.*, *Los niños españoles de la URSS (1937-1997)* (Barcelona: Ariel, 2001), 178.

⁵²⁹ Entrevista José Serra, 3 de Fevereiro de 2013, Lisboa.

⁵³⁰ Carlos Aboim Inglês assumiu as responsabilidades de ligação do PCP à direcção da escola.

⁵³¹ O exílio de crianças espanholas envolveu um número maior de elementos e durante um prolongado período, tendo dado origem a diversa bibliografia, por exemplo, Nieves Cuesta Alvarez, *Simplemente mi vida: memorias de una niña de Guerra embarcada en el stanbrook en Alicante exilada URSS* (Aviles: Ediciones Azucel, 2009); Bernardo Clemente Del Río Salceda, *20.000 días en la U.R.S.S.* (Madrid: Entrelíneas Editores, 2004); Jose Devillard, *Los niños españoles de la URSS (1937-1997)* (Barcelona: Ariel, 2001); Vasile Ernu, *Nacido en la URSS* (Málaga: Foca Ediciones, 2010); Enrique Zafra, Rosalía Greco, Carmen Heredia, *Los Niños españoles evacuados a la URSS (1937)* (Madrid: Ediciones de la Torre, 1989); Alted Vigil *et al.*, *Los niños de la guerra de España en la Unión Soviética. De la evacuación al retorno (1937-1999)* (Madrid: Fundación Largo Caballero, 1999).

⁵³² «Los niños de la guerra son personajes históricos en tanto que *víctimas del exilio* de su infancia, personas que no han decidido su destino y han sido objeto de las circunstancias», cfr. Devillard, *Los niños...*, entre outros.

⁵³³ Susana Castillo Rodríguez, «Memoria, educación e historia: el caso de los niños españoles evacuados a la Unión Soviética durante la Guerra Civil Española» (tesis doctoral, Madrid, Departamento de Antropología Social, Facultad de CC. PP. Y Sociología, 1999).

de crianças que foram chegando de todo o mundo comunista⁵³⁴. Entre 1963 e 1972, beneficiando dos contactos de Álvaro Cunhal em Moscovo, também o PCP colocou mais de uma dezena de crianças nesta escola internacionalista⁵³⁵. Tratavam-se dos filhos dos dirigentes clandestinos do PCP que tinham na altura entre os 5 e os 10 anos, sendo excepção o caso de Maria Armada Serra, uma adolescente de 18 anos, enviada precisamente para acompanhar os mais novos e exercer algumas funções de docência que estimulassem os laços das crianças com a realidade portuguesa.

Este exílio decorria da necessidade de *defender* o PCP. A presença dos filhos dos funcionários nas casas ilegais comprometia a segurança do trabalho político, na medida em que as crianças constituam por si próprias uma *ameaça* à rede de mentiras criadas com os *mergulhos* na clandestinidade⁵³⁶. Esta geração de crianças clandestinas ficou *condenada* à separação dos pais, convictos de lhes estarem a proporcionar melhores condições de vida e de educação.

As duas primeiras crianças chegaram a Ivanovo em 1963: Manuel da Silva tinha 9 anos e Odete Graça Rito 10 anos, tendo sido integrados na classe da filha de Amílcar Cabral, Iva Cabral, que lhes ensinou as primeiras palavras em russo. Completaram ambos mais de uma década de exílio.

Os pais de Manuel da Silva tinham *mergulhado* na clandestinidade em 1945. Manuel da Silva (pai) e a companheira Gertrudes Paulino da Silva iniciaram a luta comum nas Caldas de Monchique. Mudaram-se pouco tempo depois para Luz da Tavira, mas as péssimas condições de habitabilidade forçaram nova transferência. «A casa onde morava era velha, não estava acabada, havia osgas por todo o lado. A Gertrudes andava com os nervos arrasados e tivemos de mudar»⁵³⁷, justifica Manuel da Silva.

Gertrudes Paulino da Silva esteve 29 anos sem ver a família para se dedicar em exclusividade à defesa das casas que serviram de base ao companheiro. O trabalho desenvolvido a partir de S. Brás de Alportel permitiu-lhes orientar com sucesso lutas parciais em Silves, Portimão, Vila Real de Santo António, Olhão e Faro. O Algarve

⁵³⁴ Entre as crianças estavam os filhos de Mao Tsé Tsung e da *Pasionaria*. A guerra colonial forçara também a fuga dos filhos de Amílcar Cabral e de Eduardo Mondelane.

⁵³⁵ Consultar nos anexos **QUADRO 3 – Os filhos da clandestinidade**, 329.

⁵³⁶ Cfr. Cristina Nogueira, *Vidas na Clandestinidade* (Lisboa: Edições Avante!, 2011); João Madeira, *Os Engenheiros de Almas* (Lisboa: Editorial Estampa, 1996); José Pacheco Pereira, *A Sombra. Estudo sobre a Clandestinidade Comunista* (Lisboa: Gradiva, 1993).

⁵³⁷ Manuel da Silva, *30 anos de vida e de luta na clandestinidade* (Lisboa: Edições Avante!, 1996), 31.

fervilhava com as lutas dos trabalhadores da indústria conserveira e o sector mostrava uma grande dinâmica exportadora. A crescente exposição de Manuel da Silva no Algarve devido ao seu envolvimento na organização das lutas determinou a sua passagem para Besteiros com Gertrudes Paulino da Silva. Passou a controlar uma vasta região que incluía os distritos de Viseu, Guarda e Castelo Branco.

A primeira filha do casal clandestino nasceu numa *casa do partido* em Tondela. Manuel da Silva estava no Ribatejo e apenas oito dias mais tarde conseguiu conhecê-la. Mudaram-se depois para uma casa «só com um quarto forrado, o resto era tudo telhava», mas tiveram de abandoná-la na sequência da prisão de Álvaro Cunhal, Militão Ribeiro e Sofia Ferreira, no Luso. Passaram pela Malveira e posteriormente instalaram-se em Lisboa, após breves passagens por pontos de apoio em Alcobaça, Leiria e Porto. Manuel da Silva e Gertrudes Paulino da Silva conseguiram manter a filha em casa quase até aos 3 anos. Um mês antes do aniversário, no cumprimento das ordens do *controleiro*⁵³⁸, tiveram de a entregar a familiares para respeitarem as regras conspirativas. A criança ficou à guarda da avó paterna em Constância e sem quaisquer contactos com os pais.

O segundo filho nasceu em 1954 quando o pai se preparava para imprimir o boletim n. 46 de *O Camponês*⁵³⁹, que dava grande destaque ao assassinato de Catarina Eufémia: «Já estava no prelo, tudo preparado para a sua tiragem, [quando] a minha companheira teve o garoto»⁵⁴⁰, recorda Manuel da Silva, acrescentando: «A assistência à minha companheira foi dada por uma parteira e por uma mulher que vendia fruta na rua a quem nós de vez em quando comprávamos fruta. Tudo correu bem»⁵⁴¹.

Manuel da Silva (filho) esteve com os pais até aos 7 anos, mas a partir dessa altura o pai considerou que a sua presença colocava em perigo a actividade do partido. Já sabia o significado dos sinais de segurança que a mãe colocava para permitir o regresso do pai a casa e começava a fazer perguntas sobre as rotinas decorrentes das regras conspirativas.

⁵³⁸ Trata-se de uma figura instrumental responsável pelo controlo político das bases do PCP em nome da direcção nacional, ou seja, o *controleiro* não tinha um poder próprio, sendo essencialmente um garante da execução das ordens e de transmissão das opiniões dos níveis dos escalões inferiores.

⁵³⁹ O pequeno prelo doméstico de Manuel da Silva já tinha sido utilizado para imprimir a brochura com os versos escritos por Pablo Neruda apelando à libertação de Álvaro Cunhal. O texto de *A Lâmpada Marinha* foi editado pela primeira em 1954 e usado numa campanha internacional de libertação.

⁵⁴⁰ Silva, *30 anos de vida...*, 46.

⁵⁴¹ Silva, *30 anos de vida...*, 46.

Desde 1964 que o pai assumira importantes funções no aparelho clandestino responsável pelas passagens de fronteira com o controlo directo de Sérgio Vilarigues. Mudaram-se para Vila do Conde em 1968, depois de passarem por Matosinhos para controlar uma importante tipografia regional. É o último período de Manuel da Silva com os pais antes de ser enviado para a União Soviética e que ficou marcado por um acidente de viação que contribuiu para essa inevitabilidade da separação.

Manuel da Silva viajava no automóvel com um vizinho quando ocorreu um sinistro que forçou a intervenção de Gertrudes Paulino da Silva na polícia para evitar a exposição do marido. «Foi a minha companheira que teve que ir ao Porto à polícia desistir de qualquer queixa. Ainda foi preciso dar 50 escudos de gratificação ao agente para evitar o meu envolvimento»⁵⁴². O destino da criança ficou *traçado*. «Frequentei a escola até à quarta classe com o meu nome próprio e nunca ninguém desconfiou de nada. Depois, mandaram-me embora». O mundo familiar desmoronou-se quando soube que teria de partir para a União Soviética: «Não reagi nada bem», reconhece⁵⁴³.

A filha dos funcionários José Carlos e Olívia Maria Sobral teve o mesmo destino de Manuel da Silva (filho): Odete da Graça Sobral Rito foi enviada para Ivanovo em 1963. José Carlos tinha entrado para o PCP em 1949 e a companheira Olívia Maria Sobral acompanhou-o quando foi necessário *mergulhar* na clandestinidade para evitar as prováveis prisões que decorreriam do seu envolvimento na indústria corticeira do Montijo, onde tinham sido colocados depois de saírem de Santiago do Cacém.

As filhas Odete e Maria Olívia começaram por acompanhar a mudança do casal de corticeiros por várias casas até chegarem ao Algarve. O filho mais velho tinha ficado no Montijo com um tio materno e a avó, e a família acabou por se desintegrar na vida clandestina. «A mim não me fazia diferença porque sempre fui obrigada a ter muito pouco. As crianças comiam como nós as tratávamos noutra lado, se não podiam comer peixe era uma açorda com azeitonas e pronto. Sempre fomos habituados assim, portanto, não estranhávamos»⁵⁴⁴, relata Olívia Sobral.

O casal clandestino foi preso pela primeira vez em 1957. Primeiro, José Carlos, em Beja; depois, Olívia, em Faro. As filhas ficaram sozinhas numa casa em Olhão durante

⁵⁴² Silva, *30 anos de vida...*, 67.

⁵⁴³ Entrevista Manuel da Silva, 22 de Fevereiro de 2011, Porto.

⁵⁴⁴ Gina de Freitas, *A força ignorada das companheiras* (Lisboa: Plátano Editora, 1975), 98.

três dias. Odete tinha 4 anos e a irmã 11 anos. «Como a nossa mãe não chegou a casa depois do trabalho, ela já estava instruída e sabia que algo tinha acontecido, meu pai devia estar preso. Começámos a destruir todo o material que os podia comprometer»⁵⁴⁵, recorda Odete da Graça Sobral Rito. «Eu dizia-lhes sempre que se um dia não aparecesse, esperavam mais um ou dois dias e depois se fosse preciso pediam dinheiro a uma vizinha ou vendiam qualquer coisa e iam para Lisboa»⁵⁴⁶, acrescenta a mãe. «Depois de lá tomavam o barco para o Montijo».

A entrada da PIDE na casa ocorreu de madrugada. As crianças foram surpreendidas pelo agentes, que as levaram para Lisboa e posteriormente as entregaram aos familiares que já tinham a seu cargo a educação do terceiro filho do casal, José Carlos. O casal clandestino acabou por perder o contacto com os três filhos. A educação foi assumida pela avó materna e por um tio por indicação de Olívia. Caso contrário, as crianças seriam institucionalizadas pelo Estado. «Os meus pais foram espancados, torturados e depois julgados e condenados. O meu pai a sete anos e levado para Peniche, de onde depois fugiu com Álvaro Cunhal», refere Odete Graça Rito, «a minha mãe foi para Caxias cumprir 18 meses de prisão»⁵⁴⁷. Olívia Maria Sobral recorda: «Estive cinco dias sem me deixarem dormir e ameaçaram-me, puxaram de pistolas e cassetetes para me meter medo. Mas eu garanti-lhes que nunca falaria, que me podiam matar como já tinham feito a outros, mas que da minha boca não sairia uma palavra»⁵⁴⁸.

Enquanto viveu no Montijo, foi também o único período em que Odete pôde usufruir parcialmente da infância e fazer alguns amigos: «Só fui criança nesta altura»⁵⁴⁹, recorda. «Lembro-me das brincadeiras, de me aleijar e quando lá voltei, muitos anos mais tarde, ainda tinha memória de alguns locais». A mãe foi colocada em liberdade, mas só reencontrou o companheiro após a fuga de Peniche em 1960. Esta fase seria então vivida na clandestinidade com a filha Anabela Maria Carlos.

3.3 As viagens para o exílio

Manuel da Silva tinha 7 anos e viajou como falso irmão de Odete Rito. Recorda ter ido calado durante toda a viagem: «O casal estava com medo de que eu falasse a verdade

⁵⁴⁵ Entrevista Odete da Graça Sobral Rito, 4 de Fevereiro de 2011, Montijo.

⁵⁴⁶ Freitas, *A força ignorada...*, 99.

⁵⁴⁷ Entrevista Odete da Graça Sobral Rito, 4 de Fevereiro de 2011, Montijo.

⁵⁴⁸ Freitas, *A força ignorada...*, 100.

⁵⁴⁹ Entrevista Odete da Graça Sobral Rito, 4 de Fevereiro de 2011, Montijo.

porque recusava tratá-los por pais. Só falei quando chegámos a França e depois fiz tanto barulho que só me calei quando me deram uma bola de futebol para as mãos»⁵⁵⁰. Também Catarina Esteves guarda da passagem de fronteira a memória dos «pés a sangrar de tanto ter caminhado»⁵⁵¹.

Viajaram de avião da Checoslováquia para Moscovo onde foram entregues pessoalmente a Álvaro Cunhal e Francisco Miguel. «Não estranhei porque já os conhecia e tratava-os por *tios*», diz Odete. Ia fazer 10 anos em Junho e foi colocada na segunda classe do Interdom. Manuel da Silva ficou na primeira classe apesar de ter estudado em Portugal. «Fomos os primeiros portugueses chegados à escola»⁵⁵², continua Odete. «A única pessoa que encontrámos a falar português era a Iva Cabral»⁵⁵³. A adaptação foi difícil pelas dificuldades da língua e pela separação da família».

Algumas das crianças que foram chegando nos anos seguintes acabaram por perder por completo o contacto com a língua materna. «Eu deixei de falar português ao fim de pouco tempo e essa foi uma das grandes dificuldades quando regresssei a Portugal», refere Luís Carlos Lagarto. «Sentia que a minha casa era a União Soviética»⁵⁵⁴. Também Joaquim Carvalho Paula, Luís Costa e Catarina Esteves deixaram de falar português ao fim de pouco tempo.

Odete esteve dez anos sem ver os pais. «Quando me fui embora para a União Soviética não tinha a noção de que a separação seria tão longa»⁵⁵⁵, revela. «Tive de fazer-me adulta antes do tempo». Manuel da Silva reviu os pais quando já tinha 11 anos. O reencontro ocorreu nas férias de Verão e deixou marcas pouco significativas. Após o 25 de Abril, quando o PCP deu ordens para que todas as crianças regressassem para as suas famílias, Manuel da Silva optou por continuar na União Soviética até terminar um curso de electrotecnia. «Disse que primeiro queria acabar o curso e acabei»⁵⁵⁶, afirma. Regressou a Portugal em 1975, mas por um curto período de tempo.

⁵⁵⁰ Entrevista Manuel da Silva, 22 de Fevereiro de 2011, Porto.

⁵⁵¹ Entrevista Catarina Esteves, 8 de Dezembro de 2013, Moita.

⁵⁵² Entrevista Odete da Graça Sobral Rito, 4 de Fevereiro de 2011, Montijo.

⁵⁵³ Filha do dirigente do PAIGC Amílcar Cabral.

⁵⁵⁴ Entrevista Luís Carlos Lagarto, 22 de Fevereiro de 2011, Viana do Castelo.

⁵⁵⁵ Entrevista Odete da Graça Sobral Rito, 4 de Fevereiro de 2011, Montijo.

⁵⁵⁶ Entrevista Manuel da Silva, 22 de Fevereiro de 2011, Porto.

3.4 O ensino das crianças portuguesas

A terceira criança enviada para a União Soviética saiu da casa de Jaime Serra e Laura Serra. O casal clandestino casara em 1944 e Maria Armanda Serra nasceu um ano depois. Em 1947, mergulharam na clandestinidade. Começaram por viver num quarto no Conde Redondo, em Lisboa, tendo depois mudado para Alcântara. «As baratas eram tantas que, quando à noite precisávamos de ir à cozinha, éramos obrigados a esperar alguns minutos, depois de acender a luz, para que a bicharada pudesse recolher às tocas e deixasse a chaminé livre para nosso uso»⁵⁵⁷, recorda Jaime Serra.

Quando Laura Serra conheceu o marido «nem sequer sabia que era do Partido Comunista e a decisão de ir com ele para a clandestinidade foi muito difícil. Tínhamos uma filha muito pequena e era preciso abandonar toda a família»⁵⁵⁸. O *mergulho* significou viver 27 anos em ilegalidade. «O meu pai compreendeu a situação e lembrome de ter dito: “Filha, vais ser como os passarinhos, pousas aqui, pousas ali...”»⁵⁵⁹.

Jaime Serra começou por exercer funções no comité local de Lisboa e coube à companheira assumir a defesa da casa. Laura Serra vigiava os arredores, garantia a discricção dos vizinhos, ajudava o companheiro nos trabalhos de dactilografia e educava a filha. Em 1948, o casal teve a segunda filha: Olga Maria nasceu clandestina num parto realizado pela avó paterna. «Tive de levá-la à minha mãe por razões de segurança»⁵⁶⁰.

Na sequência da fuga de Peniche, Jaime Serra reencontrou a companheira que entretanto já tinha sido forçada a abandonar a filha mais nova. Ana Maria ainda não tinha quatro anos quando foi separada da mãe. Laura Serra desempenhava funções de apoio directo às reuniões do Comité Central e reagiu mal à separação: «Foi muito duro perder também aquela filha»⁵⁶¹. Uma amargura partilhada pelo companheiro: «[Houve] um certo exagero conspirativo. Foi um choque terrível para a Laura, sabendo-se como era uma mãe amantíssima, muito ligada aos filhos. Só uma grande dedicação e respeito pelo Partido justifica que, embora cheia de dor, tenha aceitado mais esse sacrifício»⁵⁶².

⁵⁵⁷ Jaime Serra, *Eles têm o direito de saber o que custou a liberdade* (Lisboa: Edições Avante!, 2004), 60.

⁵⁵⁸ Entrevista Laura Serra, 9 de Fevereiro de 2011, Almada.

⁵⁵⁹ Entrevista Laura Serra, 9 de Fevereiro de 2011, Almada.

⁵⁶⁰ Entrevista Laura Serra, 9 de Fevereiro de 2011, Almada.

⁵⁶¹ Entrevista Laura Serra, 9 de Fevereiro de 2011, Almada.

⁵⁶² Serra, *Eles têm...*, 167-168.

Laura Serra justifica que o trabalho na clandestinidade «ajudava o partido na sua luta pela liberdade de todas as pessoas»⁵⁶³, mas lamenta nunca ter conseguido ter as três filhas juntas. Ana Maria foi entregue à mãe de Jaime Serra tal como sucedera com as irmãs Maria Armanda e Olga Maria. «Separei-me da minha terceira filha com muita dor quando ela tinha pouco mais de dois anos. Os camaradas precisaram de mim para realizar uma tarefa importante»⁵⁶⁴. Tratava-se de assumir o controlo do sector têxtil na região do Porto numa altura em que o companheiro estava preso. «Houve um certo exagero da direcção do partido. Disseram que a Ana era demasiado parecida comigo»⁵⁶⁵, insiste Jaime Serra.

Laura e as filhas reencontraram-se mais tarde em Lisboa, mas apenas por algumas horas e em condições delicadas. «Foram momentos muito difíceis para mim e para elas», reconhece Laura Serra. Não a reconheceram após o prolongado afastamento e rejeitaram os primeiros contactos. «Tentei agarrar-me a elas, mas empurraram-me para que me afastasse»⁵⁶⁶. «Não a reconhecemos inicialmente»⁵⁶⁷, adianta Maria Armanda, «não reconhecemos a nossa própria mãe»⁵⁶⁸, repete.

Laura pediu depois autorização ao Comité Central do PCP para que a filha mais velha a acompanhasse para o norte e garantisse ela própria a defesa da casa. Maria Armanda tinha 15 anos. O pedido foi aceite, mas acabou por não se concretizar devido à fuga de Peniche. Abandonou as funções que desempenhava no Porto para se juntar novamente ao companheiro e assegurar a defesa de uma casa clandestina na Venda do Pinheiro⁵⁶⁹.

Maria Armanda mergulhara definitivamente na clandestinidade. «Foi quando comecei a viver com a minha mãe e com o meu pai que me tornei comunista. Sabia que podia ser presa a qualquer momento e se fosse presa seria também torturada»⁵⁷⁰. Em 1963, foi enviada para a União Soviética. Já perdera a infância e a breve adolescência consumira-se nesta clandestinidade: «Aceitei de imediato porque podia ir estudar e cumprir o meu

⁵⁶³ Entrevista Laura Serra, 9 de Fevereiro de 2011, Almada.

⁵⁶⁴ Entrevista Laura Serra, 9 de Fevereiro de 2011, Almada.

⁵⁶⁵ Entrevista Jaime Serra, 9 de Fevereiro de 2011, Almada.

⁵⁶⁶ Entrevista Laura Serra, 9 de Fevereiro de 2011, Almada.

⁵⁶⁷ Entrevista Maria Armanda Serra, 9 de Fevereiro de 2011, Almada.

⁵⁶⁸ Entrevista Maria Armanda Serra, 9 de Fevereiro de 2011, Almada.

⁵⁶⁹ A casa previamente alugada na Malveira tinha sido abandonada devido à súbita resistência da senhoria após receber o depósito do primeiro mês de renda, mas Laura Serra exigiu uma indemnização e acabou por receber o dobro do sinal. O dinheiro serviu para mobilizar a nova casa com algum conforto para si e para a filha mais velha enquanto esperavam a chegada definitiva de Jaime Serra.

⁵⁷⁰ Entrevista Maria Armanda Serra, 9 de Fevereiro de 2011, Almada.

sonho», recorda. O curso demorou cerca de um ano, tendo vivido com Luísa Basto⁵⁷¹ numa residência moscovita para estudantes.

Álvaro Cunhal assumiu a responsabilidade da educação de ambas nesta fase. Maria Armanda conheceu então a companheira do líder do PCP e a sua cunhada. «Encontrava-me aos fins-de-semana com a Isaura e com a “Clara” em Moscovo antes de partir para Ivanovo»⁵⁷². O desafio para se tornar professora no Interdom partiu de Álvaro Cunhal. O líder do PCP levou Maria Armanda para um passeio e no metropolitano de Moscovo propôs-lhe que assumisse a tarefa de docente das crianças portuguesas. «Disse-me que precisava da minha ajuda para ensinar essas crianças e incentivou-me a continuar a estudar. Confiou em mim e posso dizer que não podia ter encontrado melhor pessoa para essa tarefa. Era a minha vocação».

Maria Armanda Serra regressou definitivamente a Portugal em 1995⁵⁷³. «Não tive uma adolescência. Passei da uma infância marcada pelas prisões do meu pai e pela separação da minha mãe para a idade adulta e nessa altura separámo-nos novamente para ir estudar na União Soviética»⁵⁷⁴, recorda. «A família nunca esteve junta antes do 25 de Abril».

Laura e Jaime Serra tiveram de separar-se da filha mais nova quando esta tinha dois anos e meio. Reencontram-se apenas depois do 25 de Abril. Ana Maria tinha quase 19 anos e reagiu mal ao apelo da mãe para reagrupar a família. «Quando nos vimos e eu lhe disse que agora já podíamos viver todos juntos, porque as coisas eram diferentes, ela respondeu: “Agora é tarde, mãe. Não sinto nada por vocês”»⁵⁷⁵.

3.5 A segunda vaga de crianças

Manuel da Silva, Odete da Graça Sobral Rito e Maria Armanda Serra foram instalados em Ivanovo em 1963 e no ano seguinte chegaram mais crianças. Os irmãos Joaquim Carvalho e Ana Carvalho partiram juntos em 1964, tendo recibo entretanto um terceiro companheiro de viagem, Luís Carlos Lagarto. Os dois primeiros eram filhos de Maria

⁵⁷¹ Luísa Basto foi enviada para a União Soviética para fazer um curso de canto em Moscovo. Tinha 16 anos. Em 1967, gravou a primeira versão do *Avante, camaradas*, emitida pela *Rádio Portugal Livre*.

⁵⁷² Entrevista Maria Armanda Serra, 28 de Janeiro de 2011, Lisboa.

⁵⁷³ Maria Armanda conheceu um cidadão russo por quem se apaixonou e comunicou ao partido a intenção de se casar. O assunto foi discutido numa reunião do PCP e os dirigentes tentaram dissuadi-la, tendo Manuel Rodrigues da Silva «ameaçado» com o regresso compulsivo a Portugal. «Disse que estava grávida para me defender, mas nem sequer tinha a certeza». O filho nasceu pouco tempo depois.

⁵⁷⁴ Entrevista Maria Armanda Serra, 9 de Fevereiro de 2011, Almada.

⁵⁷⁵ Freitas, *A força ignorada...*, 43.

Carvalho e de Isidro da Conceição Paula, responsável pelo sector do Algarve. A captura permitiu à PIDE obter informações do PCP a troca da sua libertação⁵⁷⁶.

O PCP expulsou-o e Maria Carvalho terminou a relação: «Não teve um comportamento correcto e fiquei muito zangada porque ele era muito rijo no dia-a-dia»⁵⁷⁷. Acusou o companheiro de nunca se ter envolvido afectivamente com os filhos ao ponto de ter recusado colaborar na sua educação ou na escolha dos nomes. «Pelas atitudes que tomou e a forma como se comportou na prisão era porque estava a sentir-se mal como clandestino e tinha medo da prisão da PIDE», afirmou, acrescentando: «Não foi preciso insistirem muito com ele. Não se comportou como outros que sofreram coisas tremendas e se mantiveram com uma força terrível».

Maria Carvalho decidiu depois enviar os dois filhos mais novos para a União Soviética. A partida de Joaquim Carvalho e Ana Carvalho para Ivanovo consumou um afastamento irreversível e a implosão do núcleo familiar constituído na clandestinidade. «Eu gostava de os ter comigo, mas receava ser presa e levar os filhos comigo para a prisão, enfrentarem a PIDE... O que é isso que isso iria provocar neles? Com que traumas iriam ficar?»⁵⁷⁸, questiona. «No fim, tiveram à mesma traumas porque foram embora e deixaram de me ver».

Joaquim Carvalho Paula tinha 8 anos quando foi enviado para a União Soviética e a Ana Carvalho Paula 5 anos. Foram deixados numa casa do partido à espera do início da operação: «Foi o momento pior, fiquei lá à espera que alguém nos viesse buscar. Às tantas, percebi que não havia retorno»⁵⁷⁹, recorda Joaquim Carvalho. É nesta altura que conhecem um novo companheiro de viagem: Luís Carlos Lagarto. Os seus pais, Luzia Castelhana Machado, e o seu companheiro de então Armando Miredores, decidiram também enviá-lo para a União Soviética. O facto de ter 7 anos obrigava-o a iniciar os estudos na escola pública e os registos iriam necessariamente expor a situação da sua mãe e do companheiro. «Eu vivia até então com a minha mãe e o companheiro dela. Anotava as matrículas dos carros que passavam perto da nossa casa e depois entregava à

⁵⁷⁶ Foi detido a 30 Junho 1971 «por vir exercendo actividades contra a segurança do estado, como membro de uma associação ilícita, secreta e subversiva que visa por meios violentos e não consentidos pela Constituição derrubar as instituições políticas», tendo sido julgado a 8 de Fevereiro de 1972 e condenado a 24 meses prisão, cfr. AHD, PEA IV, maço, 708, processo 316.

⁵⁷⁷ Silva, *Álvaro Cunhal e as mulheres...*, 54.

⁵⁷⁸ Silva, *Álvaro Cunhal e as mulheres...*, 54.

⁵⁷⁹ Revista *Pública*, «Filhos de clandestinos portugueses na União Soviética», 8 de Agosto de 2004.

minha mãe. Só mais tarde percebi que fazia comparações para verificar se havia repetições que justificassem alerta. Já trabalhava na clandestinidade antes de saber», ironiza Luís Carlos Lagarto⁵⁸⁰.

Joaquim Carvalho recorda-se de serem levados até à fronteira com Espanha: «Deixaram-nos e acho que a mais uma pessoa, um adulto, à beira da estrada. Havia uma curva. Ao fundo, terra lavrada. Andámos a pé. Tive alucinações... aparecia um carro, apareciam pessoas ao longe»⁵⁸¹. Luís Lagarto magoou-se e teve de ser transportado ao colo por um dos passadores: «Lembro-me de que num dos locais tivemos de nos esconder numa vala porque fomos surpreendidos por um carro da GNR»⁵⁸².

Após chegar a Ivanovo, Ana Carvalho Paula esteve quase um ano sem falar. Dois anos mais tarde, Maria Carvalho foi colocada em Moscovo para frequentar um curso e durante esse período teve oportunidade de ver os filhos por três vezes. Visitou-os na escola, recebeu-os no seu apartamento em Moscovo e passaram depois três semanas de férias numa instância do Mar Negro. Joaquim tinha 10 anos e Ana 7 e os laços afectivos já se tinham perdido: «Eles nunca aceitaram bem a separação, nem mesmo o que ficou em Portugal»⁵⁸³, lamenta Maria Carvalho. «Deixei de pensar que tinha pai e mãe»⁵⁸⁴, afirma Joaquim Carvalho. «O ambiente que se vivia no colégio era de total ausência dos pais. Ninguém tinha pais e eu não pensava nisso porque nem sequer tinha um termo comparativo», continua. «Somos os danos colaterais de uma luta que não foi nossa, foi uma luta dos nossos pais»⁵⁸⁵, sintetiza Luís Carlos Lagarto.

As únicas notícias que chegaram aos irmãos Joaquim e Ana durante os primeiros anos de separação foram uns pequenos bilhetes deixados por Álvaro Cunhal após as suas visitas ao Interdom. A família desagregou-se por completo. Joaquim Carvalho Paula não queria regressar a Portugal em 1974 e poucos anos depois voltou a partir. Desta vez, por sua decisão e contra a vontade da mãe. Licenciou-se em arquitectura em São Petersburgo e Ana Carvalho seguiu o mesmo caminho para se formar em psicologia. A década em que estiveram afastados dos pais tornou-se insuperável. «Eu fazia a mesma

⁵⁸⁰ Entrevista Luís Carlos Lagarto, 22 de Fevereiro de 2011, Viana do Castelo.

⁵⁸¹ Revista *Pública*, «Filhos de clandestinos portugueses na União Soviética», 8 de Agosto de 2004.

⁵⁸² Entrevista Luís Carlos Lagarto, 22 de Fevereiro de 2011, Viana do Castelo.

⁵⁸³ Silva, *Álvaro Cunhal e as mulheres...*, 55.

⁵⁸⁴ Entrevista Joaquim Carvalho Paula, 11 de Março de 2011, Lisboa.

⁵⁸⁵ Entrevista Luís Carlos Lagarto, 22 de Fevereiro de 2011, Viana do Castelo.

coisa hoje», garante Maria Carvalho. «Aquilo era um compromisso que tomara». José Serra também regressou à União Soviética em 1981 para se licenciar em jornalismo.

Luís Carlos Lagarto esteve 6 anos sem contacto com a mãe e *sem saudades* de um país que desapareceu da memória e dos afectos. A única imagem que tinha do pai resumia-se a uma fotografia que Álvaro Cunhal lhe mostrou e onde estava também um dos irmãos. «Foi através dele e da fotografia que me mostrou que tive o primeiro contacto com a minha família depois de ter chegado à União Soviética»⁵⁸⁶. Reencontrou a mãe em 1970, quando o PCP deslocou Luzia Castelhana Machado para Moscovo para acompanhar o companheiro, Armando Miredores, colocado na Rádio Moscovo. «Não senti nada quando a vi. Não me lembrava sequer da cara da minha mãe».

Este período de convivência durou até 1974, mas só permitiu reconstruir parcialmente alguns dos laços da afectividade perdida. Luís Carlos passava as férias no apartamento da mãe em Moscovo, mas as relações construídas no Interdom continuavam a ser o centro da sua vida. «Era um sacrifício estar com a minha mãe nas férias. Preferia estar nos acampamentos com os meus amigos. Por acaso, vivia no mesmo prédio um amigo paraguaio do Interdom. Os pais do Felix Gabriel Gimenez também trabalhavam na Rádio Moscovo e aproveitávamos para estar juntos em Moscovo. Contávamos os dias para regressar ao Interdom»⁵⁸⁷.

Regressou a Portugal após o 25 de Abril, mas por um curto período de tempo. Viveu em casa dos tios maternos sem qualquer ligação ao PCP e regressou poucos meses à União Soviética para terminar o curso no Interdom. Iniciou depois uma licenciatura no Instituto Superior de Engenharia Civil de Moscovo e regressou a Portugal em 1979.

Sisaltina Maria dos Santos tornou-se clandestina com 21 anos e levou o filho de quatro meses para uma casa ilegal com o companheiro Américo Leal. Um funcionário que completou 27 anos consecutivos de clandestinidade. Entregaram o filho aos familiares quando atingiu os 6 anos e só conseguiram encontrá-lo quando já tinha 19 anos. Tiveram depois um segundo filho também na clandestinidade, mas quando a PIDE assaltou a casa onde viviam, Sisaltina decidiu levar o filho para a sua cela em Caxias. José Leal começou assim por viver e crescer numa cela durante dois anos.

⁵⁸⁶ Entrevista Luís Carlos Lagarto, 22 de Fevereiro de 2011, Viana do Castelo.

⁵⁸⁷ Entrevista Luís Carlos Lagarto, 22 de Fevereiro de 2011, Viana do Castelo.

Após o regresso à liberdade, Américo Leal foi colocado no aparelho de distribuição da imprensa. Viajava frequentemente pelo Ribatejo e Alentejo, deixando o filho com a companheira. Por questões de segurança partidária, acabaram também por enviar José Leal para a União Soviética: «O meu pensamento é que ia para uma terra onde não o veria mais»⁵⁸⁸, lembra Sisaltina. José Leal partiu para Ivanovo com 8 anos, tendo regressado a Portugal uma década mais tarde. Reencontrou os pais por uma única vez.

Também em 1964, a filha dos funcionários Ilídio Dias Esteves e Albertina da Conceição partiu para a União Soviética: «Tinha 8 anos quando os meus pais me disseram que iria para outro sítio sem eles. Pensei que fosse estudar por uns meses, mas nunca por dez anos», recorda Catarina Esteves⁵⁸⁹, acrescentando: «Cheguei lá em Dezembro e pela primeira vez na minha vida vi árvores de Natal e neve, que brilhava à noite como se fosse açúcar. Quando terminou o ano lectivo, perguntei à Maria Armada se podia regressar para casa dos pais e só então comecei a perceber que iria ficar por lá».

Catarina Esteves começou por acompanhar todas as outras crianças trazidas para Portugal em 1974, mas regressou para terminar os estudos universitários em Literatura e Língua Russa. O pai assumiu funções de representante do PCP em Moscovo após o 25 de Abril, tendo levado a companheira e também a segunda filha, que nascera em liberdade. «Foi nessa altura que conheci o meu marido. Terminámos os estudos e fomos viver para a Bulgária. Só viemos para Portugal depois da queda do muro de Berlim», afirma Catarina Esteves.

Ilídio Dias Esteves começou a vida política no MUD Juvenil, tendo aderido ao PCP em 1953. Após ter sido preso nesse mesmo ano, tornou-se funcionário clandestino e integrou-se na rede de defesa de pontos de apoio. É neste período que nasce a filha: «Nasci em 1964 numa casa clandestina nos arredores de Mafra, mas os meus pais só me registaram no ano seguinte, em Lisboa». O pai tinha sido entretanto preso pela segunda vez, na vaga que sucedeu à fuga colectiva de Peniche. Em Dezembro de 1961, Ilídio Esteves envolveu-se na fuga colectiva de Caxias e regressou à ilegalidade. Em 1964, mandou a filha para Ivanovo e no ano seguinte ascendeu ao Comité Central, altura em que foi preso pela terceira e última vez. Após um período como representante do PCP em Moscovo, foi substituído em 1978 por Pires Jorge.

⁵⁸⁸ Silva, *Álvaro Cunhal e as mulheres...*, 228.

⁵⁸⁹ Entrevista Catarina Esteves, 8 de Dezembro de 2013, Moita.

Durante a experiência de uma década em Ivanovo, Catarina Esteves nunca contactou os pais: «Deixaram-me levar uma fotografia deles e uma vez por ano chegava uma carta. Só nos reencontrámos em 1974, quando chegámos ao aeroporto de Lisboa. Era a Maria Armanda que nos ia “segurando” emocionalmente».

3.6 As vagas finais

A segunda metade da década de 60 registou uma redução do número de crianças exiladas. Jaime Serra e Laura Serra enviaram o segundo filho em 1968 juntamente com o filho de um casal que controlavam, visto que estavam ambos em idade de iniciar as aulas. José Serra ainda não completara 7 anos e Alberto Caeiro da Costa tinha 6 anos. O transporte coube a Manuel da Silva e Gertrudes Paulino da Silva: «Foi uma separação dolorosa, sobretudo para a Laura, que sentiu mais fortemente o drama da separação dos filhos, dado o isolamento em que vivia», lamenta Jaime Serra⁵⁹⁰. «Houve um problema porque tinha havido prisões na organização do passador. Tivemos que passar uma noite em Pedras Salgadas e dois dias nos arredores»⁵⁹¹, recorda Manuel da Silva, que já enviara o seu próprio filho para Moscovo pelo mesmo caminho. «A passagem foi difícil, tivemos que andar no meio do trigo que quase cobria os garotos».

A quarta filha do casal, Ana Maria, casou-se e também se afastou dos pais. Jaime e Laura Serra passaram a casal *sem filhos* quando tinham quatro: «As mulheres que foram forçadas a deixar os filhos partirem não podem deixar de ser consideradas heroínas»⁵⁹², refere Maria Armanda.

Laura Serra chegou a convencer-se de que já não seria necessário separar-se do quarto e último filho, mas quando José Serra se preparava para atingir os 7 anos foi necessário enfrentar mais um afastamento: «A minha sogra já tinha falecido e optámos por enviá-lo para a União Soviética. Custou-me muito aquele sofrimento»⁵⁹³, lamenta. «Teve a ver com motivos de segurança do partido, mas para mim, uma criança, esses problemas não existiam», afirma José Serra, concluindo: «Não guardo nenhuma memória disso»⁵⁹⁴.

⁵⁹⁰ Serra, *Eles têm o direito...*, 199.

⁵⁹¹ Silva, *30 anos de vida...*, 62.

⁵⁹² Entrevista Maria Armanda Serra, 28 de Janeiro de 2011, Lisboa.

⁵⁹³ Entrevista Laura Serra, 9 de Fevereiro de 2011, Almada.

⁵⁹⁴ Entrevista José Serra, 3 de Fevereiro de 2013, Lisboa.

Alberto Caeiro da Costa tinha 6 anos quando partiu. A mãe estava no PCP desde os seus 14 anos e aos 18 anos tornou-se funcionária clandestina, na sequência do seu envolvimento na candidatura presidencial de Arlindo Vicente. Francisca Costa foi depois transferida para o Algarve. Tornou-se companheira de Carlos Domingos e tiveram o primeiro filho em 1961. Entregaram-no a Jaime Serra para que este o mandasse para a União Soviética devido à proximidade da idade escolar. «Fiquei uns dias em casa de uma camarada que tinha um *mapa-mundi* pendurado na parede com as bandeiras de todos os países. Era a minha distração. Ela também fazia uns animais com papel colorido para me ajudar a passar o tempo até ser entregue ao casal que nos levou», recorda Alberto Caeiro⁵⁹⁵.

José Serra foi depois entregue a Manuel da Silva e à sua companheira para passar a fronteira. Chegaram a Espanha com a ajuda de um passador e alcançaram Paris, onde foram recebidos por elementos do aparelho comunista francês. As duas crianças seguiram para a Checoslováquia e seguidamente para Moscovo. «Em Praga, eu e o Alberto perdemo-nos dessas pessoas, porque decidimos sair do hotel e ir ver um relógio que estava numa praça», recorda José Serra. «Foi um momento muito *agitado*»⁵⁹⁶.

Alberto Costa aprendeu a ler em casa quando tinha 4 anos e interiorizou as regras transmitidas pelos pais sobre a vida na ilegalidade. «Sabia que não podia contar nada do que se passava em casa e habituei-me a cumprir as regras. Levava o cumprimento tão a sério que passei um dia em casa de uns vizinhos sem comer porque os meus pais não me tinham dado instruções concretas de que podia almoçar com eles»⁵⁹⁷.

Guarda memórias dispersas das raras relações com teve com amigos durante a infância em Portugal, na passagem por um apartamento da Cruz de Pau, antes de partir para a União Soviética. «Ia ver televisão com a minha irmã para casa de uma família de ciganos que vivia no primeiro andar. Um dos outros vizinhos, são-tomense, era embarcado na marinha mercante e trazia-nos bananas, cocos e café das suas viagens»⁵⁹⁸.

Cecília Costa foi enviada pelos pais para a União Soviética quando atingiu a idade de frequentar a escola. Durante os 4 anos em que viveu na clandestinidade, ficava sozinha

⁵⁹⁵ Entrevista Alberto Caeiro da Costa, 17 de Fevereiro de 2011, Lisboa.

⁵⁹⁶ Entrevista José Serra, 3 de Fevereiro de 2013, Lisboa.

⁵⁹⁷ Entrevista Alberto Caeiro da Costa, 17 de Fevereiro de 2011, Lisboa.

⁵⁹⁸ Entrevista Alberto Caeiro da Costa, 17 de Fevereiro de 2011, Lisboa.

em casa enquanto a mãe ia às compras. Tinha ordens para não falar e não abrir a porta a ninguém que se aproximasse da casa. Era preciso fingir que não existia. Num desses dias de silêncio, Maria Júlia Mendes Brito regressou a casa e encontrou-a a chorar compulsivamente. Decidiu com o companheiro Raul Martins Costa que a partir desse dia a filha iria sempre consigo às compras, mas a verdade é que a separação já era inevitável por razões de segurança.

O casal de clandestinos tinha assumido funções numa gráfica com elevadas responsabilidades e a presença da filha podia comprometer a segurança da operação. Não tendo familiares a quem entregá-la, enviaram-na para Ivanovo. O irmão já nasceu na clandestinidade e partiu pelos mesmos motivos: «Se tem corrido bem com a irmã, também há-de correr com ele», justifica Maria Júlia Brito⁵⁹⁹. Quando Luís Costa⁶⁰⁰ foi enviado para o Interdom ainda não tinha completado 3 anos e rapidamente deixou de falar português. Aos 10 anos, apenas falava russo. Foi a criança mais nova a conhecer o exílio nestas circunstâncias: «Eu ainda tive alguns problemas, estive um pouco fora de mim... Ficava sentada numa cadeira sem saber onde estava, mas mandaram-me a um especialista que me tratou e fiquei melhor»⁶⁰¹, relata Maria Júlia Brito.

Raul Costa e Maria Júlia Brito deslocaram-se por duas vezes à União Soviética para visitarem os filhos, mas a separação provocou danos inevitáveis. Luís Costa perdera a afinidade com a língua materna e pouco restava dos contactos com os pais, esporadicamente estabelecidos por Álvaro Cunhal. O líder do PCP enviava pequenas mensagens com as notas escolares das duas crianças para os pais manterem um contacto mínimo com a distante realidade soviética.

Helena Caeiro Costa, irmã de Alberto Caeiro do Costa, chegou a Ivanovo em 1972. Tinha 7 anos da idade e foi a última criança portuguesa a conhecer esta forma de exílio.

3.7 As experiências do exílio em Ivanovo

O nascimento clandestino e a passagem para o *exterior* durante a infância forçaram os filhos dos funcionários comunistas a experimentar um tipo de exílio específico. «Não foi a nossa escolha. Nós não escolhemos ser *filhos sem pais*. A escolha de serem *pais*

⁵⁹⁹ Silva, *Álvaro Cunhal e as mulheres...*, 208.

⁶⁰⁰ Teve como padrinho oficioso Pedro Soares, *controleiro* de Raul Costa e Maria Júlia.

⁶⁰¹ Silva, *Álvaro Cunhal e as mulheres...*, 208.

sem filhos foi deles», sintetiza Maria Armanda Serra ⁶⁰². «Eu nem sequer sabia o meu nome verdadeiro»⁶⁰³, revela Joaquim Carvalho Paula. Estava a entrar na idade adulta e quase não falava português quando aproveitou uma visita de Álvaro Cunhal ao Interdom para o interpelar directamente: «Quem é que eu sou?»⁶⁰⁴. O secretário-geral do PCP escreveu o seu nome completo numa folha de papel. «Depois virou-a para mim, perguntou-me se já tinha decorado e, quando respondi que sim, rasgou-a»⁶⁰⁵, recorda Joaquim Carvalho Paula.

Carlos Domingos e Francisca Caeiro somente após uma separação de três anos visitaram o filho Alberto Costa⁶⁰⁶. O reencontro provocou um choque emocional: «Eu já tinha 9 anos e nesse reencontro não reconheci a minha mãe, que estava de pé, de braços abertos, à minha espera para me abraçar. Reconheci o meu pai. Estava distante, sentado, a ler o jornal»⁶⁰⁷.

Alberto Costa tinha sido separado da família com 6 anos e após este breve reencontro com os pais teve de ser internado num sanatório psiquiátrico: «Fiquei em baixo quando me separei dos meus pais novamente»⁶⁰⁸. Começou por estar uma temporada em Moscovo na casa de um casal de funcionários do PCP: «Passavam umas bobinas com gravações do Raul Solnado para me animar. Eu não percebia nada do que ele dizia. Ficava simplesmente para ali sentado a ouvir aquela lengalenga. Não sabiam bem como lidar comigo. Eu já não era bem português»⁶⁰⁹. Seguiu-se um curto período em casa de Luísa Basto, que permitiu algumas melhorias, mas acabou por ser internado novamente: «Recordo-me de ser observado pelos médicos através de um vidro»⁶¹⁰.

⁶⁰² Entrevista Maria Armanda Serra, 28 de Janeiro de 2011, Lisboa.

⁶⁰³ Entrevista Joaquim Carvalho Paula, 11 de Março de 2011, Lisboa.

⁶⁰⁴ Entrevista Joaquim Carvalho Paula, 11 de Março de 2011, Lisboa.

⁶⁰⁵ Entrevista Joaquim Carvalho Paula, 11 de Março de 2011, Lisboa.

⁶⁰⁶ A família usufruiu das condições oferecidas pelas PCUS para descansarem em Sochi. A estância balnear no Mar Negro tinha excelentes condições turísticas e permitia a convivência com altos quadros da *nomenklatura* do PCUS, dirigentes de partidos internacionais e até o convívio com os cosmonautas soviéticos. «Eu brincava com a filha do [Vitali] Sebastianov. Um homem muito simpático e acessível, ao contrário do casal Andrian Nikolayev e Valentina Tareskova, que também lá passaram essas férias, mas com um comportamento muito distante». Sete anos antes, a cosmonauta soviética tinha entrado para a História como a primeira mulher a ir ao espaço.

⁶⁰⁷ Entrevista Alberto Caeiro da Costa, 17 de Fevereiro de 2011, Lisboa.

⁶⁰⁸ Entrevista Alberto Caeiro da Costa, 17 de Fevereiro de 2011, Lisboa.

⁶⁰⁹ Entrevista Alberto Caeiro da Costa, 17 de Fevereiro de 2011, Lisboa.

⁶¹⁰ Durante este período de internamento, teve aulas com uma professora que preparou a posterior reintegração no Interdom, tendo sido internado mais duas temporadas durante o ano lectivo.

O regresso a Portugal, com 12 anos, gerou novo choque emocional devido à completa desadaptação à sociedade e ao intenso envolvimento político dos pais no período revolucionário: «Foi mais uma ruptura brusca». Aos 19 anos, também Alberto Costa regressou à União Soviética para realizar um curso de pilotagem de barcos da marinha mercante e iniciar uma carreira profissional no ambiente familiar que adoptou: «A minha integração social era mais fácil na União Soviética»⁶¹¹.

Joaquim Carvalho Paula recusou de imediato voltar para Portugal, Manuel da Silva igualmente e optou por voltar à Europa do Leste depois de uma «passagem frustrante» pelo aparelho do PCP. Não se adaptou. O pai só conheceu a sua decisão de partir quando já estava tudo preparado para ir viver na Bulgária, onde esteve entre 1976 e 1982⁶¹². Américo Leal também esteve em Portugal após o 25 de Abril, mas optou igualmente por regressar à União Soviética para terminar os estudos.

José Serra destaca ainda assim a capacidade de adaptação que alguns tiveram: «Éramos crianças nas mesmas condições e isso ajudou-nos a ultrapassar os obstáculos». E acrescenta: «Acho que até fiquei contente quando os meus pais me disseram que ia ter com a minha irmã»⁶¹³. Reencontrou o pai em 1972: «Estava numa aula quando me chamaram ao corredor, vi a minha irmã sentada ao lado de um senhor e perguntaram-me se sabia quem era. Disse que não. Era o meu pai».

A adaptação das crianças portuguesas à vida na União Soviética revelou-se um processo longo e com dificuldades, que começava com um período de quarentena numa enfermaria antes da integração nas rotinas escolares. Essas dinâmicas internas foram consideradas globalmente positivas pelos protagonistas, mas as circunstâncias do exílio geravam dificuldades de difícil superação. Tinham desde logo de enfrentar um clima rigoroso marcado por longos invernos com frio intenso, sem dominarem a língua e perturbados pelo afastamento abrupto dos pais e das mães. «Eu vi neve pela primeira vez quando estava em Praga a caminho da União Soviética»⁶¹⁴, diz Odete Sobral Rito. «As saudades da família eram sempre grandes. Quando encostava a cabeça no travesseiro, chorava muito. As notícias eram escassas, vinham escritas em papel de

⁶¹¹ Entrevista Alberto Caeiro da Costa, 17 de Fevereiro de 2011, Lisboa.

⁶¹² A integração de Manuel da Silva na sociedade soviética foi muito além da temporada em Ivanovo. Tirou um curso em Kiev e trabalhou na Sibéria na construção da linha férrea transiberiana.

⁶¹³ Entrevista José Serra, 3 de Fevereiro de 2013, Lisboa.

⁶¹⁴ Entrevista Odete da Graça Sobral Rito, 4 de Fevereiro de 2011, Montijo.

enrolar o tabaco, para poderem passar na prisão»⁶¹⁵, recorda Odete Sobral Rito. «Tive de amadurecer cedo demais, mas compreendi e aceitei. Algumas das outras crianças cresceram revoltadas com os pais por não saberem nada do que se estava a passar».

Maria Armanda tinha também a missão de responder a essas dúvidas sobre a sensação de abandono e insistia para que escrevessem aos pais. Contava nesse trabalho psicológico com a ajuda de um sistema de ensino inspirado na solidariedade internacional: «Éramos porta-bandeira da solidariedade», continua Maria Armanda, justificando a presença regular nas festas escolares que decorriam pela União Soviética e que davam destaque aos alunos do Interdom como símbolos da solidariedade comunista. Surgiam como os filhos dos comunistas que lutavam nos seus países pelos ideais que triunfavam na União Soviética⁶¹⁶.

Os estudantes passavam juntos os tempos das aulas e as férias prolongavam os convívios, na medida em que os portugueses não podiam regressar ao seu país. Restava aproveitar o tempo nos acampamentos de Verão e esperar pelo início do ano lectivo seguinte. «Era um ponto de encontro com os rapazes russos que os pais colocavam nestes acampamentos nos períodos de férias»⁶¹⁷, precisa Alberto Costa. «Estávamos mais habituados à disciplina do que eles. O que tornava estes períodos num divertimento prolongado». «Tínhamos o culto da disciplina e da cultura física»⁶¹⁸, acrescenta Luís Carlos Lagarto: «O objectivo era ter uma mente sã em corpo sã». Manuel da Silva tornou-se num desportista de qualidade e vencedor em várias modalidades nas frequentes competições escolares⁶¹⁹.

⁶¹⁵ Entrevista Odete da Graça Sobral Rito, 4 de Fevereiro de 2011, Montijo.

⁶¹⁶ Os espectáculos realizados no Palácio dos Pioneiros constituíam um momento importante dos estudantes do Interdom. Subir ao palco em Moscovo traduzia toda a carga genética do que significava o projecto soviético de ajudar os filhos dos comunistas de outras nacionalidades.

⁶¹⁷ Entrevista Alberto Caeiro da Costa, 17 de Fevereiro de 2011, Lisboa.

⁶¹⁸ Entrevista Luís Carlos Lagarto, 22 de Fevereiro de 2011, Viana do Castelo.

⁶¹⁹ As florestas onde os acampamentos se situavam permitiam fazer jogos de *caça ao tesouro*, ou seja, orientação topográfica para identificar objectivos através do trabalho de equipa. O rio era utilizado para desportos de lazer. As crianças portuguesas foram adaptando-se gradualmente à nova realidade e usufruíam das vantagens do sistema educativo soviético. Podiam esquiar na floresta perto do Interdom, fazer patinagem no ringue e no rio que gelava completamente no Inverno ou aventurarem-se pelo generoso recinto com jardins e pomares. O desporto e a cultura física representavam uma vertente essencial da educação soviética ao longo de toda a vida. A educação física tornou-se necessariamente obrigatória em todos os níveis de ensino, desde os jardins de infância às universidades. O Estado patrocinava milhares de clubes desportivos por todas as repúblicas e criou dezenas de escolas, institutos e faculdades totalmente dedicados à cultura física para formar monitores e professores. A própria ciência especializou-se nesta área através de três grandes centros de investigação fundados em Moscovo,

As rotinas no Interdom começavam manhã cedo. As crianças eram acordadas por uma monitora às sete horas, tratavam da higiene pessoal e faziam ginástica nos corredores. Vestiam os uniformes e depois colocavam-se em formatura, em duas colunas, nos corredores de acesso aos quartos. Dirigiam-se para o refeitório de mão dada (rapaz/rapariga) e iniciavam depois as aulas. A sesta estava determinada apenas até à quarta classe. Na adolescência, os alunos mais velhos acordavam os mais novos e faziam as actividades matinais físicas ao ar livre durante todo o ano. O limite era os 15 graus negativos. Abaixo dessa temperatura, a ginástica cumpria-se no pátio: «Fazíamos os exercícios em tronco nu, mas aquecíamos rapidamente»⁶²⁰, recorda Alberto Costa.

Após o período de aulas, almoçavam e faziam os trabalhos de casa durante uma parte da tarde. Seguiam-se as actividades extra-curriculares. Desde o desporto à dança, passando pelo canto e pela leitura livre na biblioteca do internato. «Sempre tive jeito para a dança: queria ser bailarina, mas os meus 10 anos já eram uma idade tardia para aproveitar essa oportunidade»⁶²¹, lamenta Odete Rito.

Em algumas ocasiões, os alunos eram também levados às grandes cidades para visitarem museus, monumentos e assistirem aos espectáculos de circo, mas sem perder de vista a genética da educação: aprender em permanência as origens da construção da *pátria do socialismo* e as virtudes da construção do socialismo internacional.

Os fins-de-semana eram ocupados com a projecção de filmes na sala de espectáculos do Interdom e a realização de concertos feitos pelos alunos para mostrarem as tradições culturais dos seus países.

A memória dos pais tornava-se lentamente difusa e em muitos casos quase desaparecia. As visitas eram muito raras e a troca de correspondência estava fortemente condicionada. As cartas e as fotografias não podiam ter nenhuma referência que permitisse identificar o país onde estavam. «Nem sequer podiam dizer que tinham brincado na neve»⁶²², adverte Maria Armanda.

Leninegrado e Tibliss. As *Spartakiadas* envolvendo milhões de participantes tornaram-se no símbolo desta cultura física e desportiva na União Soviética.

⁶²⁰ Entrevista Alberto Caeiro da Costa, 17 de Fevereiro de 2011, Lisboa.

⁶²¹ Entrevista Odete da Graça Sobral Rito, 4 de Fevereiro de 2011, Montijo.

⁶²² Entrevista Maria Armanda Serra, 28 de Janeiro de 2011, Lisboa.

O Interdom adoptou o programa curricular em vigor na União Soviética para todos os alunos. As línguas maternas eram usadas nas aulas intercalares leccionadas pelos professores de cada uma das nacionalidades. Maria Armada tentava estimular a escrita, ensinava as tradições regionais e canções populares. A situação política era também abordada para ajudar as crianças a terem consciência da sua situação individual e iniciar a formação ideológica através da interpretação marxista.

3.8 Filhos da clandestinidade

Os filhos dos funcionários comunistas começavam cedo a saber os perigos que corriam e a ter presente a perda da infância. Uma vida clandestina que exigia o cumprimento das regras conspirativas quotidianas, a vigilância sobre os vizinhos e as suas rotinas familiares, a interiorização de uma história de vida inventada e decorada como um romance. Não podiam brincar com as outras crianças para evitar que contassem pormenores comprometedores sobre os pais. As saídas de casa eram esporádicas para evitar as perguntas. O que provocava longos períodos de isolamento.

Francisco Presúncia Bonifácio começou por levar a filha Noémia para a clandestinidade com 18 meses, mas acabou por entregá-la à família para terminar com o *cativeiro* consentido: «Ouvi-a muitas vezes dizer: “Porque é que os outros meninos brincam e eu não posso?” Ela estava numa idade perigosa, podia ser espremida e deitar cá para fora conversas que podia colocar-nos em maus lençóis”»⁶²³.

Odete Rito poucas vezes saiu de casa até aos 8 anos: «Eu não podia brincar na rua, fazer barulho nem sequer chegar à janela para não levantar suspeitas. Só podia sair nos períodos que coincidiam com as férias para não haver desconfianças. Nem sequer podia espreitar pela cortina»⁶²⁴. Tinha pesadelos com ataques da PIDE e nunca se deitava sem primeiro espreitar para debaixo da cama. «Os pesadelos eram como se ‘eles’ nos viessem prender». Um trauma que depois levou para a União Soviética. «Dormia sempre de cabeça tapada com o medo que sentia».

Os seus pais foram presos pela segunda vez em 1963. A PIDE utilizou as filhas de José Carlos e Olívia Maria Sobral para tentar quebrar a resistência psicológica e forçar revelações sobre a actividade do PCP e a localização de Álvaro Cunhal, prometendo em

⁶²³ João Céu Silva, *Uma longa viagem com Álvaro Cunhal* (Porto: ASA Editores, 2005), 142.

⁶²⁴ Entrevista Odete da Graça Sobral Rito, 4 de Fevereiro de 2011, Montijo.

troca uma rápida libertação. «Respondi-lhes que não se preocupassem com os meus filhos, pois também nunca se tinham preocupado com os filhos dos outros militantes presos. Se passassem fome não passavam mais que aquilo que o povo todo tinha passado, a classe trabalhadora, que não tem passado outra coisa»⁶²⁵, afirma Olívia Sobral.

Anabela Maria Carlos foi viver para a prisão com a mãe. Tinha ano e meio. Olívia Sobral exigiu manter a filha mais nova consigo apesar das degradantes condições de sobrevivência e de estar grávida de três meses. Teve uma forte discussão com o director da prisão: «Toda aquela tensão fez com que eu abortasse»⁶²⁶.

Odete Carvalho dos Santos também teve várias ameaças de aborto durante o tempo de prisão, mas acabou por terminar sua gravidez de risco. A bebé nasceu com dois quilos e regressou com mãe para a cela em Caxias. «As condições eram horríveis, insuportáveis, a falta de higiene total, a alimentação péssima, o pior possível e eu deitei a criança numa enxerga que tinha. A meio da noite acordo com a minha filha aos berros e vejo que a criança estava crivada de percevejos»⁶²⁷.

Durante o período de internamento de Olívia Sobral, a filha Anabela continuou a viver na prisão acompanhada pela companheira de Pires Jorge. Maria Helena Magro acabaria por morrer na clandestinidade devido a complicações de um parto e sem que a sua mãe a tivesse visto nos últimos 11 anos de vida. «Nunca a vi. Se eu adivinhasse que ia suceder aquilo com certeza tinha insistido para a ver...»⁶²⁸, recorda Flora Magro. «Não a vi, nem viva, nem ao enterro fui. Nada desta vida. É uma mágoa que nunca mais me sairá daqui»⁶²⁹.

José Carlos voltou à liberdade em 1973 devido ao agravamento do seu estado de saúde, tendo ido trabalhar legalmente numa tipografia. Por pouco tempo, já que reintegraria os quadros do PCP na ilegalidade. «Estava a meio do ano lectivo e tive de separar-me de

⁶²⁵ Freitas, *A Força Ignorada...*, 100.

⁶²⁶ Freitas, *A Força Ignorada...*, 100-101.

⁶²⁷ Freitas, *A Força Ignorada...*, 140.

⁶²⁸ Freitas, *A Força Ignorada...*, 52.

⁶²⁹ Maria Helena Magro tinha sido recrutada para os quadros do PCP pelo próprio irmão para assumir a defesa de uma casa clandestina. Começou por manifestar reservas alegando que previa casar em breve. José Magro convenceu-a a adiar um matrimónio que acabou por nunca se realizar, forçando-a também a abandonar o curso superior em Direito quando já frequentava o quarto ano.

todos os meus amigos e da família»⁶³⁰, recorda Anabela. Tinha 13 anos quando mergulhou na clandestinidade.

José Carlos e Olívia Sobral deslocaram-se a Moscovo antes de montarem a sua casa ilegal. Passaram a fronteira com a filha mais nova, *a salto*, para Espanha e depois chegaram a Paris onde deixaram Anabela entregue a familiares. Deslocaram-se para a Checoslováquia e de seguida para a União Soviética, onde José Carlos foi submetido a exames médicos. O casal de funcionários teve então oportunidade de rever a filha que tinha enviado para a *pátria do socialismo* em 1963. O que significa que Odete esteve 10 anos sem ver os pais. «Este nosso reencontro foi no dia em que fiz 20 anos». José Carlos e Olívia Sobral regressaram depois a Portugal com a filha Anabela para montarem uma casa clandestina nos arredores do Porto.

José Dias Coelho e Margarida Tengarrinha viviam com Pires Jorge quando Maria Helena Magro morreu. «Entrou desvairado pela nossa casa dentro e disse-nos que a companheira tinha morrido no hospital onde estava internada no termo de uma gravidez muito difícil»⁶³¹, relata Margarida Tengarrinha, que teve também de entregar à família a filha mais nova antes desta completar 6 anos. «Não chegou a conhecer a sua irmã que nasceu depois da sua partida e durante muitos anos, como só me veio a dizer mais tarde, convenceu-se de que a mandámos embora porque já tínhamos outra filha»⁶³².

Os *filhos da clandestinidade* são uma geração anónima que não escolheu o momento de lutar: foi o momento que os escolheu. «Quando emergimos da clandestinidade, tomámos consciência de que os anos roubados ao convívio e à vida com os pais tinham deixado marcas nos nossos filhos, que alguma coisa tinha sido perdida irremediavelmente»⁶³³, admite Margarida Tengarrinha. «Uma criança na clandestinidade provocava mais riscos e era a nós que cabia optar»⁶³⁴, justifica Teodósia Vagarinho Gregório, que esteve separada do filho entre os 4 e os 11 anos⁶³⁵.

⁶³⁰ Entrevista Anabela Maria Carlos, 4 de Fevereiro de 2011, Montijo.

⁶³¹ Tengarrinha, *Quadros...*, 61.

⁶³² Tengarrinha, *Quadros...*, 79.

⁶³³ Tengarrinha, *Quadros...*, 53.

⁶³⁴ Silva, *Álvaro Cunhal...*, 150.

⁶³⁵ Maria Luísa Costa Dias relata a experiência de uma funcionária clandestina que deixou uma bebé sozinha durante as horas que demorou a deslocar-se a uma localidade próxima. Colocou primeiro os pés do berço dentro de latas de águas para evitar as larvas que saíam da fossa que servia de casa de banho. A militante clandestina descreve depois o choque da mãe ao encontrar a bebé no chão e calada depois da exaustão provocada pelo choro, *Crianças que emergem da sombra* (Lisboa: Edições Avante!, 1982), 48.

| CAPÍTULO 6 |

| CHECOSLOVÁQUIA |

1. O contexto da Primavera de Praga

1.1 A porta que se fechou antes de abrir

A Primavera de Praga colocou em confronto duas concepções diferentes do socialismo e quis testar ao mesmo tempo a sua própria capacidade para responder aos desafios económicos e políticos com que se deparava. A ruptura que este processo de democratização provocou no movimento comunista internacional acabou por antecipar alguns dos principais problemas que foram surgindo ao longo das décadas seguintes até ao colapso do seu centro nervoso: a implosão da União Soviética e a derrocada do mundo socialista.

Alexander Dubcek⁶³⁶ procurava «uma via para assegurar um desenvolvimento acelerado do socialismo» e antecipava a criação na Checoslováquia de «um novo modelo de regime político numa sociedade socialista, absolutamente diferente, no que respeita à sua própria substância, do antigo sistema demasiado centralista e burocrático»⁶³⁷.

Os avanços iniciados em várias áreas não colocaram em causa a base de apoio social dos comunistas checoslovacos, em grande medida devido ao seu próprio enraizamento. Segundo Jiri Hajek, ex-ministro dos Negócios Estrangeiro do governo de Alexander Dubcek, tratava-se de «um luxo» ao qual nem sequer as burguesias dos países mais desenvolvidos se podiam dar sem se sentirem ameaçadas: «Reconhecer uma autêntica liberdade de expressão e de associação»⁶³⁸.

A União Soviética decidiu liquidar essa experiência em defesa dos «princípios do marxismo-leninismo e do internacionalismo proletário», acusando os comunistas

⁶³⁶ Alexander Dubcek iniciou a militância comunista na clandestinidade em 1938, tendo chegado ao Secretariado em 1960. Dois anos mais tarde ascendeu ao *Presidium* e em 1963 foi eleito membro do Secretariado. Alcançou o cargo máximo em Janeiro de 1968 em substituição de Antonin Novotny, então primeiro secretário e presidente da República em acumulação

⁶³⁷ Entrevista inserida no livro *La Liberté en Sursi*, citada em Isabel do Carmo, coord., *Dossier Checoslováquia/Alexandre Dubcek...* [et al.]. (Porto: I. do Carmo, 1968), 33-44.

⁶³⁸ Jiri Hajek, *Praga, Diez Años Despues* (Barcelona: Editorial Laia, 1979), 45.

checoslovacos no poder de permitirem um «desvio da via socialista» que colocava «em perigo» os interesses do próprio «sistema socialista»⁶³⁹.

O impacto histórico desta convulsão aguda no movimento comunista internacional reflectiu-se necessariamente no PCP, tendo provocado uma cisão interna violenta que levou à desagregação do importante colectivo de exilados a operar na Checoslováquia. A localização geográfica tinha favorecido a transformação de Praga numa *porta rotativa* entre a Europa ocidental e a Europa socialista e ponto de passagem obrigatório para Moscovo, ou seja, funcionava geograficamente como *fronteira externa* da União Soviética e politicamente como uma *ante-câmara* da *pátria do socialismo*. O que resultou numa forte construção mental para o movimento comunista, contribuindo também fortemente para o impacto emocional que resultou da invasão.

O caminho para a construção de um novo modelo socialista assentava em elementos simbólicos e narrativos fortes. Por um lado, a dimensão temporal, isto é, a passagem política de um regime *caduco* para uma fase regeneradora coincidente com a primavera. Por outro, a dimensão narrativa, ou seja, a busca do socialismo de *rosto humano*, tendo por base a democratização da sociedade, a reconciliação com a memória colectiva através da reabilitação das vítimas do estalinismo e a devolução das liberdades individuais através da abolição da censura⁶⁴⁰.

Esta reconfiguração de um regime socialista foi ensaiada precisamente num país onde o estalinismo estava fortemente enraizado através da prolongada liderança política de Antonin Novotny⁶⁴¹ e o sistema económico muito debilitado pela destruição do sistema capitalista, que no período entre as guerras produzira consideráveis resultados nas actividades industriais⁶⁴². A Checoslováquia era o único país do bloco socialista que

⁶³⁹ «Carta dos partidos comunistas da União Soviética, RDA, Bulgária, Hungria e Polónia ao Partido Comunista da Checoslováquia», citada em Carmo, *Dossier...*, 45-56.

⁶⁴⁰ O que mais tarde seria classificado como um ataque ao socialismo, na medida em que as crescentes críticas dos jornalistas foram interpretadas como vinculativas das opiniões do próprio governo, e a defesa do pluralismo na gestão da economia como resultado de *infiltrações imperialistas*.

⁶⁴¹ Herdou o poder directamente de Klement Gottwald em 1953 e aprofundou a linha conservadora e de alinhamento incondicional com Moscovo.

⁶⁴² As regiões da Boémia e da Morávia chegaram a ter uma considerável indústria pesada no aço e empresas no calçado e cristais bastante desenvolvidas. A produção da Checoslováquia estava focada nos mercados ocidentais, mas a divisão do mundo em blocos forçou uma viragem abrupta e a obrigatoriedade de produzir para o leste provocou uma inevitável desadequação entre produtos e respectiva qualidade. A introdução da economia planificada e a falta de variedade e de qualidade redireccionaram a economia checoslovaca para a massificação. A nivelção salarial, a gigantesca burocracia administrativa e a ausência de incentivos ao mérito agravavam esta situação, cfr. AA.VV., *A Checoslováquia na hora da democratização* (Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1968).

experienciara a democracia antes da guerra, mas a tomada de poder dos comunistas checoslovacos em Fevereiro de 1948⁶⁴³, com o apoio da União Soviética, forçou a adopção de um sistema económico desfasado das necessidades reais⁶⁴⁴. O que provocou ao longo das décadas seguintes um considerável retrocesso económico decorrente do desmantelamento da produção industrial e da adopção das orientações determinadas por Moscovo⁶⁴⁵: «Não se tratava apenas de uma diminuição dos ritmos de crescimento, mas de um recuo absoluto da produção», afirma Gilles Martinet⁶⁴⁶.

O PCC começou a reconhecer internamente, a partir 1966, a necessidade de modernização do país, e os debates rapidamente se transformaram em divergências públicas. Os sintomas de insatisfação começaram por se manifestar nos sectores intelectuais, mas acabaram por chegar às ruas através das manifestações dos estudantes, em Outubro de 1967. O protesto iniciou-se numa residência universitária contra os cortes de electricidade em vésperas de exames, tendo sido reprimido com força excessiva. O que contribuiu para conferir ao evento uma dimensão nacional. «Reveja esse País, esse povo, decidido a rejeitar o peso do stalinismo e a construir o “socialismo de rosto humano”, em democracia e em liberdade», recorda Cândida Ventura⁶⁴⁷.

O amadurecimento das discussões ao longo de 1967 e a forte adesão popular criaram as condições necessárias à adopção de uma reforma democrática, começando desde logo pelo Partido Comunista e pelo monopólio do poder nas mãos de Novotny. A separação de poderes entre o partido e o Estado tornou-se numa «exigência da concepção global da criação de uma sociedade socialista profundamente democrática e avançada»⁶⁴⁸.

A estagnação registada numa época de desenvolvimento científico internacional exigia respostas e essa urgência representava também por isso uma oportunidade para

⁶⁴³ Os comunistas começaram por ganhar as eleições em 1946, tendo governado em coligação durante dois anos. A oposição soviética à participação do governo checoslovaco na Conferência de Paris sobre o Plano Marshall criou uma crise política que permitiu uma tomada de poder definitiva dos comunistas. A prova de força soviética conheceu uma escalada imediata com o início do bloqueio de Berlim.

⁶⁴⁴ A nova política económica contrariava os velhos dogmas estalinistas, no sentido em que pretendia conceder autonomia aos gestores, e, posteriormente, avaliar os seus resultados; substituir os critérios absolutos da quantidade pela rentabilidade financeira, o que significava adequar a produção ao mercado, e, por fim, introduzir alguma hierarquia salarial. Esta orientação genérica revela interessantes pontos de contacto com as bases da política económica da União Soviética depois de 1985.

⁶⁴⁵ Nas semanas que antecederam a queda de Novotny, surgiram entre os checoslovacos diversas piadas sobre a dependência de Moscovo, por exemplo, sugerindo o seu nome para prémio Nobel da Medicina por ter *transplantado o coração* da Checoslováquia para a União Soviética.

⁶⁴⁶ Martinet, *Os Cinco...* 233.

⁶⁴⁷ Ventura, *O Socialismo...*, 129.

⁶⁴⁸ Hajek, *Praga...*, 38.

experimentar caminhos de mudança, tendo em consideração as significativas tradições de democracia liberal da Checoslováquia⁶⁴⁹. Essa agregação dos vários tipos de descontentamento ficou exposta no Congresso dos Escritores, em Junho de 1967⁶⁵⁰.

Os participantes insurgiram-se fortemente contra o imobilismo em que a Checoslováquia se deixara encurralar e reivindicaram *liberdade cultural*, tendo como *motor* o diagnóstico e a proposta de terapia avançados pelos tecnocratas, ou seja, um caminho para passar da economia centralizada e burocratizada para a economia baseada na autonomia da gestão e na *verdade* dos preços. É a primeira vez em que o sistema de Antonin Novotny sofre críticas frontais. O contributo deste movimento intelectual para o processo político revelou-se bastante significativo pelas dinâmicas que mobilizou, nomeadamente junto da juventude e dos sindicatos⁶⁵¹. Tornou-se assim uma questão de tempo até que as dinâmicas dos tecnocratas, da *intelligenczia* e da classe operária chegassem ao Comité Central e colocassem em confronto duas gerações de socialistas.

A demissão do desprestigiado e esgotado Antonin Novotny, em 5 Janeiro de 1968⁶⁵², do cargo de primeiro secretário do Partido Comunista Checoslovaco (PCC) começou por ser encarada com simpatia pela generalidade dos partidos comunistas, devido à situação política interna e ao perfil de Alexander Dubcek⁶⁵³ como seu sucessor. A reunião do

⁶⁴⁹ Em 1966, quase meia centena de economistas, historiadores, sociólogos, psicólogos, físicos, engenheiros, médicos e arquitectos, publicaram em conjunto uma volumosa obra sobre as consequências da revolução científica e técnica. O livro *A Civilização na Encruzilhada* representa o primeiro esforço de compreensão das dinâmicas contemporâneas e de adaptação à realidade das sociedades socialistas. Não se trata de uma *descoberta* dos checoslovacos, na medida em que na URSS e na RDA o tema era já abordado, mas a sua originalidade reside nas conclusões deste trabalho colectivo. Cfr. Gilles Martinet, *Os Cinco Comunismos* (Lisboa: Publicações Europa-América, 1975), 228-232.

⁶⁵⁰ É nesta fase que os escritores checoslovacos criticam a normalização da estética realista, começam a reivindicar a publicação de obras de carácter político e a lutar pela diferenciação. A publicação da obra do escritor norte-americano J.D., *Salinger Catcher in Rye*, influenciou inúmeros escritores, à semelhança do que aconteceu depois com as obras de Nabokov. A publicação do *Manifesto das Duas Mil Palavras*, em finais de Junho de 1968, representa uma reacção directa aos esforços de reposição, não da censura exigida por Moscovo, mas de alguma moderação. A iniciativa era um apelo à mobilização de todos os sectores em defesa intransigente do processo de democratização, logo aproveitada pelas forças conservadoras como argumento da existência de uma dinâmica subversiva que colocava o socialismo em causa. A «Carta de Varsóvia» identifica este documento como «uma oposição aberta contra o Partido Comunista» e «uma ameaça grave» enquanto «programa político da contra-revolução».

⁶⁵¹ A desmultiplicação dos conselhos de operários permitiu que os trabalhadores adquirissem amplos poderes para condicionar a gestão das fábricas e das empresas.

⁶⁵² Um conjunto alargado de apoiantes da mesma linha recusou demitir-se, adiando assim a decisão final para um congresso entretanto agendado para Setembro desse ano, mas que acabou por ocorrer já depois da invasão e em circunstâncias de semi-clandestinidade. O congresso visava aprovar novos estatutos, eleger um novo Comité Central, eleger os vários órgãos do Estado e elaborar uma nova Constituição.

⁶⁵³ A naturalidade eslovaca de Dubcek tem sido destacada por alguns autores no contexto de unificação da Checoslováquia, nomeadamente o seu espírito de tolerância em ambientes ideológicos vincados.

Comité Central assumiu-se como *detonadora* da Primavera de Praga⁶⁵⁴ e permitiu aprovar em Abril o *programa de acção*. O documento começa desde logo por criticar os métodos centralistas adoptados após a ascensão ao poder em 1948 e fala concretamente em manifestações de «sectarismo, repressão dos direitos e das liberdades democráticas do povo, violação da legalidade, arbitrariedade e abuso de poder».

Um desafio que exigia que o PCC fosse capaz de se reinventar para sobreviver aos desafios da contemporaneidade: «Queremos provar que o Partido Comunista é capaz de sair de si próprio para efectuar, não importa em que momento, uma análise crítica das suas actividades, e que é suficientemente forte para assegurar a sua própria renovação», reivindicam os renovadores.

Com vista à sua aprovação final no XIV Congresso, o *programa de acção* apresenta de imediato um conjunto de mudanças estruturais para levar a cabo em vários sectores, mas privilegiando dois focos essenciais: o modelo económico e a organização do sistema político. Por um lado, a política económica «imposta por directivas administrativas, já não correspondia às necessidades e às possibilidades económicas do país e conduziu ao esgotamento dos recursos materiais e humanos». Por outro, «os métodos da ditadura revolucionária degeneraram em burocratismo e tornaram-se um obstáculo à evolução em todos os sectores da nossa vida».

É com base no reconhecimento de que «os erros políticos juntaram-se às dificuldades económicas e conduziram à impotência» que os renovadores checoslovacos iniciam a Primavera de Praga, ou seja, a construção de um «novo sistema correspondente a um novo modelo de democracia socialista». Esta estratégia política profundamente inovadora assumia que o Partido Comunista devia «servir» a sociedade e não «dominá-la», isto é, «não deve impor a sua linha com ordens, mas pelo trabalho dos seus membros, pela verdade dos seus ideais». O novo papel atribuído ao partido assentava no seu reposicionamento de «administrador universal da sociedade» para uma nova missão de «mostrar o caminho e as reais possibilidades das perspectivas comunistas».

O *programa de acção* assume o compromisso de aumentar a participação dos membros do partido nas decisões políticas para «reforçar o papel realmente democrático dos organismos eleitos» e reconhece o «choque das opiniões» como instrumento

⁶⁵⁴ Cfr. Alexandre Dubcek, *Le discours d' Alexandre Dubcek devant le Comité Central du Parti communiste tchécoslovaque*, trad. O. Klein (Paris: La Nouvelle Critique, 1968).

fundamental da democraticidade interna: «Trata-se de mudar todo o sistema político de maneira a permitir um desenvolvimento dinâmico das relações sociais socialistas, que uma uma larga democracia à direcção científica». Uma *promessa revolucionária* que passava também pela reabilitação das *vítimas* políticas, nomeadamente os dirigentes que tinham sido anulados por Antonin Novotny.

As promessas de implementar novas políticas de democratização política e económica por si próprias radicais encontravam na política externa uma idêntica projecção, na medida em que os renovadores assumiam claramente que as necessidades da economia e o posicionamento geográfico da Checoslováquia exigiam «uma política europeia mais activa». O que incluía necessariamente relações com os «países capitalistas evoluídos».

Um caminho mais tarde fortemente criticado pela União Soviética e pretexto para a invasão e consequente neutralização dos renovadores, apesar de o programa clarificar o «acento especial» nas ligações com Moscovo: «Não tomamos estas medidas para renunciar no que quer que seja aos nossos ideais – e menos ainda aos nossos adversários. Pelo contrário: estamos persuadidos de que aqueles nos ajudarão a desembaraçar do peso morto que durante longos anos deu tantas vantagens ao adversário, paralisando a eficácia da ideia socialista, a sedução do exemplo socialista».

O processo de democratização contou com a simpatia dos comunistas romenos e jugoslavos⁶⁵⁵, tendo o próprio PCP começado por manifestar o seu apoio, inicialmente focado nas componentes institucionais e económicas, tendo acabado mais tarde por se transformar no único partido comunista ocidental a defender a intervenção soviética⁶⁵⁶.

1.2 Um mundo em mudança

O processo de democratização assumido em Abril de 1968 foi politicamente aberto em finais de Outubro quando o então jovem secretário do Partido Comunista Eslovaco⁶⁵⁷ criticou abertamente Antony Novotny num plenário do Comité Central. Em Dezembro, o próprio Leonid Brejnev visitou Praga aparentemente julgando tratar-se de uma divergência entre comunistas checos e eslovacos sujeitos à arbitragem de Moscovo, mas a profundidade das divergências manifestadas por Alexander Dubcek e a debilidade

⁶⁵⁵ Jiri Hajek, *Praga, Diez Años Despues* (Barcelona: Editorial Laia, 1979), 61.

⁶⁵⁶ Os comunistas albaneses acusavam os comunistas checoslovacos de «revisonismo».

⁶⁵⁷ Alexander Dubcek tornou-se primeiro-secretário aos 47 anos.

política de Novotny tornaram a situação clara. A burocracia centralizada do estalinismo esgotara-se e Moscovo dava sinais de disponibilidade para avaliar os caminhos antecipados pelos chamados renovadores.

O líder soviético regressou a Kremlin abstendo-se de interferir ostensivamente no PCC e a contenda prolongou-se durante as semanas seguintes até à cedência definitiva de Novotny. Tratava-se nesta altura de um homem já esgotado e sem prestígio na Checoslováquia ou no movimento comunista internacional⁶⁵⁸. A sua demissão das funções partidárias em Janeiro permitiu que os renovadores aprovassem em Abril o *programa de acção* e a conseqüente libertação das forças sociais forçaram-no a demitir-se, em Março, também da presidência da República, ao fim de 15 anos no exercício do poder, tendo sido substituído pelo general Ludvik Svoboda por proposta apresentada por Dubcek no Comité Central do PCC.

Este esforço de construção de um novo modelo socialista surgiu num momento de transição entre os equilíbrios tradicionais da Guerra Fria e numa fase de distensão internacional - apesar de continuarem a existir «limites às possibilidades de democratização»⁶⁵⁹. O célebre *relatório secreto* de Krutchev apresentado no XX Congresso do PCUS manifestou-se em duas dimensões. Por um lado, *destruiu* o mito de Estaline e abriu novas vias para a construção do socialismo dentro da União Soviética. Por outro, reconheceu a existência de diferentes caminhos para a construção do socialismo e criou condições para uma aproximação do bloco comunista ao mundo capitalista. A coexistência pacífica surgiu como a *face externa* deste processo de reconfiguração aberto por Krutchev.

Os dirigentes socialistas começaram a sentir-se pressionados para demonstrar as virtudes do seu sistema político e económico, mas com conquistas práticas que correspondessem às expectativas idealistas. Os checoslovacos aproveitaram assim a ideia de que «a coexistência pacífica não se reduzia a manter o *status quo* [resultante da guerra, isto é, as conquistas territoriais], mas que devia constituir-se como o começo de uma evolução livre, democrática e progressista», explica Jiri Hajek.

⁶⁵⁸ Novotny terminou a construção da épica estátua de Estaline mandada edificar pelo seu antecessor na colina de Letna como prova de fidelidade de Praga a Moscovo. O monumento foi desmantelado na sequência da dinâmica de *desestalinização*.

⁶⁵⁹ Hajek, *Praga...*, 45.

Esta busca de um modelo alternativo na Checoslováquia dentro do movimento comunista estava de certa forma caucionada desde que em 1955 a União Soviética reconheceu a experiência socialista da Jugoslávia⁶⁶⁰, mas com custos para ambas as partes. Os checoslovacos puderam assim conduzir o seu processo com especial prudência. Alexander Dubcek reafirmou logo em Fevereiro que «a amizade com a URSS» continuava a ser «o fundamento» da política externa da Checoslováquia⁶⁶¹. Quando mais tarde se deslocou a vários países do bloco para explicar o reposicionamento internacional, teve o cuidado de reafirmar que o processo mantinha a Checoslováquia ancorada ideologicamente em Moscovo, tendo sido particularmente prudente nos encontros na Roménia e na Jugoslávia para evitar interpretações quanto à eventual constituição de um bloco *dentro* do próprio bloco de leste⁶⁶².

O processo de aproximação aos países europeus da NATO e aos próprios Estados Unidos⁶⁶³ desenvolveu-se ao longo de várias etapas e preservando os equilíbrios dentro do movimento comunista. Esta linha política acabou por ser posteriormente atropelada pelas justificações de intervenção militar, na medida em que Moscovo alegou a urgência de resgatar a Checoslováquia da influência da crescente NATO⁶⁶⁴ e da *infiltração capitalista*⁶⁶⁵. Os países invasores citaram ainda na sua justificação as bem sucedidas *manobras de sedução* desenvolvidas pela Alemanha Ocidental junto dos comunistas

⁶⁶⁰ Jira Hajek perspectiva a forma da tomada de poder dos partidos comunistas no pós-guerra, recordando que «não foram as massas quem os colocaram nos lugares do poder, foram levados graças às forças de ocupação do exército soviético, vitorioso e libertador». «A estima e a fraternidade que quase todos nós professávamos pela União Soviética durante a guerra e no pós-guerra imediato deram lugar à imitação mecânica dos esquemas e métodos soviéticos». Esta falta de «adesão popular» traduzida em «amarguras, descontentamentos e ressentimentos» potenciava «explosões sociais perigosas» e justificaram os esforços reformistas de alguns partidos comunistas, mas que acabaram por fracassar e justificar a intervenção soviética em plena Guerra Fria.

⁶⁶¹ AV.VV., *Tchecoslováquia – Análise dos aspectos políticos, económicos e culturais da crise de Agosto* (Rio de Janeiro: editora Civilização Brasileira, 1968), 21.

⁶⁶² O comunicado conjunto com os comunistas romenos tem o cuidado de reafirmar a aliança entre os países socialistas membros do Pacto de Varsóvia e o apelo ao reforço do papel do COMECON nas relações multilaterais políticas, económicas e culturais entre os países. Também o comunicado com os comunistas jugoslavos insiste na cooperação o mais ampla possível entre as forças empenhadas no progresso e na paz à escala mundial, acrescentado um apelo à unidade de todas as forças revolucionárias na luta contra o imperialismo.

⁶⁶³ A Checoslováquia manifestou o seu desejo de normalizar as relações em Abril de 1968 embora referindo que caberia aos norte-americanos remover os obstáculos existentes.

⁶⁶⁴ A União Soviética divulgou um documento *Sobre os acontecimentos de Agosto de 1968 na Checoslováquia* denunciando um alegado plano *Zéphyr* que teria sido discutido na reunião de Primavera do conselho de segurança da NATO, tendo como objetivo criar condições para a retirada da Checoslováquia do Pacto de Varsóvia. A tese justificava assim as declarações de Dubcek favoráveis à continuidade da Checoslováquia no movimento comunista como uma *prova da astúcia* e do *refinamento* da estratégia dos *oportunistas de direita*, cfr. Hajek, *Praga...*, 71-72.

⁶⁶⁵ O governo checoslovaco negociou com vários países europeus a concessão de um empréstimo que permitisse reverter a indústria que entrara em decadência devido ao modelo imposto por Moscovo.

checoslovacos e alegaram agir contra as «forças inimigas» que pretendiam «desviar» a Checoslováquia do «caminho socialista»⁶⁶⁶.

Jiri Hajek garante que a política externa da Checoslováquia manteve as mesmas linhas de forças anteriores ao processo de democratização, embora integrando alguns elementos pontuais novos em relação a questões concretas, por exemplo, «a melhoria da informação aos cidadãos, o exercício efectivo do seu direito de participar nas decisões e sobre medidas concretas para tomar»⁶⁶⁷. Tratava-se basicamente de criar um contexto favorável à discussão das decisões no espaço público, ou seja, a força dos decisores deveria resultar do apoio popular a essa política.

O mesmo antigo dirigente recorda que o processo de democratização contou com uma «certa dose de compreensão» de alguns sectores soviéticos, expressa em encontros de carácter privado, mas as críticas públicas começaram a encorpar rapidamente questões essenciais como a planificação económica, o monopólio do partido único e a supervisão de todas as actividades intelectuais, nomeadamente o controlo dos escritores e dos jornalistas: «De todos estes agravos, o mais importante refere-se seguramente ao monopólio do partido», destaca Gilles Martinet⁶⁶⁸.

Os restantes quatro países que mais tarde participaram na invasão comportaram-se de forma diferente perante o processo de mudança. Os alemães de leste há muito tinham adoptado uma postura de pragmatismo tecnocrático. A RDA e a Checoslováquia eram nesta fase os países mais industrializados do bloco do leste, sendo ao mesmo tempo economias com escassos recursos naturais. As condições de amadurecimento para uma mudança da orientação política podiam ser justificadas em ambos os casos, mas os factores subjectivos eram bem diferentes. A mudança de regime resultou da derrota da Alemanha hitleriana e eventuais medidas análogas às checoslovacas teriam consequências radicalmente diferentes. O que justificou os esforços iniciais para ocultar internamente as dimensões do processo checoslovaco.

Os comunistas búlgaros alinhavam em regra com Moscovo e os polacos tinham eles próprios debelado na mesma altura esforços idênticos ensaiados sem sucesso pelos

⁶⁶⁶ Hajek, *Praga...*, 101.

⁶⁶⁷ Hajek, *Praga...*, 77.

⁶⁶⁸ Martinet, *Os Cinco...*, 248.

meios juvenis e intelectuais que tentaram reproduzir o *espírito de 1956*⁶⁶⁹. Já os comunistas húngaros viviam ainda as sombras desse processo⁶⁷⁰, mas tentavam, também eles próprios, adoptar algumas medidas de redefinição do sistema económico. Apesar da sua amplitude ser menor do que a linha de Praga, Janos Kadar começou por manifestar forte apoio aos comunistas checoslovacos, mas mudou de posição após ter sido chamado a Moscovo, em Julho de 1968⁶⁷¹.

2. Os comunistas portugueses na Checoslováquia

2.1 As funções de ligação internacional

O colectivo de exilados comunistas portugueses em Praga chegou a contar com cerca de uma dúzia de elementos, mas as funções de ligação directa com os dirigentes do PCC e os contactos com dirigentes do movimento comunista internacional concentravam-se apenas numa pessoa, cujas actividades eram controladas pelo próprio Álvaro Cunhal.

Na fase embrionária da instalação deste colectivo, coube a José Gregório executar essas tarefas, mas o seu estado de saúde debilitado e a concentração da direcção do PCP ainda no *interior* condicionaram significativamente a amplitude da sua acção. Uma situação que se alterou com a fuga colectiva do Forte de Peniche. O exílio do próprio Álvaro Cunhal forçou uma reconfiguração das estruturas internas e externas do PCP, tendo atribuído a Cândida Ventura as funções de ligação ao PCC após a sua instalação em Praga, substituindo Georgette Ferreira, que ocupou a posição durante um curto período.

Os primeiros comunistas portugueses a residir em permanência em Praga começaram por fazê-lo por motivos de saúde, através dos mecanismos disponibilizados pelo PCC no âmbito da solidariedade internacionalista. José Gregório, Cândida Ventura⁶⁷² e

⁶⁶⁹ A *euforia desestalinizadora* do Outubro de 1956 extinguiu-se rapidamente apesar dos esforços iniciais de Władysław Gomułka. Em Novembro, os polacos assinaram um acordo com Moscovo para preservar a sua independência nacional. Na Hungria, as manifestações de apoio ao bem sucedido golpe de Estado de Outubro na Polónia evoluíram para uma luta armada que justificou a intervenção directa das tropas soviéticas. Moscovo não podia permitir o primeiro fracasso do socialismo após uma experiência de 10 anos e travou violentamente o processo eleitoral em curso e todas as medidas liberalizadoras.

⁶⁷⁰ Na Hungria ocorreu uma tentativa progressiva de afastamento dos dirigentes comunistas, enquanto na Checoslováquia a dinâmica liberalizadora partiu dos próprios comunistas.

⁶⁷¹ A Hungria foi um dos últimos dos 5 países invasores a proceder à mobilização militar para a invasão. Hajek considera que se tratou de uma decisão motivada «mais pelo medo das possíveis consequências de um não alinhamento com Moscovo do que uma verdadeira hostilidade contra a reforma checoslovaca».

⁶⁷² Aderiu ao PCP no início da licenciatura em Histórico-Filosóficas, na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, inspirada pelo papel da *Pasionária* na guerra civil de Espanha e de quem se tornou próxima nos períodos em que em conviveram em Moscovo e Praga. Os primeiros contactos no

Flausino Torres⁶⁷³ estiveram em tratamento na Checoslováquia antes de iniciarem funções políticas no exílio. Em meados da década de 60, com a instalação em permanência de Cândida Ventura, o PCC passou a disponibilizar regularmente ajuda logística e financeira ao PCP⁶⁷⁴.

José Gregório foi o primeiro comunista português a ser instalado no exílio na Checoslováquia, tendo chegado a Praga em 1956 para receber tratamento médico. O seu estado de saúde inviabilizou o exercício de funções de ligação em permanência, mas mantinha contactos regulares com dirigentes comunistas checoslovacos, nomeadamente com os sectores críticos de Novotny.

Cândida Ventura relata diversas conversas em que José Gregório a incentivou fortemente a ficar em Praga e manter-se no PCP apesar das crescentes divergências: «Quando regresssei dos tratamentos em Moscovo, contei-lhe as conversas que tinha tido com comunistas que tinham sido vítimas de atrocidades de outros comunistas e disse-lhe que iria regressar a Portugal para sair do PCP. Ele virou-se para mim e disse-me para ficar, para abrir os olhos»⁶⁷⁵.

Na sua primeira passagem por Praga a caminho da União Soviética, em 1958, após ter sido *politicamente reabilitada* pela direcção do PCP, Cândida Ventura reencontrou José Gregório com quem trabalhara no *interior* em 1940. Foi José Gregório quem fez questão de apresentar Artur London⁶⁷⁶ a Cândida Ventura: «Foi um encontro marcante e de grande importância para mim. Pela primeira vez na minha vida, ouvi falar em fuzilamentos de membros da direcção do partido», recorda. O antigo dirigente comunista também tinha sido *politicamente reabilitado* depois das acusações de que

PCP surgiram através de uma amiga de infância das Caldas de Monchique, Maria Letícia, mulher de Mário Dionísio. A adesão foi confirmada posteriormente por Magalhães Vilhena, em 1937. Passou à clandestinidade após ter participado na organizações das greves de 1943, tendo ascendido ao Comité Central em 1949.

⁶⁷³ Integrou o executivo da Frente Patriótica de Libertação Nacional (FPLN) no *interior* até final de 1965. Exilou-se primeiro em Paris, depois em Argel e, por fim, em Praga, em finais de 1966, após uma passagem de alguns meses pela Roménia.

⁶⁷⁴ A investigação de Linda Kunderátová antecipa algumas informações com potencial interesse.

⁶⁷⁵ Entrevista Cândida Ventura, 1 de Outubro de 2010, Portimão.

⁶⁷⁶ Esteve detido na década de 50 na sequência do *processo Slansky*, tendo sido politicamente reabilitado pela Primavera de Praga.

fora alvo na sequência do chamado *Processo de Praga*, em 1952⁶⁷⁷. «Sofri com esse encontro. Sofri e ainda sofro»⁶⁷⁸, sintetiza Cândida Ventura.

Esta dirigente acabou por ser presa em 1960 quando regressou ao *interior*. Garante ter sido vítima de uma denúncia à PIDE por parte de «altos dirigentes do PCP» depois de ter participado numa reunião do Comité Central em que voltou a ser acusada de trabalho fraccional. «Dessa segunda vez não fui acusada, fui presa e a denúncia partiu de alguém da direcção do PCP»⁶⁷⁹.

Cândida Ventura regressou à liberdade em 1963 e em 1965 Álvaro Cunhal escolheu-a para representante do PCP junto do Comité Central do PCC e no conselho de redacção da revista internacional *Problemas da Paz e do Socialismo*⁶⁸⁰. Desde a morte de José Gregório em 1961 que Álvaro Cunhal exercia essas funções, tendo de deslocar-se da sua residência habitual em Moscovo para Praga.

As referências feitas por Álvaro Cunhal a José Gregório projectam uma imagem quase heróica como «construtor do PCP»⁶⁸¹, focada no seu papel como dirigente sindical e nos seus *pergaminhos revolucionários* desde a década de 30. Na cerimónia de transladação dos seus restos mortais de Praga para a sua terra natal, a Marinha Grande, Álvaro Cunhal exaltou a sua admiração por José Gregório e elogiou com uma pouco habitual carga emotiva a sua *têmpera revolucionária*: «A Marinha Grande pode orgulhar-se de muitos combatentes de vanguarda que tem dado ao movimento operário. Pode orgulhar-se dos seus mártires e dos seus heróis. E a vinda para a sua terra natal, hoje, nesta data, dos restos mortais de um militante comunista que deu toda a sua vida à luta pela liberdade»⁶⁸².

A relação com José Gregório aprofundou-se na reorganização da década de 40, mas a prisão de Álvaro Cunhal em 1949 provocou uma separação que seria ultrapassada

⁶⁷⁷ Cfr. Artur London, *A confissão – Na engrenagem do processo de Praga* (Lisboa: Bertrand, s.d.).

⁶⁷⁸ Entrevista Cândida Ventura, 15 de Setembro de 2009, Lagos.

⁶⁷⁹ Entrevista Cândida Ventura, 1 de Outubro de 2010, Portimão.

⁶⁸⁰ Editada na Alemanha, Bulgária, Checoslováquia, Chipre, Dinamarca, Espanha, França, Grécia, Hungria, Inglaterra, Itália, Líbano, Mongólia, Noruega, Polónia, Roménia, Suécia, Vietname e União Soviética.

⁶⁸¹ Folheto produzido pelo PCP no centenário do nascimento de José Gregório (1908-2008).

⁶⁸² José Gregório aderiu ao PCP em 1933, tendo começado por desempenhar um papel determinante nas actividades sindicais desenvolvidas na Marinha Grande. Envolveu-se depois na guerra civil de Espanha e participou na importante reorganização da 1940/41. É nesta altura que estabelece relações com Álvaro Cunhal e Cândida Ventura, com quem partilha funções ao mais alto nível enquanto membros do Secretariado do Comité Central, juntamente com Manuel Guedes.

aquando do seu exílio. Após a morte de José Gregório, as funções de ligação do PCP ao PCC foram formalmente atribuídas a Cândida Ventura, apesar de Álvaro Cunhal se manter como *controleiro* de todo o colectivo. A relação de amizade pessoal que iniciaram na juventude contribuiu para uma relação política de confiança ao longo das décadas seguintes, mas o desfecho da Primavera de Praga provocou uma ruptura, cujos reais contornos só foram conhecidos depois do 25 de Abril.

Flausino Torres desempenhou um papel relevante entre os exilados de Praga apesar de ter deixado de exercer funções dirigentes no PCP por ter entrado em ruptura com os exilados de Argel, onde começou a sua trajectória de exilado político. Após ter sido preso na sequência da actividade política que desenvolveu no *interior*, nomeadamente no MUNAF (Movimento de Unidade Nacional Anti-Fascista) e no MUD (Movimento de Unidade Democrática), Flausino Torres mergulhou na clandestinidade em meados de 1965 e no final desse ano foi colocado na célula do PCP em Argel.

A sua saída forçada para o exílio teve como principal motivo evitar uma previsível prisão, tendo sido por isso mesmo autorizado a passar para o exterior com a família, mas para desempenhar funções concretas de apoio à luta do *interior*, ou seja, integrar o executivo da Frente Portuguesa de Libertação Nacional (FPLN).

Na sequência de desentendimentos com outros exilados, Flausino Torres acabou por ser demitido das suas funções na FPLN e deslocado provisoriamente para a Roménia em 1967⁶⁸³. No final desse ano, integrou-se no colectivo de Praga com a mulher, tendo começado a leccionar na Universidade Karlova. O PCC disponibilizou então uma casa e um subsídio mensal para Flausino Torres por solicitação directa do líder dos comunistas portugueses. Os contactos com os meios intelectuais checoslovacos em plena fermentação da Primavera de Praga aprofundaram as suas divergências com Cândida Ventura e Álvaro Cunhal, tendo sido expulso do partido.

2.2 Exilados inseridos na sociedade

As funções políticas dos restantes exilados comunistas resultavam das actividades que exerciam na sociedade checoslovaca. António Bastos Lopes tinha já um longo percurso na clandestinidade com a companheira Mercedes Ferreira⁶⁸⁴ quando o aparelho do PCP

⁶⁸³ Instalou-se na casa do filho, Cláudio Torres, que já vivia exilado em Bucareste.

⁶⁸⁴ A sua irmã Sofia Ferreira foi presa com Álvaro Cunhal numa casa clandestina no Luso, em 1949.

procedeu à colocação do casal no *exterior*, na sequência de violentas torturas na prisão. Após uma breve passagem por Argel, instalaram-se em Praga com os dois filhos, tendo recebido auxílio do PCC para arranjam trabalho como operários industriais através da intervenção de Sérgio Vilarigues. Bastos Lopes tinha sido responsável pela montagem de várias tipografias clandestinas no *interior* e dividia as tarefas de impressão do material de propaganda com a companheira. Assumiu posteriormente funções de controlo na região de Aveiro e o destaque dessas funções justificou o envio para o exílio após ter cumprido uma prolongada pena de prisão.

A irmã de Mercedes Ferreira juntou-se ao colectivo por motivos de saúde. Georgette Ferreira começou por estar internada durante quase um ano num sanatório, assumindo nos restantes dois anos do exílio funções de Representante das Mulheres Democratas Portuguesas, em contacto directo com Álvaro Cunhal: «O correio vindo de Portugal chegava a Praga e eu estava encarregue de o fazer chegar ao Álvaro em Moscovo»⁶⁸⁵, recorda. As relações com o secretário-geral do PCP, com quem partilhara uma casa clandestina no *interior* na década de 40, permitiram-lhe percorrer vários países do leste para relatar a situação dos presos políticos em Portugal. Georgette Ferreira passou depois para Paris, tendo regressado ao *interior* ao fim de três anos em França.

Também Valdemar Pinho, José Valadas e António Tereso estavam em Praga a exercer actividades como operários industriais. Este último participara de forma decisiva no sucesso da fuga de Caxias, em Dezembro de 1961, tendo sido exilado primeiro em França e depois na Checoslováquia. O envolvimento na fuga a escassos meses de sair em liberdade e o protagonismo que adquiriu - primeiro, fingindo ter rompido com o PCP; depois, conduzindo o próprio veículo da operação - , forçaram a sua imediata passagem para Paris e depois para a Checoslováquia, onde terminou os estudos e se instalou como operário.

O colectivo integrava também dois estudantes, Manuel Bacelar e Álvaro Bandarra, um jovem desertor que mais tarde estaria na origem de uma violenta discussão com Álvaro Cunhal por causa da invasão da Checoslováquia. Bandarra licenciou-se em sociologia e filosofia na Universidade Carolina de Praga, beneficiando da atribuição de uma bolsa, e exerceu funções de representante do Secretariado dos Encontros dos Estudantes Portugueses no Estrangeiro. Tinha como tarefas políticas no exílio manter as ligações

⁶⁸⁵ Silva, *Álvaro Cunhal e as mulheres...*, 118.

com os estudantes portugueses, em proximidade com Flausino Torres. Assumiu depois funções de docente na Universidade Karlova, tendo sido afastado do PCP pelo próprio Álvaro Cunhal. Acabou por se transferir para Argel.

Entre os exilados estavam ainda o médico António Barbosa e a mulher Duartina Morais Cabral, e as companheiras de Flausino Torres e de José Gregório, respectivamente Fernanda Cardoso de Figueiredo e Amélia Fonseca do Carmo.

Cabia a Cândida Ventura reunir regularmente com todos os exilados para os manter informados sobre as linhas de orientação aprovadas pelo PCP, mas o exercício real de funções políticas estava concentrado nas suas mãos enquanto representante do partido e sob controlo directo de Álvaro Cunhal.

2.3 A importância da base de Praga

2.3.1 As conferências internacionais dos partidos comunistas

Álvaro Cunhal abandonou a sua residência permanente em Moscovo em finais de 1965, passando a residir entre Paris e Bucareste, onde colocara a sua ex-companheira e a filha de ambos para viver com a cunhada⁶⁸⁶. As funções de ligação ao PCUS passaram a ser asseguradas por Manuel Rodrigues da Silva, que chegara a Moscovo em 1964, após 23 anos passados nas prisões do Estado Novo.

Até à Primavera de Praga, a Checoslováquia era um importante ponto de apoio do PCP, na medida em que permitia a Álvaro Cunhal contactar com o movimento comunista ao mais alto nível. O papel que desempenhou na conferência dos partidos comunistas de 1965 permitiu-lhe projectar-se devido às fortes críticas dirigidas ao Partido Comunista Chinês e com considerável repercussão no movimento comunista internacional através do *Pravda* e de alguns jornais generalistas do sudeste asiático⁶⁸⁷.

Estes progressivo envolvimento activo do PCP em defesa de Moscovo não passou despercebido ao PCUS e ao próprio governo português. No dia 15 de Junho de 1965, o Ministério dos Negócios Estrangeiros foi notificado pelo embaixador em Quito das actividades do dirigente comunista. O diplomata Albertino dos Santos Matias regista a

⁶⁸⁶ Cunhal, *Álvaro Cunhal...*, 455-467.

⁶⁸⁷ O jornal *Bangkok World*, de 9 Novembro de 1965, dá conta das «críticas severas» de Álvaro Cunhal à China e às acusações de divisionismo do movimento comunista.

censura de Álvaro Cunhal aos chineses pela ausência na conferência dos partidos comunistas e conclui que o PCP «enfileira no bando russo que, com hindus e outros, se opõe a China, ao mesmo tempo que nos é abertamente hostil, pois critica Pequim por permitir a continuação do “colonialismo” português em Macau»⁶⁸⁸.

O progressivo envolvimento de Álvaro Cunhal no movimento comunista permitiu-lhe ascender a uma posição diferenciada, tendo consolidado esse destaque nos encontros que precederam a Primavera de Praga e posteriormente à invasão. Na preparação da Conferência dos Partidos Comunistas e Operários da Europa de 1967, o secretário-geral do PCP enviou Carlos Brito para participar nas reuniões preparatórias do encontro.

Este dirigente tinha iniciado o seu exílio em França por decisão do próprio Álvaro Cunhal, poucos meses após ter cumprido pena de prisão no Forte de Peniche em 1966⁶⁸⁹: «Contrariado, ali estava, correspondendo ao apelo do Partido, mas também protestando e pedindo explicações»⁶⁹⁰, recorda nas suas memórias. O interpelado era o próprio secretário-geral do PCP que marcara o encontro através de Francisco Miguel, um *ícone* de guerrilheiro da máxima confiança do líder comunista, para um café da Place de Clichy. Nessa mesma reunião, ficou decidido que Carlos Brito começaria por ser enviado clandestinamente para Moscovo para receber formação inicial durante um ano e posteriormente regressar a Portugal para reintegrar a luta no *interior*. A duração do exílio ficou assim definida pelo cumprimento do programa preparatório na União Soviética, mas antes de regressar ao *interior* Carlos Brito ainda desempenhou tarefas internacionais na Checoslováquia e na Hungria.

A sua presença na Checoslováquia nas vésperas da Primavera de Praga teve como objectivo colaborar directamente com Álvaro Cunhal na sua participação na

⁶⁸⁸ AHD, PEA II, maço 454, processo 330.

⁶⁸⁹ Na sequência de um pedido de informação da Amnistia Internacional através da embaixada de Portugal em Londres, a PIDE informou, em 22 de Abril de 1964, que «o Carlos Brito está cumprindo na Cadeia de Peniche a pena 4 anos de prisão acrescida de pena acessória de 3 anos de internamento, cujo termo se não verificará antes de 1 de Outubro de 1966. Esta sanção foi-lhe imposta pela autoria de uma pluralidade de factos delituosos que envolviam grave perigo para a segurança do estado, sendo ainda imputado o crime de fabrico de falsos documentos. Trata-se de um individuo que em maio de 1957 se evadiu da cadeia do Aljube, onde aguardava julgamento pro haver sido pronunciado em juízo sem admissão de caução, passando desde logo a viver na clandestinidade e exclusivamente do produto do exercício da delinquência, até que pôde ser recapturado em Junho de 1959. Além disso, continua a revelar ostensiva predisposição para, na situação de liberdade vir a repetir factor criminosos idênticos aos que lhe provocaram a aludida sanção criminal, AHD, PEA III, maço 537, processo 331.1, pasta II.

⁶⁹⁰ Carlos Brito, *Álvaro Cunhal – Sete Fôlegos do Combatente* (Lisboa: edições Nelson de Matos, 2010), 21-24.

Conferência dos Partidos Comunistas e Operários da Europa, realizada Karlovy Vary⁶⁹¹, em 1967, cujo pano de fundo era construção de um «sistema de segurança europeia colectiva».

Álvaro Cunhal presidiu à delegação portuguesa, que contava também com Manuel Rodrigues da Silva e António Santos⁶⁹². A intervenção do líder dos comunistas portugueses centrou-se nas críticas cerradas ao «imperialismo norte-americano» pelas acções militares desenvolvidas no Vietname, América Latina e África e na defesa do bloco do leste enquanto promotor da paz mundial: «O campo socialista tendo à sua frente a União Soviética, a classe operária dos países capitalistas e o movimento nacional-libertador, a que se juntam em todos os países outros vastos sectores democráticos e pacíficos, tem força bastante para fazer recuar a política agressiva do imperialismo»⁶⁹³.

Esta declaração a favor da *paz e de segurança na Europa* teria de ser ignorada no ano seguinte quando Álvaro Cunhal manifestou apoio à invasão da Checoslováquia e vinculou o PCP às justificações soviéticas que *legitimavam* a agressão militar e a violação de um país soberano.

Na mesma conferência, Álvaro Cunhal defendeu que o «sistema de segurança europeia colectiva» devia consagrar como principais objectivos «libertar a Europa Ocidental da tutela económica, diplomática e militar dos Estados Unidos»; «impedir o desenvolvimento das forças expansionistas e revanchistas da República Federal Alemã»; «conseguir que o Pacto agressivo da OTAN não seja prorrogado em 1969». O que implicava em termos concretos impor o reconhecimento internacional da RDA e travar o acesso da RFA ao armamento nuclear.

O secretário-geral do PCP utilizou palavras pesadas para se insurgir contra o *imperialismo* norte-americano e contra o *renascimento do militarismo e do nazismo* na RFA⁶⁹⁴. Defendeu o direito à soberania e à autodeterminação dos povos, criticou a ingerência nos assuntos internos de cada país e censurou a agressão militar. A

⁶⁹¹ Cidade termal perto da fronteira com Alemanha. As reuniões preparatórias ocorreram em Varsóvia e Praga e o encontro final realizou-se entre os dias 24 e 26 de Abril.

⁶⁹² Cfr. *Avante!*, n.379, Junho, 1967.

⁶⁹³ «Intervenção na conferência dos partidos comunistas e operários da Europa», em Cunhal, *Obras Escolhidas*, vol. IV..., 5-13.

⁶⁹⁴ Álvaro Cunhal apontou como o «facto mais sintomático» dessa política a instalação de uma base aérea alemã em Beja.

conferência, que pretendia «estabelecer um guia de acção para a paz», acabou por se virar contra o PCP, no ano seguinte, por causa da invasão de Praga.

A intervenção de Álvaro Cunhal na conferência terá causado um certo impacto no movimento comunista pelo facto ter ido para lá do tema: «Não se limitou aos problemas da segurança europeia», recorda Carlos Brito. O secretário-geral do PCP pretendeu assim estabelecer uma ligação entre a luta pela paz e a segurança da Europa com a «luta contra a política expansionista e de dominação colonial de países imperialistas europeus noutros continentes e em particular contra as guerras coloniais e outras acções militares com que procuram abafar os movimentos de libertação nacional».

Álvaro Cunhal defendeu que «para o povo português, lutar pela paz e a segurança na Europa é ao mesmo tempo lutar contra a ditadura fascista e pela instauração dum regime democrático», ou seja, «lutar pelo reconhecimento aos povos das colónias portuguesas do direito à autodeterminação e à sua independência».

Este discurso em Karlovy Vary ficou ancorado na ideia de que os partidos comunistas assumiam como tarefa internacional comum lutar pelo desenvolvimento das relações pacíficas entre todos os Estados europeus «dentro dos princípios da soberania, da igualdade e do interesse mútuo», acrescentando ainda a renúncia «ao recurso à força e à ingerência de qualquer Estado nas questões internas dos outros».

Exactamente o contrário do que sucederia de imediato com a invasão. Na conferência seguinte, realizada em Moscovo em Junho de 1969⁶⁹⁵, Álvaro Cunhal integrou na comitiva do PCP José Vitoriano e Carlos Aboim Inglês, tendo começado na sua intervenção por reconhecer a «naturalidade das divergências mais ou menos profundas» entre os partidos comunistas: «Aquilo que [nos] une é incomparavelmente superior àquilo que, em tal ou tal momento, tende a afastá-los ou separá-los». De imediato, atalha que trabalhar para a unidade significa «combater a acção daqueles que declaram ser seu objectivo dividir e destruir os partidos comunistas, socavar a comunidade socialista, desintegrar o movimento comunista».

Uma evolução discursiva que permitiu advertir que «um partido marxista-leninista não entende a independência como uma posição de estreiteza nacional, de isolamento e

⁶⁹⁵ «Intervenção na conferência dos partidos comunistas e operários da Europa», em Cunhal, *Obras Escolhidas*, vol. IV..., 269-278.

separatismo». Depois de afirmar que o caminho para o socialismo em cada país «não é independente da conjuntura internacional» e da «correlação mundial de forças», Álvaro Cunhal clarificou a mudança narrativa relativamente ao ano anterior: «A independência de cada partido é inseparável da sua política internacionalista» e «o processo revolucionário mundial exige dos internacionalistas a prontidão para os sacrifícios, tanto pelo seu próprio povo como pelo sucesso da luta dos outros povos».

Álvaro Cunhal continuou o seu discurso sem nunca falar directamente da invasão de Praga, mas advertindo que a actividade de cada partido comunista não podia considerar-se como respeitando apenas ao país respectivo, «pois cada partido não é um compartimento estanque».

2.3.2 A consolidação da mudança estratégica

O desaparecimento das ideias-chave da conferência de 1967 do discurso do PCP forçou Álvaro Cunhal a desdobrar-se em artigos e declarações justificativas: como conciliar a defesa intransigente da soberania e a condenação das agressões militares com a invasão da Checoslováquia?

Numa entrevista à Rádio Moscovo em Setembro de 1969⁶⁹⁶, começou por garantir que o assunto ficara fora da agenda da conferência por «desejo expresso» do PCC «a fim de facilitar a superação da grave crise política». Álvaro Cunhal pretendia aproveitar a oportunidade para consolidar as conclusões da conferência e justificar a «imperiosa necessidade» da invasão para responder aos «perigos» que ameaçavam o regime socialista checoslovaco e a «segurança da comunidade socialista».

Num artigo publicado na revista internacional *Problemas da Paz e do Socialismo* em Maio de 1970⁶⁹⁷, teorizou sobre o internacionalismo operário, identificando entre os princípios fundadores «a primazia dos interesses gerais e internacionais da revolução socialista sobre interesses particulares imediatos».

Segundo Álvaro Cunhal, «mesmo quando, em circunstâncias particulares, parece não coincidirem os interesses gerais e os interesses imediatos, a subordinação dos interesses imediatos da classe operária de um país aos interesses da luta à escala mundial

⁶⁹⁶ Cunhal, *Obras Escolhidas*, vol. IV..., 391-397.

⁶⁹⁷ Cunhal, *Obras Escolhidas*, vol. IV..., 443-457.

corresponde de facto aos interesses da classe operária desse país», ou seja, o internacionalismo representava a «expressão de uma superior consciência nacional» e a base do «patriotismo esclarecido».

Voltou ao assunto dois anos mais tarde através de um artigo com o título «A força invencível do movimento comunista». O texto pretende confirmar as justificações de Moscovo para a invasão de Praga, nomeadamente a defesa da coesão e força do movimento comunista internacional: «O reforço da unidade do movimento comunista não contraria, antes torna mais sólida, a independência de cada partido, que se exerce, por um lado, na definição da sua própria orientação e, por outro lado, no prosseguimento de uma consequente política de classe, por isso mesmo internacionalista»⁶⁹⁸.

2.3.3 As reuniões do Comité Central

A importância da base de Praga para o PCP encontra-se ilustrada na realização nesta cidade de três reuniões do Comité Central (Agosto de 1966, Julho de 1967 e Setembro de 1968), cuja logística dependeu do financiamento directo do PCC, isto porque implicavam uma considerável operação clandestina para mobilizar os exilados e os dirigentes que se deslocavam do *interior*. Entre 1962 e 1968, os comunistas checoslovacos responderam também a pedidos individuais de auxílio de Cândida Ventura, Flausino Torres e de Sérgio Vilarigues (este último intercedendo por Mercedes Ferreira e António Lopes), tendo suportado as despesas de várias reuniões do PCP a pedido do seu Secretariado⁶⁹⁹.

Os comunistas usufruíram destas condições favoráveis de instalação e funcionamento em Praga, mas Álvaro Cunhal nunca abdicou das regras da clandestinidade por receio da vigilância directa de agentes da PIDE⁷⁰⁰ ou através das redes diplomáticas que em vários países contavam com informadores locais. Em Abril de 1968, o embaixador de Portugal em Roma informou o ministro dos Negócios Estrangeiros que tinha recebido pessoalmente um informador com alegadas informações sobre a localização de Álvaro Cunhal: «Fui procurado no hotel onde resido pelo chileno Francisco Guillermo Acevedo

⁶⁹⁸ Cunhal, *Obras Escolhidas*, vol. IV..., 693-705.

⁶⁹⁹ Cfr. Arquivos da Checoslováquia – Documento sobre Portugueses na Checoslováquia 1962-1976, Universidade de Coimbra, Centro de Documentação 25 de Abril.

⁷⁰⁰ A embaixada de Portugal em Rabat pagou directamente 3.500 dirhams a um agente infiltrado da PIDE «para o prosseguimento da sua missão em Marrocos», cfr. AHD, PEA IV, maço 25, processo 331,1.

Godoy⁷⁰¹. Pelo telefone disse-me ter urgência em falar comigo e, perante a minha insistência em conhecer o fim da sua visita, acabou por dizer que pretendia dar-me informações sobre Álvaro Cunhal»⁷⁰².

A acção na clandestinidade acabou por constituir o principal tema da intervenção de Álvaro Cunhal no Comité Central realizado secretamente nos arredores de Praga no ano anterior, no sentido de serem tomadas medidas para «reforçar o trabalho de direcção no interior do país com novos quadros»⁷⁰³. Na véspera da chegada dos restantes dirigentes, Álvaro Cunhal reuniu-se com três operacionais que regressavam de um curso de acções especiais armadas em Cuba. Trata-se do núcleo fundador do braço armado do PCP: a Acção Revolucionária Armada (ARA). O secretário-geral do PCP tentou refrear o entusiasmo e enquadrar o ímpeto guerrilheiro na estratégia do partido, ou seja, dirigir as acções directas para a destruição do aparelho que sustentava a guerra em África e assim preservar a luta de massas como principal eixo estratégico no *interior*.

3. Os comunistas portugueses e a invasão da Checoslováquia

3.1 A queda de Praga

A entrada dos tanques em Praga na madrugada do dia 20 de Agosto de 1968 surpreendeu os exilados portugueses. A responsável local do PCP encontrava-se em Tatranské Lomnice quando uma amiga eslovaca a acordou de madrugada: «Percebi que algo de muito grave se tinha passado. Tentei acalmá-la e fazê-la falar: impossível»⁷⁰⁴, recorda Cândida Ventura.

Flausino Torres relata uma experiência idêntica: «Entram-nos pela porta dentro três amigos – entre eles M[ercedes Ferreira]: Rebentou a guerra! A Checoslováquia foi invadida pelos soviéticos! Ficámos meio atordoados; todos nós estávamos meio atordoados. Seria possível? A União Soviética, a Pátria do Socialismo, como todos os que a amamos tínhamos o costume de chamar-lhe (...) invadia um país amigo...!»⁷⁰⁵.

⁷⁰¹ O governo confirmou a informação junto da PIDE, tendo a polícia política informado que se tratava de um «burlão internacional» que já tinha conseguido «ludibriar» diplomatas de outros países.

⁷⁰² AHD, PEA III, maço 524, processo 331.1, pasta 52.

⁷⁰³ Brito, *Álvaro Cunhal...*, 32.

⁷⁰⁴ Ventura, *O Socialismo...*, 142.

⁷⁰⁵ Flausino Torres, *Diário da Batalha de Praga – Socialismo e Humanismo* (Porto: Edições Afrontamento, 2008), 19.

As primeiras unidades militares a entrarem em Praga dirigiram-se para as instalações onde funcionava o Comité Central do PCC e prenderam de imediato Alexander Dubcek e os principais dirigentes. Os objectivos eram claros: manietar os principais dirigentes checoslovacos e paralisar os órgãos do poder para forçar uma mudança das políticas.

A resistência passiva durante as primeiras horas da invasão acabou por ceder perante a sucessiva ocupação das principais instalações públicas e políticas na capital checa. «Eu tinha a sensação de me decompor fisicamente, a certa altura já não conseguia ouvir, não conseguia falar nem estar de pé», recorda Cândida Ventura, «não sei às quantas do romper do dia levaram-me, a esvair-me em sangue, para o Hospital de Lomnice», continua a representante do PCP no seu relato emotivo.

A intervenção militar pode ter apanhado de surpresa alguns sectores do movimento comunista internacional e da sociedade checoslovaca⁷⁰⁶, mas desde meados de Abril que corriam rumores sobre essa hipótese, tendo por base «informações parciais» resultantes de uma reunião do Comité Central do PCUS realizada em Março⁷⁰⁷. A própria envergadura da operação terrestre e aérea de unidades militares de cinco países diferentes exigia necessariamente um período considerável de preparação. As manobras militares iniciadas em Maio pela União Soviética junto à fronteira com a Checoslováquia e também dos exércitos da Polónia e da RDA reforçaram essa percepção que se tornou realidade no dia 20 de Agosto. «A intervenção ocorreu numa conjuntura em que não se podia esgrimir nenhuma razão digna desse nome, nenhuma argumentação coerente, para justificá-la», afirma Jiri Hajek⁷⁰⁸.

A «Carta de Varsóvia» assinada em 15 de Julho pelos comités centrais dos cinco partidos⁷⁰⁹ dos países invasores assumia publicamente a profundidade dessas divergências e deixava clara a irredutibilidade de Moscovo na resolução de uma situação que já se constituía como um problema delicado. A «Carta dos Partidos Irmãos ao Comité Central do Partido Comunista da Checoslováquia» assumira-se na aparência como um «alerta fraternal» em nome do «internacionalismo proletário», mas

⁷⁰⁶ Na sequência de um encontro com Alexander Dubcek na cidade termal de Karlovy Vary, Wlatter Ulbricht, secretário-geral do Partido Comunista da República Democrática Alemã, elogiou os «trabalhadores da Checoslováquia» pelos progressos registados na «construção do socialismo». Uma semana mais tarde, as tropas alemãs invadiram Praga com os restantes países do Pacto de Varsóvia.

⁷⁰⁷ Hajek, *Praga...*, 117.

⁷⁰⁸ Hajek, *Praga...*, 121.

⁷⁰⁹ Os comunistas checoslovacos não participaram, alegando discordar dos moldes do encontro e do conteúdo previsto.

representava claramente uma ameaça aos comunistas checoslovacos contra a «ofensiva da reacção, apoiada pelo imperialismo»⁷¹⁰.

O *presidium* do partido checoslovaco respondeu à carta três dias mais tarde reafirmando a «aliança» e a «amizade» com os outros países socialistas e, após rebater todas as críticas, termina manifestando empenho em «desanuviar a situação»⁷¹¹. Os comunistas checoslovacos tinham diante de si a primeira ameaça oficial e directa dos restantes Estados socialistas do Pacto de Varsóvia, ou seja, uma continuidade da mesma dinâmica caucionaria o *direito* à intervenção em defesa das conquistas socialistas e da integridade do movimento comunista internacional.

A escalada levou os comunistas franceses a enviarem o seu secretário-geral primeiro a Moscovo e depois a Praga à procura de um compromisso que preservasse a integridade do movimento comunista⁷¹². Waldéck Rocht chegou à Checoslováquia em finais de Julho e defendeu a realização de um encontro internacional para debater as diferenças já vincadas. O facto de o dirigente francês pró-soviético ter estado previamente em Moscovo foi interpretado pelos checoslovacos como uma validação prévia do caminho negocial, tendo apresentado de imediato uma proposta para a realização de encontros bilaterais com os restantes partidos para que a situação fosse devidamente explicada e a ruptura evitada⁷¹³.

O PCUS começou por aceitar a proposta, mas a sua delegação limitou-se a repetir insistentemente o argumentário da «Carta de Varsóvia», ao mesmo tempo que a opinião pública checoslovaca se manifestava com crescente entusiasmo em defesa das reformas em curso e contra as críticas dos *cinco*.

A degradação do ambiente das conversações chegou a provocar uma interrupção, mas acabou por se chegar a uma plataforma de entendimento. O chamado «Acordo de Cierna»⁷¹⁴ entre o *bureau* político do Comité Central do PCUS e o *presidium* do Comité Central do PCC consagrava várias exigências dos dirigentes soviéticos em relação às

⁷¹⁰ Carmo, *Dossier Checoslováquia...*, 47-56; AV.VV., *Tchecoslováquia...*25-33.

⁷¹¹ AA.VV. *A Checoslováquia na hora da democratização* (Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1968),127-148; AV.VV., *Tchecoslováquia...*,35-46.

⁷¹² O informe do Comité Central do Partido Comunista Francês de 20 de Outubro de 1968 defende que a situação da Checoslováquia devia ser resolvida através de uma profunda discussão que permitisse superar as divergências em respeito pelas regras de funcionamento de cada um dos partidos.

⁷¹³ Na sequência destes encontros, os comunistas espanhóis assumiram perante o PCUS que uma eventual agressão seria de imediato criticada publicamente.

⁷¹⁴ A conferência decorreu entre os dias 29 de Julho e 1 de Agosto de 1968.

medidas que deviam ser tomadas pelos checoslovacos, assumindo os visados o compromisso de estudar os termos da sua execução⁷¹⁵.

Para os soviéticos, tratava-se de um acordo que exigiam ver cumprido. Para os checoslovacos, estava somente em causa um conjunto de intenções, mas cuja resolução levantava fortes reservas, na medida em que colidia frontalmente com a autonomia do partido e do próprio governo. No limite, Alexander Dubcek conseguiu com o «Acordo de Cierna» ganhar algum tempo na preservação da paz, mas Moscovo dificilmente permitiria que a pressão fosse aliviada sem cedências em toda a linha.

Seguiram-se no início de Agosto os encontros com os restantes partidos. As conversações multilaterais de Bratislava, realizadas no dia 3 de Agosto, reforçaram o tom crítico dos *cinco*, tendo os dirigentes checoslovacos conseguido obter somente referências genéricas de respeito pelas especificidades dos vários partidos e governos do bloco socialista. Imperou o tom crítico da «Carta de Varsóvia» e o ambiente manteve-se instável. A «Declaração de Bratislava» reafirma que «manter, intensificar e defender todas as conquistas realizadas heróica e abnegadamente por cada um dos povos constitui o dever internacional de todos os países socialistas»⁷¹⁶. É exactamente este argumento que será invocado directamente pela União Soviética para justificar a violação da soberania e que colherá o apoio incondicional do PCP.

Quando pareciam estar a enquadrar o comunicado no contexto da coexistência, manifestando o empenho do bloco socialista na «luta por uma paz completa e duradoura», os partidos dos *cinco* estavam na verdade a justificar a importância do Pacto de Varsóvia e a antecipar a sua activação: «Foi e continua a ser um poderoso factor para a garantia da paz e da segurança dos povos europeus», acrescentando que se trata de «um obstáculo intransponível para todos aqueles que queiram rever os resultados da segunda guerra mundial».

Após a conferência, aterrou em Praga uma delegação da Liga dos Comunistas jugoslavos liderada pelo próprio Tito. Os checoslovacos deixavam assim claro que a sua lealdade ao movimento comunista passava também pelos contactos com todos os outros partidos sem visões sectárias, mas a invasão tornara-se há muito irreversível.

⁷¹⁵ Por exemplo, restringir as relações comerciais e culturais com a RFA e condicionamento da imprensa.

⁷¹⁶ AA.VV., *A Checoslováquia...*, 177,188; AV,VV., *Tchecoslováquia...*, 47, 53.

As tropas do Pacto de Varsóvia iniciaram a tomada de Praga na madrugada de 20 de Agosto de 1968⁷¹⁷ perante forte contestação internacional, mas sem que tivessem recuado um milímetro no objectivo final: aniquilar o processo de democratização da Checoslováquia.

Nas Nações Unidas, o representante da União Soviética justificou a invasão com um alegado «pedido» do governo checoslovaco, no sentido de travar um fantasioso «perigo vinda da reacção estrangeira e interna». A carta dirigida ao presidente do Conselho de Segurança garantia ainda que a «ajuda» teria sido prestada ao abrigo dos acordos entre os membros do Pacto de Varsóvia e tendo por base a própria carta das Nações Unidas.

O peso das tropas invasoras consolidou rapidamente a vitória militar, mas ficou por definir uma solução política.

Em finais de Agosto⁷¹⁸, o chamado «Protocolo de Moscovo» colocou a Checoslováquia na directa dependência da União Soviética e formalizou a presença militar sem quaisquer prazos de retirada. Os comunistas checoslovacos puderam então regressar a Praga, tendo Cândida Ventura presenciado a chegada de Dubcek ao hotel Praha⁷¹⁹: «Ele entra com um chapéu na cabeça. Olhámo-nos cheios de emoção e em silêncio, um silêncio pleno de significado. Tirou o chapéu e pude ver que estava ferido, marcado pelos tratamentos sofridos durante os dias de prisão»⁷²⁰.

A dirigente comunista contou o episódio a Álvaro Cunhal, reforçando o aspecto das sequelas físicas resultantes das torturas sofridas em Moscovo, tendo o secretário-geral do PCP produzido «um comentário do género: “qualquer dia ainda vai aparecer morto aí por qualquer lado, sabes muito bem como é...”»⁷²¹.

Cândida Ventura recorda que decidiu de imediato avisar a resistência checoslovaca: «Eu não tinha como avisar directamente Dubcek da conversa que tive com Álvaro Cunhal porque ele estava fora de Praga. Avisei outras pessoas de que era necessário que fossem

⁷¹⁷ A Checoslováquia ficou manietada em menos de 48 horas pelas tropas soviéticas, búlgaras, húngaras, polacas e alemãs. A Roménia não se envolveu na operação militar, tendo adoptado uma postura bastante crítica.

⁷¹⁸ As negociações decorreram entre os dias 24 e 26 de Agosto.

⁷¹⁹ Trata-se do hotel onde se cruzavam inúmeros dirigentes comunistas.

⁷²⁰ Ventura, *O Socialismo...*, 148.

⁷²¹ Entrevista Cândida Ventura, 15 de Setembro de 2009, Lagos.

tomadas medidas urgentes para protegê-lo. Não tenho dúvidas de que ele recebeu a mensagem porque a partir daí começou a andar com seguranças».

3.2 O apoio do PCP a Moscovo

A intervenção militar do Pacto de Varsóvia marcou uma viragem não apenas na Checoslováquia, mas também em todo o movimento comunista internacional, e conseqüentemente, nos vários partidos comunistas. O PCP sofreu um fortíssimo abalo interno que levou à desagregação de todo o colectivo de exilados e transferência dos pontos de apoio para a Hungria.

Em Maio de 1968, o *Avante!* começou por elogiar o processo de renovação liderado por Alexander Dubcek e garantir que «a Checoslováquia prossegue pela via do socialismo», ou seja, «não se desviou da senda do socialismo, não renunciou à colaboração com os outros países socialistas e não enfraqueceu a sua amizade e cooperação com a União Soviética»⁷²². O próprio Álvaro Cunhal partilhava com os outros dirigentes críticas à direcção de Novotny por considerar que «estava muitíssimo fechada», recorda Carlos Brito⁷²³.

O jornal oficial do PCP interpretava a governação dos renovadores como um esforço para «melhorar o trabalho de direcção e das organizações do PCC e do aparelho» e acrescentava que se tratava de uma «correção» dos «erros e deficiências» que se manifestaram em «vários domínios da actividade política, económica e social, incluindo distorções à legalidade socialista» durante a governação de Novotny. Resumindo: «A Checoslováquia mantém-se ligada aos países do campo socialista e segue em frente o seu caminho, na construção da sociedade sem classes, reforçando o entusiasmo e o poder criador das massas laboriosas, mantendo a sua fidelidade ao marxismo-leninismo e ao internacionalismo operário», exalta o PCP.

No dia 21 de Julho, o próprio Álvaro Cunhal, numa carta dirigida de Paris para Rui Perdigão, na altura exilado na Roménia e a trabalhar clandestinamente na *Rádio Portugal Livre*, refere: «Nem me parece estar tudo justo da parte dos cinco, nem há garantia de que a confiança dos checoslovacos peque por excesso». Reconhecendo

⁷²² «A Checoslováquia prossegue pela via do socialismo», *Avante!*, n.391, Maio de 1968.

⁷²³ Entrevista Carlos Brito, 7 de Outubro de 2014, Alcoutim.

razões e motivos de queixa entre ambas as partes, adverte para a necessidade do PCP adoptar uma «posição moderada e calma»⁷²⁴.

Quando surgiram os primeiros conflitos com a Checoslováquia dentro do movimento comunista, nomeadamente após a «Carta de Varsóvia», os exilados portugueses sentiam-se ancorados nesta prudência de Álvaro Cunhal e na posição expressa pelo *Avante!* na defesa da «democracia socialista». Um sinal positivo que antecipavam vir a ser posteriormente consolidado quando o secretário-geral se deslocasse a Praga: «Era Álvaro Cunhal que controlava o nosso trabalho», garante Cândida Ventura⁷²⁵.

O que não aconteceu. Três dias após o início da operação militar, um comunicado da Comissão Executiva do Comité Central do PCP começava por garantir que «os acontecimentos» na Checoslováquia tinham colocado «em perigo o regime socialista desse país» e acusava o «imperialismo norte-americano» pela tentativa de desestabilizar o bloco socialista⁷²⁶. O que justificava na plenitude a invasão de um país soberano: «A defesa das conquistas do socialismo na Checoslováquia, como em qualquer outro país socialista, quando ameaçadas, não respeita apenas ao povo checoslovaco, mas a todo o campo socialista e ao movimento comunista no seu conjunto. Os acontecimentos mostram a necessidade de conjugar a independência e soberania de cada Partido Comunista com a compreensão e cumprimento dos seus deveres internacionalistas».

O PCP confirma as críticas iniciais dirigidas a Novotny, nomeadamente os «processos burocráticos, autoritários e administrativos», mas adverte que o processo liderado por Dubcek de «correção dos erros» acabou por «não ter na devida conta a existência de forças da reacção no interior e do imperialismo no exterior». O que «abriu amplamente as portas à actividade das forças anti-socialistas e contra-revolucionárias».

A direcção comunista cita o processo de «democratização» com aspas por considerar que Dubcek criou condições para «um regresso à democracia burguesa» e consequente «liquidação das conquistas do socialismo» e separação da Checoslováquia: «Na vida do Partido e na actividade estatal da Checoslováquia foram postos de parte princípios

⁷²⁴ Rui Perdigão, *O PCP visto por dentro e por fora* (Lisboa: Fragmentos, 1988), 147-148.

⁷²⁵ Ventura, *O Socialismo...*, 158.

⁷²⁶ «Comunicado da Comissão Executiva do Comité Central do PCP sobre os Acontecimentos na Checoslováquia», 23 de Agosto de 1968, em *Documentos do Comité Central 1965/74* (Lisboa: Edições Avante!, 1975), 73-79, também publicado no *Avante!*, n. 395, Setembro de 1968, com o título «O Partido Comunista Português e os acontecimentos na Checoslováquia».

fundamentais do marxismo-leninismo sobre o papel da ditadura do proletariado, relegou-se para segundo plano o papel da classe operária na construção do socialismo e na direcção política do Estado, em favor de elementos anti-socialistas e contra-revolucionários».

A Comissão Executiva, ou seja, o próprio Álvaro Cunhal, acrescentou ainda a «posição estratégica» da Checoslováquia no «coração da Europa» como justificativo para a invasão, na medida em que o facto de se tratar de um país da «guarda avançada dos países socialistas a Ocidente» representava «um problema de todas as forças socialistas» e «dever internacionalista das comunistas do mundo inteiro».

O comunicado alude ainda às reuniões prévias à invasão como «esforços dos partidos irmãos» para criar uma «base fraternal» para resolver a «situação criada» e acusa os comunistas checoslovacos de terem faltado aos compromissos assumidos: «Tornou-se inevitável a entrada na Checoslováquia das forças militares dos países socialistas irmãos, a qual decorreu de forma inteiramente pacífica»⁷²⁷. Um acto ditado pela «imperiosa necessidade» de defender um regime socialista e a paz na Europa⁷²⁸.

Por fim, o PCP justifica a sua própria posição com a «fidelidade aos princípios do internacionalismo proletário».

Carlos Antunes garante que esta posição decorreu de uma reunião secreta entre Álvaro Cunhal e o embaixador soviético em Paris: «No próprio dia da intervenção, apareceu em minha casa a dar conta de que tinha sido chamado nessa tarde pelo embaixador para explicar a situação e que teríamos de apoiá-los para garantir a nossa sobrevivência»⁷²⁹.

Os portugueses acabaram por ficar isolados dos principais países comunistas europeus no apoio a Moscovo, na medida em que os dirigentes franceses, italianos e espanhóis

⁷²⁷ O PCP tentou usar como argumento as conclusões publicadas pelo Comité Central do Partido Comunista da Checoslováquia em Janeiro de 1968. Nessa altura, Alexander Dubcek ascendeu à liderança com um programa de acção que visava uma progressiva democratização. O PCP elogiara esses esforços, mas recuara depois da invasão, afirmando que nesse processo «não esteve suficientemente presente um ponto de vista de classe, admitiu-se e facilitou-se uma evolução que objectivamente correspondia a um regresso à democracia burguesa, à consequente liquidação das conquistas do socialismo e à separação da Checoslováquia da comunidade dos países socialistas».

⁷²⁸ O comunicado recorda ainda que na segunda guerra «tomaram» na Checoslováquia «mais de 100 mil soldados soviéticos». Um «sacrifício de sangue» que abriu caminho para a construção do socialismo na Checoslováquia.

⁷²⁹ Entrevista Carlos Antunes, 15 de Fevereiro 2015, Lisboa.

criticaram a intervenção, tendo sido acompanhados pelos ingleses, suecos e belgas, além da posição antecipadamente clara dos jugoslavos e dos romenos.

O Partido Comunista da Roménia reafirmou que «o problema da escolha dos caminhos para a edificação socialista é um problema interno de cada partido» e, depois de classificar a invasão como uma «flagrante violação da soberania nacional de um país socialista irmão», acrescentou tratar-se de «um momento vergonhoso para a história do movimento revolucionário». As críticas mais fortes surgiram dos chineses, tendo o PCC criticado a «camarilha dirigente revisionista soviética e os seus acólitos» por terem cometido «um crime abominável contra o povo checoslovaco»⁷³⁰.

O comité da Liga dos Comunistas da Jugoslávia manifestou a sua «profunda amargura e protesto contra a ocupação» ao longo de um extenso documento com inúmeras críticas à União Soviética e exigências para que fosse respeitada a soberania da Checoslováquia. A Liga «não reconhece a ninguém o direito de imiscuir-se discricionariamente nos assuntos internos de outros países», acrescentando que «rejeita todos os argumentos» apresentados pelos países do Pacto de Varsóvia e «exigindo» que se ponha termo urgentemente à «ocupação»⁷³¹.

Em termos claros, os comunistas portugueses defenderam «a necessidade de conjugar a independência e a soberania de cada Partido Comunista com a compreensão e cumprimento dos seus deveres internacionalistas». O que significava que «a intervenção foi ditada pela imperiosa necessidade da defesa do regime socialista da Checoslováquia gravemente ameaçado e da segurança de toda a comunidade socialista e da paz na Europa».

3.3 A ruptura dos exilados comunistas

O comunicado da Comissão Executiva do Comité Central do PCP datado de 23 de Agosto terá chegado ao conhecimento de Cândida Ventura somente em meados de mês seguinte, tendo a dirigente comunista informado os restantes exilados no dia 17 de Setembro. Durante esse período interpretativo dos acontecimentos, as posições individuais dos exilados foram evoluindo até ao ponto de não retorno.

⁷³⁰ AV.VV., *Tchecoslováquia...*,73, 79.

⁷³¹ AV.VV., *Tchecoslováquia...*,100-109.

Flausino Torres tomou a iniciativa: «E nós, nós os Portugueses, que faríamos? Que fazíamos? Que posição tomaram ou iriam tomar?», começa por questionar, justificando de seguida a iniciativa: «Que fazer? Ou adaptarmo-nos indiferentemente, refugiando-nos na nossa condição de estrangeiros; ou esperar que a Direcção do P.[artido] tome posição; ou – terceira via – declarando-nos imediatamente pelo lado da justiça, cumprindo um dever à luz dos princípios. Resolveu-se portanto que definiríamos claramente a nossa atitude – sem esperar as decisões dos dirigentes de qualquer escalão»⁷³².

Escreveu depois um primeiro documento que entregou nas embaixadas das potências contra a ocupação. O texto intitulado «Os Portugueses residentes na Tchécoslováquia» constitui um apelo directo à paz e coloca os comunistas portugueses «ao lado dos Partidos Comunistas de todo o mundo» e incentiva a União Soviética a respeitar os esforços da renovação checoslovaca, do mesmo modo que «aceita hoje as experiências arrojadas do socialismo jugoslavo, romeno, cubano...». Apesar do tom ainda de abertura, a carta já antecipa o estado de espírito dos exilados portugueses: «Estamos assistindo ao desenrolar do dramático conflito. E não assistimos com indiferença do espectador»⁷³³.

Flausino Torres recorda que se tratou de uma reacção «moderadíssima» e que tinha em conta o «adiamento indefinido» da direcção do PCP para tomar uma posição⁷³⁴. O prolongamento dessa ausência de orientações justificou uma nova iniciativa, mas que acabou por colidir frontalmente com a divulgação da posição oficial do PCP junto dos exilados na Checoslováquia.

O segundo texto produzido por Flausino Torres em nome dos exilados portugueses está datado de 16 de Setembro de 1968 e resulta precisamente da ausência de «qualquer informação sobre a posição do PCP». O documento critica directamente a ausência de uma posição oficial do PCP «no que respeita à trágica ocupação militar de

⁷³² Paulo Torres Bento, *Flausino Torres – Documentos e Fragmentos Biográficos de um intelectual antifascista* (Porto: Edições Afrontamento, 2006), 149. A obra de carácter biográfico reproduz o diário escrito por Flausino Torres sem as restrições da posterior publicação *Diário da Batalha de Praga*, cuja edição foca apenas a invasão da Checoslováquia e «expurga» as passagens «mais explícitas relativas ao que se passou entre os comunistas portugueses em Praga», cfr. Flausino Torres, *Diário da Batalha de Praga*, 8.

⁷³³ «Os Portugueses residentes na Tchécoslovaquia», s.d., Flausino Torres, Act.Priv./Ex.Praga, Diário Bat.Praga, documento 4, Universidade de Coimbra, Centro de Documentação 25 de Abril.

⁷³⁴ Torres, *A Batalha...*, 26.

Checoslováquia». Em nome dos «portugueses exilados políticos residentes na República Socialista da Checoslováquia», o texto reafirma total solidariedade com os comunistas checoslovacos, classifica a ocupação como «um erro político dramático» e apela ao «completo restabelecimento do processo de democratização»⁷³⁵.

A posição pró-soviética entretanto adoptada pelo PCP chegou finalmente a Praga. Álvaro Bandarra transmitiu no dia 17 de Setembro a Flausino Torres a informação prestada por Cândida Ventura⁷³⁶ sobre a posição do PCP tomada dois dias após a ocupação⁷³⁷ e este decidiu de imediato acrescentar um apêndice ao texto inicial com fortes críticas a Álvaro Cunhal: «Foi preciso agir imediatamente»⁷³⁸. Nesse acrescento, os exilados declararam «expressamente» que a resolução do PCP compromete «somente» o Secretariado do PCP e acusam os dirigentes de «renegarem» e «traírem» toda a linha do partido, aprovada nos seus Congressos, «não só no que respeita à política nacional, mas também à política de Paz, de Fraternidade Socialista, de Coexistência Pacífica, no que concerne ao Movimento Comunista Internacional»⁷³⁹.

Já em evidente processo de ruptura, Flausino Torres reafirma as críticas ao PCP destacando as contradições entre lutar pela liberdade em Portugal e ao mesmo tempo apoiar a invasão da Checoslováquia: «Não vêem sequer que, devido à posição tomada na questão checa, ninguém acredita na sua sinceridade ao pedir liberdade, abolição da censura, etc. Ninguém acredita que será possível constituir unidade com um partido que mantém tal atitude»⁷⁴⁰.

Através de um diálogo ficcionado no seu *diário da Batalha de Praga*, Flausino Torres refere-se à «divergência de opiniões entre os militantes do interior» e os «militantes do

⁷³⁵ «Queridos camaradas», s.d., Flausino Torres, Act.Priv./Ex.Praga, Diário Bat.Praga, documento 5, Universidade de Coimbra, Centro de Documentação 25 de Abril.

⁷³⁶ Álvaro Bandarra disse a Flausino Torres que Cândida Ventura fora surpreendida pela decisão de Álvaro Cunhal: «Está que nem um farrapo. Parece sincera», Bento, *Documentos e fragmentos...*, 299.

⁷³⁷ Os documentos só chegaram aos exilados no dia 29 de Setembro, cfr. Bento, *Documentos e fragmentos...*, 303.

⁷³⁸ Bento, *Documentos e fragmentos...*, 299. Com o evoluir dos acontecimentos, as posições extremaram-se e Flausino Torres acusou Cândida Ventura de não ter sido consequente com a sua opinião inicial por «receio» de perder a sua posição e por «fidelidade ao patrão», tratando-a mesmo como «mulher infame»: «Hoje, conversa de quase três horas com a Cat.[arina]: ela sempre na mesma posição – tentando convencer-me de que está, do fundo do coração, com os checos; mas não o querendo declarar porque não pode (...) Mulher má! Nada se importa de infamar e lançar lama sobre certas pessoas de quem se quer ver livre», Bento, *Documentos e fragmentos...*, 301-302.

⁷³⁹ «Comunicado dos portugueses exilados na Checoslováquia», 16-17 de Setembro de 1968, em Bento, *Documentos e fragmentos...*, 300.

⁷⁴⁰ Torres, *A Batalha...*, 49.

exílio e as respectivas direcções, residentes nos países socialistas» para ilustrar o caso dos exilados e da direcção do PCP, referindo-se a Álvaro Cunhal⁷⁴¹ quando escreve que «os actuais dirigentes desses pequenos partidos que se refugiaram em qualquer país socialista, normalmente pouco tempo depois de terem saído da cadeia».

Cita ainda as «honras» oferecidas pelos países de acolhimento que «enchem de vento» e criam um «complexo de superioridade», no sentido de atingir a sua crítica essencial: «A vida do povo comum passa-lhes à margem». Refere-se também aos «dirigentes fósseis [que] clamam, estrebucham no seu charco, quando não difamam, iludem... como os dirigentes dos cinco países invasores»⁷⁴².

4. As construções narrativas pós-invasão

4.1 Os argumentos dos invasores

Um mês antes da invasão, a imprensa europeia ainda falava de uma «maratona dolorosa»⁷⁴³ em curso para a democracia, mas dificilmente teria sido possível evitar a invasão após a publicação da «Carta de Varsóvia» que colocara a Checoslováquia debaixo de vigilância apertada⁷⁴⁴. O apelo final era na verdade um ultimato⁷⁴⁵ que antecipava a invasão: «Não vedes o perigo? É possível, numa tal situação, ficar imóvel e limitar-se a declarações a respeito da fidelidade à causa do socialismo e de obrigações decorrentes da aliança?».

⁷⁴¹ Flausino Torres também se refere a Álvaro Cunhal como «o estrangeiro».

⁷⁴² Torres, *A Batalha...*, 69-71.

⁷⁴³ *Le Novel Observateur*, 22 de Julho de 1968.

⁷⁴⁴ A carta directamente dirigida pelos Comités Centrais dos partidos comunistas da União Soviética, Bulgária, Hungria, Polónia e RDA ao Comité Central do Partido Comunista da Checoslováquia começa por manifestar «profunda preocupação» com a situação nesse país e cita a existência genérica de «forças reaccionárias apoiadas pelo imperialismo» que colocavam em causa «o fundamento do sistema socialista na Checoslováquia». Os *Cinco* garantem que se trata de «um perigo conjunto para os interesses do conjunto socialista» e afirmam claramente que não podem aceitar que «forças estrangeiras conduzam o vosso país para fora da via do socialismo e exponham a Checoslováquia ao perigo de se ver apartada da comunidade socialista. Este não é um problema exclusivamente vosso (...) É um problema comum aos nossos países, unidos pelo Pacto de Varsóvia para assegurar a sua independência, a paz e a segurança na Europa e levantar uma barreira indestrutível perante as manobras agressivas e de desforra do imperialismo (...) Nunca permitiremos que as realizações históricas do socialismo, a independência e a liberdade dos nossos povos sejam postas em perigo. Não consentiremos nunca que o imperialismo, de maneira pacífica ou não, actuando no interior ou do exterior, abra uma brecha no sistema socialista e altere as relações de força na Europa em seu favor», em AA.VV., *A Checoslováquia...*, 117-126.

⁷⁴⁵ Exigem abertamente a cessação das actividades de todos os partidos e movimentos políticos além do partido comunista e o regresso da censura. Aliás, a liberdade de imprensa tornou-se num dos focos de maior tensão entre Praga e Moscovo.

Os *cinco* tinham sido claros em três questões fundamentais. Primeiro: o *problema* da Checoslováquia era um problema de todos os países socialistas. Segundo: estava em curso um ataque do bloco oponente que pretendia *abrir brechas* para alterar a relação de forças a seu favor. Terceiro: tratava-se de um *problema* de segurança, logo, devia ser solucionado no âmbito do Pacto de Varsóvia, ou seja, teria uma solução necessariamente militar.

A invasão foi abordada pelos cinco países intervenientes de diferentes formas.

A RDA comunicou o seu envolvimento através do Comité Central do partido e do conselho de ministros; na Polónia as declarações vincularam o governo e na Bulgária, Hungria e União Soviética as posições foram transmitidas através das respectivas agências de notícias oficiais. Estas declarações iniciais nunca referem que se trata de uma intervenção a pedido do governo checoslovaco como seria mais tarde argumentado.

Os soviéticos tentaram explicar que se tratava da resposta a um alegado apelo dos «membros do Estado e do Partido Comunista Checoslovaco» dirigido à União Soviética e aos restantes países «para que fossem em auxílio do povo irmão checoslovaco, com ajuda militar»⁷⁴⁶. A intervenção era assim justificada com base neste alegado pedido de ajuda difusa e na obrigação internacionalista dos partidos socialistas «solenemente proclamada na declaração de Bratislava» de defenderem as conquistas do socialismo.

O comunicado divulgado no dia seguinte à invasão afirma trata-se de uma «acção que serve a causa da paz», tendo sido desencadeada em defesa do «princípio da amizade inabalável» e da cooperação ao abrigo dos tratados estabelecidos, em resposta «ao pedido de auxílio urgente do povo checoslovaco».

O Comité Central do PCC respondeu nesse mesmo dia começando por desmentir a existência de quaisquer pedidos de ajuda dirigidos pelos órgãos partidários. Classificou de imediato a invasão como «um atentado não apenas contra todos os princípios das relações entre Estados socialistas, mas também como uma negação das normas básicas da lei internacional»⁷⁴⁷ e apelou ao mesmo tempo à não resistência perante a ofensiva militar. Uma declaração do governo corroborava a ausência de pedidos de ajuda e

⁷⁴⁶ AA.VV., *A Checoslováquia...*, 193-195.

⁷⁴⁷ AA.VV., *A Checoslováquia...*, 196-197.

denunciava a «primeira agressão» dentro do movimento comunista internacional executada por exércitos aliados contra um país amigo.

As justificações dos países intervenientes acabaram por variar entre si⁷⁴⁸. Nuns casos, fala-se numa solicitação endereçada por *representantes* do partido comunista e do *Estado* checoslovaco; noutros, cita-se o *espírito* da declaração de Bratislava que expressa o «dever internacionalista» de defender todas as conquistas socialistas.

A primeira declaração comum surge somente no dia 22 de Agosto e nesse texto os *cinco* justificam a sua intervenção com um *pedido anónimo* dirigido por membros do Comité Central do partido checoslovaco, do governo e do parlamento, tentando posicionar-se no espírito da *ajuda fraternal* entre países socialistas.

4.2 O recuo dos opositores silenciosos

Um conjunto de factos sequenciais confere razoabilidade à hipótese da União Soviética ter ensaiado uma mudança de poder na Checoslováquia para favorecer os sectores conservadores⁷⁴⁹. O que não se terá concretizado na plenitude porque esses dirigentes pró-moscovitas, que terão forçado a intervenção, acabaram por ser impotentes para executar o golpe de Estado.

Primeiro: os argumentos iniciais dos invasores começam por citar a existência de apelos difusos de alguns sectores políticos checoslovacos para uma intervenção, mas sem qualquer concretização ou justificação legal. O Pacto de Varsóvia admitia intervenções militares em defesa dos seus membros, mas em caso de agressão externa e em estreito respeito pelos princípios das Nações Unidas através da informação do seu Conselho de Segurança⁷⁵⁰. A inexistência de uma situação minimamente enquadrável no tratado conduziu posteriormente os invasores para o espírito da declaração de Bratislava, ou seja, uma intervenção em forma de *ajuda internacional* para proteger e defender as conquistas populares socialistas. O que implicava que esse pedido de *ajuda* tivesse origem num partido socialista a governar um país socialista *em perigo*. O que não

⁷⁴⁸ A União Soviética chegou mesmo a publicar um *livro branco* para justificar a sua acção.

⁷⁴⁹ As relações de proximidade de Novotny com o embaixador soviético em Praga são citadas por alguns exilados como uma demonstração da articulação ensaiada.

⁷⁵⁰ Nas prolongadas discussões desenvolvidas nas Nações Unidas, os países invasores insistiram em justificar a sua intervenção com alegados apelos dos *irmãos* checoslovacos, tentando dessa forma adiar a votação dos projectos das resoluções condenatórias, a libertação dos dirigentes checoslovacos e o fim da presença das tropas no terreno.

aconteceu, dada a ausência de quaisquer pedidos formais e das posteriores críticas dos poderes legais à intervenção.

Segundo: a própria operação militar acabou por focar-se exclusivamente nos dirigentes comunistas e no governo, sem que tenham sido identificadas e/ou neutralizadas quaisquer *forças contra-revolucionárias*. As tropas invasoras tomaram posições no local onde se realizava uma reunião do Comité Central para prender de imediato Alexander Dubcek, outros importantes dirigentes partidários e vários titulares dos órgãos de soberania da Checoslováquia⁷⁵¹. Alguns historiadores admitem que o propósito inicial seria o de aplicar a *solução húngara de 1956*, mas o plano teria fracassado perante a «maciça reacção popular» e a «recusa peremptória do presidente»⁷⁵². A hipótese centra-se na sua essência na força gerada pelas dinâmicas populares, mas a resistência pacífica dificilmente pode explicar por si própria uma mudança da estratégia soviética. Os dirigentes políticos checoslovacos apelaram repetidamente à não violência, tendo os protestos espontâneos sido concentrados nas ruas de Praga⁷⁵³ somente nos primeiros dias e na ausência de lideranças formais ou informais no terreno⁷⁵⁴. As forças militares colocadas no terreno eram incomparavelmente superiores às unidades mobilizadas na Hungria e conferiam uma protecção militar capaz de esmagar eventuais revoltas populares.

⁷⁵¹ A prisão e posterior *reabilitação* de Alexander Dubcek e dos restantes reformadores remeteu para a memória dos métodos do chamado *processo Slansky*, uma derradeira purga estalinista dirigida contra os comunistas de origem israelita. Rudolf Slansky (Rudolf Salzmann) desempenhara um papel central na organização das milícias operárias nas jornadas de 1948, tendo sido enforcado em finais de 1952 acusado de traição e sabotagem por desafiar a hegemonia de Moscovo ainda durante o estalinismo. O golpe de 1948 e a consequente purga estalinista iniciada no pós-guerra para tomar o poder gerou uma onda de repressão violenta que permitiu a vitória e consolidação comunista. Nessa altura, o PCP pronunciou-se favoravelmente às medidas repressivas adoptadas no *juízo de Praga* contra «10 espiões e traidores ao serviço dos imperialistas norte-americanos» e elogiou essa «grande contribuição para a defesa da Paz e do Socialismo»: «O julgamento e a condenação de Rudolf Slansky e de mais nove espiões imperialistas, eliminando esse grupo de inimigos de povo checoslovaco e desmascarando, mais uma vez, os manejos dos imperialistas, fortalece a unidade e a defesa da Checoslováquia», «O julgamento de Praga», *Avante!*, n.174, Janeiro de 1953.

⁷⁵² Fernando Rosas, «Diário do Outono em Praga», em Bento, *Diário da Batalha...*, 13.

⁷⁵³ Nas zonas rurais existem relatos de populações que trocavam as placas que identificavam as estradas para dificultar a mobilidade das tropas soviéticas.

⁷⁵⁴ As descrições de Cândida Ventura e de Flausino Torres coincidem na reprodução do ambiente espontâneo de indignação assente no voluntarismo dos primeiros dias: «Os carros – tanques e outros – foram assaltados, no primeiro dia, somente no primeiro dia, por uma multidão de jovens: eu vi às nove horas da manhã de 21, vi com os meus olhos que não queriam acreditar, rapazes e raparigas, empunhando as bandeiras da Pátria e do Partido, a falarem com os pobre soldados, soldados soviéticos», em Torres, *A Batalha...*, 21. Os ataques reduziam-se ao arremesso de «uma ou outra» garrafa incendiária fabricada artesanalmente e às pinturas nos tanques soviéticos de dísticos nazis. Flausino Torres chega mesmo a falar em «serenidade digna» apesar das mortes provocadas pelas tropas soviéticas.

Terceiro: o regresso de Alexander Dubcek a Praga após ter sido preso e deportado para Moscovo, ou seja, o seu envolvimento numa situação de transição perante a impossibilidade de criar um governo pró-moscovita nos termos inicialmente admitidos, ainda que condicionado pelo «Protocolo de Moscovo» negociado entre os dias 23 e 26 de Agosto⁷⁵⁵. O texto do comunicado final omite referências às alegadas forças *contra-revolucionárias*, dispensa justificações para a presença das tropas e não estabelece limites para a retirada, ou seja, a *anormalidade* representada pela invasão acabou assim por ser manter neste esforço de repor a *normalidade*⁷⁵⁶.

Também o presidente da República recusou nomear um governo pró-soviético e reafirmou a liderança do ausente Dubcek conduzido à força para Moscovo com outros dirigentes checoslovacos: «Apresentaram-lhe várias listas ministeriais pró-novotnistas (...) mas negou-se a aceitar qualquer delas»⁷⁵⁷, afirma Flausino Torres, acrescentando que «[os soviéticos] não conseguiram organizar um ministério da sua feição». Ludvik Svoboda, herói da II Guerra Mundial, esteve cercado no palácio presidencial na primeira fase da invasão, tendo viajado posteriormente para Moscovo. A ausência de um novo poder em Praga, e sem que Brejnev tivesse um *plano b* para este impasse, tornou necessário envolver Dubcek na tentativa inicial de normalização condicionada com o presidente Svoboda. Cândida Ventura assegura que «a resistência nacional impediu a formação de um governo de colaboração» e «assegurou a produção, o aprovisionamento e as condições materiais ao prosseguimento da resistência»⁷⁵⁸.

Quarto: a antecipação do XIV do Congresso de 9 de Setembro para 22 de Agosto contra a vontade expressa por Moscovo. A reunião tinha sido inicialmente convocada aquando da demissão de Novotny precisamente para afastar os restantes sectores conservadores e dinamizar o processo de democratização interna e a sua realização significaria a saída dos últimos lealistas de Moscovo.

⁷⁵⁵ AV.VV., *Tchecoslováquia...*, 111-113.

⁷⁵⁶ O acordo representa uma capitulação dos renovadores, tendo como pano de fundo o receio de uma escalada de violência. Uma atitude que deu lugar à expressão *conformismo construtivo* resultante do emotivo discurso de Dubcek aos checoslovacos. Assumiu que a realidade deixara de depender apenas da vontade dos checoslovacos, justificou o «Protocolo de Moscovo» como fundamental para a retirada das tropas do Pacto de Varsóvia e consequente *normalização*: «Quero também afirmar com toda a franqueza que a experiência deu-nos uma lição amarga (...) precisamos de evitar que a actual situação complicada não seja explorada por elementos e tendências alheios aos socialismo», em AV.VV., *Tchecoslováquia...*, 111-120.

⁷⁵⁷ Torres, *A Batalha...*, 31.

⁷⁵⁸ Ventura, *O Socialismo...*, 147.

Os órgãos políticos visados pela ofensiva ficaram fortemente condicionados nas suas actividades, mas emitiram fortes protestos contra com a invasão, tendo sido acompanhados pelo corpo diplomático nesse esforço de explicar a situação real aos respectivos governos dos países onde estavam credenciados. Após os protestos do governo e do parlamento, o Comité Central ainda se reuniu na manhã do dia 21 de Agosto e levou por diante a organização do congresso na clandestinidade.

O encontro acabou por ocorrer com a participação de mais de mil delegados apesar dos esforços das forças ocupantes para travar os representantes eslovacos e das posteriores tentativas para apagá-lo da história do movimento comunista. O Congresso de Vysocny tornou-se no primeiro acto da resistência checoslovaca com uma crítica severa à ocupação e a reafirmação do carácter democrático e popular da linha política interrompida: «Uma parte dos seus membros [do PCC] passa à clandestinidade e participa no Congresso extraordinário»⁷⁵⁹, recorda Cândida Ventura, «a outra parte nada faz ou colabora com o ocupante»⁷⁶⁰.

O processo de depuração do PCC prolongou-se por vários meses, tendo Alexander Dubcek sido afastado definitivamente apenas no ano seguinte à invasão e na sequência de um confronto desportivo entre a Checoslováquia e a União Soviética que desencadeou uma série de manifestações pelo país. Moscovo tratou de imediato de estancar uma situação potencialmente de risco e promoveu a ascensão de Gustav Husak à liderança do PCC. O que confirmou a submissão completa da Checoslováquia e permitiu a consolidação da reconstrução do PCC orientada por Moscovo.

5. O papel de Álvaro Cunhal

5.1 As boas relações com Moscovo

É neste contexto que os canais diplomáticos portugueses reportam à PIDE uma viagem de Álvaro Cunhal para Moscovo através de Praga poucos dias antes da operação militar⁷⁶¹. No dia 12 de Agosto de 1968, o Ministério dos Negócios Estrangeiros

⁷⁵⁹ O congresso realizou-se ilegalmente e emitiu uma declaração final a condenar a ocupação e a apelar ao auxílio dos restantes partidos comunistas. No mesmo sentido, o texto distribuído à população de Praga «expressa a confiança no camarada Dubcek e nos restantes camaradas presos» e apela à resistência como nova forma de «actividade constante contra a ocupação pela força da nossa Pátria».

⁷⁶⁰ Ventura, *O Socialismo...*, 157.

⁷⁶¹ Marcelo Caetano preparava-se para assumir oficialmente a presidência do Conselho de Ministros e iniciava também a sua *primavera*.

informou o director da polícia política através de um telegrama confidencial de que «segundo informações recebidas nesta Secretaria de Estado, o chefe do partido comunista português teria deixado Praga, residindo actualmente em Moscovo»⁷⁶².

O carácter das relações de Álvaro Cunhal com os dirigentes de cúpula do PCUS permitiu ao secretário-geral do PCP desempenhar por diversas vezes papéis relevantes no contexto do movimento comunista internacional⁷⁶³. Além das frequentes entrevistas ao *Pravda* e à *Rádio Moscovo*, o secretário-geral do PCP era convidado para falar nos encontros de mais alto nível. Nas comemorações do centenário do nascimento de Lenine, Álvaro Cunhal discursou na sessão solene realizada no Palácio dos Congresso no Kremlin, tendo sido previamente recebido por vários dirigentes do *bureau* político e pelo Secretariado do Comité Central do PCUS. Interveio também na sessão solene realizada em Minsk e participou ainda numa reunião do Comité Central do Partido Comunista da Bielorrússia.

Por ocasião do XXIV Congresso do PCUS, em 1971, Álvaro Cunhal foi convidado para intervir e o seu discurso foi posteriormente traduzido para alemão e distribuído pelos vários partidos comunistas⁷⁶⁴. No ano seguinte, foi chamado a Moscovo quando comemorou o seu 60º aniversário para ser homenageado com a entrega da Ordem Soviética da Revolução de Outubro «por serviços ao movimento comunista internacional, pelo activo trabalho revolucionário, pela sua contribuição geral para o fortalecimento da amizade entre os povos soviético e portugueses».

É nestes termos que o *Pravda* elogia o dirigente comunista, acrescentando tratar-se de uma «extraordinária figura do movimento comunista internacional e do movimento operário, corajoso lutador contra o fascismo e inquestionável líder do glorioso Partido Comunista de Portugal, um filho leal da classe operária e dos trabalhadores de Portugal, um grande amigo do PCUS e do povo soviético». O governo português identificou a

⁷⁶² AHD, PEA II, maço 454, processo 330.

⁷⁶³ O PCUS convidou-o para discursar em 6 de Novembro de 1967 no Palácio dos Congressos em Moscovo, na sessão solene das comemorações do 50º aniversário da Revolução de Outubro; publicou na mesma altura um artigo no *Pravda* com o título «Hoje, como sempre, com o Partido de Lenine»; e teve ainda oportunidade para fazer uma alocução na *Rádio Moscovo* a propósito do mesmo tema, e uma posterior entrevista sobre a conferência de partidos comunistas pós-Primavera de Praga.

⁷⁶⁴ AHD, PEA III, maço 666, processo 314.

importância da elevada distinção soviética ao líder dos comunistas portugueses e enviou a informação para o director-geral da DSG⁷⁶⁵.

Terá Álvaro Cunhal desempenhado a pedido do PCUS algum papel nas ligações com os sectores pró-moscovitas de Praga numa fase em que a decisão militar estava tomada, mas faltava ainda garantir uma saída política para o futuro da Checoslováquia?

As fontes disponíveis não permitem uma conclusão sólida, mas o desconhecimento da presença de Álvaro Cunhal em Praga por parte das estruturas locais do PCP e dos próprios dirigentes do PCC coloca em perspectiva duas possibilidades para a viagem secreta a Moscovo. Primeiro: estar apenas em trânsito para Moscovo. Uma hipótese que tem em consideração o facto de o secretário-geral do PCP se relacionar ao mais alto nível em Moscovo e das suas posições pró-moscovitas serem consideradas pelos dirigentes soviéticos. Segundo: ter colaborado em eventuais contactos entre os sectores mais conservadores do PCC e Moscovo para garantir uma solução política pós-golpe.

Rui Perdigão descreve nas suas memórias a gradual conquista de influência de Álvaro Cunhal junto do PCUS e afirma que o secretário-geral do PCP foi «promovido pelo Kremlin a mediador itinerante do PC da URSS para a solução ou apaziguamento de conflitos e divergências surgidos com vários outros partidos comunista»⁷⁶⁶. Um *poder arbitral* que poderá explicar a atitude de aparente ambiguidade inicial revelada pelo secretário-geral do PCP quanto à invasão.

5.2 As diferenças com os comunistas espanhóis

Este exercício interpretativo poderá beneficiar com uma observação comparada dos distintos papéis exercidos pelos dirigentes ibéricos. O secretário-geral do PCP deslocou-se secretamente a Moscovo em plena crise e o seu posterior papel fortemente pró-moscovita chegou ao ponto de provocar uma ruptura com o colectivo de exilados em Praga. Flausino Torres admite nos seus diários que Álvaro Cunhal pudesse ter obtido algum tipo de informação prévia à invasão, tendo em consideração a data da invasão [madrugada de 20 de Agosto] e o primeiro comunicado do PCP [22 de Agosto] sem consulta prévia aos exilados de Praga⁷⁶⁷ [a informação chegou a 17 de Setembro].

⁷⁶⁵ AHD, PEA 742, processo 314, pasta 2, 1972.

⁷⁶⁶ Perdigão, *O PCP visto...*, 81-82.

⁷⁶⁷ Bento, *Documentos e Fragmentos...*, 303.

Já Santiago Carrillo foi conduzido para Moscovo para usufruir de umas pretensas férias, tendo sido surpreendido pela invasão quando estava na União Soviética precisamente para que a sua reacção fosse politicamente controlada. As posteriores reuniões ao mais alto nível no PCUS tiveram como objectivo condicionar o PCE. O processo acabou em ruptura entre os dois partidos e abriu uma dinâmica de secessão dos outros partidos comunistas, que acabaram por fundar o eurocomunismo.

Quando os rumores da invasão se tornaram mais agudos, o dirigente espanhol começou por alertar o embaixador soviético em Paris de que se «desonrassem os ideais socialistas» criticaria pela primeira vez em público a União Soviética⁷⁶⁸. O diplomata deu garantias em sentido contrário e insistiu para que o dirigente espanhol fizesse umas férias na União Soviética. Carrillo viajou para Moscovo durante os dias que antecederam a invasão em total ignorância e quando chegou à União Soviética obteve de Dolores Ibarruri (*La Pasionaria*) a mesma garantia «de que não haveria invasão».

Após escassos dias de descanso na Crimeia, chegou a confirmação da operação militar.

Santiago Carrillo foi surpreendido por um dirigente do PCUS que lhe apresentou um documento oficial que justificava a acção com base num pedido «da maioria do governo, do Comité Central, do comando militar checoslovaco»⁷⁶⁹. Após ser informado dos argumentos dos *cinco*, o dirigente espanhol reafirmou a sua indignação por ter sido «enganado» e induzido a estar na União Soviética aquando da invasão: «Sentia-me indignado, enganaram-me miseravelmente».

Os dirigentes soviéticos esperavam que a sua presença em Moscovo favorecesse uma mudança de opinião: «Mas já sabem o que penso», insistiu. Diante de Suslov e Ponomariov, Santiago Carrillo e Dolores Ibarruri criticaram a invasão e confrontaram os seus interlocutores com o significado da entrada de tropas alemãs na Checoslováquia de *braço dado* com o Exército Vermelho.

O PCUS tentou uma segunda vez forçar uma mudança de atitude dos comunistas espanhóis, tendo o próprio Brejnev invocado nessa altura a ajuda soviética na guerra civil de Espanha para reivindicar a solidariedade do PCE no apoio a uma intervenção

⁷⁶⁸ Santiago Carrillo, *Memorias – Edición revisada y aumentada* (Barcelona: Planeta, 2007), 544-546.

⁷⁶⁹ Carrillo, *Memorias...*, 546.

que tinha «salvado o socialismo, esmagado a contra-revolução e ganhou uma grande batalha contra o imperialismo».

Carrillo argumentou que os comunistas checoslovacos tinham apenas procurado mudar um partido que «tinha entrado em conflito com a realidade económico-social e a cultura democrática dos checoslovacos» e reafirmou as críticas à invasão. Brejnev terminou a reunião de dedo apontado a Santiago Carrillo, *aconselhando-a* a reflectir melhor se desejava de facto enfrentar um partido de 15 milhões de militantes e de um Estado de 260 milhões de pessoas.

Este ambiente tenso reflectia o passado recente: «A minha aversão a Brejnev cresceu no período que precedeu a invasão da Checoslováquia; um dos momentos mais amargos da minha vida de comunista». Uns anos mais tarde, o dirigente espanhol publicava a obra *Eurocomunismo y Estado* e consumava a ruptura ideológica com Moscovo.

O Comité Central do PCE assumiu publicamente as críticas à União Soviética «colocando acima de tudo os princípios do marxismo-leninismo» e justificou a posição como «uma forma efectiva de ajudar o movimento revolucionário internacional». Os comunistas espanhóis classificaram a invasão como «um erro trágico» e reivindicaram a capacidade de cada partido comunista «pensar com a sua cabeça»⁷⁷⁰.

Por que terá ficado o PCP isolado dos restantes partidos comunistas europeus?

A sua reduzida dimensão e as circunstâncias de há décadas consecutivas exercer actividade na ilegalidade podem ter condicionado a opção política, na medida em que o PCP dependia fortemente dos financiamentos do PCUS, na sequência do processo de reintegração no movimento comunista internacional garantido pelo próprio Álvaro Cunhal⁷⁷¹. Aliás, a pressão financeira exercida por Moscovo sobre os partidos críticos da invasão foi assumida pelos comunistas italianos, cujas dificuldades para pagar os salários resultaram dos cortes dos subsídios atribuídos pelo PCUS⁷⁷².

No dia 12 Novembro de 1968, o governo português informou o director da PIDE que Álvaro Cunhal tinha reunido em Moscovo com «os principais ideólogos do Kremlin» e

⁷⁷⁰ *Mundo Obrero – Organo del Comité Central del Partido Comunista de España*, n.16, Setembro de 1968.

⁷⁷¹ O PCP foi excluído da Internacional Comunista devido às infiltrações da polícia política.

⁷⁷² Cfr. Torres, *A Batalha...*, 85.

na sequência desse encontro o PCP emitiu um comunicado assumindo que o PCP «apoiava integralmente as acções adoptadas pelas cinco nações [do Pacto de Varsóvia] em defesa do sistema socialista na Checoslováquia e contra a ameaça das forças reaccionárias anti-socialistas»⁷⁷³. A informação da PIDE acrescenta ainda a «existência de uma divergência entre este partido [PCP] e o partido comunista espanhol, cujos dirigentes não teriam concordado com a referida invasão»⁷⁷⁴.

6. O controlo do PCP

6.1 Tensão no Comité Central

A primeira reunião do Comité Central após a invasão ficou marcada por este ambiente. Álvaro Cunhal conseguiu preservar o apoio do PCP à União Soviética, mas relativamente mais distanciado do argumentário apresentado por Moscovo e de certa forma valorizando os esforços do PCC para corrigir erros do passado: «Os sinais de maior compreensão perante os sentimentos de frustração dos comunistas checoslovacos submergem depois na reafirmação da intervenção como uma acção de defesa do socialismo contra as «forças anti-socialistas e contra-revolucionárias»⁷⁷⁵.

O texto do PCP justifica que «o perigo real da contra-revolução e da restauração do capitalismo num país socialista pode não só justificar como impor, por muito trágica e dolorosa que seja, a intervenção dos outros países socialistas em defesa das conquistas do socialismo nesse país e dos interesses, da segurança, da defesa da comunidade socialista».

Esta construção teórica configura o que ficaria registado como doutrina da *soberania limitada* dos países membros do Pacto de Varsóvia. Perante o congresso do Partido Trabalhador Unificado da Polónia, realizado em Novembro desse ano, Brejnev justificou a intervenção na Checoslováquia afirmando que «existem leis gerais da edificação do socialismo: desviar-se delas implica o risco de desviar-se do socialismo como tal. Quando forças internas e externas hostis ao socialismo se empenham em alterar a evolução de algum país socialista no sentido de restaurar a ordem capitalista, e quando nesse país se encontram ameaçados o socialismo e a segurança do conjunto da

⁷⁷³ O comunicado foi divulgado pela agência TASS e posteriormente reproduzido por jornais de vários países.

⁷⁷⁴ AHD, PEA II, maço 384, processo 331, 283.

⁷⁷⁵ «Reunião do Comité Central – Comunicado», *Avante!*, n. 396, Out-Nov de 1968.

sociedade socialista, já não se trata de um problema próprio do país afectado, mas de um problema comum a todos os países socialistas»⁷⁷⁶.

A importância do contexto internacional foi potenciada pelos representantes da Checoslováquia nas Nações Unidas, quando afirmaram que «nem a ONU nem a Checoslováquia têm interesse em que a situação neste país sirva para justificar que se restabeleça o clima da guerra fria»⁷⁷⁷.

A sintonia entre o PCP e Moscovo significava considerar que existia na Checoslováquia o perigo de restauração do capitalismo. O que justifica assim colocar em causa os princípios do internacionalismo socialista e a defesa da coexistência pacífica⁷⁷⁸. «Pasma-se, hoje, como era possível assumir posições tão escandalosamente ofensivas do respeito pela soberania nacional dos Estados», reconhece Carlos Brito, acrescentando: «Não tínhamos uma posição de apoio à invasão tão incondicional e “seguidista” como a de outros partidos»⁷⁷⁹.

A «Declaração sobre a situação na Checoslováquia» começa por assumir que a invasão «levanta sem dúvida problemas novos ao movimento comunista», exige «pelo menos uma clarificação» dos termos das relações entre países socialistas e reconhece que «no imediato acentua divergências». Acrescenta que «a perda da Checoslováquia socialista teria entretanto consequências incomparavelmente mais graves».

A invasão de um país soberano é justificada com a impossibilidade de «aceitar que a independência dos partidos possa ser utilizada contra as conquistas do socialismo, contra a unidade do campo socialista e do movimento comunista», ou seja, «a soberania dos partidos marxistas-leninistas não pode ser entendida como o direito de considerarem os interesses próprios como alheios aos interesses comuns do movimento comunista e esquecerem os seus deveres internacionalistas».

O PCP assume a existência de divergências entre os comunistas checoslovacos, mas garante que «acabarão por compreender que se tratou duma acção decisiva dos seus melhores amigos e aliados». As referências directas aos problemas dentro do próprio

⁷⁷⁶ Hajek, *Praga...*, 133.

⁷⁷⁷ Hajek, *Praga...*, 149.

⁷⁷⁸ A formulação do Programa de Acção seguido pelos comunistas checoslovacos diferenciava-se pelo enfoque colocado no carácter activo da coexistência pacífica e na sua dimensão europeia, ou seja, defendia políticas dinâmicas que permitissem consolidar a paz no território europeu.

⁷⁷⁹ Brito, *Álvaro Cunhal...*, 45.

PCP são omissas. A ausência de sintonia entre os vários partidos comunistas foi utilizada para referir que a posição do PCP «não exclui a permanente prontidão para reexaminar problemas, confrontar opiniões, corrigir ideias e aprender com a vida».

As conclusões do pleno do Comité Central do PCC, realizado entre os dias 14 e 17 de Novembro de 1968, foram amplamente divulgadas pelo PCP junto dos seus militantes e simpatizantes⁷⁸⁰. A transcrição valoriza dois aspectos essenciais: reconhece os erros imputados a Novotny e o acerto do rumo proposto por Dubcek, mas adverte que a sua concretização foi errada e permitiu o crescimento das forças anti-comunistas, isto é, justifica a intervenção soviética perante o perigo da *queda* da Checoslováquia para as *forças imperialistas*.

7. A reconfiguração do colectivo de exilados

7.1 Os comunistas portugueses na resistência

Carlos Brito reconhece que este apoio do PCP à intervenção militar gerou uma «larga e aguerrida contestação de camaradas e organizações, especialmente do exterior»⁷⁸¹ e fala em concreto de uma «tempestade de interrogações». Álvaro Cunhal agiu energeticamente como líder e *controleiro* para preservar alguma unidade, mas o colectivo de Praga acabou por implodir. No primeiro encontro como representante do PCP em Praga, Cândida Ventura manifestou as suas enérgicas discordâncias em relação à ocupação militar e posteriores contradições dos argumentos soviéticos: «Tentou convencer-me, sem argumentos e sem convicção, da justeza da “acção dos 5”»⁷⁸². Esta reunião preparatória com os exilados portugueses antecipou as dificuldades que Álvaro Cunhal iria enfrentar quando reunisse com todos os comunistas.

O encontro ocorreu no dia 5 de Novembro num clima de forte agitação e prolongou-se por cerca de 3 horas e meia.

Cândida Ventura recorda a forma «penosa e tensa» da situação e invoca o «nervosismo» de Álvaro Cunhal perante as fortes críticas, nomeadamente de Álvaro Bandarra⁷⁸³, cuja

⁷⁸⁰ «Importantes conclusões do C.C. do P.C. da Checoslováquia», *Avante!*, n. 399, de Fevereiro de 1969.

⁷⁸¹ Brito, *Álvaro Cunhal...*, 43.

⁷⁸² Ventura, *O Socialismo...*, 154.

⁷⁸³ Militante do PCP e representante em Praga do Secretariado dos Encontros dos Estudantes Portugueses no Estrangeiro.

determinação levou o líder comunista a expulsá-lo da sala: «[Gritou] nunca mais te sentarás à minha mesa!», recorda Cândida Ventura⁷⁸⁴.

Flausino Torres corrobora o tom do relato de Cândida Ventura: «O Fulanão supremo veio cá à terra, não foi para ouvir, não foi para inquirir do nosso estudo, da nossa observação acerca do que se tinha passado à vista do milhão e meio que constitui a população da heróica cidade. Foi apenas para lançar a sua excomunhão sobre todos os Portugueses praguenses, chegando a pôr um fora da sala a grandes brados»⁷⁸⁵.

Esta reunião marcou a desagregação do colectivo de exilados de Praga. Flausino Torres terá dito directamente a Álvaro Cunhal que nunca mais lhe apertaria a mão⁷⁸⁶ e escreveu uma carta exigindo que fosse suspenso «de todas as suas actividades» até à realização de um congresso extraordinário⁷⁸⁷. Começou a partir desta altura a tratar no seu diário Álvaro Cunhal como «estrangeiro», «alto funcionário» e «caixeiro-viajante da tirania»⁷⁸⁸ e chegou a usar termos fortes para classificar a sua postura⁷⁸⁹. Em meados de 1970, após uma experiência de quase 5 anos no exílio, Flausino Torre regressou a Portugal com a saúde já bastante debilitada, tendo ficado recolhido na sua terra natal, Fojo, Tondela.⁷⁹⁰

Na sequência do mesmo processo divergente, foram também afastados Mercedes Ferreira e António Bastos Lopes, tendo o casal decidido transferir-se para Paris.

Álvaro Bandarra continuou em Praga enquanto usufruiu da bolsa para terminar a licenciatura, tendo colaborado com os exilados de Argel que tinham combatido o PCP e tentavam operar uma reconstrução da oposição no *exterior*. No dia 21 de Março de 1969, Manuel Sertório escreveu de Argel solicitando o «envio regular do Boletim de Informação do C.C. do P.C. Checoslovaco», na medida em que «os problemas actuais

⁷⁸⁴ Cunha, *Álvaro Cunhal...*, 484.

⁷⁸⁵ Bento, *Documentos e Fragmentos...*, 310.

⁷⁸⁶ Depoimento de Fernanda Cardoso de Figueiredo, em Bento, *Documentos e Fragmentos...*, 311.

⁷⁸⁷ O manuscrito «Camarada do C.C.» encontra-se no Fundo Flausino Torres, Act.Priv./Ex.Praga, Diário Bat.Praga» documento 7, Universidade de Coimbra, Centro de Documentação 25 de Abril, mas sem garantias de que terá chegado aos dirigentes do PCP ou sequer a ser enviada, cfr. Bento, *Documentos e Fragmentos...*, 312-315.

⁷⁸⁸ Torres, *A Batalha...*, 83-85.

⁷⁸⁹ «Os mais raivosos e mais traiçoeiros inimigos da Checoslováquia são certos *caixeiros-viajantes* que o governo-mãe dogmático tem lançado por essa Europa fora, a pregar a guerra santa contra o novo-Socialismo»; «As armas dos dominadores aperfeiçoam-se: agora até de agentes de reacção (é reaccionário todo aquele que serve de travão à transformação social) começam a servir-se. Qual a diferença entre estes indivíduos e a *Quisling* de outros tempos? São a mesma família».

⁷⁹⁰ No início de 1971, sofreu o primeiro acidente vascular cerebral do qual nunca recuperou.

da Checoslováquia, pelo seu alto valor exemplar, interessam-me muitíssimo»⁷⁹¹. Álvaro Bandarra respondeu no dia 15 do mês seguinte informando sobre as dificuldades que estava a encontrar para satisfazer esse pedido «nas actuais condições»⁷⁹².

O próprio Manuel Sertório clarificou que a situação em Argel estava à beira da ruptura entre os exilados e assumiu a necessidade de proceder a uma reconfiguração: «Politicamente, a confusão é muito grande. Há quem defenda a criação de uma nova aliança revolucionária (eu); há quem lute pela continuidade, sem o P. na Frente tal como ela... não existe; e há os que navegam»⁷⁹³.

Álvaro Bandarra acabou por pedir ajuda a Manuel Sertório no dia 1 de Julho de 1970 para se instalar na Argélia: «Estou convencido de que aí posso encontrar um ganha-pão que se coadune com os meus estudos, mas também continuar na actividade política que se identifica com os meus princípios de anti-fascista e de desertor»⁷⁹⁴. Transferiu-se para Argel em finais 1970, tendo recebido a ajuda prometida por Manuel Sertório para que trabalhasse no Ministério da Agricultura da Argélia.

Já a dissidência⁷⁹⁵ de Cândida Ventura não a impediu que mantivesse as suas funções no PCP durante os 10 anos em que esteve exilada na Checoslováquia: «O meu interesse em observar essa realidade, estudá-la, satisfazendo as interrogações que se me punham há muito – e o meu próprio trabalho -, obrigaram-me a uma reflexão quotidiana sobre os grandes e pequenos acontecimentos, sobre a história daqueles povos»⁷⁹⁶, explica Cândida Ventura. «Continuei em funções para saber o que é era aquilo, o que era o PCP, o que era o comunismo, continuei para ir até ao fim»⁷⁹⁷, justifica, acrescentando:

⁷⁹¹ Fundo Manuel Sertório, Correspondência, documento 121, Universidade de Coimbra, Centro de Documentação 25 de Abril.

⁷⁹² Fundo Manuel Sertório, Correspondência, documento 122, Universidade de Coimbra, Centro de Documentação 25 de Abril.

⁷⁹³ Fundo Manuel Sertório, Correspondência, documento 146, Universidade de Coimbra, Centro de Documentação 25 de Abril.

⁷⁹⁴ Fundo Manuel Sertório, Correspondência, documento 123, Universidade de Coimbra, Centro de Documentação 25 de Abril.

⁷⁹⁵ Na década de 1954, Cândida Ventura foi acusada de «trabalho fraccionário» por ter criticado algumas passagens de uma proposta de programa e dos estatutos do PCP apresentadas por Júlio Fogaça para aprovação do Comité Central. Foi forçada a fazer uma autocrítica «sob coacção psicológica» e despromovida para um organismo local, controlar as organizações da CUF e na CP no Barreiro. Garante ter ocorrido nessa altura o «primeiro choque emocional com o comunismo», cfr. Cândida Ventura, entrevista realizada em 24 de Maio de 2009, Lagos.

⁷⁹⁶ Ventura, *O Socialismo...*, 77.

⁷⁹⁷ Entrevista Cândida Ventura, 24 de Maio de 2009, Lagos.

«Mas para saber tudo tinha de pôr o pé em ramo verde e depois de começar a andar para a frente não podia voltar para trás».

Cândida Ventura manteve-se no PCP e nas ligações com o movimento comunista internacional «para denunciar quando fosse altura de fazê-lo». O que significou fazer «trabalho ilegal e subterrâneo que fosse além das cartas e em desacordo com a linha oficial do PCP», reconhece. «Admito que Álvaro Cunhal soubesse dos meus contactos com Dubcek e com a resistência checoslovaca e que a conversa sobre os riscos que ele corria fossem um aviso»⁷⁹⁸.

Álvaro Cunhal foi o primeiro dirigente comunista internacional a visitar a Checoslováquia depois da ocupação e da depuração do PCC. Em finais de 1969, o secretário-geral do PCP chegou a Praga com José Vitoriano e Joaquim Gomes e encontrou-se com a representante do partido para a informar das reuniões que iria ter com os novos dirigentes checoslovacos e da necessidade da sua presença. Cândida Ventura não fora previamente avisada da iniciativa e recusou integrar a delegação, alegando «estar em desacordo com tudo o que se estava a passar e ainda por me encontrar doente»⁷⁹⁹, mas insistindo na divergência política: «Eu sei qual é o papel de uma delegação e não quero apoiar as tropas que combatem a Primavera de Praga»⁸⁰⁰.

Os três dirigentes cumpriram o programa: audiências com o sucessor de Alexander Dubcek, Gustavo Husak, com o presidente da Comissão para a Direcção do Trabalho, Lubomir Strougal, e com o membro do *presidium* da Comité Central, Vasil Bilak. Visitaram fábricas, reuniram-se com trabalhadores e, no último dia, Álvaro Cunhal insistiu para que Cândida Ventura estivesse no almoço de despedida oferecido pelo comunistas checoslovacos. O que aconteceu. É nessa altura que Álvaro Cunhal apresenta um comunicado assinado pela delegação que estivera na visita, mas que incluía Cândida Ventura, que garante ter resistido ao seu envolvimento. «Fui contrariada», recorda, «e quando li o comunicado com o meu nome tive vontade de o rasgar, mas aguentei. Disse o que tinha a dizer ao Álvaro Cunhal e vim-me embora»⁸⁰¹.

⁷⁹⁸ Entrevista Cândida Ventura, 15 de Setembro 2009, Lagos.

⁷⁹⁹ Ventura, *O Socialismo...*, 166.

⁸⁰⁰ Entrevista Cândida Ventura, 15 de Setembro de 2009, Lagos.

⁸⁰¹ Entrevista Cândida Ventura, 15 de Setembro de 2009, Lagos.

O comunicado oficial do PCP cita expressamente os nomes de Álvaro Cunhal, secretário-geral, José Vitoriano, membro do Secretariado do Comité Central, Joaquim Gomes, membro do Comité Central, e *Catarina Mendes*, «colaboradora do Comité Central»⁸⁰². Nesse texto, o PCP reafirma a «plena identidade de vistas» em relação aos problemas fundamentais do movimento comunista internacional e exprime o seu «apoio solidário aos esforços da direcção do PCC, visando consolidar a situação na República Socialista da Checoslováquia no que estão interessados todos os partidos irmãos».

Cândida Ventura acusou posteriormente o Comité Central de ter «mentido» e «ocultado ao partido e ao povo português a crise que se tornava cada mais profunda no movimento comunista internacional»⁸⁰³. Manteve-se como representante do PCP em Praga e continuou na revista internacional *Problemas da Paz e do Socialismo*⁸⁰⁴, mas cooperando activamente com a resistência checoslovaca, que passara à clandestinidade após a realização do XIV Congresso extraordinário pós-ocupação. «Havia um trabalho subterrâneo para procurar uma mudança dentro dos partidos comunistas»⁸⁰⁵, reconhece.

Carlos Brito garante que estes acontecimentos provocaram uma imediata desagregação do colectivo comunista e adverte que a continuidade de Cândida Ventura tornou-se pouco relevante: «Sempre teve boas relações com os sectores críticos de Novotny, mas os que ficaram a apoiar Dubcek foram silenciados e *desligados*», afirma. «Ela ficou isolada», conclui.

Os contactos com o bloco socialista passaram de Praga para Budapeste, onde o PCP «contava com grandes amigos entre os comunistas húngaros», afirma Carlos Brito, recordando as «fortes afinidades» entre os comunistas portugueses e a geração de Janos Kadar «em termos de sofrimento nas prisões, ou seja, a partilha das experiências humanas tinha influência»⁸⁰⁶.

A ligação começou ser efectuada por um comunista húngaro que participara na guerra civil de Espanha nas brigadas internacionais «e passou a tratar dos assuntos do PCP com a confiança de Álvaro Cunhal». Na década de 80, o secretário-geral do PCP

⁸⁰² «Delegação do PCP na Checoslováquia», *Avante!*, n. 411, Janeiro de 1970.

⁸⁰³ Ventura, *O Socialismo...*, 176.

⁸⁰⁴ Álvaro Cunhal também assinou alguns artigos de carácter ideológico.

⁸⁰⁵ Entrevista Cândida Ventura, 15 de Setembro de 2009, Lagos.

⁸⁰⁶ Entrevista Carlos Brito, 7 de Outubro de 2014, Alcoutim.

regressou à Hungria para participar num congresso do PC Húngaro, tendo ficado na mesa de honra ao lado do representante do PCUS.

Álvaro Cunhal *deu o problema checoslovaco* como encerrado após ter participado no XIV Congresso do PCC, realizado em Maio de 1971: «Marcou o fecho de um período extremamente complexo, em que a contra-revolução ameaçou as conquistas do socialismo e em que se manifestou a decisiva importância da solidariedade fraternal da URSS a outros países socialistas»⁸⁰⁷. Na reunião, Álvaro Cunhal repetiu que «a causa do proletariado, a causa do socialismo e do comunismo, é por sua natureza internacional e internacionalista» e insistiu na filiação à União Soviética «cujo papel em todo o processo revolucionário mundial é decisivo»⁸⁰⁸.

7.2 Os mecanismos de controlo político

A revista internacional *Problemas da Paz e do Socialismo* era um projecto político complexo. A sua edição exigia um elaborado trabalho de selecção de artigos produzidos por autores de várias nacionalidades e cuja edição obedecia aos cânones impostos por Moscovo, no sentido de preservar o controlo do movimento comunista internacional e dos vários partidos através do chamado *conselho de redacção*, que validava todas as publicações. Álvaro Cunhal considerava a revista um instrumento fundamental para o «reforço da unidade» do movimento comunista internacional, «cuja potencialidade organizativa está longe de ser esgotada»⁸⁰⁹.

Além da publicação de artigos, livros e brochuras, a estrutura editorial também organizava contactos bilaterais entre os vários países, seminários, grupos de estudos sobre problemas ideológicos e conferências internacionais. Cândida Ventura sintetiza o objectivo: «Dominar os grandes e, sobretudo, os pequenos partidos»⁸¹⁰.

Este controlo sobre o movimento comunista internacional revelava-se particularmente importante nos períodos de maior discussão ideológica, tendo enfrentado fortes resistências por parte dos comunistas espanhóis, franceses e italianos. Cândida Ventura recorda que os artigos dos defensores do eurocomunismo estavam sob forte restrição

⁸⁰⁷ «Sobre a situação política e as tarefas do partido», intervenção na conferência dos partidos comunistas e operários da Europa, em Cunhal, *Obras Escolhidas*, vol. IV..., 632.

⁸⁰⁸ *Avante!*, n. 431, Julho de 1971.

⁸⁰⁹ Cunhal, *Obras Escolhidas*, vol. IV..., 704.

⁸¹⁰ Ventura, *O Socialismo...*, 172.

editorial por parte dos representantes do PCUS, «ao mesmo tempo que em relação aos artigos favoráveis a Moscovo exigiam o nosso apoio»⁸¹¹. As relações no conselho editorial eram controladas directamente pelos delegados soviéticos.

Logo após a invasão de Praga, o Comité Central do PCP emitiu uma nota, na sequência da Conferência Internacional dos Partidos Comunistas e Operários, lamentando a «inexistência de organismos internacionais, que sem exercerem qualquer papel direto e sem porem em causa a independência e soberania de cada partido, pudessem a título permanente assegurar uma mais rápida e eficiente troca de informações e experiências e um exame mais colectivo e mais operativo de iniciativas de carácter comum»⁸¹².

Esta lógica de controlo encontrava-se igualmente presente em organizações sediadas nas capitais do leste, por exemplo, Movimento Mundial da Paz, Helsínquia; Federação Sindical Mundial, Praga; Federação Democrática da Juventude, Budapeste; Federação Internacional das Mulheres Democratas, Berlim; Organização Internacional dos Jornalistas, Praga; União Internacional dos Estudantes, Praga; Federação Internacional dos Metalúrgicos, Praga; Federação Internacional dos Professores, Praga⁸¹³.

Todos estes organismos tinham representantes de vários países, mas cujas escolhas resultavam em primeiro lugar da sua filiação aos respectivos países comunistas. A existência de *especialistas soviéticos* em todas as organizações garantiam os necessários mecanismos de controlo.

As divergências de Cândida Ventura com o PCP e o movimento comunista internacional mantiveram-se ao longo dos anos seguintes, mas manteve-se no partido desde 1943 até Agosto de 1976, tendo publicado em 1981 uma carta onde assume a ruptura⁸¹⁴ e parte das suas memórias em 1984: «No ano de 1968 tinha rompido interiormente com o Partido Comunista e cada dia que passava me dava a importância

⁸¹¹ Entrevista Cândida Ventura, 15 de Setembro de 2009, Lagos.

⁸¹² «A Conferência Internacional dos Partidos Comunistas e Operários», *Avante!*, n. 407, 1^a. Quinzena de Outubro, 1969.

⁸¹³ Ventura, *O Socialismo...*, 175.

⁸¹⁴ Na sequência do golpe na Polónia, afirmou publicamente ter abandonado o PCP em Agosto de 1976 «por discordâncias dos seus processos e orientação e pela minha experiência de vida nos países do “socialismo real”». A declaração data de 14 de Dezembro de 1981.

da responsabilidade do silêncio. Por isso resolvi escrever este livro [em Janeiro de 1984]⁸¹⁵».

Na edição de Outubro de 1972 da revista *Problemas da Paz e do Socialismo*⁸¹⁶, Catarina Mendes publicou um artigo em nome do Comité Central do PCP elogiando a universalidade da «experiência da União Soviética» e as suas «realizações» e «vitórias» na criação e defesa do sistema socialista mundial. Cita em concreto o exemplo de Álvaro Cunhal como revolucionário em luta por uma revolução em Portugal, cuja estratégia obedecia às especificidades concretas da realidade nacional, mas que nada tenha a ver com a procura de uma «originalidade» ou de um «modelo próprio de socialismo». Cândida Ventura reafirma assim em nome do PCP a rejeição das experiências autónomas no campo socialista.

8. A importância da Primavera de Praga na dinâmica internacional

8.1 O embrião do eurocomunismo

A intervenção militar em Praga marcou uma nova etapa no movimento comunista internacional com as críticas assumidas de vários partidos comunistas e a procura de uma nova via para o socialismo. Um processo que se acelerou com a morte de Brejnev e os consecutivos falhanços políticos que representam as lideranças sucessórias de Andropov e Chernenko até à ascensão de Gorbatchov.

O PCP esteve representado ao mais alto nível na Conferência Internacional dos Partidos Comunistas e Operários, realizada em Junho de 1969. Álvaro Cunhal, acompanhado por José Vitoriano e Carlos Aboim Inglês, interveio na linha justificativa da invasão e defendeu que «as forças revolucionárias de qualquer país têm beneficiado, na luta contra o imperialismo, da acção das forças revolucionárias de todos os outros países»⁸¹⁷. De forma clara, cita a União Soviética como «maior baluarte das forças revolucionárias» devido às suas «realizações, experiências e poderio económico e militar». Foi ainda mais claro quando afirmou que «se por agressão do imperialismo ou por acção das forças contra-revolucionárias o poder dos trabalhadores estiver ameaçado

⁸¹⁵ Ventura, *O Socialismo...*, 189.

⁸¹⁶ «El Partido Comunista Portugués en la lucha contra el colonialismo», *Problemas da Paz e do Socialismo*, 1972, Outubro, 82-83.

⁸¹⁷ «Intervenção do camarada Álvaro Cunhal na Conferência Internacional dos Partidos Comunistas», *Avante!*, n. 404, Julho de 1969.

num país socialista, é dever sagrado dos demais países socialistas e de todo o movimento operário internacional ocorrer em sua defesa».

Segundo explicou o secretário-geral do PCP à Rádio Moscovo, em 22 de Setembro de 1969, a ausência de referências directas à invasão terá sido pedida pelos comunistas checoslovacos: «O facto de que a generalidade dos partidos participantes se tenham conformado com os desejos expressos pelo PC da Checoslováquia para que a situação e os acontecimentos do seu país não fossem objecto de exame na Conferência, a fim de facilitar a superação da grave crise política»⁸¹⁸. Porém, Cândida Ventura manifesta-se convicta de que «foi o PCUS que impôs aos seus serventuários na Checoslováquia e aos outros partidos que o problema daquele país não fosse discutido na conferência»⁸¹⁹.

Uns meses mais tarde, no dia 23 de Setembro de 1969, Álvaro Cunhal deslocou-se novamente a Moscovo para reafirmar apoio inequívoco à invasão. Após um encontro com Leonid Brejnev e Boris Ponomarev, deixou claro que «os comunistas portugueses aprovam a política interna e externa do Partido Comunista da União Soviética» e desejou ao PCUS «e a todo o povo soviético êxitos ulteriores na construção do comunismo na União Soviética»⁸²⁰. A manifestação incondicional de apoio a Moscovo está evidente na integridade do texto com a reafirmação da «plena identidade de pontos de vista» entre o PCP e o PCUS «em todos os problemas discutidos».

A renovação do apoio expresso pelo líder do PCP foi devidamente publicitada pelo *Avante!*, pela agência oficial de notícias de Moscovo TASS e pelo jornal comunista *Pravda*, tendo obtido uma forte expressão mediática em outros meios de comunicação para regozijo de Álvaro Cunhal: «As conversações entre os camaradas A. Cunhal e L. Brejnev vieram fortalecer ainda mais os laços fraternais de cooperação e entendimento que ligam o nosso partido ao glorioso Partido de Lenine». Esta demonstração de confiança ao mais alto nível foi valorizada pelo governo português como um «acordo» entre o PCP e o PCUS «sobre todas as questões negociadas»⁸²¹.

⁸¹⁸ Entrevista à *Rádio Moscovo* sobre a Conferência dos Partidos Comunistas e sobre a situação política nacional, «Intervenção na conferência dos partidos comunistas e operários da Europa», em Cunhal, *Obras Escolhidas*, vol. IV..., 391-397.

⁸¹⁹ Ventura, *O Socialismo...*, 176.

⁸²⁰ «Comunicado das conversações em Moscovo entre Álvaro Cunhal e L. Brejnev», em *Avante!*, n.408, 2ª quinzena de Outubro de 1969.

⁸²¹ AHD, PEA II, maço 453, processo 330.

A reconfiguração do movimento comunista provocada pela Primavera de Praga aprofundou-se com as fortes divergências manifestadas pelos comunistas espanhóis, franceses e italianos, com diferentes graus de intensidade e em momentos diferentes⁸²². Os comunistas espanhóis alegaram ter sido surpreendidos pela invasão quando os seus principais dirigentes estavam precisamente em Moscovo para que as suas reacções fossem condicionadas, mas acabaram por assumir uma posição fortemente crítica.

Os comunistas franceses começaram por ensaiar um papel de mediação durante o período de maior tensão, mas após a entrada das tropas soviéticas em Praga adoptaram uma atitude igualmente crítica. O Comité Central emitiu um comunicado onde «desaprova» a intervenção militar e justifica que «cada partido comunista deve determinar com plena independência a sua política, as suas formas de acção, os seus métodos de luta», tendo em consideração «as condições concretas».

O PCF não deixou de recordar ao PCC os esforços que representavam os encontros de Cierna e Bratislava, no sentido de alertar os checoslovacos para a incapacidade que demonstravam em eliminar as «forças da reacção», ou seja, a Alemanha Ocidental que «não ocultava a sua esperança de ocorrer um enfraquecimento dos vínculos que ligam a Checoslováquia a outros países da comunidade socialista»⁸²³.

Os comunistas italianos partiram de uma posição inicial igualmente prudente após a visita de Luigi Longo⁸²⁴ a Moscovo, mas acabaram também por acompanhar os espanhóis e os franceses nas críticas à invasão: «Manifestamos de maneira clara a nossa profunda reprovação pela intervenção militar»⁸²⁵.

Jiri Hajek garante que «a reforma checoslovaca e a sua liquidação provocaram reacções de significado histórico», acrescentando que «pela primeira vez na história do movimento internacional, a maioria dos seus partidos membros expressaram um profundo desacordo com a posição adoptada pelo partido soviético»⁸²⁶. As

⁸²² Os comunistas suecos desafiaram o governo a chamar o embaixador soviético e suspender as relações diplomáticas com Moscovo, os comunistas noruegueses cancelaram uma visita oficial à União Soviética e os comunistas albaneses classificaram a invasão como um acto colonialista. Também os comunistas suíços, irlandeses e belgas assumiram posturas críticas.

⁸²³ AV.VV., *Tchecoslováquia...*, 88,92.

⁸²⁴ Seria preciso esperar pela ascensão de Palmiro Togliatti para que os comunistas italianos se distanciassem de Moscovo e iniciassem o processo de criação do eurocomunismo. Cfr. também Enrico Berlinguer, *Do compromisso histórico ao eurocomunismo* (Lisboa: edições Antídoto,1977).

⁸²⁵ AV.VV., *Tchecoslováquia...*, 80-87.

⁸²⁶ Hajek, *Praga...*, 197.

características inovadoras do socialismo democrático e o impacto da Primavera de Praga ficariam mais tarde expressas na sua plenitude na conferência dos partidos comunistas europeus, realizada em Berlim em 1976.

As portas abertas por Alexander Dubcek estimularam decisivamente o processo de reflexão sobre a renovação do pensamento marxista. A lógica de enfrentamento entre os dois blocos diluiu-se na invasão militar de um país socialista por países socialistas, isto é, o conflito socialismo/capitalismo desaparecia na sua fórmula tradicional como expressão pura da rivalidade militar entre os Estados Unidos e a União Soviética. É nesta medida que a Primavera de Praga produz uma raiz para o eurocomunismo através do reconhecimento no Pacto de Varsóvia de características violentas de hegemonização, à semelhança das imputações tradicionais dirigidas à NATO.

8.2 A nova via revolucionária

Os comunistas espanhóis, franceses e italianos iniciaram um processo de tentativa de renovação do movimento comunista internacional. Santiago Carrillo apresentava o eurocomunismo como uma via para a construção «de um socialismo que mantenha e enriqueça, dando-lhes nova dimensão económica e social, as liberdades democráticas políticas e os direitos humanos, que são uma realização histórica irrenunciável do progresso humano»⁸²⁷. O caminho exigia que os comunistas se «desembaraçassem» de fórmulas teóricas como *ditadura do proletariado* para que se afirmasse o «respeito pelo jogo democrático».

Os eurocomunistas usavam com frequência a palavra *mudança* para marcar o tempo novo que ambicionavam implementar. Mudança na perspectiva de como encaravam os problemas, mudança na sua resolução e na interpretação da própria ideologia. A aceitação do *revisionismo* como característica natural do *marxismo revolucionário* baseava-se em exemplos históricos e pretendia *normalizar* o processo de mudança em curso, mas tendo sempre em consideração as realidades concretas. Santiago Carrillo recorre ao exemplo de Espanha para explicar a mudança: «Las fuerzas conservadoras españolas serían más felices si frente a ellas hubiera un Partido Comunista dogmático, sectario, aferrado a posiciones superadas, que continuara imaginando la revolución española como un simples calco de otras revoluciones anteriores».

⁸²⁷ Santiago Carrillo, *Eurocomunismo y Estado* (Madrid: Editorial Crítica, 1977), 15-34.

Os eurocomunistas assumiam que o movimento comunista devia apresentar «uma concepção sólida sobre a possibilidade de democratizar o aparelho de Estado capitalista, transformando-o assim num instrumento válido para a construção de uma sociedade socialista sem necessidade de destruí-lo radicalmente». O que significava aderir à democracia pluripartidária e parlamentar: «Não é possível ignorá-lo».

Santiago Carrillo começou a falar numa nova «atitude histórica» que se exigia aos partidos comunistas e citava a reconfiguração do contexto internacional, ou seja, a «crise» da bipolarização entre os tradicionais blocos oponentes: «Independientemente de la ideología en que se apoye, presupone hegemonía [que] de una manera u otra termina tornando se insuportable para los estados que la sofren».

A construção do novo modelo de socialismo democrático admitia a coexistência de formas públicas e privadas de propriedade para «preservar al máximo las fuerzas productivas y los servicios sociales ya creados», ou seja, a aceitação deste sistema misto traduzia-se «en un régimen político en el que los propietarios de podrán organizarse no sólo económicamente, sino en partido o partidos políticos representativos de sus intereses. Ese va a ser uno de los componentes del pluralismo político e ideológico».

O eurocomunismo recusava assim a destruição do aparelho de Estado, admitia a existência de sectores económicos público e privados, reconhecia a necessidade do pluripartidarismo e acrescentava ainda uma nova perspectiva para o conceito de luta de classes: «La superación de las diferencias sociales seguirá un proceso natural, no será consecuencia de medidas coercitivas».⁸²⁸

O PCP criticou impiedosamente o eurocomunismo ao ponto de Álvaro Cunhal ter destrutado Santiago Carrillo por diversas vezes, acusando o dirigente espanhol de «oportunista, revisionista e anti-soviético»⁸²⁹.

8.3 Os Estados Unidos e a importância da Détente

As consequências da invasão da Checoslováquia foram mais profundas no movimento comunista do que na dinâmica internacional. Na sequência de uma reunião ao mais alto nível realizada em Novembro de 1968, a NATO começou por identificar um potencial

⁸²⁸ Carrillo, *Eurocomunismo...*, 99-139.

⁸²⁹ Cunhal, *Obras Escolhidas, vol. IV...*, 685.

aumento do perigo militar. O próprio comandante das forças na Europa reconhecia a existência de «um grande desequilíbrio de forças militares a favor da Rússia, a qual tem na Europa Central a maior e mais facilmente utilizável força de combate desde a segunda guerra mundial»⁸³⁰. Numa conferência realizada nos Estados Unidos e reportada pela embaixada portuguesa no dia 13 de Outubro 1968, o general Lyman L. Lemnitzer admitiu que a invasão fora uma «completa surpresa do ponto de vista tático» e apelou a uma «correção» que permitisse à NATO reequilibrar as forças.

As propostas de paz que a União Soviética vinha colocando em cima da mesa pareciam assim comprometer o esforço de desarmamento, mas os canais diplomáticos transmitiam uma relativa tranquilidade entre os blocos. A surpresa era essencialmente *táctica* e não política. Poucos dias após a invasão, a embaixada de Portugal em Washington informava Lisboa de que o governo norte-americano reagia com evidente «passividade» aos acontecimentos: «A Administração tem sido cuidadosíssima nas suas reacções e é neste ponto apoiada pela quase generalidade dos *leaders* do Congresso. O seu interesse parecer ser o de que a crise se resolva rapidamente a fim de poder retomar o curso da sua política de aproximação com a União Soviética concretizada nos últimos anos em numerosos tratados e acordos assinados com Moscovo»⁸³¹.

A *passividade* norte-americana pode ser enquadrada no respeito pelas zonas de influência e na conquista de objectivos de maiores dimensões, ou seja, a consolidação da paz mundial. O que pode ser corroborado com o facto de Moscovo ter avisado previamente a administração norte-americana da iminente invasão. Os canais diplomáticos portugueses, geralmente bem informados em Washington, reportaram que dois dias antes da invasão o embaixador soviético teria informado o presidente norte-americano da existência de uma «conspiração exterior e interior para desestabilizar a Checoslováquia»⁸³². A mensagem esclarece que o «governo [checoslovaco] solicitou aos seus aliados, entre os quais a URSS, assistência directa incluindo militar», acrescentando que «a URSS considera que os acontecimentos envolvem os seus interesses vitais e constituem também uma ameaça à paz e segurança na Europa».

Fica assim claro o entendimento soviético da invasão da Checoslováquia exposto directamente aos Estados Unidos: tratava-se de um assunto militar que dizia respeito

⁸³⁰ AHD, PEA II, maço 384, processo 331, 283.

⁸³¹ AHD, PEA II, maço 385, processo 331, 283.

⁸³² AHD, PEA II, maço 385, processo 331, 283.

aos interesses vitais da União Soviética. A mensagem chega mesmo a antecipar que a «URSS e governos aliados decidiram tomar uma decisão conjunta para satisfazer o pedido da Checoslováquia e dar a necessária assistência ao povo checoslovaco». A expressão «aliados» reforça o carácter belicista ao remeter directamente para os países membros da aliança militar que constituía o Pacto de Varsóvia.

8.4 A emergência da Ostpolitik

A audiência concedida por Richard Nixon em Maio de 1969 a Marcello Caetano⁸³³ aponta no sentido da *desdramatização militar* nas dinâmicas internacionais pós-intervenção soviética na Checoslováquia. O chefe do governo português começou por referir que «há 20 anos a principal preocupação fora barrar-se um possível ataque da União Soviética à Europa Ocidental, [mas] hoje os perigos eram outros, embora fomentados do mesmo lado, e de amplitude global – guerra psicológica, subversão, etc.». Caetano citou um exemplo: «O adversário de hoje não procura fazer a conquista física dos territórios, mas antes conquistar o ânimo e o espírito dos povos». O presidente norte-americano «disse concordar com tal apreciação e que era mais fácil ter-se de enfrentar armamentos que a corrosão dos espíritos»⁸³⁴.

Numa carta enviada em Abril de 1971 para Nixon, o chefe do governo português responde a uma missiva do mês anterior e afirma concordar com o presidente norte-americano quanto ao papel da NATO na garantia da paz mundial. Marcello Caetano escreve que continua a ser «a principal organização internacional que hoje se opõe à expansão do comunismo no mundo, embora sem esquecer que essa expansão é prosseguida à escala mundial e que as potências comunistas há muito adoptaram a tática de contornar a área geográfica da aliança procurando firmar posições nos restantes continentes, de modo a conseguir o completo envolvimento da Europa Ocidental e da América do Norte»⁸³⁵.

A situação internacional criou condições para um novo protagonismo da Alemanha Ocidental: «A invasão abriu as portas a [Willy] Brandt quando este ascendeu ao poder na Alemanha Ocidental em 1969», afirma Henry Kissinger⁸³⁶. O antigo chefe da

⁸³³ Henry Kissinger estava presente.

⁸³⁴ Apontamento da conversa elaborado pelo embaixador em Washington no dia 1 de Maio de 1969 e classificado como secreto, AHD, PEA IV, Processos Confidenciais, maço 17, processo 334, 10.

⁸³⁵ AHD, PEA IV, Processos Confidenciais, maço 17, processo 334, 19.

⁸³⁶ Henry Kissinger, *Diplomacia* (Lisboa: Gradiva, 1996), 640-643.

diplomacia norte-americana recorda que o governante alemão apresentou então a «sensacional tese de que, uma vez que as relações com o Ocidente haviam conduzido a uma situação de impasse, a unificação deveria ser procurada através da aproximação da Alemanha ao mundo comunista»⁸³⁷.

Quando Willy Brandt transitou do ministério dos Negócios Estrangeiros para a chefia do governo, a Alemanha julgou ter encontrado uma saída: dirigir o processo de reunificação com uma aproximação ao bloco comunista. A nova política para o Leste (Ostpolitik) baseava-se na aceitação da ordem territorial do pós-guerra, ou seja, Willy Brandt reconheceu a RDA e aceitou a fronteira com a Polónia (a linha Oder-Neisse)⁸³⁸.

A Ostpolitik pretendia traduzir-se num contributo activo para que o ambiente internacional permitisse aos soviéticos flexibilizar a sua posição perante a reunificação⁸³⁹. O que começou por merecer a desconfiança dos Estados Unidos. Receavam que, após De Gaulle ter retirado a França da NATO, o bloco ocidental ficasse mais frágil com uma Alemanha reunificada a trilhar o seu caminho, mas acabaram por apoiar os esforços de Willy Brandt: «Numa complexa negociação foi estabelecido um novo acordo no Verão de 1971 entre as quatro potências, garantindo a liberdade de Berlim Ocidental e o acesso ocidental à cidade». A assinatura do Tratado Fundamental com a RDA em 1972⁸⁴⁰ permitiu que Berlim desaparecesse da lista dos locais da crise internacional até à queda do muro em 1989. Uma conquista que permitiu também à Alemanha Ocidental estabelecer tratados com a Polónia e a própria União Soviética.

O ambiente da Détente acabou por ser recuperado com o *apagamento* progressivo das memórias de Praga e favoreceu o retomar do diálogo, no sentido de levar a coexistência pacífica ao seu limite através de programas de desarmamento, cujos objectivos ficaram consagrados na Conferência de Helsínquia, em 1975⁸⁴¹.

⁸³⁷ A possibilidade de a Europa dialogar com a União Soviética sem os Estados Unidos já fora anteriormente explorada por De Gaulle para aliviar a pressão soviética sobre a Europa do Leste.

⁸³⁸ Angela Stent, *From Embargo to Ostpolitik – The political economy of West German-Soviet relations 1955-1980* (London: Cambridge University Press, 1981).

⁸³⁹ Na sequência de uma visita de Krutchev à Dinamarca, em Junho de 1961, o representante dinamarquês na NATO revelou uma afirmação do líder soviético: «Enquanto o Ocidente não reconhecer a existência de duas Alemanhas, não poderá haver verdadeira “Détente” nem se poderá tratar de desarmamento pois que a causa do armamento subsiste», cfr AHD, PEA II, maço 386, processo 331,28.

⁸⁴⁰ O tratado provocou forte contestação dentro da Alemanha Ocidental, mas permitiu criar bases para a progressiva aproximação ao leste com base nesta «conveniência regulamentada».

⁸⁴¹ O *espírito* de Helsínquia traduz algumas das consequências de 1968, na medida em que reafirma os princípios das Nações Unidas quanto ao respeito pela soberania nacional dos países como condição

| CAPÍTULO 7 |

| ROMÉLIA |

1. A Roménia depois da Primavera de Praga

1.1 Os riscos de contaminação

A Primavera de Praga representou a terceira tentativa em 12 anos de implementar num país socialista uma *revolução de cima para baixo*, tendo sido esmagada pela União Soviética como aconteceu com as experiências anteriores. A Polónia e a Hungria foram anuladas em 1956, mas os acontecimentos de 1968 na Checoslováquia já ocorreram numa nova dinâmica internacional. Os riscos políticos de uma *dissidência identitária colectiva* dentro do bloco comunista eram elevados para Moscovo e a violência da reacção demonstrou o empenho na resolução da *questão checa*.

O Partido Comunista da Roménia ainda não manifestara pulsões idênticas aos checoslovacos, mas há muito tempo que Nicolae Ceausescu impusera um estilo de governação mais baseado na sua personalidade (*conductor*) e numa certa reactivação da identidade nacional⁸⁴² e menos no modelo soviético e nas relações de lealdade com Moscovo. Os esforços unilaterais para encontrar uma política externa autonomia traduzem esse permanente esforço de demarcação romena, cujos contornos ficaram expostos após a tomada de Praga.

Diante das chefias militares da Roménia presentes numa cerimónia oficial na Academia Militar Geral da Roménia, Nicolae Ceausescu reivindicou o poder de «escolher as formas concretas de edificação do socialismo» no país e reafirmou a «competência exclusiva de cada partido comunista ou Estado socialista para estabelecer os métodos e as práticas de edificação da sociedade socialista». O discurso sobre «os princípios fundamentais da política externa romena», foi posteriormente traduzido para francês e

essencial do sucesso da coexistência pacífica e da segurança internacional. Uma condição associada ao princípio da não intervenção e ao respeito pela auto-determinação dos povos. O que significava uma especial preocupação com a protecção da soberania e da individualidade dos Estados e especialmente a noção da não intervenção, isto é, os países socialistas que assinaram os princípios da Conferência de Helsínquia assumiram a rejeição definitiva da doutrina de Brejnev sobre a *soberania limitada*.

⁸⁴² Ceausescu era frequentemente apresentado como um *digno sucessor* de Miguel, *O Bravo*, o primeiro unificador da Roménia no século XVI.

distribuído pelos embaixadores romenos, tendo chegado a Portugal através da chancelaria em Atenas⁸⁴³.

O governante romeno assumiu ainda a vontade da Roménia em «estabelecer relações consistentes com todos os países independentemente do seu regime social», apelando, por fim, «à retirada urgente de todas as tropas estrangeiras do território da república Checoslovaca» e «à criação de condições para que o povo irmão checoslovaco, o partido e o governo legais checoslovaco possam decidir os seus próprios assuntos sem interferência estrangeira».

Cláudio Torres recorda-se do ambiente de «quase paranóia colectiva» que se vivia na Roménia com receio de uma invasão⁸⁴⁴: «Todos nós, que trabalhávamos na *Rádio Bucareste*, estávamos à espera que houvesse um ataque soviético e a rádio constituía por natureza um objectivo estratégico», explica, acrescentando: «As emissões eram muito críticas da invasão de Praga e esse posicionamento podia ter consequências. Havia uma psicose geral».

Este ambiente é igualmente descrito por Rui Perdigão. Durante uma reunião dos exilados portugueses na *Rádio Portugal Livre* em Agosto, escutaram o barulho inusitado de aviões e daquilo que lhes parecia por sugestão serem as *lagartas* de carros blindados. «Aí estão eles! Aí estão eles!», recorda da sua reacção, «é a invasão soviética da Roménia que começa»⁸⁴⁵. Tratava-se, afinal, de manobras das próprias tropas romenas, mas o episódio reflecte o estado de espírito que se viveu na Roménia antes e depois da invasão da Checoslováquia.

Numa das entradas do seu diário, datada de 20 de Setembro de 1968, Flausino Torres relata notícias dando conta de que «as tropas soviéticas têm-se concentrado na fronteira da Roménia», acrescentando uma interrogação: «Mas não foi assim que principiou a ocupação checa?»⁸⁴⁶.

O receio de uma invasão idêntica à da Checoslováquia teve larga tradução nos intensos contactos que os diplomatas romenos desenvolveram neste período. A embaixada de Portugal em Bona reportou ao Governo uma informação confidencial recolhida junto de

⁸⁴³ AHD, PEA II, maço 381 processo 331, 282 e 332, 82.

⁸⁴⁴ Entrevista Cláudio Torres, 7 Janeiro 2015, Mértola.

⁸⁴⁵ Perdigão, *O PCP visto...*, 60.

⁸⁴⁶ Torres, *A Batalha de Praga*, 45.

um diplomata romeno: «Confessou-me que embora nada possa justificar eventual agressão URSS, adoptaram todas possíveis medidas de defesa do país, pois obtiveram confirmação da concentração de tropas russas húngaras e búlgaras junto à fronteira romena. Esperam que Moscovo não volte repetir o erro que constituiu a invasão Checoslováquia e que dê a pensar aos dirigentes Kremlin a afirmação de Mao⁸⁴⁷ na sexta-feira na recepção da embaixada da Roménia em Pequim: “Daremos aos romenos todo auxílio”»⁸⁴⁸.

O isolamento da Roménia e da Checoslováquia ficou bem patente nas comemorações do seu dia nacional no estrangeiro. No dia 24 de Agosto, o embaixador da Roménia em Cuba convidou os seus congéneres para participarem nas cerimónias oficiais, tendo sido «por demais notório o facto de que nenhum dos embaixadores do Pacto de Varsóvia estivesse presente à recepção». Segundo o relato dos diplomatas portugueses, «o embaixador da Checoslováquia viu-se completamente isolado, a tal ponto que apenas com ele conversaram os embaixadores ocidentais e o embaixador da Jugoslávia»⁸⁴⁹.

A autonomia da política externa da Roménia expressa por Nicolae Ceausescu na Academia Militar Geral da Roménia já tinha sido anteriormente veiculada pelos dirigentes romenos, mas em contextos internacionais favoráveis.

Em Fevereiro de 1967, Corneliu Manescu aproveitou uma visita a Bruxelas, sede do organismo máximo da NATO, para lançar um desafio: «Devemos militar com perseverança no estabelecimento de relações novas com todos os Estados da Europa com base na liberdade que possui cada povo de se atribuir o regime da sua escolha». Segundo o diplomata romeno, tratava-se de «dar ao princípio da coexistência pacífica um conteúdo dinâmico, fundado na convicção de que cada povo tem algo a dar e a receber. Nesta perspectiva, o governo romeno está interessado no desenvolvimento de relações bilaterais com os outros países europeus». Corneliu Manescu citou como exemplos o estabelecimento de relações económicas e consulares com a Espanha e de relações diplomáticas com a República Federal da Alemanha⁸⁵⁰.

⁸⁴⁷ No início do conflito que levou à ruptura entre a China e a União Soviética, a Roménia disponibilizou-se para exercer um papel de mediador. No início da década de 70, numa visita oficial à China, Ceausescu elogiou fluidamente a obra de Mao Tsé Tung,

⁸⁴⁸ AHD, PEA II, maço 381 processo 331, 282 e 332, 82.

⁸⁴⁹ AHD, PEA II, maço 381 processo 331, 282 e 332, 82.

⁸⁵⁰ AHD, PEA II, maço 381 processo 331, 282 e 332, 82.

1.2 As relações diplomáticas com Portugal

1.2.1 O período antes da Primavera de Praga

As aproximações iniciais da Roménia a Portugal são prévias à Primavera de Praga e remontam a meados da década de 60, tendo o governo português registado os primeiros contactos nas embaixadas de Tóquio, Viena, Helsínquia e Estocolmo. António Patrício informou Lisboa em 1964 dos contactos ocorridos através da Missão Permanente de Portugal junto das Nações Unidas: «Diplomatas romenos na ONU tentam aproximação aproveitando “um certo isolamento” em que nos encontramos»⁸⁵¹.

O diplomata português interpretou a aproximação como um produto da «lógica comunista», ou seja, tratar-se-ia de uma estratégia desenvolvida por Moscovo: «É muito possível que os países do bloco de leste se tenham dividido para tais fins e que no rateio realizado Portugal fosse atribuído à República Popular da Roménia. Diversas razões militarizaram para tal: as afinidades da língua latina, o facto de delegados portugueses e romenos se sentarem lado a lado nas Grandes Comissões, e o papel que a Roménia tem jogado em África ser diminuto em comparação com o de outros países comunistas – Checoslováquia, Polónia e Hungria, quer na formação de estudantes de cor quer no envio de armas para os diversos movimentos chamados de libertação». Uma interpretação mais tarde desconstruída pelo governo português.

Os diplomatas romenos continuaram nos anos seguintes a preparar o caminho para uma efectiva aproximação a Portugal. Em Junho de 1965, o embaixador Marcello Mathias encontrou-se secretamente com o conselheiro da embaixada romena, Alexandru Gheorgiu. Na informação confidencial remetida para o Ministro dos Negócios Estrangeiros, o diplomata português acentuou a «autonomia romena» e explicou a integração no COMECON como um «instrumento útil» para coordenação e planificação económica, «mas [os romenos] jamais o admitiriam se representasse subordinação de qualquer espécie a uma política económica alheia aos interesses romenos».

Marcello Mathias comunicou então o desfecho da conversa: «[Alexandru Gheorgiu] indagou como se me afigurava e poderia ser encarado pelo governo português o restabelecimento de relações diplomáticas com o seu país». O influente embaixador português acrescentou ainda uma revelação do seu homólogo: «[Alexandru Gheorgiu]

⁸⁵¹ AHD, PEA II, maço 381, processo 331, 282 e 332, 82.

estava convencido de que *mais tarde ou mais cedo* esse restabelecimento não poderia deixar de ter lugar»⁸⁵².

Em 1967, o governo português emitiu uma circular confidencial para as embaixadas, na sequência dos «vários contactos» registados ao longo dos «últimos meses» pelos diplomatas romenos: «Parece, porém, de pôr de parte a hipótese duma acção concertada do bloco comunista, que numa divisão de trabalho previamente tivesse encarregada a Roménia das tentativas de aproximação com Portugal. Com efeito, semelhante hipótese, plausível há alguns anos, já não parece hoje viável perante a actual tendência romena para assumir uma atitude de independência na condução da sua política externa, dentro do qual o estabelecimento de relações diplomáticas com a RFA é, sem dúvida, uma manifestação»⁸⁵³.

O governo português considerou assim que a aproximação da Roménia representa uma «atitude de independência do bloco socialista».

Em termos de orientação política, o ministro Franco Nogueira informou os embaixadores de que o governo português estabelece relações diplomáticas com países com os quais Portugal tenha «afinidades culturais» ou com os quais «as relações comerciais e económicas em expansão parecem justificá-la».

A própria União Soviética desenvolveu esforços nesse sentido, segundo relato do embaixador Marcelo Mathias, na sequência de uma conversa em Paris com Sergei Vinogradov, em finais de 1963: «Acredite que a nossa política é a de coexistência pacífica e da competição económica e social, sem olharmos a quaisquer características ou sistemas dos governos dos outros países. Nós estamos seguros de que o tempo trabalha para nós (...) estamos num mundo em constante evolução e nós fazemos uma política realista que tem em conta essa evolução»⁸⁵⁴.

No início de 1971, foi a vez de um diplomata soviético em Londres retomar o assunto: «Referindo-se as relações desportivas, culturais e comerciais entre Portugal e a Rússia, disse que, no seu entender, eram um bom sinal e que poderiam servir como ponto de partida a um degelo entre os dois países, como se estava verificando com Espanha»,

⁸⁵² AHD, PEA II, maço 381, processo 331, 282 e 332, 82.

⁸⁵³ AHD, PEA II, maço 381, processo 331, 282 e 332, 82; Circular PEA 16, CONFIDENCIAL, 14 de Julho 1967.

⁸⁵⁴ AHD, PEA II, maço 381, processos 331, 282 e 332,82.

relata um diplomata português, acrescentando: «Na sua opinião, dentro de uma década tudo estaria normalizado, talvez quando os nossos problemas africanos estivessem solucionados»⁸⁵⁵.

Em Novembro de 1973, Moscovo pediu autorização para enviar a Lisboa um representante disfarçado de jornalista, na sequência de uma reunião entre os embaixadores português e soviético. É a própria embaixada de Portugal em Helsínquia que informa o governo através de informação classificada como *muito secreta*: «Louis Victor (Vitali) ou Victor Louis ou Louis Vitali ou Vitaly Yevgently (...) agente político para assuntos de alto nível do Kremlin (...) disse em conversa ao nosso embaixador que tinha já passado por Lisboa há dez anos mas não conseguiu nessa altura um visto (...) sem ousar adiantar conjectura, permito-me ligar iniciativa com contacto aqui feito Sua Excelência Embaixador Novais Machado com Embaixador Mendelevicth»⁸⁵⁶.

1.2.2 O período pós-Primavera de Praga

O apoio da Roménia ao processo de renovação na Checoslováquia aumentou o receio de uma invasão em Bucareste. Além da forte condenação pública, Nicolae Ceausescu mandou distribuir pelas embaixadas romenas um «interessante documento» denunciando a «agressão russa» e solicitando o «auxílio da ONU e de todas as nações do Mundo tanto para a Checoslováquia como eventualmente para a própria nação romena»⁸⁵⁷.

A intensa actividade diplomática romena desenvolveu-se num duplo sentido. Por um lado, denunciando a invasão de Praga com críticas a Moscovo; por outro, procurando ao mesmo tempo que essas críticas fossem integradas na dinâmica internacional de condenação de Moscovo, isto é, enquadrar as críticas para evitar uma potencial invasão de Bucareste. Ainda assim, os soviéticos mantiveram os romenos pressionados por uma certa *dúvida razoável*: nunca deram sinais concretos de pretender invadir a Roménia, mas também nunca abdicaram dessa ameaça velada e reiteradamente admitida pelos próprios romenos. Este *trunfo do silêncio* teve acima de tudo efeitos psicológicos.

⁸⁵⁵ AHD, PEA IV, maço 729, processo 333,80.

⁸⁵⁶ AHD, PEA IV, maço 21, processo 333,80.

⁸⁵⁷ Informação enviada pela Embaixada de Portugal em Atenas, AHD, PEA II, maço 385, processo 331, 283.

Os diplomatas romenos reagiram concertadamente a essa pressão e seguiram as instruções de Nicolae Ceausescu, *ignorando* a natureza dos regimes políticos contactados. O que passou por integrar o governo português nessa rede. Os primeiros contactos diplomáticos no período pós-Primavera de Praga ocorreram através do embaixador português na República Federal da Alemanha, tendo o diplomata romeno desmentido o alegado pedido de auxílio checoslovaco a Moscovo e assumido o receio de uma invasão do seu país⁸⁵⁸.

Em Outubro de 1968, o embaixador da Roménia em Caracas retomou o mesmo tom das críticas a Moscovo numa conversa com o embaixador português e citou com particular ênfase a «política económica russa nas relações com a Roménia, que procura controlar o comércio deste país»⁸⁵⁹.

Os esforços de aproximação continuaram nos anos seguintes⁸⁶⁰, tendo a invasão da Checoslováquia reforçado a importância do tema na agenda da diplomacia romena. Em Outubro de 1968, o embaixador em Atenas solicitou uma audiência ao seu congénere português. Depois de manifestar «grande empenho» em contribuir para o estreitamento das relações entre os dois países, o diplomata romeno reforçou o ambiente de receio quanto à União Soviética. Referiu-se a «uma semana de grande ansiedade» e explicou que as milícias romenas tinham já sido convocadas «para resistir se necessário». Terminou com uma citação, dizendo que «a Roménia estava longe demais de Deus e perto demais da Rússia»⁸⁶¹.

A *ofensiva diplomática* acabou por se revelar inconsequente em termos do estabelecimento de uma representação portuguesa em Bucareste, mas o processo deixara claro que os comunistas romenos colocavam as relações entre Estados acima da lógica do movimento comunista internacional, ou seja, ao mesmo tempo que concediam significativos apoios logísticos e financeiros aos exilados comunistas portugueses, adoptavam uma política externa de afastamento da União Soviética e de aproximação ao bloco ocidental.

⁸⁵⁸ AHD, PEA II, maço 385, processo 331, 283.

⁸⁵⁹ AHD, PEA II, maço 381, processo 331, 282 e 332, 82.

⁸⁶⁰ Na sequência da abertura de um consulado espanhol de carreira em Bucareste, os diplomatas romenos aumentaram a pressão sobre Portugal, apresentando Espanha como um exemplo do caminho de aproximação que desejavam aprofundar.

⁸⁶¹ AHD, PEA II, maço 381, processo 331, 282 e 332, 82.

Álvaro Cunhal teorizou sobre o posicionamento do PCP quanto às relações de Portugal com os países socialistas. Na concepção estratégica do *Rumo à Vitória*, fica claro a defesa de que «já hoje [1964] se estabeleçam todas as relações possíveis com os países socialistas», acrescentando-se que «a intensificação das relações comerciais e culturais, mesmo nas condições presentes, seria favorável à luta do povo português pela democracia e pela independência nacional»⁸⁶².

3. As funções de propaganda no exílio

3.1 A fundação da *Rádio Portugal Livre* na Roménia

A fundação da *Rádio Portugal Livre* na Roménia e o seu funcionamento regular durante 13 anos marcaram uma nova fase na propaganda comunista⁸⁶³. A decisão surgiu na sequência das mudanças orgânicas no PCP decorrentes do exílio do Secretariado; da nova fase da contestação ao regime, que exigia um reforço da agitação e da propaganda⁸⁶⁴; e da nova resposta estratégica do PCP para tomar o poder. Um novo rumo que tinha por base a organização de sistemáticas vagas de greves e de protestos organizados pelo aparelho clandestino no *interior*⁸⁶⁵: «A rádio transformou-se por si própria num mecanismo de subversão»⁸⁶⁶, sintetiza Aurélio Santos, director da rádio durante mais de uma década.

O aparelho de propaganda tradicional baseado em jornais e folhetos dificilmente poderia satisfazer as exigências da comunicação política entre a direcção do partido e os militantes num quadro global de mudança das técnicas de comunicação e tendo em consideração o exílio do próprio Álvaro Cunhal. «A ideia da criação da rádio fazia parte desse “pacote” de novidades»⁸⁶⁷, admite Rui Perdigão, acrescentando que se tratava de uma «aspiração dos quadros do Partido».

⁸⁶² Cunhal, *Obras Escolhidas*, vol.III..., 97.

⁸⁶³ A RPL efectuou a primeira emissão radiofónica do *Avante*, *Camarada* cantado por Luísa Basto.

⁸⁶⁴ Protestos dos estudantes nos grandes centros universitários, dos agricultores no sul do País e início da guerra em África.

⁸⁶⁵ A teoria da insurreição popular armada fez o seu caminho desde a fuga de Álvaro Cunhal em 1960 até à aprovação final em 1965.

⁸⁶⁶ Aurélio Santos, entrevista, 29 de Maio 2009, Lisboa.

⁸⁶⁷ Perdigão, *O PCP visto...*, 50.

A decisão de instalar em Bucareste *este jornal sem papel nem distâncias* decorreu de factores logísticos e políticos⁸⁶⁸. Desde logo, a evidente impossibilidade de criar instalações de rádio no *interior*, tendo em consideração o material necessário e a exigência de um ponto geográfico concreto. As gráficas clandestinas de impressão do material de propaganda eram facilmente transportadas entre vários locais e permitiam montar e desmontar estes pontos de apoio com relativa facilidade. A única solução seria criar a rádio no *exterior*, ou seja, num país socialista.

Nesse sentido, a Roménia tornou-se na escolha óbvia por já prestar apoio a outros partidos comunistas, por exemplo, a *Rádio Pirenaica* do Partido Comunista Espanhol era emitida a partir de Bucareste⁸⁶⁹. Álvaro Cunhal intercedeu junto do Partido Comunista da Roménia a obtenção de facilidades semelhantes para o PCP, na medida em que a Roménia possuía, de facto, excelentes condições.

Por um lado, restavam ainda inúmeros equipamentos técnicos dos tempos em que Moscovo sedeou o Cominform na Roménia, nomeadamente as antenas emisoras de longa distância⁸⁷⁰; por outro, tratava-se de um país do bloco socialista sem ligações geográficas ao mundo ocidental, o que permitia preservar o secretismo que justificara a própria instalação Cominform⁸⁷¹. «O Partido Comunista da Roménia forneceu a base material, os equipamentos de emissão e de apoio à actividade quotidiana, mas o funcionamento era totalmente autónomo. Vivíamos em Bucareste como se vivêssemos na Serra da Estrela», elogia Aurélio Santos⁸⁷².

A actividade radiofónica começou no dia 12 de Março de 1962⁸⁷³ através da divulgação do manifesto do Comité Central com apelos à mobilização dos trabalhadores para a organização e preparação do 1.º de Maio. A função destes exilados era assim perfeitamente clara: contribuir para a luta no *interior*. «A RPL identificou-se com esta

⁸⁶⁸ Álvaro Cunhal considerava a RPL muito importante nas acções de agitação e propaganda no *interior*, mas como complemento dos instrumentos escritos, Cunhal, *Obras Escolhidas*, vol. IV..., 388.

⁸⁶⁹ Também os comunistas gregos e iraquianos tinham rádios dirigidas às lutas no *interior*.

⁸⁷⁰ Os Cárpatos proporcionavam excelentes condições naturais de emissão em ondas curtas.

⁸⁷¹ As antenas emisoras estavam instaladas longe da capital da Roménia, perto da fronteira com a União Soviética. O que permitia um certo nível de controlo por Moscovo.

⁸⁷² Aurélio Santos, entrevista, 29 de Maio 2009, Lisboa.

⁸⁷³ As emissões foram suspensas no dia 27 de Outubro de 1974 com a leitura dos documentos do VII Congresso (Extraordinário) do PCP.

jornada de luta dos trabalhadores e do povo de tal modo que era corrente ouvir-se designá-la pela “Rádio do 1.º de Maio”»⁸⁷⁴, afirma Maria da Piedade Morgadinho.

3.2 O contributo para a luta no *interior*

O projecto foi iniciado por Pedro Soares⁸⁷⁵, tendo como núcleo fundador Rui Perdigão e a sua companheira Fernanda Silva, Carlos Antunes e a companheira Teresa Mendes⁸⁷⁶. Álvaro Cunhal colocou ainda um quinto elemento neste núcleo inicial, Veríssima Rodrigues, uma jovem de 15 anos que acabou por se tornar na *voz da rádio*⁸⁷⁷. Aurélio Santos e a companheira Maria da Piedade Morgadinho chegaram no ano seguinte, na sequência da transferência de Pedro Soares para o colectivo de exilados de Argel e após uma formação na *Rádio Moscovo*.

Os exilados comunistas começaram por produzir um programa de meia hora diária sobre Portugal. Os conteúdos informativos estavam alinhados com a restante propaganda comunista, mas o facto de se tratar de um órgão de informação verdadeiramente de massas, a funcionar em permanência e com boas condições técnicas e de segurança, exponenciava consideravelmente a sua importância, apesar das dificuldades que decorriam da sua escuta em Portugal⁸⁷⁸.

Aurélio Santos relata que o material informativo utilizado chegava através de documentos oficiais do PCP, dos jornais portugueses e dos *telexes* das agências internacionais e também da escuta das emissões das rádios nacionais. Por exemplo, cita Veríssima Rodrigues, «soubemos da prisão do camarada António Dias Lourenço, em 1962, pela *France Press*, e da prisão dos meus pais, Manuel Rodrigues e Lucrecia dos Santos Ramos, funcionários do Partido, no ano seguinte, pelo *L'Unità...*»⁸⁷⁹.

⁸⁷⁴ *O Militante*, n.317, Mar/Abr. 2012.

⁸⁷⁵ Pedro Soares, *Escritos políticos* (Lisboa: Edições Avante!, 2015).

⁸⁷⁶ Dias Lourenço liderava o processo quando Álvaro Cunhal o enviou para o *interior*, na sequência da prisão de Pires Jorge, Octávio Pato e Carlos Costa.

⁸⁷⁷ Os seus pais faziam parte do aparelho de propaganda, mas como eram analfabetos, integraram-na na vida clandestina por saber ler e assim contribuir na produção do material de propaganda.

⁸⁷⁸ Além da necessidade da aquisição de um transístor numa altura em que a venda não estava ainda massificada, os ouvintes debatiam-se com regras rígidas para escutarem a rádio em condições de segurança, acrescidas do potencial de dificuldade resultante da emissão ser em ondas curtas. Carlos Antunes coloca em causa se a rádio era *de facto* ouvida em Portugal, mas o seu processo de dissidência política é apontado pelos outros exilados como motivação para essas *dúvidas*.

⁸⁷⁹ «A emissora que o fascismo nunca calou», *Avante!*, n.º 1998, 15 Março 2012.

Após a fase de instalação, os exilados começaram a fazer entrevistas regulares com Álvaro Cunhal e com os funcionários que iniciavam o seu exílio. Esses relatos das experiências políticas no *interior* eram projectados como exemplos de carácter heróico que pretendiam reforçar a moral dos funcionários clandestinos no *interior* e ao mesmo tempo mostrar a força do PCP⁸⁸⁰. «Nós vivíamos momentos de grande emoção sobretudo quando nos chegavam informações sobre a libertação de camaradas. Recordo a libertação de José Vitoriano, que entrevistei em Praga, onde se foi tratar, e a de Manuel Rodrigues da Silva, entre outros»⁸⁸¹, afirma Maria da Piedade Morgadinho.

Tratava-se de uma linha editorial clara, na medida em que todas as reportagens e entrevistas de âmbito internacional tinham o mesmo propósito: exaltar os feitos soviéticos e do comunismo internacionalista para motivar as massas no *interior*.

A *RPL* chegou também a enviar funcionários para o estrangeiro, tendo em vista a produção de informação propagandística relevante. Aurélio Santos deslocou-se a Hanói durante o conflito do Vietname com os Estados Unidos e entrevistou o cosmonauta Iuri Gagárine num congresso do PCUS; Margarida Tengarrinha entrevistou o marinheiro do cruzador *Aurora* que ordenou os disparos sobre o Palácio de Inverno, em 1917, e recolheu depoimentos de testemunhas do cerco de Leninegrado; Maria da Piedade Morgadinho entrevistou a primeira mulher a ser colocada no espaço, Valentina Tereshkova, e sobreviventes checoslovacos do massacre nazi de Lídice⁸⁸².

O apoio directo à luta no *interior* decorria não tanto destes episódios propagandísticos de grande dimensão mediática, mas acima de tudo dos noticiários sobre os resultados das lutas que se desenvolviam em Portugal. A *RPL* emitia aos domingos um programa focado nos interesses dos agricultores e os temas relacionados com a guerra colonial eram direccionados aos estudantes universitários em situação de pré-mobilização. Os conteúdos chegavam também através do material recolhido pelos «funcionários do Partido que controlavam, no interior do país, as organizações de bases»⁸⁸³. A informação recolhida, desde as células de empresa às estruturas nacionais infiltradas pelo PCP, como as Forças Armadas e os sindicatos, passando pelas organizações

⁸⁸⁰ Nas comemorações do 50º aniversário da fundação do PCP, durante todo esse ano de 1971, a *RPL* emitiu um programa regular com informações sobre a história do partido

⁸⁸¹ «A emissora que o fascismo nunca calou», *Avante!*, n.º 1998, 15 Março 2012.

⁸⁸² «A emissora que o fascismo nunca calou», *Avante!*, n.º 1998, 15 Março 2012.

⁸⁸³ Perdigão, *O PCP visto...*, 57.

sectoriais de camponeses, pescadores, mulheres, jovens, etc., era utilizada para *alimentar* o aparelho de propaganda no exílio.

A *denúncia da repressão* adquiriu igualmente um papel central nas emissões da rádio através da associação às campanhas internacionais pela libertação dos presos políticos⁸⁸⁴ e da divulgação dos nomes dos agentes da PIDE, dos seus informadores e das matrículas dos seus automóveis⁸⁸⁵. «*O inimigo espreita, reforçemos a vigilância*, era assim que se chamava essa rubrica», concretiza Veríssima Rodrigues. Maria da Piedade Morgadinho define as três prioridades da *RPL*: «Não deixar afrouxar a luta de massas, continuando a desenvolvê-la em todas as frentes; promover a unidade de todos os democratas e antifascistas; reforçar o Partido. Estas preocupações estiveram sempre presentes nas nossas emissões»⁸⁸⁶.

Os jornais *Avante!* e *O Militante* eram lidos integralmente nas emissões para tentar colmatar eventuais falhas na distribuição no *interior* e os documentos oficiais do PCP passaram a ser divulgados, nomeadamente a componente estratégica da tomada do poder feita aprovar por Álvaro Cunhal: «Quando, em Janeiro de 1965, foi aprovado pelo Comité Central o projecto de Programa, contendo os oito pontos para a Revolução Democrática e Nacional, este foi imediatamente enviado para a *Rádio* para ser posto à discussão de todo o Partido. Fomos os primeiros transmissores desses documentos», afirma Margarida Tengarrinha.

O controlo político era garantido pelo próprio secretário-geral do PCP. Durante a fase inicial do seu exílio em Moscovo, Álvaro Cunhal contactava telefonicamente os funcionários na *RPL*, nomeadamente o director Aurélio Santos, ou através de cartas regulares redigidas com cuidados conspirativos, como a utilização de pseudónimos e a referência à rádio como uma *revista*. Os artigos que eram lidos nas emissões tinham de ser semanalmente enviados por correio para Moscovo.

Após a sua instalação em Paris, os contactos tornaram-se mais difíceis: «Passámos a receber cartas em que, de forma às vezes bastante desenvolvida, tratava de alguns dos

⁸⁸⁴ Por exemplo, Manuel Rodrigues da Silva, Sofia Ferreira, José Vitoriano, Manuel Guedes, José Magro, entre outros.

⁸⁸⁵ Maria da Piedade Morgadinho conta que, na sequência da denúncia de um *agente provocador* num sindicato feita aos microfones da *RPL*, os «trabalhadores» deram ao «bufo» aquilo que classificou como «um castigo exemplar».

⁸⁸⁶ «A emissora que o fascismo nunca calou», *Avante!*, n.º 1998, 15 Março 2012.

problemas de orientação do Partido»⁸⁸⁷, explica Aurélio Santos. A posterior integração do director da *RPL* no Comité Central, em 1965, permitiu uma maior integração do trabalho da rádio na acção geral do Partido.

3.3 Os exilados em Bucareste

Os exilados comunistas na *RPL* constituíam um colectivo bastante fechado e com contactos muito restritos com os outros exilados. As emissões diárias⁸⁸⁸ iniciaram-se com Rui Perdigão, Fernanda Silva, Carlos Antunes e Veríssima Rodrigues, tendo Pedro Soares como director provisório. Este núcleo fundador⁸⁸⁹ reforçou-se no ano seguinte com a chegada a Bucareste de Aurélio Santos e da sua mulher Maria da Piedade Morgadinho. Após a ruptura amorosa com a sua companheira, o secretário-geral do PCP enviou Isaura Moreira e a filha de ambos, Ana Cunhal, para Bucareste⁸⁹⁰, juntamente com Margarida Tengarrinha e a filha que esta tivera com José Dias Coelho. Álvaro Cunhal mudou-se então para Paris, mas manteve o controlo dos exilados através de Aurélio Santos. O colectivo recebeu depois Alda Nogueira, Álvaro Mateus e Teresa Mendes por curtos períodos de tempo.

O percurso de Carlos Antunes no PCP começou em 1955 no âmbito do processo de reagrupamento pós-vaga de prisões do MUD Juvenil. «Fui ligado ao PCP e comecei a controlar o sector do Minho», recorda Carlos Antunes: «O que significava controlar a actividade partidária nos sectores da metalurgia, têxteis e estaleiros navais»⁸⁹¹. Joaquim Pires Jorge levou-o a *mergulhar* na clandestinidade em 1959 para exercer funções de apoio directo ao Secretariado.

Entre as tarefas exercidas no *interior*, Carlos Antunes montou com Jaime Serra⁸⁹² o aparelho de fronteira em Chaves, na sequência da detenção de Francisco Miguel em Elvas, capturado após a fuga colectiva de Peniche. Curiosamente, no ano seguinte a

⁸⁸⁷ «A emissora que o fascismo nunca calou», *Avante!*, n.º 1998, 15 Março 2012.

⁸⁸⁸ A *Rádio Voz da Liberdade* da Frente Patriótica de Libertação Nacional emitia duas vezes por semana a partir de Argel.

⁸⁸⁹ Os quatro exilados que iniciaram as emissões da *RPL* abandonaram o PCP em ruptura com Álvaro Cunhal.

⁸⁹⁰ Cunha, *Álvaro Cunhal...*, 463-464.

⁸⁹¹ Entrevista Carlos Antunes, 15 de Fevereiro 2015, Lisboa.

⁸⁹² Na operação para colocar Gui Lourenço e a sua companheira no *exterior*, Jaime Serra esqueceu-se da pasta com os passaportes falsos em cima do tejadilho do carro conduzido por Carlos Antunes, forçado a expor-se perante a polícia para recuperar os documentos, cfr. Serra, *Eles têm...*, 191.

fugir de Caxias⁸⁹³, Francisco Miguel foi colocado no exílio por Carlos Antunes através do aparelho entretanto montado em Trás-os-Montes.

Em finais de 1963, Jaime Serra comunicou a Carlos Antunes a necessidade de se deslocar para o *exterior*, no sentido de reforçar os quadros redactores da *RPL*. Primeiro, pediu que escrevesse uns textos para aferir as suas capacidades. «Até que um dia me disse: “O Partido decidiu que vais para o exterior para a *RPL*”»⁸⁹⁴.

A presença de Carlos Antunes em Bucareste revelou-se desde o início turbulenta, na medida em que se recusava a ler os textos que considerava «falsos», tendo em consideração o conhecimento da realidade que entretanto adquirira na Roménia e na União Soviética. As divergências foram-se avolumando até ser colocado em Paris para proceder com Álvaro Cunhal a uma reconfiguração da política de formação de quadros.

Rui Perdigão haveria de acompanhar Carlos Antunes na dissidência. Começou por aderir às Juventudes Comunistas em 1932, passou depois para as tipografias clandestinas do aparelho de propaganda e mais tarde integrou o aparelho técnico, responsável pela movimentação dos dirigentes do Secretariado no *interior* e respectivos pontos de apoio para a realização das reuniões ao mais alto nível.

Esta pequena estrutura baseava-se no seu próprio núcleo familiar (mulher, mãe e irmão) e passava pela disponibilização de automóveis, pontos de apoio para pernoita e encontros dos dirigentes. O facto de se tratar de uma estrutura de apoio directo ao Secretariado do Comité Central implicava um elevado grau de secretismo: «Excepto o Secretariado, ninguém no partido conhecia a sua existência de modo a resguardá-lo ao máximo da repressão da PIDE», garante⁸⁹⁵.

A importância do aparelho técnico ficou demonstrada em 1960, na sequência da fuga colectiva do Forte de Peniche. Rui Perdigão conduziu o automóvel que transportou Álvaro Cunhal para Lisboa e montou as estruturas de ligação que permitiram depois ao líder comunista iniciar o seu exílio na União Soviética no final desse ano.

⁸⁹³ No dia 4 de Dezembro de 1961, o PCP protagonizou nova fuga colectiva. Utilizando um automóvel que pertencera a Salazar, António Tereso conseguiu fugir com sete outros militantes comunistas.

⁸⁹⁴ Entrevista Carlos Antunes, 15 de Fevereiro 2015, Lisboa.

⁸⁹⁵ Perdigão, *O PCP visto...*, 16.

A saída para o exílio decorreu da iminência da sua prisão. A PIDE começou por localizá-lo na sequência da tomada de uma das casas onde o secretário-geral do PCP esteve escondido antes de se exilar⁸⁹⁶. Após ter sido identificado como proprietário de uma viatura estacionada nas proximidades, Rui Perdigão foi chamado à PIDE no dia 17 de Agosto de 1960 para prestar declarações. Os agentes desconheciam nesta fase o seu real envolvimento e deixaram-no sair em liberdade. Rui Perdigão *mergulhou* de imediato na clandestinidade com a companheira e o filho, e só nessa altura foi possível à PIDE estabelecer uma relação: «Cedeu para o desenvolvimento daquelas actividades a sua viatura automóvel de marca “FIAT”, com a matrícula BD-75-92, ao mesmo sua propriedade, facto que só mais tarde veio a ficar devidamente esclarecido»⁸⁹⁷.

No dia 5 de Novembro desse ano, um dos agentes informou o director-geral da PIDE que Rui Perdigão «ausentou-se da sua residência em fins de Agosto, para parte incerta, levando em sua companhia a esposa, deixando um filho menor entregue aos cuidados da sua mãe, pessoa já de avançada idade que com ele igualmente residia». A mesma informação acrescenta que «feitas várias diligências junto de pessoas de sua família no intuito de ser localizado o seu paradeiro, nada foi possível apurar no concreto, muito embora conste que o Perdigão após a sua saída de Lisboa se tenha hospedado num hotel da Póvoa de Varzim».

É apenas nesta altura que a PIDE conclui que Rui Perdigão «cedeu o seu automóvel para que dois “elementos” do ‘Comité Central’ do “partido comunista português” se deslocassem frequentemente à zona do Estoril, onde alugaram uma vivenda denominada “Montalvinho”, sita em Areias de Cima, São João do Estoril, tendo nela habitado o Joaquim Pires Jorge e uma “companheira”».

Rui Perdigão recorda que as suspeitas da PIDE levaram à suspensão das suas actividades «após o assalto a uma vivenda onde estava refugiado Cunhal», mas sem que os agentes tenham identificado a existência de uma estrutura clandestina de apoio: «Os restantes membros do *quarteto* puderam, assim, manter-se na legalidade, e os

⁸⁹⁶ Álvaro Cunhal esteve escondido numa vivenda no Penedo de Sintra com a futura mãe da sua filha. Na iminência da tomada da casa, deixou Isaura Moreira na Praia das Maças para ser *resgatada* pelo aparelho clandestino e posteriormente colocada no *exterior*, cfr. Cunha, *Álvaro Cunhal...*, 366-367.

⁸⁹⁷ ANTT, PIDE-DGS, processo 819/47, NT 1416.

meios técnicos existentes foram quase todos salvos». Após uma breve passagem por Praga em 1961⁸⁹⁸, Rui Perdigão foi colocado com a mulher na Roménia na *RPL*⁸⁹⁹.

A passagem prévia de Aurélio Santos pela *Rádio Moscovo* impediu que fizesse locuções na Roménia, na medida em que a sua voz seria reconhecida pelos serviços de escutas do Estado Novo. Ficou na Roménia até 1974 e manteve-se intransigente na defesa da linha política de Moscovo na Primavera de Praga.

O exílio de Veríssima Rodrigues com apenas 15 anos e a sua inclusão no colectivo de Bucareste decorreu das circunstâncias familiares, na medida em que os pais e os irmãos eram funcionários clandestinos e estavam permanentemente a mudar de residência no *interior*. A decisão da saída para o *exterior* partiu do PCP para a jovem adolescente «abrir-se a outras perspectivas», recorda Veríssima Rodrigues, acrescentando: «Propuseram, eu e os meus pais achámos bem»⁹⁰⁰.

Inicialmente destinada aos estudos em Moscovo, acabou por ser enviada para Bucareste por Álvaro Cunhal após quatro meses na União Soviética: «Não hesitei nem um segundo». A jovem exilada começou por executar tarefas administrativas de auxílio aos redactores principais, tendo pouco depois começado também a colaborar nos textos e na locução. Acabou por se integrar na sociedade local, tendo casado com um cidadão romeno em 1970 com quem teve um filho.

Margarida Tengarrinha chegou a Bucareste com a sua filha *Guidinha* após uma temporada em Moscovo com Álvaro Cunhal. *Mergulhou* na clandestinidade em 1955, dirigiu o folheto *A Voz das Camaradas* focado no quotidiano das mulheres comunistas que viviam nas *casas do partido* e exerceu funções no aparelho técnico do PCP. Foi Margarida Tengarrinha quem falsificou com José Dias Coelho⁹⁰¹ os documentos que Álvaro Cunhal utilizou na sua saída para o exílio. «Quando o camarada saiu do país,

⁸⁹⁸ Desempenhou funções de redactor e locutor da *Rádio Praga*.

⁸⁹⁹ O PCP chegou a ter vários exilados na secção portuguesa da *Rádio Praga*, mas o trabalho desenvolvido teve reduzido impacto.

⁹⁰⁰ Silva, *Álvaro Cunhal e as mulheres...*, 217.

⁹⁰¹ Obteve formação técnica em fotografia na RDA, tendo sido incumbido por Sérgio Vilarigues de fotografar documentos do PCP que permitissem salvaguardar os arquivos do partido até esta altura (finais da década de 50). Este registo histórico tornava-se assim mais fácil de transportar e de esconder, tendo dado origem ao livro *Crónicas da Resistência*, publicado na União Soviética (1963), Roménia (1964) e Checoslováquia (1965). A publicação em Portugal ocorreu depois do 25 de Abril de 1974 com um prefácio de Margarida Tengarrinha, cfr. Tengarrinha, *Quadros...*, 74.

tremi de facto quando pus no passaporte os carimbos de saída de Portugal e de entrada em Espanha»⁹⁰².

A colocação dos funcionários no *exterior* dependia da eficácia do aparelho de fronteira para garantir a mobilidade em segurança entre os vários pontos de apoio e da qualidade do aparelho técnico para falsificar os documentos⁹⁰³. «Para chegar a França e daí a qualquer outro país era necessário atravessar toda a Espanha franquista, cuja polícia estava em estreita ligação com a PIDE», recorda Margarida Tengarrinha, explicando que «essa travessia exigia documentação bem executada, que passasse as malhas estreitas de polícias políticas ferozes e bem treinadas na caça aos comunistas»⁹⁰⁴. Margarida Tengarrinha recorda a responsabilidade dos funcionários do aparelho técnico: «Se alguém fosse apanhado, a culpa seria nossa»⁹⁰⁵.

Margarida Tengarrinha esteve em Bucareste entre finais de 1963 e 1967. Integrou o colectivo da *RPL* como redactora das rubricas dedicadas às acções de luta dos camponeses, dos pescadores e as actividades relacionadas com a denúncia da repressão e a libertação dos presos políticos. «Era um trabalho interessante que executávamos em estreita ligação com a organização do Partido no interior»⁹⁰⁶, explica. Regressou a Portugal em 1968, tendo passado previamente pela União Soviética para fazer um curso de formação. Reintegrou o aparelho clandestino no *interior*, tendo deixado a sua filha com Aurélio Santos e Maria da Piedade Morgadinho.

Isaura Moreira foi colocada em Bucareste em Outubro de 1965 na sequência da separação de Álvaro Cunhal com quem viveu em Moscovo desde o início do seu exílio. Esta passagem com a filha, Ana Cunhal, de Moscovo para Bucareste antecipou a instalação de Álvaro Cunhal em Paris e coincidiu com a ruptura do núcleo familiar do secretário-geral do PCP no *exterior*. Passou a viver com irmã da sua companheira, Dorília Moreira. «O Álvaro Cunhal reuniu comigo e com o Aurélio Santos e perguntou se concordávamos com a passagem da Isaura Moreira e da Ana Cunhal para

⁹⁰² Tengarrinha, *Quadros...*, 44.

⁹⁰³ Passaportes, bilhetes de identidade, cartas de condução, licenças de motorizada e de bicicleta, cédulas marítimas, etc.

⁹⁰⁴ Tengarrinha, *Quadros...*, 43.

⁹⁰⁵ Entrevista Margarida Tengarrinha, 24 de Maio 2009, Lisboa.

⁹⁰⁶ Tengarrinha, *Quadros...*, 119.

Bucareste»⁹⁰⁷, recorda Margarida Tengarrinha, que recebeu em sua casa a ex-companheira do secretário-geral do PCP e a sua filha.

Isaura Moreira começou a exercer tarefas de carácter administrativo de apoio aos redactores da *RPL* e integrou-se no colectivo de exilados. Rui Perdigão recorda-se da amizade entre os seus filhos e a filha de Álvaro Cunhal e Isaura Moreira: «[Ana Cunhal] frequentava a escola russa daquela cidade, passava muito tempo em nossa casa» e a «minha mãe, que também viveu connosco em Bucareste, ocupava-se muito dela, tendo contribuído bastante para que tenha aprendido português»⁹⁰⁸.

Rui Perdigão identifica ainda como membros do colectivo de Bucareste Álvaro Mateus e Maria Alda Nogueira⁹⁰⁹.

Natural de Moçambique e estudante de Direito na Universidade de Lisboa, Álvaro Mateus começou por assumir a presidência da Associação Académica da Faculdade de Direito em 1962. A escalada da guerra em África aproximou-o dos estudantes africanos que residiam em Lisboa durante os respectivos períodos de estudos e tornou a sua actividade progressivamente mais visível. Na sequência de um interrogatório, a PIDE descobriu que Álvaro Mateus estava a desenvolver «contactos preparatórios para formação de uma organismo de unidade dos ultramarinos para melhorar estimular e activar a luta pela independência de todas as províncias ultramarinas, através dos respectivos partidos ou movimentos e libertação»⁹¹⁰.

Álvaro Mateus infiltrou, de facto, a *Casa dos Estudantes do Império*, assumiu a respectiva presidência da Assembleia Geral e começou a enquadrar os estudantes através de um «organismo de unidade dos ultramarinos», cujas reuniões decorriam secretamente em casa de Percy Carlos Freudenthal⁹¹¹. Iniciou depois a publicação do jornal *Anti-Colonial* para denunciar a guerra em África e mobilizar as elites negras que estudavam em Lisboa.

⁹⁰⁷ Entrevista Margarida Tengarrinha, 21 de Outubro 2009, Portimão.

⁹⁰⁸ Perdigão, *O PCP visto...*, 119.

⁹⁰⁹ Perdigão, *O PCP visto...*, 58.

⁹¹⁰ ANTT, PIDE/DGS, processo 1615, NT 1461, Autos de António Oliveira Morais, folha 14.

⁹¹¹ ANTT, PIDE/DGS, processo 1615, NT 1461, folha 18.

Esta intensa actividade reforçou a atenção da PIDE. Primeiro, identificou-o como «desafecto às actuais instituições»⁹¹²; depois, já como funcionário do PCP. Após a conclusão da licenciatura, em 1963, a PIDE perdeu-lhe o rasto em Lisboa⁹¹³, tendo começado a interceptar a correspondência enviada para a família. Conseguiu assim localizá-lo em França durante um curto período de tempo⁹¹⁴.

Em 1964, Álvaro Mateus deslocou-se a Paris com Álvaro Sequeira Santos para contactar os elementos dos movimentos de libertação. Álvaro Mateus incumbiu-o de entrevistar Agostinho Neto para o *Anti Colonial*, segundo revelou o próprio em declarações à PIDE após ter sido preso: «[Álvaro Sequeira Santos] não voltou a contactar com ele [Álvaro Mateus], sabendo que fugiu para o estrangeiro»⁹¹⁵. Em 1969, a PIDE localizou Álvaro Mateus pela última vez em Paris⁹¹⁶, muito provavelmente de passagem pelo colectivo de exilados de Bucareste, tendo mais tarde assumido funções na Escola de Quadros do PCP⁹¹⁷.

Alda Nogueira, licenciada em ciências físico-químicas e ex-professora na Escola Industrial e Comercial Alfredo de Silva, abandonou a actividade de docente a seu pedido em Abril de 1949. Militante do PCP desde 1942, decidiu *mergulhar* na clandestinidade, tendo ascendido ao Comité Central em 1957 como membro substituto. No dia 15 de Outubro de 1959, a PIDE prendeu-a ao fim de uma década na ilegalidade, na altura, na qualidade de membro da direcção central da organização regional de Lisboa. Alda Nogueira foi julgada e condenada no ano seguinte a 8 anos prisão maior e medidas de segurança⁹¹⁸. Regressou à liberdade em Dezembro de 1968⁹¹⁹, passando para o exílio em Janeiro de 1970 com José Bernardino.

3.4 Exílio impõe secretismo

A *RPL* funcionava em absoluto secretismo e os exilados portugueses contactavam somente com os especialistas romenos que prestavam auxílio técnico e os funcionários do Comité Central do Partido Comunista da Roménia responsáveis pelas ligações

⁹¹² ANTT, PIDE/DGS, processo 1567/62, NT 3197, folha 10.

⁹¹³ ANTT, PIDE/DGS, processo 10421, NT 7596, folha 24.

⁹¹⁴ ANTT, PIDE/DGS, processo 10421, NT 7596, folha 18.

⁹¹⁵ ANTT, PIDE/DGS, processo 1615, NT 1461, Autos de Álvaro Sequeira Santos, folha 18.

⁹¹⁶ ANTT, PIDE/DGS, processo 1615, NT 1461, folha 11.

⁹¹⁷ Perdigão, *O PCP visto...*, 58.

⁹¹⁸ ANTT, PIDE/DGS, processo 409/47, NT 2594, folha 11.

⁹¹⁹ ANTT, PIDE/DGS, processo 171, NT 1395, folha 5.

políticas⁹²⁰. Rui Perdigão confirma que a «existência da *RPL* era mantida rigorosamente secreta, não só em relação à população como também em relação às autoridades e instituições normais da Roménia»⁹²¹.

Por um lado, esta situação decorria da necessidade do PCP projectar uma imagem de independência financeira em relação aos outros partidos comunistas⁹²². Por outro lado, o Partido Comunista da Roménia já se posicionara a uma certa distância ideológica da União Soviética, e acabaria até mais tarde por ficar no *fio da navalha*⁹²³ na sequência das críticas à invasão de Praga.

Estes factores contribuíram fortemente para o secretismo da *RPL*, mas a principal razão decorria dos métodos políticos impostos por Álvaro Cunhal⁹²⁴ neste contexto concreto, isto é, o exílio do secretário-geral e do Secretariado pela primeira vez na história do PCP e a formação de colectivos de exilados em vários países. Rui Perdigão reconhece essa «preocupação de ocultar a importância que, a dado momento, teve na vida do Partido a actividade no estrangeiro».

O secretismo manifestava-se inevitavelmente na vida pessoal dos funcionários do PCP. Os exilados estavam proibidos de contactar com os outros portugueses que trabalhavam na secção internacional da *Rádio Bucareste*, usavam identidades falsas emitidas pelo próprio governo romeno e evitavam contactos sociais susceptíveis de comprometer a actividade política. «Podíamos andar normalmente pela cidade mas era-nos aconselhado contactar o menos possível com a população», recorda Rui Perdigão, «uma vida quase clandestina, portanto»⁹²⁵. Margarida Tengarrinha corrobora: «Embora vivêssemos num país socialista e com uma liberdade de movimentação que não usufruíamos em Portugal, tínhamos de manter algumas regras de sigilo»⁹²⁶. Também Isaura Moreira corrobora o secretismo com que vivia na companhia de Ana Cunhal: «Os nossos filhos

⁹²⁰ A PIDE tinha serviços de escuta às rádios, cfr. ANTT/AOS, IN-14, cx.335, pt. 9.

⁹²¹ Perdigão, *O PCP visto...*, 53-54.

⁹²² Aliás, o *Avante!* publicava os donativos que recebia dos seus militantes e simpatizantes precisamente para contrariar as críticas da ser uma secção comunista orientada por Moscovo.

⁹²³ Os dirigentes comunistas romenos e a própria população receberam fortemente uma invasão soviética, tendo em linha de conta não apenas esse distanciamento político, mas o contexto da segunda guerra, ou seja, o papel das tropas romenas na invasão nazi da União Soviética e as posteriores conquistas territoriais de Moscovo em relação à Roménia.

⁹²⁴ Rui Perdigão considera que esta metodologia decorria da concepção ideológica do PCP, isto é, a garantia de controlar todas as dimensões da atividade partidária, nomeadamente numa conjuntura de absoluta clandestinidade.

⁹²⁵ Perdigão, *O PCP visto...*, 55.

⁹²⁶ Tengarrinha, *Quadros...*, 115.

nunca iam ao local onde a rádio funcionava por uma questão de segurança, todos pensavam que éramos brasileiros e desconheciam os nossos nomes verdadeiros»⁹²⁷.

Os constrangimentos do secretismo eram compensados com o elevado posicionamento na *nomenklatura* do Partido Comunista da Roménia⁹²⁸. Os exilados da *RPL* usufruíam de salários acima da média, apartamentos de qualidade, empregadas domésticas, automóvel, férias nas melhores estâncias e acesso privilegiado às lojas e aos cuidados de saúde. O que configurava para os próprios um *exílio dourado*. Uma opinião partilhada por Cláudio Torres enquanto funcionário da *Rádio Bucareste*: «Sentíamos, de facto, que éramos privilegiados, na medida em que fazíamos parte de uma elite partidária protegida pelo poder comunista»⁹²⁹.

4. Os exilados desligados do PCP

4.1 Os contactos com os líderes africanos

O secretismo imposto aos exilados que trabalhavam na *RPL* impedia o contacto com os outros exilados, incluindo os que tinham sido colocados pelo PCP em Bucareste. Casos de Cláudio Torres, filho de um exilado de Argel e de Praga, Flausino Torres, e de Jorge Alves, o guarda da GNR que colaborara na fuga de Álvaro Cunhal e dos restantes dirigentes comunistas do Forte de Peniche.

Cláudio Torres confirma que durante um largo período desconhecia a presença de outros exilados comunistas em Bucareste: «Só mais tarde soubemos da existência da *Rádio Portugal Livre* e nunca tivemos nenhum contacto directo com eles». A tomada de conhecimento decorreu de um encontro fortuito numa creche. Cláudio Torres foi buscar a filha e esta apresentou-lhe uma criança portuguesa: «Julgo ser a filha de Rui Perdigão, mas não tenho a certeza. Havia um forte secretismo».

A sua presença em Bucareste era do conhecimento dos exilados da *RPL*. Carlos Antunes passava inúmeras vezes perto da sua casa «na esperança de que ocorresse um

⁹²⁷ Silva, *Álvaro Cunhal...*, 283.

⁹²⁸ Nas vésperas do X Congresso do PCP, em finais de 1983, Rui Perdigão, Fernanda Silva e Francisco Ferreira assinaram uma carta-aberta contestando o «socialismo real» através dos seus próprios testemunhos. Os autores colocaram essencialmente em evidência os níveis de desenvolvimento dos países socialistas e relataram as más condições de vida desses povos.

⁹²⁹ Mikhail Voslensky, *Nomenklatura – Os privilegiados na URSS* (Lisboa: Livros do Brasil, 1980).

encontro fortuito: eu não podia contactá-lo directamente, mas podia falar-lhe se nos cruzássemos *por acaso*»⁹³⁰.

O relacionamento entre ambos começara no Porto, quando Carlos Antunes colaborou com Cláudio Torres na operação de fuga de barco. «A guerra colonial estava a começar nessa altura e já havia muitos jovens a ser mobilizados»⁹³¹, recorda Cláudio Torres. «Comecei de imediato a reflectir como poderia fugir, na medida em que na altura estava desligado do PCP»⁹³².

Cláudio Torres e a sua companheira Manuela Barros Ferreira, grávida do primeiro filho de ambos, participaram na organização da fuga com outros três jovens: José Valadas, um jovem estivador comunista, Valdemar Pinho, operário⁹³³, e Hermínio, contabilista.

Compraram um pequeno barco do Douro para reconstruir e usarem-no na fuga para o norte de África. Juntaram-se depois ao grupo Fernando Vasconcelos, que seria mobilizado para a guerra no ano seguinte, e a sua companheira, Maria Helena Vidal. Os dois assumiram as principais despesas, nomeadamente a compra do motor e a aquisição de materiais para a construção de uma pequena cabina. «A fuga teve uma grande dose de loucura», admite Cláudio Torres, recordando o imenso conjunto de dificuldades e perigos que enfrentaram nos meses seguintes até alcançarem Marrocos⁹³⁴.

O grupo desagregou-se em Marrocos. Fernando Vasconcelos e Maria Helena Vidal integraram-se no grupo de Henrique Galvão e Palma Inácio⁹³⁵, Valdemar Pinho e José Valadas arranjaram trabalho numa oficina de soldadores, Hermínio partiu para o Canadá e Cláudio Torres e Manuela Barros Ferreira começaram a trabalhar como desenhadores no Ministério do Urbanismo de Marrocos para enfrentarem as exigências financeiras decorrentes do nascimento da filha.

⁹³⁰ Entrevista Carlos Antunes, 15 de Fevereiro 2015, Lisboa.

⁹³¹ Entrevista Cláudio Torres, 7 de Janeiro 2015, Mértola.

⁹³² Após por sido preso pela PIDE, Cláudio Torres regressou à liberdade, tendo sido aprovado para cumprir o serviço militar em Junho de 1961.

⁹³³ Linda Kudrátová, *Os contactos da oposição portuguesa antialazarista com a Checoslováquia entre 1933-1974. Contribuição para o estudo das relações luso-checas* (Praga: Faculdade de Letras da Universidade Carolina de Praga, 2003).

⁹³⁴ O grupo levou consigo um conjunto mínimo de provisões, um mapa liceal e uma bússola, tendo o pequeno barco estado em risco de naufragar em várias ocasiões. O relato da viagem constitui por si próprio um notável episódio aventureiro.

⁹³⁵ Participaram em Novembro de 1961 na operação de desvio de avião da TAP que fazia a carreira comercial entre Casablanca e Lisboa.

É nesta fase que retomam a actividade política ainda desligados do PCP. Negociaram com Henrique Galvão o envolvimento na operação do desvio do avião, «mas as conversas falharam porque ele não aceitou que lançássemos também os nossos folhetos contra a guerra colonial», recorda Cláudio Torres, apontando o «perfil colonialista» de Henrique Galvão como causa do insucesso negocial.

A progressiva instalação em Rabat dos jovens líderes africanos dos movimentos de libertação, nomeadamente Amílcar Cabral, Agostinho Neto e Marcelino dos Santos, marcou uma nota etapa no exílio de Cláudio Torres. «Começámos por organizar uma estrutura de apoio aos desertores da guerra», afirma, citando em concreto os jovens militares que nessa altura desertavam da frente angolana. A colaboração de Amílcar Cabral com os exilados portugueses estreitou-se e iniciaram então a publicação de uma revista contra a guerra: «Apelávamos à deserção», sintetiza Cláudio Torres.

4.1.1 A passagem de Rabat para Praga

O PCP conseguiu recuperar a ligação a Cláudio Torres através de Vasco Cabral, que se exilara no norte de África após ter sido preso em Portugal. Em 1962, este dirigente do PAIGC reintegrou Cláudio Torres nas ligações do PCP e arranhou bilhetes de avião e contactos em Praga para a sua passagem para a Checoslováquia com Manuela Barros Ferreira e a filha.

A operação não envolvia inicialmente José Valadas e Valdemar Brito por não serem membros do PCP, mas conseguiram ambos chegar a Praga: «Fomos todos recebidos pela Georgette Ferreira, mas ela não gostou muito da situação imprevista e *puxou-nos as orelhas*», afirma Cláudio Torres. De facto, os dois *intrusos* foram integrados na sociedade checoslovaca com o auxílio da Cruz Vermelha, mas desligados do PCP.

Ao fim de um curto período em Praga, o PCP propôs que Cláudio Torres e a sua família fossem instalados em Bucareste para desempenharem funções de apoio ao aparelho no *interior* através da secção portuguesa da *Rádio Bucareste*. Tornaram-se então locutores na secção internacional, mas desligados da *Rádio Portugal Livre*.

A residência deste casal tornou-se gradualmente num «centro de convívio e de debate político» para estudantes brasileiros e africanos que estavam em Bucareste. O trabalho político desenvolvido na *Rádio Bucareste* era controlado por Cândida Ventura, «mas

com alguma informalidade», nota Cláudio Torres. O noticiário dividia-se em três blocos dirigidos a Portugal, África e Brasil, tendo por base os artigos compostos a partir das escutas efectuadas às outras rádios. «A informação que nos chegava do PCP era muito limitada, na medida em que existia a *RPL*, ainda que nós não soubéssemos».

4.2 O cúmplice esquecido de Peniche

O ex-guarda da GNR que viabilizou a bem sucedida fuga colectiva de Peniche e o seu núcleo familiar foram colocados na Roménia em duas fases distintas pelo aparelho clandestino do PCP. Durante o tempo de espera para a colocação no *exterior*, Jorge Alves esteve escondido com Joaquim Gomes no *interior*: «Tinha sido eu a contactá-lo no Forte de Peniche e fui depois eu quem correu atrás dele pelas ruas de Peniche durante a fuga para evitar que denunciasse a operação por ter entrado em pânico»⁹³⁶, recorda Joaquim Gomes: «Evitámos um desastre, mas fugimos todos em segurança».

Foram depois colocados numa casa de apoio montada por António João da Silva e os seus filhos Adelino Pereira da Silva e Isaura Moreira. Joaquim Gomes recorda que Jorge Alves «tinha tanto medo que bastava ouvir o barulho de um carro para entrar em pânico». Isaura Moreira confirma que «foi um período muito difícil», na medida em que o guarda da GNR «estava sempre muito nervoso e a única forma que o meu pai tinha para acalmá-lo era dar muito vinho a beber»⁹³⁷. «Não o incentivávamos, mas deixávamos que bebesse tanto vinho quanto quisesse», confirma Joaquim Gomes.

O aparelho clandestino do PCP conseguiu colocar Jorge Alves em Paris e com o auxílio das estruturas do Partido Comunista Francês fê-lo chegar a Bucareste ainda em 1960. A mulher e os dois filhos⁹³⁸ ficaram sob vigilância apertada da PIDE, tendo conseguido fugir para a Roménia em finais de 1961. No dia 6 de Dezembro desse ano, os agentes da polícia política assumem o fracasso da operação e reportam que «Emília Martins Fernandes, casada com José Jorge, que foi o guarda que deu fuga aos presos de Peniche, ela natural de Forcalhos, concelho de Sabugal e que ultimamente residia em Santarém, com dois filhos menores, há cerca de um mês que se ausentou da sua residência sem que

⁹³⁶ Entrevista Joaquim Gomes, 24 de Maio 2009, Forte de Peniche.

⁹³⁷ Entrevista Isaura Moreira, 5 de Outubro 2009, Lisboa.

⁹³⁸ Emília Fernandes, Carlos e Otilia.

seja conhecido o seu actual paradeiro. Há a suspeita de que tenha ido juntar-se ao marido, levando os filhos»⁹³⁹.

O êxito da fuga torna-se ainda mais assinalável atendendo aos anteriores interrogatórios que colocaram toda a família do guarda desertor debaixo da vigilância apertada. No dia 27 de Setembro de 1961, o próprio chefe de gabinete do Ministro do Interior informara o director da PIDE de que «a residência em Ribeira de Santarém do Guarda da GNR que facilitou a última fuga de reclusos do Forte de Peniche, tem sido visitada com frequência, normalmente nos fins de cada mês, por uma senhora que se faz transportar num carro de matrícula estrangeira, e que, após deixar um envelope, se retira imediatamente»⁹⁴⁰. Solicita ainda que «seja comunicado a este gabinete o que for averiguado».

A família do ex-guarda começou a receber um subsídio concedido pelo Partido Comunista da Roménia a pedido do PCP e pago mensalmente através da Cruz Vermelha. Jorge Alves foi colocado numa fábrica, tendo sido depois acompanhado pela mulher. As dificuldades de adaptação e o isolamento acabaram por provocar um desfecho dramático: Jorge Alves suicidou-se, após várias vicissitudes pessoais e familiares⁹⁴¹.

Durante este período mais crítico, o Partido Comunista da Roménia solicitou o envolvimento de Carlos Antunes: «Nas situações de maior crise, chamavam-me e eu aparecia ao guarda como se tivesse vindo de fora». Encontrou-se várias vezes com Jorge Alves e tentou persuadi-lo a alterar o seu comportamento de cariz violento para com a família. O que não aconteceu. «Foram momentos dramáticos», recorda Carlos Antunes: «Tive de interná-lo duas vezes, mas a situação nunca se resolveu. Só piorou»⁹⁴².

Cláudio Torres teve contactos regulares com a família do antigo guarda da GNR após o seu suicídio. «Estavam completamente abandonados e em grande sofrimento», recorda Cláudio Torres: «O PCP nunca nos disse que eles estavam em Bucareste, mas acabaram por conseguir entrar em contacto connosco. Acabámos por ter um relacionamento com a mulher e os dois filhos do casal. Tinham muita curiosidade sobre Portugal».

⁹³⁹ ANTT, PIDE/DGS, processo 1098/60, NT 3004 folha 4.

⁹⁴⁰ ANTT, PIDE/DGS, processo 1098/60, NT 3004 folha 6.

⁹⁴¹ Pedro Frostes da Fonseca, *A porta para a liberdade* (Lisboa: Matéria-Prima edições, 2014).

⁹⁴² Entrevista Carlos Antunes, 15 de Fevereiro 2015, Lisboa.

O PCP terá estabelecido apenas um contacto directo através do próprio Álvaro Cunhal. Segundo o relato de Emília Fernandes, o secretário-geral comunista pressionou o antigo guarda para mudar o seu comportamento, tendo mesmo advertido que, caso não o fizesse, deixaria de receber o apoio do Partido Comunista da Roménia⁹⁴³. Já depois do 25 de Abril, Álvaro Cunhal encontrou-se com viúva de Jorge Alves, mas os pedidos de ajuda para regressar a Portugal acabaram por não se concretizar.

5. A reconfiguração do colectivo

A desagregação do colectivo de Praga por causa do apoio do PCP à invasão soviética não se repetiu nos exactos termos no colectivo de Bucareste apesar do forte receio de uma invasão da Roménia. A dinâmica do movimento comunista internacional provocou, de facto, divergências insanáveis entre os comunistas portugueses, mas em momentos diferentes e por motivos distintos. O que resultou numa reconfiguração do colectivo, isto é, o impacto das divergências acabou por ser absorvido pela linha próxima de Álvaro Cunhal, tendo permitido aos exilados manter-se na Roménia e a exercer funções de apoio ao *interior* até ao 25 de Abril de 1974.

Numa primeira fase, Carlos Antunes entrou em conflito com Álvaro Cunhal a propósito da estratégia para tomar o poder em Portugal e da sua política de formação de quadros *desligada da realidade concreta*, ou seja, do potencial representado pelos exilados políticos e económicos concentrados em Paris. A divergência começou por levar a uma reorganização das estruturas clandestinas do PCP, mas acabou por produzir uma ruptura definitiva por causa do *grau de violência* a usar no derrubamento do Estado Novo.

A segunda fase resulta da invasão da Checoslováquia pelas tropas do Pacto de Varsóvia, mas quando as dinâmicas geradas pela Primavera de Praga atingiram Bucareste já o colectivo dos comunistas portugueses se tinha recomposto em torno de um núcleo-duro liderado por Aurélio Santos. As divergências com Carlos Antunes e Teresa Mendes tinham permitido criar uma *carapaça ideológica* politicamente impenetrável.

Margarida Tengarrinha critica as «tendências sectárias esquerdistas» que surgiram a partir de 1963-64, acusando a FAP de protagonizar um «movimento divisionista» que reflectia «acções cisionistas do movimento comunista e operário no plano

⁹⁴³ Frostes, *A porta...*, 151.

internacional»⁹⁴⁴. Na sua perspectiva, estes sectores queriam a «luta armada já», enquanto o PCP lutava por uma *revolução democrática e nacional*, isto é, uma estratégia que implicava estabelecer alianças com a «burguesia liberal», por natureza «relutante em aceitar uma via violenta para fazer cair o regime». «Foram discussões por vezes duras, que naquele meio necessariamente fechado e num país estrangeiro não nos tornaram a vida fácil», revela. «Acabámos por vencer e derrotar essa linha, conforme demonstra o 25 de Abril», conclui.

A maioria apoiou Álvaro Cunhal na justificação da invasão, tendo os exilados divergentes abandonado o PCP faseadamente. Rui Perdigão e Fernanda Silva criticaram o apoio do PCP, «nunca tínhamos visto em Cunhal, nem em nenhum outro dirigente do Partido um tal desprezo pela verdade, um tal cinismo»⁹⁴⁵, mas mantiveram as suas ligações e só foram autorizados a mudarem-se para França em meados dos anos 70. Cláudio Torres recorda a invasão de Praga como «uma fase terrível» que acabou por conduzir à sua ruptura com o comunismo e posterior abandono do PCP. Manteve-se com Manuela Barros Ferreira em Bucareste «até que a paranóia de Ceausescu começou a tomar conta de tudo»⁹⁴⁶. Saíram da Roménia em 1973 para se instalarem em Paris já desligados dos exilados portugueses: «Nunca quis ter nada a ver com eles. Preferi o exílio na companhia dos meus amigos mexicanos, chilenos e brasileiros».

Os restantes mantiveram a *RPL* a funcionar apesar do arrefecimento das relações entre o PCP e os comunistas romenos. Essas divergências manifestaram-se quando Álvaro Cunhal visitou a Hungria e a Roménia. Depois de um caloroso encontro com Janos Kadar, somente foi recebido em audiência por Ceausescu no final da visita à Roménia. Um facto devidamente registado pelo líder do PCP⁹⁴⁷.

⁹⁴⁴ Tengarrinha, *Quadros...*, 118.

⁹⁴⁵ Perdigão, *O PCP visto...*, 59.

⁹⁴⁶ Cfr. Ion Mihai Pacepa, *Red Horizons – The true story of Nicolae and Elena Ceausescus crimes, lifestyle, and corruption* (Washington: Regnery Gateway, 1987); Donald Catchlove, *Romania's Ceausescu* (Kent: Abacus Press, 1972).

⁹⁴⁷ Álvaro Cunhal abordou directamente com Ceausescu os termos de uma nova Conferência Mundial dos partidos comunistas e disponibilizou-se para discutir a participação dos partidos divergentes numa eventual reunião preparatória, tendo o líder romeno reafirmado as críticas à União Soviética.

| CAPÍTULO 8 |

| FRANÇA |

1. A mudança de Álvaro Cunhal para Paris

As circunstâncias que durante décadas impediram o exílio dos dirigentes do PCP foram as mesmas que estiveram na base da transferência de Álvaro Cunhal para França: a revolução *não podia ser feita de fora para dentro*. Nesse sentido, a capital francesa constituía o ponto geográfico seguro mais próximo de Portugal para liderar o PCP e dinamizar a insurreição popular armada. «De Moscovo, ele não podia na realidade dirigir convenientemente o Partido», confirma Rui Perdigão, «podia produzir teoria, e produziu-a, porque as condições para esse tipo de trabalho eram óptimas. O que não podia era dirigir eficazmente o PCP»⁹⁴⁸.

A deslocação dos dirigentes portugueses a Moscovo para reunir com o secretário-geral ou participar em reuniões partidárias exigia o cumprimento de complexos trâmites burocráticos que reduziam a eficácia das decisões⁹⁴⁹. Os morosos procedimentos envolviam elevados riscos de segurança decorrentes das viagens sujeitas a acções de vigilância e implicavam depois um considerável período de tempo até à execução das decisões no *interior*. É frequente Álvaro Cunhal lamentar nos seus informes políticos não apenas a morosidade da aplicação das medidas, mas também o esquecimento a que eram frequentemente votadas por falta de monitorização superior.

A concentração da direcção política no exílio constituía também uma *ameaça* à concretização de uma estratégia de tomada do poder fortemente baseada nas acções concretas dos trabalhadores e das massas populares, ou seja, o sucesso dependia da regularidade da actividade clandestina no *interior*, da propaganda e da organização. As críticas da extrema-esquerda ao esgotamento destas formas de luta baseadas nas massas como *motor revolucionário* foram rebatidas por Álvaro Cunhal: «A luta de massas abala e enfraquece o Estado e o regime fascista, reduz a sua base de apoio, eleva a

⁹⁴⁸ Perdigão, *O PCP visto...*, 140.

⁹⁴⁹ Era necessário comunicar previamente a identidade dos dirigentes visitantes, aguardar pela respectiva aprovação e garantir depois o apoio logístico para as deslocações, nomeadamente através do Partido Comunista Francês, cujas ligações implicavam também processos complexos. A viagem implicava sempre uma paragem em Praga imposta pelas autoridades soviéticas. O PCP tinha nesta *porta rotativa* uma funcionária com funções específicas para estabelecer as necessárias ligações com o Partido Comunista da Checoslováquia que tomava então a iniciativa de obter as autorizações de Moscovo.

consciência política do povo e a sua determinação combativa, amplia e desenvolver as mais variadas formas de organização e de concretização da unidade antifascista»⁹⁵⁰.

As lutas da classe operária significavam organizar concentrações, manifestações e greves, tendo como «objectivos imediatos o aumento dos salários, o pagamento das horas extraordinárias e do abono de família, o trabalho semanal assegurando o cumprimento do horário de trabalho, contra o prolongamento da jornada de trabalho, os castigos e os despedimentos e a intensificação do trabalho a que o patronato reaccionário e o governo fascista chamam ‘aumento de produtividade’»⁹⁵¹. Tratava-se de «eivar a consciência de classe» e dirigi-la para o «confronto com a ditadura»⁹⁵². Uma estratégia que se estendia aos movimentos de estudantes e aos sectores sociais susceptíveis de mobilização política.

Esta «luta diária» por objectivos concretos dependia de um aparelho partidário clandestino assente em estruturas orgânicas enraizadas. Álvaro Cunhal omitiu reiteradamente as consequências da sua presença no *exterior*, e o risco de desligamento era real, à semelhança do que se verificou em Espanha, limitando-se a dizer que a direcção do PCP «mesmo quando atingida pela repressão se renova e mantém a continuidade do trabalho»⁹⁵³.

Na fase do exílio de Álvaro Cunhal em Moscovo, a organização do PCP em França estava entregue a Manuel Valadares, Silas Cerqueira e Celestino Castro, tendo como principais funções assegurar a ligação ao PCF, manter contactos com os outros grupos de exilados e prestar algum apoio aos comunistas portugueses. Tratava-se de uma estrutura de eficácia política bastante limitada e com um carácter informal decorrente do *perfil intelectual* dos responsáveis e do condicionamento da acção do PCP ao PCF⁹⁵⁴.

Durante um curto período, Pedro Soares esteve em Paris para representar o PCP de forma mais assertiva, tendo sido posteriormente substituído por Alexandre Castanheira para regressar ao *interior*, onde seria preso em 1954. Após a fuga de Peniche, assumiu

⁹⁵⁰ Cunhal, *Acção Revolucionária...*, 255.

⁹⁵¹ Cunhal, *Acção Revolucionária...*, 257.

⁹⁵² Álvaro Cunhal considerava por isso que a *infiltração* («trabalho em profundidade») dos sindicatos legais era «uma das formas mais importantes de ligação do Partido com a classe operária e os trabalhadores em geral».

⁹⁵³ Cunhal, *Acção Revolucionária...*, 250.

⁹⁵⁴ Manuel Valadares era investigador na área da física atómica e nuclear; Silas Cerqueira era professor e investigador; Celestino Castro era arquitecto em vários ateliers parisienses.

funções de ligação do PCP à Frente Portuguesa de Libertação Nacional e Sérgio Vilarigues foi deslocado para Paris. Trata-se do «primeiro membro dos órgãos executivos do Comité Central a ser colocado nestas funções», nota João Madeira⁹⁵⁵.

A passagem do secretário-geral para Paris provocou uma mudança na estrutura organizativa. Álvaro Cunhal chamou para si a liderança directa do colectivo dos exilados, tendo constituído um *núcleo duro* com José Vitoriano, Francisco Miguel e Gabriel Pedro⁹⁵⁶. Carlos Antunes tornou-se responsável pela organização de Paris e pelo recrutamento dos novos quadros, mas dentro de uma dinâmica claramente divergente quanto à importância da violência armada no processo de tomada do poder no *interior*.

A sua colocação em Paris em 1966, em simultâneo, com Álvaro Cunhal, decorreu precisamente das divergências manifestadas em Bucareste sobre política de formação de quadros, na sequência da aprovação do *Rumo à Vitória*. Nessa altura, Álvaro Cunhal deslocou-se à *RPL* para explicar a estratégia ao colectivo da Roménia e Carlos Antunes aproveitou o momento para assumir as suas discordâncias: «*Despejei o saco todo, mas todo mesmo, ao ponto de me ter magoado nas mãos por força dos murros que dei na mesa enquanto falava. Disse que as conclusões do congresso eram absurdas e que regressava de imediato para o interior porque tinha sido o PCP a atribuir-me tarefas na Roménia e, não tendo sido uma escolha minha, eu escolhia agora voltar a Portugal*»⁹⁵⁷.

Carlos Antunes insistia em dois pontos divergentes. Por um lado, os novos quadros entravam no PCP para fugirem à guerra e assumiam de imediato funções no aparelho clandestino, após frequentarem um curso na escola de quadros em Moscovo⁹⁵⁸: «Não tinham feito uma escolha pessoal. Era uma escolha decorrente das circunstâncias da guerra e da falta de dinheiro para tomar outras opções. Esta política de quadros era um desastre porque faltava-lhes motivação e preparação, o que conduzia a sucessivas prisões», explica Carlos Antunes⁹⁵⁹. Por outro lado, a própria estratégia para a tomada do poder: «O PCP falava imenso da insurreição popular armada, mas não fazia nada por ela». As divergências acabaram mais tarde por se transformar em ruptura e conduzir à

⁹⁵⁵ Madeira, *O Partido Comunista...*, 714.

⁹⁵⁶ Cfr. Gabriel Pedro, *Acontecimentos Vividos* (Edições Avante!: Lisboa, 2015).

⁹⁵⁷ Entrevista Carlos Antunes, 15 de Fevereiro 2015, Lisboa.

⁹⁵⁸ Os cursos de formação de quadros iniciaram-se por iniciativa de Álvaro Cunhal. João Madeira nota que entre Setembro de 1962 e Março de 1963 saíram do *interior* 16 jovens funcionários para efectuar a sua formação na Escola Central de Quadros do PCUS e posterior regresso à clandestinidade. Cfr. Madeira, *O Partido Comunista...*, 647.

⁹⁵⁹ Entrevista Carlos Antunes, 15 de Fevereiro 2015, Lisboa.

formação de um movimento armado concorrente do PCP, mas neste período de *incubação* Carlos Antunes ainda foi chamado por Álvaro Cunhal para exercer tarefas de responsabilidade no colectivo de exilados de França.

A proposta partiu de Manuel Rodrigues da Silva, *referente* do PCP em Moscovo: «Disse-me que Álvaro Cunhal o tinha colocado ao corrente do que se tinha passado em Bucareste e pediu-me para me mudar para Paris com o próprio Álvaro Cunhal para iniciar uma reorganização do PCP ». Carlos Antunes está convicto de que se tratou do «reconhecimento por Álvaro Cunhal de que o PCP estava em crise e que importava resolver o problema».

Esta nova abordagem à formação de quadros para liderar a luta de massas no *interior* iniciou-se em 1966, tendo por base a realidade que se tinha formado nos anos anteriores, ou seja, o potencial político representado pelos exilados políticos e económicos concentrados em Paris. «Vivia em França uma parte significativa da classe operária portuguesa e um número extraordinário de refractários e desertores que não podiam regressar a Portugal. Eram exilados, mesmo que não tivessem consciência do seu exílio, porque só podiam voltar se a situação no *interior* mudasse», afirma Carlos Antunes.

Os comunistas franceses resistiram fortemente a este recrutamento directo argumentando que em cada país só podia existir um Partido Comunista. O que significava que «os comunistas portugueses tinham de integrar o PCF»⁹⁶⁰. Este constrangimento conduziu a uma inevitabilidade: os comunistas portugueses que se tinham integrado no PCF estavam desligados da realidade portuguesa no *interior* e os que se tinham mantido na sua periferia não tinham capacidade de acção concreta.

Carlos Antunes chegou a Paris para criar uma nova rede de recrutamento de quadros, mas teve dificuldades para convencer os dirigentes franceses da necessidade de o PCP iniciar esse recrutamento massivo entre os jovens refractários, desertores e emigrantes económicos. O que acabou mesmo por acontecer através da criação de uma nova estrutura assente em vários núcleos com tarefas concretas, tendo estes Comités de Ajuda

⁹⁶⁰ O PCE tinha uma estrutura autónoma em França que decorria de duas dinâmicas históricas particulares: o exílio dos seus militantes na sequência da guerra civil de Espanha e posterior envolvimento na resistência francesa na segunda guerra.

à Luta do Povo Português ensaiado uma nova dinâmica enquanto «movimento aberto, de unidade baseada na acção»⁹⁶¹.

A nova política de recrutamento de quadros baseou-se nesta rede de malha larga durante um curto período tempo, na medida em que as fortes resistências do PCF e as reservas de Álvaro Cunhal tornaram-se cada vez mais intensas. «As pessoas que nós recrutávamos em França permitiam-nos depois contactar o *interior* através dos seus próprios contactos», recorda Carlos Antunes, acrescentando: «Tornei-me por isso um *perigo* para Álvaro Cunhal por controlar todo este poder e por ele já ter perdido a confiança política em mim». Acrescenta ainda a existência de «fortes pressões» dos comunistas franceses para que esta rede fosse desactivada, tendo mesmo ameaçado «retirar todos os apoios ao PCP».

As divergências acabaram por conduzir à ruptura de Carlos Antunes com PCP⁹⁶². O trabalho desenvolvido junto dos emigrados económicos expôs perante o Estado Novo a *vulnerabilidade política* destas comunidades. O que justificou um reajustamento da polícia política e da rede diplomática, cuja cooperação já se vinha desenvolvendo desde o exílio de Álvaro Cunhal.

2. A adaptação da PIDE ao exílio dos comunistas

A PIDE reforçou os mecanismos de cooperação com as polícias espanholas e vários serviços de informações franceses e começou a enviar regularmente agentes para Paris, cujas actividades eram frequentemente coordenadas pelo próprio embaixador Marcello Mathias, um determinado *inimigo silencioso* dos exilados comunistas.

No dia 1 de Julho de 1962, o director da PIDE fez questão de informar António de Oliveira Salazar da partida nesse dia «para Paris, [de] um inspector desta Polícia, funcionário hábil e com prática de missões particularmente delicadas, que se apresentará devidamente credenciado a Sua Excelência o Embaixador de Portugal»⁹⁶³. Trata-se de uma resposta concreta aos frequentes pedidos de um dos mais experientes diplomatas portugueses e que revela a importância atribuída pelo Estado Novo ao posto parisiense.

⁹⁶¹ Fundação Mário Soares, Arquivo Paris, Documentos, Comitês de Ajuda à Luta do Povo Português, «Relatório sobre os comités», CasaComum.org, disponível em: http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_150485, s.d., consultado em 4-6-2015.

⁹⁶² Carlos Antunes utilizou esta rede para iniciar a criação das Brigadas Revolucionárias focadas na luta armada no *interior* para o derrube violento do Estado Novo.

⁹⁶³ ANTT/AOS/CO/PC 77, cx.593, pt.83ª sbd.

Em meados de Março de 1961, o deflagrar do conflito em Angola forçou Portugal a reposicionar-se no contexto internacional⁹⁶⁴, com vista à necessidade de garantir apoios diplomáticos internacionais e a própria manutenção da máquina de guerra⁹⁶⁵. Em Junho, António de Oliveira Salazar colocou Marcello Mathias no cargo de embaixador de Portugal em França⁹⁶⁶. O diplomata já tinha ocupado este posto entre 1948 e 1958, voltando a Portugal para exercer funções de ministro dos Negócios Estrangeiros. Abandonou o cargo ao fim de dois anos e meio para regressar à importante frente diplomática de Paris, a pedido de António de Oliveira Salazar, onde se manteve até à reforma, em 1970.

A acção de Marcello Mathias em Paris revelou-se fundamental para garantir uma postura *não hostil* da França nas Nações Unidas, mas acima de tudo para viabilizar a compra sistemática de material militar para as Forças Armadas Portuguesas. O embaixador utilizou por inúmeras vezes as suas relações pessoais com as elites políticas e financeiras francesas e com o próprio general De Gaulle para consumir inúmeros negócios de compra de armamento para a guerra em África.

Neste contexto, a presença do núcleo duro dos comunistas portugueses em Paris constituía necessariamente um foco de preocupação para Marcello Mathias, motivo pelo qual passou a merecer uma atenção permanente da rede diplomática portuguesa em França.

3. A acção da PIDE em França

A PIDE interpretou favoravelmente as consequências do exílio dos principais dirigentes do PCP na vida política e social em Portugal. Um documento de carácter reservado enviado pela polícia política para o Ministro dos Negócios Estrangeiros, após a instalação de Álvaro Cunhal em Paris, começa por referir que «o afastamento do Comité Central do ‘p.c.p.’ do território nacional, tem necessariamente enfraquecido o seu poder

⁹⁶⁴ Cfr. José Freire Antunes, *Kennedy e Salazar – O Leão e a Raposa* (Lisboa: Publicações D. Quixote, 2013).

⁹⁶⁵ «O espectáculo dos Estados Unidos a votarem ao lado da União Soviética contra os seus próprios aliados na NATO é um motivo de grande preocupação para qualquer pessoa que preze a Aliança Atlântica», desabafou Robert D. Murphy, membro do American Council of NATO e sub-secretário de Estado na administração de Eisenhower, em Antunes, *Kennedy...*, 224.

⁹⁶⁶ A França também vivia tempos conturbados por via do processo de independência da Argélia.

de acção junto das massas trabalhadoras e a sua capacidade de os movimentar em acções concretas dentro dos vários estádios da revolução marxista-socialista»⁹⁶⁷.

A polícia política revelava depois os principais colectivos comunistas no exílio e identifica alguns dos pontos de apoio: «Os seus dirigentes mais destacados (secretário-geral e Comité Central), para escaparem à repressão policial, encontram-se na Cortina de Ferro, movimentando-se entre três polos: Moscovo, Praga, Argel». Acrescenta que, «servindo-se contudo de documentação falsa, deslocam-se a contactos directos com os Partido Comunista Italiano em Roma e Partido Comunista Francês em Paris, de que alternadamente o “p.c.p.” tem recebido a linha de acção e apoio financeiro». As linhas gerais da rede do exílio estavam correctamente identificadas pela polícia política, apesar do desconhecimento significativo do que se passava em concreto nessas bases.

A PIDE considerava nos seus relatos que esta situação reduzia significativamente a acção do PCP no *interior* e limitava a influência do seu aparelho clandestino de propaganda: «Pode afirmar-se que, em face das dificuldades que a PIDE oferece à movimentação dos quadros directivos (funcionários) do aparelho clandestino do ‘p.c.p.’, a sua acção junto das massas trabalhadoras resume-se: ao incitamento ao ódio e à subversão através da sua imprensa – *O Militante*, *O Avante*, *O Camponês*, *O Corticeiro*, *O Têxtil*, e os mais variados panfletos avulso—; à recolha de fundos para o “p.c.p.”; à conservação das estruturas de base conseguidas de tantos anos de proselitismo».

O reforço do trabalho conspirativo dos comunistas no *interior* junto dos sectores estudantis foi interpretado pela PIDE como uma «mudança de tática», mas com a advertência de que se tratava de uma actividade devidamente vigiada e controlada: «A prevenção policial, tal como se vem exercendo em Portugal: constante, mas maleável, é a forma que vem dando provas de não deixar sair para a rua a subversão e a desordem, com todo o seu cortejo de prejuízos materiais, políticos e morais».

O documento da PIDE estima que o PCP tivesse em 1968 cerca de 6 mil militantes activos em comparação com os 10 mil de 1962, ou seja, o exílio dos seus dirigentes e o trabalho da repressão teriam, nesta interpretação, neutralizado uma parte importante da

⁹⁶⁷ AHD, PEA IV, maço 25, Processos Confidenciais, processo 21, «Informação sobre movimentos e organizações oposicionistas», 14 Outubro de 1968.

actividade comunistas no *interior*⁹⁶⁸. Contudo, a polícia adverte de imediato que, devido à experiência e apoios, o PCP continuava a ser «a organização – não se diz movimento político – mais capaz de criar problemas de subversão, de ordem reivindicativa, de greves e de acções de rua, apesar das limitações apontadas».

A presença de Álvaro Cunhal colocou novos desafios ao PCP, agravados pela confluência de várias dinâmicas adversas, por exemplo, o reforço das redes de informadores articuladas pelos diplomatas portugueses, a colaboração entre a PIDE e os serviços de informações franceses e o relacionamento entre os governos baseado nos negócios militares e interesses políticos comuns⁹⁶⁹. A existência de canais institucionais entre regimes políticos antagónicos não permite colocar em perspectiva uma colaboração profunda e sistemática na *caça aos comunistas*⁹⁷⁰, mas existiriam, de facto,

⁹⁶⁸ Na reunião do Comité Central de 1969, Álvaro Cunhal identificou as «gravíssimas debilidades» no *interior*: «A não existência de organização ou a falta de ligações com importantes centros industriais e com importantes empresas (...) estamos desligados praticamente do Algarve, da Marinha Grande, da zona têxtil da Serra da Estrela, e de diversas classes profissionais das mais importantes do proletariado industrial. (...) A prática inexistência de organização partidária no proletariado rural alentejano e ribatejano que, durante tantos anos, constituiu um dos mais fortes bastiões do nosso Partido. (...) O completo desaparecimento da organização militar centralizada do Partido. (...) No que respeita aos quadros, além do núcleo de direcção central, incluindo os “tróicas”, o número de funcionários do Partido (todos clandestinos) é actualmente reduzido. Não contando o CC, as ‘tróicas’, nem os diversos serviços técnicos, o número de funcionários com tarefas de organização não chega a uma dúzia», «A Situação Política e as tarefas imediatas do Partido», em Cunhal, *Obras Escolhidas, vol. IV...*, 387.

⁹⁶⁹ Num telegrama enviado directamente para Marcello Caetano, em Novembro de 1970, o embaixador português nos Estados Unidos relata uma conversa privada com Henry Kissinger: «Disse então que iriam procurar estudar outras formas assistência. Falando sobre venda armas K. não escondeu dificuldades [da] questão. Perguntou [em] que tipo de armas estaríamos interessados», cfr. AHD, Coleção Especial de Telegramas, maço 185. Os negócios militares envolveram também a RFA, nomeadamente a aquisição de espingardas, pistolas-metralhadoras, viaturas, aviões, lanchas de patrulha e postos de TSF, cfr. ANTT/AOS, COE-3, PT.13

⁹⁷⁰ A colaboração diplomática com Espanha era bastante mais fluída. Em Agosto de 1966, o embaixador espanhol em Lisboa, Ibañez-Martín, enviou uma carta manuscrita para o Ministro dos Negócios Estrangeiros português, dando informações sobre o apoio do Partido Comunista Francês à Frente Patriótica de Libertação de Portugal: «Mi querido Ministro y amigo: adjunto tengo el gusto de remitirle una información reservada, relativa al apoyo del partido comunista francés al “Frente Patriótico de Liberación de Portugal”. Franco Nogueira remeteu de imediato a informação para a PIDE e para a embaixada em Paris, cfr. AHD, PEA III, maço 536, processo 331,1. Nesse mesmo mês, uma informação não identificada na correspondência com Madrid refere que «o P.C. Francés ha recibido de Moscú la misión de hacer (tomar a su cargo) de la dirección de la lucha contra los regímenes político vigentes de la Península Ibérica. [O] apoyo está considerado principalmente para el “Frente Patriótico de Liberación de Portugal” – que opera en la clandestinidad – y en el cual están fusionados todos los partidos políticos portugueses prohibidos, incluido el P.C. Dos miembros dirigentes del citado “Frente Patriótico de Liberación de Portugal”, Fernando Piteira Santos y Pedro Ramos de Almeida, han tratado en París con ele miembro del Político Bureau del P.C.F., Raymond Guyot y con los dos miembros del Comité Central, Robert Ballenger y Jean Tricart, sobre el propósito de equipar con armas a los 10.000 portugueses que están organizados en la C.G.T (como trabajadores extranjeros) y llevarlos a Portugal para una acción de derrocamiento de Salazar”. A informação foi reencaminhada para a PIDE e para o governo francês através da embaixada de Portugal em Paris.

trocas regulares de informações entre as organizações de vigilância⁹⁷¹ e as instituições políticas com resultados concretos.

Em Janeiro de 1967, o Ministério dos Negócios Estrangeiros recebeu informações do governo francês sobre a actividade dos exilados portugueses em França e remeteu-a para a PIDE. Tratava-se de informação directamente recolhida pelos serviços de informações franceses: «Segundo o Ministério dos Negócios Estrangeiros francês, a ‘Sureté’ tem procedido a uma cuidadosa vigilância, o que permitiu verificar a ausência de um movimento organizado e estruturado dirigido contra o Governo Português»⁹⁷².

A vigilância exercida pelos serviços de informações franceses permitiu identificar «notórias desinteligências» entre Pedro Ramos de Almeida e Fernando Piteira Santos, tendo o primeiro sido *senalizado* pelo governo francês. «Estes indivíduos não são considerados “refugiados”. Contra o primeiro existe uma ordem de expulsão, aplicando-se ao segundo a medida de “assignation à résidence”, renovável de 3 em 3 anos, mas que pode ser cancelada a qualquer momento».

Esta colaboração não se traduzia numa dinâmica sistemática, mas produzia frequentemente resultados, na medida em que a PIDE tinha contactos com elementos de vários serviços de informações, nomeadamente junto dos sectores que partilhavam uma visão quanto à presença de Portugal e França em África. As relações estabelecidas individualmente entre agentes devem também ser consideradas, apesar da inexistência de fontes explícitas que o demonstrem, nomeadamente aquando dos encontros ocorridos no âmbito das organizações policiais comuns.

3.1 A rede diplomática

A primeira linha ofensiva contra os exilados era garantida pela embaixada de Portugal em Paris e pela rede consular nos principais centros urbanos. Os diplomatas portugueses mantinham uma teia de informadores informais nas redes de emigração para reportar actividades consideradas *subversivas* e contavam também com as informações disponibilizadas pelos membros da Missão Católica Portuguesa por sua iniciativa.

⁹⁷¹ O que permitiu à PIDE agir em Portugal, por exemplo, na sequência da detenção de Hermínio da Palma Inácio na fronteira franco-suíça, em 1972. Essa colaboração teve consequências na percepção do perigo por parte dos comunistas portugueses e condicionou o controlo na luta no *interior* e o relacionamento com o PCF.

⁹⁷² AHD, PEA IV, Processos Confidenciais, maço 23, processo 331,1.

A partir de certa altura, a própria PIDE enviou agentes para Paris a pedido do embaixador Marcello Mathias, tendo inclusivamente entregue o transporte da mala diplomática⁹⁷³. Na sequência do desvio do paquete *Santa Maria*, o embaixador português em Paris dirigiu um telegrama secreto para o chefe do governo sugerindo o envio de agentes da polícia política para controlar Henrique Galvão: «A PIDE deveria ponderar conveniência manter aqui 1 ou 2 agentes em condições poder cooperar connosco se necessário pela força (...) esses agentes poderiam ser designados como chanceleres desta missão incumbindo-lhes manter contactos directos com autoridades policiais locais bem como com aqueles que na Embaixada de Espanha desempenham funções análogas às acima mencionadas»⁹⁷⁴.

O embaixador demonstrava preocupar-se fortemente com as actividades dos comunistas junto dos emigrantes económicos dada a dimensão da comunidade portuguesa e a sua *vulnerabilidade política*⁹⁷⁵. O diplomata defendia que estas actividades em Paris fossem por isso sistemáticas, mas as informações que enviou para António de Oliveira Salazar apontam mais para acções específicas (ainda que regulares⁹⁷⁶) e menos para a existência de uma estrutura permanente.

Em Outubro de 1967, Marcello Mathias alertava António de Oliveira Salazar através de um telegrama secreto que as funções regulares desempenhadas pelos agentes da PIDE nas ligações entre Lisboa e Paris tornaram-se insuficientes e reclamava a criação de uma estação permanente da polícia política em França: «Creio [que] deveria ser organizado neste país por aquela polícia um cuidado serviço de informações pois é de supor que certas iniciativas como Figueira da Foz, Évora, etc, partem daqui»⁹⁷⁷.

⁹⁷³ AHD, PEA IV, maço 23, processo 331,1.

⁹⁷⁴ AHD, Colecção Especial de Telegramas Recebidos e Expedidos Secretos e Pessoais, n.165, pasta 145, 22 de Setembro de 1961.

⁹⁷⁵ Nas vésperas do Natal 1963, o consulado-geral em França revelou-se incapaz de atender os inúmeros pedidos de passaportes para emigrantes que tencionavam regressar às suas terras para as festividades. Perante a campanha activa dos comunistas junto das comunidades, Marcello Mathias não hesitou em classificar a situação como «um problema político»: «Como a nossa Polícia é impotente para impedir que clandestinamente passem para cá [França], será igualmente impotente para impedir que clandestinamente passem para lá [Portugal] os que em curto prazo aí sejam enviados em missão revolucionária», em Marcello Mathias, *Correspondência Marcello Mathias/Salazar 1947/1968* (Lisboa: Difel, 1984), 483.

⁹⁷⁶ Por exemplo, contactos com os diplomatas, encontros com fontes de informação, transporte de documentos através da mala diplomática, acções concretas de vigilância, etc.

⁹⁷⁷ AHD, PEA IV, Processos Confidenciais, maço 20, processo 314.

O aumento do fluxo de informação diplomática e policial entre os dois países permitiu canalizar dados relevantes em ambos os sentidos, mas sem que se tenha chegado a constituir uma metodologia regular e sistemática de cooperação.

Em Janeiro de 1972, o Ministério dos Negócios Estrangeiros enviou para a PIDE uma informação recebida através dos canais diplomáticos. Trata-se da identificação de elementos da ARA que residiam clandestinamente em França e dos contactos das suas ligações com Portugal: «Segundo informação recebida nesta Secretaria de Estado, as ligações da ARA em Portugal com agentes exteriores processar-se-iam através de Pedro Reola, morador em “13, Alfonso Karr, Nice”. O referido indivíduo teria eventuais contactos com um português chamado João Monteiro, residente possivelmente em Paris, mas que se deslocaria com frequência a Lisboa. Ainda em harmonia com a mesma fonte, um português residente em Paris, na Rua Victor Barach 3 Montrouge, conhecido por “Cholo”, seria o principal agente da ARA no estrangeiro»⁹⁷⁸.

As actividades de vigilância dinamizada através dos diplomatas incluíam também contactos regulares com o embaixador francês em Lisboa. É nesse sentido que o Ministro dos Negócios Estrangeiro manda o director-geral dos Negócios Políticos reunir com o representante do governo francês em 30 de Outubro de 1967 com uma agenda concreta: «A actividade política dos portugueses residentes em França», ou seja, as infiltrações comunistas nas comunidades de emigrantes económicos e a constituição de apoio de retaguarda para *acções violentas* em Portugal pelos grupos radicais.⁹⁷⁹

Hall Themido informa então Franco Nogueira que sensibilizou nesse encontro o seu interlocutor para duas questões. Primeiro: «Os grandes esforços junto da colónia portuguesa no sentido de a comunizar. Tratava-se, na generalidade, de gente simples que poderia ser atingida com aquela propaganda. A doutrinação comunista dos portugueses residentes em França preocupava-nos. Julgámos, todavia, que devia preocupar igualmente o Governo francês. Este não podia ver com agrado essa actividade política que se nos afigurava contrária aos próprios interesses franceses». Segundo: «Um grupo de portugueses, segundo parece com apoio de franceses e de organizações francesas, exercia em franca e crescente actividade de subversão contra

⁹⁷⁸ AHD, PEA IV, Processos Confidenciais, maço 20, processo 314.

⁹⁷⁹ AHD, PEA IV, Processos Confidenciais, maço 23, processo 331,1.

Portugal. De acordo com indicações em nosso poder, esses portugueses gozavam de todas as facilidades para essa actividade».

O embaixador François de Rose parece ter reagido com algum incómodo à interpelação do governo português, nomeadamente quando Hall Themido pediu que desse conhecimento desta diligência ao seu governo com a «recomendação de olhar com atenção» para as questões expostas: «O embaixador nem se mostrou surpreendido nem ofereceu resistência a satisfazer este pedido. Teceu, todavia, considerações sobre as liberdades existentes em França».

Hall Themido informou em detalhe Marcello Mathias desta diligência e acentuou a importância que o governo português conferia à «circunstância [de] existir em França [uma] organização em pleno funcionamento com finalidade declarada e já comprovada na acção de retaliar contra pessoas e instituições portuguesas aqui e em França», reafirmando que o governo francês «tem de olhar para aquela organização e sua actividade com toda a atenção e tomando em consideração decisão do tribunal [em recusar a extradição de Palma Inácio]»⁹⁸⁰.

Poucos meses depois surgiram resultados desta interpelação quanto à actuação da Liga de Unidade e Acção Revolucionária (LUAR).

No dia 7 de Dezembro, o director político para a Europa do Ministério dos Negócios Estrangeiros de França convocou um representante da embaixada portuguesa para uma reunião no Quai d'Orsay. Jacques Tiné começou por revelar a Lemonde de Macedo que o Ministério do Interior investigara no ano anterior «a penetração comunista nos núcleos portugueses de França», tendo concluído que «era irrelevante dada a pouca receptividade encontrada». O diplomata português solicitou então que as autoridades francesas «continuassem a investigar» e obteve a garantia do governo francês de que a investigação seria «actualizada».

A transferência de Argel para França de pontos de apoio para potenciais acções violentas em Portugal provocou, de facto, uma forte apreensão junto do governo francês. Jacques Tiné garantiu que a França «queria fazer tudo que estivesse ao seu alcance para por cobro a essas actividades dirigidas contra Portugal» e antecipou que

⁹⁸⁰ AHD, PEA IV, Processos Confidenciais, maço 23, processo 331,1.

seria solicitada uma investigação ao Ministério do Interior «a fim de poder tomar as medidas adequadas».

O ambiente favorável à cooperação entre Portugal e França torna-se mais claro quando o governo francês revela que solicitara directamente aos seus serviços de vigilância «elementos concretos» sobre os «revolucionários portugueses» em causa «para melhor orientação das pesquisas e mais rápida identificação».

Lemonde de Macedo aproveita então para recordar a Jacques Tiné a sucessão de incidentes registados: os assaltos aos consulados portugueses em Rouen e Bayonne com roubos de passaportes, carimbos e selos; as manifestações junto do consulado geral de Paris com actos de alguma violência; e uma manifestação que a polícia francesa dispersara antes de chegar à embaixada de Portugal⁹⁸¹.

No ano seguinte, foi o próprio Franco Nogueira a falar pessoalmente com o embaixador francês em Lisboa. O Ministro dos Negócios Estrangeiros começou por reafirmar a «gravidade» de «continuarem» a existir em «território francês» pontos de apoios à luta «subversiva» em Portugal e citou o caso de «três indivíduos armados recentemente presos em Espanha vindos de França, dois dos quais com passaportes portugueses falsos». Invocou depois as «extraordinárias decisões dos tribunais superiores franceses» acerca do assalto ao Banco de Portugal e recordou as «providências» tomadas pelo governo português «para evitar que os franceses que aqui residem e são hostis ao General De Gaulle desenvolvessem qualquer actividade política»⁹⁸².

No relato enviado para Marcello Mathias, o ministro revela ainda ter falado na «profunda mágoa» provocada pela inacção do governo francês e «confessado» a sua dificuldade em «compreender como se podia consentir em França tanta actividade subversiva contra país amigo aliado e num quadro de relações que em tudo mais eram excelentes e de útil cooperação nos dois sentidos». O embaixador François de Rose terá reconhecido os esforços do governo português para «controlar» os cidadãos franceses «hostis ao seu governo» e prometeu comunicar as preocupações a Paris.

⁹⁸¹ Os manifestantes empunhavam cartazes e gritavam palavras de ordem exigindo a libertação de Palma Inácio, detido pela Interpol em Paris na sequência do assalto à agência do Banco de Portugal na Figueira da Foz. Portugal entregara um pedido de extradição que na altura aguardava decisão judicial.

⁹⁸² AHD, PEA IV, Processos Confidenciais, maço 20, processo 314, telegrama 46.

A pressão exercida pelo governo português visava um aumento da repressão sobre os comunistas em França e a sua posterior extradição para Portugal, na medida em que «expulsão desse país dos indivíduos culpados não é verdadeiramente serviço prestado a Portugal pois lhes permite dirigirem-se a outro Estado em relação ao qual não poderemos pedir extradição (por exemplo país cortina de ferro) assim assegurando impunidade daquelas e sua liberdade para continuarem mesmas práticas», lamenta Franco Nogueira.

Em Janeiro de 1968, um quadro superior do Ministério dos Negócios Estrangeiros enviou para o director da PIDE uma «lista de portugueses refugiados em França» com a nota de que a actividade política ali desenvolvida «determinará a sua expulsão pelo governo francês». A mesma fonte diplomática afiança terem sido prestadas «garantias das autoridades francesas de que se mantêm atentas às actividades dos emigrantes portugueses que sejam susceptíveis de afectar a segurança nacional portuguesa» e em Maio do mesmo ano antecipa noutro relato que o «Governo francês teria decidido expulsar do seu território alguns dos indivíduos em questão, ameaçando outros com idêntica medida caso não venham a cessar toda e qualquer actividade política»⁹⁸³.

A expulsão de França dos exilados não resultava na extradição para Portugal, na medida em que o governo francês estava condicionado pelo cumprimento de acordos internacionais, ou seja, as expulsões só poderiam ser executadas quando os visados partissem para países que declarassem aceitá-los e, caso a solução fosse inviável, poderiam ficar no país de acolhimento com residência fixada e a sua actividade estreitamente controlada. Foi exactamente esta explicação que o embaixador francês transmitiu em Abril de 1968 ao Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Na sequência dos insistentes pedidos apresentados por Portugal, «o governo francês havia mandado examinar a situação e havia decidido a expulsão» de vários exilados políticos portugueses⁹⁸⁴, tendo decidido ainda fazer uma «advertência muito séria» a mais cinco⁹⁸⁵, mas «que não eram igualmente expulsos desde já, por residirem em França há cerca de 30 anos e alguns terem colaborado com a resistência francesa

⁹⁸³ AHD, PEA III, maço 524, processo 331.1, pasta 4.

⁹⁸⁴ Hermínio Inácio da Palma, António de Moura Diniz, Mateus Filipe Germano, Luís Benvindo, António Barracosa, Camilo Mortágua Tavares, Ângelo Maria Cardoso Fernandes, Seruga de Carvalho Salgado, Júlio dos Santos Alves, Francisco Morgado, Carlos da Silva e Maria Nunes Vidal.

⁹⁸⁵ Emídio Guerreiro, António Saraiva, José Seabra Baptista Lopes, Manuel da Silva Martins e Mário Mateus de Brito Arroja.

durante a última guerra. Se, porém, não viessem a cessar toda e qualquer actividade política poderiam vir a ser igualmente vítimas de ordens de expulsão no futuro»⁹⁸⁶.

Numa demonstração de boa-fé, as autoridades francesas chegaram mesmo a impedir a entrada de Amílcar Cabral em França a pedido de Portugal, tendo disponibilizado diligentemente à PIDE as fotografias efectuadas aos documentos que o dirigente africano transportava consigo⁹⁸⁷.

3.2. As relações políticas e militares

3.2.1 As pressões portuguesas

As relações institucionais entre os dois países permitiam que o governo português sentisse liberdade de acção suficiente para pressionar ao mais alto nível o governo francês, no sentido de dificultar activamente a presença de comunistas em França⁹⁸⁸. O volume de negócios gerado pelas sucessivas aquisições de material de guerra constituía conforto suficiente para essa dinâmica.

No dia 2 de Agosto de 1968, Marcello Mathias informou Lisboa de que intercedera directamente junto do Ministro dos Negócios Estrangeiros de França para facilitar a venda de 26.080 *roquettes* e de outro material de guerra, tendo o assunto sido levado para decisão directa do general De Gaulle que «procedeu à autorização». O que leva o embaixador português a acrescentar: «Tenho grande prazer informar [que não existe] qualquer reserva ou restrição a exportação de todo o material por nós pedido [tendo a decisão sido] tomada pelo próprio Chefe de Estado»⁹⁸⁹.

Nesse mesmo encontro, Marcello Mathias foi *sensibilizado* para uma potencial contrapartida: «O governo francês acompanha com maior interesse a posição dos grupos franceses concorrentes à realização daquele empreendimento [construção da barragem de Cahora Bassa] e ser-lha-ia muito grato se algum deles se encontrasse em posição de ser escolhido no respectivo concurso»⁹⁹⁰.

⁹⁸⁶ AHD, PEA III, maço 524, processo 331.1, pasta 4.

⁹⁸⁷ Victor Pereira, *La dictature de Salazar face à l'émigration* (Paris: Presses de Sciences Po, 2012), 371.

⁹⁸⁸ Além dos contactos em organismos transnacionais, como a NATO e a Interpol, por exemplo

⁹⁸⁹ Em Maio de 1963, Portugal comprou 40.050 foguetes para aviões de guerra e 21 metralhadoras, cfr. AHD, PEA II, maço 356, processo 371,1.

⁹⁹⁰ AHD, PEA II, maço 356, processo 332, 14.

O fluxo dos negócios militares revelou-se fundamental para preservar um relacionamento institucional dinâmico entre os dois países ao longo de todo o período da guerra em África. Na sequência de uma cimeira realizada nos Açores com os presidentes Richard Nixon e Georges Pompidou, em finais de 1971, também Marcello Caetano obteve a garantia de que «a política tradicional da França a este respeito [fornecimento de material de guerra a Portugal], se não tinha modificado e que portanto continuariam a considerar com a melhor boa vontade os nossos pedidos»⁹⁹¹.

Os franceses manifestavam nesta altura algumas reservas aparentes à venda de helicópteros *Alouette*, na medida em que Portugal comprara o equipamento para transporte de feridos, mas tornava-se evidente a sua utilização em ataques militares. O que poderia ser contornado se o negócio fosse estabelecido com intermediários⁹⁹².

No decurso da sua actividade diplomática directa junto do chefe de estado francês, Marcello Mathias também tentava utilizar a animosidade do general De Gaulle pela administração norte-americana para manter o fluxo dos negócios militares, afirmando com insistência junto do presidente francês que «fornecer-nos aviões, munições, armas e apoio político na ONU» poderia evitar que Portugal perdesse a guerra em Angola e a correspondente «instalação dos norte-americanos naqueles territórios...»⁹⁹³.

É recorrente o embaixador recordar a Salazar que a França «além do apoio que nos tem dado nas Nações Unidas, dá-nos aviões, armas, munições...»⁹⁹⁴.

O apoio militar francês tornou-se cada vez mais relevante para a máquina de guerra portuguesa e as maiores encomendas passaram pela orientação do próprio presidente do Conselho. Em finais de 1963, Salazar iniciou a renovação da Marinha de Guerra solicitando a «participação francesa na realização de uma das fases do nosso programa naval»⁹⁹⁵, tendo em vista a construção e financiamento de novos navios e a transferência imediata para Portugal de fragatas embandeiradas como francesas⁹⁹⁶.

⁹⁹¹ AHD, PEA IV, Processos Secretos, maço 9, processo 332,20 – 334, 10.

⁹⁹² Nas primeiras semanas da guerra em Angola, Portugal começou a utilizar helicópteros em operações paramilitares de limpeza de áreas estratégicas. Os dois primeiros aparelhos estavam matriculados em França e eram operados por pilotos franceses, cfr. AHD, PEA IV, maço 9, processos secretos, processos 332,20 e 334, 10.

⁹⁹³ Mathias, *Correspondência...*, 452.

⁹⁹⁴ Mathias, *Correspondência...*, 459.

⁹⁹⁵ Portugal pretendia renovar a Marinha de Guerra com a operacionalização de mais 7 fragatas, 15 corvetas e 6 submarinos. A primeira fase dizia respeito a 6 corvetas a construir em Portugal e 4 fragatas e

O ministro dos Negócios Estrangeiros francês começou por mostrar algumas reservas, mas Marcello Mathias tranquilizou de imediato Salazar afirmando que «se a resposta for dilatória ou desfavorável irei falar ao general De Gaulle»⁹⁹⁷. Na sequência do mesmo processo, o embaixador escreverá em finais de 1963 para Salazar confessando que «se no Poder não estivesse um homem com o temperamento difícil e pessoal de De Gaulle, há muito que a França já nos teria abandonado»⁹⁹⁸.

3.2.2 As pressões francesas

É exactamente nessa dinâmica de reciprocidade que Portugal resiste às tentativas de contactos estabelecidas pela Organization Armée Secrète (OAS) em 1962 e mais tarde determinará a expulsão de Georges Bidault a pedido de França. O governo francês solicitava que o governo de Lisboa fosse intransigente com a presença de quadros da OAS em Portugal e utilizava a venda de armamento como principal argumento. É o próprio Marcello Mathias quem aconselha Salazar a recusar esses contactos recordando que «a França tem dado, ou melhor, fornecido armamento»: «Eu não via V. Exa. nem o governo português entrar em conciliábulos secretos com a OAS para auxiliar esta na sua luta contra o governo legal da França...»⁹⁹⁹.

Um argumento que o diplomata utilizou novamente em Julho de 1965 quando o governo português *pareceu* levantar reservas à nomeação do novo adido militar francês. Marcello Mathias alertou de imediato: «Se recusarmos *agrément* ao novo adido militar francês correremos deliberadamente o risco de provocar uma gravíssima tensão com o governo francês com consequências que considero imprevisíveis», garantindo ainda que «as acusações contra o tenente coronel Fontacci não tem fundamento».

O diplomata insiste que uma eventual recusa do governo português seria «injustificada e desastrosa» e recorda resultados concretos resultantes da política de reciprocidade existente: «Não podemos esquecer que devido às nossas instâncias, França nunca consentiu vinda para seu território de Delgado, Galvão e outros». Termina com uma advertência clara: «Neste difícil momento da nossa vida nacional temos contado com a

4 submarinos da classe *Daphné* a construir pela França através da disponibilização de uma linha de crédito especial. Os governos de ambos os países acabaram por chegar a acordo político-financeiro apesar das pressões internacionais exercidas sobre França.

⁹⁹⁶ Mathias, *Correspondência...*, 471.

⁹⁹⁷ Mathias, *Correspondência...*, 472.

⁹⁹⁸ Mathias, *Correspondência...*, 485.

⁹⁹⁹ Mathias, *Correspondência...*, 441.

França tanto no domínio político como militar, apesar das dificuldades deste país junto dos afro-asiáticos. Se não estamos dispostos modificar este estado de coisas nem nos queremos arriscar a alienar apoio do general De Gaulle então teremos de ser muito prudentes quanto a qualquer iniciativa nesta questão»¹⁰⁰⁰.

Em 1968, a França solicitou a expulsão de Portugal do coreógrafo Maurice Béjart, tendo a aceitação do pedido merecido fortes elogios do governo francês. Uma nota enviada pelo embaixador de Portugal em Bruxelas dá conta disso mesmo: «Je tiens à rendre hommage et à féliciter le gouvernement de Portugal pour la mesure prise envers la crypto-communiste Béjart»¹⁰⁰¹.

O somatório destas acções de cooperação indicia acima de tudo uma preocupação do governo francês em garantir os seus objectivos políticos, ou seja, condicionar as actividades dos seus adversários no *exterior* e combater os comunistas franceses no *interior*, procurando ao mesmo tempo garantir a neutralização de potenciais riscos subversivos decorrentes da presença de um número crescente de exilados radicalizados¹⁰⁰².

3.3 A partilha da mundividência

A correspondência trocada entre António de Oliveira Salazar e Marcello Mathias são reveladoras do bom relacionamento entre os governos de Portugal e França. Logo após a cerimónia protocolar de apresentação de credenciais, De Gaulle aconselhou o governo português a «não ficar imóvel», tendo «presente no espírito» a necessidade de evoluir «por forma a facilitarmos o apoio dos nossos amigos»¹⁰⁰³. O que levou Marcello Mathias a citar o ministro das Relações Exteriores de Espanha: «Salvar o dogma sacrificando um pouco da liturgia», escreveu em carta dirigida ao presidente do Conselho de Ministros. O mote inspirador ficou dado. As relações entre Portugal e França no contexto da guerra em África puderam assim evoluir de forma favorável para ambos os governos.

¹⁰⁰⁰ AHD, Coleção Especial de Telegramas Recebidos e Expedidos Secretos e Pessoais, pasta 159.

¹⁰⁰¹ AHD, PEA III, maço 524, processo 331,1, Pasta 15.

¹⁰⁰² Por exemplo, os comunistas portugueses defendiam uma tomada violenta do poder em Portugal, os grupos radicais de extrema-esquerda desenvolviam crescentes acções violentas e os dirigentes africanos iniciavam nos seus países guerras independentistas.

¹⁰⁰³ Mathias, *Correspondência...* 421.

O evoluir da experiência colonial africana para rupturas independentistas e a animosidade em relação à União Soviética favoreciam a existência de canais directos entre determinados sectores portugueses e franceses, tendo o «anticomunismo» como «base do compromisso, da visão do mundo e das práticas de muitos agentes», afirma o investigador Victor Pereira, acrescentando: «As suas organizações têm por missão lutar contra a espionagem exercida pelos países comunistas e evitar que os partidos comunistas tomem o poder pela força»¹⁰⁰⁴. O que coloca em perspectiva os interesses potencialmente comuns em África, não apenas em relação à influência soviética na formação das elites negras nacionalistas, mas à própria presença crescente dos norte-americanos na disputa pelas zonas de influência¹⁰⁰⁵.

As preocupações de António de Oliveira Salazar relativamente à actividade dos comunistas portugueses em Paris foram publicamente assumidas (até com alguma carga dramática) em declarações ao jornal francês *L'Aurore*, em Outubro de 1964: «A nossa grande inquietação é que, sobretudo nos arredores de Paris onde eles estão mal alojados, os trabalhadores portugueses sejam apanhados pelo Partido Comunista»¹⁰⁰⁶.

O presidente do conselho esperava que o governo francês pressionasse os comunistas portugueses com a mesma determinação com que agia contra os *oppositores extremistas escondidos* em Portugal. O que aconteceu com relativa frequência, ainda que aquém daquilo que o Estado Novo desejava da República francesa: um ambiente repressivo sistemático e consequentes extradições para Portugal dos exilados mais activos.

3.4. Os entraves legais

Também a legislação francesa impunha «dever de reserva» aos exilados políticos estrangeiros¹⁰⁰⁷, tendo o governo português solicitado a intervenção directa das autoridades francesas em vários casos. Na sequência de «insultos»¹⁰⁰⁸ dirigidos a alguns

¹⁰⁰⁴ Pereira, *La dictature...*, 372.

¹⁰⁰⁵ Victor Pereira insiste no bom relacionamento entre os elementos das polícias e dos serviços de informações de ambos os países, tendo como pano de fundo a defesa dos respectivos *impérios coloniais* e oposição aos avanços dos movimentos nacionalistas emergentes. Esses «laços» terão resistido à descolonização forçada pelo general De Gaulle.

¹⁰⁰⁶ Pereira, *La dictature...*, 367.

¹⁰⁰⁷ O Estado francês impedia a ingerência dos exilados estrangeiros nos assuntos internos da França, dissuadia a reprodução dos quadros de divergência que haviam forçado os exilados a saírem dos seus países e recusava quaisquer actividades internas que colocassem em causa o seu relacionamento com os governos dos outros países, cfr, Dufoix Stéphane, «Conditions juridiques et politiques de l'exil d'après-guerre en France», *Matériaux pour l'histoire de notre temps*, n.44 (1996): 55-58.

¹⁰⁰⁸ Os sargentos portugueses terão sido chamados de «fascistas» e «assassinos de pretos».

militares portugueses que assistiam a um jogo de futebol, em Abril de 1967, Marcello Mathias foi recebido no Ministério dos Negócios Estrangeiros de França, obtendo a garantia de que o governo francês estava a investigar uma «orquestração comunista», de que o episódio de Nantes «constituía um dos reflexos»¹⁰⁰⁹.

Os exilados comunistas percepcionavam facilmente os riscos decorrentes desta cooperação institucional e informal entre os governos de ambos os países, ao mesmo tempo que sentiam uma forte pressão do Partido Comunista Francês (PCF) contra a autonomização do PCP em França e de quem dependiam: «O PCF era, na altura, um pilar para a sobrevivência do PCP, não só pelo apoio que dava a todo o trabalho de organização do Partido no estrangeiro, como pela disponibilidade de meios que punha à sua disposição na ligação entre o Secretariado do Partido, que se encontrava em Paris, e a direcção, que estava no interior», refere Zita Seabra¹⁰¹⁰.

A vigilância efectiva no quotidiano e todo o contexto de forte pressão psicológica condicionava não apenas as actividades dos exilados portugueses, mas reflectia-se também nas resistências que encontravam junto dos emigrantes económicos¹⁰¹¹ e nas dificuldades para se enquadrarem nas próprias organizações francesas. Por exemplo, os sindicatos de esquerda começaram a escrutinar os membros portugueses para aferir os níveis de confiança que podiam depositar na sua militância¹⁰¹².

Estas circunstâncias resultam num quadro geral de «desconfiança sistemática»¹⁰¹³ que justificava o cumprimento de regras conspirativas geralmente aplicadas nas movimentações no *interior*. Santiago Carrillo recorda que «Álvaro Cunhal vivia permanentemente com cuidados conspirativos em Paris», acrescentando que o seu congénere português «vivia em França como se estivesse na clandestinidade em Portugal»¹⁰¹⁴. Também Carlos Brito refere que o primeiro encontro com o secretário-

¹⁰⁰⁹ AHD, PEA, II, maço 356, processo 332, 14.

¹⁰¹⁰ Zita Seabra, *Foi Assim* (Lisboa: Lisboa, 2007), 83.

¹⁰¹¹ Mesmo em França receavam que as suas opiniões ou as suas práticas desencadeassem uma reacção do Estado português, na medida em que podia «solicitar a colaboração do Estado francês e ameaçar os parentes que tinham permanecido em território português» ou dificultar o desejado regresso a casa, em Pereira, *La dictature...*, 353. O ambiente repressivo entre os emigrantes económicos era ainda mais acentuado nos bairros de lata (*bidonvilles*) através da coacção física e psicológica exercida pelos proprietários.

¹⁰¹² Pereira, *La dictature...*, 354.

¹⁰¹³ Louis Quéré utiliza este termo no contexto das experiências totalitárias que projectam esta «desconfiança sistemática ao invés de confiança mútua entre os membros da comunidade», em *Presentation, Réseaux*, n.108 (2001): 9-12.

¹⁰¹⁴ Entrevista Santiago Carrillo, 24 de Maio de 2009, Madrid.

geral do PCP num café parisiense obedeceu às regras conspirativas¹⁰¹⁵ e recorda a temporada que passou na casa «secretíssima» de Álvaro Cunhal de Paris¹⁰¹⁶, cuja localização era quase «segredo de Estado»¹⁰¹⁷.

Os esforços de autonomização do PCP traduziram-se em algumas *acções directas* desenvolvidas por comunistas portugueses em território francês. Em Julho de 1973, por exemplo, um grupo de quatro operacionais tentou assaltar o consulado-geral de Portugal em Paris para roubar passaportes, tendo sido surpreendido com armas e máscaras quando se encontravam dentro do carro¹⁰¹⁸.

4. Os contactos com os emigrantes económicos

As condicionantes globalmente adversas dificultaram a acção dos exilados no terreno, mas os comunistas foram conseguindo manter-se activos junto das comunidades de emigrantes económicos, na medida em que o embaixador Marcello Mathias reportava com frequência essas incursões. O diplomata remetia directamente para António de Oliveira Salazar cópias dos boletins de propaganda política organizados pelo PCP, advertindo que «este assunto tem uma importância muito maior do que pode pensar-se. É um problema político, muito mais do que um caso de emigração»¹⁰¹⁹.

Entre 1960 e 1974, mais de um milhão de portugueses emigrou para vários países europeus. Cerca de 900 mil fixaram a sua residência em França, sendo que mais de metade fizeram-no ilegalmente apesar dos acordos estabelecidos entre os dois países para regularizar os fluxos¹⁰²⁰. O que favoreceu os mecanismos repressivos de controlo exercidos directamente junto destas comunidades. Por um lado, quanto às condições concretas e psicológicas da sua permanência em França; por outro, quanto aos riscos de uma visita a Portugal tornar-se numa viagem sem retorno¹⁰²¹.

¹⁰¹⁵ Entrevista Carlos Brito, 7 de Outubro de 2014, Alcoutim.

¹⁰¹⁶ Brito, Álvaro Cunhal..., 36.

¹⁰¹⁷ Brito, Álvaro Cunhal..., 57

¹⁰¹⁸ AHD, PEA 742, processo 314, pasta 15.

¹⁰¹⁹ ANTT/AOS/CD-6, pt. Nos 147-170.

¹⁰²⁰ Victor Pereira, L'émigration clandestine portugaise vers la France et les paradoxes de l'intégration européenne», *Sociétés Politiques Comparées – Revue Européenne d'Analyse des Sociétés Politiques*, n.19, Novembro (2009); «Émigration et politique de main d'oeuvre au Portugal, de 1957 à 1974», *Immigration et marché du travail*, n.1263, Septembre-octobre: 2006; «Émigration, résistance et démocratisation », *Mélanges de la Casa de Velásquez* (2007).

¹⁰²¹ Apesar das iniciativas legislativas e da criação conjuntural de mecanismos repressivos, a emigração clandestina foi (pelo menos) tolerada pelo regime. Numa carta enviada para Marcello Mathias, Salazar responde secamente aos apelos do embaixador para que se adopte uma política clara para a emigração:

Esta situação justificava a instrumentalização dos representantes das comunidades portuguesas por parte da PIDE e da rede diplomática. É o próprio Marcello Mathias que envia para Lisboa cópias das cartas do director da Casa de Portugal em Paris para o director do *Le Figaro* e para o autor de um artigo publicado no *Figaro Letteraire*¹⁰²²: «O texto destas cartas [sobre o envolvimento da PIDE no assassinato de Delgado] foi redigido por mim, mas solicitei ao sr. José Augusto dos Santos, que as assinasse, visto não haver adido de imprensa nesta embaixada e não deverem aquelas cartas ser subscritas pelo próprio embaixador»¹⁰²³.

4.1 A propaganda escrita

Os riscos da politização dos emigrantes levaram em grande medida a infiltração policial das comunidades através da criação de redes informais de colaboradores, tendo em vista a criação de um ambiente psicológico repressivo baseado no medo da denúncia¹⁰²⁴. A realização de inquéritos pelas autoridades municipais francesas nos *bidonvilles* consolidava esta *política de dissuasão* das actividades políticas, cuja eficácia podia até dispensar a presença física dos agentes da PIDE: *bastava* criar a percepção da vigilância permanente.

O aumento agudo do número de portugueses em França acabou por provocar uma vaga de publicações propagandísticas segmentadas em temas específicos, por exemplo, os trabalhadores, a luta no *interior*, os jovens estudantes e a guerra em África¹⁰²⁵. A imensa variedade dos títulos tinha uma correspondente precariedade na regularidade e quantidade, considerando que a fragmentação da periferia política do PCP resultou na formação de inúmeros grupos com pretensões a editar propaganda autónoma como *atestado de existência*¹⁰²⁶.

«Por mim, nada mais tenho podido fazer que activar a Polícia na perseguição dos engajadores. As penas são leves e o negócio rende», em Mathias, *Correspondência...*, 467.

¹⁰²² Durante a sua permanência em Paris, o embaixador demonstrou uma forte sensibilidade em relação à imagem internacional de Portugal, tendo recorrido com frequência a contactos directos com jornalistas com quem tinha boas relações pessoais para defender as políticas de Salazar. O envio de recortes de jornais para Lisboa era sistemático. O voluntarismo de Marcello Mathias vai ao ponto de sugerir uma «teoria» para a formação secreta por um «oficial francês (OAS)» de um comando de «dez pretos» numa «quinta do Alentejo» para serem enviados para uma missão clandestina no Congo.

¹⁰²³ ANTT/AOS/CD-6, pt n.605.

¹⁰²⁴ Desde logo os proprietários das barracas que viviam destes negócios.

¹⁰²⁵ José Pacheco Pereira utiliza oportunamente a expressão «jornais de causas», em *As Armas de Papel* (Lisboa: Temas e Debates, 2013), 29.

¹⁰²⁶ Consultar nos anexos **QUADRO 4 – Tipologia da imprensa clandestina publicada no exílio**, 330-331.

Os conteúdos das publicações nem sempre estavam focados nos problemas do exílio apesar de serem publicadas e distribuídas em França, já que tinham como principal objectivo conferir uma certa unidade orgânica a agrupamentos pouco numerosos e projectar uma certa *ideia leninista* da importância da propaganda escrita na *organização das massas*. A publicação de um jornal ou de um panfleto conferia desde logo a necessária identidade do grupo na *sopa primordial* em que a década de 60 se transformou para a extrema-esquerda portuguesa.

Todos estes grupos ambicionavam construir *o verdadeiro Partido Comunista*. A agressividade verbal e o carácter da sua propaganda traduziam esse novo ímpeto, mas o PCP conseguiu preservar a regularidade e consistência da respectiva acção propagandística diferenciadora. A sua história e dimensão eram insusceptíveis de comparação com quaisquer grupos que fervilhavam à esquerda e a própria experiência acumulada ao longo de décadas preservava as diferenças fundamentais com os extremos. A longa luta permanente no *interior* forjara um aparelho clandestino profissionalizado com redes de tipografias ilegais, materiais técnicos de impressão e funcionários especializados.

O surgimento dos movimentos de extrema-esquerda deu origem a novas publicações como *O Alarme*, da Organização Comunista Marxista Leninista Portuguesa; *Alavanca*, do Comité Marxista Leninista Português; *O Combate Operário*, dos grupos trotskistas, entre inúmeros outros. A pulverização foi registada com uma certa ironia por Marcello Mathias, tendo enviado para Salazar um conjunto de panfletos dos movimentos maoístas portugueses a actuar em França: «Batem no Álvaro Cunhal, de obediência soviética (...) Admirável natureza que, detestando a monotonia, inventou – como as flores – vários matizes de comunistas»¹⁰²⁷.

A PIDE reforçou a vigilância sobre a produção de propaganda anti-Salazar, mas focada sobretudo nos circuitos de distribuição da imprensa clandestina do PCP pelos emigrantes económicos, nomeadamente *O Trabalhador*, *O Avante!* e *O Militante*, considerando que se tratavam de «instrumentos de penetração comunista orientada contra a ordem social existente»¹⁰²⁸.

¹⁰²⁷ Mathias, *Correspondência...*, 512.

¹⁰²⁸ Victor Pereira, «Emigrés surveillés – La PIDE et les Portugais en France», *Latitudes*, n.21, Septembre: 2004.

A permanente reconfiguração do exílio político português deu origem num primeiro momento ao Movimento de Acção Revolucionária (MAR) e à Frente de Acção Popular (FAP)¹⁰²⁹. Estas organizações frentistas começaram a produzir os jornais *Acção Revolucionária* e *Revolução Portuguesa* em disputa directa com os comunistas, acompanhadas mais tarde pela *Fronteira*, editada pela Liga de Unidade e Acção Revolucionária (LUAR). Estas publicações visavam uma mobilização activa e imediata para o derrube do Estado Novo através de acções armadas de carácter violento, ou seja, atentados, acções de guerrilha urbana e sabotagens.

A crescente fuga de jovens estudantes, refractários e desertores para França justificou o início de publicações específicas como os boletins *24 de Março – Órgão duma Junta Patriótica de Estudantes Portugueses no Estrangeiro*, *Órgão da União dos Estudantes Portugueses em França* e *Movimento Estudantil, Luta – Comité de Apoio aos Desertores Portugueses em França* e do *Boletim do Comité Português de Luta Anti-Imperialista*.

A *cogumelização* da propaganda dificulta a sua constituição como potencial fonte de informação para o estudo de factos históricos concretos, isto porque as publicações estão tomadas pela adjectivação e retórica do correspondente alinhamento político. O maniqueísmo da generalidade dos textos e o próprio tom traduzem a conflitualidade da época não apenas entre opositores e regime, mas também entre os próprios opositores de todos os sectores que se tentavam posicionar na nova dinâmica do movimento comunista internacional.

As excepções resultam das experiências dos jornais generalistas, casos do *Jornal do Emigrante* e do *Jornal Português*, apesar de terem sido palco de intensas disputas pela sua liderança, e das publicações de carácter ensaístico, por exemplo, os *Cadernos de Circunstância* e *A Ideia*. Muitos dos redactores destas publicações de debate vieram a ocupar lugares de destaque nos meios académicos depois do 25 de Abril de 1974¹⁰³⁰.

¹⁰²⁹ Victor Pereira, «L'engagement des exilés politiques portugais en France de 1958 à 1978», *Latitudes*, n.11, Mai: 2001.

¹⁰³⁰ Cfr. Pereira, *As Armas...*, 95.

5. Consequências da Détente: a pressão dos extremos

O exílio dos comunistas em Paris ficou fortemente marcado pelo evoluir simultâneo de várias dinâmicas: as deserções militares resultantes do agravamento da guerra em África, a consolidação dos movimentos nacionalistas e o surgimento dos grupos maoístas resultantes da ruptura sino-soviética. Isto, numa altura em que Álvaro Cunhal regressara à liberdade depois de um longo cativeiro e investira as suas energias na correcção dos *desvios ideológicos* herdados de Júlio Fogaça¹⁰³¹. Também o contexto internacional se viu subitamente agitado com a confluência de marés resultantes dos processos revolucionários chinês e cubano, da emergência dos movimentos guerrilheiros na América Latina e das *guerras imperialistas* na Ásia. A contestação tornou-se na marca da década de 60 e o maoísmo na resposta geracional às deficiências imputadas ao modelo soviético¹⁰³².

O assumir da coexistência pacífica como plataforma de diálogo com o bloco ocidental permitiu que a China começasse por colocar em causa o carácter socialista do regime soviético¹⁰³³, tendo a assinatura do acordo nuclear pela União Soviética e Estados Unidos provocado a ruptura definida, cujos contornos iniciais datavam, na verdade, da década de 50¹⁰³⁴. Moscovo regularizara o seu contencioso com o Ocidente e a China insurgia-se ao mesmo tempo contra o *aburguesamento* da classe partidária instalada no poder e o *revisionismo* representado pelo *abandono* da génese revolucionária do marxismo-leninismo. A contestação à hegemonia do PCUS na liderança do movimento comunista internacional contribuía activamente para o aprofundar do fosso.

¹⁰³¹ O início do seu processo de expulsão do PCP surgiu no órgão partidário dirigido aos quadros comunistas. A edição de Julho de 1961 de *O Militante*, publicou uma resolução do Comité Central informando que «não estando esclarecidos aspectos da conduta de Júlio Fogaça que, embora não digam respeito ao seu comportamento ante o inimigo, revestem de gravidade, o Comité Central resolve suspender Júlio Fogaça do Partido até apuramento de factos e resolução posterior».

¹⁰³² O célebre *pequeno livro vermelho* com as citações de Mao teve uma imensa divulgação na Europa.

¹⁰³³ Intelectuais como José António Saraiva interpretaram os acontecimentos durante o seu desenrolar como uma *competição pacífica* entre os blocos, em Saraiva, *Correspondência...*, 68.

¹⁰³⁴ As divergências tinham um histórico baseado no conflito entre a China e a Índia, em 1959, cujas consequências acabaram por ficar contidas nas circunstâncias de se tratar de um conflito fronteiriço protagonizado em cenários militares de alta montanha. Já a falta de apoio diplomático da União Soviética ficou bastante evidente para a China. A denúncia unilateral do acordo de cooperação atómica acelerou o *arrefecimento* das relações entre os dois países em finais de 1959, tendo o conflito sido tornado público a partir de 1963. A retirada do apoio soviético não travou o primeiro teste nuclear chinês no ano seguinte.

Em finais de 1963¹⁰³⁵, surgiu uma tentativa de superar as crescentes divergências no âmbito do movimento comunista internacional ou, pelo menos, estabelecer um *pacto de não-agressão* entre comunistas. O historiador François Fejtö destaca o facto da convocação da importante conferência de todos os partidos comunistas ter sido assumida pelo «pequeno partido clandestino de Portugal».

O plano de obter um *cessar-fogo ideológico* por parte da China ficou de imediato condicionado pela reacção inicial de Mao-Tsé Tung: «Mesmo que a polémica prossiga, o céu não desabará, a erva e as árvores continuarão a crescer, as mulheres a dar à luz, os peixes a nadar e os partidos a cumprir as suas tarefas»¹⁰³⁶.

Álvaro Cunhal continuou a trabalhar com Moscovo na construção de um espaço de debate dentro do movimento comunista, mas os seus esforços para dinamizar a conferência revelaram-se infrutíferos. Os chineses pura e simplesmente rejeitavam a possibilidade de existir qualquer tipo de compromisso entre posições antagónicas. O que levou o secretário-geral do PCP, mais tarde, a responsabilizar os chineses pela ruptura no movimento comunista internacional.

Os chineses assumiam-se como *revolucionários puros* e responsabilizavam os soviéticos pela ruptura. Justificavam que *por definição* este cisma só podia ocorrer por parte dos «oportunistas» e dos «revisionistas», isto é, os comunistas que defendiam firmemente a *pureza* do marxismo-leninismo «representavam a unidade» mesmo que estando «provisoriamente» numa situação de minoria. No limite, alegavam os chineses, tratava-se de uma cisão necessária para reconstruir a unidade sobre uma base nova.

A consumação da ruptura deixou o PCP ao lado da União Soviética e acabou por se transformar na *barriga de aluguer* dos primeiros movimentos maoístas, à semelhança do que aconteceu no PCE, no PCF, no PCI e em muitos outros partidos comunistas. Mikhail Suslov ainda publicou em 1964 um documento que colocava em perspectiva a questão sino-soviética e adicionava um contra-argumentário ao maoísmo e aos novos grupos cisionistas, mas a China não hesitava em posicionar-se na plenitude contra os Estados Unidos e contra a União Soviética na dinâmica da Détente.

¹⁰³⁵ A Conferência anterior decorreu em Novembro e Dezembro de 1960, em Moscovo, e antecipou as primeiras divergências no âmbito do movimento comunista internacional, tendo os comunistas albaneses assumido a ruptura e abandonado o Pacto de Varsóvia.

¹⁰³⁶ François Fejtö, *O Conflito China-URSS* (Lisboa: Publicações América, 1976), vol. I, 52.

O Comité Central do PCP começou a construir a base argumentativa da coexistência pacífica em Setembro de 1960 baseado na convicção de que se tratava de uma iniciativa soviética e que constituía um «factor determinante na defesa da paz»¹⁰³⁷. Uma linha derivada do PCUS através das resoluções dos XX e XXI congressos e das declarações conjuntas dos Partidos Comunistas e Operários e do Manifesto da Paz. Os comunistas apresentavam as propostas de desarmamento feitas por Krutchev na Assembleia Geral das Nações Unidas como um exemplo concreto dos esforços de «abrandamento da tensão internacional e na liquidação da guerra fria».

O PCP revelou alguma prudência ao explicar que a coexistência pacífica entre estados com regimes sociais diferentes não só «nada tem que ver com uma pretensa “coexistência pacífica” entre classes antagónicas», como se tratava de uma «expressão de luta de classes», na medida em que se tratava de um reconhecimento dos «imperialistas» da «força crescente» dos países socialistas.

Este caminho relevou-se estreito. À medida que a União Soviética consolidou a política da coexistência pacífica e fidelizou a generalidade dos partidos comunistas europeus, a China afastou-se decisivamente para assumir a liderança de uma dinâmica comunista internacional baseada na crítica à coexistência pacífica e consequente defesa da *pureza revolucionária* do marxismo-leninismo.

A China tinha, de facto, um peso autónomo que suportava a ambição de definir uma política internacionalista própria: tornara-se no «maior êxito» do movimento comunista internacional desde 1917¹⁰³⁸.

A dimensão continental do Partido Comunista Chinês e a existência de uma zona de influência própria favoreciam a construção de percursos teóricos e práticos diferentes da União Soviética por serem baseados em realidades e experiências distintas. Desde logo o posicionamento perante um conflito nuclear. Por um lado, a União Soviética e os Estados Unidos partilhavam os receios de uma guerra nuclear, e procuravam por isso respostas para um entendimento mínimo. Por outro, a retórica da China dava a guerra nuclear como *inevitável* e exigia que o movimento comunista internacional assumisse uma posição de força a partir da qual seria então aceitável um compromisso com o

¹⁰³⁷ *O Militante*, n.106, Setembro de 1960.

¹⁰³⁸ Ducoulombier, *História do Comunismo...*, 104-111.

mundo capitalista, mas baseado na *conflitualidade* e não no *pacifismo burguês* que resultara no compromisso da coexistência pacífica.¹⁰³⁹

A aceitação da *coexistência* entre países comunistas e países capitalistas significava abandonar as próprias ideias de revolução mundial e da luta de classes entre países com regimes políticos oponentes, ou seja, como defender a *paz* com países burgueses que exploravam o proletariado? Como defender a *paz* com países imperialistas? Numa palavra: como defender a revolução mundial?

A crítica ao *recuo revolucionário* da União Soviética e a defesa das dinâmicas anti-imperialistas em contexto anti-colonial *concreto* contribuíram fortemente para a construção do imaginário dos jovens maoístas, seduzidos pela China enquanto *grande escola revolucionária*, cuja *revolução cultural* projectava com energia ideias mobilizadoras libertárias e anti-autoridade¹⁰⁴⁰. A adesão orgânica aos movimentos emergentes que diziam incorporar esta *paixão ideológica* abalou as estruturas do PCP, nomeadamente em França, mas a passagem da vaga maoísta acabou por se revelar menos letal do que a proliferação de movimentos extremistas parecia indiciar.

A progressiva ascensão de Mao Tsé-Tung como líder de um *movimento anti-imperialista* à escala mundial provocou forte impacto no movimento comunista internacional¹⁰⁴¹ e entusiasmou partes significativas da juventude europeia. Os jovens constituíram-se como um importante «agente histórico dos anos 60», à medida que foram ganhando consciência da sua força e adoptaram comportamentos sociais e políticos que traduziam uma nova cultura «distinta e dissidente»¹⁰⁴². A sua politização ocorreu em plena *insurreição maoísta* e teve a sua máxima expressão nos acontecimentos do Maio de 1968, cuja dinâmica é sintetizada por vários autores como um *fracasso político e um êxito cultural*.

¹⁰³⁹ José Pacheco Pereira, *O um dividiu-se em dois* (Lisboa: Alêtheia, 2008).

¹⁰⁴⁰ Cfr. Jean Daubier, *História da Revolução Cultural Chinesa*, vol. I e vol. II (Lisboa: Editorial Presença, 1974); Jacques Guilhermaz, *A China Popular* (Lisboa: Arcádia, 1971); François Fejtö, Jacques Guilhermaz, et al, *China, Hoje* (Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1969); Mao Tsé-Tung, *Sobre a democracia nova* (Amadora: Biblioteca Povo e Cultura, 1972).

¹⁰⁴¹ Cfr. Robert Jackson Alexander, *International maoism in the developing world*, (Westport: Prager, 1999); *Maoism in the developed world* (Westport: Prager, 2001); François Fejtö, *O Conflito China-URSS* (Lisboa: Publicações América, 1976), vol. I e vol. II.

¹⁰⁴² Patrick Rotman, *Maio de 68 explicado àqueles que o não viveram*. (Lisboa: Guimarães Editores, 2009), 14.

A *juvenilização* das sociedades europeias corresponde à construção de uma nova identidade que se reflectiu nas opções ideológicas radicais e de carácter subversivo. Por exemplo, as *afinidades naturais* com que se identificaram no maoísmo *puro e revolucionário* levaram a que muitos jovens se *proletarizassem* por motivos políticos¹⁰⁴³. O comunismo de Moscovo *recuou* como modelo e os jovens procuraram avidamente o regresso às origens do *espírito revolucionário*, assumindo a luta pela *verdadeira revolução* sob a mecânica indutora a crítica global à sociedade de consumo dominada por *tecnocratas* e *monopólios empresariais*. Tratava-se da percepção de uma certa «crise de civilização» que parecia ter atingido as economias ocidentais, tendo na guerra do Vietname um exemplo dessa nova forma de imperialismo segregada pelo capitalismo e sem que a União Soviética constituísse uma alternativa¹⁰⁴⁴.

A V República *aguentara* a guerra na Argélia, mas o *excesso de autoridade* que caracterizou a *França de De Gaulle* acabou por gerar fenómenos extremistas reivindicativos da reconquista da liberdade e do espírito crítico. Os protestos começaram em grande medida por ser liderados pelos jovens estudantes franceses, na medida em que as universidades se tornaram no pólo central das discussões. Por um lado, as críticas intelectuais às sociedades contemporâneas incitavam os estudantes a retomar as análises marxistas sobre a alienação do homem, atendendo a essa nova realidade. Por outro, tratava-se de uma geração que nascera no pós-guerra e assumira a reivindicação de soluções diferentes para os impasses herdados da história recente. O que em certa medida explica o fascínio pelas experiências extremistas de Cuba e China: «O que censuro a todos os que insultaram os estudantes é não terem visto que eles exprimiam uma reivindicação nova, a da soberania», sintetizou Jean Paul-Sartre após o ímpeto revolucionário, acrescentando: «Não tivemos uma revolução, mas passaram-se coisas extraordinárias»¹⁰⁴⁵.

Os jovens maoístas portugueses integraram espontaneamente estas revoltas, tendo o gabinete do *préfet* de Paris registado uma ocupação levada a cabo por estudantes portugueses marxistas durante o período mais conturbado dos protestos.

¹⁰⁴³ Marnix Dressen, *De l'amphi à l'établi. Les étudiants maoïstes à l'usine (1967-1989)* (Paris: Belien, 2000). Mais tarde, Álvaro Cunhal ironizou sobre este processo: «Que o pequeno-burguês vestido de fato de ganga se julgue do proletariado é apenas um incidente carnavalesco», *Ação Revolucionária, Capitulação e Aventura* (Editorial Avante: Lisboa: 1994), 43.

¹⁰⁴⁴ Jean-Paul Sartre, Daniel Cohn-Bendit, Henri Lefebvre, *A Revolta de Maio em França* (Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1968).

¹⁰⁴⁵ Sarte, *A revolta...*, 65.

5.1 O recurso à força como estratégia e identidade

As consequências da ruptura sino-soviética começaram a manifestar-se no PCP durante a fase inicial do exílio de Álvaro Cunhal em Moscovo e continuaram a agravar-se em escalada até se assumirem em toda a plenitude após a sua passagem para Paris. Quando começaram a emergir na periferia do PCP os primeiros grupos pró-chineses, Álvaro Cunhal viu-se confrontado com dois desafios. Primeiro: articular a aceitação internacional da coexistência pacífica com a recuperação interna da estratégia do *levantamento nacional*¹⁰⁴⁶. Segundo: justificar a *suficiência* do carácter violento do *levantamento* como *insurreição armada* perante as pressões internas para uma agudização das formas de luta na passagem ao socialismo.

Esta ideia do *recurso à força revolucionária* como mobilização constitui uma questão central não apenas em termos estratégicos, mas também como característica identitária do PCP, que percorreu a sua história entre 1946 e o processo revolucionário de 1974-75¹⁰⁴⁷. O seu ressurgimento no início da década de 60 traduziu a complexidade da época histórica, no sentido em que as tendências mais radicais defendiam que o PCP devia utilizar a acção armada directa contra o regime e provocar uma passagem imediata para uma sociedade socialista, ignorando a etapa intermédia classificada por Álvaro Cunhal como uma «revolução democrática e nacional»¹⁰⁴⁸.

A estratégia do *levantamento nacional*¹⁰⁴⁹ surgiu em força no IV Congresso, realizado em Julho de 1946. O ambiente do pós-guerra permitiu o surgimento de uma linha interna defensora de uma política de transição, mas que foi de imediato anulada por

¹⁰⁴⁶ Álvaro Cunhal chegou a reconhecer ter sido censurado pelo *Pravda* quando escrevia sobre o levantamento armado: «Estávamos na época em que se apontava a solução pacífica para tudo e naturalmente que a nossa linha revolucionária não era compreendida», cfr. Álvaro Cunhal, *Duas intervenções numa reunião de quadros* (Lisboa: editorial Avante!, 1996), 32.

¹⁰⁴⁷ No prefácio à reedição do livro *Caminho para o derrubamento do fascismo*, Álvaro Cunhal escreveu, em Julho de 1997, que «a linha do “levantamento nacional” (com excepção do período referido [1956-59]) foi considerada no Partido a linha justa, a linha do Partido, a linha que determinou com continuidade a acção partidária a partir de 1961 e que se concretizou, primeiro, na criação de condições que tornaram possível o 25 de Abril; segundo, no efectivo levantamento popular imediatamente após o levantamento militar dos capitães do MFA; terceiro, no processo revolucionário que se seguiu com as suas grandes conquistas; e, finalmente, na instauração e institucionalização do regime democrático português», cfr. Cunhal, *O Caminho...*, 30.

¹⁰⁴⁸ O que significava uma aliança com todas as forças «não monopolistas, democráticas e patrióticas», cfr. Cunhal, *Acção Revolucionária...*, 1994. Este conceito foi aprovado no VI Congresso do PCP.

¹⁰⁴⁹ A ideia da *política de transição* derrotada por Álvaro Cunhal no IV Congresso acabou por se assumir como estratégia do PCP aquando da sua prisão. Sob a fórmula de *solução pacífica*, Júlio Fogaça aprovou esta estratégia no V Congresso, realizado em 1957. A reunião ocorreu na sequência do XX Congresso do PCUS (Fevereiro de 1956) e correspondeu ao abandono da linha do levantamento nacional defendida por Álvaro Cunhal em prol de uma *via pacífica para o socialismo*.

Álvaro Cunhal por corresponder à perda da iniciativa como vanguarda do processo. O PCP assumiu que a *libertação do povo tinha de ser obra do próprio povo* em oposição às *ilusões* decorrentes de uma *queda inevitável* do regime, tendo rejeitado a ideia de *desagregação inevitável* do regime, apesar de que apenas na década de 60 é que Álvaro Cunhal assumiu que dispensar a violência armada seria uma *ingenuidade*.

O *levantamento nacional* reflecte a identidade revolucionária no PCP, na medida em que se baseia na preparação das massas populares para que respondam ao apelo da vanguarda na tomada do poder quando as condições políticas estiverem *maduras*¹⁰⁵⁰. Em termos estratégicos, admite-se de forma genérica «o emprego da força», mas na certeza de que não corresponderia a um golpe militar ou a uma *revolução de palácio*.

O posterior abandono do *levantamento nacional* e a adopção da *solução pacífica* como *via pacífica para o socialismo*¹⁰⁵¹ correspondeu ao início da *desestalinização* ensaiada por Krutchev e à ascensão de Júlio Fogaça à liderança do PCP, na sequência da prisão de Álvaro Cunhal. Essa nova estratégia acabou por se constituir como interregno classificado como um *desvio de direita* por Álvaro Cunhal e corrigido com o seu regresso à liberdade. É precisamente no informe sobre a *correção do desvio de direita* que o *recurso à força* reaparece e já numa formulação *musculada*. Álvaro Cunhal empenhou-se no ataque à estratégia *dócil* adoptada pela direcção de Júlio Fogaça, baseada na ideia de uma *desagregação irreversível* do regime, já por si herdeira da estratégia da *via pacífica para o socialismo* resultante da derrota dos regimes totalitários na segunda guerra e que levou ao abandono da linha cunhalista do *levantamento*¹⁰⁵².

Em Março de 1961, na primeira reunião do Comité Central como secretário-geral do PCP, apresentou o documento «O desvio de direita nos anos 1956-1959» para desmontar a linha argumentativa até então oficial no partido e recuperar a essência do *levantamento nacional* numa perspectiva contemporânea¹⁰⁵³.

¹⁰⁵⁰ Na terminologia marxista-leninista significa existir em simultâneo uma situação revolucionária (condições objectivas) e estarem ao mesmo tempo as classes revolucionárias preparadas para conduzir a acção decisiva e derrubar o poder existente (condições subjectivas).

¹⁰⁵¹ Segundo Álvaro Cunhal, tratava-se de abandonar a mobilização das massas para centrar a acção do PCP em actividades de desagregação do regime que permitissem um golpe *por dentro* e posterior criação de um governo de transição.

¹⁰⁵² Álvaro Cunhal, *O Caminho para o Derrubamento do Fascismo* (Lisboa: Editorial Avante!, 1997).

¹⁰⁵³ O levantamento nacional *como caminho para o derrubamento do fascismo* foi aprovado no IV Congresso do PCP, realizado em Julho de 1946. Álvaro Cunhal anulou a *política de transição* apresentada por Júlio Fogaça em defesa da ideia da insurreição como estratégia para a tomada do poder.

Álvaro Cunhal começou por criticar a *solução pacífica* por ter ignorado uma característica identitária do PCP: o papel fundamental das massas na queda do regime. Reconheceu a importância dessa *solução* como *acelerador* do processo da desagregação do Estado Novo, mas criticou o seu carácter: «Se a acção popular é um meio de desagregação do inimigo, essa desagregação não resolve, por si, o seu colapso», escreve Álvaro Cunhal para acrescentar de imediato: «É apenas uma condição favorável para o assalto ao poder pelas forças que se propõem conquistá-lo».

O informe explica depois que «um regime não cai pela sua desagregação, mas pela acção revolucionária das massas», para acusar a direcção de Júlio Fogaça de também ter assim quebrado o espírito revolucionário e a combatividade das massas e do próprio PCP: «Introduz uma certa ilusão na queda automática da ditadura fascista e estimula uma posição de expectativa», ou seja, conclui Álvaro Cunhal, «o Partido não fundamentava nas suas próprias forças e nas forças democráticas em geral as esperanças na queda do fascismo a curto prazo, mas apenas numa hipotética decomposição do regime conduzindo automaticamente ao seu colapso».

É nesta dinâmica que Álvaro Cunhal defende a «acção armada» como contra-ponto à *desagregação irreversível do regime*: «Devem ganhar-se as massas populares para a ideia de que é a elas que cabe *derrubar* o fascismo e conquistar a liberdade política, que se devem preparar para duras batalhas e que a acção armada pode vir a impor-se»/«É necessário educar metodicamente as massas na ideia de que, embora desejando uma solução pacífica e lutando por ela, e embora atribuindo ao governo fascista a responsabilidade de eventuais choques violentos, o povo português e as forças democráticas se devem preparar para derrubar o governo fascista, *através do levantamento em massa da nação*».

Álvaro Cunhal define a *solução pacífica* que vigorou no PCP durante o seu tempo de prisão «como aquela que se dá sem um choque armado violento» e quando questiona o respectivo significado utiliza o termo «insurreição armada» para explicar que a sua ocorrência «não pressupõe necessariamente uma guerra civil». Começa então a formular a ideia *recurso à força* através de uma pergunta: «Como afirmar que o movimento

Tratava-se de focar o PCP na organização das lutas parciais e greves e na mobilização das massas populares para agirem quando eclodisse a «crise nacional geral». Cabia ao PCP criar as devidas condições insurreccionais para essa ruptura que abriria caminho à tomada do poder. Cfr Álvaro Cunhal, *O Caminho para o Derrubamento do Fascismo* (Lisboa: Editorial Avante!, 1997).

popular possa derrubar um governo fascista (um governo que possui um poderoso aparelho de Estado) sem se produzir um choque armado violento?»¹⁰⁵⁴.

A resposta surge no mesmo informe, quando reafirma que a tarefa principal do PCP está centrada na conquista das massas populares e na sua preparação para as «duras batalhas» e que «a acção armada pode vir a impor-se»¹⁰⁵⁵: «O levantamento nacional vitorioso terá de adquirir a forma de poderosas manifestações de massas, incluindo eventualmente uma greve geral política, terá de contar com o apoio dum parte das forças armadas ou pelo menos da neutralidade de importantes sectores dessas forças e deverá ter como objectivo derrubar a ditadura pela força caso ela resista pela força».

Para se justificar perante os sectores defensores de uma escalada da acção armada, Álvaro Cunhal explicou que a estratégia do levantamento nacional não excluía, de facto, a *solução pacífica*, mas rejeitava que esta ideia se constituísse como um objectivo que dispensasse um «choque armado violento», ou seja, «a via é o levantamento nacional, embora não seja de excluir a solução pacífica».

Já após a publicação desta *correccção do desvio de direita*, Álvaro Cunhal publicou um artigo sobre *a nova fase da luta em Portugal*, onde reclama o envolvimento de «destacados comunistas» na revolta de Beja e interpreta a tentativa de golpe como resultado da «acção na continuidade dum amplo movimento popular». Recupera os objectivos do *levantamento nacional* como resultado de um «amplo movimento de massas» e começa a anteciper um inevitável «choque armado»¹⁰⁵⁶.

A admissão plena da necessidade do *recurso à força* para a tomada do poder dos comunistas em Portugal surgiu com a recuperação integral do *levantamento nacional* através da aprovação do *Rumo à Vitória – As tarefas do Partido na Revolução Democrática e Nacional* pelo Comité Central em Abril de 1964¹⁰⁵⁷ e consagrada como novo Programa no VI Congresso, realizado no ano seguinte.

Álvaro Cunhal assume que se trata de «uma questão central» e desfaz todas as dúvidas afirmando que «ninguém acredita e ninguém defende que o movimento democrático

¹⁰⁵⁴ Cunhal, *Obras Escolhidas*, vol. II..., 567.

¹⁰⁵⁵ Cunhal, *Obras Escolhidas*, vol. II..., 571.

¹⁰⁵⁶ *O Militante*, n.114, Março de 1962; Cunhal, *Obras Escolhidas*, vol. II..., 326.

¹⁰⁵⁷ No âmbito dos trabalhos preparatórios do VI Congresso, realizado em Setembro de 1965.

possa pôr fim à ditadura fascista de Salazar por meios pacíficos»¹⁰⁵⁸, ou seja, «só por ingenuidade imprópria de dirigentes políticos se poderia pretender desarmar e vencer um bandido armado até aos dentes e de armas aperradas empurrando-o com as mãos»¹⁰⁵⁹. Explica a (agora) impossibilidade de uma *solução pacífica* com a natureza constitucional do regime e as formas de preservação do poder, baseadas numa máquina repressiva e violenta, afirmando que «é a sua determinação de resistir até ao fim através de uma política terrorista que impõe para o seu derrubamento uma solução violenta»¹⁰⁶⁰.

No mesmo registo de *justificação da violência*¹⁰⁶¹, reitera que todas as ilusões já tinham sido «varridas» sobre uma mudança de um regime «que não entenderá outra linguagem que não seja a da força». Depois de perguntar «qual é o acto de força que pode provocar o derrubamento do governo fascista e levar ao poder um governo democrático?», Álvaro Cunhal assume a *insurreição popular* como «a luta armada do povo e dos militares revolucionários»¹⁰⁶².

A inevitabilidade do *recurso à força* fica claramente definida na estratégia identitária: «O Partido Comunista indica como caminho para derrubar a ditadura fascista as lutas de massas, a organização, a unidade e finalmente o levantamento nacional, a insurreição armada. O Partido Comunista insiste em que a insurreição vitoriosa só poderá ter lugar numa situação revolucionária».

Álvaro Cunhal assume *insurreição armada* como o auge de um largo movimento de massas em que as greves e manifestações se sucederiam por um considerável período de tempo até ao choque violento final contra a máquina repressiva. Esse processo revolucionário visando o *assalto ao poder* permitiria então «armar o povo para a insurreição», cujo sucesso dependeria do apoio ou da neutralidade de sectores militares determinantes. Essa *luta pelas tropas* exigia um trabalho prévio e em profundidade *entre as tropas*. O que Álvaro Cunhal classificou como «um sério trabalho anterior de agitação, de propaganda, de mobilização, de organização. É necessário que *entre as*

¹⁰⁵⁸ Cunhal, *Obras Escolhidas*, vol. III..., 267.

¹⁰⁵⁹ Cunhal, *Obras Escolhidas*, vol. III..., 134.

¹⁰⁶⁰ Cunhal, *Obras Escolhidas*, vol. III..., 135.

¹⁰⁶¹ O *derrubamento* implicava já uma ideia de força.

¹⁰⁶² Cunhal, *Obras Escolhidas*, vol. III..., 136.

tropas estejam militantes revolucionários organizados»¹⁰⁶³ e essa conquista do exército, explicitou, «far-se-á pela criação de uma organização secreta».

O *levantamento nacional armado* como via para o derrubamento do Estado Novo significava que «a libertação do povo» teria de ser «obra do povo». O PCP tinha a missão enquanto vanguarda política de «unir na acção as forças anti-fascistas» e desenvolver persistentemente a luta de massas em todas as frentes «como motor do processo revolucionário»¹⁰⁶⁴. O que merecerá fortes críticas dos emergentes sectores pró-chineses defensores da passagem à violência armada directa contra o regime, dentro do fervor revolucionário de Mao Tsé-Tung. Álvaro Cunhal irá *destratá-los* como «radicais pequeno-burgueses de fachada socialista»¹⁰⁶⁵.

5.2 O surto esquerdista

A estratégia para a tomada do poder representou uma questão prioritária na liderança de Álvaro Cunhal antes e depois da queda do Estado Novo. A consolidação das teses chinesas na década de 60 quanto ao *carácter socialista* da União Soviética e a defesa inequívoca da utilização da violência contra os *regimes imperialistas* acabaram por provocar efeitos inevitáveis no PCP. A primeira ruptura pró-chinesa¹⁰⁶⁶ entre os comunistas portugueses começou a emergir logo após a fuga colectiva de Peniche, apesar do seu *carácter maoísta*¹⁰⁶⁷ só se ter manifestado posteriormente através de Francisco Martins Rodrigues.

Na sequência da reorganização da direcção no *interior*, Francisco Martins Rodrigues assumiu funções na Comissão Executiva juntamente com Alexandre Castanheira e Blanqui Teixeira¹⁰⁶⁸, depois de uma passagem pelo organismo de Lisboa com Jaime Serra, Rogério de Carvalho e José Magro¹⁰⁶⁹. As crescentes críticas quanto ao posicionamento estratégico do PCP no conflito sino-soviético justificaram uma primeira

¹⁰⁶³ Cunhal, *Obras Escolhidas*, vol. III..., 142-144.

¹⁰⁶⁴ Cunhal, *Acção Revolucionária...*, 242.

¹⁰⁶⁵ Cunhal, *Obras Escolhidas*, vol. IV..., 461-583.

¹⁰⁶⁶ José Pacheco Pereira considera que a primeira «manifestação pública» da influência das posições chinesas no movimento oposicionista ocorreu em Argel, através da acção desenvolvida por Patrícia McGowan e Carlos Lança na Junta de Acção Patriótica dos Portugueses da Argélia, no início de 1963.

¹⁰⁶⁷ José Pacheco Pereira identifica a Revolução Cultural como um ponto de viragem nesta dinâmica semântica rumo à «sinofilização» do vocabulário político e consequente adaptação aos conceitos «mais chineses». Até então, a diferenciação centrava-se na crítica ao *revisionismo* soviético *em nome* do marxismo-leninismo.

¹⁰⁶⁸ Exerceu também funções no aparelho clandestino de propaganda, cfr. Madeira, *Francisco...*, 7.

¹⁰⁶⁹ Pereira, *O um...*, 139.

tentativa de compromisso, tendo Francisco Martins Rodrigues sido convocado por Álvaro Cunhal para participar na primeira reunião de Comité Central no *exterior*, em Agosto de 1963.

O encontro decorreu em Moscovo e contou com as presenças dos exilados Álvaro Cunhal, Sérgio Vilarigues, Joaquim Gomes, Francisco Miguel, Veiga de Oliveira, Georgette Ferreira, Pedro Ramos de Almeida e Francisco Martins Rodrigues e António Gervásio em *representação do interior*¹⁰⁷⁰.

Trata-se de um momento político determinante na consolidação da inflexão resultante da adopção do *levantamento nacional*, na medida em que esta estratégia representava aparentes dificuldades de inserção na dinâmica internacional. A aceitação pelo PCP da coexistência pacífica proposta pela União Soviética parecia corresponder ao reconhecimento da *coexistência de classes opostas*, exactamente quando o PCP mudava radicalmente de estratégia para afirmar o levantamento nacional como «choque armado violento» entre classes. O ataque à *via pacífica* de Júlio Fogaça parecia assim ficar mais próximo da *violência revolucionária* dos comunistas chineses¹⁰⁷¹.

Álvaro Cunhal respondeu às críticas argumentando que a coexistência pacífica expressava por si própria a luta de classes, ou seja, rejeitava a admissibilidade da coexistência entre classes antagónicas: «A política de coexistência pacífica não representa nem conciliação de classes, nem abrandamento da luta libertadora dos povos submetidos ao jugo imperialista, nem exclusão de revoluções armadas ou de guerras justas de libertação»¹⁰⁷².

Revelando um esforço para conciliar a defesa da coexistência pacífica pró-soviética com a defesa da *insurreição armada* em Portugal, explicava ainda que as formas de passagem para as sociedades socialistas dependiam das condições concretas existentes em cada país, ou seja, «do grau de desenvolvimento do capitalismo, do tipo de estado da burguesia, da intensidade da sua resistência ao ascenso do movimento revolucionário,

¹⁰⁷⁰ João Madeira, *Francisco Martins Rodrigues – Documentos e papéis da clandestinidade e da prisão* (Lisboa: Ela por Ela, 2015), 17; Madeira, *O Partido Comunista...*, 509; Pereira, *O um...*, 151.

¹⁰⁷¹ José Pacheco Pereira reconhece que o PCP estava dividido entre a sua «situação internacional de dependência do PCUS no quadro do movimento comunista» e a «lógica do combate interno contra o *desvio de direita*», acrescentando que a admissão da *via pacífica* pode ser inserida nesta lógica compromissória

¹⁰⁷² Cunhal, *Obras Escolhidas, vol. II...*, 388.

da correlação de forças das várias classes sociais, do sistema de alianças, da maturidade política e da organização da classe operária e da sua vanguarda»¹⁰⁷³.

A estratégia de Álvaro Cunhal significava, de facto, estabelecer uma aliança com a burguesia ainda que apenas na fase inicial da desejada revolução: «Partindo da análise da situação económica, social e política, [o PCP] coloca como tarefa do proletariado e do seu Partido a união das camadas não monopolistas, a união de todas as forças democráticas e patrióticas numa vasta frente antifascista baseada na unidade da classe operária e na aliança com o campesinato»¹⁰⁷⁴, afirmava em 1967.

Os sectores mais radicais não só se opunham a esta política frentista com a *burguesia* como também exigiam o início imediato da revolução baseada em acções armadas. Ao que Álvaro Cunhal contrapunha afirmando que era necessário esperar: «A insurreição vitoriosa só poderá ter lugar numa situação revolucionária ainda inexistente em Portugal e quando as forças democráticas, a começar pelo Partido Comunista, tenham força bastante (organização, ligação efectiva com as massas, capacidade militar) para lançar o ataque final contra a ditadura, e que, no momento actual, para preparar a insurreição é fundamental unir e organizar as forças democráticas, desenvolver a luta popular de massas e ganhar posições nas forças armadas»¹⁰⁷⁵.

A etapa classificada por Álvaro Cunhal como *revolução democrática*¹⁰⁷⁶ e *nacional*¹⁰⁷⁷ tinha um programa mínimo de acção conjunta baseado em oito pontos para agregar todas as *forças burguesas*, ou seja, «derrubar o Estado fascista e instaurar um regime democrático; liquidar o poder dos monopólios e promover o desenvolvimento económico geral; realizar a Reforma Agrária, entregando a terra a quem a trabalhar; elevar o nível de vida das classes trabalhadoras e do povo em geral; democratizar a instrução e a cultura; libertar Portugal do imperialismo; reconhecer e assegurar aos

¹⁰⁷³ Cunhal, *Obras Escolhidas, vol. III...*, 114-116.

¹⁰⁷⁴ Cunhal, *Acção Revolucionária...*, 18.

¹⁰⁷⁵ Cunhal, *Acção Revolucionária...*, 19.

¹⁰⁷⁶ «Porque acabará com a tirania fascista, instaurará a liberdade política, porá termo ao domínio da oligarquia financeira, defenderá os interesses populares, realizará uma série de profundas reformas que beneficiarão a maioria esmagadora da população portuguesa», Cunhal, *Acção Revolucionária...*, 25.

¹⁰⁷⁷ «Porque acabando com o domínio imperialista sobre Portugal e o domínio colonialista de Portugal sobre outros povos, assegurará a soberania, a integridade territorial e a verdadeira independência do país», Cunhal, *Acção Revolucionária...*, 25.

povos das colónias portuguesas o direito à independência; seguir uma política de paz e amizade com todos os povos»¹⁰⁷⁸.

Tratava-se de uma estratégia criativa que pretendia realizar em simultâneo objectivos dificilmente conciliáveis entre todos os potenciais membros da aliança. Álvaro Cunhal reconhecia o carácter «criativo» da definição, mas justificando que assentava na «originalidade» da situação em Portugal, ou seja, um país economicamente atrasado, mas com grupos monopolistas e um numeroso proletariado; um país «submetido ao imperialismo estrangeiro» e colonialista ao mesmo tempo. O que levou o secretário-geral do PCP a advertir que esta *revolução democrática e nacional* não terminaria com a luta de classes nem esgotaria o processo revolucionário, isto é, seria apenas a passagem para a «construção do socialismo e do comunismo em Portugal» enquanto «objectivo supremo da luta do Partido Comunista Português»¹⁰⁷⁹.

Os sectores mais radicais *dispensavam* etapas intermédias e alianças com outras forças. Consideravam o PCP, efectivamente, como o único partido organizado no *interior* e com capacidade de mobilização das massas. Defendiam por isso uma passagem directa do capitalismo ao socialismo, tendo como objectivo executar uma *revolução socialista* como caminho directo para a *democracia popular*. Estes sectores consideravam que o comunismo soviético perdera o seu poder de atracção e viam na *revolução cultural* chinesa o renascimento de um certo *espírito milenarista revolucionário*: não poderia haver verdadeira revolução económica e social sem uma revolução cultural, ou seja, uma revolução das consciências e de profunda transformação do homem¹⁰⁸⁰.

O que levou Álvaro Cunhal a classificá-los como «ultra-revolucionários» tipicamente «pequeno-burgueses»: «Quem está com Mao é bom e quem está contra Mao é mau», ironizou mais tarde. No informe que apresentou em 1963 sobre «A situação do movimento comunista internacional» adoptou como ponto de partida a constatação de que a «precariedade» existente entre a União Soviética e a China representava um «real perigo duma cisão». Assacou directamente responsabilidades aos comunistas chineses por discordarem da linha política adoptada pelo movimento internacional e apresentou a

¹⁰⁷⁸ Álvaro Cunhal escreveu mais tarde que «a Revolução de Abril, na sua dinâmica e realizações, confirmou a correcção destes oito pontos e como eles correspondiam a necessidades objectivas de transformação social pelo novo regime democrático a instaurar», Cunhal, *Duas Intervenções...*, 36.

¹⁰⁷⁹ Cunhal, *Acção Revolucionária...*, 27.

¹⁰⁸⁰ *Le Monde Diplomatique*, Junho de 1968.

«defesa firme» da coexistência pacífica entre Estados com regimes sociais diferentes como a «única política» susceptível de servir os «interesses da paz, da democracia, da independência nacional e do socialismo»¹⁰⁸¹. Acrescentou ainda que a coexistência pacífica era «altamente vantajosa à luta de libertação nacional», na medida em que *dificultava* as «acções armadas e a presença armada do imperialismo nos países libertados», ou seja, «a coexistência pacífica é um factor do desenvolvimento de todo o processo revolucionário mundial».

Francisco Martins Rodrigues contradisse Álvaro Cunhal em defesa dos comunistas chineses, criticou a *posição defensiva* do PCP relativamente ao evoluir da guerra em África e defendeu a passagem imediata aos métodos de violência contra o Estado Novo. A ruptura estava iminente: «Como era de esperar, e apesar da expectativa completamente frustrada que ainda depositava em Francisco Miguel, não teve qualquer apoio por parte dos membros do CC que participaram na reunião, que consideraram as suas opiniões como consubstanciando uma linha política abertamente divergente, esquerdista e pró-chinesa», resume João Madeira.

Francisco Martins Rodrigues começou por ser afastado da Comissão Executiva, mas mantendo-se como membro suplente do Comité Central, e recusou ficar no exílio integrado no colectivo de Praga. Foi colocado em França em 1963, onde escreveu o documento de ruptura intitulado *Luta Pacífica e Luta Armada no Nosso Movimento*, no qual reafirma a defesa da luta armada como forma de luta determinante e antecipa uma crise no PCP por abandonar a *teoria revolucionária*¹⁰⁸². Em finais desse ano, o PCP expulsou-o com a acusação de «desertar» das instalações do partido, falhar as tarefas que lhe tinham sido atribuídas e desvio de documentos oficiais¹⁰⁸³.

No ano seguinte à expulsão, Francisco Martins Rodrigues criou o Comité Marxista-Leninista Português (CMLP) com o objectivo de «preparar a reconstituição do Partido Comunista em Portugal». Reivindicava a herança de José Gregório, Militão Ribeiro «e dos milhares de militantes comunistas que construíram o Partido e conduziram o proletariado e o povo durante 40 anos», tendo recrutado vários elementos no PCP.

¹⁰⁸¹ *Avante!*, n.234, Outubro de 1963.

¹⁰⁸² Pereira, *O Um...*, 164.

¹⁰⁸³ «Eles tinham-me posto a morar em casa de uns funcionários franceses do PCF e piquei-me lá de casa deles», in Miguel Cardina, *Margem de certa maneira – O maoísmo em Portugal (1964-1974)* (Lisboa: Tinta da China, 2011), 41. Segundo João Madeira, levou uma máquina de escrever, 300 francos e apropriou-se de vasta documentação do PCP depositada numa casa-arquivo a que tinha acesso.

Os seus textos do início deste período estão marcados pelo entusiasmo revolucionário renascido com as lutas dos «povos oprimidos» contra o «imperialismo» enquanto «inimigo comum de toda a humanidade trabalhadora».

Por um lado, os maoístas encontravam a necessária motivação na transposição do *espírito revolucionário* para os países do chamado *terceiro mundo*, na medida em que, pela simplicidade e convicção, as teses maoístas conseguiam incitar à acção e exaltar o orgulho dos revolucionários no cumprimento da missão histórica que representava a libertação desses países.

Por outro, porque a *própria* ideia da coexistência pacífica revelara-se de difícil defesa, considerando a interpretação de que os Estados Unidos se assumiam como «expressão máxima do apodrecimento capitalista» e «sucessores do nazismo»¹⁰⁸⁴. O que ao mesmo tempo justificava as críticas à União Soviética por *entrar* na «via da restauração do capitalismo, liquidando uma a uma as conquistas do povo soviético», actuando como «uma potência imperialista» na partilha das esferas de influências e *sufocando* os «movimentos revolucionários» para «estabilizar o imperialismo à custa dos povos».

Na interpretação dos primeiros maoístas portugueses, a União Soviética tornava-se assim «imperialista» e «socialista de fachada», ou seja, «um inimigo da revolução popular» e o PCP um partido «revisionista» por ser incapaz de aceitar que o «centro das tempestades revolucionárias» se deslocara do proletariado europeu e norte-americano para os «povos oprimidos» da Ásia, África e América Latina: «Esperar tranquilamente que o sacrifício dos povos coloniais provoque a queda automática do regime fascista não é só uma inépcia, é também um crime». A FAP assumia assim como objectivo estratégico «dificultar por todos os meios o esforço de guerra» e «colocar o governo entre dois fogos», ou seja, «destruir da ordem social existente por meio violentos», justifica Francisco Martins Rodrigues.

Os membros do CMLP assumiam-se como «autênticos revolucionários» que viam «o grande Lenine» como o «genial continuador de Marx» e Mao Tsé-Tung como o líder contemporâneo do «proletariado mundial e dos povos oprimidos», ou seja, o «campeão da emancipação dos continentes oprimidos e retardatários»¹⁰⁸⁵ e, ao mesmo tempo, um

¹⁰⁸⁴ Francisco Martins Rodrigues, *Elementos para a História do Movimento Operário Português* (s.l: s.e., s.d.), 86.

¹⁰⁸⁵ François, *O Conflito...*, vol. II, 8.

hábil explorador dos conflitos entre a União Soviética e os países socialistas menos desenvolvidos¹⁰⁸⁶.

A China transformara a luta contra a burguesia e o capitalismo numa luta contra o «imperialismo americano» e os seus «aliados»¹⁰⁸⁷. Francisco Martins Rodrigues assumiu o seu «apoio total» ao que designava como «vanguarda da revolução mundial», uma vez que era da China que *soprava* o «vento revolucionário», isto é, a inspiração que *levantava* as «massas oprimidas pelo imperialismo numa sucessão de insurreições e guerras revolucionárias de força irreprimível». As guerras no Vietname, Camboja, Laos e Tailândia¹⁰⁸⁸ e as sucessivas vitórias guerrilheiras na América Latina¹⁰⁸⁹ constituíam exemplos concretos da *justeza* desta linha ideológica pró-armada: «Como um rastilho, o pensamento de Mao Tsé-Tung transpõe todas as barreiras, chega a todos os cantos do mundo e desperta os oprimidos para a luta contra o imperialismo».

Francisco Martins Rodrigues começa então a acusar repetidamente Álvaro Cunhal de ter optado por uma «via revisionista, pacifista, reformista», ou seja, uma «traição aos interesses revolucionários do proletariado português». O PCP transforma-se assim numa «deturpação pacifista do leninismo»¹⁰⁹⁰ por iludir o proletariado em «lutas pacíficas».

É nesta dinâmica que, igualmente em 1964, surge a Frente de Acção Popular (FAP) para levar a «luta violenta e prolongada» para Portugal¹⁰⁹¹. Francisco Martins Rodrigues assume a violência armada inspirada nos movimentos de libertação como via para o derrubamento do Estado Novo e argumenta que «não se pode começar a construir uma nova sociedade socialista sem primeiro destruir as estruturas desta».

A FAP/CMLP contava com um núcleo de militantes recrutados no PCP em França e entre os exilados na Argélia, Suíça e Bélgica, mas a sua dimensão nunca ultrapassou as «vinte e tal pessoas»¹⁰⁹². O que permitiu que Álvaro Cunhal centrasse as críticas ao «verbalismo esquerdista pseudo-revolucionário» como produto de «intelectuais

¹⁰⁸⁶ A China acusava Moscovo de submeter os restantes países socialistas às suas necessidades e interesses particulares e de impedir o desenvolvimento dessas economias. O que justificou a crítica de «chauvinismo de grande potência».

¹⁰⁸⁷ Fejtő, *O Conflito...*, 8.

¹⁰⁸⁸ A guerra do Vietname simbolizava na perfeição a luta entre os oprimidos e os opressores.

¹⁰⁸⁹ Ché Guevara tornou-se um ícone de guerrilheiro romântico a lutar pela liberdade em cenários cinematográficos.

¹⁰⁹⁰ Cardina, *Margem...*, 40.

¹⁰⁹¹ José Pacheco Pereira chama a atenção para a «confusão» entre a FAP e o CMLP, reconhecida pelo próprio fundador durante um interrogatório da PIDE, cfr. ANTT/PIDE-DGS, PC 982/66, NT 5835.

¹⁰⁹² Francisco Martins Rodrigues, em Cardina, *Margem...*, 45.

radicalizados» que imaginavam uma passagem para o socialismo «sem o papel dirigente da classe operária» e «sem partido proletário dirigente», ou seja, «em vez da compreensão das lutas de classes e do processo revolucionário, manifesta-se a precipitação de ‘queimar etapas’, a ilusão de atingir de imediato os fins últimos, dispensando um trabalho revolucionário em profundidade, eventualmente demorado»¹⁰⁹³.

A FAP concretizou algumas acções no *interior*, mas a sua actividade ficou marcada pela aplicação da *justiça revolucionária*, ou seja, a execução assumida de um informador da PIDE, Mário Mateus, em finais de 1965¹⁰⁹⁴. Os esforços para a construção do aparelho no *interior* «tiveram resultados bastante débeis», explica João Madeira, acrescentando que essa fragilidade favoreceu a «infiltração» de informadores da PIDE e conduziu ao «crime de Belas»¹⁰⁹⁵.

Em Janeiro do ano seguinte, a polícia política desferiu um golpe decisivo na estrutura, ao deter Francisco Martins Rodrigues e outros dirigentes em Lisboa. As prisões prolongaram-se até ao 25 de Abril de 1974 e a herança da FAP/CMLP focou-se essencialmente no *património ideológico* criado e que outros grupos marxistas-leninistas assumiram¹⁰⁹⁶.

As sucessivas dissidências na primeira organização pró-chinesa em Portugal deram origem a novas plataformas políticas marginais à actividade central do PCP no combate ao Estado Novo, acabando todas elas por submergir nas suas próprias contradições internas e *fervor revolucionário* inspirados por Pequim ou por Tirana, mas apenas depois do 25 de Abril. Nem Francisco Martins Rodrigues criou um *verdadeiro* partido marxista-leninista para substituir o PCP, nem Álvaro Cunhal conseguiu neutralizar os maoístas através do seu isolamento.

A FAP cessou a sua actividade em 1966, tendo sido dissolvida no ano seguinte. Em 1969, surgiu a União dos Estudantes Comunistas Marxistas-Leninistas (UEC m-l) para disputar no *interior* a mobilização do sector estudantil. O CMPL transformou-se no ano seguinte no Partido Comunista de Portugal Marxista-Leninista (PCP m-l) e o

¹⁰⁹³ Cunhal, *Obras Escolhidas*, vol. IV..., 462-463.

¹⁰⁹⁴ Pacheco, *O um...*, 156.

¹⁰⁹⁵ Madeira, *Francisco...*, 21.

¹⁰⁹⁶ Cardina, *Margem...*, 51.

Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado (MRPP) surgiu para conquistar os jovens estudantes e apresentar-se como o primeiro partido «verdadeiramente comunista»¹⁰⁹⁷, guiado pelo objectivo de «conduzir a classe operária na conquista do poder pela Revolução Socialista, através da etapa da Revolução Popular», ou seja, da fundação de «um verdadeiro e novo Partido Revolucionário Operário»¹⁰⁹⁸.

Estes partidos e movimentos desmultiplicaram-se para lá da queda do Estado Novo, apesar dos esforços de Álvaro Cunhal para desvalorizar a sua importância. Utilizou uma forte adjectivação contra «o vício do verbalismo, o culto da frase revolucionária, a doença infantil de “queimar etapas”», referindo-se sempre aos *radicais pequeno-burgueses de fachada socialista, verbalistas pseudo-revolucionários* ou *trânsfugas*. Acusava-os de quererem «ir direitos ao fim» com os seus «grupitos separados das massas»: «É pela luta de massas que se chega à revolução, ela mesma uma acção de massas. E a luta popular de massas não se desenvolve animada por fraseologias pseudo-revolucionárias, mas com objectivos concretos, precisos, correspondentes à situação existente num momento dado. Quem o não compreende nada compreende da dinâmica da luta de massas, a força motora das transformações revolucionárias»¹⁰⁹⁹.

5.3 Para lá da extrema-esquerda

Álvaro Cunhal encarou a dissidência de Francisco Martins Rodrigues com a importância que de facto teve quando ocorreu no PCP, tendo partilhado uma atenção cuidada também com o impacto do Movimento de Acção Revolucionária (MAR) junto dos exilados. Desde logo por o MAR reivindicar a representação de uma opção socialista apesar de «a palavra “socialismo” servir para todos os paladares». Perante as críticas feitas pelos «pretensos marxistas-leninistas» da *revolução democrática e nacional* como uma «busca de compromisso (um pássaro na mão) com “forças retintamente burguesas, abdicando assim do socialismo que seriam os dois pássaros a voar”»¹¹⁰⁰, o secretário-geral do PCP respondeu que «esta imagem mostra por um lado o total desconhecimento ou incompreensão do Programa do PCP, mostra por outro lado

¹⁰⁹⁷ Cardina, *Margem...*, 81.

¹⁰⁹⁸ *Bandeira Vermelha – Órgão teórico central do MRPP* (Coimbra: Atlântida Editora, 1974), 19.

¹⁰⁹⁹ Cunhal, *Obras Escolhidas, vol. IV...*, 493.

¹¹⁰⁰ Manuel Lucena, «Notas para uma acção revolucionária», *Caderno Socialista*, n.1, Junho de 1967.

a irresponsabilidade e o vazio verbalismo com que a pequena burguesia radical define objectivos mesmo admitindo que possam ser apenas dois pássaros a voar...»¹¹⁰¹.

A FAP e o MAR pressionaram o espaço político do PCP com sucessivos apelos às acções armadas directas e tentaram ao mesmo apresentar-se como a direcção leninista desse processo revolucionário. Em princípios de 1963, surgiram as primeiras críticas do MAR ao PCP por *adiar* a tomada do poder em Portugal, reivindicando a imediata passagem à luta armada na convicção de que estavam criadas as devidas condições *entre o povo*. Faltava *apenas* liderança política: «O povo inteiro, globalmente está pronto a secundar uma grande acção nacional e a seguir os dirigentes nacionais que saibam falar a todo ele e apontar-lhe um caminho prático para a luta»¹¹⁰². Álvaro Cunhal respondeu em tom áspero à ausência de resultados destas proclamações: «Pensando que fazer de forte enrija os músculos, apelaram, instigaram, mexeram-se, berraram». Nada aconteceu: «Por muito que lhes custe, a luta armada não é ainda o “centro de gravidade do movimento”»¹¹⁰³.

No final da década de 60, também Carlos Antunes consumou a sua ruptura com o PCP: «Não se podia permitir a sucessão de um ditador [António de Oliveira Salazar] por outro ditador [Marcello Caetano] que continuava dependente dos *ultras* numa questão fundamental como a guerra. A luta armada tinha de ser imediatamente lançada para encurralar Marcello nas suas contradições. Não podia haver concessões ou falsas crenças na dita *liberalização* do regime»¹¹⁰⁴, explica.

Carlos Antunes aproveitou a experiência e os contactos adquiridos no lançamento das bases de uma nova política de recrutamento de quadros no PCP para criar as primeiras estruturas técnicas clandestinas das Brigadas Revolucionárias (BR) em Paris¹¹⁰⁵. As BR organizaram várias acções directas no *interior*, tendo obtido uma considerável projecção com o *ataque fundador* às instalações da NATO na Fonte da Telha, em 1971¹¹⁰⁶.

A organização política surgiu mais tarde através da fundação do Partido Revolucionário do Proletariado, tendo como objectivo conjugar a «luta armada» com «as lutas de

¹¹⁰¹ Cunhal, *Acção Revolucionária...*, 45.

¹¹⁰² *Boletim do MAR*, n.2, Março de 1963.

¹¹⁰³ Cunhal, *Acção Revolucionária...*, 173.

¹¹⁰⁴ Entrevista Carlos Antunes, 15 de Fevereiro 2015, Lisboa.

¹¹⁰⁵ *Dossier Brigadas Revolucionárias*.

¹¹⁰⁶ As acções directas prolongaram-se até Abril de 1974, entre ataques a alvos militares, sabotagens e assaltos a bancos.

massas»¹¹⁰⁷. O congresso fundador ocorreu em 1973 e, no ano seguinte, iniciou-se a publicação do órgão oficial *Revolução*, que duraria até meados de 1977¹¹⁰⁸. As BR assumiram a «acção armada» como «forma especial de luta», mas sem perder de vista que «só por si, acções violentas deste tipo não poderão conduzir à derrota definitiva do fascismo e à tomada de poder pelos trabalhadores»¹¹⁰⁹.

A resposta a estes movimentos que defendiam a violência revolucionária centrou-se na sua essência no «verbalismo» e na «gritaria» das quais ficaram «só as palavras»¹¹¹⁰, mas Álvaro Cunhal admitia a ideia generalizada que a partir de certa altura se começou a manifestar entre todos os exilados. «Um pouco por todo o lado, em Portugal e na emigração, os esquerdistas repetiam as mesmas apreciações e as mesmas consignas, afirmando numa só voz que “chegou o momento de desencadear a luta armada”». O que constituía um problema, na medida em que a sua inconsequência dificultava a mobilização consistente do PCP desses sectores: «Vivia-se em pleno domínio de ficção “revolucionária”. Quando se discutia em certos meios, não se sabia bem se se estava entre conspiradores ou na Feira Popular»¹¹¹¹.

Já os restantes grupos de exilados fora da periferia da esquerda mereceram críticas contundentes de Álvaro Cunhal. Henrique Galvão surge classificado como «ex-nazi tornado anti-salazarista» e a sua posição *colonista* consideravelmente destacada: «Para Henrique Galvão (...) os movimentos de libertação não têm qualquer representatividade e por isso necessitam de ser “defendidos e conduzidos”...pelos colonialistas». As *próprias convicções democráticas* do responsável pela operação de desvio do navio *Santa Maria* são questionadas, na medida em que «para Galvão e outros ideólogos do neofascismo, a alternativa à ditadura de Salazar seria uma nova ditadura»¹¹¹².

¹¹⁰⁷ «Comunicado sobre a criação do PRP», 1973.

¹¹⁰⁸ Os contactos com o que ainda restava da Frente Portuguesa de Libertação Nacional permitiram a apropriação da *Rádio Voz da Liberdade*, rebaptizada como *Rádio Voz da Revolução*.

¹¹⁰⁹ *Contribuição para um movimento revolucionário organizado dos trabalhadores portugueses*, 1971.

¹¹¹⁰ Cunhal, *Acção Revolucionária...*, 170.

¹¹¹¹ Cunhal, *Acção Revolucionária...*, 175.

¹¹¹² Cunhal, *Acção Revolucionária...*, 54-55.

No seu conjunto, Álvaro Cunhal considerava que tanto as acções directas como os actos de terrorismo¹¹¹³ separavam a vanguarda das massas e insistia que o sucesso do PCP dependia das ligações à classe operária e às massas populares.

6. O exílio dos jovens comunistas

6.1 Travar as deserções para infiltrar as Forças Armadas

A importância da guerra em África como factor de desagregação do Estado Novo consolidou-se na estratégia da tomada do poder dos comunistas à medida que se avolumaram as acções de protesto dos militares e acabou mesmo por forçar a imposição de restrições directas ao exílio dos jovens em idade de cumprir serviço militar. «Álvaro Cunhal percebeu que os oficiais milicianos podiam desempenhar um papel político muito importante junto dos oficiais do quadro permanente», afirma Zita Seabra, na altura exilada em Paris. «O que se tornou numa batalha para o PCP: *minar* as Forças Armadas». A consequente decisão de travar o exílio dos jovens militares provocou polémica entre os comunistas «porque até então o próprio PCP apelava às deserções colectivas»¹¹¹⁴.

Os potenciais efeitos desagregadores da guerra numa das principais bases de sustentação do regime começaram a revelar-se ainda em 1961 através de «acções de resistência» identificadas por Álvaro Cunhal no boletim do Comité Central dirigido aos quadros políticos: «O balanço das lutas mostra que uma situação nova se criou nas Forças Armadas e que é alarmante para Salazar»¹¹¹⁵.

Eram novos e desconcertantes os sinais que chegavam à direcção no exílio: notícias sobre levantamentos de rancho em unidades mobilizadas para a guerra, por exemplo, o Regimento de Artilharia Anti-Aérea de Queluz; episódios de soldados que recusavam entrar nos comboios que os levariam para Lisboa; recusas de formaturas ou formaturas de protesto, por exemplo, em Lisboa, Porto e Tomar, sendo que no caso concreto do

¹¹¹³ Álvaro Cunhal utilizou essa expressão para classificar o Directório Revolucionário Ibérico de Libertação (DRIL). Já a actividade da Acção Revolucionária Armada (ARA) gerou alguma controvérsia interna, na medida em que Álvaro Cunhal tentou contrariar o entusiasmo de destacados dirigentes afirmando que a ARA agiu «dentro da linha do PCP», mas «nós nunca dissemos: a ARA é comunista», cfr. Cunhal, *Duas Intervenções...*, 83. «Mas eram camaradas nossos, com a nossa decisão e o nosso apoio (...) isto não era terrorismo, era uma forma concreta, num país em guerra (nós estávamos em guerra, não estávamos em paz), de procurarmos desenvolver nos vários sentidos uma luta que conduzisse ao derrubamento do fascismo e à intervenção militar nesse derrubamento».

¹¹¹⁴ Entrevista Zita Seabra, 7 de Maio de 2014, Lisboa.

¹¹¹⁵ Cfr. *O Militante*, n.114, Março de 1962.

protesto na capital, a unidade Caçadores 5 conseguiu adiar o embarque para Moçambique na sequência do protesto. O potencial desagregador destas acções começou a consolidar-se. O Ministro do Exército chegou a ser apupado numa visita a um quartel; os militares da unidade de Infantaria 3 de Beja sentaram-se na parada e recusaram as ordens dos comandantes para comparecerem nas acções de instrução, e mais de uma dezena de soldados invadiram a messe dos oficiais em Mafra, ameaçaram o comandante e depois desertaram.

No artigo que assina com o seu nome, Álvaro Cunhal interpreta estes factos como uma «nova fase da luta em Portugal» e exemplifica com um caso ocorrido na unidade de Cavalaria 7 de Lisboa: «Alguns soldados foram abatidos a tiro quando tentavam apoderar-se das armas». O que levou à conclusão: «A disciplina e o terror fascistas não conseguem mais silenciar a indignação e a revolta dos filhos do povo fardados».

A escalada de descontentamento dentro dos quartéis começou a materializar-se através de deserções individuais e colectivas. A unidade de Infantaria 1 da Amadora registou a fuga de 80 soldados; em Beja ocorreram 100 deserções e em Tancos foram cerca de 450 militares que faltaram a uma convocação. No próprio dia do embarque chegaram a ocorrer deserções, por exemplo, desertaram em pleno aeroporto de Lisboa 26 soldados.

A associação das *massas populares* através de protestos nas estações de S. Bento, Devesas, Évora, Setúbal e Chaves configuravam uma realidade que o PCP descobria, mas ainda fora do quadro concreto da tomada de poder: «Esta nova situação nas Forças Armadas, produto e aspecto do grande movimento popular de massas, indica que, no ano de 1961, a oposição à ditadura fascista entrou numa nova fase e que amadurecem as condições para lutas revolucionárias agudas», reconhece Álvaro Cunhal.

O PCP começou então a apelar às deserções e à efectiva participação dos seus militantes na organização e realização dessas acções. É na sequência deste trabalho de infiltração que os comunistas deviam «procurar o levantamento de toda a unidade em protesto contra a guerra e a deserção para países vizinhos».

Em primeiro lugar, apelava-se ao trabalho político prévio que permitisse criar condições para que os militares «recusassem embarcar». Em caso de insucesso, o trabalho deveria ser desenvolvido no terreno em função de questões concretas: «Uma vez nas colónias o militante deve prosseguir o seu trabalho, discutindo e orientando, deve tomar iniciativas

concretas de actuação, desmascarar as atrocidades cometidas, fomentar a resistência ao cumprimento das ordens, lutar por melhor alimentação e assistência médica»¹¹¹⁶.

O título e o objectivo da orientação para a *deserção maciça e não individual* são claros: «É preciso que milhares de soldados se manifestem contra o salazarismo, que se recusem a embarcar para as colónias, que se recusem a combater os povos coloniais ou o povo de que são filhos». Em Janeiro de 1965, um relatório apresentado por Alexandre Castanheira no Comité Central reafirma que «uma das formas de luta são precisamente as deserções. Portanto, o dever das organizações e membros do Partido é de aconselhar, pela agitação do Partido e em conversas individuais, os soldados e oficiais a desertar e sempre que possível, organizar deserções colectivas»¹¹¹⁷.

Zita Seabra recorda que o PCP começou então a organizar «deserções colectivas do exército colonial, e milhares de estudantes seguiram o doloroso caminho do exílio para França, Bélgica, Suíça, Argélia, entre outros países»¹¹¹⁸.

Álvaro Cunhal acabou por se ver na contingência de anular esta orientação quando se instalou em Paris, tendo em consideração a «natureza particular» desta nova «frente da luta» e as suas «consequências ainda incalculáveis» no «aprofundamento da crise do regime» e no desenvolvimento do «processo revolucionário»¹¹¹⁹.

A mudança ficou clara quando Álvaro Cunhal assumiu a componente de violência armada na estratégia do *Rumo à Vitória*¹¹²⁰ e definiu orientações para a *infiltração* das Forças Armadas.

O sucesso da «luta armada do povo e dos militares revolucionários» dependia da capacidade das células clandestinas para organizar os combates e mobilizar as massas como *motor* de uma revolução¹¹²¹ liderada pelo PCP, mas com a ajuda decisiva de sectores militares. Álvaro Cunhal assumia inequivocamente que o sucesso da insurreição popular armada no derrubamento do Estado Novo dependia da «participação

¹¹¹⁶ *O Militante*, n.116, Maio de 1962.

¹¹¹⁷ Reprodução parcial em *O Militante*, n.144, Agosto de 1966.

¹¹¹⁸ Seabra, *Foi...*, 29.

¹¹¹⁹ Cunhal, *Acção Revolucionária...*, 277.

¹¹²⁰ A nova estratégia foi aprovada no Comité Central em Abril de 1964 e posteriormente ratificada no VI Congresso, realizado em Setembro de 1965, em Kiev.

¹¹²¹ Trata-se de uma etapa centrada no objectivo imediato de destruir o Estado Novo, liquidar os monopólios, executar as expropriações agrárias, reconhecer os direitos dos povos africanos à independência e instaurar um novo regime político.

e neutralização de importante parte das forças militares e definia a necessidade do PCP *infiltrar* as estruturas através da «propaganda» e da «organização em profundidade das próprias Forças Armadas»¹¹²².

O que obrigava o PCP a travar as deserções e incentivar os comunistas mobilizados para a guerra a desenvolverem as *actividades revolucionárias* nas suas unidades.

A polémica resultante desse *travão* forçou Álvaro Cunhal a explicar aquilo que teve de assumir como uma «aparente contradição»¹¹²³. Em Janeiro de 1966, o Comité Central do PCP assumiu a existência do «problema das deserções» decorrente dos «insuficientes esclarecimentos», mas este esforço de esclarecimento acabou por confirmar as contradições, visto que forçou a publicação de uma orientação no ano seguinte.

O Comité Central afirma que o PCP «não só se não opõe» como «preconiza e aplaude a deserção de soldados, sargentos e oficiais que não querem participar nas criminosas guerras coloniais», acrescentando ainda que aos comunistas «cabe mesmo a honra de serem os principais organizadores e orientadores da imensa maioria das deserções». Nesta linha, o Comité Central chega mesmo a garantir que «a organização de deserções colectivas e outras acções e lutas contra a guerra colonial devem portanto continuar a intensificar-se tanto quanto possível»¹¹²⁴.

Dito isto, o Comité Central adverte que «não pode apoiar a deserção [dos seus militantes] quando ela se faça isoladamente», na medida em que «significa privar dezenas, senão centenas de jovens da ajuda do Partido», isto é, «os comunistas têm de ir tão longe quanto possível, inclusive até às frentes de batalha». As deserções individuais de comunistas passam a representar uma violação da «linha do Partido» assente numa tomada de poder «de armas na mão»: «Como conciliar a atitude destes camaradas com os objectivos da revolução se eles fogem inclusive a aprender o manejo das armas?».

O assunto voltou a ser abordado em Agosto desse mesmo ano. O Comité Central assume a existência de «confusão» em torno das deserções e esclarece que «desaprova as deserções individuais dos membros do Partido, os quais só poderão desertar quando estão em risco eminente de serem presos como consequência da sua acção

¹¹²² Cunhal, *Acção Revolucionária...*, 247.

¹¹²³ Cunhal, *Acção Revolucionária...*, 279.

¹¹²⁴ *O Militante*, n.141, Janeiro de 1966.

revolucionária ou quando acompanhados em deserções colectivas, em cuja organização participara». A deserção individual é adjectivada como pouco «viril»: «Onde melhor poderemos lutar contra a guerra é lá onde ela se faz e junto daqueles que a fazem e junto dos milhares de jovens soldados que nessa guerra estão envolvidos», ou seja, «não é de comunista desertar por simples medo de arriscar a vida»¹¹²⁵.

Esta polémica prolongou-se desde o Congresso de 1965 até à intervenção directa do Comité Central em Julho de 1967. Álvaro Cunhal fez então aprovar uma resolução para assumir o condicionamento das deserções de jovens comunistas das unidades mobilizadas para África, uma vez que a guerra tornara-se numa notável oportunidade para *voltar* as Forças Armadas contra o Estado Novo.

A *Resolução sobre deserções* determina que «os militares comunistas devem trabalhar para estimularem e organizarem deserções. Mas eles próprios não devem desertar, senão quando tenham de acompanhar uma deserção colectiva ou corram iminente perigo de ser presos em resultado da sua acção revolucionária»¹¹²⁶. Tenta ainda justificar que as «numerosas deserções» de militantes comunistas «não têm sido favoráveis ao desenvolvimento e organização do movimento revolucionário»: «Se todos os elementos revolucionários abandonassem as forças armadas, estas converter-se-iam num instrumento dócil e mais eficiente da política fascista».

A resolução adopta um tom crítico quando refere que «se muitos elementos revolucionários que desertaram das forças armadas aí tivessem permanecido até ao fim poder-se-ia hoje contar com uma mais forte organização militar revolucionária». Ou seja: «Os militares comunistas devem continuar corajosamente o seu trabalho revolucionário nas Forças Armadas, tanto em Portugal como nas colónias esclarecendo os seus companheiros, organizando os militares mais decididos e combativos, estimulando e organizando deserções e outras formas de protesto contra a guerra colonial, desde a resistência passiva à sabotagem».

Álvaro Cunhal reconheceu mais tarde o problema político decorrente desta decisão referindo-se a «incompreensões» e à «polémica». Explicou que se tratava de «duas formas de acção que parecem contrariar-se», garantindo de imediato serem afinal «complementares» na «desagregação efectiva» das Forças Armadas. O que tentou

¹¹²⁵ *O Militante*, n.144, Agosto de 1966.

¹¹²⁶ Resolução do Comité Central do PCP, *Avante!*, VI série, n.382, Setembro de 1967.

justificar com a «amplitude» e o «carácter» que as deserções já tinham adquirido, ou seja, o seu considerável aumento justificava o aprofundamento das infiltrações¹¹²⁷ e ao mesmo tempo cada vez mais jovens recusavam participar na guerra¹¹²⁸.

A decisão significava que as deserções passavam a obedecer a dois critérios concretos¹¹²⁹, na medida em que as infiltrações das Forças Armadas passaram a constituir uma prioridade. O que resultou do prolongado desgaste das várias frentes simultâneas ter aberto as portas para os jovens licenciados serem oficiais milicianos, ou seja, com capacidade de influência sobre as tropas de menor patente. «Põe-se em prática a tese leninista de que a revolução armada se dá quando metade das armas, mais uma, se viram para fazer a revolução, em vez de a combater», sintetiza Zita Seabra¹¹³⁰.

6.2 O poder de atracção dos movimentos maoístas

A restrição às deserções decretada pelo Comité Central dirigia-se directamente aos jovens pelo seu potencial papel nas infiltrações como oficiais milicianos, mas também para travar o seu exílio para França, onde o poder de atracção dos emergentes movimentos maoístas era cada vez mais significativo. «Cada vez mais jovens estudantes recusavam envolver-se na guerra», recorda Zita Seabra¹¹³¹, tendo como alternativa «partir para um exílio, sabia-se lá por quanto tempo»¹¹³².

A reconfiguração da esquerda resultante da ruptura sino-soviética começara entretanto a abrir uma segunda frente de pressão sobre os jovens, na medida em que os novos movimentos recrutavam activamente nos sectores estudantis e intelectuais. «Uma grande parte dos comunistas em Paris começou a aderir aos movimentos pró-chineses e Álvaro Cunhal sentiu necessidade de agir para evitar uma erosão semelhante no PCP», afirma Zita Seabra, que regressou do exílio em França precisamente para se envolver na criação da União dos Estudantes Comunistas (UEC).

O *Maio de 68* projectava a juventude como agente histórico da década e mostrava que a *revolução era possível*, mas a inspiração era a *revolução chinesa* e não a *revolução*

¹¹²⁷ As regras de infiltração começaram a ser apresentadas em meados de 1962, no âmbito das reflexões iniciais de Álvaro Cunhal que levaram à posterior consagração da teoria do *levantamento nacional* e da *insurreição popular armada*, cfr. *O Militante*, n.116, Maio de 1962.

¹¹²⁸ Cunhal, *Acção Revolucionária...*, 279.

¹¹²⁹ Acompanhar uma deserção colectiva ou iminente perigo de prisão.

¹¹³⁰ Seabra, *Foi...*, 85.

¹¹³¹ Entrevista Zita Seabra, 7 de Maio de 2014, Lisboa.

¹¹³² Seabra, *Foi*, 29.

soviética. Manter os jovens longe de França ajudava o PCP a *preservá-los*¹¹³³. «Poucas que fossem as lutas nas Forças Armadas, teriam sempre um valioso significado. Tratando-se, nos últimos anos, não de lutas isoladas e acidentais mas de muitas centenas de lutas, elas configuram já a existência nas Forças Armadas de um movimento com grande profundidade e raiz revolucionária»¹¹³⁴, justificava Álvaro Cunhal.

A prisão de um grupo de estudantes numa acção de propaganda da mobilização para uma manifestação no 1 de Maio forçou a saída de Zita Seabra para o *exterior*: «Eles foram brutalmente torturados e o PCP propôs-me de imediato ir para França porque fiquei na iminência de também ser presa como *controleira* de alguns deles». O seu exílio em Paris constituiu um caso típico de *recuo*, na medida em que se viu na situação de *queimada*, isto é, «se eles falassem, eu seria presa, era tudo uma questão de tempo».

A operação desenvolveu-se no início de 1968 e decorreu com celeridade. «Foram dadas instruções aos meus pais para que dissessem a todas as pessoas que eu estava em França e mais tarde acrescentassem que tinha ido estudar para a União Soviética», explica. A manobra pretendia dissuadir a PIDE de procurá-la em Portugal e desenvolver novas acções que conduzissem a mais prisões. «Parti para França a pensar no regresso imediato ao interior», afirma Zita Seabra¹¹³⁵: «O meu objectivo era vir para Portugal e entregar-me à luta. Não era o exílio, nem refazer a minha vida em França»¹¹³⁶.

Começou por ficar alojada em Bordéus na casa de um tio, cônsul de Portugal nessa cidade, passando depois para casa de um casal de amigos dos pais nos arredores da mesma cidade. Zita Seabra deslocava-se a Paris para efectuar as ligações ao PCP, à procura do regresso à luta na clandestinidade: «Não saí para ficar a estudar, mas para *cortar* com as suspeitas da PIDE e voltar ao interior depois desse recuo estratégico».

A passagem definitiva para Paris ocorreu em Fevereiro de 1968 após um contacto com José Vitoriano. «O movimento comunista vivia na altura uma complexa situação», recorda Zita Seabra: «Fácil era perceber que, para a URSS, a China representava um perigo tão grande ou maior do que a América»¹¹³⁷. Viviam-se os tempos de preparação

¹¹³³ O *cisma* sino-soviético criou condições para a formação de novas forças políticas à esquerda do PCP e inúmeros jovens abandonaram o partido para ingressar nesses movimentos de extrema-esquerda.

¹¹³⁴ Cunhal, *Acção Revolucionária...*, 280.

¹¹³⁵ Entrevista Zita Seabra, 7 de Maio de 2014, Lisboa.

¹¹³⁶ Seabra, *Foi assim...*, 86.

¹¹³⁷ Seabra, *Foi...*, 84.

do Maio de 68: «Os estudantes oscilavam ideologicamente entre o maóismo e o trotskismo», recorda Zita Seabra, acrescentando que «os intelectuais estavam a abandonar o comunismo levados pelo fascínio dos radicalismos»¹¹³⁸.

Zita Seabra foi instalada em casa do *controleiro* da região de Paris, mas cujo processo de afastamento dava sinais cada vez mais claros: «Era visível que Carlos Antunes tinha divergências com a direcção do Partido, e por isso José Vitoriano mudou-me para casa de Gabriel Pedro»¹¹³⁹. Trata-se de um revolucionário *forjado* nas lutas contra a implantação do Estado Novo e que «repetia com insistência que Álvaro Cunhal estava “enganado”: não era com papéis que se derrubaria o regime, seria com bombas, e ele não morreria sem antes colocar uma», recorda Zita Seabra. De facto, Gabriel Pedro assumiu um papel relevante no lançamento da Acção Revolucionária Armada (ARA), tendo participado já com 72 anos numa das suas primeiras operações¹¹⁴⁰.

6.3 O braço armado do PCP

Álvaro Cunhal resistiu à criação do *braço armado* devido às fortes reservas de Moscovo quanto a esta forma de luta, mas também por convicção pessoal, na medida em que, ainda que alegando respeitar a luta de massas, a *violência revolucionária* fugia ao controlo do PCP e representava um risco de *desligamento*. «Apesar da grande importância atribuída à nova frente de luta, a linha estratégica para o derrubamento da ditadura continuava a ser a “luta de massas”», reconhece Raimundo Narciso: «Por isso os meios humanos e logísticos que o PCP lhe fornecia [à ARA] eram limitados»¹¹⁴¹.

A criação tardia da ARA, em 1970, resultou da forte pressão exercida pelos sectores radicais do PCP. Jaime Serra lutou intensamente pela sua activação em nome da *violência revolucionária* e encontrou a justificação no próprio *Rumo à Vitória* aprovado em 1964 pelo Comité Central: «Esta questão continuou na ordem do dia, sem que na prática avançasse em medidas significativas»¹¹⁴².

¹¹³⁸ Entrevista Zita Seabra, 7 de Maio de 2014, Lisboa.

¹¹³⁹ Seabra, *Foi...*, 79.

¹¹⁴⁰ Cfr. Jaime Serra, *O abalo do poder* (Edições Avante!, Lisboa 2001), *As explosões que abalaram o fascismo* (Edições Avante!, Lisboa, 1999); *Eles têm o direito de saber que custou a liberdade* (Edições Avante!, Lisboa, 1997).

¹¹⁴¹ Raimundo Narciso, *ARA – Acção Revolucionária Armada – A história do braço armado do PCP* (Lisboa: Lisboa, 2000), 18.

¹¹⁴² Serra, *As explosões...*, 25.

Os quadros começaram a ser formados em finais desse ano, tendo Raimundo Narciso e Rogério de Carvalho sido enviados para Havana após uma reunião preparatória com Álvaro Cunhal. Porém, apenas em Maio de 1970 o secretário-geral aprovou o início da actividade. Jaime Serra recorda que «a ARA não se propôs substituir a luta dos democratas, dos trabalhadores, da juventude e das massas populares contra o fascismo e contra a guerra colonial. A ARA propôs-se, sim, conduzir a sua actividade no quadro dessa luta, desencadeando acções violentas contra o aparelho de Estado fascista e contra a máquina de guerra colonial»¹¹⁴³. Acrescenta que os defensores da *violência revolucionária* pretendiam «aprofundar as condições de degradação do regime», no sentido de «ajudar ao sucesso da insurreição popular armada»: «Os nossos objectivos eram claros, desgastar a máquina de guerra através da violência, mas com o cuidado de nunca fazer vítimas ou cair no aventureirismo», isto é, «tivemos o cuidado de inserir a nossa acção concreta na acção das massas enquanto motor da revolução»¹¹⁴⁴.

A ligação entre o comando central, composto por Jaime Serra, Francisco Miguel e Raimundo Narciso no *interior*, e o Secretariado no exílio era garantido por Joaquim Gomes enquanto membro da Comissão Executiva. A primeira acção ocorreu em Outubro de 1970 através do ataque ao navio *Cunene*, seguida de uma tripla ofensiva em Lisboa à escola técnica da PIDE¹¹⁴⁵, ao centro cultural dos Estados Unidos e ao molhe utilizado pelo paquete *Niassa* em Santa Apolónia.

A maior acção da ARA registou-se em Março de 1971 com um ataque à base área de Tancos¹¹⁴⁶ que destruiu vários aviões e helicópteros militares e mereceu um forte elogio de Álvaro Cunhal: «Queridos camaradas, as mais calorosas felicitações pela operação (...) de Tancos, pelo seu objectivo, o rigor da execução, os resultados, a coragem dos quadros»¹¹⁴⁷. A ARA ainda assinou mais alguns ataques durante os anos seguintes, mas em Maio de 1973 o comando assumiu uma «pausa temporária» para «facilitar que sejam aprofundadas ao máximo outras possibilidades da luta»¹¹⁴⁸. Por seu lado, Raimundo Narciso garante que a organização foi extinta apenas «depois do 25 de Abril»¹¹⁴⁹.

¹¹⁴³ Serra, *As explosões...*, 29.

¹¹⁴⁴ Entrevista Jaime Serra, 9 de Fevereiro de 2011, Almada.

¹¹⁴⁵ O ataque ao edifício da PIDE provocou uma vítima mortal.

¹¹⁴⁶ Narciso, *ARA...*, 111-155.

¹¹⁴⁷ Serra, *As explosões...*, 75.

¹¹⁴⁸ Serra, *As explosões...*, 143.

¹¹⁴⁹ Narciso, *ARA...*, 16.

CONCLUSÕES

1.

Os processos de construção da história dos exilados comunistas portugueses entre 1960 e 1974 e as dinâmicas de formação e dissolução dos colectivos como objecto de estudo implicam a *desconstrução* do posicionamento teórico do PCP relativamente ao exílio político. Álvaro Cunhal admitiu circunstancialmente a existência de dirigentes no *exterior* quando utilizou a expressão *interior do país*, embora se referisse a essa circunstância de exílio político como um recuo táctico para *defender o partido*. Na abordagem que concebeu para minimizar essa realidade *de facto*, a ideia do *recuo* significava suspender uma actividade partidária específica por um período de tempo limitado, tendo em conta a necessidade de preservar a estratégia global.

O recuo táctico era admissível perante ofensivas significativas da repressão, ou seja, a constatação das circunstâncias concretas da luta no *interior* justificava o exílio político por um determinado período como *táctica defensiva*, tendo em consideração a necessidade de preservar os grandes objectivos estratégicos para a tomada do poder.

Trata-se de uma teorização que Álvaro Cunhal desenvolveu com cautela, recusando admitir explicitamente a existência de exilados comunistas apesar das evidências. Por um lado, o facto de ele próprio ter solicitado autorização de exílio ao Estado Novo quanto estava preso no Forte de Peniche. Uma operação que justificou ao envio de um emissário a Moscovo para solicitar o envolvimento do PCUS na obtenção de uma autorização para propor o exílio concreto no México. Por outro, as profundas alterações efectuadas para adaptar a organização clandestina do PCP às novas circunstâncias, isto é, o impacto das dinâmicas produzidas pelo crescente deslocamento para o *exterior* de comunistas e a conseqüente formação de colectivos políticos, que construíram a sua própria identidade no decurso dessas experiências.

As reservas teóricas de Álvaro Cunhal para admitir a existência de exílio político no PCP decorrem da conjugação de várias circunstâncias. Por um lado, esta realidade surgiu como consequência da sua própria saída para a União Soviética, e o seu reconhecimento constituía potencialmente uma fragilidade, isto é, um líder revolucionário ausente da luta *concreta*. Por outro lado, o PCP debatia-se com as suas próprias limitações quanto ao número de militantes e de quadros envolvidos na luta

diária, sendo também necessário ter em consideração as condições de trabalho no *interior*: apesar do elevado risco, a luta política contra o Estado Novo não representava um perigo de vida claro e inequívoco.

O folheto *Se fores preso, camarada* era distribuído aos funcionários clandestinos para anteciparem o que os esperava se fossem presos pela PIDE e assim transformarem um acto violento numa oportunidade para prestar *credenciais revolucionárias*. Como? Resistindo às torturas e ao cumprimento das penas até que voltassem à liberdade, isto é; à organização da luta. A experiência da prisão podia assim servir para *domesticar a incerteza* decorrente da acção da máquina repressiva. Em Espanha, a captura dos comunistas resultava inúmeras vezes em fuzilamentos.

Importa também colocar em perspectiva a intransigência de Álvaro Cunhal na preservação da estratégia da tomada do poder, cujos fundamentos estavam baseados na organização permanente das massas, ou seja, a revolução tinha de ser feita no *interior* através das ligações entre a vanguarda da luta e os trabalhadores e o povo. O que remete para mais um factor: o *interior* era um lugar objectivo e subjectivo da legitimação revolucionária enquanto *prática política e de vida* para os comunistas portugueses, ou seja, um elemento identitário fundamental.

A necessidade de proteger Álvaro Cunhal através da sua colocação no exílio representou não apenas uma nova etapa do combate contra a ditadura, mas também uma ruptura na longa experiência de clandestinidade do PCP.

2.

A fuga colectiva do Forte de Peniche no dia 3 de Janeiro de 1960 constituiu assim um ponto de viragem na história do PCP, na medida em que o aumento agudo da repressão tornava previsível uma recaptura caso Álvaro Cunhal continuasse no *interior*. O que acabou por acontecer com metade dos dirigentes que escaparam nessa mesma ocasião. Francisco Miguel, Carlos Costa, Guilherme da Costa Carvalho, José Carlos e Rogério de Carvalho foram presos num curto espaço de tempo e, no mesmo período, a PIDE prendeu mais dois membros do Secretariado, Octávio Pato e Joaquim Pires Jorge.

O aumento da repressão e conseqüente risco de prisão conduziram assim à decisiva reunião do Comité Central, em Março de 1961, que formalizou a ascensão de Álvaro Cunhal a secretário-geral e decidiu a sua deslocação para o estrangeiro para evitar que o

aparelho repressivo voltasse a prendê-lo. O que forçou também a reorganização da estrutura dirigente do PCP e de todo o aparelho clandestino, tendo desde logo sido criado um novo órgão de direcção política exclusivamente centrado na orientação da luta no *interior*.

Os comunistas portugueses viam-se na contingência de abandonar Portugal para escapar aos mecanismos institucionais de repressão, ou seja, eram impelidos pelas ameaças decorrentes dos riscos da prisão e das torturas. Tratava-se de uma experiência de carácter transitório, cujos limites dependiam de uma mudança da situação que eliminasse esses riscos. O que resultou em duas consequências imediatas no processo de construção das identidades dos colectivos de exilados: a recusa de assimilação pelas sociedades de acolhimento, o que explica a vida clandestina mesmo em regimes socialistas, e a permanente intenção de regressar. O *pathos* do exílio encontrava-se precisamente nessa impossibilidade de *regressar a casa*.

A ideia de retorno, transitoriedade e sacrifício resulta na necessidade de os comunistas exilados envolverem-se em actividades concretas no *exterior* que contribuíssem para essa mudança em respeito pelas suas convicções. Identifica-se nesta missão um factor diferenciador em relação a todos os outros grupos. Os comunistas portugueses partilhavam o compromisso de *fazer alguma coisa* para mudarem situação no *interior*, isto é, transformavam a presença no *exterior* em contributos directos para alcançar o *objectivo supremo* da luta do PCP: liderar uma *revolução democrática e nacional* como primeira etapa do processo de construção do socialismo e do comunismo em Portugal.

3.

A primeira experiência de exílio do PCP protagonizada pelo seu secretário-geral abriu caminho à *saída* de outros membros do Secretariado do Comité Central e à progressiva constituição de colectivos de exilados políticos que se encontrassem em situação de risco no *interior* ou que tivessem competências distintivas para o exercício de tarefas específicas a partir do *exterior*, por exemplo, as actividades de propaganda. Esta situação conduziu à construção do conceito de *Exílio Político Funcional* e a sua aplicação às circunstâncias concretas.

Álvaro Cunhal permitiu o exílio de comunistas que estavam em risco de serem presos, funcionários com aptidões para o desempenho de tarefas específicas, viúvas e

companheiras para trabalhos de apoio. A sua permanência no *exterior* teve um carácter transitório e dependeu desse exercício de apoio permanente à luta no *interior*.

A presença de dirigentes comunistas em Argel permitiu as primeiras experiências individuais de exílio. Pedro Soares, Fernando Piteira Santos e Nuno Ramos de Almeida asseguraram as ligações (ainda que precárias) com os exilados de várias correntes políticas, tendo como objectivo a recriação de um organismo de carácter frentista que agregasse as oposições no *exterior*. Tratava-se de um instrumento com potencial para ser enquadrado na estratégia da tomada do poder, ou seja, no caudal que importava alargar no âmbito da revolução democrática e nacional.

As disputas pelo domínio político da Frente Patriótica de Libertação Nacional e as divergências quanto às ideias concretas de unidade acabaram por provocar um conflito com Humberto Delgado e incapacitar o potencial agregador deste movimento oposicionista. Desta experiência, restaram pouco mais do que profundas críticas entre exilados, cuja real capacidade nunca foi verdadeiramente considerada por Álvaro Cunhal.

O secretário-geral do PCP valorizou acima de tudo as relações privilegiadas com o PCUS e com os principais dirigentes do movimento comunista internacional. O que justificou a sua instalação em Moscovo durante o período inicial da experiência de exílio, tendo nessa altura feito aprovar uma profunda renovação estratégica do PCP baseada na insurreição popular armada, ou seja, posicionou o PCP para uma tomada violenta do poder como culminar das múltiplas lutas desenvolvidas no *interior*.

No cumprimento destas tarefas, Álvaro Cunhal rodeou-se de um grupo restrito de militantes e recriou em Moscovo um ambiente marcadamente familiar. Além da companheira e da filha recém-nascida, Isaura Moreira e Ana Cunhal, instalou perto de si a cunhada, Dorília Moreira; um *braço-direito* da máxima confiança política, Francisco Miguel, e a viúva de um importante dirigente para colaborar nas funções de Secretariado, Margarida Tengarrinha, membro do aparelho técnico. Este núcleo contava ainda com Manuel Rodrigues da Silva como *referente* do PCP em Moscovo e com Carlos Aboim Inglês, cujas ligações ao Internatzionalny Dom permitiram o exílio de mais de uma dezena de filhos de funcionários clandestinos.

A investigação sobre estas experiências particulares dos filhos dos dirigentes permitiu colocar em perspectiva as dinâmicas geradas pelas exigências da clandestinidade, ou seja, o limite dos sacrifícios exigidos aos funcionários clandestinos. Quando as condições de segurança podiam ser colocadas em risco pela presença de crianças, estes *revolucionários profissionais* eram confrontados com a necessidade de desagregarem as suas famílias e enviarem os filhos para a União Soviética. Trata-se de uma realidade pouco conhecida da história do comunismo em Portugal e que resulta das circunstâncias da luta concreta na década de 60.

A missão política do colectivo de Moscovo ficou marcada pela aprovação do *Rumo à Vitória*, pela organização do primeiro congresso do PCP no *exterior* e pelo estabelecimento de relações permanentes com o PCUS. Uma parte dos exilados transitou depois para Bucareste, no sentido de exercer funções no recém aparelho de propaganda no *exterior*. A fundação da *Rádio Portugal Livre* permitiu aos comunistas disporem na plenitude do seu primeiro instrumento moderno de comunicação de massas e não apenas de rubricas pontuais nas rádios nacionais de Moscovo, Praga e Bucareste.

Aurélio Santos assumiu a sua direcção após uma formação na secção portuguesa da *Rádio Moscovo*, ficando responsável pela coordenação de um colectivo que tinha na sua base Margarida Tengarrinha, Rui Perdigão e Carlos Antunes. O trabalho funcional centrava-se na divulgação das mensagens do PCP e do PCUS, mas os exilados acrescentavam também os seus próprios contributos, nomeadamente através de entrevistas a militantes recém-chegados do *interior* e *reportagens* realizadas em cidades soviéticas fortemente simbólicas para motivar as massas no *interior*. O colectivo manteve-se em funções até 1974, tendo resistido à profunda reconfiguração resultante das dissidências de Carlos Antunes e Rui Perdigão por causa da invasão de Praga.

As funções na capital da Checoslováquia focavam-se nas relações com os restantes partidos comunistas e nos processos políticos de obtenção das fundamentais autorizações prévias para a entrada em Moscovo. Praga funcionava como porta de entrada para a União Soviética. O papel inicial exercido por José Gregório e Georgette Ferreira acabou por ser secundarizado com a nomeação de Cândida Ventura. A primeira mulher a chegar ao Secretariado do Comité Central posicionou-se com destaque junto dos comunistas checoslovacos renovadores e acabou por entrar em conflito irreversível com o PCP quando a Primavera de Praga sucumbiu à invasão militar. Tal como

Flausino Torres e Álvaro Bandarra, cujas críticas directas a Álvaro Cunhal forçaram o PCP a assumir a perda desta base.

A transferência do secretário-geral para Paris representa a última fase do exílio dos comunistas portugueses. A constante exposição aos fluxos e refluxos do movimento comunista internacional aprofundou as divergências, tendo as franjas mais à esquerda provocado uma desagregação e posterior reagrupamento em torno de novos movimentos apoiantes do comunismo chinês e defensores da criação de um novo partido marxista-leninista que combatesse o PCP.

Os contactos com as consideráveis comunidades de migrantes económicos, a forte pressão exercida pela PIDE em França e a escalada das guerras em África tornaram o exílio em Paris globalmente volátil. Álvaro Cunhal teve de enfrentar múltiplas ameaças *externas* e *internas* e viu-se forçado a corrigir linhas tácticas de grande relevo, por exemplo, a política de formação de quadros e o *travão* imposto às deserções militares para viabilizar a *infiltração* das Forças Armadas. Um instrumento considerado vital na estratégia de tomada do poder.

O rompimento de Francisco Martins Rodrigues e de Carlos Antunes em defesa de acções directas armadas contra o Estado Novo levou Álvaro Cunhal a ceder à pressão *interna* na activação de um braço armado do PCP, mas as acções da ARA não impediram a *cogumelização* de movimentos extremistas e a sedução de estudantes e dos quadros comunistas mais jovens.

A queda do Estado Novo justificou a desactivação dos colectivos e o regresso imediato a Portugal dos exilados políticos, incluindo as crianças que aguardavam pelo final do ano lectivo em Ivanovo. Os comunistas portugueses no exílio deram importantes contributos para a luta no *interior* através das funções que exerceram, mas em todos esses colectivos ocorreram dissidências resultantes da sua primeira exposição às dinâmicas do mundo contemporâneo. Julgamos assim que a investigação atingiu os seus objectivos quanto ao estudo dos exilados comunistas portugueses entre 1960 e 1974 e os processos de formação e dissolução dos colectivos, através de uma narrativa histórica coerente e abrangente.

ANEXOS

QUADRO 1 – EXÍLIO POLÍTICO FUNCIONAL

CONDICIONANTES	
ESTRATÉGIA DE TOMADA DO PODER	NECESSIDADE DE CONTROLO DIRECTO DAS MASSAS
	LIMITAÇÕES OPERACIONAIS
	CARACTERÍSTICAS DA REPRESSÃO

CONDIÇÃO DOS EXILADOS		
IMINÊNCIA DE PRISÃO (DIRIGENTES/FUNCIONÁRIOS <i>QUEIMADOS</i>)	APTIDÃO PARA O DESEMPENHO DE TAREFAS ESPECÍFICAS	VIÚVAS E COMPANHEIRAS

FUNÇÕES DE APOIO		
PROPAGANDA	LIGAÇÕES INTERNACIONAIS	APOIO AO SECRETARIADO

QUADRO 2 – EMIGRADOS, REFUGIADOS, EXPATRIADOS E EXILADOS

CATEGORIA	CAUSAS		DECISÃO	OBJECTIVOS	CAPACIDADE DE REGRESSO	INTEGRAÇÃO NAS SOCIEDADES DE ACOLHIMENTO (1)		ACTIVIDADE CONTRA REGIME DE ORIGEM
EMIGRADO	Económicas (2)	Impulsionados	LIVRE	Procura voluntária de melhores condições de vida. Continuidade de contactos com país de origem	SIM	SIM	NÃO	
		Puxados (3)						
REFUGIADO	Guerras, catástrofes naturais, perseguições étnicas ou religiosas	Impelidos	LIVRE	Procura de uma <i>nova vida</i> e de uma <i>nova casa</i>	SIM	SIM	Plena a)	NÃO
		Forçados (4)					Realista b)	
							Dolorosa c)	
							Resistente d)	
EXPATRIADO	Sociais/Políticas		LIVRE	Vontade explícita de inserção numa sociedade diferente	SIM	SIM	SIM/NÃO (5)	
EXILADO	Políticas	FORÇADA (6)	Luta contra regime de origem	Total comprometimento político		NÃO (7)	NÃO	SIM
				Actividade política consistente				
				Dimensão colectiva	Organizações que lutam a partir do exterior para derrubar os regimes de origem			
					Organizações que lutam a partir do exterior pela independência (autodeterminação/descolonização)			
				Organizações que lutam a partir do exterior para recuperar a independência				

- 1) Esta categoria tem implícita uma certa ideia de intencionalidade ou de comprometimento com a pátria. É nesse sentido que Martin. A. Miller e Lewis Close distinguem entre refugiados que pretendem instalar-se permanentemente nos países de acolhimento e os exilados que encaram as suas presenças como temporárias e ambicionam regressar um dia às suas pátrias de origem. De qualquer forma, a assimilação não é inteiramente uma questão de livre escolha, na medida em que depende da receptividade da sociedade e das políticas do país de acolhimento. Investigadores como Hans Speier, por exemplo, caracterizam as habilitações profissionais/técnicas como factores de diferenciações. A proposta de Lewis J. Edinger para diferenciar exilados de refugiados assenta no estado de espírito, ou seja, o exilado não procura uma nova vida nem uma nova casa, encara a sua permanência como estritamente temporária e não pretende ser socialmente assimilado. Na oportuna síntese de Egon Kunz, o exilado é um refugiado para quem as portas se fecharam atrás de si.
- 2) Edward W. Said divide claramente exilados, refugiados, expatriados e emigrantes e neste último caso adverte que se trata um estatuto ambíguo. O facto de optarem por sair livremente do seu país e a possibilidade de regressarem constituem diferenças substanciais em relação ao exilados, mas podem, de facto, ter um certo sentido de exílio. Já os exilados são submetidos ao peso da expulsão e impedimento de voltar a casa. Said situa-os mesmo num estado de ser descontínuo, na medida em que transportam um toque de solidão e espiritualidade. Na mesma perspectiva, Peter Rose fala na partilha de perspectiva de destino inaceitável.
- 3) William Petersen adopta esta subdivisão para distinguir entre motivos pessoais e causas externas. Os emigrantes empurrados são impelidos a procurar outro países na sequência de alterações radicais das suas vidas. Art Hansen e Anthony Oliver-Smith acrescentam que essas causas tanto podem resultar de catástrofes naturais como de motivos sócio-políticos. Os emigrados puxados saem do seu país voluntariamente, ou seja, trata-se de um desejo positivo. Neste caso concreto, Egon Kunz acrescenta que o país de acolhimento proporciona as condições que motivam esse desejo.
- 4) William Petersen ensaia uma distinção entre o sentido de urgência das pessoas que saem dos seus países (*forced/impelled*) e E.F. Kunz distingue as motivações entre antecipatórias (*anticipatory*) e agudas (*acute*). Os refugiados impelidos/antecipatórios estão limitados na sua capacidade de decisão quanto a abandonar ou não o seu país, ou seja, fogem do seu país temendo que a deterioração da situação política ou social possa mais tarde impedir sua saída livre. Segundo Barry Stein, pressentem o perigo antes de as situações de crise ocorrem. Os refugiados forçados/agudos enfrentam uma escolha imediata entre emigração e uma ameaça à sua vida. Barry N. Stein fala mesmo em impulso irresistível (*overwhelming push*).
- 5) Yossi Shain considera que os expatriados podem ser considerados exilados políticos se estiverem envolvidos em actividades políticas. Implica lutar directamente contra regimes ou contra políticas concretas, no sentido de criar condições favoráveis ao regresso.
- 6) Paul Tabori clarifica que o carácter forçado da decisão pode decorrer de «ameaças impessoais» e cita em concreto que as forças que impelem a saída podem ser políticas, económicas ou puramente psicológicas. Não constitui uma diferença essencial saber se o exilado é fisicamente forçado ao abandono do seu país ou se decide abandoná-lo sem que tal pressão seja imediata. Claudio Bolzman cita em concreto «as perseguições ideológicas após uma situação de guerra civil, de revolução ou de

contra-revolução» e acrescenta que uma das piores formas de violência directa praticada pelos regimes ditatoriais é tortura física e psicológica infligidas a alguém a fim de destruir a sua resistência. Permite também intimidar os outros a submeterem-se à vontade dos grupos dominantes e desencorajar qualquer forma de oposição activa.

- 7) Mario Sznajder e Louis Roniger defendem claramente que o exílio político pressupõe i) a existência de mecanismos institucionais de exclusão das pessoas envolvidas na política ii) que são forçados a abandonar o seu país de origem e/ou local de residência iii) ficando impossibilitados de regressar até que exista uma alteração das circunstâncias políticas. Num dos seus ensaios, Edward Said clarifica mesmo que o *pathos* do exílio encontra-se precisamente na impossibilidade de regressar a casa.
- a) Rejeitados como um todo pela sua nação, procuram plena assimilação
 - b) Mantêm laços com a pátria, mas com a consciência de que a perda pode ser permanente
 - c) Identificados pelas sociedades de integração como elementos estranhos, abdicam da perspectiva de futuro
 - d) Não se consideram parte da nação de acolhimento

QUADRO 3 – OS FILHOS DA CLANDESTINIDADE

IVANOVO						
NOME	PSEUDÓNIMO	NATURALIDADE	CHEGADA	IDADE DA CHEGADA	FUNÇÕES PARTIDÁRIAS DOS PAIS	DURAÇÃO
Maria Armanda Serra	<i>Manuela Castro</i>	Lisboa	1963	18 anos	O pai exerceu elevadas funções no PCP e a mãe funcionalizou-se nas casas clandestinas.	11 anos
José Serra	-	Lisboa	1968	6 anos		7 anos
Odete da Graça Rito	<i>Helena Frutuoso</i>	Montijo	1963	10 anos	Funcionários da indústria corticeira.	11 anos
Manuel Silva	<i>Sérgio Frutuoso</i>	Porto	1963	9 anos	Funcionários da indústria conserveira. Mais tarde do aparelho de propaganda e do aparelho de fronteira.	11 anos
Joaquim Carvalho Paula	<i>José Silva</i>	Lisboa	1964	8 anos	O pai era funcionário do aparelho clandestino no Algarve e a mãe funcionalizou-se nas casas clandestinas. O pai foi mais tarde expulso do PCP por ter prestado declarações na PIDE.	10 anos
Ana Carvalho Paula	<i>Isabel Silva</i>	Lisboa	1964	5 anos		10 anos
Catarina Esteves	<i>Catarina Lopes das Neves</i>	Mafra	1964	8 anos	Funcionários das casas de apoio.	10 anos
Luís Carlos Lagarto	<i>Carlos Oliveira</i>	Viana do Castelo	1964	7 anos	Funcionários das casas de apoio.	10 anos
José Leal	<i>José Saraiva</i>	-	1964	8 anos	Funcionários das casas de apoio.	10 anos
Alberto Caeiro Costa	-	Lisboa	1968	6 anos	Funcionários das casas de apoio.	7 anos
Helena Caeiro Costa	-	Lisboa	1972	7 anos		2 anos
Cecília Costa	-	-	-	6/7 anos	Funcionários do aparelho de propaganda.	-
Luís Costa	-	-	-	3 anos		-

**QUADRO 4 - TIPOLOGIA DA IMPRENSA CLANDESTINA PUBLICADA NO
EXÍLIO**

TEMA	TÍTULO	LOCAL	ORGANIZAÇÕES	
ORGANIZAÇÃO DA LUTA NO INTERIOR	<i>Acção Popular</i>	Argélia, França e Portugal	Frente de Acção Popular (FAP)	FRENTISTA
	<i>Action Populaire</i>	Paris		
	<i>Accção Revolucionária</i>	Argélia, França, Portugal e Inglaterra	Movimento de Acção Revolucionária (MAR)	
	<i>Fronteira</i>	França	Liga de Unidade e Acção revolucionária (LUAR)	
	<i>JAPPA</i>	Argélia	Junta de Acção Patriótica dos Portugueses da Argélia (JAPPA)	
	<i>Frente</i>	Argélia	Frente Portuguesa de Libertação Nacional (FPLN)	
	<i>Portugal Informação</i>	Argélia	Frente Portuguesa de Libertação Nacional (FPLN)	
	<i>Frente Libertária</i>	França	<i>Anarquista</i>	
ORGANIZAÇÃO DAS LUTAS DOS TRABALHADORES EM FRANÇA	<i>O Alarme!</i>	França	Organização Comunista Marxista Leninista Portuguesa (OCMLP)	MARXISTA LENINISTA
	<i>Alavanca</i>	França	Comité Marxista Leninista Português (CMLP)	
	<i>A Centelha</i>	França	Comité Marxista Leninista Português (CMLP)	
	<i>O Novo Militante</i>	França	Comité Marxista Leninista Português (CMLP)	
	<i>Citroen Rouge</i>	França	Ligue Communiste	TROTSKISTA
	<i>Combate Operário</i>	França	O poder aos Trabalhadores!	COMUNISTA
	<i>As Armas do Povo</i>	França	Núcleos <i>O Comunista</i>	
	<i>Ergue-te e Luta</i>	França	Núcleos <i>O Comunista</i>	

TIPOLOGIA DA IMPRENSA CLANDESTINA PUBLICADA NO EXÍLIO

TEMA	TÍTULO	LOCAL	ORGANIZAÇÕES	
CONTRA A GUERRA EM ÁFRICA E APOIO AOS DESERTORES E REFRATÁRIOS	<i>Luta</i>	França	Comité de Apoio aos Desertores Portugueses em França	
	<i>Boletim</i>	França	Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado (MRPP)	MAOÍSTA
	<i>Boletim CPLAI</i>	França	Comité Português de Luta Anti-Imperialista (CMLP)	MARXISTA LENINISTA
	<i>Comité</i>	França	Partido Comunista de Portugal Marxista Leninista (PCP-ml)	
DEBATE TEÓRICO	<i>Cadernos</i>	França	Círculo de Iniciativa Política	
	<i>Cadernos de Circunstância</i>	França	Comissão Coordenadora	
	<i>A Ideia</i>	França	Órgão Anarquista Específico de Expressão Portuguesa	ANARQUISTA
	<i>Estrela Vermelha</i>	França, Bélgica e Portugal	Partido Comunista de Portugal Marxista Leninista (PCP-ml)	MARXISTA LENINISTA
CULTURA	<i>Seara Vermelha</i>	França	Partido Comunista de Portugal Marxista Leninista (PCP-ml)	MARXISTA LENINISTA
	<i>Cadernos Teatro Operário</i>	França	Organização Comunista Marxista Leninista Portuguesa (OCMLP)	MARXISTA LENINISTA
GENERALISTAS	<i>Jornal do Emigrante</i>	França	(Palco de lutas sucessivas pela propriedade e direcção)	
	<i>Jornal Português</i>	França	(Sem filiação partidária directa)	
	<i>O Salto</i>	França	(Sem filiação partidária directa)	

Quadro de síntese elaborado a partir de Miguel Cardina e José Pacheco Pereira. Dada a proliferação de títulos, estão seleccionadas somente as publicações que tiveram alguma regularidade e/ou relevância temática e/ou carácter demonstrativo da diversidade político ideológica.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

1. Fontes manuscritas

1.1 Arquivos Públicos

1.1.1 Arquivo Estatal da História Moderna da Rússia, Moscovo.

1.1.2 Arquivo Histórico Diplomático (AHD)

1.1.2.1 *Política Europa América* (PEA)

1.1.3 Arquivos Nacionais Torre do Tombo (ANTT)

1.1.3.1 *Fundo António Oliveira Salazar* (AOS)

1.1.3.2 *PIDE-DGS* (PIDE)

1.1.4 Fundação Mário Soares (FMS)

1.1.5 Universidade de Coimbra, Centro de Documentação 25 de Abril

1.2 Arquivos Privados

1.2.1 Arquivo Pessoal Eugénia Cunhal.

1.2.2 Arquivo Pessoal Maria Armanda Serra.

1.2.3 Arquivo Pessoal Odete Graça Rito.

2. Fontes impressas

2.1 Documentos

2.1.1 *A Superioridade Moral dos Comunistas.*

2.1.2 *Secretariado do CC, A Todos os Militantes do PCP: Disciplina Partidária.*

2.1.3 *Resolução do Secretariado, Setembro 1946.*

2.1.4 *Cadernos da Prisão – Documentos de Peniche.*

2.1.5 *Dossier Brigadas Revolucionárias.*

3. Fontes Orais

	NOME	DATA	LOCAL	EXÍLIO
3.1	Alberto Caeiro da Costa	17 de Fevereiro de 2011	Lisboa	Ivanovo
3.2	Aurélio Santos	29 de Maio 2009	Lisboa	Moscovo e Bucarest
3.3	Cândida Ventura	1 de Outubro de 2010	Portimão	Praga
3.4		24 de Maio de 2009	Lagos	
3.5	Carlos Antunes	15 de Fevereiro de 2015	Lisboa	Bucarest e Paris
3.6	Carlos Brito	7 de Outubro de 2014	Alcoutim	Paris
3.7	Carlos Costa	24 de Maio 2009	Forte de Peniche	-
3.8	Catarina Esteves	8 de Dezembro de 2013	Moita	Ivanovo
3.9	Cláudio Torres	7 de Janeiro de 2015	Mértola	Argel e Bucarest
3.10	Eugénia Cunhal	1 de Outubro de 2010	Lisboa	-
3.11		4 de Julho de 2009		
3.12	Isaura Moreira	5 de Outubro 2009	Lisboa	Moscovo e Bucarest
3.13	Jaime Serra	9 de Fevereiro de 2011	Almada	-
3.14	José Serra	3 de Fevereiro de 2013	Lisboa	Ivanovo
3.15	Joaquim Carvalho Paula	11 de Março de 2011	Lisboa	Ivanovo
3.16	Joaquim Gomes	24 de Maio 2009	Forte de Peniche	-
3.17	Laura Serra	9 de Fevereiro de 2011	Almada	-
3.18	Luís Carlos Lagarto	22 de Fevereiro de 2011	Viana do Castelo	Ivanovo
3.19	Manuel da Silva	22 de Fevereiro de 2011	Porto	Ivanovo
3.20	Margarida Tengarrinha	21 de Outubro 2009	Portimão	Moscovo e Bucarest
3.21		24 de Maio 2009	Lisboa	
3.22	Maria Armanda Serra	28 de Janeiro de 2011	Lisboa	Ivanovo
3.23		9 de Fevereiro de 2011	Almada	
3.24	Odete Sobral Rito	4 de Fevereiro de 2011	Montijo	Ivanovo
3.25	Santiago Carrillo	24 de Maio de 2009	Madrid	-
3.26	Sofia Ferreira	4 de Março 2009	Lisboa	-
3.27	Zita Seabra	7 de Maio de 2014	Lisboa	Paris

4. Bibliografia

4.1 Investigação académica

- Castillo Rodríguez, Susana. «Memoria, educación e historia: el caso de los gitanos españoles evacuados a la Unión Soviética durante la Guerra Civil Española». Tesis doctoral, Madrid, Departamento de Antropología Social, Facultad de CC. PP. Y Sociología, 1999.
- Madeira, João Manuel Martins. «O Partido Comunista Português e a Guerra Fria: “sectarismo”, “desvio de direita”, Rumo à Vitória». Tese de doutoramento, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, 2011.
- Many, Judith. «Le Parti Communiste Portugais et la question coloniale, 1921-1974». Tese de doutoramento em ciência política, Bordéus, Université Montesquieu 2004.
- Martins, Susana. «Exilados portugueses em Argel. A FPLN das origens à ruptura com Humberto Delgado (1960-1965)». Tese de doutoramento, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, 2013.
- Neves, José. «Comunismo e Nacionalismo em Portugal: Política, Cultura e História no século XX». Tese de doutoramento em História Moderna e Contemporânea, Lisboa, História das Culturas e das Mentalidades no Período Contemporâneo, ISCTE, 2007.
- Nogueira, Cristina Alexandra Marques. «De militantes a clandestinos: práticas e processos de formação na clandestinidade comunista (1940-1974)». Tese de doutoramento, Porto, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, 2009.
- Pereira, Ana Cristina Clímaco. «L'exil portugais en France e Espagne. 1927-1940». Tese de doutoramento, Paris, Université de Paris 7, 1988.
- Pereira, Víctor, «Les Exilés Politiques Portugais en France de 1958 à 1974», tese de mestrado, Rouen, Université de Rouen, 2000.
- Pinto, António Costa. «A emergência da história oral». Tese de mestrado, Lisboa, ISCTE, 1986.

4.2 Artigos

- Adelman, Jeremy. «An Age of Imperial Revolutions». *The American Historical Review* (2008): 319–340.
- Alaoui, Myriam Hachimi. «Exilés ou immigrés? Regards croisés sur les Algériens en France et au Québec». *Confluences Méditerranée*, n. 39 (2001): 7-117.
- Barreto, António. «A formação do secretário-geral», *Pública*, 29 de Agosto, 1999.
- Benayoun-Bordes, Chantal. «Les diasporas, dispersion spatiale, expérience sociale». *Autrepart*, n. 22 (2002): 23-36.
- Berger, Karim. «Exil, mon pays d'origine». *Études*, tomo 412 (2010): 233-240.
- Bolzman, Claudio. «De l'exil à la diaspora: l'exemple de la migration chilienne». *Autrepart*, n. 22 (2002): 91-101.
- Bolzman, Claudio. «Violence politique, exil et formes de résilience». *Editions Médecine et Hygiène & HU*, (2006): 162-173.
- Buruma, Ian. «Exil». *Le Débat*, n. 115 (2001): 157-164.
- Cunha, Carlos. «Cat and Mouse: Conducting Research in a Russian Archive». *Portuguese Studies Review*, V (2), Inverno – Primavera, (1996): 37-51.
- Cunha, Carlos. «Quanto mais as coisas mudam... Os 75 anos do PCP». *Análise Social*, vol. 138 (1996): 1021-1032.
- Cunha, Carlos. «Sobre alguns aspectos da evolução política do PCP após a reorganização de 1929 (1931-1933)». *Análise Social*, n.67-68 (1981): 715-731.
- Green, Nancy L. «Expatriation, Expatriates, and Expats: The American Transformation of a Concept». *The American Historical Review*, n.114 (2009): 307-328.
- Groppo, Bruno. «Exilés et réfugiés: l'évolution de la notion de réfugié au XXe siècle». *Historia Actual On Line*, n. 2 (2003): 69-79.
- Haupt, George. «Rôle de l'exil dans la diffusion de l'image de l'intelligentsia révolutionnaire». *Cahiers do monde russe et soviétique*, vol. 19, n.3 (1978): 235-249.
- Hayden, Robert M. «Schindler's Fate: Genocide, Ethnic Cleansing, and Population Transfers». *Slavic Review*, vol. 55, n. 4 (1996): 767-778.
- Hovonssian, Martine. «La notion de diaspora. Usages et champ sémantique». *Journal des Anthropologues* (1998): 72-73.
- Hurtado-Beca, Cristina. «Le Deuxième Exil: Le Retour au Pays». *Hermès*, n. 10 (1992): 251-261.
- Kévonian, Dzovinar. «Deux siècles de réfugiés: circulations, qualifications, internationalisation». *Pouvoirs*, n. 144 (2013): 17-32.
- Kocka, Jürgen. «Comparison and Beyond». *History and Theory*, vol. 42, n. 1 (2003): 39-44.
- Kolaja, Jiri. «A Sociological note on the Czechoslovak anti-communist refugee». *American Journal of Sociology*, vol.58, n. 3 (1952): 289-291.
- Kunz, Egon F. «The Refugee in Flight: Kinetic Models and Forms of Displacement». *International Migration Review*, vol 7. n. 2 (1973): 125-146.
- Madeira, João. «Bolchevização, funcionários clandestinos e identidade no PCP». *História das Ideias*, vol. 25 (2004): 507-532.
- Madeira, João. «O PCP e a validade universal da experiência soviética». *História*, nova série, n.2 (1998): 16-27.
- Mangalam, J.J., e Harry Schwarzweller. «Some Theoretical Guidelines Toward a Sociology of Migration». *International Migration Review*, vol.4, n. 2 (1975): 173-187.

- Mendes, Catarina. «El Partido Comunista Portugués en la lucha contra el colonialismo», *Problemas da Paz e do Socialismo*. Outubro (1972): 82-83.
- Nunes, João Arsénio. «Sobre alguns aspectos da evolução política do Partido Comunista Português após a reorganização de 1929 (1931-33)». *Análise Social*, vol. XVII, n. 67/69 (1981): 715-731.
- Oliveira, Luísa Tiago. «A História oral em Portugal». *Sociologia, Problemas e Práticas*, n.63 (2010): 139-156.
- Peralta, Elsa. «Abordagens teóricas ao estudo da memória social: uma resenha crítica». *Antropologia, Escala e Memória*, n.2 (2007): 4-23.
- Pereira, José Pacheco. «Contribuição para a história do PCP na I República (1921-26)». *Análise Social*, n.67-68-69 (1981): 696-713.
- Pereira, Víctor. «Émigration et politique de main d'ouvreur au Portugal de 1957 à 1974». *Immigration et marche du travail*, n.1263, Septembre-octobre (2006): 58-69.
- Pereira, Víctor. «Émigration, résistance et démocratisation – L'émigration portugaise au crépuscule de l'Estado Novo». *Mélanges de la Casa de Velázquez*, n. 37 (2007): 219-240.
- Pereira, Víctor. «Emigrés surveillés – La Pide et les Portugais en France». *Latitudes*, n.21, Setembro (2004): 3-12.
- Pereira, Víctor. «L'émigration clandestine portugaise vers la France et les paradoxes de l'intégration européenne». *Sociétés Politiques Comparées – Revue Européenne d'Analyse des Sociétés Politiques*, n.19, Novembro (2009): 2-29.
- Pereira, Víctor. «L'Engagement des exilés politiques portugais en France de 1958 à 1974». *Latitudes*, n.11, Maio (2001): 11-17.
- Pereira, Víctor. «Les pratiques clandestines en exil - Le parti communiste portugais, 1958-1974». *Bulletin de l'Institut Pierre Renouvin*, n. 38 (2013): 93-93.
- Pereira, Víctor. «Ni Héros ni Escrocs: Les Passeurs Portugais (1957-1974)». *Plein droit*, n.84 (2010): 12-16.
- Pereira, Víctor. «L'engagement des exilés politiques portugais en France de 1958 à 1974», *Latitudes* (2001): 11-17.
- Petersen, William. «A General Typology of Migration», *American Sociological Review*. vol. 23, n. 3 (1958): 256-266.
- Pinto, António Costa. «O salazarismo na recente investigação sobre o fascismo europeu – velhos problemas, velhas respostas?». *Análise Social*, vol. XXV (1990): 695-713.
- Pita, António Pedro. «A recepção do marxismo pelos intelectuais portugueses (1930-1941)». *Oficina do Centro de Estudos Sociais*, n.12, Julho (1989).
- Pita, António Pedro. «O Marxismo na constituição ideológica e política do PCP». *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.40, Outubro (1994): 89-107.
- Pollak, Michael. «Memória e identidade social». *Estudos Históricos*, vol. 5, n. 10 (1992): 200-212.
- Pollak, Michael. «Memória, esquecimento, silêncio». *Estudos Históricos*, vol. 2, n. 3 (1989): 3-15.
- Ponty, Janine. «Refugiés, exilés, des catégories problématiques». *Matériaux pour l'histoire de notre temps*, n. 44 (1996): 9-13.
- Puig, Nicolas. «Exils décalés. Les registres de na nostalgie dans les musiques palestiniennes au Liban». *Revue européenne des migrations internationales*, vol.25, n. 2 (2009): 83-100.
- Romero, Federico. «Cold War historiography at the crossroads», *Cold War History*, n.14:4 (2014): 685-703.

- Rowley, David. «Russian Nationalism and the Cold War». *The American Historical Review*, vol. 99, n.1 (1994): 155-171.
- Safran, William. «Diasporas in Modern Societies: Myths of Homeland and Return». *Diaspora: A Journal of Transnational Studies*, vol.1, n. 1 (1991): 83-99.
- Sanches, Andreia. «Filhos de clandestinos portugueses na União Soviética», *Pública*, 8 de Agosto, 2004.
- Ségolène, Payan. «Du déplacement au sentiment d'exil». *Association Recherches en Association Recherches en Psychanalyse*, n. 9 (2010): 171-182.
- Stein, Barry N. «The Refugee Experience: Defining the Parameters of a Field of Study». *International Migration Review*, n.15 (1981): 320-330.
- Stéphane, Dufoix. «Conditions juridiques et politiques de l'exil d'après-guerre en France». *Matériaux pour l'histoire de notre temps*, n.44 (1996): 55-58.
- Tololyn, Khachig. «Rethinking Diaspora(s): Stateless Power in the Transnational Moment». *Diaspora: A Journal of Transnational Studies*, vol.5, n.1 (1996): 3-36.
- Williams, Robert C. «European Political Emigrations: A Lost Subject». *Comparative Studies in Society and History*, n.12 (1970): 140-148.
- Winter, Jean Pierre. «Le Pays de L'Autre». *Pardès*, n. 46 (2009): 203-210.

4.3 Movimento operário, PCP e Oposições

- *60 Anos de luta ao serviço do povo e da pátria (1921-1981.)* Lisboa: Edições Avante!, 1981.
- *Álvaro Cunhal – Obras Escolhidas I (1935-1947)*. Lisboa: Edições Avante!, 2007.
- *Álvaro Cunhal – Obras Escolhidas II (1947-1964)*. Lisboa: Edições Avante!, 2008.
- *Álvaro Cunhal – Obras Escolhidas III (1964-1966)*. Lisboa: Edições Avante!, 2010.
- *Álvaro Cunhal – Obras Escolhidas IV (1967-1974)*. Lisboa: Edições Avante!, 2013.
- *Álvaro Cunhal – Obras Escolhidas IV (1974-1975)*. Lisboa: Edições Avante!, 2015.
- Avillez, Maria João. *Soares – Ditadura e revolução*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1996.
- *Bandeira Vermelha – Órgão teórico central do MRPP* (Coimbra: Atlântida Editora, 1974).
- Brandão, Carlos, e Fernando Rosas, *Dicionário de História do Estado Novo*, 2 vols. Lisboa: Círculo de Leitores, 1996.
- Brito, J.M. Brandão de, e Fernando Rosas. *Dicionário de História do Estado Novo*. Venda Nova: Bertrand, 1996.
- Cabral, Manuel Villaverde. *O operariado nas vésperas da república 1909-1910*. Lisboa: Presença, 1977.
- Cabral, Manuel Villaverde. *Portugal na alvorada do século XX*. Lisboa: A Regra do Jogo, 1979.
- Cardina, Miguel. *Margem de certa maneira – O maoísmo em Portugal (1964-1974)*. Lisboa: Tinta da China, 2011.
- Costa Pinto, António. *Salazar's dictatorship and european fascism: problem of interpretation*. New York: Columbia University Press, 1996.
- Costa, Ramiro da. *Elementos para a história do movimento operário em Portugal*. Lisboa: Assírio & Alvim, 1978.
- Cunha, Adelino. *Álvaro Cunhal – Retrato Pessoal e Íntimo*. Lisboa: Esfera dos Livros, 2010.
- Cunha, Carlos. *The Portuguese Communist Party's. Strategy for power 1921-1986* (New York/London: Garland Publishing, 1992).
- Cunhal, Álvaro. *Acção Revolucionária, Capitulação e Aventura*. Lisboa: Edições Avante!, 1994.
- Cunhal, Álvaro. *Duas intervenções numa reunião de quadros*. Edições Avante!, Lisboa, 1996.
- Cunhal, Álvaro. *O Caminho para o Derrubamento do Fascismo*. Lisboa: Edições Avante!, 1997.
- D.L. Raby (1988), *Fascism & Resistance in Portugal – Communists, liberal and military dissidents in the opposition to Salazar 1941-74*. Manchester: Manchester University Press, 1988.
- Delgado, Iva. *O General*. Lisboa: Círculos de Leitores, 1985.
- Dias Farinha, António, José Nunes Carreira e Vítor Serão. *Uma Vida em História. Estudos em Homenagem a António Borges Coelho*. Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa/Editorial Caminho, 2001.
- Fonseca, Pedro Frostes. *A porta para a liberdade*. Lisboa: Matéria-Prima, 2014.
- *Lutas e movimentos de mulheres em Portugal sob o regime fascista 1926-1941* (Lisboa: Edições Avante!, 1994).
- Madeira, João. *Francisco Martins Rodrigues – Documentos e papéis da clandestinidade e da prisão*. Lisboa: Ela por Ela, 2015.

- Madeira, João. *Os Engenheiros de Almas*. Lisboa: Editorial Estampa, 1996.
- Margarido, Alfredo. *A introdução do marxismo em Portugal (1950-1930)*. Lisboa: Guimarães Editores, 1975.
- Marques, A.H. Oliveira. *A Unidade da Oposição à Ditadura (1928-1931)*. Lisboa: Publicações Europa América, 1973).
- Mathias, Marcello. *Correspondência Marcello Mathias/Salazar 1947/1968*. Difel: Lisboa, 1984.
- Milhazes, José. *Angola – O princípio do fim da União Soviética*. Lisboa: Nova Vega, 2014.
- Milhazes, José. *Cunhal, Brejnev e o 25 de Abril*. Lisboa: Publicações D. Quixote, 2013.
- *Momentos de vida e luta do PCP (1921-2006)*.
- Neves, José. *Álvaro Cunhal – Política, História e Estética*. Lisboa: Tinta da China, 2013.
- Neves, José. *Comunismo e Nacionalismo em Portugal: Política, Cultura e História no Século XX*. Lisboa: Tinta da China, 2008.
- Nogueira, Cristina. *Vidas na Clandestinidade*. Lisboa: Edições Avante!, 2011.
- Oliveira, César. *O Movimento Sindical Português. A primeira cisão*. Mem Martins: Publicações Europa-América, s.d.
- Oliveira, César. *O primeiro congresso do PCP*. Lisboa: Seara Nova, 1975.
- Paulo, Heloísa. *Memória das Oposições (1927-1969)*. Coimbra: edições MinervaHistória, 2010.
- Pereira, José Pacheco. *A Sombra. Estudo sobre a Clandestinidade Comunista*. Lisboa: Gradiva, 1993.
- Pereira, José Pacheco. *Álvaro Cunhal - «Daniel», o Jovem revolucionário*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1999.
- Pereira, José Pacheco. *Álvaro Cunhal - «Duarte», o Dirigente Clandestino*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2001.
- Pereira, José Pacheco. *Álvaro Cunhal – O Prisioneiro*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2005.
- Pereira, José Pacheco. *As lutas operárias contra a carestia de vida em Portugal A greve geral de Novembro de 1918*. Lisboa: Portucalense Editora, 1971.
- Pereira, José Pacheco. *O um dividiu-se em dois*. Alêtheia: Lisboa, 2008.
- Pereira, José Pacheco. *Questões do movimento operário e a revolução russa de 1917*. Porto: ed. Autor, 1971.
- *Presos políticos no regime fascistas, 1952-1960*, vol. VI. Mira-Sintra, Mem Martins: Presidência do Conselho de Ministros, Comissão do Livro Negro Sobre o Regime Fascista, 1988.
- Quintela, João G.P. *Para a História do Movimento Comunista em Portugal: 1. A Construção do Partido (1º Período 1919-1929)*. Porto: Afrontamento, 1976.
- Ramos, Rui, Bernardo Vasconcelos e Sousa, e Nuno Gonçalo Monteiro, *História de Portugal*. Lisboa: Esfera dos Livros, 2009.
- Silva, João Céu. *Álvaro Cunhal e as mulheres que tomaram partido*. Porto: Asa editores, 2006.
- *Sobre a codificação e a vida do partido*. Lisboa: Vento de Leste, 1976.
- *Tribunais Militares Especiais e Tribunais Plenários durante a Ditadura e o Estado Novo*. Lisboa: Temas e Debates, 2009.

4.4 Memórias autobiográficas

- Babo, Alexandre. *Na pátria do socialismo*. Lisboa: Prelo, 1973.
- Bento, Paulo Torres. *Flausino Torres – Documentos e Fragmentos Biográficos de um intelectual antifascista*. Porto: Edições Afrontamento, 2006.
- Bernardes, Miguel Fernando. *Escrito na Cela*. Lisboa: Edições Avante!, 1982.
- Bernardes, Miguel Fernando. *Uma Fortaleza da Resistência*. Lisboa: Edições Avante!, 1991.
- Brito, Carlos. *Álvaro Cunhal – Sete Fôlegos do Combatente*. Lisboa: edições Nelson Matos, 2010.
- Brito, Carlos. *Tempos de subversão – Páginas vividas da resistência*. Lisboa: edições Nelson de Matos, 2011.
- Campino, Joaquim. *Histórias Clandestinas*. Lisboa: Edições Avante!, 1990.
- Castanheira, Alexandre. *Outrar-se ou a longa intervenção de mim*. Porto: Campo das Letras, 2003.
- Castro, Vasco. *Montparnasse até ao esgotamento das horas*. Porto: Campo das Letras, 2008.
- Coelho, José Dias. *A Resistência em Portugal*. Porto: Editorial Inova, 1974.
- Delgado, Humberto. *Memórias de Humberto Delgado*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1991.
- Dias, Maria Luísa Costa. *Crianças Emergem da Sombra – Contos da Clandestinidade*. Lisboa: Edições Avante!, 1982.
- Dionísio, Mário. *Autobiografia*. Lisboa: O Jornal, 1987.
- Ferreira, Francisco. *26 Anos na União Soviética*. s.l.: Afrodite, s.d.
- Ferreira, Francisco. *Álvaro Cunhal – Herói Soviético*. s.l.: edição de autor, 1976.
- Freitas, Gina. *A Força Ignorada das Companheiras*. Lisboa: Plátano, 1975.
- Gaspar, Carlos. *Rumo à Memória*. Lisboa: Quetzal, 1992.
- Gonçalves, Bento. *Os Comunistas*. Porto: A Opinião, 1976.
- Gonçalves, Bento. *Palavras Necessárias – A vida proletária em Portugal de 1872 a 1927*. Porto: Inova, 1974.
- Joaquim Gomes, *Estórias e Emoções de uma Vida da Luta* (Lisboa: Edições Avante!, 2001).
- Jorge, Joaquim Pires. *Com Uma Imensa Alegria*. Lisboa: Edições Avante!, 1984.
- Magro, José. *Cartas da Clandestinidade*. Lisboa: Edições Avante!, 2007.
- Marques, J. A. Silva. *Relatos da clandestinidade: o PCP visto por dentro - Testemunho e análise crítica da acção do PCP nos anos da ilegalidade*. Lisboa: edições Jornal Expresso, 1976.
- Miguel, Francisco. *Uma vida na revolução*. Porto: A Opinião, 1977.
- Narciso, Raimundo. *A.R.A. – História Secreta do Braço Armado Português*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 2000.
- Narciso, Raimundo. *Álvaro Cunhal e a Dissidência da Terceira Via*. Porto: Âmbar, 2007.
- Neves, Mário. *Missão em Moscovo – Experiência da primeira embaixada portuguesa no país dos soviets*. Lisboa: Editorial Inquérito, 1986.
- Pedro, Gabriel. *Acontecimentos vividos*. Lisboa: Edições Avante!, 2015.
- Perdigão, Rui. *O PCP visto por dentro e por fora*. Lisboa: Fragmentos, 1988).
- Pires, Carlos. *Memórias de um tipógrafo clandestino*. Lisboa: Edições Avante!, 2011.

- Rodrigues, Francisco Martins. *Elementos para a História do Movimento Operário Português*. s.l: s.e., s.d.
- Rodrigues, Francisco Martins. *Os anos do silêncio*. Lisboa: edições Dinossauro/Abrente Editora, 2008.
- Rodrigues, Francisco Martins. *Socialismo em Liberdade*. Porto: Brasília, 1975.
- Seabra, Zita. *Foi assim*. Lisboa: Alêtheia, 2007.
- Seabra, Zita. *O Nome das Coisas*. Mem Martins: Europa América, 1988.
- Serra, Jaime. *12 fugas das prisões de Salazar*. Lisboa: Edições Avante!, 2012.
- Serra, Jaime. *As explosões que abalaram o fascismo*. Lisboa: Edições Avante!, 1999.
- Serra, Jaime. *Eles têm o direito de saber o que custou a liberdade*. Lisboa: Edições Avante!, 2004.
- Serra, Jaime. *O Abalo do Poder*. Lisboa: Edições Avante!, 2001.
- Sertório, Manuel. *Humberto Delgado – 70 cartas inéditas*. Lisboa: Praça do Livro, 1978.
- Soares, Pedro. *Escritos Políticos*. Lisboa: Edições Avante!, 2015).
- Tavares Rodrigues, Urbano. *Viagem à União Soviética e outras páginas*. Lisboa: Seara Nova, 1973.
- Tengarrinha, Margarida. *Quadros da memória*. Lisboa: Edições Avante!, 2004.
- Torres, Flausino. *Diário da Batalha de Praga – Socialismo e Humanismo*. Porto: Edições Afrontamento, 2008.
- Ventura, Cândida. *O Socialismo que Eu Vivi*. Lisboa: edições O Jornal, 1984.
- Vilaça, Alberto. *Gonçalves, Bento. Inéditos e Testemunhos*. Lisboa: Editorial Avante!, 2003.

4.5 Exílio

- Aciman, André. *Letters of Transit*. New York: The New York Public Library, 1999.
- Barreto, António. *Globalização e migrações*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2015.
- Barth, Fredrik. *Ethnic Groups and Boundaries*. Long Grove: Waveland Press, 1998.
- Beckford, William. *Ensaio sobre três casos – Ostracismo, mudança, paixão*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2014.
- Carr, Wilfred, e Stephen Kemmis. *Teoría crítica de la enseñanza*. Barcelona: Martínez, 1998.
- Castillo Rodríguez, Susana, *Mis años en la escuela soviética: el discurso autobiográfico de los niños españoles en la URSS*. Madrid: Los Libros de la Catarata, 2009.
- Castillo, Susana; Medina, Nuria. *Los niños españoles en la URSS (1937-1997) – Narración y Memoria*. Barcelona: Ariel, 2001.
- Coser, Lewis A. *Refugee Scholars in America: Their Impact and Their Experiences*. New Haven: Yale University Press, 1984).
- Coulanges, Fustel de. *A Cidade Antiga*. Lisboa: Clássica Editora, 2014.
- Cuesta Suárez, Nieves. *Simplemente mi vida: memorias de una niña de Guerra embarcada en el stanbrook en Alicante exilada URSS*. Asturias: Azucel, 2009.
- Devillard, Marie Jose, Álvaro Pazos, Susana Castillo e Nuria Medina. *Los niños españoles de la URSS (1937-1997)*. Barcelona: Ariel, 2001.
- Edinger, Lewis J. *German Exile Politics: The Social Democratic Executive Committee in the Nazi Era*. Berkeley: University of California Press, 1956.
- Ernu, Vasile. *Nacido en la URSS (Investigacion)*. Madrid: Tres Cantos, 2012.
- Fairchild, Henry Pratt. *Immigration: A World Movement and Its Significance*. New York: The Macmillan Company, 1914.
- Gallego, Rubém. *Blanco sobre Negro*. Madrid: Alfabeta, 2003.
- Hamilton, Edith. *A Mitologia*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1991.
- Hansen, Art, e Anthony Oliver-Smith. *Involuntary Migration and Resettlement: The Problems and Responses of Dislocated People*. Boulder: Westview Press, 1982.
- Jankélévitch, Vladimir. *L' Irréversible et la nostalgie*. Paris: Flammarion, 2011.
- Jankélévitch, Vladimir. *L' Irréversible et la nostalgie*. Paris: Flammarion, 2011.
- López Raimundo, Gregorio. *Primera clandestinidad: memorias*. Barcelona: Empúries, 1993.
- Lukács, Georg. *Theory of Novel – A historical-philosophical essay on the form of greta epic literature*. Cambridge: The MIT Press, 1971.
- Marín Jover, José María. *Prisión y clandestinidad bajo el franquismo*. Murcia: J.M. Marín, 1987.
- Melo, Daniel, e Eduardo Caetano da Silva. *Construção da nação e associativismo na emigração portuguesa*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2009.
- Miller, Martin A. *The Russian Revolutionary Emigres 1925-1870*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1986.
- Pereira, Víctor. *La dictature de Salazar face à l'émigration - L'État portugais et ses migrants en France 1957-1974*. Paris: Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, 2012.
- Pinheiro, Patrícia McGowan. *Misérias do Exílio – Os Últimos meses de Humberto Delgado*. Alpiarça: Contra-Regra, 1998.

- Río Salceda, Bernardo Clemente del. *20.000 días en la U.R.S.S* Madrid: Entrelíneas, 2004.
- Said, Edward. *Reflections on Exile and other essays*. Harvard: Harvard University Press, 2002.
- Salceda, Bernardo Clemente Del Río. *20.000 días en la U.R.S.S*. Madrid: Entrelíneas Editores, 2004.
- Saloul, Ihab, *Catastrophe and Exile in the Modern Palestinian Imagination: Telling Memories*. London: Palgrave Macmillan, 2012.
- Shain, Yossi. *The Frontier of Loyalty*. New England: The University Press of New England, 1989.
- Saraiva, António José , e Óscar Lopes, *Correspondência*. Lisboa: Gradiva, 2005.
- Tabori, Paul. *The Anatomy of Exile – A Semantic and Historical Study*. London: Harrap, 1972.
- Tartakower, Arieh. *The Jewish Refugee*. New York: Institute of Jewish Affairs of the American Jewish Congress and World Jewish Congress, 1994.
- Vigil, Alicia Alted, Nicolás Marin e Gonzáles Martell. *Los niños de la Guerra de España en la unión soviética: de la evacuación al retorno (1937-1999)*. Madrid: Fundación Largo Caballero, 1999.
- Zafra, Enrique, Rosalía Greco, e Carmen Heredia. *Los Niños españoles evacuados a la URSS (1937)*. Madrid: Ediciones de la Torre, 1989.

4.6 Partido Comunista Espanhol

- Alba, Victor. *El Partido Comunista en España- Ensayo de interpretación histórica*. Barcelona: Editorial Planeta, 1979.
- Alvarez, Nieves Cuesta. *Simplemente mi vida: memorias de una niña de Guerra embarcada en el stanbrook en Alicante exilada URSS*. Aviles: Ediciones Azucel, 2009.
- Berlinguer, Enrico. *Do compromisso histórico ao eurocomunismo* (Lisboa: edições Antídoto,1977).
- Borrás, José. *Políticas de los exiliados españoles (1944-1950)*. Paris: Ruedo Ibérico, 1976.
- Carr, Raymond. *História Concisa de Espanha*. Mem Martins: Europa América, 2004.
- Carrillo, Santiago. *Amanhã a Espanha*. Lisboa: Publicações Europa-América, 1975.
- Carrillo, Santiago. *Eurocomunismo y Estado*. Madrid: Editorial Crítica, 1977.
- Carrillo, Santiago. *Memorias, edición revisada y aumentada*. Barcelona: Editorial Planeta, 2006.
- Cortázar, Fernando García; e José Manuel González Vesga. *História de Espanha*. Lisboa: Editorial Presença, 1997.
- Estruch Tobella, Joan. *El PCE en la clandestinidad -1939-1956*. Madrid: Siglo Veintiuno de España, 1982.
- Estruch Tobella, Joan. *Historia del PCE - 1920-1939*. Barcelona: Iniciativas Editoriales, 1978.
- Estruch Tobella, Joan. *Historia oculta del PCE*. Madrid: Temas de Hoy, 2000.
- Graham, Helen. *Breve História da Guerra Civil de Espanha*. Lisboa: Tinta da China, 2006.
- Hernández Sánchez, Fernando. *Guerra o revolución: el Partido Comunista de España en la Guerra Civil*. Barcelona: Crítica, 2010.
- Ibárruri, Dolores. *40 años del Partido Comunista de España: sus raíces, su base ideológica, sus actividades - Informe presentado por la camarada Dolores Ibárruri*. Paris: Parti Communiste Français, 1960.
- Morán, Gregorio. *Miseria y grandeza del Partido Comunista de España - 1939-1985*. Barcelona: Planeta, 1986.
- Ruiz Ayucar, Angel. *El partido comunista. treinta y siete años de clandestinidad*. Madrid: Editorial San Martin, 1976.
- Smith, W. Rand. *Enemy Brothers: Socialists and Communists in France, Italy, and Spain*. New York: Rowman & Littlefield Publishers, 2012.
- Tillon, Charles. *A Guerrilha em França*. Porto: Editorial Inova Limitada, 1969.

4.7 História Oral

- Angrosino, Michael V. *Exploring Oral History: A Window on the Past*. Long Grove: Waveland Press, 2008.
- Bartosek, Karel. *Les Aveux des Archives, Prague-Paris-Prague, 1948-1968*. Paris: Éditions du Seuil, 1996.
- Burgess, Robert G. *A pesquisa de terreno. Uma introdução*. Oeiras: Celta Editora, 1997.
- Descamps, Florence. *L'Historien, l'archiviste et le magnétophone. De la constitution de la source orale à son exploitation*. Paris: Ministère de l'Économie, des Finances et de l'industrie, 2005.
- Foddy, William. *Como perguntar. Teoria e prática da construção de perguntas em entrevistas e questionários*. Oeiras: Celta Editora, 1996.
- Ghiglione, Rodolphe, e Benjamin Matalon., *O Inquérito, Teoria e Prática*. Lisboa: Celta Editora, 1992.
- Godinho, Paula. *Memórias da resistência rural no Sul. Couço 1958-1962*. Oeiras: Celta, 2001.
- Poirier, Jean, Simone Clapier-Valladon e Paul Raybaut. *Histórias de Vida - Teoria e Prática*. Lisboa: Celta Editora, 1995.
- Raleigh, Donald J.. *Soviet baby boomers - An oral History of Russia's cold war generation*. New York: Oxford University Press, 2012.
- Richtie, Donald A. *Doing Oral History. A Practical Guide*. New York: Oxford University Press, 2003.
- Ritchie, Donald A. *The Oxford Handbook of Oral History*. New York: Oxford University Press, 2011.
- Rodrigues, Aurora. *Gente Comum – Uma História na PIDE*. Castro Verde: 100 Luz, 2011.

4.8 Memória

- Argenti, Nicolas, e Katharina Schramm. *Remembering violence*. New York: Berghahn Books, 2012.
- Boltansk, Luc. *L'amour et la justice comme compétences*. Paris: Métailié, 1990.
- Brito, Alexandra Barahona, Carmen González Enríquez, e Paloma Aguilar Fernández. *Política da memória – Verdade e justiça na transição para a democracia*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2004.
- Candau, Joël. *Anthropologie de la mémoire*. Paris: Presses Universitaires de France, 1996.
- Carvalho, Xénia Venusta. *Identidade e memória na comunidade israelita de Lisboa*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2014.
- Catroga, Fernando. *Memória, história e historiografia*. Coimbra: Quarteto, 2001.
- Connerton, Paul. *Como as sociedades recordam*. Oeiras: Celta Editora, 1999.
- Cruzeiro, Maria Manuel. *Costa Gomes – O Último Marechal*, Lisboa. Editorial Notícias: 1998.
- Cubitt, Geoffrey. *History and Memory*. Manchester: Manchester University Press, 2007.
- Durkheim, Emile. *The division of labour in society*. New York: Free Press, 2014.
- Halbwachs, Maurice. *Le Mémoire Collective*. Paris: Presses Universitaires de France, 1950.
- Hall, Stuart. *Representation – Cultural representations and signifying practices*. Londres: Sage Publications, 2003.
- Margali, Avishai. *The Ethics of Memory*. Cambridge: Harvard University Press, 2004.
- Nora, Pierre. *Entre histoire et mémoire. La problématique des lieux*. Paris: Editions de Syrtes, 2000.
- Olick, Jeffrey K. *The Politics of Regret: On Collective Memory and Historical Responsibility*. New York: Routledge, 2007.
- Peralta, Elsa. *A memória do mar: património, tradição e (re)imaginação identitária na contemporaneidade*. Lisboa: ISCSP, 2008,
- Radstone, Susannah, e Bill Schwarz. *Memory: Histories Theories, Debates*. New York: Fordham University Press, 2010.
- Ricoeur, Paul. *Memory, history, forgetting*.(Chicago: The University of Chicago Press, 2006.
- Traverso, Enzo. *El pasado, instrucciones de uso – Historia, memoria, política*. Madrid/Barcelona: Marcial Pontos, 2007.
- Wieviorka, Michel. *A diferença*. Lisboa: Fenda edições, 2002.

4.9 Comunismo, movimento comunista internacional e guerra fria

- *A Internacional Comunista – Problemas Políticos do Movimento Comunista e Operário Internacional*, vol. III. Lisboa: Edições Avante!, 1977.
- AA.VV. *A Checoslováquia na hora da democratização*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1968.
- AA.VV. *O Estado Novo - Das Origens ao Fim da Autarcia (1926 – 1959)*. Lisboa: Editorial Fragmentos, 1987.
- AA.VV. *O Fascismo em Portugal*. Lisboa: A Regra do Jogo, 1982.
- AV.VV. *Tchecoslováquia – Análise dos aspectos políticos, económicos e culturais da crise de Agosto*. Rio de Janeiro: editora Civilização Brasileira, 1968.
- Alexander, Robert Jackson. *International maoism in the developing world*. Westport: Praeger, 1999.
- Amaral, Freitas do. *Glória e tragédia de Gorbatchov*. Lisboa: edições Almedina, 2012.
- Antunes, José Freire. *Kennedy e Salazar – O Leão e a Raposa*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 2013.
- Arendt, Hannah. *The Origins of Totalitarianism*. New York: Meridian Books, 1962.
- Aron, Raymond. *Karl Marx*. Lisboa: Publicações D. Quixote, 2015.
- Bauman, Zygmunt. *Modernity and Ambivalence*. Cambridge: Polity Press, 1991.
- Brubaker, Rogers. *Nationalism Reframed: Nationhood and the National Question in the New Europe*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.
- Burbank, Jane, e Frederick Cooper. *Empires in World History: Power and the Politics of Difference* Princeton: Princeton University Press, 2001.
- Cabral, Amílcar. *Manual Político do PAIGC*. s.l.: edições Maria da Fonte, 1974.
- Carmo, Isabel. *Dossier Checoslováquia/Alexandre Dubcek*. Porto: I. do Carmo, 1968).
- Catchlove, Donald. *Romania's Ceausescu*. Kent: Abacus Press, 1972.
- Chang, Jung. *A história desconhecida de Mao*. Lisboa: Quetzal, 2013.
- D' Encausse, Helene Carrere. *The End of the Soviet Empire: The Triumph of the Nations*. New York: Basic Books, 1992.
- Daubier, Jean. *História da Revolução Cultural Chinesa*. Lisboa. Editorial Presença, 1974.
- Dessen, Marnix. *De l'amphi à l'établi. Les étudiants maoïstes à l'usine (1967-1989)*. Paris: Belien, 2000.
- Dubcek, Alexandre. *Le discours d' Alexandre Dubcek devant le Comité Central du Parti communiste tchécoslovaque*. Paris, La Nouvelle Critique, 1968.
- Ducoulombier, Romain. *História do Comunismo no século XX*. Lisboa: edições texto&grafia, 2014.
- Fejtő, François, e Jacques Guilhermaz. *China, Hoje*. Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1969.
- Fejtő, François. *O Conflito China-URSS*. Lisboa: Publicações América, 1976.
- Ferro, Marc. *O Regresso da História*. Lisboa: Bertrand Editores, 2012.
- Fukuyama, Fancis. *O Fim da História e o Último Homem*. Lisboa: Gradiva, 1992.
- Gaddis, John Lewis. *A Guerra Fria*. Lisboa: edições 70, 2005.
- Gomart, Thomas. *Double Détente: les relations franco-soviétiques de 1958 à 1964*. Paris: Publications de la Sorbonne, 2003.
- Guilhermaz, Jacques. *A China Popular*. Lisboa: Arcádia, 1971.
- Hajek, Jiri. *Praga, Diez Años Despues*. Barcelona: Editorial Laia, 1979.

- Hobsbawm, Eric. *A Era dos Extremos*. Lisboa: Editorial Presença, 2011.
- Jerónimo, Miguel Bandeira, e António Costa Pinto. *Portugal e o fim do colonialismo*. Lisboa: edições 70, 2014.
- Judt, Tony. *Pós-Guerra – História da Europa desde 1945*. Lisboa: edições 70, 2011.
- Judt, Tony. *Um tratado sobre os nossos actuais descontentamentos*. Lisboa: edições 70, 2012.
- Kissinger, Henry. *Diplomacia*. Lisboa: Gradiva, 1996.
- Kundrátová, Linda. *Os contactos da oposição portuguesa antislazarista com a Checoslováquia entre 1933-1974. Contribuição para o estudo das relações luso-checas*. Praga: Faculdade de Letras da Universidade Carolina de Praga, 2003.
- Levesque, Jacques. *O conflito sino-soviético*. Póvoa de Varzim: Editorial Estúdios Cor, 1974.
- London, Artur. *A confissão – Na engrenagem do processo de Praga*. Lisboa: Bertrand, s.d.
- Loth, Wilfried, e Georges-Henri Soutou, *The Making of Détente – Eastern and Western Europe in the Cold War, 1965-75*. New York: Routledge, 2014.
- Martinet, Gilles. *Os Cincos Comunismos*. Lisboa: Publicações Europa-América, 1975.
- Mihai Pacepa, Ion. *Red Horizons – The true story of Nicolae and Elena Ceausescus crimes, lifestyle, and corruption*. Washington: Regnery Gateway, 1987.
- Mondelane, Machel. *A Frelimo e a Revolução em Moçambique* (s.l.: edições Maria da Fonte, 1974).
- Narinsky, Mikhail, e Jürgen Rojahn. *Centre and Periphery. The History of the Comintern in The Light of New Documents*. Amsterdam: International Institute of Social History, 1996.
- Neto, Agostinho. *Quem é o inimigo?*. s.l.: edições Maria da Fonte, 1974.
- Neto, Agostinho. *Textos e Documentos do MPLA sobre a revolução angolana*. s.l.: edições Maria da Fonte, 1974.
- Pike, David Wingeate. *In the Service of Stalin: The Spanish Communists in Exile, 1939-1945*. Oxford: University Press, 1993.
- Rees, Tim, e Andrew Thorpe. *International Communism and the Communist International 1919-1943*. Manchester/New York: Manchester Press, 1998).
- Rotman, Patrick. *Maió de 68 explicado àqueles que o não viveram*. Lisboa: Guimarães Editores, 2009.
- Sartre, Jean-Paul, Daniel Cohn-Bendit, e Henri Lefebvre. *A Revolta de Maio em França*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1968.
- Schlesinger, Arthur M. *A Thousand Days – John F. Kennedy in the White House*. New York: Mariner Book, 2002.
- Speier, Hans. *Social Order and the Risks of War: Papers in Political Sociology*. New York: G.W. Stewart, 1952.
- Steel, Ronald. *Walter Lippmann and the American Century*. Boston: Little, Brown & Company, 1980.
- Stent, Angela. *From Embargo to Ostpolitik – The political economy of West German-Soviet relations 1955-1980*. London: Cambridge University Press, 1981.
- Strong, Anna Louise. *Cartas da China*. Coimbra: Centelha, 1973.
- Suny, Ronald. *The Soviet Experiment: Russia, the USSR, and the Successor States*. Oxford: Oxford University Press, 2010.
- Ulrich, Beck. *A Europa Alemã*. Lisboa: edições 70, 2013.

4.10 Metodologia

- Creswell, John W. *Research design – Qualitativ, quantitative, and mixed methods approaches*. London: Sage Publications, 2014.
- Cuche, Denys. *A noção de cultura nas ciências sociais*. São Paulo: Editora da Universidade do Sagrado Coração, 1999.
- Denzin, Norman K., e Yvonna S. Lincoln. *The Sage handbook of qualitative research*. London: Sage Publications, 2005.
- Haupt, Heinz Gerhard, e Jurgen Kock. *Comparative and Transnational History*. New York: Berghahn Books, 2010.
- Kaplan, Abraham. *The conduct of inquiry: methodology of behavioral science*. New Brunswick and London: Transaction Publishers, 2009.
- Pereira Coutinho, Clara. *Metodologia de investigação em ciência sociais*. Coimbra: Almedina, 2014.